TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2682 • Manaus, quinta-feira, 22 de agosto de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0001483-53.2018.8.04.0000 (RR 970/971 STJ) - Agravo de Instrumento em Recurso Especial Criminal - Manaus - Agravante: Jonasa Empreendimentos Imboliários Ltda - Agravante: Direcional Engenharia S/A - Agravado: Diego de Godoi Pasini - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 368/369. - Advs: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG) - Jari Vargas Filho (OAB: 4722/AM) - Hugo Fernandes Levy Neto (OAB: 4366/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0001483-53.2018.8.04.0000 (RR 970/971 STJ) - Agravo de Instrumento em Recurso Especial Criminal - Manaus - Agravante: Jonasa Empreendimentos Imboliários Ltda - Agravante: Direcional Engenharia S/A - Agravado: Diego de Godoi Pasini - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 368/369. - Advs: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG) - Jari Vargas Filho (OAB: 4722/AM) - Hugo Fernandes Levy Neto (OAB: 4366/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0002860-25.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Gustavo Porto Diniz Reis - Recorrido: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 45/47 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Camila Costa Retroz (OAB: 11952/AM) - Ingrid Monteiro (OAB: 3629/AM) - Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003405-95.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios - Fidic Multisetorial Empresarial Lp - Recorrido: Importadora Tvlar Ltda - Recorrido: M. B. Proetti - ME - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 62/64 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Maria Fernanda Ladeira (OAB: 237365/SP) - José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) - Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM) - Renato Pereira Pessuto (OAB: 71116/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004066-74.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Autcom Engenharia Ltda. - Recorrente: Charles Marcos Pereira Souza - Recorrente: Fábio Rodrigues Barbosa - Recorrente: Luciana Barbosa Bentes - Recorrente: Susana Rodrigues Brandão Barbosa - Recorrido: Afeam - Agencia de Fomento do Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 114/117 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Samuel Cavalcante da Silva (OAB: 3260/AM) - Cris da Silva Palmeira (OAB: 7281/AM) - Carlos José Veiga Crespo (OAB: 5177/AM) - Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB: 12521/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004133-39.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Maxmiller Jackson Fermin de Moraes - Recorrido: Mirella Pereira Cavalcante - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 59/61 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB: 9243/AM) - Ramakris Rannier da Silva Elessondres (OAB: 9755/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004271-06.2019.8.04.0000 - Recurso Extraordinário - Manaus - Recorrente: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Recorrido: Carlos Alberto Feitoza Gaia - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 29/31 (NÃO ADMITO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO). - Advs: Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM) - Elcinete Cardoso de Almeida (OAB: 6946/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004294-49.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: M I dos S Rodrigues - Transportes - Epp - Recorrido: O Município de Manaus - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 38/40 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Maria Ione dos Santos Rodrigues (OAB: 9521/AM) - Walter Siqueira Brito (OAB: 4186/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004400-11.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargada: Francisca Pereira de Paula - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 19/21 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM) - Emmanuel Michel Harraquian Filho (OAB: 3342/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0006952-80.2018.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Marinaldo Ferreira de Andrade - Recorrido: Vieiralves Imobiliária Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 32/34 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Lúcio de Rezende Neto (OAB: 512A/AM) - Fabiana Caroline Silva (OAB: 8019/AM) - Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB: 8028/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4003950-97.2019.8.04.0000 - Pedido de Providências - Manaus - Autor: Adail José Figueiredo Pinheiro - Réu: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 11. - Advs: Fabricio de Melo Parente (OAB: 5772/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0002855-03.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Boa Vista do Ramos - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido: Município de Boa Vista do Ramos - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Antonio das Chagas Ferreira Batista (4177/AM), advogado (a,s) de Município de Boa Vista do Ramos, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 19 de agosto de 2019 - Advs: Gabrielle Stoco Fabio (OAB: 12913/AM) - Décio

Freire (OAB: 56543/MG) - Gustavo de Marchi (OAB: 84288/MG) - Danilo Carvalho Freire (OAB: 162033/MG) - Isabella Jacob Nogueira (OAB: 8800/AM) - Antonio das Chagas Ferreira Batista (OAB: 4177/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003595-58.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: O Estado do Amazonas - Recorrido: Arosuco Aromas e Sucos Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Amanda Araújo dos Santos (6150/AM) e Fernando Gomes de S. Silva (116966/RJ), advogado (a,s) de Arosuco Aromas e Sucos Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 19 de agosto de 2019 - Advs: Fabio Pereira Garcia dso Santos (OAB: 4850/AM) - Amanda Araújo dos Santos (OAB: 6150/AM) - Fernando Gomes de S. Silva (OAB: 116966/RJ) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004034-69.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Banco Safra S.A. - Recorrido: Rubens Lima da Silva - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Alexandre Martins de Mendonça (9107/AM) e Patrícia Sena Praia (8244/AM), advogado (a,s) de Rubens Lima da Silva, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 19 de agosto de 2019 - Advs: Diana Cassia de Almeida (OAB: 8354/RO) - Edson Antônio Sousa Pinto (OAB: 4643/RO) - Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 5546/RO) - Alexandre Martins de Mendonça (OAB: 9107/AM) - Patrícia Sena Praia (OAB: 8244/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004069-29.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Lucas Marques Pinheiro - Recorrida: Andrea Fonseca de Oliveira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Andrea Fonseca Oliveira (5959/AM) e Flávio da C. F Oliveira (5960/AM), advogado (a,s) de Andrea Fonseca de Oliveira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 19 de agosto de 2019 - Advs: Wellington de Amorim Alves (OAB: 2993/AM) - Arnoldo Bentes Coimbra (OAB: 345/AM) - Flávio da C. F Oliveira (OAB: 5960/AM) - Andrea Fonseca Oliveira (OAB: 5959/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004113-48.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social - Recorrido: Luiz Arnaldo Galvão Maio - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Marcos Daniel Souza Rodrigues (10987/AM) e Roseloane Souza da Costa (11287/AM), advogado (a,s) de Luiz Arnaldo Galvão Maio, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 19 de agosto de 2019 - Advs: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB: 9290/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: A671/AM) - Roseloane Souza da Costa (OAB: 11287/AM) - Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB: 10987/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004136-91.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Juliana Tavares - Recorrido: Banco Ford S.A - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). José Lídio Alves dos Santos (1163A/AM), Nelson Paschoalotto (108911/SP) e Roberta Beatriz do Nascimento (192649/SP), advogado (a,s) de Banco Ford S.A, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 19 de agosto de 2019 - Advs: Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB: 6488/AM) - Nelson Paschoalotto (OAB: 108911/SP) - Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP) - José Lídio Alves dos Santos (OAB: 1163A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004164-59.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Pedro Paulo do Carmo - Recorrido: Antonio de Souza Borges - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Francisco Monteiro de Lima (2031/AM), Natan Monteiro da Silva (4142/AM) e Raimundo Hitotuzi de Lima (2024/AM), advogado (a,s) de Antonio de Souza Borges, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 19 de agosto de 2019 - Advs: Mariana Soares de Lima Faria (OAB: 3528/AM) - Natan Monteiro da Silva (OAB: 4142/AM) - Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB: 2024/AM) - Francisco Monteiro de Lima (OAB: 2031/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004167-14.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Ub-mc Incorporação e Construção Spe Ltda - Recorrido: Alberto Carvalho Pimenta - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Carla Dayany Luz Abreu (7038/AM) e Luiz Augusto dos Santos Porto (6168/AM), advogado (a,s) de Alberto Carvalho Pimenta, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 19 de agosto de 2019 - Advs: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) - Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AM) - Carla Dayany Luz Abreu (OAB: 7038/AM) - Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB: 6168/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004297-04.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Municipio de Santa Isabel do Rio Negro - Recorrido: Germano da Silva Lúcio - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Lorruama Justiniano e Silva (11047/AM), advogado (a,s) de Germano da Silva Lúcio, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 19 de agosto de 2019 - Advs: Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB: 3006/AM) - Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004811-54.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Recorrido: Moises Bastos Ferreira Me - Fica (am) o(a,s) Sr(a,s). Moises Bastos Ferreira Me, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 19 de agosto de 2019 - Advs: Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB: 3696/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005602-57.2018.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Cnf Consórcio Nacional Ltda - Recorrida: Dayse Souza Nobre de Oliveira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Karla Patrícia Brasil Luzzi (4714/AM) e Roberval Mendes de Souza (4314/AM), advogado (a,s) de Dayse Souza Nobre de Oliveira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 19 de agosto de 2019 - Advs: Gilson Santori Filho (OAB: 217967/SP) - Thiago Tagliaferro Lopes (OAB: 208972/SP) - Roberval Mendes de Souza (OAB: 4314/AM) - Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB: 4714/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0000286-98.2014.8.04.5401 - Apelação Cível - Manacapuru - Apelante: Valmir Guimarães da Silva - Apelado: Exata Consultoria e Corretoa Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Gildo Leobino de Souza Junior (1056A/AM), advogado (a,s) de Exata Consultoria e Corretoa Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM) - Luciana Lopes Xavier (OAB: 8022/AM) - Gildo Leobino de Souza Junior (OAB: 1056A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001687-63.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Raimunda Costa da Silva - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Janaína Mendonça de Moraes (8070/AM), advogado (a,s) de Raimunda Costa da Silva, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Altiza Pereira de Souza (OAB: 6881/AM) - Janaína Mendonça de Moraes (OAB: 8070/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002497-38.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargado: Raimundo Carlos Daniel Mar - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil Relator do

Processo Eletrônico de Embargos de Declaração nº. 0002497-38.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev, advogado, Fabio Martins Ribeiro (449A/AM) e como Embargado, Raimundo Carlos Daniel Mar, advogado, Hélcio Rodrigues Motta (1994/AM). Despacho: "(...)Intime-se o Embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, com supedâneo no §2º, do artigo 1.023, do Código de Processo Civil. À Secretaria, para as providências legais subsequentes. Manaus, 16 de abril de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil. Relator." Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Hélcio Rodrigues Motta (1994/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de abril de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Fabio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - Hélcio Rodrigues Motta (OAB: 1994/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002497-38.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargado: Raimundo Carlos Daniel Mar - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Hélcio Rodrigues Motta (1994/AM), advogado (a,s) de Raimundo Carlos Daniel Mar, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Fabio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - Hélcio Rodrigues Motta (OAB: 1994/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002827-35.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Auto Posto Amazonminas Ltda. - Epp - Embargado: Petrobras Distribuidora S.A. - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração nº. 0002827-35.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figura como Embargante, Auto Posto Amazonminas Ltda. - Epp, advogado, Dr. Marcelo Hirano Junes (1620RR) e como Embargado, Petrobras Distribuidora S.A., advogados, Drs. Francisco Augusto Martins da Silva e Juliano Luis Cerqueira Mendes (3940/AM). Despacho: "(...) Intime-se o Embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, com supedâneo no §2º, do artigo 1.023, do Código de Processo Civil. À Secretaria, para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de abril de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Francisco Augusto Martins da Silva e Juliano Luis Cerqueira Mendes (3940/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de abril de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Marcelo Hirano Junes (OAB: 1620/RR) - Juliano Luis Cerqueira Mendes (OAB: 3940/AM) - Francisco Augusto Martins da Silva - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002827-35.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Auto Posto Amazonminas Ltda. - Epp - Embargado: Petrobras Distribuidora S.A. - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Francisco Augusto Martins da Silva e Juliano Luis Cerqueira Mendes (3940/AM), advogado (a,s) de Petrobras Distribuidora S.A., intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Marcelo Hirano Junes (OAB: 1620/RR) - Juliano Luis Cerqueira Mendes (OAB: 3940/AM) - Francisco Augusto Martins da Silva - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003151-25.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Walter Ney Rodrigues Rezende - Embargado: Hotelaria Accor Brasil S. A - (ACCOR) (HOTEL IBIS) - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração Cível nº. 0003151-25.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figura como Embargante, Walter Ney Rodrigues Rezende, advogados, Drs. Uiratan de Oliveira (3431/AM) e Walter Ney Rodrigues Rezende (8700/AM) e como Embargado, Hotelaria Accor Brasil S. A - (ACCOR) (HOTEL IBIS), advogados,Drs. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Ricardo Marfori Sampaio (222988/SP). Despacho: "(...) Intime-se o Embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, com supedâneo no §2º, do artigo 1.023, do Código de Processo Civil. À Secretaria, para as providências legais subsequentes. Manaus, 17 de maio de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Ricardo Marfori Sampaio (222988/SP), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 20 de maio de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Walter Ney Rodrigues Rezende (OAB: 8700/AM) - Uiratan de Oliveira (OAB: 3431/AM) - Ricardo Marfori Sampaio (OAB: 222988/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003151-25.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Walter Ney Rodrigues Rezende - Embargado: Hotelaria Accor Brasil S. A - (ACCOR) (HOTEL IBIS) - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Ricardo Marfori Sampaio (222988/SP), advogado (a,s) de Hotelaria Accor Brasil S. A - (ACCOR) (HOTEL IBIS), intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Walter Ney Rodrigues Rezende (OAB: 8700/AM) - Uiratan de Oliveira (OAB: 3431/AM) - Ricardo Marfori Sampaio (OAB: 222988/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003459-61.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Consórcio Manaus Etacom - Embargada: Leyna Giselli Amorim Regis - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador João de Jesus Abdala Simões Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração Cível nº. 0003459-61.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Consórcio Manaus Etacom, advogado, Francisco Cloacir Chaves Figueira (2501/AM) e como Embargado, Leyna Giselli Amorim Regis, advogados, Henrique Lima Marinheiro (9324/AM), Joyce Helen da Silva Holanda (7519/AM) e Silas Ayrton Vinhote de Souza (10035/AM). Despacho: "(...) Considerando que os aclaratórios podem implicar a modificação do julgado, intime-se a parte embargada para apresentar manifestação no prazo disposto no art. 1.023, §2º, respeitando-se o que preceitua o art. 219, ambos do CPC. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 21 de maio de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES - Relator Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogados, Henrique Lima Marinheiro (9324/AM), Joyce Helen da Silva Holanda (7519/AM) e Silas Ayrton Vinhote de Souza (10035/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de maio de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB: 2501/AM) - Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM) - Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) - Silas Ayrton Vinhote de Souza (OAB: 10035/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003459-61.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Consórcio Manaus Etacom - Embargada: Leyna Giselli Amorim Regis - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Henrique Lima Marinheiro (9324/AM), Joyce Helen da Silva Holanda (7519/AM) e Silas Ayrton Vinhote de Souza (10035/AM), advogado (a,s) de Leyna Giselli Amorim Regis, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB: 2501/AM) - Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM) - Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) - Silas Ayrton Vinhote de Souza (OAB: 10035/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003996-91.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Wl Sistema Amazonense de Turismo Ltda - Embargada: Hermiria Bruce de Oliveira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Luis Augusto Pestana Vieira (4003/AM), advogado (a,s) de Hermiria Bruce de Oliveira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB: 7092/AM) - Giselle Falcone Medina Pascarelli Lopes (OAB: 3747/AM) - Luis Augusto Pestana Vieira (OAB: 4003/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0006757-95.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Boca do Acre - Agravante: Sidney Sanches Zamora - Agravado: Sebastião de Melo Ferreira - EDITAL DE INTIMAÇÃO Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo Interno nº 0006757-95.2018.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Agravante, Sidney Sanches Zamora, advogados, Antonio Carlos Carbone (942/AM), Ludmilla Alves Carbone (3289/AC), Rômulo José Fernandes da Silva (1818/AM) e Tatiana Alves Carbone (2664/AC) e como Agravado, Sebastião de Melo Ferreira, advogado, João Estephan Amorin Barbary (2597/AC). Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogado, João Estephan Amorin Barbary (2597/AC), para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2018. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Antonio Carlos Carbone (OAB: 942/AM) - João Estephan Amorin Barbary (OAB: 2597/AC) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0006757-95.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Boca do Acre - Agravante: Sidney Sanches Zamora - Agravado: Sebastião de Melo Ferreira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). João Estephan Amorin Barbary (2597/AC), advogado (a,s) de Sebastião de Melo Ferreira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Antonio Carlos Carbone (OAB: 942/AM) - João Estephan Amorin Barbary (OAB: 2597/AC) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0226800-13.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Josias Ferreira Cavalcante - Apelado: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Josias Ferreira Cavalcante (3580/AM), advogado (a,s) de - Advs: Josias Ferreira Cavalcante (OAB: 3580/AM) - Fernanda Tavares da Silva Ribeiro (OAB: 159513/RJ) - Fernando Almeida dos Santos (OAB: 2060/AM) - Marco Roberto Costa Pires de Macedo (OAB: 16021/BA) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0603646-27.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Centro de Solidariedade São José/Escola Agricola Rainha dos apostolos - Apelado: Banco da Amazônia S/A - Apelante: Banco da Amazônia S/A - Apelado: Centro de Solidariedade São José/Escola Agricola Rainha dos apostolos - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Lindomar Falcão dos Santos (7303/AM) e Paulo Sergio Lopes Gonçalves (281005/SP), advogado (a,s) de Banco da Amazônia S/A e Centro de Solidariedade São José/Escola Agricola Rainha dos apostolos, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Lindomar Falcão dos Santos (OAB: 7303/AM) - Paulo Sergio Lopes Gonçalves (OAB: 281005/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0608334-56.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Maria Lucia Rodrigues dos Santos Lisboa - Apelado: Eliezer Leão Gonzales - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Jennifer Lopes Rebello de Souza (11115/AM) e Jocil da Silva Moraes Filho (12010/AM), advogado (a,s) de Eliezer Leão Gonzales, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Fernando Passos Gama (OAB: 366261/SP) - Jocil da Silva Moraes Filho (OAB: 12010/AM) - Jennifer Lopes Rebello de Souza (OAB: 11115/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0618498-80.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Estado do Amazonas - Apelada: Ivanilde Daltro dos Santos - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Jonathas Alves Maia (12187/AM), advogado (a,s) de Ivanilde Daltro dos Santos, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) - Jonathas Alves Maia (OAB: 12187/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0618852-76.2016.8.04.0001 (STJ- 958 E 972- RR) - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Jessica Cardoso Nunes - Apelado: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Cárita Martins Borges Pedroso (7310/AM), advogado (a,s) de Jéssica Cardoso Nunes, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Cárita Martins Borges Pedroso (OAB: 7310/AM) - Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 1164A/AM) - José Lídio Alves dos Santos (OAB: 1163A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0621212-81.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Edmar Pereira Rosa - Apelado: lucy Pereira Barroncas - Apelada: Sonia kokay Barroncas - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Paulo César Espírito Santo Gouvêa (4119/AM); Michelle Castro (3997/AM); Aloysio Lopes Santos 910147/AM) e Auriana Ramos Pereira (2955/AM), advogado (a,s) de Edmar Pereira Rosa, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Aloysio Lopes Santos (OAB: 10147/AM) - Auriana Ramos Pereira (OAB: 2955/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0623733-67.2014.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Construtora Capital S/A - Apelado: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Auton Francisco Furtado Maia (5821/AM), Erika Patricia Marinho Oliveira (12133/AM) e Roberto Marques da Costa (4135/AM), advogado (a,s) de Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 8020/AM) - Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB: 8759/AM) - Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AM) - Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) - Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB: 9372/AM) - Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM) - Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) - Roberto Marques da Costa (OAB: 4135/AM) - Auton Francisco Furtado Maia (OAB: 5821/AM) - Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB: 12133/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0631343-81.2017.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Manaus - Apelante: O Estado do Amazonas - Apelado: Comercial de Estivas Rego Ltda. - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Ivson Coêlho (550A/AM), advogado (a,s) de Comercial de Estivas Rego Ltda., intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Fabio Pereira Garcia dso Santos (OAB: 4850/AM) - Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0636282-41.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Petrobras Distribuidora S.A. - Apelante: Auto Posto Amazonminas Ltda. - Epp - Apelado: Petrobrás Distribuidora S/A - Apelado: Auto Posto Amazonminas Ltda. - Epp - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Francisco Augusto Martins da Silva (1753/AM), advogado (a,s) de Auto Posto Amazonminas Ltda. - Epp e Petrobrás Distribuidora S/A, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Francisco Augusto Martins da Silva (OAB: 1753/AM) - Marcelo Hirano Junes (OAB: 1620/RR) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0637416-06.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: General Motors do Brasil LTDA. - Apelado: J. G. Rodrigues Ltda - Garcia Veículos - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) e Solon Argelim de Alencar Ferreira (3338/AM), advogado (a,s) de J. G. Rodrigues Ltda - Garcia Veículos, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Maximilian Fierro Paschoal (OAB: 131209/SP) - Lucas Pinto Simão (OAB: 275502/

SP) - Camilla F. C. Marcellino (OAB: 389109/SP) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Solon Argelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0645495-37.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Construtora Capital S/A - Apelado: Jose Wilson Souza Dantas - Fica (am) o(a,s) Sr(a,s). Jose Wilson Souza Dantas, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Luciana de Fátima Llanos Aguirre (OAB: 11948/AM) - Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6935/AM) - Luis Felipe Avelino Medina (OAB: 6100/AM) - Caroline Perozzo (OAB: 11195/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0704720-61.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Intec Instalações Tecnicas de Engenharia LTDA - Apelada: Maria de Fátima Pereira Xavier - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Juscelino de Oliveira Melo (12546/AM) e Maria do Rosário de Oliveira Melo (5385/AM), advogado (a,s) de Maria de Fátima Pereira Xavier, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Daniel Santos de Andrade (OAB: 6733/AM) - Juscelino de Oliveira Melo (OAB: 12546/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0704842-74.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda - Apelado: Leandro Wolfgang Nascimento Bonet - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Adelson Lima Gonçalves (8175/AM), Bergson Mendonça Lacerda (8963/AM) e Dermeval de Oliveira Nascimento (7475/AM), advogado (a,s) de Leandro Wolfgang Nascimento Bonet, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Tayana da Silva Assayag (OAB: 8671/AM) - Bergson Mendonça Lacerda (OAB: 8963/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4005543-98.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Sportpro Marketing Ltda. - Agravado: IGB Eletrônica S.A. - Agravado: EBTD- Empresa Brasileira de Tecnologia Digital Ltda. - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Cesar Rodrigo Nunes (260942/SP), Roberto Gomes Notari (273385/SP) e Tiago Aranha D alvia (335730/SP), advogado (a,s) de EBTD- Empresa Brasileira de Tecnologia Digital Ltda. e IGB Eletrônica S.A., intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Berenice Soubhie Nogueira Magri (OAB: 121288/SP) - Lucas de Oliveira Alencar (OAB: 407336/SP) - Anna Elisa Bueno Oliveira (OAB: 304403/SP) - Renato Destro Precendo (OAB: 363232/SP) - Cesar Rodrigo Nunes (OAB: 260942/SP) - Tiago Aranha D alvia (OAB: 335730/SP) - Roberto Gomes Notari (OAB: 273385/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4005779-50.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Sportpro Marketing Ltda. - Agravado: IGB Eletrônica S.A. - Agravado: EBTD- Empresa Brasileira de Tecnologia Digital Ltda. - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Cesar Rodrigo Nunes (260942/SP), Marco Antonio Pozzebon Tacco (304775/SP), Roberto Gomes Notari (273385/SP) e Tiago Aranha D alvia (335730/SP), advogado (a,s) de EBTD- Empresa Brasileira de Tecnologia Digital Ltda. e IGB Eletrônica S.A., intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 21 de agosto de 2019 - Advs: Berenice Soubhie Nogueira Magri (OAB: 121288/SP) - Anna Elisa Bueno Oliveira (OAB: 304403/SP) - Renato Destro Precendo (OAB: 363232/SP) - Lucas de Oliveira Alencar (OAB: 407336/SP) - Cesar Rodrigo Nunes (OAB: 260942/SP) - Tiago Aranha D alvia (OAB: 335730/SP) - Roberto Gomes Notari (OAB: 273385/SP) - Marco Antonio Pozzebon Tacco (OAB: 304775/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusão de Acórdãos

PROCESO: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4003968-55.2018.8.04.00. Impetrante: **JORGE FLÁVIO DE SOUZA.** AdvogadoS: Drs. Edmilson Almeida de Oliveira (OAB/AM nº 3.185) e Joenilson dos Santos Rodrigues (OAB/AM nº 3.178). Impetrados: **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS e ILMO. SR. SECRETARIO DE ESTADO DA ADMISTRAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS.** Relator: Desdor. **DÉLCIO LUÍS SANTOS.** Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Leda Mara Nasciemto Albuquerque. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. GRATIFICAÇÃO INCORPORADA. VANTAGEM INDIVIDUAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA (VINI). GRATUIDADE DE JUSTIÇA. ALTERAÇÃO DO VALOR DA RETRIBUIÇÃO. EXTINÇÃO E INCORPORAÇÃO DO CARGO. MODIFICAÇÃO E REAJUSTES NA REMUNERAÇÃO. EXTENSÃO A SERVIDOR INATIVO. IMPOSSIBILIDADE. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. 1. Servidor público aposentado em 27/10/193 que pretende a modifcação da vantagem financeira percebida pela função comisionada de Chefe de Divisão de Pesoal do extinto DER/AM (simbologia AD-2 vide Decreto nº 14.151/191) para a função do cargo de Gerente de Pesoal da SEINF (simbologia AD-1 vide Decreto nº 16.964/196) e a atualização da vantagem financeira com base em critérios das Lei nº 3.647/201, Lei nº 3.806/2012 e Lei nº 3.87/2013 e Lei nº 4.049/2014. 2. É questão pacífica na jurisprudência que a estabildade financeira e a paridade entre ativos e inativos não garantem aos aposentados a vinculação de seus proventos à remuneração do cargo em comisão anteriormente ocupado. 3. In casu, a incorporação da gratifcação em análise tem como consequência sua desvinculação para eventuais reformulações referentes ao cargo que lhe deu origem (VINI), de modo que mantém apenas o direito ao reajuste anual geral e a vedação ao deceso remuneratório, não havendo que se falar em aplicação do princípio da isonomia. Precedentes STF e STJ. 4. A aplicação da isonomia nos casos de estabildade financeira dependerá do que estabelecer a lei local quanto a vinculação do cargo ao valor incorporado, o que não se verifca na hipótese, devendo ser fixado o entendimento acerca da imposibildade da VINI sofrer o mesmo reajuste ou revisão incidente sobre o vencimento-base do servidor da ativa. 5. Segurança denegada. **ACORDAM** os Senhores Desembargadores, por unanimidade, e em consonância com o parecer do Ministério Público, em denegar a segurança vindicada, nos termos do voto do relator, que pasa a integrar o presente julgado. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade, e em consonância com o parecer do Ministério Público, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança vindicada, nos termos do voto do relator. **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Délcio Luís Santos, Relator, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pesôa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, João Mauro Besa, Sabino da Silva Marques, Welington José de Araújo, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, Nélia Caminha Jorge, Airton Luís Corêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meireles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha,Juízas de Direito convocadas. **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**: Exmos. Srs. Desdores.João de Jesus Abdala Simões, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura,Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascareli Lopes, Paulo César Caminha e Lima,Aristóteles Lima Thury, Cláudio César Ramalheira Roesing, Carla Maria Santos dos Reis e Jorge Manoel Lopes Lins. **IMPEDIDO**: Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 13.08.2019.**

Conclusão de Acórdãos

Processo: 4004705-58.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível
Impetrante: Daniele Guimaraes Alves Advogado: Cleyton

Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) Advogado: Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) Advogado: Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) Impetrado: Exmo. Sr. Governador do Estado do Amaozonas Intssado: Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGE Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Des. Yedo Simões de Oliveira. Relator: Des. Délcio Luís Santos.

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS EM EDITAL. PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME AINDA VIGENTE. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. CONFIGURAÇÃO. EXISTÊNCIA DE PROVA ESPECÍFICA DA PRETERIÇÃO DO CANDIDATO EM FUNÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA O MESMO CARGO. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. Os candidatos aprovados em concurso público, dentro do número de vagas oferecidas pelo edital do certame, contam com direito subjetivo à nomeação e têm em favor de si um dever de nomeação da Administração, respeitada a discricionariedade do administrador em escolher o momento de nomeação dentro do prazo de validade do concurso. 2. O poder discricionário da Administração em nomear candidatos aprovados no certame durante sua validade encontra-se limitado na hipótese de haver contratação precária de terceiros para o exercício dos cargos vagos e ainda existirem candidatos aprovados no concurso pendentes de nomeação. 3. Contratação e manutenção injustificada de servidores temporários em detrimento da convocação dos candidatos aprovados no concurso público. Hipótese de preterição configurada. 4. Segurança concedida. DECISÃO: "Por unanimidade, e em consonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança vindicada, nos termos do voto do relator.". Sessão: 13 de agosto de 2019.

Secretaria do Tribunal Pleno , em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0657774-21.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Requerente: Patric Carlos Brito de Oliveira Advogado: Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM) Requerido: Estado do Amazonas Intssado: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Délcio Luís Santos. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR PROMOVIDO A PATENTE DE CABO. RETIFICAÇÃO DA DATA DE PROMOÇÃO À GRADUAÇÃO DE CABO DO QUADRO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR. REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 7º, §1º DA LEI ESTADUAL Nº 4.044/2017. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA MANDAMENTAL. SEGURANÇA DENEGADA. I. O mandado de segurança ostenta como requisito inafastável a comprovação inequívoca, mediante prova pré-constituída, do direito líquido e certo alegado na exordial. II. Impetrante que pretende a retificação da data de sua promoção à patente de Cabo da Polícia Militar do Estado do Amazonas, ao argumento de que o ato deveria retroagir seus efeitos ao mês de dezembro de 2016. III. Inexistência de comprovação efetiva acerca do preenchimento dos requisitos necessários à promoção por antiguidade, previstos na Lei Estadual nº 4.044/2014, à época pretendida. IV. Impossibilidade de dilação probatória via mandamental. V. Segurança denegada, em conformidade com o parecer do Graduado Órgão Ministerial.. DECISÃO: “Por unanimidade, e em consonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança pleiteada, nos termos do voto do relator.”. Sessão: 13 de agosto de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0005359-79.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Valderiza Lourenço Pedrosa - FICA INTIMADA a Embargada, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Joenilson dos Santos Rodrigues (3178/AM), Augusto Costa Junior (4337/AM), Nazareno Pereira de Melo (5690/AM), do DESPACHO de fl. 8, proferido pela Exma. Senhora Juíza Convocada Dra. Onilza Abreu Gerth, Relatora destes autos, cujo teor final é o seguinte: “Intime-se a Embargada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração opostos às fls. 01/07. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria para as providências legais subsequentes”. - Advs: Franklin Arthur Martinez Filho (OAB: 1251A/AM) - Joenilson dos Santos Rodrigues (OAB: 3178/AM) - Augusto Costa Junior (OAB: 4337/AM) - Nazareno Pereira de Melo (OAB: 5690/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0005359-79.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Valderiza Lourenço Pedrosa - FICA INTIMADA a Embargada, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Joenilson dos Santos Rodrigues (3178/AM), Augusto Costa Junior (4337/AM), Nazareno Pereira de Melo (5690/AM), do DESPACHO de fl. 8, proferido pela Exma. Senhora Juíza Convocada Dra. Onilza Abreu Gerth, Relatora destes autos, cujo teor final é o seguinte: “Intime-se a Embargada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração opostos às fls. 01/07. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria para as providências legais subsequentes”. - Advs: Franklin Arthur Martinez Filho (OAB: 1251A/AM) - Joenilson dos Santos Rodrigues (OAB: 3178/AM) - Augusto Costa Junior (OAB: 4337/AM) - Nazareno Pereira de Melo (OAB: 5690/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Exmo. Sr. Desdor. **Yedo Simões de Oliveira**, Presidente do Tribunal Pleno, torno público que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, sera julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, o seguinte processo.

PROCESSO: DIGITAL: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4000750-98.2019.8.04.0900. Impetrante: **LUANA RIBEIRO GOMES´PIOTTO.** Advogados**:** Drs. Fabrizzio Gadelha souza (OAB/AM nº 13.057), Alessandro Noqueira Monteiro (OAB/AM nº 10.554) e Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB/AM nº 11.940). Impetrados: **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS e SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO AMAZONAS – SUSAM e FUNDAÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA DO ETADO DO AMAZONAS-FCECON.** Presidente: Exmo. Sr. Desdor. **Yedo Simões de Oliveira.** Relator: Exmo. Sr. Desdor. **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA.** Procuradora-Geral de Justça: **Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque.** Manaus 21 de agosto de 2019.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Conclusão de Acórdãos

Processo nº 0617713-55.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual. **Impetrante: Setcam-sind. Emp. Transp. Carg(AM).** (Advogados: Dr. Robinson Vieira - OAB/SP n.º 98385 e Dr. Nicolau Abrahão Haddad Neto - OAB/SP n.º 180747). **Impetrado: Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas-Sefaz. Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge. **Relator: Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos. Procurador de Justiça**:Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Délcio Luís Santos (Relator),** Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro e Joana dos Santos Meirelles. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO TRIBUTÁRIO. ICMS. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA LEI EM TESE. INOCORRÊNCIA. REGIMES DIFERENCIADOS DE TRIBUTAÇÃO. CRÉDITO PRESUMIDO. ART. 20, §16, DO RICMS/AM. ADESÃO POR LIVRE ESCOLHA DO SUJEITO PASSIVO, RETRATÁVEL A QUALQUER TEMPO. ILEGALIDADE. BITRIBUTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. OPERAÇÃO DE REDESPACHO QUE SE DISTINGUE DA OPERAÇÃO DE TRANSPORTE DE CARGA COMO UM TODO. POSSIBILIDADE DE REPASSE DO ÔNUS ACARRETADO PELO TRIBUTO AOS CONSUMIDORES. DENEGAÇÃO DE SEGURANÇA. 1. Não se aplica a proibição de mandado de segurança contra lei em tese, consagrada no Enunciado nº 266, do STF, em casos de análise incidental da ilegalidade de ato normativo secundário, incapaz de inovar na ordem jurídica; 2. O STF já se manifestou no sentido de reconhecer a constitucionalidade de regimes de tributação diferenciada, de adesão facultativa, assegurando ao sujeito passivo a opção de manter a escrituração ordinária de créditos e débitos. Precedentes; 3. A adesão do sujeito passivo à sistemática do crédito presumido implica em sua sujeição ao regime jurídico estabelecido, não tendo o art. 20, § 16, do RICMS/AM violado nenhuma norma legal ao impedir o aproveitamento de créditos de redespacho pelos aderentes; 4. Não há falar em bitributação ilícita, na medida em que o Estado do Amazonas tributa o transporte de cargas operado entre transportadora e contratante, enquanto o Estado do Pará tributa o contrato de redespacho, firmado entre transportadoras para a execução de trecho específico do transporte; 5. Segurança denegada. **ACORDAM** os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em denegar a segurança vindicada, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado. ***IMPEDIDO**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes*

Processo nº 0632121-17.2018.8.04.0001 - Conflito de Competência - Origem: 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). **Suscitante: Juízo de Direito 2.º Juizado Especializado da Violência Doméstica. Suscitado: Juízo de Direito da 3.ª Vara do Juizado Especializado em Violência Domestica(AM). Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª Nélia Caminha Jorge. **Relatora: Exma. Sra. Desª. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Rita Augusta de Vasconcellos Dias. **Desembargadores presentes**: **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. 2ª VARA ESPECIALIZADA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. 3ª VARA ESPECIALIZADA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. ARTIGOS 3º E 4º DA RESOLUÇÃO N.º 15/2017 DO TJAM. DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS CONFORME A RESIDÊNCIA DA VÍTIMA. MATÉRIA INSERIDA NO ÂMBITO ORGANIZACIONAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA. CONSTITUCIONALIDADE. FACILITAÇÃO E PROTEÇÃO À MULHER EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE E VULNERABILIDADE. CONFLITO PROCEDENTE. 1. Em se tratando de Conflito Negativo de Competência entre Varas Especializadas nos Crimes previstos na Lei Maria da Penha, cumpre analisar a constitucionalidade dos artigos 3º e 4º da Resolução n.º 15/2017 do TJAM, que prevê a distribuição dos feitos conforme a residência da vítima. 2. In casu, não há falar em inconstitucionalidade, porquanto a matéria tratada na Resolução n.º 15/2017 do TJAM versa sobre normas meramente procedimentais de distribuição dos processos entre as três Varas especializadas existentes, estando dentro de sua competência concorrente. 3. Segundo a Constituição Federal, é de competência dos Tribunais Estaduais estabelecer a forma de organização de seus órgãos jurisdicionais, não implicando em ofensa à competência privativa da União a Resolução que versa sobre a distribuição conforme o bairro da vítima, dentro da Comarca de Manaus. 4. Resolução que possui o escopo, ainda, de facilitar e melhor proteger a mulher em situação de risco, fragilidade e vulnerabilidade, em atenção à Convenção de Belém do Pará, da qual o Brasil é signatário. 5. Conflito Negativo de Competência conhecido e julgado procedente, em consonância ao Parecer do Ministério Público, declarando o Juízo do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, tendo em vista que a vítima reside em Bairro sob sua responsabilidade. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes das Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Ministério Público, conhecer e prover o Conflito Negativo de Competência**.**

Processo nº 0641648-90.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública. **Impetrante: Suzuki Indústria e Comércio de Máquinas Ltda.** Advogados: Dr. José Augusto Lara dos Santos (299188/SP) e Dra. Marienne Zaroni (OAB/PR n.º 61.241). **1.º Impetrado: Estado do Amazonas e Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas. 2.º Impetrado: TCD - Navegação e Transporte.** (Advogados: Dr. Geovane Araújo Galvão - OAB/AM nº A-636, Dra. Tatyane de Araújo Campos - OAB/MG n.º 10.893, Dr. Francois Antonio Galvão - OAB/AM n.º 10015 e Dr. Vitor Eduardo de Amorim Andrelino - OAB/AM nº 9463). **Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª Nélia Caminha Jorge. **Relatora: Exma. Srª. Desª. Joana dos Santos Meirelles. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Joana dos Santos Meirelles (Relatora)**, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, José Hamilton Saraiva dos Santos e Anselmo Chíxaro. **EMENTA**: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO TRIBUTÁRIO. RETENÇÃO DE MERCADORIA. PRELIMINARMENTE. ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* DO OPERADOR PORTUÁRIO. MERO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL. MERITORIAMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE MERCADORIA. COAÇÃO AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS. PRECEDENTES DO STF. ORDEM CONCEDIDA. 1. A legitimidade de partes, embora admita conceito eminentemente processual (aquele que pede e em face de quem se pede) deve guardar, não raras as vezes, intrínseca relação com o direito material, é dizer, para que a prestação jurisdicional realize os propósitos visados pelo demandante, necessário que tanto este quanto o demandado possam ser identificados como sujeitos da relação substancial posta em juízo, ressalvados os casos em que há legitimação extraordinária. 2. No caso dos autos, o operador portuário indicado como Impetrado no presente mandamus não dispõe de poderes para ordenar o desfazimento do ato de retenção, nem possui gerência sobre o mesmo, meramente cumprindo as ordens provenientes da Secretaria de Estado de Fazendo, não sendo, pois, parte legítima para figurar no polo passivo da ação mandamental. 3. O Estado não pode reter mercadorias como meio de coação para o pagamento de tributos ou diferenças, posto que possui modos diversos para tal, não devendo ferir os princípios constitucionais do livre comércio e da liberdade de trabalho

e comércio. 4. Entendimento do STF consolidado através da Súmula 323. 5. Mandado de Segurança concedido. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Câmaras Reunidas do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em reconhecer a ilegitimidade passiva ad causam da operadora portuária e, no mérito, conceder em definitivo a segurança, nos termos do voto da Relatora. ****IMPEDIDA**: **Exma. Srª Desª Maria das Graças Pessoa Figueiredo***

Processo nº 4001674-93.2019.8.04.0000 - Revisão Criminal - Requerente: Raimundo Nonato Adriano da Silva. (Advogado: Dr. Mauro Verçoza Ferreira - OAB/AM n.º 9079). **Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** (Promotor de Justiça: Dr. Flávio Mota Moraes Silveira). **Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge. **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Revisor**: Exmo. Sr. Des. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **João de Jesus Abdala Simões (Relator)**, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha. **EMENTA**: REVISÃO CRIMINAL. FUNGIBILIDADE ENTRE AS HIPÓTESES LEGAIS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE UTILIZAÇÃO DO MÉTODO TRIFÁSICO PARA DOSIMETRIA DA PENA. SENTENÇA ANULADA NESTA PARTE. ANÁLISE CONCRETA E MOTIVADA DE ACORDO COM O ARTIGO 68, CP. PENA DEFINITIVA ENCONTRADA. REVISÃO PROCEDENTE. I - Embora conste na exordial a utilização do inciso III do artigo 621 do CPP, claramente, vê-se que os fatos narrados preenchem a hipótese do inciso I do mesmo dispositivo infraconstitucional, admitindo-se o recebimento da demanda para corrigir a dosimetria da pena; II - A sentença prolatada, em 18/03/2014, pela Vara Única da Comarca de Eirunepé/AM (cópia de fls. 40/41) deixou de apresentar fundamentação acerca do cálculo da pena privativa de liberdade, olvidando-se quanto ao método trifásico de dosimetria da pena (artigos 59 e 68, CP), apresentando uma pena base alta em relação à pena mínima cominada para o tipo penal reconhecido em sessão do Tribunal do Júri, isto é, violou expressamente o artigo 93, IX da Norma Fundamental de 1988; III - Consoante o juízo rescindente, impõe-se a procedência da revisão criminal cassando a sentença condenatória (cópia de fls. 40/41) apenas na parte da dosimetria da pena; IV - Amparado no juízo rescisório da revisão criminal, atingese o resultado da pena definitiva, consoante argumentos fático-jurídicos e o método trifásico de Nelson Hungria, de 13 (treze) anos de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, no regime fechado, na forma do art. 34 e parágrafos do Estatuto Repressor; V - Revisão Criminal julgada procedente. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial (fls. 121/126), julgar procedente a revisão criminal para cassar parcialmente a sentença condenatória (cópia de fls. 40/41) e, refazendo a dosimetria da pena, de acordo com o artigo 68, CP, estabelecer nova pena privativa de liberdade definitiva no patamar de 13 (treze) anos de reclusão, nos termos do voto do Relator.

Processo: 4001596-36.2018.8.04.0000 - Reclamação - Reclamante: **Renato dos Santos Silva.** (Advogada: Dra. Janaina Santos de Lima - OAB/AM n.º 10212). Reclamado: **Juizo de Direito da 2a Turma Recursal do Estado do Amazonas**. Interessado: **Serasa S.A**. **Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge. **Relator**: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **João Mauro Bessa - Relator**, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira e Paulo César Caminha e Lima. **EMENTA**: ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - VIOLAÇÃO À ENUNCIADO DE SÚMULA DO STJ - INOCORRÊNCIA - JULGADO QUE NÃO APRECIOU O MÉRITO - EXTINÇÃO DA AÇÃO FACE À LITISPENDÊNCIA - ALEGADA CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DE TRIBUNAIS ESTADUAIS - JULGADOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NAS HIPÓTESES DO ART. 988 DO CPC E DO ART. 1.º DA RESOLUÇÃO STJ/GP N.º 03/2016 - AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1. *In casu*, o reclamante aponta ofensa ao enunciado da Súmula n.º 359 do STJ, o qual estabelece que “cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição”. Isso porque, segundo alegado na exordial, o SPC e o SERASA teriam efetuado a referida notificação em endereço distinto daquele por ele informado ao credor, tornando, assim, inexistente o ato. Contudo, compulsando os autos, verifica-se que os acórdãos reclamados não analisaram o mérito da demanda, tendo, em verdade, chancelado a extinção do processo sem resolução do mérito, em virtude da constatação da litispendência. Deste modo, não é possível afirmar que os acórdãos reclamados violaram o teor da súmula n.º 359 do STJ, visto que os provimentos jurisdicionais sequer adentraram na matéria de fundo, limitando-se a abordar questão prejudicial de cunho meramente processual, cujo reconhecimento conduziu à extinção do feito sem resolução do mérito. 2. O reclamante insurge-se, ainda, contra o reconhecimento da litispendência pelo Juízo Reclamado. No entanto, não suscitou nem demonstrou ofensa à nenhuma súmula ou jurisprudência do STF ou STJ que se enquadrasse nas hipóteses elencadas no art. 988 do CPC e no art. 1.º da Resolução STJ/GP n.º 03/2016, limitando-se a colacionar julgados de Tribunais Estaduais, o que também inviabiliza o conhecimento da reclamação. 3. Em verdade, dessume-se propósito de obter o rejulgamento da causa, pretensão essa que é incompatível com a via processual eleita, que não pode ser utilizada como sucedâneo recursal. Sendo assim, forçoso reconhecer a ausência de interesse processual, sob o viés adequação, no manejo da Reclamação, visto que a demanda proposta pela parte reclamante não se enquadra nas hipóteses taxativas de cabimento elencadas no artigo 988 do CPC/2015 e no artigo 1.º da Resolução STJ/GP n.º 03/2016, dando ensejo à extinção do feito sem resolução do mérito, ex vi art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. 4. Reclamação extinta sem resolução do mérito. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Egrégias Câmaras Reunidas deste Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em julgar extinta, sem resolução do mérito, a presente reclamação, fulcro no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Processo nº. 4001577-93.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública. **Agravante: Rodin Serviços e Conservação Ltda.** (Advogado: Dr. Raimundo Hitotuzi de Lima - OAB/AM n.º 2024). **Agravados: Estado do Amazonas e Presidente da Comissão Geral de Licitação do Estado do Amazonas-CGL.** (Procuradora do Estado:Dra. Patricia Petrucelli Marinho - OAB/AM n.º 3319). **Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª Nélia Caminha Jorge. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. Procuradora de Justiça**:Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Paulo César Caminha e Lima (Relator**), Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura e Domingos Jorge Chalub Pereira. **EMENTA**: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ATRIBUIÇÃO DE VALOR À

CAUSA. MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO EM QUE A PRETENSÃO MATERIAL SE REFERE AO CONTROLE DE LEGALIDADE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE PROVEITO ECONÔMICO DIREITO OU INDIRETO A DETERMINAR O CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DO VALOR DA CAUSA, SENDO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA EM PRIMEIRO GRAU. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em dar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Processo nº 4001544-06.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrantes: **João Batista Ferreira e Lucia Maria Sousa Ferreira**. (Advogados: Dr. Edinei Lourenço de Carvalho Junior - OAB/AM n.º 9347, Dr. Edinei Lourenço de Carvalho - OAB/AM n.º 9689 e Dra. Raphaela da Costa Nascimento - OAB/AM n.º 9861). Impetrado: **Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Iranduba(AM)**. **Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª Nélia Caminha Jorge **Relatora**: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. **Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Nélia Caminha Jorge - Relatora**, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques e Jorge Manoel Lopes Lins. **EMENTA**: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. AUSÊNCIA DE JUSTO RECEIO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO EM RELAÇÃO A ATO FUTURO E GENÉRICO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. SEGURANÇA DENEGADA. I - O mandado de segurança preventivo exige efetiva ameaça (art. 1º da Lei n. 12.016/2009) decorrente de atos concretos ou preparatórios por parte da autoridade indigitada coatora, não bastando o risco de lesão a direito líquido e certo, baseado em conjecturas por parte do impetrante, que, subjetivamente, entende encontrar-se na iminência de sofrer o dano. II - O *mandamus* não se presta à obtenção de uma sentença genérica aplicável a eventos futuros cuja ocorrência é incerta. Logo, não bastam suposições ou conjecturas de possível ocorrência do magistrado usar como razão de decidir eventual fundamento de sentença que foi anulada. III - A ameaça (justo receio) traduz a ideia de perigo concreto e atual de modo que a cominação abstrata, remota e genérica enseja a denegação da segurança. IV - Segurança denegada. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores das Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, denego a segurança, nos termos do voto da desembargadora relatora.

Processo nº 4001363-05.2019.8.04.0000 - Conflito de Competência - Suscitante: Panificadora Oliveira Ltda-ME. (Advogado: Dr. Ewerton Smith do Nascimento - OAB/AM n.º 9715). **1.º Suscitado: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital(AM). 2.º Suscitado: Juízo de Direito da 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital(AM). 3.º Suscitado: Juízo de Direito da 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital(AM). Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª Nélia Caminha Jorge. **Relator: Exmo. Sr. Des. Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Anselmo Chíxaro (Relator)** Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, Domingos Jorge Chalub Pereira, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins e José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DOS JUÍZOS SUSCITADOS. INOBSERVÂNCIA DA REGRA DO ART. 66, DO CPC/2015. - A teor do disposto no artigo 66 do CPC/2015, para que se reconheça a existência de um conflito de competência é imperioso que haja a declaração dos juízos acerca da competência ou não para o julgamento do feito, ou mesmo a ocorrência de controvérsia que verse sobre a reunião ou separação de processos. - No presente caso, a despeito da previsão contida no artigo 951 do CPC, que dispõe que o conflito de competência pode ser suscitado por qualquer das partes, não há a demonstração da existência de um efetivo conflito de competência entre dois ou mais Juízes. - Conflito de competência não conhecido. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em harmonia com o Parecer do Ministério Público, em não conhecer do conflito de competência, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.

Processo nº 4001334-52.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: **Defensoria Pública do Estado do Amazonas**. (Defensores Público: Dr. Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa e Dr. Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior - OAB/AM n.º 2992). Impetrado: **Juízo de Direito da 1.ª Vara da Comarca de Coari(AM)**. **Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge. **Relatora**: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles. **Procuradora de Justiça**: Exma. Srª. Drª. Suzete Maria dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. Joana dos Santos Meirelles (Relatora), Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos e Anselmo Chíxaro. **EMENTA**: CIVIL E PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA JUDICIAL. CONDENAÇÃO DA DEFENSORIA ESTADUAL AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE DEFENSOR DATIVO NOMEADO PELA AUTORIDADE JUDICIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO TERATOLÓGICA. ÔNUS DO ESTADO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SEGURANÇA CONCEDIDA. I - É dever do Estado, e não da Defensoria Pública Estadual, arcar com o ônus do pagamento de advogado dativo nomeado pelo juízo. II - Segurança concedida. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONCEDER A SEGURANÇA, nos termos do voto da Relatora.

Processo nº 4001024-46.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: Alvori José Crocetti. (Advogada: Dra. Gisele Correia dos Santos Batista - OAB/AM n.º 419). **Impetrado: Juízo de Direito da 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca da Capital(AM). Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge. **Relator: Exmo. Sr. Des. Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro (Relator)**, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins e José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO RECORRÍVEL POR MEIO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO COM EFEITO SUSPENSIVO. ÓBICE NA SÚMULA N.º 267 DO STF. MANDADO DE SEGURANÇA DENEGADO, EM HARMONIA COM O PARECER MINISTERIAL. LIMINAR REVOGADA. - O mandado de segurança, atualmente disciplinado na Lei n.º 12.016/2009, visa à proteção de direito líquido e certo do interessado contra ato do Poder Público, destinando-se a afastar lesão a direito subjetivo do Impetrante, capaz de ser comprovado de plano, por documento

inequívoco, que independe de produção de prova e de exame técnico. - O inconformismo em face de atos judiciais deve ser manejado por meio do recurso previsto na Legislação Civil adjetiva e, na possibilidade de atribuição de efeito suspensivo, preleciona o art. 5.º Inciso II, da Lei n.º 12.016/2009, que é vedada a concessão de Mandado de Segurança que pretende impugnar os atos decorrentes da função jurisdicional. - Forçoso reconhecer que o impetrante, ao optar pela interposição do remédio heroico, utilizou-se de via inadequada, uma vez que possuía sucedâneo recursal adequado para sua irresignação, isto é, a interposição de Agravo de Instrumento com efeito suspensivo, a rigor dos artigos 1.015, parágrafo único c/c 1.019, I, todos do Digesto Processual Civil de 2015. - Nesse sentido, diante da fundamentação exposta e em consonância com o Parecer Ministerial de p. 43/46, a revogação da Decisão Interlocutória expedida às páginas 32/36, e a não concessão da segurança pleiteada é a medida que se impõe. - Mandado de segurança denegado. Liminar revogada. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em DENEGAR a segurança, nos termos do voto do relator que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.

Processo nº 4000740-38.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: Adelson da Silva Saldanha. (Advogados: Dr. Ewerton Almeida Ferreira - OAB/AM n.º 6839, Dra. Sarah Lima Toledano - OAB/AM n.º 10106 e Dra. Fabiana Nogueira Neris - OAB/AM n.º 12366). **Impetrado: Presidente da Câmara Municipal de Atalaia do Norte(AM).** (Advogado: Dr. Yuri Evanovick Leitão Furtado - OAB/AM n.º 10.225). **Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Anselmo Chíxaro (Relator)**, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins e José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ELEIÇÃO DA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. CUMPRIMENTO DE REQUISITOS. NÃO COMPROVAÇÃO DE PLANO. INCABÍVEL PRODUÇÃO DE PROVA. MANDADO DE SEGURANÇA DENEGADO EM HARMONIA COM O PARECER MINISTERIAL. - O mandado de segurança, atualmente disciplinado na Lei n.º 12.016/2009, visa à proteção de direito líquido e certo do interessado contra ato do Poder Público, destinando-se a afastar lesão a direito subjetivo do Impetrante, capaz de ser comprovado de plano, por documento inequívoco, que independe de produção de prova e de exame técnico. - Forçoso reconhecer que o impetrante, ao optar pela interposição do remédio heroico, utilizou-se de via inadequada, uma vez que seu direito sequer possui liquidez e certeza de que se encontra pré-constituído e, considerando que na presente via eleita do Mandado de Segurança não se admite dilação probatória, a denegação da segurança é a medida que ora se impõe. - Mandado de segurança denegado. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em DENEGAR a segurança, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.

Processo: 1001893-85.2004.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: **Maurício Dias de Almeida.** (Advogados: Dra. Adelaide da Costa Novo Antony - OAB/AM n.º 1361 e Ivan Nogueira Costa Novo - OAB/AM n.º 2543). Impetrado: **Secretaria de Estado, Administração e Gestão Em Recursos Humanos do Amazonas - Sead. Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge. **Relator**: Cláudio César Ramalheira Roessing. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Adalberto Ribeiro de Souza. **Desembargadores presentes**: os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Cláudio César Ramalheira Roessing - Relator, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira e Paulo César Caminha e Lima. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. RETORNO DOS AUTOS DO STF PARA OBSERVÂNCIA DA TESE FIXADA NO TEMA DE REPERCUSSÃO GERAL N. 41. PAGAMENTO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA COM PARCELA DE COMISSÃO PROVENIENTE DE ESTABILIDADE FINANCEIRA E VINCULADA A SIMBOLOGIA. REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E REPERCUSSÃO AOS INATIVOS POR EXPRESSA PREVISÃO EM DECRETO DO EXECUTIVO. PODER DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NÃO PRETENSÃO DE EXTENSÃO DE BENEFÍCIO OU MANUTENÇÃO DE REGIME JURÍDICO. MATÉRIA DIVERSA DA DEFINIDA NO PRECEDENTE. REFUTAÇÃO DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO. MANTIDO O ACÓRDÃO RECORRIDO. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por maioria de votos, após seu reexame, manter o acórdão proferido.

Processo nº 0646441-72.2018.8.04.0001 - Conflito de Competência - Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. **Suscitante: Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital(AM). Suscitado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus(AM). Presidente, em exercício**: Exma. Sra. Desª Nélia Caminha Jorge. **Relatora: Exma. Sra. Desª. Onilza Abreu Gerth. Procuradora de Justiça**:Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Onilza Abreu Gerth - Relatora,** Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles e Délcio Luís Santos. **EMENTA**: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. 12ª VARA CÍVEL DA CAPITAL X 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES. AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. CONEXÃO. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO. I. Faz-se necessário o reconhecimento da conexão entre as demandas, posto que, nos autos de n.º 0650191-82.2018.8.04.0001, há pedido de regulamentação de visitas (mesmo pedido destes autos) que, inclusive, já fora deferida liminar às fls. 56/64) pelo Juízo suscitado. II. cabe esclarecer que o art. 55º, do CPC é claro ao afirmar que serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias. Fixação da competência do Juízo suscitado, 1.ª Vara de Família e Sucessões. **DECIDEM** as Egrégias Câmaras Reunidas do TJAM, por unanimidade de votos e em harmonia ao Parecer do Graduado Órgão Ministerial, em conhecer do conflito e declarar competente para processar e julgar o feito o Juízo Suscitado.

Processo nº 0644153-59.2015.8.04.0001 - Apelação - Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública. **Apelante: Julio Rodolfo Pessoa Iank.** (Advogado: Dr. Luis Juscelino Augusto Leite - OAB/AM n.º 4092). **Apelado: Estado do Amazonas.** (Procuradora do Estado: Dra. Glícia Pereira Braga e Silva - OAB/AM n.º 2269). **Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Procuradora de Justiça**: Exma. Srª. Drª. Noeme Tobias de Souza. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **João de Jesus Abdala Simões (Relator),** Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha e Djalma

Martins da Costa. **EMENTA**: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. INEXISTÊNCIA DE ATO ABUSIVO OU ILEGAL. ATO MERAMENTE DECLARATÓRIO. SEGURANÇA DENEGADA. I - Conforme se depreende do documento acostado nas fls. 31, inexiste ato coator, uma vez que o ato impugnado não apresenta qualquer conteúdo decisório. Trata-se de mera declaração a ser submetida à Administração para que a autoridade competente possa efetivamente decidir quanto à aptidão e permanência do apelante nos quadros de servidores do Estado do Amazonas. II - In casu, é indevida a ingerência do Poder Judiciário sobre as atividades do Poder Executivo, pois, inexiste manifestação da autoridade competente sobre o tema. Com efeito, antecipar-se a ponto de decidir matéria reservada à Administração antes mesmo que próprio gestor emita qualquer posicionamento, não parece coadunar o espírito republicano presente na Constituição Federal de 1988, e, mais precisamente, com o princípio da Separação do Poderes. III Apelação conhecida e não provida. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes das Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o parecer ministerial (fls. 534/543), conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 21 agosto de 2019. (a) - Maria Goreth Souza Ruiz.

CÃMARAS REUNIDAS

Processo nº 0001636-52.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração - Embargante:Vila de Sevilha Empreendimentos Imobiliários Ltda - Advogados:Dr. Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM), Dr. Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM) e Dr. Felipe Andrade Monteiro (9954/AM) - **Embargada:Lenice da Silva Maia** - Advogados:Dra. Riulna Ventura Muller (6654/AM), Dr. Ediney Costa da Silva (7646/AM) e Dra. Hilda Maria Figueiredo Mandato (5350/AM) - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Jomar Ricardo Saunders Fernandes (Relator**), Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Aristóteles Lima Thury, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins e Nélia Caminha Jorge. **IMPEDIDO:**Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DAS OMISSÕES APONTADAS. NÍTIDO INTUITO DE REDISCUTIR A MATÉRIA. RECURSO REJEITADO. 1. Os Embargos de Declaração constiuem recurso de cabimento restrito às hipóteses descritas no art. 1.022, do Código de Proceso Civil, sendo inviável nesta via recursal o reexame dos fundamentos expostos no acórdão objurgado, quando não há necessidade de esclarecer obscuridade, eliminar contradições, suprir omissões ou, ainda, corrigir erro material. 2. Inexistência de omissões no julgado, na medida em que as questões apontadas já foram objeto de exame pela decisão embargada. 3. O Acórdão atacado expressamente se manifesta quanto ao cabimento da Ação Rescisória, ora embargada, por estar comprovada a violação à norma jurídica (art. 96, V do CPC) em razão da nulidade da citação, bem como quanto a falta de determinação do recebedor, seja nos documentos apresentados ou pelo silêncio das partes envolvidas. 4. Assim, diante da ausência do vício suscitado, imperiosa a rejeição dos declaratórios. **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Processo nº 0004649-93.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Origem:1ª Vara de Humaitá/AM - **Impetrantes: Auxiliadora Ramos de Souza, Camila Barreto dos Santos, Cristiane do Couto Florindo; Eliane Acácia da Silva, Flávia Pantoja Gomes, Gilda Oliveira da Silva Machado, Leda Maria Aires de Almeida, Olinda de Oliveira Moraes, Raquel Lobato Leão, Rose Belite Cardozo Aguiar, Sirlane Silva dos Santos, Solange Sandres da Silva e Valdirene Borges da Costa** - Advogada: Dra. Mariana Oliveira (7892/RO) - **Impetrado:Prefeito Municipal de Humaitá/AM -** Procurador do Município: Dr. Jones Washington de souza Cruz (OAB/AM n.º A-1169) - Presidente em exercício: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge - **Relator: Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos -** Procurador de Justiça:Exmo. Sr. Dr. Públio Caio Bessa Cyrino. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Délcio Luís Santos (Relator)**, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Wellington José de Araújo, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro e Joana dos Santos Meirelles. **IMPEDIDO:** Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. HOMOLOGAÇÃO DE DESSISTÊNCIA. DIREITO FUNDAMENTAL. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. NÃO ENQUADRAMENTO ÀS HIPÓTESES RECONHECIDAS NA JURISPRUDÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE TEMPORÁRIOS PARA SUPRIR NECESSIDADES PONTUAIS DE CARGOS NÃO DECLARADOS VAGOS. DENEGAÇÃO DE SEGURANÇA. 1. A jurisprudência das Cortes Superiores se orienta no sentido de permitir a desistência do Mandado de Segurança a qualquer tempo, independentemente de anuência do réu. Precedentes; 2. O Direito Subjetivo à nomeação em concurso, na hipótese de aprovados fora do número de vagas, somente ocorerrá em casos de preterição a ordem de classifcação ou se surgirem novas vagas ou for aberto novo concurso ainda no prazo de validade de certame anterior e reste demonstrada a arbitrariedade da administração em realizar a preterição. Precedentes; 3. Hipóteses dos autos em que o processo seletivo simplificado voltou-se para a contratação de servidores temporários, visando suprir necessidade pontual da Administração em prencher cargos cujo titular encontra-se afastado temporariamente; 4. Não havendo vacância dos cargos, considerando a falta de comprovação de que houve nomeação de temporários para cargos efetivos, não há falar em direito subjetivo à nomeação; 5. Segurança denegada, em harmonia com o parecer ministerial. **Acordam** os Senhores Desembargadores, por unanimidade e em harmonia com o parecer ministerial, denegar a segurança, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.

Processo nº 0204504-21.2016.8.04.0001 - Conflito de Competência - Origem:Vara de Órfãos e Sucessões - Juiz Prolator: Dr. Alexandre Lopes Lasmar - **Suscitante:Juízo de Vara de Órfãos e Sucessões - Suscitado: Juízo de Direito da Segunda Vara da Família da Capital/AM** - Presidente em exercício: Exma. Sra. Desª Nélia Caminha Jorge - **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro -** Procuradora de Justiça:Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Anselmo Chíxaro (Relator)**, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge e José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: : CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - RECONSIDERAÇÃO PELO JUÍZO SUSCITADO - PERDA DO OBJETO SUPERVENIENTE - AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL - INCIDENTE PREJUDICADO - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. - Compulsando detidamente os autos, verifico que, não obstante inicialmente ter sido evidenciada a alegada prova da ocorrência do alegado conflito negativo de competência, ao longo da marcha processual, mais especificamente em Informações de p. 7, o Juízo Suscitado admite sua competência para processar e julgar a Ação em virtude da alteração do art. 154 da Lei Complementar n.º 17/97, pela Lei Complementar n.º 178/2017, a qual ocorreu posteriormente à Decisão que remeteu os autos à Vara de Sucesões. Assim, de forma que não mais existe o interesse

processual na resolução do imbróglio, o objeto do presente Conflito Negativo de Competência fora perdido, restando prejudicada, por via reflexa, a análise do presente incidente. - Nesse sentido, diante dos fatos e fundamentos escandidos, dúvida não sobre a perda do objeto da demanda, causa de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, incisos IV e VI, todos do Código de Proceso Civil/15. - Conflito de Competência prejudicado. Processo extinto sem resolução do mérito, em consonância com o Parecer Ministerial. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em JULGAR PREJUDICADO o presente Conflito Negativo de Competência, EXTINGUINDO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.

Processo n.º 0210342-34.2015.8.04.0015 - Conflito de Competência - Origem: 13.ª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital/AM - Juiz Prolator: Dr. Erivan de Oliveira Santana - **Suscitante:Juízo de Direito do 13º Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus/AM - Suscitado: Juízo de Direito da 11ª Vara Criminal da Capital/AM** Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge - **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões -** Procurador de Justiça:Exmo. Sr. Dr. Francisco Cruz. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **João de Jesus Abdala Simões(Relator)**, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. REDISTRIBUIÇÃO À JUSTIÇA COMUM. ESGOTAMENTO DOS MEIOS NECESSÁRIOS À CITAÇÃO DO ACUSADO. NÃO CONSTATADO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA IMPROCEDENTE. I - O encaminhamento de que trata o art. 66, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995, requer o esgotamento de todas as vias posíveis à localização do acusado, não sendo, portanto, legítimo o encaminhamento à justiça comum quando o Juizado Especial operou apenas 01 (uma) tentativa de citação, sem qualquer outra dilgência. I - Conflito julgado improcedente, declarando-se competente o Juízo da 13.ª Vara do Juizado Especial Criminal para julgar a Ação Penal nº 0210342-34.2015.8.04.0015. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes das Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em consonância com o parecer ministerial (fls. 163/170), por unanimidade de votos, julgar improcedente o Conflito e declarar competente o Juízo da 13.ª Vara do Juizado Especial Criminal para julgar a Ação Penal nº 0210342-34.2015.8.04.0015, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Processo nº 0606893-74.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública - Juiz Prolator: Dr. Leoney F. Harraquian - **Apelante:Universidade do Estado do Amazonas - UEA** - Procuradoras da UEA:Dra. Wanessa Cavalcante Fecury Soares, Dra. Luciana Elvas Pinheiro (5657/AM) e outros - **Apelado: Nailson da Costa de Castro Filho** Advogado: Dr. Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) - Presidente em exercício : Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes** Procuradora de Justiça:Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Jomar Ricardo Saunders Fernandes (Relator)**, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins e Nélia Caminha Jorge. **Impedido**: Exmo.Sr. Des. Délcio Luis Santos EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA CONCESSIVA DE SEGURANÇA. VESTIBULAR PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR. INSCRIÇÃO EM GRUPO DESTINADO À ALUNOS ADVINDOS DE ESCOLAS PÚBLICAS. CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO ATRAVÉS DE EXAME SUPLETIVO. APROVAÇÃO NO CERTAME COM NOTA SUFICIENTE PARA O INGRESSO PELA AMPLA CONCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O Impetrante possui direito líquido e certo de acesso ao Curso de Administração da Universidade do Estado do Amazonas, na medida em que prestou exame vestibular e obteve a 1ª colocação, com nota que seria suficiente para a sua aprovação em ampla concorrência, ou seja, independentemente do sistema de cotas. 2. Ademais, o candidato ingressou na Universidade em 2017, por força da concessão de tutela de urgência. Isto signifca dizer que o Estado já investiu em sua formação profisional por três semestres. Logo, a sua retirada de sala de aula à esa altura representaria enorme prejuízo à Administração Pública. 3. Recurso não provido. **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Processo nº 0609899-55.2018.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Origem:4ª Vara da Fazenda Pública - Juiz Prolator: Dr. Paulo Fernando de Britto Feitoza - **Apelante: Município de Manaus/AM** - Procuradores do Município: Dra. Margaux Guerreiro de Castro e Dr. Daniel Octávio Silva Marinho (4301/AM) - **Apelados: Bioexata Farmácia de Manipulação Ltda EPP; Fórmula Farma Farmácia Ltda e Amazônia Fórmula LTDA – EPP -** Advogados:Dr. Manoel Pedro de carvalho(OAB/AM n.º 4890), Dr. Oswaldo Távora Buarque Neto(OAB/AM nº 5566) e Dra.Viviane Nunes de oliveira da Costa(OAB/AM n.º 8944) Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relatora: Exma. Srª. Desª. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura -** Procuradora de Justiça: Exma. Srª. Drª. Maria José da Silva Nazaré. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura (Relator)**, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo e Ari Jorge Moutinho da Costa. **Impedido:** Exmo.Sr. Des. Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 13.454/17 AFASTADA. AUTORIZAÇÃO LEGAL PARA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA DE DROGAS ANOREXÍGENAS. RESOLUÇÃO Nº 50/2014- ANS QUE NÃO SE SOBREPÕE À LEI. ESCALONAMENTO HIERARQUIZADO DAS NORMAS JURÍDICAS. AGÊNCIA REGULADORA LIMITADA À LEGISLAÇÃO EM VIGOR. ART. 8º DA LEI Nº 9.782/99. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA EM SEDE DE REMESSA NECESSÁRIA. 1. Ainda que a constitucionalidade da Lei nº 13.454/17 esteja sendo discutida por meio da ADI 5779-DF, isso não a torna inconstitucional. Não havendo qualquer argumentação válida a infirmar a constitucionalidade da norma, deve ser de plano rechaçada a preliminar. 2. As Agências Reguladoras detém a competência normativa abstrata, contudo, não diz respeito a criação de normas jurídicas em sentido estrito, as quais a Constituição reserva ao Poder Legislativo, sendo apenas possível a edição de regulamentos administrativos, os quais, devem sempre guardar obediência ao ordenamento jurídico pátrio vigente. 3. Não há como cogitar a supremacia de uma Resolução editada por Agência Reguladora frente à Lei, isso porque, segundo o escalonamento hierarquizado das normas jurídicas, os Regulamentos Administrativos estão abaixo das leis, sendo, portanto, normas infralegais. 4. Não pode o Município de Manaus negar a vigência da Lei nº 13.454/17, ao fundamento de existência de Resolução da Anvisa em sentido contrário, isso porque, a referida

Agência Reguladora foi criada pela Lei nº 9.782/99 e no próprio texto legal, em seu art. 8º, está explícita a imposição de respeito às leis, de sorte que longe de todos os outros argumentos jungidos, as Resoluções não podem contrariar atos normativos primários. 5. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida em sede de remessa necessária, em dissonância com o Ministério Público. **ACORDAM,** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento e manter a sentença em sede de reexame necessário, nos termos do voto condutor da decisão.Sala das Sessões, em Manaus, 14 de agosto de 2019.PUBLIQUE-SE.

Processo nº 0640357-60.2015.8.04.0001 - Remessa Necessária - Origem:1ª Vara da Fazenda Público - Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone - **Requerente: Charles Cipriano de Souza** - Advogados:Dr. Ademar Felippe Mallmann Júnior (4174/AM), Dr. Márcio Greyk José de Paula Raposo (6312/AM) e Dra. Tatiana Meirelles de França (4785/AM) - **Impetrado: Diretor do Departamento de Polícia Técnico-Científica** - Advogado:Dr. Júlio Cezar Lima Brandão (2258/AM) - Presidente: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge - **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro -** Procuradora de Justiça:Exma. Sra. Dra. Suzete Maria dos Santos. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Anselmo Chíxaro (Relator)**, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge e José Hamilton Saraiva dos Santos. REMESSA NECESSÁRIA EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. POSSIBILIDADE. ALÍNEA "C", INCISOS XVI, DO ARTIGO 37 DA CF. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS VERIFICADA. SENTENÇA MANTIDA EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - Pelo disposto do art. 37, XVI da CF/88, é vedada a cumulação remunerada de cargos públicos, excetuando-se, quando houver compatibildade de horários, os casos declinados nas alíneas do dispositivo, dentre os quais o de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde (art. 37, XVI, "c", CF/88). - Da análise dos autos, verifico que o Impetrante é servidor público e acumula os cargos de Farmacêutico, na SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde e de Perito Criminal, no Departamento de Polícia Técnico-Científico - Instituto Criminalística. Conforme documento de pág. 18 e 160 dos autos, o turno ocupado pelo Impetrante na SEMSA é de 14h às 18h, e na Polícia Civil, como perito farmacêutico, conforme documento de pág. 19, é das 07h às 13h, diariamente. - Asim sendo, não há incompatibildade de cargos nem de horários. - Rexame conhecido, em consonância com o parecer do Ministério Público para manter sentença em todos os seus termos. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos,em manter a sentença objeto da remessa necessária, em harmonia com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante

Processo nº 4002432-72.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante:Jefferson Barros Ferreira - Advogada: Dra. Karen Pricilla Coelho Satana (11459/AM - **Impetrado: Município de Itapiranga/AM** - LitsPassivo:Instituto Merkabah **Presidente/Relatora:Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge -** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Nélia Caminha Jorge (Relatora)**, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques e Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. ENTREGA DE TÍTULOS. CRONOGRAMAS COM DATAS DIVERSAS. CANDIDATO INDUZIDO A ERRO. ILEGALIDADE. MODIFICAÇÃO DE RESPOSTAS DE QUESTÕES. IMPOSSIBILIDADE. MÉRITO ADMINISTRATIVO. NÃO ATRIBUIÇÃO DE PONTUAÇÃO A QUESTÃO QUE O CANDIDATO ACERTOU. ILEGALIDADE. CORREÇÃO. NOMEAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA EM PARTE. I - A divulgação de datas discrepantes para entrega de documentação relativa ao concurso público é ilegalidade que induziu o candidato a erro e causou sua eliminação equivocada do certame, razão pela qual, neste ponto, a segurança deve ser concedida para que lhe seja restiuído o prazo para entrega de documentos. I - No que tange à alteração de gabarito de questões, é cediço que a jurisprudência pátria já se consolidou no sentido de que é impossível ao Poder Judiciário adentrar o mérito administrativo e substiuir a banca examinadora na análise do acerto ou desacerto dos gabaritos divulgados. II - O acolhimento de recurso administrativo do impetrante para alteração de resposta de questão sem a consequente atribuição da pontuação respectiva é ilegalidade que pode ser sanada pelo Poder Judiciário, posto que não implica invasão do mérito administrativo. IV - Quanto ao pedido de nomeação para o cargo, verifca-se a impossibildade de conceder a segurança neste ponto, uma vez que a autoridade impetrada deve, em primeiro lugar, corrigir as ilegalidades aqui apontadas para, posteriormente, consolidar a lista final dos aprovados com as respectivas pontuações dos candidatos. V - Segurança parcialmente concedida. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores do(as) Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, em conceder parcialmente a segurança, nos termos do voto da desembargadora relatora

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus , 21 de agosto de 2019. Maria Goreth Souza .

Intimação

Câmaras Reunidas

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, Relatora nos autos de **Reclamação** nº **4003857-37.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Reclamante **Canopus Administradora de Consórcios Ltda,** advogados: Dr. Leandro Cesar Jorge (200651/SP), Dr. José Luis Scarpelli Júnior (225735/SP), Dr. Paulo Roberto Gomes Azevedo (213028/SP) e Reclamado **Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.** Fica a parte Reclamante intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. Leandro Cesar Jorge (200651/SP), Dr. José Luis Scarpelli Júnior (225735/SP) e Dr. Paulo Roberto Gomes Azevedo (213028/SP),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 420/424, com o seguinte conteúdo: "(...) Ante o exposto, INDEFIRO O PROCESSAMENTO DA PRESENTE RECLAMAÇÃO.". Em 19 de agosto de 2019. Desembargadora **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Ari Jorge Moutinho da Costa**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4002607-66.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Patrícia Batista Gomes,** advogada Drª. Daiana Satiko Takeshita (321381/SP) e Impetrado **Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saúde - SUSAM,** Procurador Dr. Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha**.** Fica a parte Impetrante intimada, na pessoa de sua advogada **Drª. Daiana Satiko Takeshita (321381/SP),** para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste a respeito da petição (fls.51/58). Em 16 de agosto de 2019. Desembargador **Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4003903-26.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Márcio José Fonseca de Oliveira,** advogado Dr. Dimas Fonseca Pereira (8765/AM) e Impetrado **O Estado do Amazonas.** Fica a

parte Impetrante intimada, na pessoa de seu advogado **Dr. Dimas Fonseca Pereira (8765/AM),** para, com espeque nos arts. 6.º da Lei n.º 12.016/2009 e 321 do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, a fim de retificar o polo passivo do presente mandado de segurança. Em 15 de agosto de 2019. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Ari Jorge Moutinho da Costa**, Relator nos autos de **Embargos À Execução** nº **0007902-31.2014.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Embargante **Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev,** advogados: Drª. Caroline Retto Frota (4411/AM), Drª. Mariangela Ladogano Leite de Azevedo (3644/AM), Drª.Patricia Portugal da Silva Benfica (7395/AM), Drª. Adriana Claudia Chaves de Carvalho Lins (3563/AM), Dr. Fabio Martins Ribeiro (449A/AM), Drª. Luciane Barros de Souza (4789/AM), Dr. Sid Alves da Silva Guilherme (4528/AM), Dr. Emily Castelo Branco Encarnação (6013/AM), Drª. Rita Maria de Freitas (3944/AM), Dr. Moisés da Silva Menezes (4648/AM), Drª. Aline Tavares de Albuquerque (4261/AM), Drª. Anne Keity Tupinambá de Carvalho Menezes (4561/AM), Dr. Jonathas Carreira Madeira Júnior (6025/AM), Dr. André Luiz M. Fernandes (5017/AM), Dr. Aloisio da Costa Filgueiras Júnior (2170/AM) e Embargado **Edinei Gomes Corrêa,** advogada Drª. Martha Mafra Gonzalez (4103/AM). Fica a parte Embargada intimada, na pessoa de sua advogada **Drª. Martha Mafra Gonzalez (4103/AM),** para no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste sobre a superveniente perda de objeto/falta de interesse, devendo ser alertadas de que o seu silêncio será compreendido como concordância. Em 19 de agosto de 2019. Desembargador **Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.**

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 21 de Agosto de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS

De ordem da Presidente, em exercício da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Novo Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Apelação / Remessa Necessária nº 0208802-03.2009.8.04.0001, de Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal

Apelante: José Carlos de Oliveira. Advogados: Dr. Affimar Cabo Verde Filho (OAB: 73974/RJ) e Dr. Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB: 7716/AM). **Apelado: Município de Manaus/AM**. Procurador(a) do Município: Dr(a).Rodrigo Monteiro Custódio (OAB: 6452/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões**. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Noeme Tobias de Souza.

Mandado de Segurança Cível nº 0611489-33.2019.8.04.0001, de Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Impetrante: Brasfanta Indústria e Comércio da Amazônia Ltda. Advogados(as): Dra. Adriana Rother (OAB: 319A/AM) e Dra. Priscilla de Oliveira Veras (OAB: 6681/AM). **Impetrados(as): Procuradora-chefe da Procuradoria da Dívida Ativa e Cobrança Extrajudicial da PGE/AM e Secretário Executivo da Receita da SEFAZ/AM**.Procurador do Estado: Dr. Leandro Venícius Fonseca Rozeira(OAB/AM n.º 10.483). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Noeme Tobias de Souza.

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 21 de agosto de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Conclusão de Acórdãos

De ordem da Exma. Sra. Desª. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamento do dia 02.09.2019, às 9:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas

32º SESSÃO ORDINÁRIA DA EGRÉGIA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
PAUTA DE JULGAMENTO - 02/09/2019 às 09:00

PRESIDENTE: Exmo(ª). Sr(ª). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura
SECRETÁRIO(A): Pollyana de Souza Bastos Lisciotto

I - Leitura da Ata
II - Leitura de Acórdãos
III - Passagem (Relatórios para Revisão)
IV - Julgamentos Designados
V - Pauta de Julgamento

Apelação Cível nº0240095-20.2011.8.04.0001
Origem:11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante:Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Advogados:Dr. Antonio Claudio Pinto Flores (A583/AM), Dr. Caio Patrick Coelho Silva Andrade (13408/AM), Dr. Pedro Câmara Junior (2834/AM), Dra. Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (613/AM)
Apelada:Rejane Freitas da Silva
Advogados:Dra. Renata de Lima Lira (798A/AM), Dra. Gisele Brito de Aguiar (4918/AM), Dra. Milcyete Braga Assayag (5006/AM), Dra. Nadla Cristina Lopes Fernandes (3256/AM) e outros
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação / Remessa Necessária nº0500370-04.2018.8.04.0001
Origem:Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator:Ana Mª de O. Diógenes
Apelante:Real Bebidas da Amazônia Ltda
Advogados:Dra. Priscila Lima Monteiro (5901/AM) e Dr. Francisco Barbosa de Souza (11041/AM)
Apelado:Município de Manaus
Procurador:Dr. Ivson Coêlho (550A/AM)
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº0224514-96.2010.8.04.0001
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Ronnie Frank T. Stone
Apelante/Apelada:Ângela Maria da Silva Nascimento
Advogado:Dr. Eddington Rocha Alves dos Santos Ferreira (7419/AM)
Apelante/Apelado:Fundação de Medicina Tropical - FMT/ IMT - AM
Procurador:Dr. Eugenio Augusto Carvalho Seelig (8625/AM)
Apelante/Apelado:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº0643300-45.2018.8.04.0001
Origem:9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Maria Eunice Torres do Nascimento

Apelante:Matos Alho Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Dr. Alexandre Viana Freire (9947/AM)
Apelada:Anel - Comércio de Cortinas e Decorações Ltda - Epp
Advogado:Dr. André Ricardo da Costa Inácio (975A/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº4001411-61.2019.8.04.0000
Origem:4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Agravante:Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Advogados:Dr. Pedro Câmara Júnior (2834/MG), Dra. Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e outros
Agravada:Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda
Advogado:Dr. Érico Caboclo de Macedo (7685/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0001852-64.2006.8.04.0001
Origem:2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Cláudio César Ramalheira Roessing
Apelante:Telemar Norte Leste S/A
Advogados:Dra. Cristina Seffair de Souza (3022/AM), Dra. Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM) e Dr. Renato Damasceno Batista (3120/AM)
Apelado:Elias Batista de Moura
Advogados:Dra. Alexsandra Maria Arruda Silva Carneiro (4321/AM) e Dr. Jádson Alves Lima (1969/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0261335-02.2010.8.04.0001
Origem:2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Leoney F. Harraquian
Apelante:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Luís Carlos de Paula e Sousa (1667/AM)
Apelante:Seplan - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento do Amazonas
Procurador:Dr. Luís Carlos de Paula e Sousa (1667/AM)
Apelado:Eliton de Jesus Feitosa
Advogados:Dr. Mauricio Pereira da Silva (1122/AM) e Dr. Eneias de Paula Bezerra (2354/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0600295-41.2016.8.04.0001
Origem:2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Leoney F. Harraquian
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Edilson Queiroz Martins (0136/MP/AM)
Apelada:Regina Fernandes do Nascimento
Advogados:Dr. Edson Pereira Duarte (3702/AM), Dra. Waldelina Pereira Duarte Correa (1293/AM), Dra. Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (2819/AM) e Dra. Christianne Di Felício F. da Silva (3631/AM)
Apelado:João Ribeiro Guimarães Júnior
Advogada:Dra. Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (6104/AM)
Apelada:Zuelha Cruz Barbosa
Advogados:Dra. Theyla Rolim Cavalcante (10763/AM), Dr. Raimundo Nonato de Moraes Brandão (8253/AM) e Dra. Janete Maria Neves de Souza (8626/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0611765-74.2013.8.04.0001
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM)
Apelante:Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Advogada:Dra. Luciane Barros de Souza (4789/AM)
Apelado:Aldemar Filgueira de Souza
Advogado:Dr. Adnilso Gomes Nery (4124/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0628681-81.2016.8.04.0001
Origem:15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Itaú Unibanco S/A
Advogados:Dra. Patrícia Gurgel Portela Mendes (5424/RN), Dr. José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM) e outros
Apelada:Eliza Carla Barbosa Mattos
Advogados:Dr. Renato de Souza Pinto (8794/AM), Dr. Harbem Gomes Avelar (9795/AM), Dra. Ana Carolina Souza Cei (8348/AM) e Dr. Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0632760-35.2018.8.04.0001
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Elizeu Nogueira da Silva
Advogado:Dr. Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Apelado:Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogados:Dra. Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (167006/RJ), Dr. Luiz Gustavo Fernandes da Costa (156721/RJ) e Dr. Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0636090-16.2013.8.04.0001
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogados:Dr. Humberto Rossetti Portela (91263/MG), Dr. Rodrigo Banayon Pontes Serudo (11132/AM), Dra. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e outros
Apelada:Marluce Miranda de Brito
Advogado:Dr. Thiago Silva de Souza Nunes (7342/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Agravo de Instrumento nº4001354-43.2019.8.04.0000
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Agravante:Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social
Advogados:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros
Agravado:Paulo Roberto de Castro Barata
Advogados:Dr. Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) e Dr. Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº4001355-28.2019.8.04.0000
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Agravante:Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social
Advogados:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros
Agravado:Iromar Pereira Aguiar
Advogados:Dr. Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) e Dr. Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº4001484-33.2019.8.04.0000
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Agravante:Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social
Advogados:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros
Agravado:Roberto Albuquerque Pinheiro
Advogados:Dr. Carlos Gomes Rocha de Freitas (10030/AM) e Dra. Adriana Maria Giannico de Araujo Viana Pinheiro (9741/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº4001485-18.2019.8.04.0000
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Agravante:Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social
Advogados:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros
Agravado:Marcos Antonio Rodrigues Rangel
Advogados:Dr. Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) e Dr. Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM)

Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº4001902-68.2019.8.04.0000
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Agravante:Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social
Advogados:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros
Agravada:Maria do Carmo Parente dos Reis
Advogados:Dr. Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) e Dr. Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº4002066-33.2019.8.04.0000
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Agravante:Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social
Advogados:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros
Agravado:Jose Humberto Frasão Merabet
Advogados:Dr. Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) e Dr. Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº4003960-78.2018.8.04.0000
Origem:3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:
Agravante:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (3629/AM)
Agravada:Márcia Cristina Silva dos Santos
Defensora:Dra. Phâmara de Souza Sicsú (6334/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº4004215-36.2018.8.04.0000
Origem:Vara Única de Urucará
Juiz Prolator:
Agravante:Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.
Advogados:Dra. Roberta Beatriz do Nascimento (192649/SP), Dr. José Lidio Alves dos Santos (156187/SP) e outros
Agravada:Rute da Silva Menezes
Advogada:Dra. Tereza Correa Marques (13118/MS)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº4005598-49.2018.8.04.0000
Origem:4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:
Agravante:Banco Bmg S/A
Advogados:Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e outros
Agravado:Jeová Costa de Melo
Advogados:Dr. Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM) e Dr. Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº0603534-58.2013.8.04.0001
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Victor André Liuzzi Gomes
Apelante/Apelado:João Martins Cabral
Advogados:Maria Lucielza Oliveira Facco (8301/AM) e outros
Apelante/Apelada:Ford Motor Company Brasil Ltda
Advogados:Dr. Celso de Faria Monteiro (A1080/AM), Dr. Renato Albani Ribeiro Rinaldi (7996/AM), Dr. Jorge Henrique Silva de Melo (7999/AM), Dr. Celso de Faria Monteiro (A1080/AM) e Dr. Lucas Emanuel Pires Montenegro (8001/AM)
Apelada:Monttana Veículos Ltda
Advogados:Dr. Antônio Cláudio Pinto Flores (583A/AM), Dr. Diego Campos (621A/AM) e Dr. Daniel do Nascimento Silva (7472/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº0619615-77.2016.8.04.0001
Origem:14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Nome do juiz prolator da sentença Não informado
Apelante:Andre Carvalho dos Santos
Advogado:Dr. Thiago Vinícius Mendonça Moreira (A1087AM)
Apelado:Banco Bonsucesso Consignado S/A
Advogados:Dra. Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº0621924-37.2017.8.04.0001
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Apelante:Banco Bradesco S/A.
Advogados:Dr. Rafael Sganzerla Durand (737/AM), Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Dra. Giovanna Castellucci (14478/MS) e Dr. Guilherme Bueno Oliveira (379945/SP)
Apelado:Aviamento de Transporte Rodoviário da Amazônia Ltda
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº4001573-56.2019.8.04.0000
Origem:11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Lia Maria Guedes de Freitas
Agravante:HS Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios Ltda
Advogados:Dr. Sandoval Fernando Cardoso de Freitas (7944/AM), Dr. Sandro Rafael da Costa Freitas (12776/AM) e Dr. Sandoval Fernando Cardoso de Freitas Junior (9321A/AM)
Agravados:NY Administração de Imóveis Ltda. e Espólio de Frederico José Borel Henriques Adão
Advogado:Dr. Rinaldo Cunha Costa (4854/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0044727-74.2010.8.04.0012
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Ronnie Frank T. Stone
Apelante:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Isaltino José Barbosa Neto (9055/AM)
Apelante:Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas
Advogados:Dr. Vander Laan Reis Goes (1380/AM), Dr. Alcebiades de Leiros Cavalcante Oliveira (552/AM) e Dr. Jonas Mota Loes (10494/AM)
Apelado:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Edilson Queiroz Martins (0136/MP/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0608169-48.2014.8.04.0001
Origem:1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:
Apelante:Rodolfo Antonio de M Benigno
Advogados:Dr. Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (7665/AM), Dr. Claudevan de Souza Pereira (7800/AM) e Dr. Silvio Kleber Batista Lobato (8813/AM)
Apelado:S. B. Imóveis Ltda
Advogados:Dr. Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (3632/AM) e Dr. Sergio Alberto Correa de Araujo (3749/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0610933-41.2013.8.04.0001
Origem:16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Abraham Peixoto Campos Filho
Apelante:Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A
Advogados:Dr. Rodolfo Meira Roessing (12719/PA) e outros
Apelados:Simone Vieira da Silva, Davi Vieira de Oliveira, Ruan Vieira de Oliveira e Douglas Vieira de Oliveira
Advogados:Dra. Silvana Castro Muniz (3328/RO), Dr. Elio Francisco de Carvalho (493A/AM), Dra. Elivana Muniz de Carvalho (3438/RO) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0623447-50.2018.8.04.0001
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogados:Dr. Servio Túlio de Barcelos (44698/MG) e Dr.

Marcelo Candiotto Freire (104784/MG)
Apelada:Laerte Cruz Lopes
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0624875-04.2017.8.04.0001
Origem:2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Santos Taketomi
Apelante/Apelado:Banco Industrial do Brasil S/A
Advogados:Dr. Wilson Sales Belchior (17314/CE) e outros
Apelante/Apelado:Vivaldo Moraes Tome
Advogados:Dra. Polyne Maressa da Mota Lopes (13523/AM) e Dr. Wallison Daniel Dias Oliveira (8932/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0631811-45.2017.8.04.0001
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogados:Dr. Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM), Dra. Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM) e Dr. Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Apelada:Barbara Suely Souza de Noronha
Advogado:Dr. Carlos Evaldo Souza Junior (7548/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0631843-55.2014.8.04.0001
Origem:1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Celso Souza de Paula
Apelante:Geap - Fundação de Seguridade Social
Advogados:Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e outros
Apelado:Simão Ferreira de Oliveira
Advogados:Dr. José Delfino Buitrago Acosta (5546/AM), Dra. Thaisa Cadais Semen (10433/AM), Dra. Laina Regina Fernandes de Alencar (10949/AM) e Dra. Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (8083/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0636507-90.2018.8.04.0001
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogados:Dr. Tiago Carneiro Lima (10422/PE), Dr. Sérgio Ricardo Bezerra de Caldas (13316D/PE), Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE), Dr. Sérgio Ricardo Motta de Almeida (49329/PE), Dr. Rômulo Nei Barbosa de Freitas Filho (22375/PE) e outros
Apelada:Antonia dos Santos Correa
Advogado:Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação / Remessa Necessária nº0605565-17.2014.8.04.0001
Origem:Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator:Ana Mª de O. Diógenes
Apelante:Município de Manaus
Procurador:Dr. Ivson Coêlho (550A/AM)
Apelada:Associação de Educação Lato Sensu do Brasil
Advogado:Dr. Antônio Adalberto Magalhães Martins
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

JULGAMENTOS EM MESA:

Agravo Interno nº0005224-67.2019.8.04.0000 (Segredo de Justiça)
Origem:3ª Vara de Família
Agravante:M. A. da S.
Defensora:Dra. Maria Domingas Gomes Laranjeira
Agravado:K. R. de S.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo Interno nº0005227-22.2019.8.04.0000 (Segredo de Justiça)
Origem:3ª Vara de Família
Agravante:F. D. C. F.
Defensora:Dra. Maria Domingas Gomes Laranjeira (1239/AM)
Agravada:L. P. P.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo Regimental nº0004230-39.2019.8.04.0000
Origem:Vara de Órfãos e Sucessões
Agravante:J. L. Chaar Simão - AmazonPrint
Advogado:Dr. João Lucas Pantoja Vieira (9982/AM)
Agravados:Handerson Souza de Melo, Reginaldo Souza de Melo, Eduardo Lima de Melo, Erika Lima de Melo, Saulo Grana de Menezes e Ellen Brenda Almeida de Melo
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0001972-56.2019.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Embargante:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Maria Hosana de Souza Monteiro
Embargado:José Ribamar Miranda de Souza
Advogada:Dra. Gláuria Giselle Chaves Henriques (6692/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0002604-82.2019.8.04.0000
Origem:1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargantes:Acácia Branca Seco Ferreira, Socorro de Fátima Branca Seco Ferreira, Acácio Sergio Seco Ferreira e Branca Virgínia Seco da Costa Ferreira
Advogados:Dr. Fausto Mendonça Ventura (2503/AM) e Dra. Acácia Branco Seco Ferreira (2507/AM)
Embargado:Espolio Miguel Barrela
Advogados:Carlos de Campos Neto (8670/AM), Filpe de Freitas do Nascimento (645/AM) e Leticia Sant Ana Xavier (1294/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Manaus, 02 de setembro de 2019
Pollyana de Souza Bastos Lisciotto
Secretário(a) da Segunda Câmara Cível

Intimação

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Apelação Cível nº 0621144-97.2017.8.04.0001**, em que é Apelante: **U. R. do N. J. .** (Advogadas: Dra. Mônica Rodrigues Vanzin - OAB/AM 12.412 e Dra. Roberta Cintrão Simões de Oliveira - OAB/AM 3.582). Apelada: **A. D. R. representada por sua Genitora C. T. D..** (Advogados: Dr. Diego Marcelo Padilha Gonçalves - OAB/AM 7.613 e Dra. Bárbara Trindade Lopes - OAB/AM 9.178). Ficam **às partes intimadas do DESPACHO de fls. 305**, exarado nos autos acima referidos no qual, ".....Diante do exposto, **fixo prazo de 10 (dez) dias, para que as partes manifestem-se a respeito do interesse na realização da audiência de conciliação requerida pelo Graduado Agente Ministerial, devendo ser advertidas de que a audiência somente não será realizada se ambas manifestarem, expressamente, o desinteresse na composição consensual (CPC/2015, art. 334, § 4.°). Intimem-se".** Manaus/AM, 13 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Wellington José de Araújo** nos autos eletrônicos de **Apelação Cível nº 0000115-10.2018.8.04.7501**, em que é Apelante: **O Município de Tefé/AM - Prefeitura Municipal de Tefé.** (Procurador: Dr. Emer de Senna Gomes - OAB/AM 7.602). Apelado: **Antonio Carlos Ribeiro da Silva**. (Advogado: Dr. Duarte Sávio Rodrigues Alves de Menezes -

OAB/AM 9.598). Ficam à**s partes intimadas da DECISÃO de fls. 144**, exarada nos autos acima referidos, cujo teor é o seguinte:" Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. 2. Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos. 3. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. 4. Publique-se. 5. À Secretaria, para providências".** Manaus/AM, 08 de agosto de 2019. (as) Des. Wellington José de Araújo - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Wellington José de Araújo** nos autos eletrônicos de **Apelação Cível nº 0000555-18.2013.8.04.3900,** em que é Apelante: **O Município de Codajás/AM - Prefeitura Municipal de Codajas/AM**. (Procurador: Dr. Hericson de Almeida Madureira - OAB/AM 6.322). Apelada**: Graciete Siqueira da Silva**. (Advogada: Dra. Mylene Costa Maciel - OAB/AM 4.838). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 114,** exarada nos autos acima referidos, cujo teor é o seguinte: " Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. 2. Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos. 3. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. 4. Publique-se. 5. À Secretaria, para providências".** Manaus/AM, 08 de agosto de 2019. (as) Des. Wellington José de Araújo - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Wellington José de Araújo** nos autos eletrônicos de **Apelação Cível nº 0001914-33.2014.8.04.7500,** em que é Apelante: **O Município de Tefé/AM - Prefeitura Municipal de Tefé/Am.** (Procurador: Dr. Emer de Senna Gomes - OAB/AM 7.602). Apelada: **Gilmara Marques de Oliveira**. (Advogados: Dr. Áureo Gonçalves Neves - OAB/AM 1.602 e Dr. Gedeon Rocha Lima - OAB/AM 70-A). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 109**, exarada nos autos acima referidos, cujo teor é o seguinte: " Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. 2. Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos. 3. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. 3. Publique-se. 4. À Secretaria, para providências**". Manaus/AM, 08 de agosto de 2019. (as) Des. Wellington José de Araújo - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Wellington José de Araújo** nos autos eletrônicos de **Apelação Cível nº 0000622-22.2016.8.04.2301,** em que é Apelante: **Banco Safra S/A.** (Advogados: Dr. Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli - OAB/RO 5.546, Dr. Edson Antônio Sousa Pinto - OAB/RO 4.643 e outros). Apelada: **Arminda Gren Pereira.** (Advogados: Dr. Everton Carlos Lise - OAB/AM 10.411 e Dra. Thais Brunelli Campos - OAB/AM 8.489). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 186**, exarada nos autos acima referidos, cujo teor é o seguinte: " A teor do disposto no art. 1.012, caput, no NCPC, em regra, o recurso de apelação terá efeito suspensivo. 2. Todavia, o parágrafo 1.º do mesmo artigo estabelece que começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: I - homologa divisão ou demarcação de terras; II - condena a pagar alimentos; III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado; IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem; V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; VI - decreta a interdição. 3. Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, **recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. 4. Dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. 5. À Secretaria, para providências".** Manaus/AM, 08 de agosto de 2019. (as) Des. Wellington José de Araújo - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Wellington José de Araújo** nos autos eletrônicos de **Embargos de Declaração nº 0004044-16.2019.8.04.0000,** em que é Embargante: **Andreza Correira Teixeira**. (Advogados: Dr. Lívia Maria Andrade Porto - OAB/AM 11.348, Dra. Márcia Caroline Milleo Laredo - OAB/AM 8.936, Brito Advogados - OAB/AM 484/2015). Embargado: **Banco Safra S/A.** (Advogados: Dra. Roberta Beatriz do Nascimento - OAB/SP 192.649 e OAB/AM 1.164, Dr. José Lídio Alves dos Santos - OAB/AM 1.163-A e outros). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 15/16**, exarada nos autos acima referidos na qual, ".....Ante o exposto, **não acolho os presentes Embargos de Declaração, por não vislumbrar o vício apontado, mantendo, por seus próprios fundamentos, a decisão que concedeu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento nº 4002233-50.2019.8.04.0000, para determinar que o banco embargado se abstivesse de consolidar a propriedade do veículo apreendido".** Manaus/AM, 08 de agosto de 2019. (as) Des. Wellington José de Araújo - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Apelação Cível nº 0626861-95.2014.8.04.0001**, **PRIMEIRA APELAÇÃO**: em que é Apelante: **Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (Advogados: Dra. Keyth Yara Pontes Pina - OAB/AM 3.467, Escritório Andrade GC Advogados - OAB/AM 057/97 e outros). Apelados: **Heddylamar Menezes de Souza e Souza e Paulo Tavares de Souza**. (Advogado: Dr. Ednilson Pimentel - OAB/AM 1.799 e outros). **SEGUNDA APELAÇÃO**: Apelantes: **Hedylamar Menezes de Souza e Souza e Paulo Tavares de Souza.** (Advogado: Dr. Ednilson Pimentel Matos - OAB/AM 1.799 e outros). Apelada: **Patri Onze Empredimentos Imobiliários Ltda.** (Advogados: Dra. Keyth Yara Pontes Pina - OAB/AM 3.467, Escritório Andrade GC Advogados - OAB/AM 057/97 e outros). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 320/322**, exarada nos autos acima referidos na qual, ".....Destarte, amparado pelas razões fincadas, **chamo o processo à ordem para: (i) tornar o pedido de designação de data para julgamento; e (ii) determinar a suspensão do trâmite deste processo, em virtude da citada decisão da Presidência. Intimem-se".** Manaus/AM, 13 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003797-64.2019.8.04.0000,** em que é Agravante: **Gonder Incorporadora Ltda**. (Advogado: Dr. Fábio Rivelli - OAB/AM 1.119-A e outros). Agravado**: Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley**. (Advogada:

Dra. Bruna de Oliveira Chíxaro - OAB/AM 9.216). Fica **o Agravado intimado**, na pessoa de sua advogada para, querendo, **apresentar contrarrazões ao presente recurso**, bem como **a Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 255/259**, cujo final é do teor seguinte: ".....Com o apoio das razões acima fincadas, **defiro o efeito suspensivo (CPC/2015, art. 1.019, I), sustando a tramitação do cumprimento de sentença. Comunique-se ao juízo a quo. Intime-se o agravado para que ofereça resposta, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender como necessária (CPC/2015, art. 1.019, II). Intime-se a Agravante".** (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos **de Embargos de Declaração Cível nº 0007924-50.2018.8.04.0000,** em que é Embargante: **Frank Landi Marinho Viana**. (Advogada: Dra. Marly Gomes Capote - OAB/AM 7.067). Embargado: **Município de Nova Olinda do Norte**. (Procurador: Dr. Álvaro Inácio Martins de Oliveira - OAB/AM 11.915 e outro). **Ficam às partes intimadas da DECISÃO de fls. 32/33,** exarada nos autos acima referidos na qual, "..... Em um posicionamento honroso e digno, o Embargante, em resposta ao despacho de fls. 26, reconheceu que se equivocou na contagem do prazo e interpôs o recurso intempestivamente, razão pela qual requereu a imediata extinção dos aclaratórios (fl. 30). **Com amparo nas razões acima fincadas, ao considerar os aclaratórios intempestivos, não conheço do recurso, nos termos do art. 932, III do CPC/2015. Intime-se".** Manaus/AM, 13 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

Julgamento Virtual

Segunda Câmara Cível

De ordem da Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, faço público que, após cumpridas as formalidades legais os seguintes processos serão julgados virtualmente. Intimo as partes, na pessoa de seus advogados, para que se manifestem, no prazo de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, sobre eventual interesse no julgamento presencial do recurso. Não havendo manifestação os autos serão incluidos automaticamente para Julgamento Virtual.

Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4001850-09.2018.8.04.0000
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Agravante:Xerox do Brasil Ltda. Advogado:Dr. Leandro Martins Péres (69795/RJ) e outros **Agravado:O Estado do Amazonas** Procuradora:Dra. Altiza Pereira de Souza (6881/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002019-93.2018.8.04.0000 (Segredo de Justiça)
Origem: 3ª Vara de Família
Juiz Prolator: Antonio Itamar de Souza Gonzaga
Agravante:J. L. N. de S. representada por E. S. do N. Defensora:Dra. Váleria Araújo Neves **Agravado:J. A. M. de S.**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002115-74.2019.8.04.0000
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Agravante:Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social Advogado:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros **Agravado:Antonio Oliveira Silva** Advogados:Drs. Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) e Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002932-41.2019.8.04.0000
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Agravante:Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social Advogado:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros **Agravado:Franciney Araujo de Oliveira** Advogado:Dra. Ana Virgínia Arakian Izel (3701/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0234620-20.2010.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte Turismo Ltda. Advogados:Drs. Rachel N. Camara de Castro (5732/AM), Suerda Carla Campos de Moraes Araujo (4083/AM) e Talvani Franco Leite Brito (680A/AM) **Apelado:Claudio Correa Azevedo** Advogado:Drs. José Amarilis Castello Branco (931/AM) e Mariana Moraes Castello Branco (12421/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0244400-47.2011.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roger Luiz Paz de Almeida
Apelante:Banco Santander S.a. Advogados:Drs. Acácio Fernandes Roboredo (89774/SP), Michelle de Oliveira Ferreira (20399/PA) e outros. **Apelada:Juliana Vieira Lopes**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0601752-79.2014.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Amazon Transportes Ltda. Advogados:Drs. Claudia Yu Watanabe (152046/SP) e Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM) **Apelada:Servis Segurança e Serviços Ltda.** Advogada:Dra. Amanda Arraes de Alencar Araripe Nunes (32111/CE) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0625680-20.2018.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Glaison Rodrigues Barroso Advogados:Dr. Benedito de Oliveira Costa (13110/AM) e outros **Apelado:Banco Gmac S.A.** Advogado:Dr. Hiran Leão Duarte (10422/CE)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0633850-49.2016.8.04.0001
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante:Raimundo Nonato Alves Advogados:Drs. Ewerton de Alencar Correia (8460/AM), José Estevaõ Xavier e Stelisy Silva da Rocha (7989/AM) **Apelado:Condomínio Senador João Bosco Ramos de Lima 2ª Etapa** Advogados:Drs. Moisés Vieira Queiroz e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP e 598A/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0605288-30.2016.8.04.0001

Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Joana dos Santos Meireles
Agravante:Renato Marques de Souza Advogados:Dr. Caio Augusto Mascarenhas Dias (4100/AM) **Agravado:Elizeu Rodrigues de Lima** Advogado:Dr. Rubenito Cardoso da Silva Júnior (4947/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0623806-39.2014.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e outros **Apelado:Emerson Eduardo Bonetti**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0635497-50.2014.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Gleide de Jesus Belém (Inventariante) Advogados:Dr. Carlos Varanda (3091/AM), Adnilso Gomes Nery (OAB/AM 4124) e outros. **Apelado:Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A** Advogado:Dra. Thatiane Tupinambá de Carvalho (3696/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0648605-10.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Vania do Nascimento Printes Advogado:Dr. Luiz Gonzaga Pinheiro Junior (12021/AM) **Apelado:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)** Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM), Lígia de Souza Frias (1074A/AM), Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação / Remessa Necessária nº 0000063-07.2017.8.04.5801
Origem: 1ª Vara de Maués
Juiz Prolator: Rafael Almeida Cró Brito
Apelante:Município de Maués - Prefeitura Municipal de Maués/am
Advogados:Drs. Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (9908/AM) e Sérgio Vital Leite de
Oliveira (9124/AM)
Apelado:Rosalina de Souza Gondim
Advogado:Dr. Rodrigo Cesar da Silva e Silva (7260/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0602617-68.2015.8.04.0001
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Apelante:Hadelen Cezar Ito de Oliveira Defensor:Dr. Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM) **Apelado:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)** Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0604872-33.2014.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento Advogados:Drs. Fernando Luz Pereira (658A/AM), Móises Batista de Souza (469A/AM) e outros. **Apelado:Paulo Elrisvan Cruz Najar** Advogados:Drs. Iran Vieira de Sousa (5706/AM) e Luciomar da Silva Almeida (2401/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0606674-32.2015.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Andre Luis Streicher Covesi Advogado:Dr. Luciano da Silva Rocha (9788/AM) **Apelado:José Nelson Gouveia Junior - EPP** Advogado:Dr. Marcelo Rodrigues dos Santos (3181/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0615336-14.2017.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem: 1ª Vara de Família
Juiz Prolator: Marcos Santos Maciel
Apelante:A. S. F. Advogada:Dra. Rosangela Smith Falcão (3075/AM) **Apelado:A. S. de O. F. representado por sua genitora S. de O. S.** Advogado:Dr. Fábio Guedes dos Reis (3132/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Remessa Necessária Cível nº 0000028-93.2014.8.04.4300
Origem: Vara Única de Guajará
Juiz Prolator: Antonio Itamar de Sousa Gonzaga
Requerente:Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotor:Dr. Iranilson de Araújo Ribeiro **Requeridos:Municipio de Guajará – AM e Camara Municipal de Guajará -AM.** Advogados:Drs. Aroldo Carvalho Lima (1665/AC) e Carlos Bergson Nascimento Pereira (2785/AC) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0603161-85.2017.8.04.0001
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante:Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos Advogado:Dr. Lázaro José Gomes Júnior (8125/MS) **Apelado:Alexandro Moreno dos Santos** Advogados:Drs. Calixto Hagge Neto (8788/AM), Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) e Wagner Jackson Santana (8789/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação / Remessa Necessária nº 0615724-48.2016.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Procurador:Dr. Luiz Gustavo Isoldi (203340/SP) **Apelado:Regivan Teles Lima** Advogado:Dr. Wilson Molina Porto (805A/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação / Remessa Necessária nº 0623969-82.2015.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante:O Estado do Amazonas Procuradora:Dra. Élida de Lima Reis (7458/AM)
Apelante:Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – Amazonprev
Advogado:Dr. Fabio Martins Ribeiro (449A/AM) e outros **Apelada:Leila de Oliveira Souza** Advogadas:Dras. Eline de Oliveira Souza (7543/AM), Flora de Oliveira Souza (8579/AM) e Leila de Oliveira Souza (5310/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0635191-81.2014.8.04.0001
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Sheilla Jordana de Sales

Apelante/Apelado:Vega Manaus T. de Passageiros Ltda Advogado:Dr. Antônio Cleto Gomes (5864/CE) e outros **Apelante/Apelado:Simone Navegante do Nascimento** Advogado:Dr. Kleibianno Teles de Souza (7098/AM) e outros

Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0058786-67.2010.8.04.0012
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Juiz Prolator: Marco Antonio Pinto da Costa
Apelante:O Estado do Amazonas Procuradora:Dra. Altiza Pereira de Souza (6881/AM) **Apelado:Representacoes Piratininga da Amazonia Ltda**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0314065-92.2007.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. De Queiroz
Apelante:Banco da Amazônia S/A Advogados:Drs. Alfredo Moacyr Cabral (341/AM), Arnaldo Henrique Andrade da Silva (4810/AC), Caroline C. e S. Meirelles (4940/AM), Erick Pinheiro Magalhães (23256/PA), Karen Esther de Queiroz Noronha (9293/AM) e Serafim P. D. Meirelles Neto (1694/AM) **Apelado:T. S. N. Distribuidora Ltda**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0608128-81.2014.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem: Vara de Órfãos e Sucessões
Juiz Prolator: Alexandre Lopes Lasmar
Apelante:L. R. F. Advogado:Dr. André Guimarães da Cruz (7549/AM) **Apelado:R. P. P.** Defensora:Dra. Regina Maria Jansen Simões (1086/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0614196-13.2015.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante:O Estado do Amazonas Procurador:Dr. Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM) **Apelado:José Reginaldo Gomes da Silva** Advogada:Dra. Jamile Ribeiro da Silva (4977/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0620501-76.2016.8.04.0001
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de queiroz
Apelantes:Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. E T Loureiro Corretora de Imoveis LTDA, Advogados:Drs. Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP), Luciana Nazima (169451/SP) e Roberto Trigueiro Fontes (692A/AM) e outros. **Apelado:Cleymar Medeiros Ramos** Advogado:Dr. Paulo César Laborda Valente (1403/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0647513-94.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Amazon Factoring Advogado:Dr. Lindomar Falcão dos Santos (7303/AM) **Apelado:Banco Bradesco S.A.** Advogados:Drs. Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (118685/SP) e Jose Manoel de Arruda Alvim Netto (12363/SP) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0651253-60.2018.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Luandel Ferreira Marques Advogados:Drs. Antonio Jarlison Pires da Silva (12261/AM), Carlos Augusto Gordinho Bindá (12972/AM) e Thiago Teixeira da Costa (12263/AM) **Apelado:Banco Santander S.A.** Advogados:Drs. André de Souza Oliveira (5219/AM) e Marco André Honda Flores (6171/MS)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0046963-76.2003.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Onilza Abreu Gerth
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A Advogados:Drs. Guilherme Vilele de Paula (1010A/AM), Luis Phillip
de Lana Foureaux (1011A/AM)) e outros. **Apelado: Plast Forro Industria e Comercio Ltda**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0203541-52.2012.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de queiroz
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (3697/AC) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (1069/AM) e outros **Apelado:Nazir Procopio Feitoza Filha**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0607878-43.2017.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante:Basilio de Jesus Gama Brito Advogados:Drs. Dimas Fonseca Pereira (8765/AM) e Luis Carlos Paula e Souza (1667/AM) **Apelado:O Estado do Amazonas** Procurador:Dr. Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB/AM 1667)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0624051-16.2015.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM), Roberto Venesia (103541/MG) e outros **Apelado:G&m Terceirização Ltda** Advogados:Drs. Anelson Brito de Souza (5342/AM), Célio Alberto Cruz de Oliveira (2906/AM) e Mario Jorge Oliveira de Paula Filho (2908/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0625965-81.2016.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Geovano Arlen Aquino Oliveira Advogado:Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) **Apelado:Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos** Advogados:Drs. Alcides Ney José Gomes (8659/MS) e Lázaro José Gomes Júnior (8125/MS).
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Exma Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0255545-71.2009.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem: 3ª Vara de Família
Juiz Prolator: Melissa Sanches Silva da Rosa
Apelante:G. B. A. representado por sua genitora C. M. B. A. Defensora:Dra. Kanthya Pinheiro de Miranda (18032/BA) **Apelado:C. A. B. A.**
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0602969-84.2019.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Apelante:B. F. S/A C. F. e I. Advogado:Dr. Sergio Schulze (1213A/AM) **Apelado:A. S. N. H. S.**
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0622563-60.2014.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelantes:Vibarto Akira Hidaka e Maria Kilza Socorro Esteves Hidaka Defensora:Dra. Caroline Pereira de Souza (9052/AM) **Apelado:Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas** Advogados:Dra. Carolina dos Santos Viana (8361/AM), José Alberto Maciel Dantas (3311/AM), Luciana Araújo Paes (4478/AM) e Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM)
Apelado:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Luciana Araújo Paes (4678/AM).
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0625241-82.2013.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Apelante:Ivonaldo Pereira de Lima Advogados:Drs. Éden Albuquerque da Silva (4115/AM) e Rubem Fonseca Flexa (43944/SC) **Apelados:Maria do Perpetuo Socorro Pereira de Lima e outros** Advogados:Drs. Carla Ceusina de Albuquerque Tavares (11005/AM) e Juzy Carla Andrade dos Santos (11004/AM) e outros
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0630507-74.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Banco Bmg S/A Advogados:Drs. Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) **Apelado:Antonio Mendonça da Silva** Advogado:Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0632693-70.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Banco Industrial do Brasil S/A Advogado:Dr. Wilson Sales Belchior (1037A/AM) e (17314/CE) **Apelado:Durvan Ailton Pedroso Pereira** Advogado:Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4000299-73.2019.8.04.0900
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Agravante:O Estado do Amazonas Procurador:Dr. Thiago Oliveira Costa (13187/AM) **Agravado:Max Alexandre da Silva Roque** Advogado:Dr. Pedro Paes da Costa (1347/AM), Dr. Celso Antonio da Silveira (OAB/AM 5807)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4001811-75.2019.8.04.0000
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Agravante:Transcal Indústria e Comércio de Cerâmica Ltda Advogados:Dr. João de Deus Gomes dos Anjos (903/AM) **Agravado:Arapaima Motores e Veiculos Ltda- Concessionaria Scania** Advogado:Drs. Igor Alves da Costa (9621/AM), Joely Lages Lira Riker (7614/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP), Raissa Tuyanne Gomes de Almeida (8998/AM) e outros.
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0001677-19.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: Manaus Previdência - MANAUSPREV Procurador: Rafael da Cruz Lauria (OAB: 5716/AM) **Embargada: Deyse Daci Trancoso D'avila** Advogado: Janette Lebre Davila Serra (OAB: 3229/AC) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA:EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. EMBARGO DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO AFASTADA. EMBARGOS ACOLHIDOS PARCIALMENTE. SEM EFEITOS MODIFICATIVOS. - Da omissão apontada sobre o art. 5º da Lei 9.717/98, não merece prosperar, pois ao cuidar desse tema o acórdão embargado assim se manifestou: Ademais o artigo 5º da lei nº 9.717/87 prevê que os RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não podem conceder benefícios distintos dos previstos no RGPS de que trata a lei nº 8.213/91, salvo disposição em contrário na CRFB/88 e, por esse motivo, o magistrado aplicou ao caso o limite de idade do RGPS. Entendimento sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça é de que prevalece a idade prevista no RGPS em desfavor da idade menor prevista no RPPS de algum ente federal.- Compete a União estabelecer normas gerais sobre previdência social naqueles temas que demandam tratamento padronizado. E aos municípios compete legislar sobre o RPPS de seus servidores, observadas as normas constitucionais e normas gerais editadas pela União.- Recurso conhecido e parcialmente provido.. DECISÃO: "EMENTA:EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. EMBARGO DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO AFASTADA. EMBARGOS ACOLHIDOS PARCIALMENTE. SEM EFEITOS MODIFICATIVOS. - Da omissão apontada sobre o art. 5º da Lei 9.717/98, não merece prosperar, pois ao cuidar desse tema o acórdão embargado assim se manifestou: Ademais o artigo 5º da lei nº 9.717/87 prevê que os RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não podem conceder benefícios distintos dos previstos no RGPS de que trata a lei nº 8.213/91, salvo disposição em contrário na CRFB/88 e, por esse motivo, o magistrado aplicou ao caso o limite de idade do RGPS. Entendimento sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça é de que prevalece a idade prevista no RGPS em desfavor da idade menor prevista no RPPS de algum ente federal. - Compete a União estabelecer normas gerais sobre previdência social naqueles temas que demandam tratamento padronizado. E aos municípios compete legislar sobre o RPPS de seus servidores, observadas as normas constitucionais e normas gerais editadas pela União. - Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0001677-19.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal

de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0002549-34.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública

Embargante: O Município de Manaus Procurador: Janaina Ferreira Barroncas (OAB: 5978/AM) **Embargada: Isabel de Oliveira Nascimento** Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO INEXISTENTE. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DEFINIDOS EM LEI. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PLANO DE SAÚDE MANAUSMED. - A finalidade dos Embargos de Declaração é, senão o aperfeiçoamento da tutela jurisdicional prestada, eliminar de seu conteúdo eventuais defeitos advindos de erro material, omissão contradição ou obscuridade, conforme disposto no art. 1.022 do CPC;- Sendo assim o Embargante, em verdade, pretendeu forçar a reapreciação do mérito do julgado, o que não se admite na via utilizada, devendo os embargos ser rejeitado- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO INEXISTENTE. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DEFINIDOS EM LEI. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PLANO DE SAÚDE MANAUSMED. - A finalidade dos Embargos de Declaração é, senão o aperfeiçoamento da tutela jurisdicional prestada, eliminar de seu conteúdo eventuais defeitos advindos de erro material, omissão contradição ou obscuridade, conforme disposto no art. 1.022 do CPC; - Sendo assim o Embargante, em verdade, pretendeu forçar a reapreciação do mérito do julgado, o que não se admite na via utilizada, devendo os embargos ser rejeitado - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002549-34.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0002616-96.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública

Embargante: O Estado do Amazonas Procurador: Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM) **Embargado: Einstein Gomes Neves** Advogado: Orlando Patrício de Sousa (OAB: 7705/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO CONTRADIÇÃO INEXISTENTES. ALEGAÇÃO DE NÃO RECEPÇÃO DO ARTIGO 98, §§ 1º E 2º DA LEI ESTADUAL N.º 1.154/75 PELA CONSTITUIÇÃO DO AMAZONAS. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. - A finalidade dos Embargos de Declaração é o aperfeiçoamento da tutela jurisdicional prestada, eliminar de seu conteúdo eventuais defeitos advindos de erro material, omissão contradição ou obscuridade, conforme disposto no art. 1.022 do CPC;- É inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO CONTRADIÇÃO INEXISTENTES. ALEGAÇÃO DE NÃO RECEPÇÃO DO ARTIGO 98, §§ 1º E 2º DA LEI ESTADUAL N.º 1.154/75 PELA CONSTITUIÇÃO DO AMAZONAS. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. - A finalidade dos Embargos de Declaração é o aperfeiçoamento da tutela jurisdicional prestada, eliminar de seu conteúdo eventuais defeitos advindos de erro material, omissão contradição ou obscuridade, conforme disposto no art. 1.022 do CPC; - É inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide. - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002616-96.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0002848-11.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Tracbel S/A Advogada: Adriana Astuto Pereira (OAB: 80696/RJ) **Embargado: Chibatão Navegação e Comércio Ltda** Advogado: Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO VERIFICADA – INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS POR OCASIÃO DO PROVIMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL – BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – VALOR FIXADO PELO JUÍZO A QUO COM BASE NA "CONDENAÇÃO" – APELO PROVIDO – NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO PARA O CÁLCULO DOS HONORÁRIOS SER REALIZADO COM BASE NO "VALOR ATUALIZADO DA CAUSA" – INTELIGÊNCIA DO ART.85, §2º, DO CPC – EMBARGOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE ACOLHIDOS.- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Embargos de Declaração parcialmente acolhidos.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO VERIFICADA - INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS POR OCASIÃO DO PROVIMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL - BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - VALOR FIXADO PELO JUÍZO A QUO COM BASE NA "CONDENAÇÃO" - APELO PROVIDO - NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO PARA O CÁLCULO DOS HONORÁRIOS SER REALIZADO COM BASE NO "VALOR ATUALIZADO DA CAUSA" - INTELIGÊNCIA DO ART.85, §2º, DO CPC - EMBARGOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE ACOLHIDOS. - Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito. - Embargos de Declaração parcialmente acolhidos. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002848-11.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a colenda Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e acolhe-lo parcialmente, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0003316-72.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A Advogada: Tainah Olímpio Galaxe (OAB: 7927/AM) **Embargado: Chibatão Navegação e Comércio Ltda** Advogado: Solon Argelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL POR OCASIÃO DO PROVIMENTO INTEGRAL DO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – HONORÁRIOS FIXADOS PELO JUÍZO A QUO COM BASE NA "CONDENAÇÃO" – APELO PROVIDO – ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO – OMISSÃO EVIDENCIADA – FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS NO MESMO PERCENTUAL, PORÉM COM FUNDAMENTO NO "VALOR DA CAUSA ATUALIZADO" – DISCIPLINA DO ART. 85, §2º, DO CPC – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS..

DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL POR OCASIÃO DO PROVIMENTO INTEGRAL DO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - HONORÁRIOS FIXADOS PELO JUÍZO A QUO COM BASE NA "CONDENAÇÃO" - APELO PROVIDO - ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO - OMISSÃO EVIDENCIADA - FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS NO MESMO PERCENTUAL, PORÉM COM FUNDAMENTO NO "VALOR DA CAUSA ATUALIZADO" - DISCIPLINA DO ART. 85, §2º, DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0003316-72.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e acolher os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0003502-95.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Diene Marialva Santiago Advogada: Maria Benigno (OAB: 236604/SP) Advogada: Camila Medeiros Coelho (OAB: 9798/AM) Advogado: Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (OAB: 619A/AM) **Embargada: Maria Marcilene da Silva Embargado: Kevin Stone Pereira da Silva** Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM) **Embargado: Ismaily Lucas Pereira da Silva Embargada: Caroline Pereira da Silva Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGO DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. VICIO NÃO CARACTERIZADO. - A finalidade dos Embargos de Declaração é o aperfeiçoamento da tutela jurisdicional prestada, eliminar de seu conteúdo eventuais defeitos advindos de erro material, omissão contradição ou obscuridade, conforme disposto no art. 1.022 do CPC.- A embargante não apontou qualquer omissão capaz de sustentar os presentes aclaratórios. Ao revés pretendeu forçar a reapreciação do mérito do julgado o que não se admite na via utilizada, isto posto devem ser rejeitados.- EMBARGOS REJEITADOS.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGO DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. VICIO NÃO CARACTERIZADO. - A finalidade dos Embargos de Declaração é o aperfeiçoamento da tutela jurisdicional prestada, eliminar de seu conteúdo eventuais defeitos advindos de erro material, omissão contradição ou obscuridade, conforme disposto no art. 1.022 do CPC. - A embargante não apontou qualquer omissão capaz de sustentar os presentes aclaratórios. Ao revés pretendeu forçar a reapreciação do mérito do julgado o que não se admite na via utilizada, isto posto devem ser rejeitados. - EMBARGOS REJEITADOS. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0003502-95.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0004491-04.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Manaus Ambiental S/A Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM) **Embargado: Manoel Augusto Pinto Cardoso** Advogado: Alfredo José Borges Guerra (OAB: 2668/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – VÍCIO DE OMISSÃO NÃO CONFIGURADO – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.- O v.acórdão não incorre em omissão, uma vez que restou evidente que a alteração da sentença do juiz a quo, fora apenas no quantum indenizatório a título de danos morais, mantendo-a íntegra em seu restante, o que incluí a condenação em honorários advocatícios em seu limite máximo.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - VÍCIO DE OMISSÃO NÃO CONFIGURADO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. - O v.acórdão não incorre em omissão, uma vez que restou evidente que a alteração da sentença do juiz a quo, fora apenas no quantum indenizatório a título de danos morais, mantendo-a íntegra em seu restante, o que incluí a condenação em honorários advocatícios em seu limite máximo. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004491-04.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0007591-98.2018.8.04.0000 - Apelação Cível, 2ª Vara de Humaitá

Apelante: Luiz Carlos Neves Lopes Advogado: André Luiz da Silva Lopes (OAB: 8548/AM) Advogado: Rebeka da Silva Riça (OAB: 9900/AM) **Apelada: Sandra Braga Marcolino** Advogado: Jones Washington de Souza Cruz (OAB: 5326/RO) **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ALIMENTOS – SENTENÇA EXTRA PETITA – DECOTE DO EXCESSO – PENSÃO ALIMENTÍCIA – MINORAÇÃO - POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE E NECESSIDADE DOS ALIMENTANDOS – SENTENÇA REFORMADA.- Compulsando os autos, de fato, não se visualiza pedido para o pagamento de outras despesas além dos alimentos já fixados. O que se observa, na verdade, é que o pleito fora apenas para tornar definitivo os alimentos provisórios e não que o Apelante arcasse com as despesas de material escolar, transporte, vestuário e medicamentos;- Nessa esteira, por se tratar de julgamento extra petita, faz-se imprescindível o suprimento do vício, com decote do excesso, sem a declaração de nulidade da decisão;- Dos documentos colacionados, verifica-se que as doenças listadas incapacitaram o Apelante para o labor desde 208, fls. 430, 431, 43, 434, e que o mesmo pasou a receber auxílio-doença, conforme Carta de Concessão de fls. 436, e, 07/02/2014, no valor de R$724,0. Já a Aliementada possui quinze anos de idade e a sua mãe, ora Recorrida, é professora e apesar de devidamente intimada não apresentou contrarrazões ao apelo. E do, cotejo da demanda de origem, não se observa os gastos da infante, tampouco foram colacionados provas no que toca ao comprometimento da renda da Apelada que pudesse impedir também o sustento da filha;- Assim, com base no exposto acima, entende-se que deve ser minorado o arbitramento da pensão alimentícia para o valor de 20% do salário-mínimo, sendo esse o valor que melhor atende ao trinômio necessidade, possibilidade e proporcionalidade existente entre as partes, o que deságua na reforma do decisum;- RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ALIMENTOS - SENTENÇA EXTRA PETITA - DECOTE DO EXCESSO - PENSÃO ALIMENTÍCIA - MINORAÇÃO - POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE E NECESSIDADE DOS ALIMENTANDOS - SENTENÇA REFORMADA. - Compulsando os autos, de fato, não se visualiza pedido para o pagamento de outras despesas além dos alimentos já fixados. O que se observa, na verdade, é que o pleito fora apenas para tornar definitivo os alimentos provisórios e não que o Apelante arcasse com as despesas de material escolar, transporte, vestuário e medicamentos; - Nessa esteira, por se tratar de julgamento extra petita, faz-se imprescindível o suprimento do vício, com decote do excesso, sem a declaração de nulidade da decisão; - Dos documentos colacionados, verifica-se que as doenças listadas incapacitaram o Apelante para o labor desde 208, fls. 430, 431, 43, 434, e que o mesmo pasou a receber auxílio-doença, conforme Carta de Concessão de fls. 436, e, 07/02/2014, no valor de R$724,0. Já a Aliementada possui quinze anos de idade e a sua mãe, ora Recorrida, é professora e apesar de devidamente intimada não apresentou contrarrazões ao apelo. E do, cotejo da demanda de origem, não se observa os gastos da infante, tampouco foram colacionados provas no que toca ao comprometimento da renda da

Apelada que pudesse impedir também o sustento da filha; - Assim, com base no exposto acima, entende-se que deve ser minorado o arbitramento da pensão alimentícia para o valor de 20% do salário-mínimo, sendo esse o valor que melhor atende ao trinômio necessidade, possibilidade e proporcionalidade existente entre as partes, o que deságua na reforma do decisum; - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0007591-98.2018.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em consonância com o parecer do graduado Órgão Ministerial, em conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0206942-49.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara de Família

Apelante: L. N. de F. Defensor: Regina Maria Jansen Simões (OAB: 1086/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Apelada: A. M. de F.** Defensor: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina de Castro do Couto Valle Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Desa. Nélia Caminha Jorge e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DIREITO FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL. BEM ADQUIRIDO NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO. RENÚNCIA DE COTA PARTE EM PROL DE MENOR. DIREITO A MORADIA. DIREITO SOCIAL. ART. 6º CF/88.- O apelado, atento com a situação de moradia das menores, requer a reforma da sentença para que seja acolhido a sua renúncia dos 50% que lhe cabe do imóvel em prol de suas filhas E.V.M. e S.M.F., cabendo à apelada apenas o direito de usufruto.- O direito à moradia é um direito social que está impresso no artigo 6º da Constituição Federal: "Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DIREITO FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL. BEM ADQUIRIDO NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO. RENÚNCIA DE COTA PARTE EM PROL DE MENOR. DIREITO A MORADIA. DIREITO SOCIAL. ART. 6º CF/88. - O apelado, atento com a situação de moradia das menores, requer a reforma da sentença para que seja acolhido a sua renúncia dos 50% que lhe cabe do imóvel em prol de suas filhas E.V.M. e S.M.F., cabendo à apelada apenas o direito de usufruto. - O direito à moradia é um direito social que está impresso no artigo 6º da Constituição Federal: "Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0206942-49.2018.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em consonância dom o Graduado Órgão Ministerial, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0254969-10.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: O Estado do Amazonas Procuradora: Kerinne Maria Freitas Pinheiro (OAB: 10105/PI) **Apelado: Hitalo Reis França** Advogado: Servulo Morais Oliveira (OAB: 6320/AM) **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina de Castro do Couto Valle Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA – PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO REJEITADA - FUNDAMENTAÇÃO SATISFATÓRIA - EXIGÊNCIA DE CNH - MOMENTO DA POSSE - FATO CONSUMADO - SÚMULA 266 DO STJ - LEI ESTADUAL N.º 3.498/2010, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI 3.732/2012 – RECURSO DESPROVIDO.- A preliminar de perda do objeto não merece prosperar, visto que ainda há interesse recursal por parte do apelante ante a sua sucumbência.- A r.sentença justificou que os efeitos do provimento jurisdicional precário foram exauridos no plano fático, e que o beneficiado já alcançou seu objetivo com a ação em exame. Além de colacionar jurisprudência do STJ.- O diploma de habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse, e não na inscrição para o concurso público (Súmula 266, STJ).- O apelado já concluiu o curso de formação, configurando um fato já consumado, tendo em vista que o mesmo já se apresenta, de mesma forma, graduado. O seu regresso ao estado de origem ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação já consolidada, tanto para o apelado, como para a parte apelante.- Lei Estadual nº 3.732/2012 alterou o art. 29 da Lei nº 3.498/2010, e passou a permitir a apresentação da CNH até o momento da conclusão do curso de formação específico da Polícia Militar.- PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL (TJ-AM - APL: 06024123420188040001 AM 0602412-34.2018.8.04.0001, Relator: Djalma Martins da Costa, Data de Julgamento: 31/10/2018, Câmaras Reunidas, Data de Publicação: 06/11/2018)- RECURSO DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO REJEITADA - FUNDAMENTAÇÃO SATISFATÓRIA - EXIGÊNCIA DE CNH - MOMENTO DA POSSE - FATO CONSUMADO - SÚMULA 266 DO STJ - LEI ESTADUAL N.º 3.498/2010, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI 3.732/2012 - RECURSO DESPROVIDO. - A preliminar de perda do objeto não merece prosperar, visto que ainda há interesse recursal por parte do apelante ante a sua sucumbência. - A r.sentença justificou que os efeitos do provimento jurisdicional precário foram exauridos no plano fático, e que o beneficiado já alcançou seu objetivo com a ação em exame. Além de colacionar jurisprudência do STJ. - O diploma de habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse, e não na inscrição para o concurso público (Súmula 266, STJ). - O apelado já concluiu o curso de formação, configurando um fato já consumado, tendo em vista que o mesmo já se apresenta, de mesma forma, graduado. O seu regresso ao estado de origem ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação já consolidada, tanto para o apelado, como para a parte apelante. - Lei Estadual nº 3.732/2012 alterou o art. 29 da Lei nº 3.498/2010, e passou a permitir a apresentação da CNH até o momento da conclusão do curso de formação específico da Polícia Militar. - PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL (TJ-AM - APL: 06024123420188040001 AM 0602412-34.2018.8.04.0001, Relator: Djalma Martins da Costa, Data de Julgamento: 31/10/2018, Câmaras Reunidas, Data de Publicação: 06/11/2018) - RECURSO DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0254969-10.2011.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, em consonância com parecer ministerial, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0602033-93.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Maria Izabel de Souza Caçula Advogada: Varcily Queiroz Barroso (OAB: 2683/AM) Advogado: Tiago Borges dos Santos (OAB: 10890/AM)

Advogado: Enysson Alcantara Barroso (OAB: 5097/AM) Advogado: Lysson Alcântara Barroso (OAB: 9208/AM) Advogado: Carlos Henrique Pevas Lima de Araújo (OAB: 12262/AM) **Apelada: Lourival Paula de Góes** Advogado: Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB: 4345/AM)

Advogado: Katia Regina Reis de Oliveira (OAB: 3703/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. POSSE INDIRETA. ESBULHO. SIMULAÇÃO DA POSSE. CONTRADITÓRIO. TESES DE DEFESA. DIRETO DE AÇÃO E DEFESA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. NÃO CABIMENTO. -A aplicação do instituto da litigância de má-fé exige interpretação ampla, posto que o direito de ação e defesa deve ser ponderado. -No caso, a apelante condenada à litigância de má-fé por suposta simulação da posse, não incidiu no instituto, posto que o simulacro envolve situação fática e não processual. -Não há direito a indenização por gastos com terraplanagem do terreno objeto do esbulho, posto que a tentativa de posse manifestamente indevida, especialmente com declaração exarada pelo órgão público competente em regularização fundiária na qual consta que a parte não detinha o direito à posse do terreno.-RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. POSSE INDIRETA. ESBULHO. SIMULAÇÃO DA POSSE. CONTRADITÓRIO. TESES DE DEFESA. DIRETO DE AÇÃO E DEFESA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. NÃO CABIMENTO. -A aplicação do instituto da litigância de má-fé exige interpretação ampla, posto que o direito de ação e defesa deve ser ponderado. -No caso, a apelante condenada à litigância de má-fé por suposta simulação da posse, não incidiu no instituto, posto que o simulacro envolve situação fática e não processual. -Não há direito a indenização por gastos com terraplanagem do terreno objeto do esbulho, posto que a tentativa de posse manifestamente indevida, especialmente com declaração exarada pelo órgão público competente em regularização fundiária na qual consta que a parte não detinha o direito à posse do terreno. -RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0602033-93.2018.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0602490-33.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 1069A/AM) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) **Apelado: Domingos Gomes da Silva Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO MONITÓRIA – EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – AUSÊNCIA DE CITAÇÃO – INÉRCIA DA PARTE AUTORA – AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE – EXTINÇÃO DO PROCESSO NOS TERMOS DO ART. 485, IV DO CPC – PRECEDENTES DESTA CORTE – SENTENÇA MANTIDA.- A citação é requisito objetivo processual de validade do processo. Consequentemente, a sua falta, enseja a extinção do processo sem exame do mérito, independentemente de intimação pessoal;RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - AUSÊNCIA DE CITAÇÃO - INÉRCIA DA PARTE AUTORA - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE - EXTINÇÃO DO PROCESSO NOS TERMOS DO ART. 485, IV DO CPC - PRECEDENTES DESTA CORTE - SENTENÇA MANTIDA. - A citação é requisito objetivo processual de validade do processo. Consequentemente, a sua falta, enseja a extinção do processo sem exame do mérito, independentemente de intimação pessoal; RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0602490-33.2015.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0603224-13.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Pan S/A Advogado: Felipe Andres Acevedo Ibanez (OAB: 1290A/AM) **Apelada: Arlene Queiroz Pelegrino Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – DIREITO PROCESSUAL CIVIL – SENTENÇA EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – ART. 485, IV, CPC – INEXIGIBILIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL – PRECEDENTES - RECURSO DESPROVIDO. - A inércia do autor em promover as diligências necessárias para a citação enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e validade deste, nos termos do art. 485, IV, do CPC. - O fundamento do magistrado de primeira instância se deu no inciso IV do art. 485, e não no II ou III do mesmo artigo, como alegado pela apelante. - A citação (válida) antecede a formação válida e regular do processo, sem ela, não há se falar em extinção por abandono, pois, sob a perspectiva processual, não se abandona o que não é válido. - Recurso desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - SENTENÇA EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - ART. 485, IV, CPC - INEXIGIBILIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL - PRECEDENTES - RECURSO DESPROVIDO. - A inércia do autor em promover as diligências necessárias para a citação enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e validade deste, nos termos do art. 485, IV, do CPC. - O fundamento do magistrado de primeira instância se deu no inciso IV do art. 485, e não no II ou III do mesmo artigo, como alegado pela apelante. - A citação (válida) antecede a formação válida e regular do processo, sem ela, não há se falar em extinção por abandono, pois, sob a perspectiva processual, não se abandona o que não é válido. - Recurso desprovido. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0603224-13.2017.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0608008-62.2019.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 1164A/AM) **Apelado: D B Passos - Me Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR POR PROTESTO DE TÍTULO POR EDITAL - NÃO COMPROVAÇÃO DO ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR - CONSTITUIÇÃO DO DEVEDOR EM MORA - NÃO CONFIGURADO – SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR POR PROTESTO DE TÍTULO POR EDITAL - NÃO COMPROVAÇÃO DO ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR - CONSTITUIÇÃO DO DEVEDOR EM MORA - NÃO CONFIGURADO - SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0608008-62.2019.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0609063-53.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Claro S/A Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) **Apelado: S V Comercio de Peças,**

Acessórios e Serviços Automotivos Ltda Me Advogado: Luiz Auzier de Almeida (OAB: 3496/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. RELAÇÃO DE CONSUMO. SERVIÇO DE TELEFONIA. FATURAS ELEVADAS. INEXIGIBILIDADE DA DÍVIDA. DANO MORAL. CONFIGURADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO COM MODERAÇÃO E DENTRO DOS PARÂMETROS DITADOS PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. - O primeiro ponto a se ressaltar é de que a situação apresentada deve ser analisada sob a ótica do direito do consumidor, uma vez que se encontra patente à relação consumerista entre as partes, subsumindo-se, portanto, ao preceituado no art. 14 do CDC, que consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor, do qual somente se exime se comprovar quaisquer das excludentes legais.- De certo que cabe ao credor o direito de negativar o nome do consumidor quando a dívida de fato existir. Contudo, o ato de inscrever o nome do consumidor em órgãos de proteção ao crédito passa a ser um ato ilícito passível de indenização.-A manutenção do valor da indenização a título de dano moral, tal como estabelecida pelo juízo de origem R$ 3.000,00 (três mil reais) se mostra razoável a indenizar o abalo moral experimentado pelo apelado. - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. RELAÇÃO DE CONSUMO. SERVIÇO DE TELEFONIA. FATURAS ELEVADAS. INEXIGIBILIDADE DA DÍVIDA. DANO MORAL. CONFIGURADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO COM MODERAÇÃO E DENTRO DOS PARÂMETROS DITADOS PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. - O primeiro ponto a se ressaltar é de que a situação apresentada deve ser analisada sob a ótica do direito do consumidor, uma vez que se encontra patente à relação consumerista entre as partes, subsumindo-se, portanto, ao preceituado no art. 14 do CDC, que consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor, do qual somente se exime se comprovar quaisquer das excludentes legais. - De certo que cabe ao credor o direito de negativar o nome do consumidor quando a dívida de fato existir. Contudo, o ato de inscrever o nome do consumidor em órgãos de proteção ao crédito passa a ser um ato ilícito passível de indenização. -A manutenção do valor da indenização a título de dano moral, tal como estabelecida pelo juízo de origem R$ 3.000,00 (três mil reais) se mostra razoável a indenizar o abalo moral experimentado pelo apelado. - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0609063-53.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe NEGAR provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0621168-33.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Alciones Reis Padron Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Apelado: Investinorte - Participações, Administração e Empreendimentos Ltda. Apelada: Sheila Pedrosa Lô Monteiro Apelado: Celio Pedrosa de Souza Lo Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO DO ADVOGADO POR MEIO DO DJE. FALTA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. SENTENÇA NULA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. É necessária a prévia intimação pessoal da parte autora, nos casos de extinção do processo com fundamento no art. 485, III e § 1.º do CPC. Nulidade da sentença;2. Recurso conhecido e provido. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO DO ADVOGADO POR MEIO DO DJE. FALTA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. SENTENÇA NULA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. É necessária a prévia intimação pessoal da parte autora, nos casos de extinção do processo com fundamento no art. 485, III e § 1.º do CPC. Nulidade da sentença; 2. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0621168-33.2014.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover o recurso de apelação, nos termos do voto do desembargador relator".

Processo: 0622201-53.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda Advogado: Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM) Advogado: Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM) Advogada: Karime Said e Said (OAB: 11800/AM)

Advogada: Elaise Moss Portela (OAB: 7689/AM)

Advogado: Caio Patrick Coelho Silva Andrade (OAB: 13408/AM) Advogado: Elisa Gomes Valente Bulboo (OAB: 9767/AM) **Apelado: Reginaldo Santa Rosa** Advogado: Isabela Farias Neves (OAB: 7950/AM) Advogada: Elaine Bonfim de Oliveira (OAB: 336A/CE)

Advogada: Elaine Bonfim de Oliveira (OAB: 336A/AM) **Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - NEGATIVA DE COBERTURA DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO EM DECORRÊNCIA DE DESCREDENCIAMENTO DE CLÍNICA - IMPOSSIBILIDADE, ANTE O NÃO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO ART. 17 DA LEI N. 9.656/98 – EQUIVALÊNCIA DA QUALIDADE NA PRESTAÇÃO – NÃO DEMONSTRADO – DANO MORAL – QUANTUM RAZOÁVEL E PROPORCIONAL – SENTENÇA MANTIDA.- Verifica-se que a Apelante não demonstra que as demais clínicas credenciadas prestam o serviço com a mesma qualidade da empresa descredenciada;- Ao que consta na folha de guia médico presente no sítio eletrônico da Recorrente (fls. 360/361) e conforme informado por esta, as demais clínicas oncológicas já eram credenciadas da UNIMED antes da rescisão do contrato com a Clínica Oncoclin. Assim, não há que se falar que houve substituição de uma para outra, mas em verdadeira diminuição na rede credenciada de atendimento;- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - NEGATIVA DE COBERTURA DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO EM DECORRÊNCIA DE DESCREDENCIAMENTO DE CLÍNICA - IMPOSSIBILIDADE, ANTE O NÃO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO ART. 17 DA LEI N. 9.656/98 - EQUIVALÊNCIA DA QUALIDADE NA PRESTAÇÃO - NÃO DEMONSTRADO - DANO MORAL - QUANTUM RAZOÁVEL E PROPORCIONAL - SENTENÇA MANTIDA. - Verifica-se que a Apelante não demonstra que as demais clínicas credenciadas prestam o serviço com a mesma qualidade da empresa descredenciada; - Ao que consta na folha de guia médico presente no sítio eletrônico da Recorrente (fls. 360/361) e conforme informado por esta, as demais clínicas oncológicas já eram credenciadas da UNIMED antes da rescisão do contrato com a Clínica Oncoclin. Assim, não há que se falar que houve substituição de uma para outra, mas em verdadeira diminuição na rede credenciada de atendimento; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0622201-53.2017.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram A Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, em conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0627837-68.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: O Estado do Amazonas Procurador: Micael

Pinheiro Neves Silva (OAB: 6088/AM) **Apelada: Maria Teresa dos Santos Luniere** Defensor: Caroline Pereira da Costa (OAB: 5249/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA – GRATUIDADE JUDICIÁRIA – REVOGAÇÃO – ART. 98, §3º, CPC – COMPROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIO – AUSÊNCIA – PERCEPÇÃO DE INDENIZAÇÃO – INSUFICIÊNCIA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- O valor a ser percebido pela apelada não tem o condão de alterar sobremaneira sua condição financeira, de modo que se demonstre possível afastar o benefício da gratuidade judiciária que lhe foi conferido, mas sim amenizar os aspectos negativos infligidos à sua dignidade e que decorreram de erro médico perpetrado por preposto do apelante, conforme consignado no transcurso do processo de conhecimento;- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - GRATUIDADE JUDICIÁRIA - REVOGAÇÃO - ART. 98, §3º, CPC - COMPROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIO - AUSÊNCIA - PERCEPÇÃO DE INDENIZAÇÃO - INSUFICIÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - O valor a ser percebido pela apelada não tem o condão de alterar sobremaneira sua condição financeira, de modo que se demonstre possível afastar o benefício da gratuidade judiciária que lhe foi conferido, mas sim amenizar os aspectos negativos infligidos à sua dignidade e que decorreram de erro médico perpetrado por preposto do apelante, conforme consignado no transcurso do processo de conhecimento; - Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0627837-68.2015.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0630346-06.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 751A/AM) **Apelado: Francisco Batista de Araujo** Advogada: Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB: A1075/AM)

Advogada: Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB: 1075A/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – CONSOLIDAÇÃO DO BEM NA POSSE DO AUTOR – RESCISÃO DO CONTRATO – DETERMINAÇÃO DE OFÍCIO - AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO PARA RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO ULTRA PETITA – VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 141 E 492 DO CPC – OFENSA AO PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO – SENTENÇA REFORMADA APENAS PARA AFASTAR A DECLARAÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO – SENTENÇA REFORMADA. - Consoante disciplinam os artigos 141 e 492 do Diploma Processual Civil, o magistrado deve decidir nos limites propostos pelas partes, além de ser vedado proferir decisão de natureza diversa da pedida, sob pena de configurar sentença citra, ultra ou extra petita;- Inexistindo pedido expresso da parte autora para rescisão contratual, configura julgamento ultra petita a declaração de rescisão do contrato, em nítida ofensa ao princípio da adstrição;- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO DO BEM NA POSSE DO AUTOR - RESCISÃO DO CONTRATO - DETERMINAÇÃO DE OFÍCIO - AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO PARA RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO ULTRA PETITA - VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 141 E 492 DO CPC - OFENSA AO PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO - SENTENÇA REFORMADA APENAS PARA AFASTAR A DECLARAÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO - SENTENÇA REFORMADA. - Consoante disciplinam os artigos 141 e 492 do Diploma Processual Civil, o magistrado deve decidir nos limites propostos pelas partes, além de ser vedado proferir decisão de natureza diversa da pedida, sob pena de configurar sentença citra, ultra ou extra petita; - Inexistindo pedido expresso da parte autora para rescisão contratual, configura julgamento ultra petita a declaração de rescisão do contrato, em nítida ofensa ao princípio da adstrição; - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0630346-06.2014.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0633270-82.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Augusta e Respeitavel Loja Simbólica Luzes da Fraternidade Universal Nº. 4070 Advogado: Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB: 7320/AM) **Apelado: Grande Oriente do Estado do Amazonas - Gobam** Advogado: Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB: 7716/AM) Advogado: Jose Artur Pozzetti (OAB: 9707/AM) **Apelado: Grande Oriente do Brasil - Gob** Advogado: Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB: 7716/AM) Advogada: Anne Lise Perin (OAB: 7447/AM)

Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. INOVAÇÃO. PEDIDO NOVO EM SEDE RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. SENTENÇA CITRA PETITA. APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA. DANOS MATERIAIS NÃO COMPROVADOS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO. I - A inovação do pedido não cabe em sede recursal. Portanto, mostra-se inviável o pedido pela entrega de Carta Constitutiva, uma vez que não requerido na inicial. II - Ao deixar de examinar o pedido referente aos danos materiais, tem-se que a sentença atacada é citra petita, e, por essa razão, deve-se integrá-la. III - Aplica-se a teoria da causa madura sobre a controvérsia trazida nos autos, tendo em vista que o processo está em condições de imediato julgamento do mérito. IV - Os danos materiais não são presumíveis devendo ser cabalmente comprovados, seja através de exibição de documentos ou por meio testemunhal, observada a regra do art. 944 do CC. A parte recorrente não se desincumbiu deste ônus imposto pelo art. 373, I, do CPC/2015, quanto aos fatos constitutivos do seu direito. V - A condenação por dano moral sofrido por pessoa jurídica não é in re ipsa, isto é, exige comprovação fática. Dessa forma, deve haver um mínimo de demonstração de prejuízo à honra objetiva, o que não fora comprovado no caso concreto. VI Apelação parcialmente conhecida e provida em parte, para integrar a sentença com aplicação da teoria da causa madura e, por conseguinte, negar procedência ao pedido de danos materiais, mantendo-se inalterados os demais termos da sentença. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer parcialmente do apelo para dar-lhe parcial provimento, a fim de integrar a sentença com aplicação da teoria da causa madura e, por conseguinte, negar procedência ao pedido de danos materiais, mantendo-se inalterados os demais termos da sentença, tudo nos termos do voto do Relator.

Processo: 0640404-29.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Procurador: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ) **Apelado: Eduardo Pereira Melo** Defensor: Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB: 14088O/MT) Defensoria: Defensoria

Pública do Estado do Amazonas **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO PREVIDÊNCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. CORREÇÃO MONETÁRIA. INPC. ADEQUAÇÃO AO POSICIONAMENTO DO STJ. - O Superior Tribunal de Justiça-STJ se posicionou que em condenações previdenciária posteriores a lei n.º 11.960/2009, deverá ser utilizado para cálculo dos juros moratórios o índice de remuneração da caderneta de poupança, e para fins da correção monetária o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)- RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PREVIDÊNCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. CORREÇÃO MONETÁRIA. INPC. ADEQUAÇÃO AO POSICIONAMENTO DO STJ. - O Superior Tribunal de Justiça-STJ se posicionou que em condenações previdenciária posteriores a lei n.º 11.960/2009, deverá ser utilizado para cálculo dos juros moratórios o índice de remuneração da caderneta de poupança, e para fins da correção monetária o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0640404-29.2018.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em consonância com o parecer ministerial, conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0640983-74.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: L T Nogueira Fradera Advogado: Michelle Pestana Godoi (OAB: 40701/BA) **Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A** Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - TELEGRAMA DIGITAL - CONSTITUIÇÃO EM MORA – VALIDADE – PRECEDENTE DESTA EGRÉGIA TERCEIRA CÂMARA SENTENÇA MANTIDA.- O decreto-lei 911/69, alterado pela Lei n. 13.043/2014 estabelece em seu artigo 2º, § 2º, os requisitos indispensáveis para a comprovação da mora, quais sejam: a notificação extrajudicial põe carta registrada com aviso de recebimento, não sendo necessário a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. Assim, a intimação da mora pode ser realizada por carta registrada com aviso de recebimento emitida via Correios, sendo dispensada a intermediação do Cartório de Títulos e Documentos, como outrora exigido;- No caso dos autos, o Apelado providenciou a regular constituição em mora do devedor, notificando-o por meio de AR digital (fls. 44/45); - Na situação apresentada, verifica-se que a notificação foi enviada ao endereço constante no contrato, comprovando-se a mora do devedor recorrente;- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - TELEGRAMA DIGITAL - CONSTITUIÇÃO EM MORA - VALIDADE - PRECEDENTE DESTA EGRÉGIA TERCEIRA CÂMARA SENTENÇA MANTIDA. - O decreto-lei 911/69, alterado pela Lei n. 13.043/2014 estabelece em seu artigo 2º, § 2º, os requisitos indispensáveis para a comprovação da mora, quais sejam: a notificação extrajudicial põe carta registrada com aviso de recebimento, não sendo necessário a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. Assim, a intimação da mora pode ser realizada por carta registrada com aviso de recebimento emitida via Correios, sendo dispensada a intermediação do Cartório de Títulos e Documentos, como outrora exigido; - No caso dos autos, o Apelado providenciou a regular constituição em mora do devedor, notificando-o por meio de AR digital (fls. 44/45); - Na situação apresentada, verifica-se que a notificação foi enviada ao endereço constante no contrato, comprovando-se a mora do devedor recorrente; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0640983-74.2018.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0712399-15.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Amazônia S/A Advogado: Serafim P. D. Meirelles Neto (OAB: 1694/AM) Advogado: Caroline C. e S. Meirelles (OAB: 4940/AM) **Apelado: J A Freire dos Santos Apelado: José Airton Freire dos Santos Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DE OFÍCIO – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO ANTERIOR DA PARTE EXEQUENTE – OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA – PRECEDENTES – SENTENÇA ANULADA.- É assente a jurisprudência desta Corte no sentido de que o reconhecimento da prescrição intercorrente depende da prévia intimação do exequente para que possa sobre ela se manifestar, sob pena de violação aos princípios consagrados nos artigos 9 e 10 do CPC.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DE OFÍCIO - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO ANTERIOR DA PARTE EXEQUENTE - OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA - PRECEDENTES - SENTENÇA ANULADA. - É assente a jurisprudência desta Corte no sentido de que o reconhecimento da prescrição intercorrente depende da prévia intimação do exequente para que possa sobre ela se manifestar, sob pena de violação aos princípios consagrados nos artigos 9 e 10 do CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0712399-15.2012.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0716476-67.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bradesco S.A. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM)

Apelado: Vieira Comercio de Produtos Alimenticios Advogado: Rômulo Sarmento dos Reis (OAB: 5435/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO POR ABANDONO DA CAUSA. ART. 267, III, CPC/73. FALTA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. SENTENÇA ANULADA. APELO PROVIDO. I - A extinção do feito, com fundamento no art. 267, III, do CPC/73, exige a intimação pessoal prévia do autor, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, supra a falta indicada pelo Juízo. A coadunar o ora defendido, é cristalina a dicção do §1.º do art. 267 do CPC/73; II - Apelação conhecida e provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Processo: 4001935-58.2019.8.04.0000 - Agravo de

Instrumento, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Banco Dacoyval S/A Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) **Agravada: Maria do Socorro Vieira de Barros** Advogada: Érika Naiana D'Aquino Pires (OAB: 590A/AM) Advogado: Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB: 6502/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. IRREGULARIDADE NOS DESCONTOS. PROBABILIDADE DO DIREITO. RISCO DE DANO GRAVE DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. ASTREINTE RAZOÁVEL. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. I - Por meio dos contracheques juntados aos autos, a autora demonstra que houve descontos em folha de pagamento concomitante ao efetivação de débito em sua conta corrente, razão pela qual o procedimento adotado pelo banco aparenta irregular, existindo a probabilidade do direito da autora/agravada; II - Mostra-se uma situação de difícil reparação, pois o fato, por si só, é suficiente para gerar prejuízo à agravada, na medida em que tais descontos reduzem significativamente os seus proventos, os quais, ressalte-se, são indispensáveis para a sua sobrevivência; III - Descabe o argumento de irreversibilidade da suspensão dos descontos, posto que os valores poderão voltar a ser deduzidos caso a medida seja reformada; IV - Na fixação de multa no valor de R$1.000,00 (mil reais) por desconto efetivado, não se percebe qualquer desproporcionalidade ou indícios de irrazoabilidade. O valor se mostra consentâneo com os critérios elencados, de modo a evitar enriquecimento sem causa e compelir a instituição financeira a cumprir a obrigação; V - Agravo de Instrumento conhecido e improvido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Processo: 4003792-76.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Eucatur Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo Ltda Advogada: Suerda Carla Campos de Moraes Araujo (OAB: 4083/AM) Advogado: Talvani Franco Leite Brito (OAB: 680A/AM) **Agravada: Maria Nobre de Souza** Advogada: Maria Tereza Nobre de Souza Silva (OAB: 5371/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL – CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA – PENHORA ON-LINE – INDICAÇÃO DE IMÓVEL – LIQUIDEZ ÍNFIMA – IMPOSSIBILIDADE – ORDEM PREFERENCIAL – DINHEIRO – ART. 835, CPC – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE SITUAÇÃO EXCEPCIONAL – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- Como cediço, o art. 835 do Código de Processo Civil estabelece ordem preferencial para a efetivação da penhora, figurando o dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira, em primeiro lugar na cadeia de possibilidades legalmente instituída;- Conforme certificado por oficial de justiça, o imóvel indicado encontra-se ocupado por pretensos "invasores", sendo, desse modo, flagrante a sua baixa liquidez, insuficiente, portanto, para autorizar a subversão da ordem preferencial estabelecida, na forma do §1º do art. 835 do CPC;- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA - PENHORA ON-LINE - INDICAÇÃO DE IMÓVEL - LIQUIDEZ ÍNFIMA - IMPOSSIBILIDADE - ORDEM PREFERENCIAL - DINHEIRO - ART. 835, CPC - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE SITUAÇÃO EXCEPCIONAL - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - Como cediço, o art. 835 do Código de Processo Civil estabelece ordem preferencial para a efetivação da penhora, figurando o dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira, em primeiro lugar na cadeia de possibilidades legalmente instituída; - Conforme certificado por oficial de justiça, o imóvel indicado encontra-se ocupado por pretensos "invasores", sendo, desse modo, flagrante a sua baixa liquidez, insuficiente, portanto, para autorizar a subversão da ordem preferencial estabelecida, na forma do §1º do art. 835 do CPC; - Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4003792-76.2018.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0235907-71.2017.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, B. L. da S.** , advogado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Valéria Araújo Neves (120303/MG) e como **Apelado, I. P. F. da S**. **Despacho:** "(...) Cumpra-se a promoção de fls.37/39 do Graduado Órgão Ministerial no sentido de que os autos retornem ao MM. Juízo de origem para o fim de intimar a Apelada, com fulcro no art. 1.010 §1º, do CPC/15. À Secretaria para providências. Manaus, 21/08/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4001598-69.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Marta de Oliveira Atem**, advogados, Drs. Emerson da Silva Castro (5591/AM), Mayra de Castro Maia Florencio Cavalcanti (11740/PB) e Pedro Xavier Coelho Sobrinho (598/RR) e como **Agravado, Francisco Luís Simões da Silva**, advogado, Dr. Fernando Luís Simões da Silva (6063/AM). **Despacho:** "(...) Compulsando os autos originários, verifico que o pedido de justiça gratuita a favor da executada, ora agravante, fora expressamente indeferido em decisão de fls. 23, daqueles autos. Sendo assim, intime-se a agravante para realizar o recolhimento em dobro do preparo, sob pena de deserção, nos termos do art. 1.007, §4º do CPC/15. À Secretaria para providências. Manaus, 19 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0001920-40.2014.8.04.7500**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, O Município de Tefe**, advogado, Emer de Senna Gomes (7602/AM) e como **Apelada, Maria Angelita Pereira Maia**, advogados, Drs. Aureo Gonçalves Neves (1602/AM) e Gedeon Rocha Lima (70A/AM). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005234-14.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, A. Martins Construções Ltda**, advogado, Dr. Luiz Fernando Mafra Negreiros (5641/AM) e como **Embargado, Tainá Palheta da Silva Dias**, advogado, Dr. Heraldo Mousinho Barreto (4204/AM). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005300-91.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, O Estado do Amazonas**, advogado, Luciana Guimarães Pinheiro Vieira e como **Embargado, Maria Gislaine Loureiro de Moraes**, advogados, Drs. Raimundo Edson Torres Lima (8732/AM) e Victor da Silva Trindade (2991/AM). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005323-37.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev**, advogado, Fabio Martins Ribeiro (A449/AM) e como **Embargado, Maria Gislaine Loureiro de Moraes**, advogados, Drs. Raimundo Edson Torres Lima (8732/AM) e Victor da Silva Trindade (2991/AM). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo(a) Exmo(a). Sr(a). DesembargadorA **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005331-14.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Lucilene Macedo Sociedade Individual de Advocacia Eireli**, advogadA, dRA. Lucilene Macedo dos Santos Carneiro (8545/AM) e como **Embargado, Cc Batista Me**, advogadA, Dra. Josana Pessoa de Andrade Mundstock (8071/AM). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, , em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 110

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0607530-30.2014.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A**, advogado, Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM) e como **Apelado, Marilia Felix do Nascimento**, advogados, Drs. Edson Silva Santiago (A857AM) e Fabiana Rodrigues Silva (12308/AM). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relatora dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0611761-95.2017.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**, advogada, Dra.Cristiane Belinati Garcia Lopes (751A/AM) e como **Apelado, Newton Ferreira da Costa Filho**, advogado,Dr. Pedro Henrique Nascimento de Freitas (368494SP). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0612391-54.2017.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelados, Banco Bradesco Financiamentos S/A e Jomar da Silva Sena**, advogados, Drs. Ana Barbara Martins Bacelar (11404/AM), José Lídio Alves dos Santos (1163A/AM) e Roberta Beatriz do Nascimento (192649/SP). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0619155-90.2016.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, M. da S. B. O.** , advogados,Drs. Rosemeire Simões de Almeida (3558/AM) e Wilson José da Silva Cunha e como **Apelado, H. M. O. G.** , advogada, Dra. Sandra Maria Carvalho de Farias Nogueira (11679/AM). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104

Despacho proferido pela Exma. Srs. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0625020-26.2018.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, Banco Bmg S/A**, advogado, Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) e como **Apelado, CLERME CASTRO DA COSTA**, advogados, Drs. Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005334-66.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Fernando da Costa Matias**, advogados, Drs. Francisco Carlos Ramos da Silva (8136/AM) e Milcyete Braga Assayag (5006/AM) e como **Embargado, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, advogado, Dt. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo Regimental Cível nº. 0005207-31.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Elenildo do Carmo Silva**, advogada, Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle e Marco Antonio de Carvalho Brasil (9165/AM) e como **Agravado, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)**, advogado, Filipe de Filippo (73668/MG), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se o Agravado para que, em quinze dias, apresente suas contrarrazões, nos termos do §2.º do artigo 1.021 do Código de Processo Civil. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cláudio Roessing-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 20 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003827-02.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Railson Alves da Silva**, advogados, Drs. Jose Estevão Xavier (8824/AM) e Stelisy Silva da Rocha (7989/AM) e como **Agravado, Inss - Instituto Nacional do Seguro Social**, advogado, Dr. Rodrigo Medeiros Lócio (39972/PE). **Despacho:** "(...) Noutro giro, a documentação colacionada aos autos, ao menos nesta sede de cognição sumária, dá conta de que, conforme explanado pelo magistrado de primeiro grau, o benefício deferido em sentença transitada em julgado restou por ser implementado, relegando-se a questão controvertida a ser discutida na presente irresignação recursal acerca da aplicação ou não de multa fixada em sentença, fato este que não denota a urgência necessária à implementação do efeito vindicado. Ato contínuo, intime-se o agravado para responder o recurso na forma do art. 1.019, II do CPC; À Secretaria, para providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 19 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004003-78.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social**, advogado, Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671/AM) e como **Agravado, Manuel Domingos Caldas**, advogada, Dra. Ana Virgínia Arakian Izel (3701/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me para apreciar, posteriormente, o pedido de efeito suspensivo (CPC, art. 1.019); Intime-se o agravado para responder na forma do art. 1.019, II do CPC; À Secretaria, para providências. Manaus, 19 de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator. ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 19 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4002683-90.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Leonardo Gabriel Guimarães Azevedo, Luciete Paes Guimarães e Suzana Emily Guimarães Azevedo**, advogado, Marco Roberto Pereira da Silva (10172/AM) e como **Agravado, Raimundo França Azevedo**, advogado, Angélica Maria Monteiro Duarte (2659/AM), Marcia Monteiro Alves Vailante (10333/AM), Naudal Rodrigues de Almeida (4068/AM) e Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM). **Despacho:** "(...) Na forma dos arts. 101 e 9332 do CPC, intime-se a parte Recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre eventual

inadmissibilidade do presente recurso, pois, a matéria discutida nos autos não

possui previsão de cabimento para ser discutida em sede de Agravo de Instrumento. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 19 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES. Relator."

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Intimações

Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento **nº 4003373-22.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Juruá Estaleiros Ltda**, advogado, Alberto Simonetti Cabral Neto (2599/AM), Diego D'Avilla Cavalcante (6905/AM), Jéssica Gomes Ferreira (6826/AM), José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (3725/AM), Leonardo Lemos de Assis (6497/AM) e Roosevelt Jobim Filho (3920/AM) e como **Agravado, Eric Stone de Holanda**, advogado, Clóvis Smith Frota Júnior (3626/AM) e Solon Argelim de Alencar Ferreira (3338/AM).

Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogado, **Dr. Clóvis Smith Frota Júnior (3626/AM) e Solon Argelim de Alencar Ferreira (3338/AM)**, para **apresentação de contrarrazões** ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4005163-75.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravantes, Api Spe 22 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda e Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações**, advogados, Drs. Cássio Augusto Torres de Camargo (255615/SP), Fabrício Rocha (206338/SP), Fernando Dodorico Pereira (331806/SP) e Ricardo de Abreu Bianchi (345150/SP) e como **Agravado, Alexandre da Silva Marques**, advogado, Dr. Walter Siqueira Brito (4186/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, decido desde logo, nos termos do art. 932 do CPC, julgando prejudicado o presente Agravo de Instrumento, em virtude da perda superveniente do seu objeto, inexistindo, portanto, interesse recursal que enseje continuidade do presente instrumento. Intime-se a partes acerca da presente decisão. Decorrido o prazo sem a oposição do recurso cabível, dê-se baixa nos autos, com a consequente remessa ao juízo de primeiro grau. Cumpra-se. À Secretaria para providências. Manaus, 21/08/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4002720-59.2015.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Porto Autos Ltda**, advogados, Drs. Cláudia Nadaf da Costa Val (2523/AM), Filipe de Souza Leão Araújo (23973/PE), Luís Felipe de Souza Rebêlo (17593/PE), Marisa Paiva de Moura (23647/PE) e Victor Hugo Lemos Farias (30542/PE) e como **Agravado, Iracema Chaves Cavalcante**, advogado, Dr. Uiratan de Oliveira (3431/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, decido desde logo, nos termos do art. 932 do CPC, julgando prejudicado o presente Agravo de Instrumento, em virtude da perda superveniente do seu objeto, inexistindo, portanto, interesse recursal que enseje continuidade do presente instrumento. Intime-se a partes acerca da presente decisão. Decorrido o prazo sem a oposição do recurso cabível, dê-se baixa nos autos, com a consequente remessa ao juízo de primeiro grau. Cumpra-se. À Secretaria para providências. Manaus, 21/08/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4005195-80.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Alexandre da Silva Marques**, advogado, Dr. Walter Siqueira Brito (4186/AM) e como **Agravados, Api Spe 22 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda e Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações**, advogados, Drs. Fabrício Rocha (206338/SP) e Fabrício Rocha (206338/SP). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, decido desde logo, nos termos do art. 932 do CPC, julgando prejudicado o presente Agravo de Instrumento, em virtude da perda superveniente do seu objeto, inexistindo, portanto, interesse recursal que enseje continuidade do presente instrumento. Intime-se a partes acerca da presente decisão. Decorrido o prazo sem a oposição do recurso cabível, dê-se baixa nos autos, com a consequente remessa ao juízo de primeiro grau. Cumpra-se. À Secretaria para providências. Manaus, 21/08/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge**, Relatora do Processo Eletrônico de **Agravo Interno Cível nº. 0005478-40.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Guilherme Aluizio de Oliveira Silva**, advogado, Dr. Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (3632/AM) e como **Agravado, Amazonas Dragway**, advogados, Drs. Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (4334/AM), Rodrigo Silva do Valle (9148/AM) e Saulo Moysés Rezende da Costa (7300/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 101 e concedo o efeito suspensivo ao agravo de instrumento, para que a decisão permaneça com seus efeitos suspensos até ulterior deliberação ou julgamento definitivo do recurso de agravo de instrumento. Traslade-se cópia da presente decisão nos autos principais e comunique-se o juízo de origem. Intime-se o recorrente, e transcorrido o prazo legal sem interposição de qualquer recurso, arquivem-se. À secretaria para as providências subseqüentes. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge- Relatora." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do

inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 20 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4002530-57.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Alba Maria dos Santos Montarroyos**, advogado, Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior (14182/AM) e Yuri Dantas Barroso (4237/AM) e como **Agravado, Unimed de Manaus - Cooperativa de Trabalho Medico**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, com fundamento da disciplina do art. 932, III, do CPC, decido desde logo por não conhecer do presente recurso, ante a ausência de requisito intrínseco de admissibilidade, qual seja o cabimento. Intime-se as partes acerca da presente decisão. Decorrido o prazo recursal sem a apresentação de recurso adequado, promova-se a baixa dos autos com sua consequente remessa ao Juízo de primeiro grau. Cumpra-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 19/08/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 20 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003870-36.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Kamila de Souza Oliveira**, advogados, Drs. Michelle Fascini Xavier (860A/AM) e Wilson Molina Porto (12790AM/T) e como **Agravado, Caixa Econômica Federal - CEF**, advogado, Todos os representantes das partes passivas Não informado. **DECISÃO: "(...)** Sendo assim, visando impossibilitar prejuízo à agravante, bem como a entrega de pronunciamento jurisdicional íntegro e em acordo com as balizas da lei, tenho por bem, neste momento, deferir o pleito inicial, conferindo EFEITO SUSPENSIVO ao presente agravo de instrumento, a fim de suspender os efeitos da decisão recorrida proferida nos autos de n° 0638803-85.2018.8.04.0001 e que revogou o benefício da gratuidade judiciária inicialmente deferido, até pronunciamento final acerca do mérito recursal. Intimem-se as partes acerca da presente decisão, conferindo-se prazo à agravada para que responda o Recurso em questão, nos termos do inciso I do art. 1.019 do CPC. Cumpra-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 19 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Adail José Figueiredo Pinheiro e Laura Macedo Coelho (11723/AM) e Leandro Castilho (6082/AM) e Luiz Otavio de Vercosa Cha (148931/RJ) - Processo 0000582-10.2013.8.04.3800 - Apelação Cível - Isonomia/equivalência Salarial - Apelante : Municipio de Coari/am - Apelado : Diana França de Souza - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Christina Cunha e Silva Meirelles (7896/AM) e Serafim P. D. Meirelles Neto (1694/AM) e Francisco Rodrigo Eden do Nascimento (7487/AM) e Jose Nathan Nogueira Rodrigues - Processo 0001246-07.2014.8.04.3800 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Banco da Amazônia S/A - Basa - Apelado : JNN Rodrigues Apelado : Jose Nathan Nogueira Rodrigues Apelado : Arenaide Fernandes de Azevedo - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Kerinne Maria Freitas Pinheiro (10105/PI) e Zeni Teresinha Sechnorr Bortoli (4044/AM) - Processo 0004932-82.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : O Estado do Amazonas - Embargado : Kelliton Bispo da Silva - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Everton Bernardo Clemente (1100/AM) e Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Processo 0230313-42.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Aposentadoria Por Invalidez - Apelante : Andrea de Souza Ferreira Remetente : Juízo de Direito da 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital/am - Apelado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Neyde Regina Demosthenes Trindade (795/MP) e Dante Glaus Rocha de Castro (2686/AM), Guilherme Ribeiro de Castro Neto (9871/AM), José Fernandes Júnior (1947/AM) e Paula Ângela Valerio de Oliveira (1024/AM) - Processo 0601815-70.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado : Fundação Boas Novas Apelado : Marilene Correa da Silva Freitas Apelado : Valer Livraria e Distribuidora Ltda. - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: João Francisco Alves Rosa (1223A/AM) e João Rosa (17023/BA) e Selma Mara Santana Mota (5524/AM) - Processo 0611225-55.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Consórcio Nacional Volkswagen S/A - Apelada : Maria do Perpétuo Socorro Santos Falcão - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: José Carlos de Almeida Van Cleef de Almeida Santos (273843/SP) e Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) - Processo 0616470-13.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Porto Seguros Companhia de Seguros Gerais - Apelado : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Fabrício Perrotta da Silva (165909/RJ) e Wilson Molina Porto (805/AM) e Fabricio Perrotta da Silva e Wilson Molina Porto (805A/AM) - Processo 0624419-54.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Apelante : Jose Sousa de Paiva - Apelado : Jose Sousa de Paiva Apelado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Diego Ferraz D ávila (11566/MS), Marcel da Fonseca Moura (10083/AM) e Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0624983-96.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Prestação de Serviços - Apelante : Banco Bradesco S.a. - Apelado : Am Automação Serviços e Comercio de Maquinas Ltda Apelado : Antonio Carlos A de Souza - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Cairo Lucas Machado Prates (33787/SC), Gustavo Michelotti Fleck (21243/DF) e Queila Coelho de Souza (7931/AM) e Helena Marie da Cunha Fish (4332/AM) - Processo 0626386-03.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Edson Augusto Castro Correa - Apelado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Felipe Gomes de Oliveira (30959/PE), Marina Bastos da Porciuncula Benghi (911A/SE), Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE) e Tiago Carneiro Lima (10422/PE) e Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM) - Processo 0629659-87.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Pagamento Em Consignação - Apelante : Banco Bmg S/A - Apelada : Selielsa de Oliveira Gois - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) e Carlos Emílio Jung (22038/RS) - Processo 0630504-95.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : Zerbinatti Construção Ltda - Apelado : I Place - Madeireira Herval Ltda Apelado : Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda. - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Lígia de Souza Frias (1074A/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0632694-55.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - Apelante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Apelado : Alexandre Soares de Souza - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Marco Antonio de Carvalho Brasil (9165/AM) e Antônio Cleto Gomes (5864/CE) - Processo 0632843-27.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Acidente de Trânsito - Apelante : Ivanete Bichara da Encarnação - Apelado : Vega Manaus T. de Passageiros Ltda - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Wilson Molina Porto (805A/AM) e Procuradoria Federal No Estado do Amazonas - Processo 0635815-96.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Restabelecimento - Apelante : Adonilton dos Santos Pereira - Apelado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Antonio Leopardi Rigat Garavaglia Marianno (310592/SP), Fabrício Rocha (206338/SP), Hélio Moretzsohn de C. Junior (358087/SP), Juliana Menin Silberschmidt (400951/SP) e Michelle Pereira Cruz e Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) - Processo 0637835-89.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Assembléia - Apelante : Atlantica Hotels International (BrasilL) Ltda - Apelado : Rubens Carneiro da Costa - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Flávio Neves Costa (153447/SP) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0639293-78.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Banco Santander S.a. - Apelado : OFFICEMANAUS MOVEIS E SISTEMAS LTDA Apelado : Fabio loreno Picoli Apelada : Claudinez Pessoa Medeiros - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Péricles Duarte de Souza Júnior (4808/AM) e Nelson dos Santos Farias Filho (2347/AM) - Processo 0639813-72.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Auxílio-doença Acidentário - Apelante : Lindomar Rocha Gouveia - Apelado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Eloadir Afonso Reis Brasil (4093/AM), Érika Seffair Riker (7735/AM) e Rafael Iansen Cezar (11910/AM) e Ana Maria Bezerra Pinheiro (5052/AM) e Daniel Cardoso de Albuquerque (6086/AM) - Processo 0709048-34.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : Banco do Brasil S.a (Agência Studio 5 Festival Mall) - Apelado : Pci Informatica Premiere Com e Rep Ltda - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Carla Passos Melhado Cochi (187329/SP), Caroline de Queiroz Dantas (6918/AM), Celso Marcon (566A/AM), Cristiane Bellinati Garcia Lopes (19937/PR), Flaviano Bellinati Garcia Perez (24102/PR) e RAFAEL CERQUEIRA SOEIRO DE SOUZA (68450/RS) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0714267-28.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Banco Itauleasing S/A - Apelado : ALTEMIR BEZERRA DA MOTA - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM) e Fábio Rivelli (1119A/AM) - Processo 4001809-08.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Direito de Imagem - Agravante : Antônio Augusto Menezes de Souza - Agravado : Google Brasil Internet Ltda - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Caetano Berenguer (135124/RJ), Fabiano Robalinho Cavalcanti (95237/RJ), Ian Von Niemeyer (211103/RJ) e Lívia Ikeda (163415/RJ) e Kepler Antony Neto (6027/AM) - Processo 4002006-60.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Prestação de Serviços - Agravante : Telefonica Brasil S/A - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Mauricio Marques Domingues (175513/SP) e Josias Ferreira Cavalcante (3580/AM) - Processo 4002218-81.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Defeito, Nulidade Ou Anulação - Agravante : Totvs S.A - Agravado : Rufino Comércio de Alimentos Ltda. (Baratão da Carne) - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Edinho Gomes da Cruz (11273/AM) e Fernando Costa Alves (10859/AM) e Gamal Swami de Abreu (9106/AM) e Margide Amaro de Souza (10380/AM) - Processo 4002553-03.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Imissão Na Posse - Agravante : Fabiano da Silva Marques Agravante : Adriedne Progenio da Mota Agravante : Odete Rodrigues da Costa Agravante : Bruna Rezende da Silva Agravante : Maria Laura Marques Guilherme Agravante : Silmara Santos de Araújo Agravante : Rosivane Lopes Borges Agravante : Cleumar Lima dos Santos Agravante : Erika Castro Roque Agravante : Angela Souza Farias Agravante : Erlison Delgado da Silva Agravante : Maria Lucia Alves de Moraes - Agravada : Andrezia Bezerra Ferreira - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM) e Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) - Processo 4002732-34.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Assistência Judiciária Gratuita - Agravante : José Orivaldo Meira Peres - Agravado : Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Karla Freixo Braga (3775/AM) e Rubens Samuel Benzecry Neto (9212/AM) e Luciana Trunkl Fernandes da Costa (3006/AM) - Processo 4003111-72.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Suspensão - Agravante : Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - Agravado : Akc Souza Eireli - Relator: João de Jesus Abdala Simões

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

Embargos de Declaração Cível nº 0003514-12.2019.8.04.0000, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Info Store Computadores da Amazônia Ltda, advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM). Embargado: Bradesco Saúde S/A., advogados: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM) e Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Apelação Cível nº 0051805-22.2010.8.04.0012, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), advogados: Adair José Pereira Moura (OAB: 1251/AM), Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG), Sônia Maria Cansação da Silva (OAB: 2431/AM) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM). Apelado: Machical Ltda., advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Apelação Cível nº 0646873-91.2018.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bmg S/A., advogados: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) e Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM). Apelada: Arthermizia Elgaly Moura, advogado: Manoel Marques de Oliveira (OAB: 5587/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0218948-59.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Wemerson dos Santos Mourão, vulgo 'Ferrugem' - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0218948-59.2016.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, Processo originário nº 0218948-59.2016.8.04.0001/1ª V.E.C.U.T.E., em que é Apelante Wemerson dos Santos Mourão, vulgo 'Ferrugem' e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Wemerson dos Santos Mourão, para que constitua um novo advogado com escopo de oferecer as Razões recursais referentes aos autos em epígrafe, no prazo de lei, conforme determinado no Despacho de fls. 112-113. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB: 5445/AM) - Luanderson Luiz Ramos Pereira (OAB: 12499/AM) - Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB: 12374/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0608301-32.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Ytallo Gleyco Nonato Ferreira - Apelante: Thalia Rocha Lagoa - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Apelação Criminal nº 0608301-32.2019.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que são Apelantes Thalia Rocha Lagoa e Ytallo Gleyco Nonato Ferreira e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADOS os Apelantes Ytallo Gleyco Nonato Ferreira e Thalia Rocha Lagoa, na pessoa de seu Advogados Drs. Sandra Regina dos Santos (OAB/ AM nº 3455) e Higor César de Castro (OAB/ AM nº 12719), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Higor Cesar de Castro (OAB: 12719/AM) - Sandra Regina dos Santos (OAB: 3455/AM) - Hilton Serra Viana - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Daniel Britto Freire Araujo (12641/MA) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Davi Santana da Câmara - Processo 0004983-93.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Quesitos - Embargante : N. S. V. - Embargado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Wilsomar de Deus Ferreira (12134/AM) e Clarissa Moraes Brito - Processo 0217078-81.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Quesitos - Apelante : Ricardo Silva Garcia - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Wirley Benezar Falcao (12792/AM) e Hilton Serra Viana - Processo 0244082-25.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Raniel Silva Alves - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Andre Ricardo Antonovicz Munhoz (60000/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Cristianne Corrêa - Processo 0606340-56.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Crimes Hediondos - Agravante : Almir Nobre Teles - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Francisco Lázaro de M. Campos - Processo 0633156-80.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Prisão Decorrente de Sentença Condenatória - Apelante : Jessica Silva Mendes - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Karleno José Pereira (9059/AM) e Hilton Serra Viana - Processo 0636838-43.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Roberval Pereira de Oliveira - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Bruno Cortez Canuto (12230/AM) e Jorge Alberto Gomes Damasceno - Processo 0659906-51.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo Majorado - Apelante : R. B. F. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Leandro Rebelo de Paula (11851/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003773-36.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Crime Tentado - Impetrante : Leandro Rebelo de Paula Paciente : Willison dos Santos Ferreira - Impetrado : Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Monique Cruz Castellani (4292/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003810-63.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Roubo - Impetrante : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Paciente : Ramirez Rodrigues de Melo - Impetrado : Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital/am - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1. Processo: 0619890-55.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Jonata de Souza Neves Pinteiro. DefensorPúblico Dr.: Ulysses Silva Falcão. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** PROCESSO PENAL APELAÇÃO CRIMINAL TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES AUTORIA E MATERIALIDADE

DELITIVAS CONFIGURADAS DESCLASSIFICAÇÃO DE TRÁFICO PARA USO DE ENTORPECENTES IMPOSSIBILIDADE CERTA QUANTIDADE DE DROGA ACONDICIONADA CARACTERIZAÇÃO DA FINALIDADE MERCANTIL - VALOR PROBATÓRIO DOS DEPOIMENTOS DOS AGENTES POLICIAIS MINORANTE PREVISTA NO ARTIGO 33, §4º, DA LEI Nº 11.343/2006 – REINCIDÊNCIA QUE IMPEDE A APLICAÇÃO DA BENESSE- RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Sendo o conjunto probatório apto à comprovação da materialidade e autoria delitivas do crime de tráfico de drogas, expresso no art. 33 da Lei 11.343/2006, não devem ser acolhidos os requerimentos de absolvição e de desclassificação da conduta criminosa para o delito de uso, previsto no art. 28 do mesmo diploma legal. 2. A variedade e a quantidade de drogas apreendidas, assim como a forma como elas estavam acondicionadas denotam a finalidade mercantil do agente e dos corréus, não sendo cabível falar em desclassificação para a figura prevista no artigo 28, da Lei nº 11.343/2006. 3. Os depoimentos dos agentes policiais, prestados em Juízo, à luz do devido processo legal, possuem alto grau de credibilidade e legitimidade, como elemento probatório.4. Uma vez condenado, deve o recorrente receber a respectiva sanção penal pelo injusto praticado. A pena é a retribuição imposta pelo Estado em razão da prática de um ilícito penal, consistente na privação de bens jurídicos previamente determinados pelos próprios tipos penais, visando a readaptação do criminoso ao convício social e à prevenção em relação ao cometimento de novos crimes ou contravenções. 5. O Código Penal, em seu artigo 68, adotou o critério trifásico para a fixação da pena, consagrando a teoria adotada por Nelson Hungria. Assim, a pena-base deve ser fixada atendendo aos critérios do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais); na segunda fase, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes genéricas; já na terceira e derradeira fase, deverão ser analisadas as causas de aumento e de diminuição de pena.6. A individualização da pena, como atividade discricionária do julgador está sujeita à revisão apenas nas hipóteses de flagrante ilegalidade ou teratologia, quando não observados os parâmetros legais estabelecidos ou o princípio da proporcionalidade.7. Segundo o disposto no artigo 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006, "nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa". Consoante reconhecido por ocasião da sentença, o apelante é reincidente criminal, a afastar qualquer possibilidade de aplicação de tal benesse.8. Apelação criminal conhecida e não provida. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0619890-55.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusão de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos. JULGAMENTO VIRTUAL da 2CCRIM.

1. Processo: 0003404-13.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E. Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB: 21593A/GO). Advogada: Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB: 6161/AM). Advogado: Edilson Rosendo de Freitas Filho (OAB: 11674/AM). Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB: 700A/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Procurador: Lais Rejane de Carvalho Freitas. Procurador: Francisco Cruz. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL - DECISÃO EMBARGADA QUE MANTEVE VEÍCULO APREENDIDO PARA APURAÇÃO DE CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS - CONTRADIÇÃO NO JULGADO - BEM DE PROPRIEDADE DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - VEÍCULO APREENDIDO ENCONTRADO NA POSSE DE TERCEIRO CORRÉU NO PROCESSO CRIMINAL - ALEGATIVAS DE AQUISIÇÃO LÍCITA E DE ELEVAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUAL E DESVALORIZAÇÃO DO BEM - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO - IMPROCEDÊNCIA - INTERESSE DA INSTRUÇÃO EM TRÂMITE NA VECUTE - AVALIAÇÃO ACERCA DO PERDIMENTO DO VEÍCULO - NECESSIDADE DE INCURSÃO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO - INTELIGÊNCIA DO ART. 118 DO CPP - PREQUESTIONAMENTO - VIOLAÇÕES A DISPOSITIVOS DE LEI - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - INOCORRÊNCIA - EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E NÃO ACOLHIDOS.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL - DECISÃO EMBARGADA QUE MANTEVE VEÍCULO APREENDIDO PARA APURAÇÃO DE CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS - CONTRADIÇÃO NO JULGADO - BEM DE PROPRIEDADE DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - VEÍCULO APREENDIDO ENCONTRADO NA POSSE DE TERCEIRO CORRÉU NO PROCESSO CRIMINAL - ALEGATIVAS DE AQUISIÇÃO LÍCITA E DE ELEVAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUAL E DESVALORIZAÇÃO DO BEM - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO - IMPROCEDÊNCIA - INTERESSE DA INSTRUÇÃO EM TRÂMITE NA VECUTE - AVALIAÇÃO ACERCA DO PERDIMENTO DO VEÍCULO - NECESSIDADE DE INCURSÃO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO - INTELIGÊNCIA DO ART. 118 DO CPP - PREQUESTIONAMENTO - VIOLAÇÕES A DISPOSITIVOS DE LEI - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - INOCORRÊNCIA - EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E NÃO ACOLHIDOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em conhecer dos Embargos de Declaração, para, no mérito, rejeitá-los, nos termos do voto condutor.".

2. Processo: 0004145-53.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 1ª Vara do Tribunal do Júri. Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Armando Gurgel Maia. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. **Embargante: Marcelo de Lima Moreira.** Advogado: João de Deus Gomes dos Anjos (OAB: 903/AM). Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL - OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - TESE NÃO VENTILADA NA PEÇA RECURSAL - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA - MATÉRIA REGULADA PELA PENA CONCRETA APLICADA NA SENTENÇA - LAPSO CONTADO DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA ATÉ A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA - TRANSCURSO TEMPORAL INFERIOR A 08 ANOS - EMBARGANTE MENOR À ÉPOCA DO CRIME - REDUÇÃO PELA METADE DO PRAZO PRESCRIONAL - REPRIMENDA FINAL FIXADA EM 15 ANOS RECLUSÃO - OBSERVÂNCIA DOS ARTS. 109, III, E 115, AMBOS DO CP - RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO ACOLHIDOS.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL - OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - TESE NÃO VENTILADA NA PEÇA RECURSAL - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA - MATÉRIA REGULADA PELA PENA CONCRETA APLICADA NA SENTENÇA

- LAPSO CONTADO DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA ATÉ A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA - TRANSCURSO TEMPORAL INFERIOR A 08 ANOS - EMBARGANTE MENOR À ÉPOCA DO CRIME - REDUÇÃO PELA METADE DO PRAZO PRESCRIONAL - REPRIMENDA FINAL FIXADA EM 15 ANOS RECLUSÃO - OBSERVÂNCIA DOS ARTS. 109, III, E 115, AMBOS DO CP - RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO ACOLHIDOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto condutor.".

3. Processo: 0201154-98.2017.8.04.0030 - Apelação Criminal, 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: I. P. V. Advogado: Alan Vasconcelos Balderrama (OAB: 13630/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Maria Betusa Araújo do Nascimento. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – PALAVRAS DA VITIMA – RELEVÂNCIA – INEXISTÊNCIA DE PROVAS – PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO – INADMISSIBILIDADE – REDUÇÃO DA PENA-BASE PARA O MINIMO LEGAL - INVIABILIDADE – BIS IN IDEM – INOCORRÊNCIA - REFORMA DA SENTENÇA – IMPOSSIBILIDADE - RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - PALAVRAS DA VITIMA - RELEVÂNCIA - INEXISTÊNCIA DE PROVAS - PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO - INADMISSIBILIDADE - REDUÇÃO DA PENA-BASE PARA O MINIMO LEGAL - INVIABILIDADE - BIS IN IDEM - INOCORRÊNCIA - REFORMA DA SENTENÇA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em concordância com o parecer ministerial, em negar provimento ao presente recurso de Apelação Criminal, nos termos do voto condutor.".

4. Processo: 0233131-69.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 11ª Vara Criminal. Apelante: Jose Mario de Melo Leite. Advogado: Diego Américo Costa Silva (OAB: 5819/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Carlos José Alves de Araújo. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO – DOSIMETRIA – CRIME CONTINUADO – AFASTAMENTO – IMPOSSIBILIDADE - MESMAS CONDIÇÕES DE TEMPO, LUGAR E MODUS OPERANDI - REGIME MENOS GRAVOSO – IMPOSSIBILIDADE - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO - DOSIMETRIA - CRIME CONTINUADO - AFASTAMENTO - IMPOSSIBILIDADE - MESMAS CONDIÇÕES DE TEMPO, LUGAR E MODUS OPERANDI - REGIME MENOS GRAVOSO - IMPOSSIBILIDADE - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em concordância com o parecer ministerial, em negar provimento ao presente recurso de Apelação Criminal, nos termos do voto condutor.".

5. Processo: 0233530-11.2009.8.04.0001 - Apelação Criminal, 6ª Vara Criminal. Apelante: Jones Silva de Llma. Defensora: Monique Cruz Castellani. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jorge Alberto Gomes Damasceno. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO – NEGATIVA DE AUTORIA - ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS – IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA - DOSIMETRIA - PENA-BASE - DEVIDAMENTE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL - PENA DE MULTA - REDUÇÃO - INVIABILIDADE - PROPORCIONAL COM A PENA APLICADA - JUSTIÇA GRATUITA - INCABÍVEL - RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO - NEGATIVA DE AUTORIA - ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA - DOSIMETRIA - PENA-BASE - DEVIDAMENTE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL - PENA DE MULTA - REDUÇÃO - INVIABILIDADE - PROPORCIONAL COM A PENA APLICADA - JUSTIÇA GRATUITA - INCABÍVEL - RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, e em concordância parcial com o parecer ministerial, em negar provimento à Apelação Criminal, mantendo incólume a sentença de primeiro grau.".

6. Processo: 0254874-82.2008.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 1ª Vara do Tribunal do Júri. Recorrente: Francisco Barboza da Silva. Advogado: Evely Paula Nogueira Czubaty (OAB: 7140/AM). Advogado: Mauro Verçoza Ferreira (OAB: 9079/AM). **Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Armando Gurgel Maia. Procurador: Francisco Cruz. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - CRIME CONTRA A VIDA - HOMICÍDIO QUALIFICADO - PRONÚNCIA - PRETENDIDA A ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PROVAS - NÃO CARACTERIZADA - NECESSIDADE DE SUBMISSÃO AO CONSELHO DE SENTENÇA - AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA - MOTIVO TORPE - QUALIFICADORA NÃO APLICADA PARA CORRÉU - DENÚNCIA COM MESMA MOTIVAÇÃO PARA OS DOIS RÉUS - RECORRENTE QUE NÃO FOI EXECUTOR NEM MANDANTE DO CRIME - NECESSIDADE DE AFASTAMENTO - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA ISONOMIA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.- A absolvição sumária da conduta do Recorrente só deve ser deliberada se as provas carreadas aos autos afiguram-se absolutamente conclusivas a este respeito;- Lastreando-se a decisão de pronúncia em indícios de autoria e prova irrefutável de materialidade, basta ao Juiz externar as razões de seu convencimento para submeter o recorrente a julgamento pelo Tribunal do Júri, afigurando-se preponderante nesta fase processual o 'in dubio pro societate';- Tendo em vista que, por ocasião da denúncia, a qualificadora do motivo torpe foi aplicada para os dois réus pela mesma motivação, e, na Pronúncia, a mesma foi afastada para o corréu Leomar Rodrigues da Conceição, necessário o seu afastamento também para o Recorrente, com base nos princípios da razoabilidade e da isonomia.. DECISÃO: "EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - CRIME CONTRA A VIDA - HOMICÍDIO QUALIFICADO - PRONÚNCIA - PRETENDIDA A ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PROVAS - NÃO CARACTERIZADA - NECESSIDADE DE SUBMISSÃO AO CONSELHO DE SENTENÇA - AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA - MOTIVO TORPE - QUALIFICADORA NÃO APLICADA PARA CORRÉU - DENÚNCIA COM MESMA MOTIVAÇÃO PARA OS DOIS RÉUS - RECORRENTE QUE NÃO FOI EXECUTOR NEM MANDANTE DO CRIME - NECESSIDADE DE AFASTAMENTO - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA ISONOMIA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. - A absolvição sumária da conduta do Recorrente só deve ser deliberada se as provas carreadas aos autos afiguram-se absolutamente conclusivas a este respeito; - Lastreando-se a decisão de pronúncia em indícios de autoria e prova irrefutável de materialidade, basta ao Juiz externar as razões de seu convencimento para submeter o recorrente a julgamento pelo Tribunal do Júri, afigurando-se preponderante nesta fase processual o 'in dubio pro societate'; - Tendo em vista que, por ocasião da denúncia, a qualificadora do motivo torpe foi aplicada para os dois réus pela mesma motivação, e, na Pronúncia, a mesma foi afastada para o corréu Leomar Rodrigues da Conceição, necessário o seu afastamento também

para o Recorrente, com base nos princípios da razoabilidade e da isonomia. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em concordância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, dar parcial provimento ao Recurso em Sentido Estrito.".

7. Processo: 0255823-96.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Ivanildo Duarte de Oliveira. Defensora: Suyanne Soares Loiola (OAB: 9050/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Mário Ypiranga Monteiro Neto. Procurador: Francisco Cruz. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. E M E N T A: APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE DROGAS – MATERIALIDADE E AUTORIA – COMPROVADAS - FALTA DE PROVA – CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE A CONFIRMAR A CONDENAÇÃO – ABSOLVIÇÃO – INVIABILIDADE – DESCLASSIFICAÇÃO PARA USUÁRIO – NÃO COMPROVAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE – CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA – PEDIDO PREJUDICADO - RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "E M E N T A: APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - MATERIALIDADE E AUTORIA - COMPROVADAS - FALTA DE PROVA - CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE A CONFIRMAR A CONDENAÇÃO - ABSOLVIÇÃO - INVIABILIDADE - DESCLASSIFICAÇÃO PARA USUÁRIO - NÃO COMPROVAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA - PEDIDO PREJUDICADO - RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em concordância com o parecer ministerial, negar provimento ao recurso de Apelação Criminal, mantendo, na íntegra, a sentença de primeiro grau.".

8. Processo: 0262378-32.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 6ª Vara Criminal. Apelante: Ismael da Silva Amorim. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Eduardo Cesar Rabello Ituassu (OAB: 3320/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jorge Alberto Gomes Damasceno. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - TORTURA PRATICADA PELA MADASTRA CONTRA MENOR - OMISSÃO DO GENITOR - AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS - LAUDO MÉDICO - ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - PALAVRA DA VÍTIMA - DEPOIMENTO DO AVÔ DA MENOR - CONDENAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE TORTURA PARA MAUS TRATOS - INVIABILIDADE - INTENSO SOFRIMENTO CAUSADO NA VÍTIMA - RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - TORTURA PRATICADA PELA MADASTRA CONTRA MENOR - OMISSÃO DO GENITOR - AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS - LAUDO MÉDICO - ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - PALAVRA DA VÍTIMA - DEPOIMENTO DO AVÔ DA MENOR - CONDENAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE TORTURA PARA MAUS TRATOS - INVIABILIDADE - INTENSO SOFRIMENTO CAUSADO NA VÍTIMA - RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em concordância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em negar provimento ao recurso de Apelação Criminal.".

9. Processo: 0604774-48.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 6ª Vara Criminal. Apelante: Cristiano da Silva Medeiros. Apelante: Mirian Barreiros Alves. Apelante: David Montenegro Silva. Defensor: Eduardo Cesar Rabello Ituassu (OAB: 3320/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jorge Alberto Gomes Damasceno. Procuradora: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÕES CRIMINAIS EM EMBARGOS DE TERCEIROS - PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL - ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS USADOS - PRETENSÃO DE PROVA VIA OITIVA DE TESTEMUNHAS - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE AUTOMÓVEL - COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO ESPECÍFICO NÃO SUPRIDA POR TESTEMUNHA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO ACUSATÓRIO - RESTRIÇÃO DOS BENS ORDENADA DE OFÍCIO PELO JUIZ - ATO JUDICIAL EM CONFORMIDADE COM O ART. 127 DO CPP - PLEITO PARA LEVANTAMENTO DAS RESTRIÇÕES IMPOSTAS JUNTO AO DETRAN - ALEGATIVA DE AQUISIÇÃO DOS BENS POR TERCEIROS - NÃO CABIMENTO - DETERMINAÇÃO DE SEQUESTRO DE BENS MÓVEIS PERTENCENTES À PESSOA JURÍDICA - EFEITO DA CONDENAÇÃO DA SÓCIA DA EMPRESA EM AÇÃO PENAL - REVOGAÇÃO DO PERDIMENTO DOS BENS EM FAVOR DA UNIÃO - IMPOSSIBILIDADE - JULGADO A QUO MANTIDO - RECURSOS IMPROVIDOS.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÕES CRIMINAIS EM EMBARGOS DE TERCEIROS - PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL - ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS USADOS - PRETENSÃO DE PROVA VIA OITIVA DE TESTEMUNHAS - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE AUTOMÓVEL - COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO ESPECÍFICO NÃO SUPRIDA POR TESTEMUNHA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO ACUSATÓRIO - RESTRIÇÃO DOS BENS ORDENADA DE OFÍCIO PELO JUIZ - ATO JUDICIAL EM CONFORMIDADE COM O ART. 127 DO CPP - PLEITO PARA LEVANTAMENTO DAS RESTRIÇÕES IMPOSTAS JUNTO AO DETRAN - ALEGATIVA DE AQUISIÇÃO DOS BENS POR TERCEIROS - NÃO CABIMENTO - DETERMINAÇÃO DE SEQUESTRO DE BENS MÓVEIS PERTENCENTES À PESSOA JURÍDICA - EFEITO DA CONDENAÇÃO DA SÓCIA DA EMPRESA EM AÇÃO PENAL - REVOGAÇÃO DO PERDIMENTO DOS BENS EM FAVOR DA UNIÃO - IMPOSSIBILIDADE - JULGADO A QUO MANTIDO - RECURSOS IMPROVIDOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em concordância com o parecer ministerial, nego provimento aos recursos de Apelação Criminal.".

10. Processo: 0618898-94.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Andrey de Melo Kerscher. Advogado: Wanderson de Sousa Lima (OAB: 10791/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jefferson Neves de Carvalho (OAB: 2076/AM). Procurador: Flávio Ferreira Lopes. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - RECEPTAÇÃO - USO DE DOCUMENTO FALSO - FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO - MATERIALIDADE - AUTORIA - COMPROVADAS - ABSOLVIÇÃO - INCABÍVEL - DEPOIMENTOS POLICIAIS - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE - CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO E SUFICIENTE PARA JUSTIFICAR A CONDENAÇÃO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DAS SUPOSTAS NULIDADES CITADAS - AINDA QUE ESTIVESSEM DEMONSTRADAS, AS NULIDADES PRECISAM SER ALEGADAS OPPORTUNO TEMPORE - PRECLUSÃO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - RECEPTAÇÃO - USO DE DOCUMENTO FALSO - FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO - MATERIALIDADE - AUTORIA - COMPROVADAS - ABSOLVIÇÃO - INCABÍVEL - DEPOIMENTOS POLICIAIS - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE - CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO E SUFICIENTE PARA JUSTIFICAR A CONDENAÇÃO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DAS SUPOSTAS NULIDADES CITADAS - AINDA QUE ESTIVESSEM DEMONSTRADAS, AS NULIDADES PRECISAM SER ALEGADAS OPPORTUNO TEMPORE - PRECLUSÃO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO

IMPROVIDO. A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, em negar provimento ao recurso de Apelação Criminal, nos termos do voto condutor.".

11. Processo: 0619188-12.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 6ª Vara Criminal. Apelante: Rodrigo Silva de Arruda. Defensor: Eduardo Cesar Rabello Ituassu (OAB: 3320/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jorge Alberto Gomes Damasceno. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO POR CONCURSO DE AGENTES – NEGATIVA DE AUTORIA - ABSOLVIÇÃO POR AUSENCIA DE PROVAS – IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA - RECURSO IMPROVIDO. - Estando comprovada a materialidade do delito de roubo majorado em concurso de pessoas, sobretudo diante dos depoimentos da vítima e testemunhas, aliados aos firmes indícios de autoria, impossível a absolvição;- A tese da negativa de autoria pautada na inexistência de provas capazes de justificar uma condenação, não tem procedência com a verdade dos fatos retratada pelas provas colacionadas nos autos, que são inequívocas em apontar a participação do apelante no presente crime;- A sentença monocrática deve ser mantida em todos os seus termos e fundamentos, uma vez que da análise da instrução processual restou devidamente comprovada a autoria do delito assim como a materialidade delitiva em relação ao apelante.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO POR CONCURSO DE AGENTES - NEGATIVA DE AUTORIA - ABSOLVIÇÃO POR AUSENCIA DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA - RECURSO IMPROVIDO. - Estando comprovada a materialidade do delito de roubo majorado em concurso de pessoas, sobretudo diante dos depoimentos da vítima e testemunhas, aliados aos firmes indícios de autoria, impossível a absolvição; - A tese da negativa de autoria pautada na inexistência de provas capazes de justificar uma condenação, não tem procedência com a verdade dos fatos retratada pelas provas colacionadas nos autos, que são inequívocas em apontar a participação do apelante no presente crime; - A sentença monocrática deve ser mantida em todos os seus termos e fundamentos, uma vez que da análise da instrução processual restou devidamente comprovada a autoria do delito assim como a materialidade delitiva em relação ao apelante. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade e em concordância com o parecer ministerial, em negar provimento ao Apelo interposto, mantendo incólume a decisão de primeiro grau.".

12. Processo: 0638204-49.2018.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 1ª Vara do Tribunal do Júri. Recorrente: R. R. T. Advogado: Paulo Rodrigues de Almeida (OAB: 9533/AM). Advogado: Guttemberg Alencar Viana (OAB: 9698/AM). **Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Armando Gurgel Maia. Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - CRIME CONTRA A VIDA - HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO - PRONÚNCIA - PRETENDIDA IMPRONÚNCIA OU ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA - AUSÊNCIA DE PROVAS -INOCORRÊNCIA - DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL - IMPOSSIBILIDADE - AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS - NECESSÁRIA A SUBMISSÃO AO CONSELHO DE SENTENÇA - IN DUBIO PRO SOCIETATE - MANUTENÇÃO DA PRONÚNCIA - CUSTÓDIA CAUTELAR - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - EXCESSO DE PRAZO - DILAÇÃO JUSTIFICADA - PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - RECURSO NÃO PROVIDO.Lastreando-se a decisão de pronúncia em indícios de autoria e prova irrefutável de materialidade, basta ao Juiz externar as razões de seu convencimento para submeter o recorrente a julgamento pelo Tribunal do Júri, afigurando-se preponderante nesta fase processual o 'in dubio pro societate'. . DECISÃO: "EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - CRIME CONTRA A VIDA - HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO - PRONÚNCIA - PRETENDIDA IMPRONÚNCIA OU ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA - AUSÊNCIA DE PROVAS -INOCORRÊNCIA - DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL - IMPOSSIBILIDADE - AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS - NECESSÁRIA A SUBMISSÃO AO CONSELHO DE SENTENÇA - IN DUBIO PRO SOCIETATE - MANUTENÇÃO DA PRONÚNCIA - CUSTÓDIA CAUTELAR - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - EXCESSO DE PRAZO - DILAÇÃO JUSTIFICADA - PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - RECURSO NÃO PROVIDO. Lastreando-se a decisão de pronúncia em indícios de autoria e prova irrefutável de materialidade, basta ao Juiz externar as razões de seu convencimento para submeter o recorrente a julgamento pelo Tribunal do Júri, afigurando-se preponderante nesta fase processual o 'in dubio pro societate'. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em concordância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, negar provimento ao Recurso em Sentido Estrito.".

13. Processo: 0639823-14.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª V.E.C.U.T.E. Apelante: F. M. G. Advogado: Luann Araujo de Paula Mendes (OAB: 13592/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: George Pestana Vieira. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - ABSOLVIÇÃO - INVIABILIDADE - AUTORIA - MATERIALIDADE - COMPROVADAS - DEPOIMENTOS POLICIAIS - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE - AUSÊNCIA DE PROVAS - INOCORRÊNCIA - MANTENÇA DA CONDENAÇÃO - RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - ABSOLVIÇÃO - INVIABILIDADE - AUTORIA - MATERIALIDADE - COMPROVADAS - DEPOIMENTOS POLICIAIS - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE - AUSÊNCIA DE PROVAS - INOCORRÊNCIA - MANTENÇA DA CONDENAÇÃO - RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em concordância com o parecer ministerial, em negar provimento ao presente recurso de Apelação Criminal, nos termos do voto condutor.".

14. Processo: 0651595-71.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Samuel Pereira da Silva. Representa: Monique Cruz Castellani. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 2898/AM). Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO – CONCURSO DE PESSOAS – RECONHECIMENTO DA TENTATIVA – IMPOSSIBILIDADE – POSSE MANSA E PACÍFICA – DESNECESSIDADE - SÚMULA 582 STJ – DOSIMETRIA – PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL - ATENUANTES – INAPLICÁVEIS – SÚMULA 231 STJ – JUSTIÇA GRATUITA – COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO - RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO - CONCURSO DE PESSOAS - RECONHECIMENTO DA TENTATIVA - IMPOSSIBILIDADE -

POSSE MANSA E PACÍFICA - DESNECESSIDADE - SÚMULA 582 STJ - DOSIMETRIA - PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL - ATENUANTES - INAPLICÁVEIS - SÚMULA 231 STJ - JUSTIÇA GRATUITA - COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO - RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em consonância com o parecer parcial ministerial, negar provimento ao recurso de Apelação Criminal, mantendo, na íntegra, a sentença de primeiro grau.".

15. Processo: 0651909-17.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Leandro Roberto Passos. Representa: Monique Cruz Castellani. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 2898/AM). Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO - AUTORIA - MATERIALIDADE - COMPROVADAS - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PROVAS - NÃO CONFIGURADA - CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO - CONDENAÇÃO MANTIDA - DOSIMETRIA -EXACERBAÇÃO - INOCORRÊNCIA - REGIME PRISIONAL -MANUTENÇÃO DO REGIME FECHADO - JUSTIÇA GRATUITA - MATÉRIA DO JUÍZO DE EXECUÇÃO - RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO - AUTORIA - MATERIALIDADE - COMPROVADAS - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PROVAS - NÃO CONFIGURADA - CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO - CONDENAÇÃO MANTIDA - DOSIMETRIA -EXACERBAÇÃO - INOCORRÊNCIA - REGIME PRISIONAL -MANUTENÇÃO DO REGIME FECHADO - JUSTIÇA GRATUITA - MATÉRIA DO JUÍZO DE EXECUÇÃO - RECURSO IMPROVIDO. A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, em negar provimento ao recurso de Apelação Criminal, nos termos do voto condutor.".

16. Processo: 4001657-57.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Vara Única de São Gabriel da Cachoeira. Impetrante: Kelvin Rodrigues da Silva. **Paciente: Rony dos Santos Moraes.** Advogado: Kelvin Rodrigues da Silva (OAB: 9203/AM). Advogado: Rainara Paiva Cintra (OAB: 14158/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM.** Procurador: Francisco Cruz. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - ESTELIONATO – LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU – APLICADAS MEDIDAS CAUTELARES – REQUER DISPENSA DA FIANÇA ARBITRADA – ALEGA POBREZA E ILEGALIDADE DO VALOR – LIMINAR CONCEDIDA – ANÁLISE MAIS APROFUNDADA DO CASO – MUDANÇA DE POSICIONAMENTO - NECESSIDADE DE ARBITRAMENTO DE FIANÇA – CRIME COMETIDO EM CIDADE DO INTERIOR DO AMAZONAS – PACIENTE QUE TRABALHA COMO CAIXA EM LOTERIA E É INVESTIGADO POR TER TIRADO PROVEITO DE SUA POSIÇÃO PARA SE APROPRIAR DO DINHEIRO DA VÍTIMA, QUE SE SUSTENTA APENAS COM OS VALORES RECEBIDOS POR BENEFÍCIOS GOVERNAMENTAIS – INVESTIGAÇÕES QUE APURAM EXISTÊNCIA DE MUITAS VÍTIMAS – GRANDE VALOR SACADO ILEGALMENTE DE POPULARES CARENTES - GRAVIDADE DO DELITO – REVOGAÇÃO DA LIMINAR – MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES ESTABELECIDAS PELO MAGISTRADO A QUO – VALOR DA FIANÇA JUSTIFICADO PELA GRAVIDADE E PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO - ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - ESTELIONATO - LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU - APLICADAS MEDIDAS CAUTELARES - REQUER DISPENSA DA FIANÇA ARBITRADA - ALEGA POBREZA E ILEGALIDADE DO VALOR - LIMINAR CONCEDIDA - ANÁLISE MAIS APROFUNDADA DO CASO - MUDANÇA DE POSICIONAMENTO - NECESSIDADE DE ARBITRAMENTO DE FIANÇA - CRIME COMETIDO EM CIDADE DO INTERIOR DO AMAZONAS - PACIENTE QUE TRABALHA COMO CAIXA EM LOTERIA E É INVESTIGADO POR TER TIRADO PROVEITO DE SUA POSIÇÃO PARA SE APROPRIAR DO DINHEIRO DA VÍTIMA, QUE SE SUSTENTA APENAS COM OS VALORES RECEBIDOS POR BENEFÍCIOS GOVERNAMENTAIS - INVESTIGAÇÕES QUE APURAM EXISTÊNCIA DE MUITAS VÍTIMAS - GRANDE VALOR SACADO ILEGALMENTE DE POPULARES CARENTES - GRAVIDADE DO DELITO - REVOGAÇÃO DA LIMINAR - MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES ESTABELECIDAS PELO MAGISTRADO A QUO - VALOR DA FIANÇA JUSTIFICADO PELA GRAVIDADE E PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO - ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em discordância do parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

17. Processo: 4002604-14.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E. Impetrante: Leandro Rebelo de Paula. **Paciente: Willian Espindola dos Santos.** Advogado: Leandro Rebelo de Paula (OAB: 11851/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (3ª Vecute).** Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS -CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - AIJ PAUTADA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS -CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - AIJ PAUTADA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

18. Processo: 4002681-23.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E. Impetrante: SEVERINO RODRIGUES GONZAGA. **Paciente: Igor Thiago Alves da Silva.** Advogado: SEVERINO RODRIGUES GONZAGA (OAB: 14482/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (4ª VECUTE).** Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - EXCESSO DE PRAZO - NÃO CONFIGURADO - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - PLURALIDADE DE RÉUS - COMPLEXIDADE DA CAUSA - DIVERSIDADE DE DROGAS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - EXCESSO DE PRAZO - NÃO CONFIGURADO - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - PLURALIDADE DE RÉUS - COMPLEXIDADE DA CAUSA - DIVERSIDADE DE DROGAS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes

da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

19. Processo: 4002848-40.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E. Impetrante: Edinei Lourenço de Cavalho. **Paciente: Renan Rodrigues de Carvalho.** Advogado: Edinei Lourenço de Carvalho (OAB: 9689/AM). Advogado: Edinei Lourenço de Carvalho Junior (OAB: 9347/AM). Advogada: Raphaela da Costa Nascimento (OAB: 9861/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (3ª Vecute).** Procurador: Francisco das Chagas Santiago da Cruz. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS -CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - NÃO SÃO GARANTIA DE LIBERDADE - GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS - MAIS DE 13 QUILOS DE MACONHA - CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO - CRIME COMETIDO NO SAGUÃO DO AEROPORTO - PACIENTE TENTAVA EMBARCAR PARA GUARULHOS COM A DROGA NA BAGAGEM - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - AIJ PAUTADA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - MASSACRE NOS PRESÍDIOS - NÃO É RAZÃO PARA, POR SI SÓ, JUSTIFICAR A SOLTURA - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS -CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - NÃO SÃO GARANTIA DE LIBERDADE - GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS - MAIS DE 13 QUILOS DE MACONHA - CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO - CRIME COMETIDO NO SAGUÃO DO AEROPORTO - PACIENTE TENTAVA EMBARCAR PARA GUARULHOS COM A DROGA NA BAGAGEM - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - AIJ PAUTADA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - MASSACRE NOS PRESÍDIOS - NÃO É RAZÃO PARA, POR SI SÓ, JUSTIFICAR A SOLTURA - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

20. Processo: 4002857-02.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 10ª Vara Criminal. Impetrante: Marcos Antonio Ferreira Feitosa. **Paciente: Igor Costa Lacerda.** Advogado: Marcos Antonio Ferreira Feitosa (OAB: 13305/AM). **Impetrado: Juizo de Direito da 10ª Vara Criminal de Manaus-am.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - TORTURA - ROUBO MAJORADO - ESTUPRO - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - GRAVIDADE DO DELITO - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - TORTURA - ROUBO MAJORADO - ESTUPRO - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - GRAVIDADE DO DELITO - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

21. Processo: 4002983-52.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E. Impetrante: José Bezerra de Araújo. **Paciente: Fábio Rodrigues Souza.** Advogado: José Bezerra de Araújo (OAB: 4871/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (3ª Vecute).** Procurador: Francisco Cruz. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO GARANTIDORES DE LIBERDADE - GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - AIJ PAUTADA - EXTENSÃO DE BENEFÍCIO -IMPOSSIBILIDADE - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - RÉU QUE FOI PRESO ENQUANTO ESTAVA EM LIBERDADE PROVISÓRIA POR OUTRO PROCESSO - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO GARANTIDORES DE LIBERDADE - GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - AIJ PAUTADA - EXTENSÃO DE BENEFÍCIO -IMPOSSIBILIDADE - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - RÉU QUE FOI PRESO ENQUANTO ESTAVA EM LIBERDADE PROVISÓRIA POR OUTRO PROCESSO - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

22. Processo: 4003046-77.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Impetrante: Roseane Lima dos Anjos. Impetrante: Bruno Infante Fonseca. **Paciente: Fabiano de Oliveira Furtado de Freitas.** Advogada: Roseane Lima dos Anjos (OAB: 10862/AM). Advogado: Bruno Infante Fonseca (OAB: 1945E/AM). **Impetrado: Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri - Capital.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - CRIME CONTRA A VIDA - HOMICÍDIO QUALIFICADO - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - PACIENTE QUE RESPONDE A OUTROS PROCESSOS - GRAVIDADE DO DELITO - PERICULOSIDADE DO AGENTE - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - MATÉRIAS DE MÉRITO - SERÃO ANALISADAS NO MOMENTO OPORTUNO - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - CRIME CONTRA A VIDA - HOMICÍDIO QUALIFICADO - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - PACIENTE QUE RESPONDE A OUTROS PROCESSOS - GRAVIDADE DO DELITO - PERICULOSIDADE DO AGENTE - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - MATÉRIAS DE MÉRITO - SERÃO ANALISADAS NO MOMENTO OPORTUNO - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

23. Processo: 4003055-39.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara de Humaitá. Impetrante: Jose Wagner Nepomuceno de Lima. **Paciente: Luiz Henrique dos Reis Sena.** Advogado: Jose Wagner Nepomuceno de Lima (OAB: 35272/CE). **Impetrado: Juizo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Humaita.** Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO -

CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - PACIENTE COM REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA – ALEGAÇÃO DE QUE É USUÁRIO - MATÉRIA DE MÉRITO - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - PACIENTE COM REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - ALEGAÇÃO DE QUE É USUÁRIO - MATÉRIA DE MÉRITO - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

24. Processo: 0000343-57.2016.8.04.2100 - Recurso Em Sentido Estrito, Vara Única de Anori. Recorrente: Kleiton Cardoso Dias. Advogado: Ronélio Cardoso de Lima (OAB: 6432/AM). Advogada: Vitoria Luiza da Silva Siza (OAB: 12920/AM). **Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas (Promotoria de Anori).** Promotor: Luiz Alberto Dantas Vasconcelos. Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. IN DUBIO PRO SOCIETATE. COMPETÊNCIA DO JÚRI. IMPRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A sentença de pronúncia caracteriza-se como mero juízo de admissibilidade da acusação, exigindo-se do julgador apenas a verificação de prova da materialidade delitiva e de indícios suficientes de autoria, ainda que inquisitoriais. Nessa fase processual, a dúvida deve ser interpretada em favor da sociedade (in dubio pro societate), de modo a preservar a competência constitucional do Tribunal do Júri; 2. Consoante entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça é perfeitamente possível que a decisão de pronúncia do acusado pela prática de crimes dolosos contra a vida seja baseada em elementos colhidos na fase de inquérito, na medida em que esta decisão não possui conteúdo condenatório, sendo mero juízo de admissibilidade, competindo ao Júri Popular a análise do mérito da demanda; 3. O momento adequado para analisar a intenção do agente no momento do crime é na sessão de julgamento do Tribunal do Júri, haja vista a competência privativa estabelecida no art. 5.º, XXXVIII, da Constituição Federal, ocasião em que os jurados poderão debruçar-se sobre as provas produzidas e decidir, de acordo suas livres convicções, acerca da culpa ou inocência do réu; 4. Recurso CONHECIDO e NÃO PROVIDO, em consonância do parecer ministerial.. DECISÃO: "EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. IN DUBIO PRO SOCIETATE. COMPETÊNCIA DO JÚRI. IMPRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A sentença de pronúncia caracteriza-se como mero juízo de admissibilidade da acusação, exigindo-se do julgador apenas a verificação de prova da materialidade delitiva e de indícios suficientes de autoria, ainda que inquisitoriais. Nessa fase processual, a dúvida deve ser interpretada em favor da sociedade (in dubio pro societate), de modo a preservar a competência constitucional do Tribunal do Júri; 2. Consoante entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça é perfeitamente possível que a decisão de pronúncia do acusado pela prática de crimes dolosos contra a vida seja baseada em elementos colhidos na fase de inquérito, na medida em que esta decisão não possui conteúdo condenatório, sendo mero juízo de admissibilidade, competindo ao Júri Popular a análise do mérito da demanda; 3. O momento adequado para analisar a intenção do agente no momento do crime é na sessão de julgamento do Tribunal do Júri, haja vista a competência privativa estabelecida no art. 5.º, XXXVIII, da Constituição Federal, ocasião em que os jurados poderão debruçar-se sobre as provas produzidas e decidir, de acordo suas livres convicções, acerca da culpa ou inocência do réu; 4. Recurso CONHECIDO e NÃO PROVIDO, em consonância do parecer ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso em Sentido Estrito, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONHECER do recurso e NEGAR-LHE PROVIMENTO, em consonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora. Desembargador Presidente ONILZA ABREU GERTH Juíza de Direito convocada conforme Portaria n.° 660 /2018 Relatora Procurador de Justiça".

25. Processo: 0001571-57.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 2ª Vara Criminal. Embargante: Arão Amorim de Lima. Advogado: Rui Guilherme Modesto Borges (OAB: 11829/AM). Advogado: Guilherme Scherakman Sigueira Blano (OAB: 10385/AM). Advogada: Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB: 12875/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – PENAL E PROCESSO PENAL – OMISSÃO – REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS.I - O Embargante sustenta em suas razões às fls. 1/6, que o acórdão possui omissão em relação aos argumentos apresentados pela defesa quanto à dosimetria da pena aplicada, assim como o regime de cumprimento de pena. Diante disso, pugna pelo conhecimento e acolhimento dos presentes embargos afim de sanar a omissão suscitada. II - Não obstante a discussão doutrinária sobre sua natureza jurídica, a teor do artigo 619, do Código de Processo Penal, os embargos de declaração buscam suprir omissão, contradição, obscuridade, ou ainda, ambiguidade verificados na decisão.III - Da leitura das razões dos embargos, verifico a evidente pretensão do Embargante em rediscutir a matéria já dirimida por esta Corte, por meio do acórdão de fls. 285/293. IV - Percebe-se que o acórdão é auto-explicativo no tocando aos pontos questionados pelo Embargante e mais, destaco que o órgão julgador enfrentou a matéria questionada, afastando as teses defensivas apresentadas e, portanto, inexistindo qualquer vício no aresto combatido. V – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PENAL E PROCESSO PENAL - OMISSÃO - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. I - O Embargante sustenta em suas razões às fls. 1/6, que o acórdão possui omissão em relação aos argumentos apresentados pela defesa quanto à dosimetria da pena aplicada, assim como o regime de cumprimento de pena. Diante disso, pugna pelo conhecimento e acolhimento dos presentes embargos afim de sanar a omissão suscitada. II - Não obstante a discussão doutrinária sobre sua natureza jurídica, a teor do artigo 619, do Código de Processo Penal, os embargos de declaração buscam suprir omissão, contradição, obscuridade, ou ainda, ambiguidade verificados na decisão. III - Da leitura das razões dos embargos, verifico a evidente pretensão do Embargante em rediscutir a matéria já dirimida por esta Corte, por meio do acórdão de fls. 285/293. IV - Percebe-se que o acórdão é auto-explicativo no tocando aos pontos questionados pelo Embargante e mais, destaco que o órgão julgador enfrentou a matéria questionada, afastando as teses defensivas apresentadas e, portanto, inexistindo qualquer vício no aresto combatido. V - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, conhecer e rejeitar os presentes Embargos de Declaração, nos termos do

voto que acompanha esta decisão. Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus.”.

26. Processo: 0004688-56.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E. Embargante: Dhemeson Rodrigues Marinho. Embargante: Jeiciane Abraão da Silva. Defensor: Larissa Vianez Sant Anna Figueira Macedo (OAB: 9047/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Embargante: Joao Carlos Castro da Silva. Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Lais Rejane de Carvalho Freitas. Procurador: Exmo Sr Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz.. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. OMISSÃO CONFIGURADA. ART. 40, INCISO VI, DA LEI Nº 11.343/06. DOSIMETRIA. PEDIDO DE AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO. CABÍVEL. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDO EM PARTE. 1. Havendo nos aclaratórios os requisitos do art. 619, do CPP, impõe-se seu conhecimento, uma vez que a via recursal eleita é a indicada; 2. Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa. (art. 56 do CPP). Precedentes; 3. Deve ser suprimida a causa especial de aumento da pena prevista no artigo 40, inciso VI, da Lei nº 11.343/06, quando não comprovada a menoridade, pois se as únicas informações relacionadas à idade da suposta adolescente são oriundas de suas próprias declarações, impõe-se a absolvição das recorrentes; 4. Deve ser mantida a fração redutora no reconhecimento da causa de diminuição do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, quando o acórdão, dentro da discricionariedade permitida por lei, fundamenta, concretamente, na quantidade e natureza da droga apreendida, tal como ocorrera in casu;; 5. Embargos Conhecidos e parcialmente providos.. DECISÃO: “EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. OMISSÃO CONFIGURADA. ART. 40, INCISO VI, DA LEI Nº 11.343/06. DOSIMETRIA. PEDIDO DE AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO. CABÍVEL. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDO EM PARTE. 1. Havendo nos aclaratórios os requisitos do art. 619, do CPP, impõe-se seu conhecimento, uma vez que a via recursal eleita é a indicada; 2. Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa. (art. 56 do CPP). Precedentes; 3. Deve ser suprimida a causa especial de aumento da pena prevista no artigo 40, inciso VI, da Lei nº 11.343/06, quando não comprovada a menoridade, pois se as únicas informações relacionadas à idade da suposta adolescente são oriundas de suas próprias declarações, impõe-se a absolvição das recorrentes; 4. Deve ser mantida a fração redutora no reconhecimento da causa de diminuição do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, quando o acórdão, dentro da discricionariedade permitida por lei, fundamenta, concretamente, na quantidade e natureza da droga apreendida, tal como ocorrera in casu;; 5. Embargos Conhecidos e parcialmente providos. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em CONHECER os Embargos Declaratórios ora opostos, e PROVER PARCIALMENTE para sanar as omissões apontadas contra o acórdão recorrido, nos termos do voto da Relatora. Desembargador Presidente Onilza Abreu Gerth Juíza de Direito convocada conforme Portaria n°.660 /2018 Relatora Procurador de Justiça”.

27. Processo: 0004845-29.2019.8.04.0000 - Agravo Regimental Criminal, Vara Única de Presidente Figueiredo. Agravante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Daniel Britto Freire Araujo (OAB: 12641/MA). **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU, IN LIMINE, A ORDEM DE HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ- CONSTITUÍDA. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOCUMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR AS ALEGAÇÕES. RISCO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO, DE OFÍCIO, DA ORDEM. INEXISTÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE, DEVIDAMENTE, COMPROVADA. FUNDAMENTOS DO AGRAVO INTERNO INCAPAZES DE ALTERAR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A natureza urgente da Ação Constitucional de Habeas Corpus não comporta dilação probatória e, por via de consequência, exige prova pré-constituída das suas alegações, que devem subsidiar, de pronto, a pretensão aduzida. Precedentes. 2. Da detida análise do caderno processual, depreende-se que a Defensoria Pública, nos Autos da Ação Constitucional, não promoveu a juntada de quaisquer documentos que possibilitassem a apreciação de suas afirmações. 3. De igual sorte, por não haver qualquer comprovação do ajuizamento dos pedidos de relaxamento da prisão e, ainda, de revogação da prisão preventiva, perante o douto Juízo de origem, configura-se a possibilidade de ocorrência da supressão de instância, uma vez que este Órgão Julgador não pode conhecer, diretamente, de pedidos, em tese, não apreciados pela Autoridade, dita, Coatora. Precedentes. 4. Noutro giro, muito embora seja possível de concessão de ordem, de ofício, para preservar a utilidade e eficácia do writ, que, inegavelmente, é o meio mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão que se considera ameaçado por ato ilegal ou por abuso de poder, nos termos do § 2.º, do art. 654, da Lei Adjetiva Penal, esta somente é admitida diante de flagrante ilegalidade na segregação do, ora, Agravante. 5. Entretanto, no caso sub examine, não há a demonstração de patente ilegalidade a ensejar a concessão, de ofício, da ordem vindicada, para relaxar a segregação cautelar do, ora, Recorrente, por excesso de prazo, tampouco, revogar a sua prisão preventiva, em razão do não preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. 6. Dessa feita, conclui-se que permanecem incólumes as razões que lastrearam o indeferimento, in limine, do Habeas Corpus, impetrado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas, nos moldes da decisão monocrática guerreada. 7. Agravo Interno conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: “EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU, IN LIMINE, A ORDEM DE HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ- CONSTITUÍDA. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOCUMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR AS ALEGAÇÕES. RISCO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO, DE OFÍCIO, DA ORDEM. INEXISTÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE, DEVIDAMENTE, COMPROVADA. FUNDAMENTOS DO AGRAVO INTERNO INCAPAZES DE ALTERAR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A natureza urgente da Ação Constitucional de Habeas Corpus não comporta dilação probatória e, por via de consequência, exige prova pré-constituída das suas alegações, que devem subsidiar, de pronto, a pretensão aduzida. Precedentes. 2. Da detida análise do caderno processual, depreende-se que a Defensoria Pública, nos Autos da Ação Constitucional, não promoveu a juntada de quaisquer documentos que possibilitassem a apreciação de suas afirmações. 3. De igual sorte, por não haver qualquer comprovação do ajuizamento dos pedidos de relaxamento da prisão e, ainda, de revogação da prisão preventiva, perante o douto Juízo de origem, configura-se a possibilidade de ocorrência da supressão de instância, uma vez que este Órgão Julgador não pode conhecer, diretamente, de pedidos, em tese, não apreciados pela Autoridade, dita, Coatora. Precedentes. 4. Noutro giro, muito embora seja possível de concessão de ordem, de ofício, para preservar a utilidade e eficácia do writ, que, inegavelmente, é o meio mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão que se considera ameaçado por ato ilegal ou por abuso de poder, nos termos do § 2.º, do art. 654, da Lei Adjetiva Penal, esta somente é admitida diante de flagrante ilegalidade na segregação do, ora, Agravante. 5. Entretanto, no caso sub examine, não há a demonstração de patente ilegalidade a ensejar a concessão, de ofício, da ordem vindicada, para relaxar a segregação cautelar do, ora, Recorrente, por excesso de prazo, tampouco, revogar a sua prisão preventiva, em razão do não preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. 6. Dessa feita, conclui-se que permanecem incólumes as razões que lastrearam o indeferimento, in limine,

do Habeas Corpus, impetrado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas, nos moldes da decisão monocrática guerreada. 7. Agravo Interno conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do Agravo Interno em epígrafe, DECIDE a colenda Segunda Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas por unanimidade de votos, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, em consonância com o parecer ministerial, nos termos do voto da Relatora, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

28. Processo: 0004950-06.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, Vara Única de Novo Aripuanã. Embargante: Euller de Assis Paes. Defensor: Daniel Britto Freire Araujo (OAB: 12641/MA). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Tânia Maria de Azevedo Feitosa. Procurador: Francisco Cruz. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. OMISSÃO CONFIGURADA. ART. 40, INCISO VI, DA LEI Nº 11.343/06. DOSIMETRIA. PEDIDO DE REDIMENSIONAMENTO DA FRAÇÃO DA CAUSA DE AUMENTO. CABÍVEL. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDO. 1. Havendo nos aclaratórios os requisitos do art. 619, do CPP, impõe-se seu conhecimento, uma vez que a via recursal eleita é a indicada; 2. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o aumento da pena decorrente do concurso formal próprio é calculada com base no número de infrações penais cometidas, que concretizará a fração de aumento abstratamente prevista (1/6 a 1/2), exasperando-se a pena do crime de maior reprimenda. Nesses termos, aplica-se a fração de aumento de 1/6 pela prática de 2 infrações; 1/5, para 3 infrações; 1/4 para 4 infrações; 1/3 para 5 infrações e 1/2 para 6 ou mais infrações; 3. Embargos Conhecidos e Provido, em consonância com o perecer ministerial.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. OMISSÃO CONFIGURADA. ART. 40, INCISO VI, DA LEI Nº 11.343/06. DOSIMETRIA. PEDIDO DE REDIMENSIONAMENTO DA FRAÇÃO DA CAUSA DE AUMENTO. CABÍVEL. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDO. 1. Havendo nos aclaratórios os requisitos do art. 619, do CPP, impõe-se seu conhecimento, uma vez que a via recursal eleita é a indicada; 2. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o aumento da pena decorrente do concurso formal próprio é calculada com base no número de infrações penais cometidas, que concretizará a fração de aumento abstratamente prevista (1/6 a 1/2), exasperando-se a pena do crime de maior reprimenda. Nesses termos, aplica-se a fração de aumento de 1/6 pela prática de 2 infrações; 1/5, para 3 infrações; 1/4 para 4 infrações; 1/3 para 5 infrações e 1/2 para 6 ou mais infrações; 3. Embargos Conhecidos e Provido, em consonância com o perecer ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em CONHECER os Embargos Declaratórios ora opostos para sanar as omissões apontadas contra o acórdão, recorrido, e PROVER, nos termos do voto da Relatora. Desembargador Presidente Onilza Abreu Gerth Juíza de Direito convocada conforme Portaria n°.660 /2018 Relatora Procurador de Justiça".

29. Processo: 0004952-73.2019.8.04.0000 - Agravo Regimental Criminal, 2ª Vara de Iranduba. Agravante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Daniel Britto Freire Araujo (OAB: 12641/MA). **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Procurador: Francisco Cruz. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU, IN LIMINE, A ORDEM DE HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ- CONSTITUÍDA. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOCUMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR AS ALEGAÇÕES. RISCO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO, DE OFÍCIO, DA ORDEM. INEXISTÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE, DEVIDAMENTE, COMPROVADA. FUNDAMENTOS DO AGRAVO INTERNO INCAPAZES DE ALTERAR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A natureza urgente da Ação Constitucional de Habeas Corpus não comporta dilação probatória e, por via de consequência, exige prova pré-constituída das suas alegações, que devem subsidiar, de pronto, a pretensão aduzida. Precedentes. 2. Da detida análise do caderno processual, depreende-se que a Defensoria Pública, nos Autos da Ação Constitucional, não promoveu a juntada de quaisquer documentos que possibilitassem a apreciação de suas afirmações. 3. De igual sorte, por não haver qualquer comprovação do ajuizamento dos pedidos de relaxamento da prisão e, ainda, de revogação da prisão preventiva, perante o douto Juízo de origem, configura-se a possibilidade de ocorrência da supressão de instância, uma vez que este Órgão Julgador não pode conhecer, diretamente, de pedidos, em tese, não apreciados pela Autoridade, dita, Coatora. Precedentes. 4. Noutro giro, muito embora seja possível de concessão de ordem, de ofício, para preservar a utilidade e eficácia do writ, que, inegavelmente, é o meio mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão que se considera ameaçado por ato ilegal ou por abuso de poder, nos termos do § 2.º, do art. 654, da Lei Adjetiva Penal, esta somente é admitida diante de flagrante ilegalidade na segregação do, ora, Agravante. 5. Entretanto, no caso sub examine, não há a demonstração de patente ilegalidade a ensejar a concessão, de ofício, da ordem vindicada, para relaxar a segregação cautelar do, ora, Recorrente, por excesso de prazo, tampouco, revogar a sua prisão preventiva, em razão do não preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. 6. Dessa feita, conclui-se que permanecem incólumes as razões que lastrearam o indeferimento, in limine, do Habeas Corpus, impetrado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas, nos moldes da decisão monocrática guerreada. 7. Agravo Interno conhecido e não provido.. DECISÃO: "EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU, IN LIMINE, A ORDEM DE HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ- CONSTITUÍDA. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOCUMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR AS ALEGAÇÕES. RISCO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO, DE OFÍCIO, DA ORDEM. INEXISTÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE, DEVIDAMENTE, COMPROVADA. FUNDAMENTOS DO AGRAVO INTERNO INCAPAZES DE ALTERAR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A natureza urgente da Ação Constitucional de Habeas Corpus não comporta dilação probatória e, por via de consequência, exige prova pré-constituída das suas alegações, que devem subsidiar, de pronto, a pretensão aduzida. Precedentes. 2. Da detida análise do caderno processual, depreende-se que a Defensoria Pública, nos Autos da Ação Constitucional, não promoveu a juntada de quaisquer documentos que possibilitassem a apreciação de suas afirmações. 3. De igual sorte, por não haver qualquer comprovação do ajuizamento dos pedidos de relaxamento da prisão e, ainda, de revogação da prisão preventiva, perante o douto Juízo de origem, configura-se a possibilidade de ocorrência da supressão de instância, uma vez que este Órgão Julgador não pode conhecer, diretamente, de pedidos, em tese, não apreciados pela Autoridade, dita, Coatora. Precedentes. 4. Noutro giro, muito embora seja possível de concessão de ordem, de ofício, para preservar a utilidade e eficácia do writ, que, inegavelmente, é o meio mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão que se considera ameaçado por ato ilegal ou por abuso de poder, nos termos do § 2.º, do art. 654, da Lei Adjetiva Penal, esta somente é admitida diante de flagrante ilegalidade na segregação do, ora, Agravante. 5. Entretanto, no caso sub examine, não há a demonstração de patente ilegalidade a ensejar a concessão, de ofício, da ordem vindicada, para relaxar a segregação cautelar do, ora, Recorrente, por excesso de prazo, tampouco, revogar a sua prisão preventiva, em razão do não preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. 6. Dessa feita, conclui-se que permanecem incólumes as razões que lastrearam o indeferimento, in limine, do Habeas Corpus, impetrado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas, nos moldes da decisão monocrática guerreada. 7. Agravo Interno conhecido e não provido. ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Agravo Interno em epígrafe, DECIDE a colenda Segunda Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas por unanimidade de votos, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

30. Processo: 0202004-51.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Davi Santana da Câmara. **Apelado: A. M. de S.** Defensor: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL E AMEAÇA NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. AUSÊNCIA DO PARQUET NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. INTIMAÇÃO REGULAR PARA COMPARECIMENTO AO ATO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.1. A ausência do Representante Ministerial em audiência de instrução e julgamento somente conduz ao reconhecimento da nulidade do ato quando restar comprovada a irregularidade da intimação e o efetivo prejuízo suportado pelo órgão acusador.2. Na espécie, a intimação do Parquet foi realizada por meio de ofício, endereçado com antecedência à Procuradora-Geral de Justiça, solicitando a designação de 09 (nove) Promotores de Justiça para atuarem no período da 1ª Edição da Semana da "Justiça pela Paz em Casa". 3. Portanto, sendo injusti?cada a ausência do titular da ação penal no referido ato, impõe-se a manutenção do édito absolutório.4. Recurso não provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL E AMEAÇA NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. AUSÊNCIA DO PARQUET NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. INTIMAÇÃO REGULAR PARA COMPARECIMENTO AO ATO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.1. A ausência do Representante Ministerial em audiência de instrução e julgamento somente conduz ao reconhecimento da nulidade do ato quando restar comprovada a irregularidade da intimação e o efetivo prejuízo suportado pelo órgão acusador.2. Na espécie, a intimação do Parquet foi realizada por meio de ofício, endereçado com antecedência à Procuradora-Geral de Justiça, solicitando a designação de 09 (nove) Promotores de Justiça para atuarem no período da 1ª Edição da Semana da "Justiça pela Paz em Casa". 3. Portanto, sendo injusti?cada a ausência do titular da ação penal no referido ato, impõe-se a manutenção do édito absolutório.4. Recurso não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os Autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação Criminal, em dissonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto da Relatora.".

31. Processo: 0202305-32.2017.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Davi Santana da Câmara. **Apelado: J. M. dos S.** Defensor: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE.1- Conforme entendimento do STJ, não há vício na hipótese em que, apesar de ser intimado, o Ministério Público deixa de comparecer a uma das audiências (...), sobretudo no caso em que não há demonstração de efetivo prejuízo.2- No caso concreto, em 12/02/2019 houve o encaminhamento do ofício do Tribunal de Justiça para vista/intimação, via portal eletrônico SEI, do Ministério Público (fl. 93). Ante a inexistência de comprovação de leitura no prazo de 10 (dez) dias, tem-se que a realização da ciência se deu em 22/02/2019. Com a realização da audiência em 11/03/2019, não há de se falar em nulidade processual.3- Dessa maneira, não deve prosperar o pedido do Ministério Publico de primeiro grau, para que a sentença seja declarada nula, visto que a ausência do Ministério Público na audiência judicial, não acarretou qualquer prejuízo, pois a sua presença não modificaria o teor da sentença.4- Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. 1- Conforme entendimento do STJ, não há vício na hipótese em que, apesar de ser intimado, o Ministério Público deixa de comparecer a uma das audiências (...), sobretudo no caso em que não há demonstração de efetivo prejuízo. 2- No caso concreto, em 12/02/2019 houve o encaminhamento do ofício do Tribunal de Justiça para vista/intimação, via portal eletrônico SEI, do Ministério Público (fl. 93). Ante a inexistência de comprovação de leitura no prazo de 10 (dez) dias, tem-se que a realização da ciência se deu em 22/02/2019. Com a realização da audiência em 11/03/2019, não há de se falar em nulidade processual. 3- Dessa maneira, não deve prosperar o pedido do Ministério Publico de primeiro grau, para que a sentença seja declarada nula, visto que a ausência do Ministério Público na audiência judicial, não acarretou qualquer prejuízo, pois a sua presença não modificaria o teor da sentença. 4- Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Recursos de Apelação , em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento do recurso interposto pelo Ministério Público, em consonância com o parecer ministerial, nos termos do voto da Relatora.".

32. Processo: 0205143-45.2017.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: M. M. B. Defensor: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Davi Santana da Câmara. Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA. PALAVRA DA VÍTIMA. ASSUNÇÃO DE ESPECIAL IMPORTÂNCIA. ELEMENTO IDÔNEO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Em crimes de violência doméstica, a palavra da vítima tem especial relevância probatória, sendo suficiente para o convencimento do Magistrado; 2. Na espécie, não há que se falar em ausência de correlação entre a acusação e a sentença, uma vez que o acusado foi condenado pelo crime de ameaça em conformidade com a descrição fática contida na exordial acusatória, tendo o Magistrado apontado provas suficientes de materialidade e autoria quanto ao fato específico descrito na denúncia; 3. O crime de ameaça, por ser formal, consuma-se quando a vítima toma conhecimento de que o réu prometeu causar-lhe mal injusto e grave, não havendo necessidade de que a vítima, efetivamente, tenha se sentido intimidada ou ameaçada. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça; 4. Apelação criminal CONHECIDA e NÃO PROVIDA, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA. PALAVRA DA VÍTIMA. ASSUNÇÃO DE ESPECIAL IMPORTÂNCIA. ELEMENTO IDÔNEO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Em crimes de violência doméstica, a palavra da vítima tem especial relevância probatória, sendo suficiente para o convencimento do Magistrado; 2. Na espécie, não há que se falar em ausência de correlação entre a acusação e a sentença, uma vez que o acusado foi condenado pelo crime de ameaça em conformidade com a descrição fática contida na exordial acusatória, tendo o Magistrado apontado provas suficientes de materialidade e autoria quanto ao fato específico descrito na denúncia; 3. O crime de ameaça, por ser formal, consuma-se quando a vítima

toma conhecimento de que o réu prometeu causar-lhe mal injusto e grave, não havendo necessidade de que a vítima, efetivamente, tenha se sentido intimidada ou ameaçada. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça; 4. Apelação criminal CONHECIDA e NÃO PROVIDA, em consonância com o parecer ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER do presente recurso de Apelação e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, em consonância com a promoção ministerial, nos termos do voto da Relatora. Desembargador Presidente Onilza Abreu Gerth Juíza de Direito convocada conforme Portaria n°.660/2018 Relatora Procurador de Justiça".

33. Processo: 0214194-21.2009.8.04.0001 - Apelação Criminal, 11ª Vara Criminal. Apelante: Valdineudo Felix da Rocha. Advogado: Diego Américo Costa Silva (OAB: 5819/AM). **Apelante: Gabriel Gouveia Almeida.** Advogado: Danielle Queiroz Ribeiro (OAB: 9296/AM). Advogada: Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB: 3735/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Carlos José Alves de Araújo. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO – PRESCRIÇÃO RETROATIVA – OCORRÊNCIA – CRIME CONTINUADO – NECESSIDADE DE REDUÇÃO DA FRAÇÃO – RECURSO INTERPOSTO POR GABRIEL PROVIDO. RECURSO INTERPOSTO POR VALDINEUDO PARCIALMENTE PROVIDO. 1A despeito da argumentação apresentada pelo apelante Gabriel, deparo-me, prima facie, com questão de ordem pública, qual seja, a extinção da punibilidade, em virtude da prescrição retroativa.2.Com efeito, a denúncia foi recebida em 23/06/2009 e a sentença prolatada em 28/11/2018, com transito em julgado para a acusação em 03/12/2018. Da análise cronológica dos prazos prescricionais, nos termos do artigo 109, III c/c artigo 115, ambos do Código Penal, julgo assistir razão à pretensão preliminar arguida pelo apelante Gabriel, para reconhecer e declarar extinta sua punibilidade em decorrência da prescrição retroativa, porquanto, do recebimento da denúncia até a data da publicação da sentença, transcorreu lapso temporal superior a seis anos.3.O apelante Valdineudo postula a redução da fração aplicada pelo crime continuado e ainda, pela adequação do cumprimento pena para o regime aberto.4.O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que a fixação da fração de aumento pela continuidade delitiva pressupõe a análise das circunstâncias judicias do artigo 59 do Código Penal em concomitância à quantidade de crimes praticados.5Na espécie, ao analisar o bojo condenatório, verifico que o Juízo a quo aplicou a fração de 1/5 tão somente em razão de duas condutas delitivas praticadas pelos Apelantes. Sendo assim, firmado no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, entendo por acolher a tese defensiva e redimensionar a fração pela continuidade delitiva, para 1/6. 6.RECURSO INTERPOSTO POR GABRIEL CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO INERPOSTO POR VALDINEUDO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO - PRESCRIÇÃO RETROATIVA - OCORRÊNCIA - CRIME CONTINUADO - NECESSIDADE DE REDUÇÃO DA FRAÇÃO - RECURSO INTERPOSTO POR GABRIEL PROVIDO. RECURSO INTERPOSTO POR VALDINEUDO PARCIALMENTE PROVIDO. 1A despeito da argumentação apresentada pelo apelante Gabriel, deparo-me, prima facie, com questão de ordem pública, qual seja, a extinção da punibilidade, em virtude da prescrição retroativa. 2.Com efeito, a denúncia foi recebida em 23/06/2009 e a sentença prolatada em 28/11/2018, com transito em julgado para a acusação em 03/12/2018. Da análise cronológica dos prazos prescricionais, nos termos do artigo 109, III c/c artigo 115, ambos do Código Penal, julgo assistir razão à pretensão preliminar arguida pelo apelante Gabriel, para reconhecer e declarar extinta sua punibilidade em decorrência da prescrição retroativa, porquanto, do recebimento da denúncia até a data da publicação da sentença, transcorreu lapso temporal superior a seis anos. 3.O apelante Valdineudo postula a redução da fração aplicada pelo crime continuado e ainda, pela adequação do cumprimento pena para o regime aberto. 4.O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que a fixação da fração de aumento pela continuidade delitiva pressupõe a análise das circunstâncias judicias do artigo 59 do Código Penal em concomitância à quantidade de crimes praticados. 5Na espécie, ao analisar o bojo condenatório, verifico que o Juízo a quo aplicou a fração de 1/5 tão somente em razão de duas condutas delitivas praticadas pelos Apelantes. Sendo assim, firmado no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, entendo por acolher a tese defensiva e redimensionar a fração pela continuidade delitiva, para 1/6. 6.RECURSO INTERPOSTO POR GABRIEL CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO INERPOSTO POR VALDINEUDO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto por Gabriel Gouveia Almeida e conhecer e dar parcial provimento ao recurso interposto por Valdineudo Félix da Rocha, nos termos do voto que acompanha esta decisão.".

34. Processo: 0227152-92.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal, 4ª Vara Criminal. Apelante: Diego Felix Bezerra. Defensor: Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB: 7593/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Marcelo Pinto Ribeiro (OAB: 1111A/AM). Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - PROCESSO PENAL - REFORMA DA SENTENÇA - ARMA DE FABRICAÇÃO CASEIRA/ARTESANAL - DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE USO RESTRITO PARA O CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - CONCEDIDO - REGIME SEMIABERTO - RÉU REINCIDENTE - LEI 10.826/03. I - O Juízo a quo condenou o apelante a pena de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime semiaberto, além de 20 (vinte) dias-multa, pela prática do delito tipificado no artigo 16, da Lei n°10.826/03. II - O apelante anseia exclusivamente a desclassificação do delito de porte ilegal de arma e uso restrito para o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, insculpida no artigo 14, da Lei nº.10.826/2003, sob o argumento que a arma é de ''fabricação caseira'' não possui, por óbvio, número de série e marca, não podendo, assim, a conduta ser enquadrada como porte ilegal de arma de numeração raspada, uma vez que não há numeração a ser adulterada. III - Todavia, em que pese o acusado ser condenado pelo crime de porte de arma de fogo de uso restrito, em razão da ocultação de sua identificação, constatou-se no auto de exame de eficiência de arma de fogo às fls. 69/74, que se "trata de arma de fogo artesanal, sem numeração". IV - Logo, não sendo comprovado durante a instrução que a arma apreendida possuía numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, o fato dela não conter a numeração não pode ser equiparado às elementares do artigo 16, da Lei 10.826/03. V - Por esse motivo, não haveria como suprimir o que nunca existiu, o que torna impossível sua condenação no artigo 16, da Lei nº 10.826/2003, razão pela qual se impõe pela desclassificação para o crime do artigo 14 da referida lei. VI - CONHEÇO E DOU PROVIMENTO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o parecer ministerial, em conhecer e dar provimento à apelação criminal, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

35. Processo: 0234622-14.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Weliton Alves Lasmar. Defensora: Monique Cruz Castellani. Defensoria: Defensoria

Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jefferson Neves de Carvalho (OAB: 2076/AM). Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - PROCESSO PENAL - RECEPTAÇÃO – PENA APLICADA NO MÍNIMO LEGAL – CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA - JUÍZO DA EXECUÇÃO – SENTENÇA MANTIDA. I - O Juízo a quo condenou o Apelante à pena de 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito tipificado no artigo 180, do Código Penal Brasileiro.II - A defesa em suas razões recursais juntadas às fls. 88/96, sustenta em síntese pela inexistência de provas, ressaltando que não tinha conhecimento que o objeto era produto do crimeIII - A experiência demonstra, de forma inquestionável, que o aluguel se deu forma suspeita, sem identificação do proprietário, sem documento que pudesse justificar sua posse e ainda com a suposta fuga quando avistou os policiais, o que apresenta elementos suficiente de estar adquirindo coisa produto de ação criminosa.IV - Assim, tenho como presente tanto as elementares objetivas como o elemento subjetivo do tipo insculpido no artigo 180, caput do Código Penal, razão pela qual não assiste razão a tese de absolvição. V - A pena já se encontra no patamar mais benéfico, qual seja, 01 (um) ano de reclusão, conforme às fls. 79/84, não podendo ser fixada aquém dos parâmetros previamente definidos pelo legislador. VI - Conforme entendimento recente desta Egrégia Corte, a análise do pedido de justiça gratuita deve ser delegada ao Juízo da Execução, por não ser este o momento apropriado para sua apreciação.VII – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - PROCESSO PENAL - RECEPTAÇÃO - PENA APLICADA NO MÍNIMO LEGAL - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA - JUÍZO DA EXECUÇÃO - SENTENÇA MANTIDA. I - O Juízo a quo condenou o Apelante à pena de 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito tipificado no artigo 180, do Código Penal Brasileiro. II - A defesa em suas razões recursais juntadas às fls. 88/96, sustenta em síntese pela inexistência de provas, ressaltando que não tinha conhecimento que o objeto era produto do crime III - A experiência demonstra, de forma inquestionável, que o aluguel se deu forma suspeita, sem identificação do proprietário, sem documento que pudesse justificar sua posse e ainda com a suposta fuga quando avistou os policiais, o que apresenta elementos suficiente de estar adquirindo coisa produto de ação criminosa. IV - Assim, tenho como presente tanto as elementares objetivas como o elemento subjetivo do tipo insculpido no artigo 180, caput do Código Penal, razão pela qual não assiste razão a tese de absolvição. V - A pena já se encontra no patamar mais benéfico, qual seja, 01 (um) ano de reclusão, conforme às fls. 79/84, não podendo ser fixada aquém dos parâmetros previamente definidos pelo legislador. VI - Conforme entendimento recente desta Egrégia Corte, a análise do pedido de justiça gratuita deve ser delegada ao Juízo da Execução, por não ser este o momento apropriado para sua apreciação. VII - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em conhecer e negar provimento a este recurso de apelação, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

36. Processo: 0237838-85.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Charles dos Santos Silva. Advogado: Efigenia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM). Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO PELA ABSOLVIÇÃO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DEPOIMENTO DO POLICIAL CONDUTOR. PROVA IDÔNEA. APLICAÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. INVIÁVEL. DOSIMETRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO. MANUTENÇÃO DO REGIME INICIAL FECHADO. RECURSO NÃO PROVIDOA autoria e materialidade delitiva estão devidamente comprovadas, tendo em vista o conjunto probatório acostado nos autos, ora corroborado nos relatos das testemunhas, bem como através do Auto de Exibição e Apreensão e o Laudo de Exame em Substância, o que impossibilita a absolvição do Apelante.O depoimento prestado pelo policial condutar é coerente, firme e seguro, posto que na qualidade de agente público, goza de presunção de veracidade e legitimidade, sobretudo, quando prestado sob o manto do contraditório e da ampla defesa, não apresentando qualquer divergência, portanto, consistindo em relevante força probatória. Os elementos provenientes dos autos em conjunto com os demais registros processuais, nos quais o réu é demandado, dando destaque aos processos de tráfico de drogas, constitui circunstância que possibilita concluir que o mesmo se dedica com habitualidade na prática do delito de tráfico de drogas, sobretudo quando levada em consideração a reincidência específica do réu, consistindo o referido delito em meio de vida do condenado, razão pela qual é inviável a aplicação da causa de diminuição prevista no §4º, do art. 33 da Lei 11.343/06.Considerando que o magistrado agiu dentro da razoabilidade e proporcionalidade, ao utilizar-se de sua atribuição e discricionariedade, fixando a sanção base acima do patamar mínimo, não há motivos para que seja redimensionada a pena aplicada, posto que em consonância com os ditames legais. Não há razão para substituir as penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, diante da inobservância com os incisos I e III, do art. 44, do CP. Ademais, quanto ao regime de cumprimento de pena, o mesmo se encontra em consonância com o que preceitua o art. 33, §2º do CP.Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO PELA ABSOLVIÇÃO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DEPOIMENTO DO POLICIAL CONDUTOR. PROVA IDÔNEA. APLICAÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. INVIÁVEL. DOSIMETRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO. MANUTENÇÃO DO REGIME INICIAL FECHADO. RECURSO NÃO PROVIDO A autoria e materialidade delitiva estão devidamente comprovadas, tendo em vista o conjunto probatório acostado nos autos, ora corroborado nos relatos das testemunhas, bem como através do Auto de Exibição e Apreensão e o Laudo de Exame em Substância, o que impossibilita a absolvição do Apelante. O depoimento prestado pelo policial condutar é coerente, firme e seguro, posto que na qualidade de agente público, goza de presunção de veracidade e legitimidade, sobretudo, quando prestado sob o manto do contraditório e da ampla defesa, não apresentando qualquer divergência, portanto, consistindo em relevante força probatória. Os elementos provenientes dos autos em conjunto com os demais registros processuais, nos quais o réu é demandado, dando destaque aos processos de tráfico de drogas, constitui circunstância que possibilita concluir que o mesmo se dedica com habitualidade na prática do delito de tráfico de drogas, sobretudo quando levada em consideração a reincidência específica do réu, consistindo o referido delito em meio de vida do condenado, razão pela qual é inviável a aplicação da causa de diminuição prevista no §4º, do art. 33 da Lei 11.343/06. Considerando que o magistrado agiu dentro da razoabilidade e proporcionalidade, ao utilizar-se de sua atribuição e discricionariedade, fixando a sanção base acima do patamar mínimo, não há motivos para que seja redimensionada a pena aplicada, posto que em consonância com os ditames legais. Não há razão para substituir as penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, diante da inobservância com os incisos I e III, do art. 44, do CP. Ademais, quanto ao regime de cumprimento de pena, o mesmo se encontra em consonância com o que preceitua o art. 33, §2º do CP. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, em conhecer e negar provimento à apelação criminal, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

37. Processo: 0608710-08.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Kerlison Rodrigo Reges Dias. Defensora: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Arthur Sant anna Ferreira Macedo (OAB: 9054/AM). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: André Lavareda Fonseca (OAB: 5278/AM). Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. COMETIMENTO DE NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO, JULGADO PROCEDENTE PELO JUÍZO A QUO. DESNECESSIDADE DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, EM RELAÇÃO AO NOVO DELITO. SÚMULA N.º 526 DO STJ. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, PARA AVERIGUAR A FALTA DISCIPLINAR, A SER CONDUZIDO PELA DIREÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL. IMPRESCINDIBILIDADE. ARTS. 47, 48 E 59 DA LEP. SÚMULA N.º 533 DO STJ. REFORMA DA DECISÃO A QUO. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. 1. De acordo com o teor da Súmula 533: Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado; 2. A configuração de falta grave dispensa o trânsito em julgado da sentença condenatória, conforme entendimento sumulado pelo STJ; 3. Agravo em Execução Penal Conhecido e Provido, em dissonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. COMETIMENTO DE NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO, JULGADO PROCEDENTE PELO JUÍZO A QUO. DESNECESSIDADE DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, EM RELAÇÃO AO NOVO DELITO. SÚMULA N.º 526 DO STJ. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, PARA AVERIGUAR A FALTA DISCIPLINAR, A SER CONDUZIDO PELA DIREÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL. IMPRESCINDIBILIDADE. ARTS. 47, 48 E 59 DA LEP. SÚMULA N.º 533 DO STJ. REFORMA DA DECISÃO A QUO. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. 1. De acordo com o teor da Súmula 533: Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado; 2. A configuração de falta grave dispensa o trânsito em julgado da sentença condenatória, conforme entendimento sumulado pelo STJ; 3. Agravo em Execução Penal Conhecido e Provido, em dissonância com o parecer ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Agravo em Execução Penal, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a colenda Segunda Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o graduado Órgão do Ministério Público, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. Presidente Relatora Dr. (a) Procurador(a) de Justiça".

38. Processo: 0626644-13.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 9ª Vara Criminal. Apelante: Adamor Pereira do Vale Filho. Advogado: Alessandro Nogueira Monteiro (OAB: 10554/AM). Advogado: Fabrizzio Gadelha Souza (OAB: 13057/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Francisco Lázaro de M. Campos. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME DE ROUBO – ABSOLVIÇÃO – POSSIBILIDADE – CONJUNTO PROBATÓRIO INSEGURO – IN DUBIO PRO REO – RECURSO PROVIDO.1.A defesa postula a absolvição do Apelante em decorrência da necessidade de reconhecimento do princípio in dubio pro reo, sob o argumento de que não há comprovação nos autos da sua efetiva participação na empreitada criminosa, porquanto, não fora reconhecido por nenhuma das vítimas, estando a condenação arrimada unicamente no depoimento do réu Thiago. 2.De tudo, conclui-se que a tese de negativa sustentada pela defesa encontra guarida em razão da ausência de elementos probatórios mínimos a evidenciar a participação do Apelante na empreitada criminosa.3.Portanto, não havendo certeza pelas provas constantes dos autos de que o Apelante tenha participado da conduta delitiva, a absolvição mostra-se a medida mais correta a se impor em prestígio ao princípio in dubio pro reo. Ressalto que não se está aqui a reconhecer a inocência do Apelante, mas sim que, na dúvida, é preferível inocentar-se um culpado, a condenar-se um inocente. 4.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME DE ROUBO - ABSOLVIÇÃO - POSSIBILIDADE - CONJUNTO PROBATÓRIO INSEGURO - IN DUBIO PRO REO - RECURSO PROVIDO. 1.A defesa postula a absolvição do Apelante em decorrência da necessidade de reconhecimento do princípio in dubio pro reo, sob o argumento de que não há comprovação nos autos da sua efetiva participação na empreitada criminosa, porquanto, não fora reconhecido por nenhuma das vítimas, estando a condenação arrimada unicamente no depoimento do réu Thiago. 2.De tudo, conclui-se que a tese de negativa sustentada pela defesa encontra guarida em razão da ausência de elementos probatórios mínimos a evidenciar a participação do Apelante na empreitada criminosa. 3.Portanto, não havendo certeza pelas provas constantes dos autos de que o Apelante tenha participado da conduta delitiva, a absolvição mostra-se a medida mais correta a se impor em prestígio ao princípio in dubio pro reo. Ressalto que não se está aqui a reconhecer a inocência do Apelante, mas sim que, na dúvida, é preferível inocentar-se um culpado, a condenar-se um inocente. 4.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, em conhecer e dar provimento a este recurso de apelação, nos termos do voto que acompanha esta decisão.".

39. Processo: 4003235-55.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 2ª Vara de Itacoatiara. Impetrante: Keulison da Silva Ramos. Advogado: Keulison da Silva Ramos (OAB: 8581/AM). **Paciente: Erick Monteiro Barroso.** Impetrado: Juízo de Direito da 2a. Vara Criminal de Itacoatiara. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. AUSÊNCIA DO ATO COATOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM PREJUDICADA. 1. O habeas corpus, por se tratar de via célere, pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar de maneira inequívoca a pretensão deduzida e a existência do evidente constrangimento ilegal; 2. Verifica-se, no presente feito, que o pleito formulado pela Paciente não foi apreciado pelo Juízo de primeira instância, de maneira que sua análise se torna inviável por esta instância superior, sob pena de incorrer em supressão de instância; 3. Habeas Corpus julgado PREJUDICADO.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. AUSÊNCIA DO ATO COATOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM PREJUDICADA. 1. O habeas corpus, por se tratar de via célere, pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar de maneira inequívoca a pretensão deduzida e a existência do evidente constrangimento ilegal; 2. Verifica-se, no presente feito, que o pleito formulado pela Paciente não foi apreciado pelo Juízo de primeira instância, de maneira que sua análise se torna inviável por esta instância superior, sob pena de incorrer em supressão de instância; 3. Habeas Corpus julgado PREJUDICADO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a colenda Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, JULGAR A ORDEM PREJUDICADA, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito. Presidente ONILZA ABREU GERTH Juíza Convocada - Portaria 660/2018-PTJ Dr. (a) Procurador (a) da Justiça".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal , em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Despachos

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutora(a) Onilza Abreu Gerth, Relator(a) dos autos de **Apelação Criminal nº 0000253-40.2017.8.04.2900 Manaus/AM**, em que é Apelante **Ozias De Souza Da Costa,** Advogado **Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM), Tarcísio Neves de Souza (13.946/AM) e Sérgio Sahdo Meireles Junior (13241/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** Apelante **Ozias De Souza Da Costa** na pessoa de seus Advogados **Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM), Tarcísio Neves de Souza (13.946/AM) e Sérgio Sahdo Meireles Junior (13241/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DESPACHO,** cujo teor final é o seguinte*: " Inclua-se na pauta da próxima sessão de julgamento. Pedido de sustentação oral.* ***Sessão Ordinária presencial do dia 02.09.2019, 9h."*** .

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0243052-23.2013.8.04.0001 Manaus/AM**, em que é Apelante **Anderson Silva Morais,** Advogado **Tamara Jessica Neves Ferreira (12363/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** Apelante **Anderson Silva Morais** na pessoa de seu Advogado **Tamara Jessica Neves Ferreira (12363/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: " *Intime-se a Dr.ª Tamara Jéssica Neves Ferreira para oferecer razões ao recurso de Apelação, no prazo de 8 (oito) dias, sob a inequívoca aplicação das penas do art. 265, do CPP, o qual dispõe que o advogado não pode abandonar a causa, incorrendo em pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários-mínimos.* " .

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0204745-29.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Diego Siqueira da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Diego Siqueira da Silva, na pessoa de seu advogado André Oliveira da Soledade (8013/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. - Advs: Carlos José Alves de Araújo (OAB: 2396/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0205930-34.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Geize Silva de Souza - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Geize Silva de Souza, nas pessoas de seus advogados Cristiane Gama Guimarães (4507/AM) e João Evangelista Generoso de Araujo (12394/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: Cristiane Gama Guimarães (OAB: 4507/AM) - João Evangelista Generoso de Araujo (OAB: 12394/AM) - Álvaro Granja Pereira de Souza - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0253922-93.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: M. P. do E. do A. - P. G. - Apelado: A. das C. M. - Apelado: C. F. da S. - Apelante: A. das C. M. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - INTIME o Apelante A. das C. M., na pessoa de seus advogados André Humberto Fortes Papaléo (5688/AM), Daniel Leite Brito (820MP) e Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (7338/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: Daniel Leite Brito (OAB: 820/MP) - André Humberto Fortes Papaléo (OAB: 5688/AM) - Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB: 7338/AM) - Adriano Alves de Lima (OAB: 7398/AM) - João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB: 8107/AM) - Adriel Lopes Mota (OAB: 9320/AM) - Andreia Costa Fernandes (OAB: 11155/AM) - Camila Bertolini de Paiva (OAB: 8223/AM) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4004034-98.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Roque Lane Wilkens Marinho - Paciente: Delciney do Nascimento Pinheiro - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital/am - Ficam INTIMADOS o Paciente Delciney do Nascimento Pinheiro e Roque Lane Wilkens Marinho na pessoa de seu Advogado Roque Lane Wilkens Marinho (10486/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes, cujo teor final é o seguinte: " Ao exposto, considerando que a demanda está instruída de forma deficiente e, portanto, que a pretensão deduzida carece de prova pré-constiuída, indefiro, in limine, o presente habeas corpus, com fundamento no art. 663 do Código de Processo Penal.". - Advs: Roque Lane Wilkens Marinho (OAB: 10486/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais **e prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Marcelo Pinto Ribeiro e Paulino Ferreira dos Santos (8153/AM) - Processo 0000534-71.2014.8.04.3200 - Apelação Criminal - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelado: Washington Luiz Antunes Machado - Apelado: Julião Silva Sozinho - Relatora: Onilza Abreu Gerth

02. ADV/REP.: Andre Ricardo Antonovicz Munhoz e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Carlos Firmino Dantas - Processo 0001681-54.2014.8.04.7300 - Apelação Criminal - Apelante: Hector Ivan Sabogal Rojas - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

03. ADV/REP.: Flavio Ferreira Lopes (20070/MP) e Danilo Germano Ribeiro Penha e Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Processo 0005361-49.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Embargante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Embargado: R. S. de A. - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

04. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Flavia Lopes de Oliveira (4382/AM) e Andre Alecrim Marinho (2870/AM) - Processo 0005385-77.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Embargante: Jhones de Souza Felix - Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

05. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Monique Rodrigues da Cruz e Edinaldo Aquino Medeiros (2898/AM) - Processo 0046207-33.2004.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: César Augusto Lauria - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

06. ADV/REP.: Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e George Pestana Vieira - Processo 0204218-20.2015.8.04.0020 - Apelação Criminal - Apelante: T. dos A. C. - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

07. ADV/REP.: Alberto Simonetti Cabral Neto (2599/AM), Leonardo Lemos de Assis (6497/AM) e Suelen Guedes Barbosa (6533/AM) e Clarissa Moraes Brito - Processo 0205247-65.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Madson Maciel dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

08. ADV/REP.: Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Davi Santana da Câmara - Processo 0205507-17.2017.8.04.0020 - Apelação Criminal - Apelante: F. A. R. S. - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

09. ADV/REP.: Rubemar Rocha de Lucena (11448/AM) e Sarah Pirangy Souza - Processo 0230088-32.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Emanoel Dias de Lima - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

10. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Eduardo César Rabello Ituassú (3320/AM) e Jorge Alberto Gomes Damasceno - Processo 0233885-74.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: José Davi Pereira de Menezes - Apelante: Marclei Rodrigues Beleza - Apelante: Michel Dias Monteiro - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

11. ADV/REP.: Maria Goreth Terças de Oliveira (3735/AM) e Francisco Campos - Processo 0602712-59.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: B. M. T. - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

12. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Darlan Benevides de Queiroz - Processo 0605581-92.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Jandersom de Oliveira Cavalcante - Apelante: Yvan Ygor Cavalcante Chaves - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

13. ADV/REP.: Juliana da Silva Serejo (3922/AM) - Processo 4003121-19.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Criminal - Impetrante: Cem Locadora de Veículos Ltda. - Impetrado: Juiz da 4ª V.e.c.u.t.e. - Relatora: Onilza Abreu Gerth

14. ADV/REP.: Adrielly Eduarda da Silva Almeida (14513/AM) - Processo 4003593-20.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Liberdade Provisória - Impetrante: Adrielly Eduarda da Silva Almeida - Paciente: Adriano Carvalho da Silva - Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca da Capital/am - Relator: Djalma Martins da Costa

15. ADV/REP.: Raiza Oda Sarubi Costa (13656/AM) - Processo 4003611-41.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Raiza Oda Sarubi Costa - Paciente: Renildo Paiva Pimentel, - Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Itacoatiara/am - Relatora: Onilza Abreu Gerth

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente do Egrégio Conselho da Magistratura, Exmo. Des. Yedo Simões de Oliveira, faço público

que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a

Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento

presencial):

Promotora: Dra. Luíssandra Chixaro de Menezes (2071/AM); Defensor Dr. Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (2968/AM) - Processo 0212632-59.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante : M. P. do E. do A. Apelada: M. M. R. F. - Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Secretaria do Conselho da Magistratura, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0265/2019

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0223475-20.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Simone de Oliveira Silva - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos, mas, no mérito, DENEGO-OS por entender inexistir qualquer obscuridade, omissão ou contradição que dê ensejo à revisão da sentença exarada, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos no NCPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: LUDMILLA MIGLIO CONDE RODRIGUES COSTA (OAB 12298/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: WELLINGTON MONTEMURRO FILHO (OAB 10992/AM), ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0230592-62.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Célio Souza do Nascimento - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos, mas, no mérito, DENEGO-OS por entender inexistir qualquer obscuridade, omissão ou contradição que dê ensejo à revisão da sentença exarada, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos no NCPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: ULYSSES FARIAS DE MAGALHÃES NETO (OAB 7166/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: RAIMUNDO LEÃO PRADO (OAB 1225/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0249345-14.2010.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Joao Gomes Henriques - REQUERIDO: Geraldo Magela Fidelis - CONSTRUTORA F. LOPES - Rosaemilia Bezerra de Araujo - Vistos. Tendo em vista que os autos estão suficientemente instruídos, e nada mais

requerendo as partes, determino sejam os autos conclusos para fila de conclusos sentença. À Secretaria para: Mover o processo para a fila de sentença; Publicar esta decisão; Excluir a Senhora Rosaemilia Bezerra de Araújo do cadastro do SAJ. Intime-se.

ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0606838-89.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Fred Benzecry - REQUERIDA: Clair Pantoja do Nascimento - Mário Jorge Pereira do Nascimento - Posto isso, nos termos do art. 487, I, do NCPC, julgo procedente o pedido para declarar resolvida a locação, deixando, todavia, de decretar o despejo, ante a desocupação do imóvel já efetivada. Condeno os Requeridos, solidariamente, ao pagamento dos alugueres vencidos até a data da desocupação do imóvel, incidindo juros de mora e correção monetária a contar do vencimento de cada parcela, nos termos do art. 397 do CC.. Em face da sucumbência, condeno ainda os Requeridos ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do NCPC. Caso sobrevenha recurso, fixo, para a execução provisória do julgado, a caução equivalente a 12 (doze) meses de alugueres, a teor do art. 63, § 4º, da Lei nº 8.425/91. Sentença sujeita ao regime do art. 523, § 1º, do NCPC no tocante à condenação ao pagamento dos alugueres. Não havendo outros requerimentos, dê-se baixa e arquivem-=se os autos. P. R. I.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0610352-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aparecida de Almeida Schaedler Me - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. DEFIRO o pedido de oitiva do autor e de testemunhas requerido pela ré, às fls. 125/126. Determino seja pauta audiência de instrução e julgamento. Abro prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, “caput”, do NCPC. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam se existem outras provas que pretendem produzir. Nesse sentido, determino que: I- Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; II- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 18335A/PA), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0610779-86.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Italo Rodrigues Barbosa de Lima - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 20 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: TÚLIO RICARDO OLIVEIRA (OAB 11117/AM), ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM) - Processo 0612345-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Clyde de Souza Pinheiro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - Vistos, Homologo os cálculos apresentados, ante a anuência (tácita) da parte credora com os valores apresentados na execução invertida. É certo que o pagamento das parcelas vencidas deve ocorrer mediante precatório ou RPV, consoante o montante devido seja superior ou inferior a 60 salários mínimos (Lei 10.259 de 2001), nos termos do art. 100, caput e § 3º da Constituição Federal, porquanto se trata de execução contra a Fazenda Pública. No caso, considerando o valor da execução, possível a expedição de RPV. Assim, expeça-se RPV do valor principal. Por fim, “não cabe a fixação de honorários advocatícios na hipótese em que o devedor apresenta os cálculos para expedição da correspondente requisição de pequeno valor, caso o credor concorde com o valor apresentado (denominada execução invertida)” (AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 1525325/RS, Rel.Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 14/08/2015). Intimem-se e cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO HILTON GOMES PINHEIRO (OAB 7592/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: LUIZ FELIPE DE FARIA E CUNHA MONTEIRO (OAB 7031/AM), ADV: JOÃO ANTONIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: LÍVIA SÁ PEIXOTO FRAXE DA COSTA (OAB 5113/AM), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM) - Processo 0612435-78.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: MARCOS CESAR DE MELO MACEDO - MARIA DO PERPETUO SOCORRO DOURADO TEIXEIRA - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora Ltda - CONSTRUTORA E INCORPORADORA IMOBILIÁRIA ALIANÇA ME - C & CASTRO IMOVEIS LTDA - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0612622-81.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Eliana Benicio de Souza - REQUERIDO: Banco B.m.g. S/A - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem: Intime-se a parte Exeqüente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à juntada da planilha atualizada de débito, conforme preceitua o Art. 509, do NCPC, a fim de possibilitar a intimação do Executado, nos termos do Art. 513, § 2º do mesmo diploma legal. Cumpra-se.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM) - Processo 0613085-23.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adriana Maria Morais Lopes - REQUERIDO: Engeco - Engenharia e Construções Ltda - Primeiramente, consigno que, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: GUSTAVO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 98206/RJ), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: MÁXIMO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 14887/CE), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0615375-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Erenita das Neves Coelho - REQUERIDO: Centro Nacional de Auxilio Ao Servidor Público Cenasp - Banco Bradesco S/A - Determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, no prazo de 05 dias, nesse sentido, determino que: I- Caso haja

solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: MÁXIMO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 14887/CE), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: GUSTAVO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 98206/RJ), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0615379-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Erenita das Neves Coelho - REQUERIDO: Previplan Clube - Banco Bradesco S/A - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615406-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Erenita das Neves Coelho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Defiro o pedido de prova pericial requerida pela ré. Nomeio como perita a Sra. AMANDA PIMENTA LEAO, perita grafotécnica, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie as assinaturas apresentadas pelo banco réu. Determino à Secretaria que intime a referida expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para colheita das assinaturas. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à parte requerida pagar os honorários do perito, porque foi quem requereu prova pericial, às fls. 38/42, vide art. 95, “caput”, do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão. No mais, defiro o prazo de 05 dias, para que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. Consigno que devem as partes

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM) - Processo 0616754-16.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Matos Alho - Factoring Fomento Mercantil Ltda - REQUERIDO: Construtora Triunfo da Amazonia Ltda - Vistos, etc... Nos termos do art. 876, do NCPC, defiro o pedido de adjudicação dos bens penhorados formulado pelo Exequente (fls. 82/85), vez que foi oferecido preço não inferior ao da avaliação. A pretensão do Exequente encontra amparo nos arts. 876 e 904, II, ambos do CPC/2015 sobretudo porque com a não impugnação a avaliação surge o permissivo preconizado no art. 871, I, do mesmo código. De conseguinte, nos termos do art. 877 do NCPC, lavre-se o competente auto de adjudicação. Julgo, para que produza seus jurídicos e legais efeito, a adjudicação constante do auto de fls. 66, destes autos de Execução por quantia Certa Contra Devedor Solvente de Título Executivo Extrajudicial movida por MATOS ALHO - FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA., contra CONSTRUTORA TRIUNFO DA AMAZÔNIA LTDA. Expeça-se Carta de Adjudicação nos termos do art. 877 do NCPC. Estando consolidada a adjudicação, perfeita e acabada, nos termos do art. 877, § 1º, do NCPC, deverá o Exequente, nos termos do art. 851, II, do NCPC, indicar outros bens para penhora, no prazo de dez (10) dias. Intimem-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM) - Processo 0619490-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Roso da Silva - REQUERIDO: Banco Bmc S/A - - Vistos. Defiro o pedido de prova pericial requerida pela ré. Nomeio como perita a Sra. AMANDA PIMENTA LEAO, perita grafotécnica, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie as assinaturas apresentadas pelo banco réu. Determino à Secretaria que intime a referida expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para colheita das assinaturas. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à parte requerida pagar os honorários do perito, porque foi quem requereu prova pericial, às fls. 38/42, vide art. 95, “caput”, do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão. No mais, defiro o prazo de 05 dias, para que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. Consigno que devem as partes

ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371/MA), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN (OAB 37007/PR) - Processo 0620912-90.2014.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Ana Lucia Silva Belem - CONSIGNADO: PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Vistos. Nomeio como perito o Sr. ALEXANDRE GARCIA FERREIRA NUNES, contador, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie a evolução financeira da relação contratual debatida nos autos. Determino à Secretaria que intime o referido expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no

art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data em que forem enviados os documentos a serem periciados. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à parte autora pagar os honorários do perito, porque foi quem requereu prova pericial, conforme fls. 469, vide art. 95, "caput", do NCPC. Ficam as partes intimadas para, em 15 dias: i) a apresentar quesitos; ii) indicar assistentes técnicos; iii) se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito; iv) apresentarem todos os documentos que desejam que seja periciado e/ou que elucidem as questões que desejam ver analisadas pelo expert acima nomeado. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, acaso queiram produzir outras. Nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: NATASHA UCHÔA PAIVA (OAB 7644/AM), ADV: JULIANA FERREIRA CORRÊA (OAB 7589/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0621927-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Maria Jair Costa Ferreira - REQUERIDO: Sul Americas Companhia de Seguro Saúdesul - Determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, no prazo de 05 dias, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0623483-63.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Elizangela Fernandes de Araújo - REQUERIDO: Benedita de Souza Santos - Vistos. DEFIRO o pedido de produção de prova testemunhal, realizados às fls. 109/110. Paute-se audiência de instrução e julgamento. Determino que as partes apresentem rol de testemunhas, em 05 dias, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC. Publique-se. Intime-se.

ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA) - Processo 0627586-11.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: Frigorifico Vitello Ltda - Alayde Garcia Afonso - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0628149-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Thiago Cavalcante de Albuquerque - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Vistos. Quanto ao pedido de produção de prova consubstanciado em "expedição de ofício à Agência Nacional de Saúde Suplementar", entendo que incumbe ao réu tal diligência, eis que não há óbices que justifiquem a intervenção do poder Judiciário na produção de tal prova. Assim, INDEFIRO referido pedido. No mais, defiro a juntada da resposta de tal ofício, caso o réu realize tal diligência. Determino que, em sendo juntado tal documento aos autos, seja aberto vista à parte autora para se manifestar em 05 dias. Por fim, não havendo requerimento de demais provas, decido pelo julgamento antecipado da lide, fulcro no art. 355, I, do NCPC. À Secretaria para: .Publique esta decisão; .Mover os autos para fila de conclusos para sentença; .Caso seja juntado qualquer documento nos autos, abra vista para a parte adversa se manifestar em 05 dias.

ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS CARMO FILHO (OAB 6818/AM), ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0628848-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ocean Park - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Manifeste-se a parte interessada acerca da resposta do Sr. Expert de fls. 340/341, em 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0629819-54.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Condomínio - REQUERENTE: ADELMAR DE ANDRADE PINHEIRO - MARIA MARGARIDA DE ANDRADE PINHEIRO - REQUERIDO: Condominio Residencial Ponta Negra I - Vistos etc.. Cuida-se de Ação Declaratória Negativa de Débito cumulada com Indenização por Danos Morais e Pedido de Tutela Antecipada ajuizada por ADELMAR DE ANDRADE PINHEIRO e sua esposa MARGARIDA DE ANDRADE PINHEIRO contra CONDOMINIO RESIDENCIAL PONTA NEGRA I, na qual, constituído o respectivo título executivo judicial, cuidou o executado de efetuar o pagamento do débito (Bacen de fls. 236/237). É o relatório. Decido. Tendo o devedor satisfeito a obrigação que desencadeou a atuação jurisdicional e a constituição do próprio título executivo, JULGO EXTINTO O PROCESSO na forma do art. 924, II, do CPC. Ante à alegação de excesso de penhora, bem como, da aceitação do pagamento do valor de R$ 2.904,36 (Dois mil, novecentos e quatro reais e trinta e seis centavos), converto a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura do termo, DETERMINO que a Instituição Financeira depositária, no prazo de 24 horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada para este Juízo. (via Bacenjud). Após, expeçam-se os competentes Alvarás de Levantamento, na forma requerida às fls. 240. Arquivando-se em seguida os autos. P. R. I.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: ELIAS BRASIL BENJÓ (OAB 1067/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0631577-34.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Jucimara Vasconcelos de Souza e outro - REQUERIDO: Osvaldo Pereira da Silva Filho - Diante do comando de fls. 193, removam-se os autos para à fila de trabalho - Conclusos para Sentença para novo julgamento. Declaro nulos todos os atos seguintes à sentença de fls. 147. Intime-se.

ADV: CELSO RICARDO PEREIRA DOS SANTOS (OAB 173252/SP), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM), ADV: LUCIANO PINTOS D'ÁVILA (OAB 3166/AM) - Processo 0631621-87.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: BRASITECH INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS PARA BELEZA - REQUERIDO: MAM Indústria Comnércio Importação Expostação de Máquinas Industriais Ltda -

Vistos. Determino que a ré informe ao Juízo, em 05 dias, se ainda deseja produzir prova testemunhal, conforme requerido às fls. 373. Caso não seja requerida mais nenhuma prova, determino sejam os autos conclusos para fila de sentença. Por fim, DEFIRO o cadastro de novos patronos nos autos da autora, conforme petição de fls. 500/501. Int. Cumpra-se. À Secretaria para: Publicar esta decisão; Cadastrar os novos patronos do autor no SAJ segundo indicado às fls. 500/501; Caso a requerida requeira produção de prova testemunhal, seja designada data para audiência de instrução e julgamento; caso não seja requerida mais nenhuma prova, movam os autos conclusos para sentença.

ADV: ELÓI CONTINI (OAB 51764/BA), ADV: ELÓI CONTINI (OAB 1182A/AM) - Processo 0633461-35.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ativos S.A Securizadora de Créditos Financeiros - REQUERIDO: TEPLAN CONSTRUTORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ARAN FERREIRA SANTOS - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 20 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0635465-74.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Daniel Mendonça de Oliveira - REQUERIDO: Leopoldo Augusto Almeida Montenegro - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM) - Processo 0638821-43.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Telefonia - REQUERENTE: Telemar Norte Leste S/A - Oi - REQUERIDO: Axxess Telecomunicações Ltda Me - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639470-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Jacqueline Cabral Alves - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: IX - Remessa dos autos à Contadoria, quando necessário; Realizar cálculo das custas complementares e emissão de boleto, conforme novo valor dado à causa, devendo a parte autora proceder ao devido recolhimento, independente de nova intimação.

ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM) - Processo 0642394-21.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Prescrição e Decadência - EMBARGANTE: Interface Serviços Terceirizados Ltda - EMBARGADO: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - DESPACHO Vistos, etc. Trata-se de embargos à execução com pedido de efeitos suspensivo opostos por Interface Serviços Terceirizados LTDA em face de Condomínio Residencial Ponta Negra 2, objetivando que o exequente/embargado seja declarado carecedor das condições da ação de execução. Preliminarmente, no que se refere à tempestividade da ação, é mister apontar que, nos termos do art. 915 c/c art. 231, II, ambos do CPC, o prazo para o oferecimento dos embargos à execução é de 15 dias a partir da juntada aos autos do mandado cumprido pelo oficial de justiça. No caso em tela, verifico que o referido mandado foi juntado aos autos nº 0654912-77.2018.8.04.0001 no dia 28/04/2019 e os embargos opostos em 13/08/2019, conforme consulta ao sistema. Assim sendo, vislumbro prejudicada a tempestividade da presente ação, razão pela qual, com fulcro nos arts. 9 e 10, do CPC, antes de rejeitar os embargos, nos termos do art. 918, I, do CPC, intimo o embargante para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das assertivas supra. Após o decurso do prazo, retornem os autos conclusos na fila de despacho inicial.

ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM) - Processo 0643481-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Miracy Almeida e Silva de Azevedo - REQUERIDO: Provisa Corretora de Seguros Ltda. - Amil Assistencia Médica Internacional S/A - DECISÃO Vistos, Miracy Almeida e Silva de Azevedo ajuizou ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela de urgência em face de

ADV: RICARDO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 26312/BA), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: RICARDO SIMÕES TOSTA (OAB 52031/BA), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0643828-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Denise de Oliveira - REQUERIDO: Toyolex Autos S/A - Toyota do Brasil Industria Ltda - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0646988-15.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: D.p.t. Guedes & Cia Ltda - Epp - Daniel Pinheiro Teixeira Guedes - Vistos, Compulsando os autos, verifico que o Sr. Daniel Pinheiro Teixeira Guedes não foi pessoalmente citado para tomar conhecimento da presente demanda, isso porque o Aviso de Recebimento de fls. 116 foi recebido por terceiro estranho à lide. Da mesma forma, o Ar de fls. 117 dirigido a D.P.T Guedes e Cia Ltda Epp retornou negativo com a informação de “Mudou-se”. Cumpre destacar o que disposto pelo Código de Processo Civil: Art. 242. A citação será pessoal, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, do executado ou do interessado. Neste sentido, o Código de Processo Civil, por seu art. 280, determina que as citações e intimações serão nulas se feitas sem a observâncias das prescrições legais. Portanto, verifico que a invalidez das citações dos requeridos, Sr. Daniel Pinheiro Teixeira Guedes e de D.P.T Guedes e Cia Ltda Epp, nos presentes autos, porquanto não observou o disposto nos artigos citados, não ocorrendo de forma pessoal, tampouco na pessoa de seu representante legal ou procurador. Ressalto, que a validade da citação é pressuposto de existência da relação jurídica,

caracterizando-se por ser norma de ordem pública e, em caso de inobservância das prescrições legais, como nulidade absoluta, podendo ser arguida a qualquer momento, e decretada até mesmo de ofício. Tal é o entendimento consubstanciado abaixo: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PUBLICA. PRELIMINAR. DE OFÍCIO. NULIDADE DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. NULIDADE DE SENTENÇA. DEVOLUÇÃO À ORIGEM PARA PROMOVER A CITAÇÃO. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. A nulidade da citação é matéria de ordem pública, pois que repercute em nulidade absoluta. Logo, pode ser reconhecida de ofício. Uma vez reconhecida a nulidade de citação, hão de ser nulos todos os atos processuais a partir desta, para que o juízo a quo promova a citação válida da parte ré, em obediência ao devido processo legal, garantido a ampla defesa. Fica prejudicado o recurso interposto contra a sentença anulada. (tj mt - apl: 00012833009201281100 82 105599/2014, Relator: DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, Data de Julgamento: 03/11/2015, Quarta Câmara Cível, Data de publicação: 19/11/2015) Assim sendo, constato a ausência de citação válida da parte ré, razão pela qual determino que se intime o autor acerca das assertivas acima expostas, no prazo de 05 (cinco) dias, para que requeira o que de direito e, sobretudo, para que proceda a citação válida do requerido, sob pena de indeferimento da inicial, na forma do art. 321, do CPC. Após, retornem os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0651046-61.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Ewerton Costa do Nascimento - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud e Delegacia da Receita Federal por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Hilton Gomes Pinheiro (OAB 7592/AM)
Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB 7372/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
Celso Ricardo Pereira dos Santos (OAB 173252/SP)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 18335A/PA)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Elias Brasil Benjó (OAB 1067/AM)
Elói Contini (OAB 1182A/AM)
Elói Contini (OAB 51764/BA)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
GUSTAVO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 98206/RJ)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
João Antonio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Ferreira Corrêa (OAB 7589/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Lívia Sá Peixoto Fraxe da Costa (OAB 5113/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luciano Pintos D'Ávila (OAB 3166/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Ludmilla Miglio Conde Rodrigues Costa (OAB 12298/AM)
Luiz Felipe de Faria e Cunha Monteiro (OAB 7031/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marcos dos Santos Carmo Filho (OAB 6818/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Máximo de Carvalho Júnior (OAB 14887/CE)
Mizzi Gomes Gedeon (OAB 14371/MA)
Natasha Uchôa Paiva (OAB 7644/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paulo Fernando Paz Alarcón (OAB 37007/PR)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Raimundo Leão Prado (OAB 1225/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Ricardo Santos de Almeida (OAB 26312/BA)
Ricardo Simões Tosta (OAB 52031/BA)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Túlio Ricardo Oliveira (OAB 11117/AM)
Ulysses Farias de Magalhães Neto (OAB 7166/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wellington Montemurro Filho (OAB 10992/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0266/2019

ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB

10714/AM) - Processo 0603697-28.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Habitacional do Conjunto Tocantins 2º Etapa - Vistos, etc... Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII c/c art. 924, II, ambos do Código de Processo Civil. Proceda-se ao desbloqueio junto ao Bacenjud. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)

Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0321/2019

ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM), ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: ELIETE DE OLIVEIRA (OAB 3523/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0089568-03.2004.8.04.0001 (001.04.089568-9) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM - AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - REQUERIDO: João Carlos Pereira Teixeira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que esclareça o pedido relacionado às custas juntadas aos autos de fls. 211/212, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0209190-95.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: José Carlos Silva de Sales - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0212427-74.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Eli da Silva Carneiro - REQUERIDO: Logos Bolsa de Veículos Ltda. - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo de fl. 475 atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO-O para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM), ADV: LOREN GISELE DE LIMA NICÁCIO PAZOS (OAB 5211/AM) - Processo 0601500-71.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vítor Makarem da Cunha e outros - REQUERIDO: Fábrica de Eventos Ltda. - Studio 5 - Centro de Convenções e Eventos - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

ADV: FERDINANDO DESIDERI NETO (OAB 7322/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: MARCOS LEVI DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 14731/AM) - Processo 0603930-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Wilson Pablo de Almeida Paiva - REQUERIDA: Denise Ribeiro dos Reis Carvalho e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128431/SP), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0606891-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sandra Maria Malheiros Daou - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A e outro - Por todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na exordial, no sentido de: A) declarar que os índices de correção monetária e juros de mora aplicáveis são aqueles previstos no contrato, devendo-se observar, para substituição do INCC pelo IGP-M ou Tabela Price, o primeiro dia útil do mês subsequente à data da efetiva expedição do habite-se, qual seja 01 de janeiro de 2015 (e não a data que estava prevista no contrato - 20/02/2014, prorrogada a 20/08/2014); B) constituir as partes requeridas em mora, por atraso na entrega da obra, a partir de 20 de agosto de 2014, data-limite para expedição do habite-se, já computado o prazo de tolerância de 180 (cento e oitenta) dias úteis. C) condenar as requeridas ao pagamento de multa, em razão da reversão da cláusula penal moratória, em favor da parte autora no importe de 1% (um por cento) por mês de atraso na expedição do habite-se (quatro meses), incidente sobre o valor total do contrato, acrescida cada parcela mensal de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e corrigida monetariamente; D) condenar as requeridas a restituir à parte requerente eventual diferença apurada com base nos parâmetros fixados na alínea “a”, corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora desde o dispêndio. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Por fim, condeno as requeridas nas custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609496-86.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o CEP que deverá constar na carta, com todos os digitos, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0615627-43.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0616401-78.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias,

sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0618341-83.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: SAMEL - Serviços de Assistência Médico-Hospitalar Ltda. - EXECUTADA: Helen Cardoso Lima - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FELIPE CÉSAR MICHNA (OAB 44153/PR), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0619298-16.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Rosa Helena Printes Chaves - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623923-54.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: R. Mônica O. M. de Araújo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0626018-28.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Fernandes da Costa - REQUERIDO: R. N. Comércio Varejista Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0626909-49.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0628901-74.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Deyse Bezerra Rosa - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da proposta de acordo de fl.79, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0629883-88.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Dilcinda de Almeida Dias - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0631655-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elder Dutra Bahia - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0634139-74.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em face do exposto, julgo procedente o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para declarar rescindido o contrato e consolidar em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Por força da sucumbência a parte requerida arcará com o pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, que, com fulcro no artigo 85, § 2°, do Código de Processo Civil fixo em 10% do valor da causa.

ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: VILLENEUVE TAVARES DOS SANTOS (OAB 9756/AM), ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM) - Processo 0637177-65.2017.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Thaíse da Silva Castelo Branco Maués - REQUERIDO: CM7 Comunicação e Criação (Portal CM7) e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR de fls. 113 juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0638172-44.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonorte Cargas Express Ltda. - ME - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: MAURO SOCORRO MENDONÇA PINTO (OAB 10342/AM) - Processo 0638370-18.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elissônia Rabelo

da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelante para, querendo, se manifestar sobre o Recurso Adesivo, nos termos do art. 997, § 2º e 1.010, § 2º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeto os autos à Instância Superior.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0639900-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gildomar Mendonça Lobo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0652681-77.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Anacleto Cássio de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

ADV: ANDRÉ RENATO ZUCO (OAB 39201/RS), ADV: RENATO DOMINGOS ZUCO (OAB 10578/RS), ADV: JOSIANE ZARDO (OAB 100141/RS), ADV: GABRIEL ZANOTTI (OAB 95255/RS) - Processo 0653245-56.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: HSD do Brasil Importação e Exportação de Equipamentos Eireli - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
André Renato Zuco (OAB 39201/RS)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Eliete de Oliveira (OAB 3523/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Felipe César Michna (OAB 44153/PR)
Ferdinando Desideri Neto (OAB 7322/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriel Zanotti (OAB 95255/RS)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Josiane Zardo (OAB 100141/RS)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (OAB 5211/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Marcos Levi de Oliveira de Lima (OAB 14731/AM)
Maria do Socorro Gama da Silva (OAB 5365/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mauro Socorro Mendonça Pinto (OAB 10342/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128431/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Renato Domingos Zuco (OAB 10578/RS)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB 7300/AM)
Villeneuve Tavares dos Santos (OAB 9756/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0322/2019

ADV: PATRÍCIA APARECIDA DO COUTO (OAB 35929/GO), ADV: WILSON AZEVEDO (OAB 9199/GO), ADV: CLÁUDIO GUIMARÃES BRANDÃO DA SILVA (OAB 33587/GO) - Processo 0233853-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Patrícia Aparecida do Couto - Patrícia Aparecida do Couto - Consultoria e Assessoria Eireli - REQUERIDO: Valder Hildo dos Santos - Paulo Henrique Oliveira dos Santos - Anna Esther Oliveira dos Santos - Valmar Representações e Comércio Ltda. - EPP (Parintins Materiais de Construção) - PA - Comércio Varejista de Material de Construção Ltda. (Parintins Materiais de Construção) - Ante o exposto, CONCEDO a tutela CAUTELAR em caráter antecedente, no sentido de determinar: A) o arresto de ativos financeiros mediante penhora on line BacenJud nas contas bancárias existentes em nome dos requeridos até o limite do valor da causa; B) a indisponibilidade do bem imóvel registrado em nome do primeiro requerido Valder Hildo dos Santos, consoante descrito no item “1” das fls. 41/42, que deverá ser averbada na matrícula do imóvel no competente cartório de registro de imóveis; C) o sequestro on line via Renajud dos veículos automotores referidos na fl. 43, impondo-se restrição de circulação; D) o arresto de créditos financeiros eventualmente existentes ou futuros em favor do quarto requerido Valmar Representações e Comércio Ltda - EPP, até o limite do valor da causa, que estão ou serão repassados pela Petrobras, consoante Contrato nº 4600557008. Constato que

o pedido principal já foi apresentado pela parte autora na petição inicial, razão pela qual dispensável o prazo previsto no art. 308, do CPP. Paute-se de audiência de conciliação, remetando-se os autos ao CEJUSC Cível. Cite-se e intimem-se as partes, consignando-se o prazo para contestar no prazo iniciar-se-á da data designada para a audiência de conciliação. Providências eletrônicas pela secretaria.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0613354-62.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Celso Antônio da Silveira - REQUERIDO: Alvair Dias da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada no sistema conveniado (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MANOEL AUGUSTO DO NASCIMENTO (OAB 12936/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTERIRO (OAB 1080A/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 19613A/MA), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE) - Processo 0614665-88.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elem Sandra Costa dos Santos - REQUERIDO: Ford Motor Company Brasil Ltda. - América Veículos Ltda. - Prejudicada a realização da prova pericial, em razão da venda do veículo pela parte autora (fls. 268/269), verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FELIPE CÉSAR MICHNA (OAB 44153/PR), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0619298-16.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Rosa Helena Printes Chaves - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do NCPC. Consigne-se que o prazo para apresentação da impugnação se encerrará em 27/08/2019.

ADV: ERISVANHA RAMOS DE SOUZA (OAB 3857/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0625581-50.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Conave Comércio e Navegação Ltda. - REQUERIDO: Invasores - Policiais 4º Cicom - Isto posto, julgo EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III, do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0628586-46.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Heraldo Arruda de Brito - Pelo exposto, julgo procedente o pedido da presente Ação de Busca e Apreensão, proposta por Banco Bradesco S/A contra Heraldo Arruda de Brito, confirmando a liminar concedida anteriormente, para consolidar a propriedade do Requerente sobre o bem alienado fiduciariamente, e condenar o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, atento ao disposto nos arts. 82, §2º e 85, do Novo Código de Processo Civil. Resguardo ao(a) Requerido(a) o direito de receber o saldo apurado com a venda do veículo, após o pagamento do débito e das despesas decorrentes deste, se houver, tudo em conformidade com o art. 2º, do Decreto Lei nº 911/69.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0629081-27.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - K. L. Rent A Car - REQUERIDO: Marcus Chaves Pompeu - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º, do CPC.

ADV: EDUARDO HUMBERTO DENERIAZ BESSA (OAB 14181/AM) - Processo 0639661-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Anne Maria Deneriaz Papaleo Cardoso - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Cumpra-se a decisão do egrégio Tribunal de Justiça disponibilizada nestes autos às fls. 52/57.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0654994-11.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Rodrigo Morais da Silva - A desistência do recurso implica na realização da coisa julgada material da sentença proferida nestes autos. Proceda-se, por conseguinte, a imediata baixa dos autos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PAULO AMARAL AMORIM (OAB 216241/SP) - Processo 0713617-78.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Sadoc Pereira Neto - José Almeida de Araújo - Raul Pereira Barbosa - Francisco de Assis Linhares Lima - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Isto posto, julgo EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III, do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso de Faria Monteriro (OAB 1080A/AM)
Cláudio Guimarães Brandão da Silva (OAB 33587/GO)
Eduardo Humberto Deneriaz Bessa (OAB 14181/AM)
Erisvanha Ramos de Souza (OAB 3857/AM)
Felipe César Michna (OAB 44153/PR)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Manoel Augusto do Nascimento (OAB 12936/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 19613A/MA)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia Aparecida do Couto (OAB 35929/GO)
Paulo Amaral Amorim (OAB 216241/SP)
Wilson Azevedo (OAB 9199/GO)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0288/2019

ADV: CARLOS ANTONIO DE CARVALHO MOTA (OAB 002.155/AM), ADV: RENATO MULINARI (OAB 47342/RS), ADV: RENATO MULINARI (OAB 047.342/RS) - Processo 0051420-88.2002.8.04.0001 (001.02.051420-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Guadalajara S.A Industria de Roupas - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II c/c 924, V e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência

do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. P.R.I.C.

ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ALY NASSER ABRAHIM BALLUT FILHO (OAB 6002/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0200885-93.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0240498-57.2009.8.04.0001) (001.10.200885-0) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Abraão Victor Almeida Torquato - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Aly Nasser Abrahim Ballut - Posto isso, declaro a ilegitimidade passiva do requerido Aly Nasser Abrahim Ballut e julgo o processo sem resolução de mérito. JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial em face da ré Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho médico LTDA. Confirmo a liminar determinada às fls. 29/32. Condeno ainda ao pagamento a título de astreintes, decorrentes do descumprimento da decisão de fls. 29/32. Após o trânsito em julgado o valor da multa deve ser atualizado nos parâmetros na Portaria n. 1855/2016 deste Tribunal. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do NCPC. P.R.I.C.

ADV: LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: PAULO ANTÔNIO DA SILVA PASSOS (OAB 32194/MG), ADV: ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: PAULA DONOLINA MEIRELES RAMOS (OAB 8559/AM), ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: ERIKA DE OLIVEIRA COIMBRA (OAB 8714/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: ANDRÉ DE SANTA MARIA BINDÁ (OAB 3707/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG), ADV: FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG), ADV: FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: LUANA OTONI DE PAULA (OAB 115351/MG), ADV: VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0240489-95.2009.8.04.0001 (001.09.240489-9) - Monitória - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, pronuncio a prescrição da pretensão de cobrança dos débitos referente ao mês de 09/2009 à 05/2009, posto que decorridos mais de dez anos, e quanto a estes, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, II, do CPC; Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ALY NASSER ABRAHIM BALLUT FILHO (OAB 6002/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM) - Processo 0240498-57.2009.8.04.0001 (001.09.240498-8) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Abraão Victor Almeida Torquato - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Aly Nasser Abrahim Ballut - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação. Diante da sucumbência, condeno os Autores ao pagamento das custas processuais ao TJ/AM e honorários advocatícios, estes fixados equitativamente em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do art. 85, § 8° do CPC, suspensa a exigibilidade em razão da Gratuidade de Justiça, conforme o disposto no artigo 98, §3º, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GEISA ALMEIDA DE ALMEIDA (OAB 8097/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ANDRÉ DE SANTA MARIA BINDÁ (OAB 3707/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0600139-24.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, com o escopo de condenar o réu ao pagamento do quantum deR$ 2.698,73 (Dois mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Setenta e Três Centavos). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme previamente estipulado no despacho inicial. P.R.I.C.

ADV: HELDER SOARES DE LIMA (OAB 7536/AM), ADV: MARILIA DA POIAN FURLAN (OAB 7540/AM) - Processo 0603849-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ivo Uchoa Bandeira - Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta JULGO PROCEDENTE a presente ação e o faço para CONDENAR a ré, qualificada nos autos, ao pagamento da quantia de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), referente ao não cumprimento do contrato de prestação firmados, corrigida monetariamente pela tabela prática do Egrégio Tribunal de Justiça desde o ajuizamento da ação e com a incidência de juros legais (1% ao mês) a partir da citação. Em consequência JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Em razão do acolhimento do pedido inicial CONDENO a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre da condenação, com fundamento no art. 85, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.C.

ADV: EUDENIS DANTAS PEREIRA FILHO (OAB 11147/AM) - Processo 0603957-08.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Rio Amazonas - Vistos etc... Às fls. (78/79), a requerente foi intimada para recolher as custas de diligência do oficial de justiça, sob as penas da lei, mas quedou-se inerte, consoante certificado nos autos fl. (82), o que demonstra o desinteresse quanto ao prosseguimento desta demanda, inviabilizando, o curso normal do processo. Certidões de publicação e de transcurso do prazo fls. (80/82). É o breve relatório. Decido. A citação e as diligências necessárias para efetivação do ato constituem pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Nesse sentido, a ausência deste ato autoriza a extinção do feito, ex vi do art. 485, IV, c/c art. 240 § 2º, ambos do NCPC. Verifico, também, que a presente demanda foi ajuizada em 28/01/2019 e até o momento não foi efetivada a citação, sendo um dever da parte requerente proceder às diligências cabíveis a fim de viabilizar a triangulação processual. Nesse condão, ressalto que incabível é o andamento indefinido de causas da mesma espécie, onde possa gerar acúmulo de processos inúteis no juízo e dificultar o andamento e/ou prosseguimento de outros feitos. Assim, saliento que inexiste necessidade de intimação pessoal para que a parte cumpra a determinação judicial, cabível somente nas hipóteses previstas no art. 485, II e III do CPC. Pois não se trata de mero desinteresse no prosseguimento da demanda, e sim de desídia da mesma parte, porquanto evidente a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Nesse sentido, tal entendimento corrobora-se com os julgados abaixo: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. EXTINÇÃO DO FEITO. ART. 485, IV, DO CPC. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 1. Quando o autor, devidamente intimado, não promove o recolhimento das custas do oficial de justiça para citação da parte requerida, é acertada a decisão do magistrado em extinguir o feito nos termos do art. 485, IV, do CPC. 2. A intimação pessoal da parte autora, consoante o art. 485, § 1.º, do CPC, só é obrigatória nas hipóteses previstas nos incisos II e III do CPC, sendo, portanto, desnecessário no inciso IV. 3. Apelação conhecida e não provida. (TJ-AM 06355736920178040001 AM 0635573-69.2017.8.04.0001, Relator: Airton Luís Corrêa Gentil, Data de Julgamento: 23/07/2018, Terceira Câmara Cível) (grifo nosso) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 485, IV, CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. RECURSO IMPROVIDO. - A ausência de citação é causa de extinção do processo, sem resolução de mérito, por inexistência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. - É desnecessária a intimação pessoal do autor nos casos de extinção de processo com fundamento no inciso IV, do artigo 485, do CPC. - Recurso conhecido e improvido. (Tribunal de Justiça do Amazonas, 0001565-38.2005.8.04.0001 Apelação / Pagamento, relator Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Primeira Câmara Cível, julgado em 25/07/2016, data de registro 26/07/2016). (grifo nosso) CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS DE DILIGÊNCIA DE CITAÇÃO AO OFICIAL DE JUSTIÇA. CITAÇÃO DO PATRONO. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO CONHECIDA. NÃO PROVIDA. 1. Havendo a determinação do Juiz a quo para recolhimento das custas do Oficial de Justiça para citação da parte requerida e inexistindo qualquer manifestação no prazo estipulado, cabe ao Magistrado julgar o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do NCPC. 2. Apelação conhecida e não provida. (TJ-AM 06024776320178040001 AM 0602477-63.2017.8.04.0001, Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Data de Julgamento: 30/07/2018, Primeira Câmara Cível). (grifei) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AGRAVO DESPROVIDO. I - O Código de Processo Civil de 2015 autoriza a extinção do feito quando não presentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, onde se encaixa o vício de falta de citação, por não pagamento das custas do oficial de justiça. II - O Código de Processo Civil/2015 apenas exige intimação pessoal da parte para as hipóteses de extinção sem análise de mérito constantes dos incisos II e III de seu art. 485. Além disso, os princípios da economia processual e instrumentalidade das formas não podem ser utilizados como escusa para que parte deixe de promover as diligências essenciais à citação do requerido. III - Agravo interno desprovido. (TJ-AM 00090186720178040000 AM 0009018-67.2017.8.04.0000, Relator: Nélia Caminha Jorge, Data de Julgamento: 25/02/2018, Terceira Câmara Cível). Registre-se, por fim, que a extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento não exige a intimação pessoal, sendo suficiente a realização do ato por publicação no DJE, medida que foi observada no processo em epígrafe. ANTE AO EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, IV, do CPC, ressalvando à requerente o direito subjetivo processual de renová-lo, caso subsista legítimo interesse para nova proposição. Sem condenação em honorários, vez que não satisfeita a condição prevista em lei para esse fim. Custas processuais pelo requerente. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para abaixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas,determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor, na forma da Portaria nº 3.456/2010 c/c Resolução 57/2008 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. P.R.I.C.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0606136-80.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Guiomar da Silva Barros - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Dispositivo Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I e II, do CPC. P. R. I. C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606373-56.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, nos termos da fundamentação supra, para: 1) Pronunciar a prescrição da pretensão de cobrança dos débitos referente ao mês de 07/2008 à 04/2009, posto que decorridos mais de dez anos, e quanto a estes, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, II, do CPC; 2) Em relação ao período imprescrito, condenar a ré ao pagamento do quantum equivalente as faturas mensais de fornecimento de energia elétrica, a ser apurado em liquidação por cálculos, com incidência de juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1855/2016 deste E. Tribunal de Justiça; Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, todavia, isento, por ser beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (art. 513, § 1], CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM),

ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM) - Processo 0606555-08.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: PAULO ROBERTO DOS SANTOS NUNES - REQUERIDO: JOSÉ TORRES DE OLIVEIRA - Dispositivo Isso posto, julgo improcedentes os pedidos formulados pelo requerente , na forma do art. 487, I, do NCPC. Custas e despesas processuais pelos autores, que ficam condenados a pagar ao patrono da parte adversa honorários advocatícios de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85, §8º do CPC. Isento por ser beneficiário da justiça gratuito. P.R.I

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0608946-62.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0608982-07.2016.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Evanilde Reinaldo Sales - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a demanda, condenando a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, observada o beneficio da justiça gratuita. P.R.I.C.

ADV: MARCOS ROBERTO MARINHO CAMPOS (OAB 4492/AM), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0608985-59.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0608982-07.2016.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Evanilde Reinaldo Sales - REQUERIDO: Quem estiver na posso do Lote de Terra nº 01, Quadra 12, do Loteamento Paraíso Tropical - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a demanda, condenando a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, observada o beneficio da justiça gratuita. P.R.I.C.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0610940-23.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Cond. Mundi Resort Residencial - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615434-33.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dispositivo Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I e II, do CPC. P. R. I. C.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS MELLO (OAB 9803/AM) - Processo 0616615-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: HUMBERTO DE QUEIROZ GUEDES JUNIOR e outro - REQUERIDO: JOSE MARCIO MATOS DE LIMA - Dispositivo Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes parcialmente provimento, para que o dispositivo da r. sentença passe a constar com a seguinte redação: ''Conforme acima analisado, o conjunto probatório demonstrou que não ocorreu ato ilícito atribuível à ré. Ausente pressuposto da responsabilização, julgo improcedente o pleito indenizatório por danos morais. Ante o exposto julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na exordial: a) declaro rescindido o contrato de venda e compra do imóvel constante do terreno; b) concedo a autora a reintegração na posse do imóvel; c) Condeno o requerido ao pagamento de indenização por danos materiais no valor de R$ 15.459,07 (quinze mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e sete centavos); JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, o que fundamento no art. 487, I, segunda parte, do Novo Código de Processo Civil. No tocante à sucumbência, dispõe o artigo 82, par. 2º, do Código de Processo Civil que a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou. E o artigo 85 dispõe: A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado vencedor. Condeno o requerido ao pagamento de custas e honorário no valor de 10% sobre a condenação. ''. P. R. I. C.

ADV: ÉDER ANTÔNIO BELLO COSTA (OAB 6921/AM), ADV: ALDEMIR PEREIRA BRASIL NETO (OAB 5642/AM), ADV: ADRIANA MARIA MARTINS DA COSTA MALIZIA (OAB 5466/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: GIZAH DE CAMPOS LIMA (OAB 7336/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: RODRIGO ALVES OMENA (OAB 6840/AM), ADV: MARIA DO CARMO DO AMARAL LINHARES (OAB 1786/AM), ADV: MARIANA REIS CARVALHO SORDI (OAB 8746/AM), ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM), ADV: DANIELLA NOVELLINO DE MESQUITA (OAB 3559/AM), ADV: EVANDRA D'NICE P. DE SOUZA (OAB 3564/AM), ADV: SILVIA CRISTINA LIMA DE MATOS (OAB 2877/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 1927/AM), ADV: MÁRCIO LUIZ SORDI (OAB 134A/AM), ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LILIAN DE SOUZA ATALA (OAB 4817/AM), ADV: FABIOLA ADRIANE MONTEIRO LUCENA (OAB 3482/AM), ADV: SORAIA BEZERRA PINHEIRO (OAB 7898/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: IZABEL CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 7445/AM), ADV: NAIRA CAROLINA PICANÇO DE LIMA (OAB 6611/AM), ADV: MARIA AIDÊ MARTINS MONTECONRADO (OAB 6006/AM), ADV: LUIS FELIPE DE SOUSA E SILVA (OAB 11738/AM), ADV: TALISSA PEREIRA CIRINO SARDO (OAB 7635/AM), ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: ALEXANDRE BATISTA MENDES (OAB 3977/AM), ADV: RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS (OAB 3967/AM), ADV: ANA LÚCIA SOARES CRUZ (OAB 7234/AM) - Processo 0619653-94.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: MERCANTIL NOVA ERA - EXECUTADO: ALDENIZA GUEDES DA SILVA e outro - Dispositivo Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes provimento, para tornar nulo a sentença às fls. 145-147. Noutro giro, intime-se a parte autora, em nome dos patronos substabelecidos à fl. 124, para que se manifeste acerca da prescrição do título. P. R. I. C.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG) - Processo 0625739-47.2014.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que até a presente data o requerido não foi citado, por este motivo deixo de cumprir o parágrafo segundo do artigo 1009 do CPC. De ordem, remeto os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos e cautelas de praxe.

ADV: FLAVIANA HONORATA DE ARAÚJO (OAB 8918/AM), ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM) - Processo 0626422-16.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Carlos Tadeu Celestino Silva - A ação de despejo por falta de pagamento perdeu o objeto com a desocupação do imóvel. Portanto, ante a desocupação do imóvel JULGO EXTINTA a ação de despejo por falta de pagamento, em decorrência da superveniente perda de seu objeto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Despesas na forma da lei. Sem condenação em honorários. P.R.I.C.

ADV: SAMARA SCHUCH BUENO (OAB 324812/SP), ADV: RONY VAINZOF (OAB 231678/SP), ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM), ADV: FRANCESCO ROBUSTELLI NETO (OAB 8268/AM), ADV: MAURÍCIO ANTONIO TAMER (OAB 328987/SP), ADV: RENATO MULLER DA SILVA OPICE BLUM (OAB 138578/SP), ADV: RENATA TEIXEIRA DE ANDRADE (OAB 429566/SP) - Processo 0626815-72.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.A.M.P.E.A. - REQUERIDO: RONNY ANDREWS DE ARAUJO - Desta feita, pelas razões jurígenas descortinadas, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito e INDEFIRO a petição inicial, com supedâneo no artigo 485, incisos VI, do Código de Processo Civil. Reafirma-se, pois que o Autor

não demonstraram que têm legitimidade para figurar como parte processual e discutir direito material em Juízo.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0703730-70.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I. - Compulsando os autos, verifico que até a presente data o requerido não foi citado, por este motivo deixo de cumprir o parágrafo segundo do artigo 1009 do CPC. De ordem, remeto os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos e cautelas de praxe.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriana Maria Martins da Costa Malizia (OAB 5466/AM)
Aldemir Pereira Brasil Neto (OAB 5642/AM)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
Alexandre Batista Mendes (OAB 3977/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (OAB 6002/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
Ana Lúcia Soares Cruz (OAB 7234/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André de Santa Maria Bindá (OAB 3707/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carlos Antonio de Carvalho Mota (OAB 002.155/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Daniella Novellino de Mesquita (OAB 3559/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Éder Antônio Bello Costa (OAB 6921/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG)
Erika de Oliveira Coimbra (OAB 8714/AM)
Eudenis Dantas Pereira Filho (OAB 11147/AM)
Evandra D'nice P. de Souza (OAB 3564/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabiola Adriane Monteiro Lucena (OAB 3482/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG)
FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG)
Flaviana Honorata de Araújo (OAB 8918/AM)
Francesco Robustelli Neto (OAB 8268/AM)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Geisa Almeida de Almeida (OAB 8097/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG)
Gizah de Campos Lima (OAB 7336/AM)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Helder Soares de Lima (OAB 7536/AM)
HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Izabel Cristina da Silva Oliveira (OAB 7445/AM)
Jacqueline Cardoso dos Santos Mello (OAB 9803/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Lilian de Souza Atala (OAB 4817/AM)
LUANA OTONI DE PAULA (OAB 115351/MG)
LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG)
Luciana Almeida de Sousa (OAB 1927/AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luis Felipe de Sousa e Silva (OAB 11738/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG)
Márcio Luiz Sordi (OAB 134A/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Marcos Roberto Marinho Campos (OAB 4492/AM)
Maria Aidê Martins Monteconrado (OAB 6006/AM)
Maria do Carmo do Amaral Linhares (OAB 1786/AM)
Mariana Reis Carvalho Sordi (OAB 8746/AM)
Marilia Da Poian Furlan (OAB 7540/AM)
Maurício Antonio Tamer (OAB 328987/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Naira Carolina Picanço de Lima (OAB 6611/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG)
Paula Donolina Meireles Ramos (OAB 8559/AM)
PAULO ANTÔNIO DA SILVA PASSOS (OAB 32194/MG)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
RENATA TEIXEIRA DE ANDRADE (OAB 429566/SP)
Renato Mulinari (OAB 047.342/RS)
Renato Mulinari (OAB 47342/RS)
Renato Muller da Silva Opice Blum (OAB 138578/SP)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberto Venesia (OAB 103541/MG)
Rodrigo Alves Omena (OAB 6840/AM)
Rodrigo Waughan de Lemos (OAB 3967/AM)
Rony Vainzof (OAB 231678/SP)
Samara Schuch Bueno (OAB 324812/SP)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sara Martins Sombra de Oliveira (OAB 9456/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silvia Cristina Lima de Matos (OAB 2877/AM)

Soraia Bezerra Pinheiro (OAB 7898/AM)
Talissa Pereira Cirino Sardo (OAB 7635/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0263/2019

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM) - Processo 0637307-26.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: ROMULO BENTES DA SILVA - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. Prazo de (15) quinze dias.

Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0264/2019

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: JÚLIO FEITOZA PEREIRA (OAB 6745/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0248195-95.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - EXECUTADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, ENSINO, PESQUISA E INCLUSÃO SOCIAL - EDEPIS - Patcom Comercio e Servicos Ltda - Mozart Santos Salles de Aguiar Junior - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se sobre mandados e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.119/121 , no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0601254-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: JOSE MARIA FRANÇA - REQUERIDO: LEANDRO FERREIRA DA SILVA - LF. REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.98/101, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: RADY SILVA DA ROCHA BASTOS (OAB 11373/AM), ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM) - Processo 0603110-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: M.B.C. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - U.M.C.T.M. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0611817-60.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jose Matias P. Lira - Isto posto, homologo a desistência, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do NCPC, e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Condeno ainda a parte requerente ao pagamento das custas processuais, na forma do artigo 90, CPC. Pendendo de pagamento as custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Estando as custas processuais devidamente pagas, determino a imediata baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e o arquivamento dos autos. P. R. I. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: LUÍS DOS SANTOS BERNARDES (OAB 11984/AM) - Processo 0612174-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Adson Silva de Souza - Juciléia Jakiminutt Campos - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: KARINY BIANCA RODRIGUES DA SILVA (OAB 3779/AM), ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM) - Processo 0612350-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Espólio de Terezinha Ferreira de Alencar - REQUERIDO: Banco Bradesco Agência Coari/3710 - PERITO: Aldemir Monteiro Junior - Defiro o pedido de fls. 219/220 feito pelo perito para efetuar o levantamento de 50% (cinquenta por cento) dos honorários periciais depositados às fls. 213/215. Intime-se o perito para designar dia e hora para realizar o início da perícia. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: KARINY BIANCA RODRIGUES DA SILVA (OAB 3779/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM), ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM) - Processo 0612350-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Espólio de Terezinha Ferreira de Alencar - REQUERIDO: Banco Bradesco Agência Coari/3710 - PERITO: Aldemir Monteiro Junior - Chamo o processo à ordem apenas no que diz respeito à intimação do perito para designar data para perícia. Oportunidade em que designo o dia 29/08/2019, às 10:00 horas, no local informado pelo perito às fls. 219/220. Intime-se o perito, para em 48 horas recolher em cartório os documentos que julgar necessário para a realização da diligência. Ato contínuo, intimem-se as partes e seus assistentes técnicos acerca da data, para comparecer ao local indicado no horário designado. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0612418-03.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Meta Comércio de Lubrificantes Ltda - Eireli - REQUERIDO: Br Construções e Comércio Ltda. - DECISÃO Trata a presente de ação monitória proposta pela parte requerente contra a parte requerida, aquela devidamente qualificada, em que a pretensão cinge-se em fato constante da inicial e documentos. A parte executada apesar de devidamente citada, não apresentou embargos à monitória nem pagou a dívida, conforme certidão de fls. 46, motivo pelo qual foi prolatada sentença que convolou o crédito da parte autora em título executivo extrajudicial. Realizada pesquisa nos sistemas eletrônicos para localização de bens em nome da executada, tais retornaram infrutíferas, conforme resposta do BACENJUD de fls. 69/70 e RENAJUD fls. 80, tendo a parte autora pleiteado a suspensão do feito às fls. 85. É o relatório em síntese. Decido. Ante o deslinde apresentado, verifico necessário aludir nos termos do artigo 921, inciso III do Novo Código de Processo Civil, que prevê a possibilidade de suspensão do processo quando o executado não possuir bens penhoráveis, assim instrui de maneira expressa tal hipótese. Em consequência, conforme o mesmo artigo em seu parágrafo 1º, o prazo máximo para suspensão da execução é de 1(um) ano, onde será também suspensa a prescrição. Conforme in verbis: Art. 921. Suspende-se a execução: III - quando o executado não possuir bens penhoráveis; § 1o Na hipótese do inciso III, o juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Ressalte-se que o supracitado artigo em seu parágrafo 2º, contempla a previsão ao estabelecer que a parte deverá promover a movimentação do feito e, acaso findo o prazo sem a localização de bens penhoráveis ou se não localizado o executado, os autos serão arquivados, independentemente de nova intimação, podendo ser desarquivados caso encontrados bens antes de transcorrido o prazo prescricional da pretensão. Alude-se ainda, no § 4º, após o prazo de 1(um) ano a que afere-se o § 1º, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente, caso o exequente não se manifeste. Assim, ouvida as partes em 15 (quinze) dias, cabendo ao magistrado, se reconhece a prescrição a que se refere o § 4º, extinguir o processo, nos termos do artigo 921, § 5º, todos do supracitado codex. Antes, porém, determino a realização de pesquisa de bens do executado via INFOJUD. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas por ato processual, conforme Portaria Nº 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (Atos Processuais). Sendo infrutífera a busca, determino a suspensão do processo, provisoriamente, ressalvando que, uma vez o exequente localizando bens passíveis de constrição, deverá requerer a movimentação do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. Naira Neila Batista de Oliveira Norte Juíza de Direito

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM) - Processo 0616185-83.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0615626-58.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Giuliana Pinheiro Bastos Neves - Ana Selma Rodrigues Pinheiro - EXECUTADO: Francisco Ritta Bernardino - Maria da Conceição Saraiva da Silva - FRB Empreendimentos Imobilários Ltda - Ante a informação de oposição de embargos à execução sob o Nº 0615626-58.2019.8.04.0001, suspenda-se a presente execução até o julgamento dos referidos embargos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 1927/AM), ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0618691-03.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: SB COMERCIO LTDA - Junto hoje, aos presentes autos A CARTA DE CITAÇÃO, emitida sem cumprimento pelo correio, que em frente se segue.

ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: ALVARO A. RODRIGUES NETO (OAB 20164/PA), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0619933-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marcela Alves Paes Leme - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda - PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por Marcel Alves Paes Leme contra Gonder Incorporadora Ltda e PDG Reality S/A Empreendimentos e Participações, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra. Condeno ainda a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, restando suspensa a exigibilidade ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0621581-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Marina das Graças Paula de Araújo - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.58/60, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0635023-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dilmar Gomes de Aguiar - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: NAYARA LIMA MORAIS (OAB 13894/AM) - Processo 0635490-82.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Condominio Recanto do Mindú I - REQUERIDO: Juan Carlos Ramos Colares - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Proceder ao recolhimento das custas iniciais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consoante o art. 290, CPC.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0639940-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Angelane Maria Costa da Siiva Dias - REQUERIDO: Microsoft Mobile Tecnologia Ltda. - Generali Brasil Seguros S.a. - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 23 de setembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à

dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640491-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alessandra Lima de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0640518-31.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Silvana Lacerda da Rocha - REQUERIDO: Jocineuza Parente de Souza Costa - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 23 de setembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. CITE-SE o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: JEVERSON GONCALVES FRANCA (OAB A904/AM) - Processo 0641036-21.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Liquidação - REQUERENTE: Francisca Vanuza Viana de Oliveira - REQUERIDO: Marcilio - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM) - Processo 0651871-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - REQUERIDO: Jose Cacio Silva dos Santos - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Regularizar a sua representação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 76, do NCPC) ante a renúncia às fls. 62/65, conforme art. 1º, inciso X, segunda parte, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ. Manaus/AM, 20 de agosto de 2019

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0656587-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: S.M.R.S. - REQUERIDO: S.L.C.S.D. - I.M.L.I. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA (OAB 8059/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE GARCIA LIMA (OAB 10461/AM), ADV: TALITA SILVA DAVID (OAB 9182/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0701998-54.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: PELMEX DA AMAZÔNIA LTDA. - EXECUTADO: MANAUARA COMÉRCIO VAREJISTA DE TAPEÇARIA E COLCHÕES LTDA. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.104/105, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Alberto Pacheco da Silva Ladeira (OAB 8059/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alvaro A. Rodrigues Neto (OAB 20164/PA)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Flávio da Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jeverson Goncalves Franca (OAB A904/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
Júlio Feitoza Pereira (OAB 6745/AM)
Kariny Bianca Rodrigues da Silva (OAB 3779/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luciana Almeida de Sousa (OAB 1927/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís dos Santos Bernardes (OAB 11984/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcello Henrique Garcia Lima (OAB 10461/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Nayara Lima Morais (OAB 13894/AM)

Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Rady Silva da Rocha Bastos (OAB 11373/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Talita Silva David (OAB 9182/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0271/2019

ADV: MARCOS EDUARDO ABREU COSTA FERREIRA (OAB 6698/AM) - Processo 0203800-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: João Ermival Diniz Martins - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: SUZIANE SANTOS DE ALENCAR (OAB 7071/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: MÁRIO ANTÔNIO SUSSMANN (OAB 3250/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: ANDRE ALMEIDA BLANCO (OAB 147925/SP), ADV: ALESSANDRO DESSIMONI VICENTE (OAB 146121/SP) - Processo 0223819-45.2010.8.04.0001 (001.10.223819-8) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Cetram - Central de Energia e Tratamento de Resíduos da Amazônia - EMBARGADA: Rio Limpo Indústria e Comércio de Resíduos Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: JÚLIO FEITOZA PEREIRA (OAB 6745/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0248195-95.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - EXECUTADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, ENSINO, PESQUISA E INCLUSÃO SOCIAL - EDEPIS - Patcom Comercio e Servicos Ltda - Mozart Santos Salles de Aguiar Junior - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se sobre mandados e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.119/121 , no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: FRANCESCO ROBUSTELLI NETO (OAB 8268/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0600060-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Contratual - REQUERENTE: Rayanne da Silva Canto - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0601254-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: JOSE MARIA FRANÇA - REQUERIDO: LEANDRO FERREIRA DA SILVA - LF. REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.98/101, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: RAPHAEL DA FONSÊCA FERREIRA DE SOUZA (OAB 6995/AM), ADV: WALDEMIR DOS SANTOS COSTA JÚNIOR (OAB 8905/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: JOHN VANE BESSA ROSA (OAB 4640/AM), ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM), ADV: FLAVÍCIA DIAS DE SOUZA (OAB 6950/AM), ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052OA) - Processo 0602312-21.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Elias Carlos Bacury de Lucena - Aldoely Batista Regis de Sousa - Átila Ferreira da Silva - REQUERIDA: Katia Valeska Nogueira Silva e outro - Há nos autos sentença condenatória para pagamento de quantia certa, transitada em julgado, conforme Certidão às fls. 349. A parte autora pleiteou o cumprimento da sentença, com a respectiva memória discriminada dos cálculos (fls. 357/359). Em razão disso, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante reclamado, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de multa legal de 10%, e sujeito a mandado de penhora e avaliação, como preconiza o art. 523 do CPC, bem como à pesquisa e bloqueio nos sistemas disponíveis a este Juízo. Para o caso de não cumprimento voluntário, arbitro os honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% sobre o valor da condenação, medida cabível conforme art. 523 § 1º do CPC. Decorrido o prazo, caso não seja efetuado o pagamento, fica deferida a consulta de ativos via Bacenjud, condicionada ao pagamento da diligência. Caso a parte interessada não efetue o pagamento por atos processuais, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM) - Processo 0603110-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: M.B.C. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - U.M.C.T.M. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ

(art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0603135-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Jorge de Souza Viana - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: KEITHIANE DA SILVA PINHEIRO (OAB 7948/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0605080-51.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: JANDERCLEIDE ROCHA DE SOUZA FIACADORI (OAB 11064/AM), ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM) - Processo 0607267-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alex do Nascimento Pinto - Fabiana Silveira Pinto - José Wilson Queiroz de Araújo - Suzete Monteiro Moreira - REQUERIDO: Andrey Cavalcanti Machado - Walnyza Paulino Cunha Lima - Fabrício Cavalcanti Machado - Nosso Lar Administraçao de Imoveis Ltda-me e outro - Defiro pedido de citação formulado ás fls. 188. Expeça-se novo mandado no endereço ali indicado. Intime-se a parte interessada para, carrear aos autos o comprovante de pagamento das custas atinente à diligência a ser realizada por Oficial de Justiça. Saliento, contudo, que restará suspenso o pagamento de custas caso a parte seja beneficiária de gratuidade de justiça. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: ANA LUIZA GARCIA AVELINO (OAB 8119/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM), ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM), ADV: KARINA ARAÚJO BLASCH (OAB 4362/AM) - Processo 0607517-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: RUY MENTA JUNIOR - REQUERIDO: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários e outros - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 258/273, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 11413/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0612149-03.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: ROBERNILDA DE SOUZA AMORA - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social e outro - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: RENATA CAMPOS JATAHY (OAB 6753/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM), ADV: LUÍS DOS SANTOS BERNARDES (OAB 11984/AM) - Processo 0612174-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Adson Silva de Souza - Juciléia Jakiminutt Campos - REQUERIDO: R. J. Engenharia e Comércio Ltda. - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Francisco Cristovão de Araujo Souza - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.132, conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ; (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ; Observe-se somente o item assinalado.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0612418-03.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Meta Comércio de Lubrificantes Ltda - Eireli - Comprovado o pagamento das custas da pesquisa, cumpra-se a decisão de fls. 86/87. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 12 de agosto de 2019.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ROSÂNGELA FROTA MAGALHÃES (OAB 7980/AM), ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: LUIZA HOLANDA DOS REIS TEIXEIRA (OAB 8908/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0613153-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: David Lima da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do

NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM) - Processo 0613856-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Deolindo de Souza Goes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0614604-62.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Edvar Pereira Alves - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Itaú Unibanco S/A contra Edvar Pereira Alves, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, E consoante fundamentação supra, e, via de consequência, consolido, em favor da parte autora, o domínio e a posse plena do bem, tornando definitiva a liminar concedida às fls. 74/75. Condeno, por fim, a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, esta será recebida no efeito suspensivo, em consonância com a interpretação dada ao art. 1.012, do CPC. Intime-se a parte Apelada para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615394-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - CONCLUSÃO. Ante o exposto, com espeque no art. 700 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do autor, e via de consequência, convolo o crédito da parte autora, indicado na petição inicial, qual seja, R$ 24.334,94 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos), acrescido de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária, calculados a partir da data da propositura da presente ação, conforme os parâmetros da Portaria 1855/2016 deste Tribunal, de pleno direito, em título executivo judicial. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM) - Processo 0616185-83.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0615626-58.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Giuliana Pinheiro Bastos Neves - Ana Selma Rodrigues Pinheiro - EXECUTADO: Francisco Ritta Bernardino - Maria da Conceição Saraiva da Silva - FRB Empreendimentos Imobilários Ltda - Ante a informação de oposição de embargos à execução sob o Nº 0615626-58.2019.8.04.0001, suspenda-se a presente execução até o julgamento dos referidos embargos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0616304-73.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - CONCLUSÃO. Ante o exposto, com espeque no art. 700 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do autor, e via de consequência, convolo o crédito da parte autora, indicado na petição inicial, qual seja, R$ 18.540,88 (dezoito mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos), acrescidos de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária, calculados a partir da data da propositura da presente ação, conforme os parâmetros da Portaria 1855/2016 deste Tribunal, de pleno direito, em título executivo judicial. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0616360-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Tereza Conde Pinheiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: JAYME ARANHA CHACON JÚNIOR (OAB 8497/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARCELO DE CARVALHO SARMENTO (OAB 4316/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0616817-46.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERIDO: São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S.A. - Remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas devidas. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0618261-17.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - A parte autora requer pesquisa de endereço via SIEL, no entanto, verifico que, no decorrer do processo não foi realizada pesquisa pelo sistema INFOJUD, o qual se mostra mais adequado.Posto isto, de ofício, autorizo a pesquisa via INFOJUD. Pagamento das custas comprovado às fls. 81.À Secretaria para as providências cabíveis.Cumpra-se.Manaus, 21 de maio de 2018

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUCÉLIA MACHADO DIAS (OAB 11279/AM), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM) - Processo 0618267-24.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: V. E. Industria Comercio e Serviços Graficos Ltda - EPP - Defiro pedido de prazo suplementar de 05 dias, para pagamento das custas da carta com aviso de recebimento. Após, comprovado o pagamento, expeça-se a respectiva carta conforme requerido às fls 86. no endereço ali indicado. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: DANIELLY P. GALVÃO DA C. MARQUES (OAB 4007/AM) - Processo 0618570-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Erica França da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM), ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052OA), ADV: JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 1927/AM) - Processo 0618691-03.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: SB COMERCIO LTDA - REQUERIDA: MARIA JOSÉ ALVES GONÇALVES - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: JOSÉ GOMES DE SOUZA (OAB 1143/AM), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0619402-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Valcelina de Oliveira Maia - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Sa - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado, para: (X) Manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 465, § 3º do NCPC), sobre proposta de acordo apresentada às fls.91, conforme art. 1º, inciso XVI, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0619517-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marilza Medeiros Oriente - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: ALVARO A. RODRIGUES NETO (OAB 20164/PA), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP) - Processo 0619933-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marcela Alves Paes Leme - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda - PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por Marcel Alves Paes Leme contra Gonder Incorporadora Ltda e PDG Reality S/A Empreendimentos e Participações, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra. Condeno ainda a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, restando suspensa a exigibilidade ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0621581-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Marina das Graças Paula de Araújo - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.58/60, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0622990-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Beuria Romura Oliveira Albuquerque, - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 30 de setembro de 2019, às 9 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 3974/AM) - Processo 0623343-92.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Mario Ribeiro da Silva - CONCLUSÃO. Ante o exposto, com espeque no art. 700 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do autor, e via de consequência, convolo o crédito da parte autora, indicado na petição inicial, qual seja, R$ 60.000.00 (sessenta mil reais) acrescidos de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária, calculados a partir da data da propositura da presente ação, conforme os parâmetros da Portaria 1855/2016 deste Tribunal, de pleno direito, em título executivo judicial. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0624237-

97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Suane Regina Balbino Ferreira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ANA PAULA DE SOUSA FERREIRA (OAB 187303/SP), ADV: CAMILE XAVIER DE ANDRADE (OAB 10223/AM), ADV: CLEDSON RIBEIRO FERREIRA (OAB 275853/SP), ADV: HILDERLEY REGO BARBOSA (OAB 7654/AM), ADV: JÉSSICA CRISTINA FONSECA PEREIRA (OAB 9519/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: JOANA LOREN DE OLIVEIRA BARBOSA GRANA (OAB 10729/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: RENATO DE BRITTO GONÇALVES (OAB 144508/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0626194-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Aparecida da Silva Alves - REQUERIDO: Semp Toshiba Amazonas S/a. - DENUNCIADO: METLIFE - Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A - (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0626414-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Sebastião Guimarães Tavares - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ALEXANDRE LANGARO (OAB 32836/RS), ADV: MÁRCIO MEDEIROS FÉLIX (OAB 77679/RS), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: GUSTAVO LANGARO (OAB 55623/RS) - Processo 0626573-50.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0241307-08.2013.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO JR - REQUERIDO: T & T Import. Export. Ind. Comércio de Veículos Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: VICENTE DE PAULO SOARES COELHO (OAB 1144/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA (OAB 4564/AM) - Processo 0626974-78.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Pedro Martins de Menezes Filho & Cia Ltda. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls.104/108, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0627680-95.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: ANTONIO CARLOS DA FONSECA - REQUERIDO: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; para: (x) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 377/391, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 367876/SP), ADV: RODRIGO NADAIS JURELA (OAB 414251/SP) - Processo 0628660-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Vitor Gabriel Simas de Amorim - REQUERIDO: Central Nacional Unimed - Cooperativa Central - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: TATIANA CORREA DE QUEIROZ (OAB 7215/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM) - Processo 0629445-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: S. D. Q. de Macedo Me - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.55/58, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR) - Processo 0630511-53.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Seguros DPVAT S.A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de:

(X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0631380-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: R.P.N. - A.C.S.P. - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 23 de setembro de 2019, às 11 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: REBECA MIRANDA BATISTA (OAB 9981/AM) - Processo 0632965-35.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: MANAUS AMBIETAL S/A - Há nos autos sentença condenatória para pagamento de quantia certa, transitada em julgado, conforme Certidão de fls. 266. A parte autora pleiteou o cumprimento da sentença, com a respectiva memória discriminada dos cálculos (fls. 262/265), havendo custas pendentes, conforme Relatório às fls. 268. Em razão disso, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante reclamado, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de multa legal de 10%, e sujeito a mandado de penhora e avaliação, como preconiza o art. 523 do CPC, bem como à pesquisa e bloqueio nos sistemas disponíveis a este Juízo. Para o caso de não cumprimento voluntário, arbitro os honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% sobre o valor da condenação, medida cabível conforme art. 523 § 1º do CPC. Intime a Requerida para efetuar o recolhimento das custas processuais pendentes. Decorrido o prazo, caso não seja efetuado o pagamento, fica deferida a consulta de ativos via Bacenjud, condicionada ao pagamento da diligência. Caso a parte interessada não efetue o pagamento por atos processuais, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0633789-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Rosselberto Himenes - REQUERIDO: Cristal Engenharia Ltda. - BANCO DO BRASIL S/A. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE (OAB 9834/AM), ADV: DÉBORA PUREZA COTTA BISINOTO (OAB 2678/AM) - Processo 0633967-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Suely Guimarães Tiago - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0634286-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Selma Ferreira Rodrigues - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0635023-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dilmar Gomes de Aguiar - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM) - Processo 0635059-48.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Grace Verissimo Charcha - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 30 de setembro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM), ADV: JADSON MORAES MEDEIROS (OAB 9573/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 8200B/PA) - Processo 0635753-56.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco da Amazonia S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; para: (x) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls.355/399 , bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: RODRIGO SANTOS DA SILVA (OAB 10696/AM), ADV: CÍNTIA PINHEIRO DOS SANTOS (OAB 5433/AM) - Processo 0635766-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: M.S.M. - Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MILTON FLÁVIO DE A. C. LAUTENSCHLAGER (OAB 162676/SP), ADV: FELIPE LUDVIG (OAB 34275/SC), ADV: JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 42527/BA) - Processo 0636828-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Companhia Brasileira de Tecnologia Digital Ltda (gradiente) - Intime-se por citação eletrônica (na ausência da empresa no cadastro intime-se por por carta), a parte requerida para regularizar a representação em 15 dias. Ultrapassado tal prazo, com o sem regularização, o processo prosseguirá o trâmite normal. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM), ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0637968-39.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERIDO: ATLÂNTICA HOTELS INTERNATIONAL BRASIL LTDA. (PARK SUÍTES MANAUS) - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0638304-67.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Silvane Nascimento de Souza Corrêa - Diante disto,defiro o parcelamento das custas inicias em 06 (seis) parcelas mensais sucessivas. Recolha-se a primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (art. 290 do NCPC). Fica desde já cientificado que as parcelas subsequentes deverão ser feitas mês a mês a partir do pagamento da primeira parcela, devendo o autor comprovar nos autos o pagamento. O inadimplemento de qualquer uma delas acarretará automaticamente na extinção do processo e no cancelamento junto a distribuição, independentemente de nova intimação. Certifique o cartório sobre o cumprimento da obrigação. Caso seja constatado a falta do cumprimento das custas, remetam-se conclusos para sentença extintiva (art. 485, IV do NCPC). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RICARDO YANO BARROS FREITAS (OAB 1248/AM), ADV: SÉRGIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 11095/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0638361-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rodrigo Pontes da Costa - REQUERIDO: Alzanir Caldas Magalhães e outro - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM) - Processo 0638897-96.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0611006-03.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Yves Souza Mavignier - Cite-se a embargada, para, querendo responder no prazo de 15 (Quinze) dias a presente ação, com as advertências do art. 918 do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0639940-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Angelane Maria Costa da Siiva Dias - REQUERIDO: Microsoft Mobile Tecnologia Ltda. - Generali Brasil Seguros S.a. - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 23 de setembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0640111-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Carmen dos Santos Monteiro - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0640177-05.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM) - Processo 0640209-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jesse Alves das Chagas - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640491-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alessandra Lima de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0640518-31.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Silvana Lacerda da Rocha - REQUERIDO: Jocineuza Parente de Souza Costa - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 23 de setembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. CITE-SE o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: MOACIR MARQUES DE MEDEIROS (OAB 13394/AM) - Processo 0640675-04.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jozelia Faustino Fonseca - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir

a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640962-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Érica Seabra da Silva - Isto posto, reputo inexistente a conexão entre as ações e determino a remessa dos autos ao Setor de Distribuição a fim de que proceda com a distribuição automática do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 06 de agosto de 2019.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641022-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jasp Batista da Silva - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JEVERSON GONCALVES FRANCA (OAB A904/AM) - Processo 0641036-21.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Liquidação - REQUERENTE: Francisca Vanuza Viana de Oliveira - REQUERIDO: Marcilio - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641081-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Luziele Pereira Torres - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS PUZIOL GIUBERTI (OAB 21041/ES), ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM), ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM) - Processo 0644498-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: T.M.C.S.M.G.C. - REQUERIDO: E.I.T.R. - G.I.R. - C.O.I.P.T.M. - C.O.P.T.M. e outro - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: CLÍSSIA LOPES CAVALCANTE (OAB 10258/AM), ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM) - Processo 0650098-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Laelcio Ferreira de Almeida - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0656587-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: S.M.R.S. - REQUERIDO: S.L.C.S.D. - I.M.L.I. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: TALITA SILVA DAVID (OAB 9182/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE GARCIA LIMA (OAB 10461/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA (OAB 8059/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM) - Processo 0701998-54.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: PELMEX DA AMAZÔNIA LTDA. - EXECUTADO: MANAUARA COMÉRCIO VAREJISTA DE TAPEÇARIA E COLCHÕES LTDA. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.104/105, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM), ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0704324-84.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Banco Itauleasing S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; para: (x) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 77/86, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: JORGE ANDERSON PEREIRA BORGES (OAB 6400/AM) - Processo 0713263-53.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Odivaldo Alves Nobre e outro - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 158/161, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: WANISE DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 1166/AM), ADV: RENNALT

LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0715830-57.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jorge Gleis Batista Oliveira - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/ Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os documentos juntados pela parte contrária às fls. 346/361, (art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alberto da Silva Oliveira (OAB 3974/AM)
Alberto Pacheco da Silva Ladeira (OAB 8059/AM)
Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alessandro Dessimoni Vicente (OAB 146121/SP)
Alexandre Langaro (OAB 32836/RS)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alice de Aquino Siqueira e Silva (OAB 4564/AM)
Alvaro A. Rodrigues Neto (OAB 20164/PA)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
Ana Luiza Garcia Avelino (OAB 8119/AM)
Ana Paula de Sousa Ferreira (OAB 187303/SP)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Andre Almeida Blanco (OAB 147925/SP)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 367876/SP)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB 7372/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CAMILE XAVIER DE ANDRADE (OAB 10223/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cíntia Pinheiro dos Santos (OAB 5433/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cledson Ribeiro Ferreira (OAB 275853/SP)
Clíssia Lopes Cavalcante (OAB 10258/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Danielly P. Galvão da C. Marques (OAB 4007/AM)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Débora Pureza Cotta Bisinoto (OAB 2678/AM)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Puziol Giuberti (OAB 21041/ES)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Ludvig (OAB 34275/SC)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flavícia Dias de Souza (OAB 6950/AM)
Francesco Robustelli Neto (OAB 8268/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Langaro (OAB 55623/RS)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Hilderley Rego Barbosa (OAB 7654/AM)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jadson Moraes Medeiros (OAB 9573/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jandercleide Rocha de Souza Fiacadori (OAB 11064/AM)
Jayme Aranha Chacon Júnior (OAB 8497/AM)
Jéssica Cristina Fonseca Pereira (OAB 9519/AM)
Jeverson Goncalves Franca (OAB A904/AM)
Joana Loren de Oliveira Barbosa Grana (OAB 10729/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
John Vane Bessa Rosa (OAB 4640/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Anderson Pereira Borges (OAB 6400/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Gomes de Souza (OAB 1143/AM)
José Guilherme Carneiro Queiroz (OAB 42527/BA)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052OA)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM)
Júlio Feitoza Pereira (OAB 6745/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
Karina Araújo Blasch (OAB 4362/AM)
Keithiane da Silva Pinheiro (OAB 7948/AM)
Kemal Almeida Muneymne Filho (OAB 3889/AM)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Lucélia Machado Dias (OAB 11279/AM)
Luciana Almeida de Sousa (OAB 1927/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís dos Santos Bernardes (OAB 11984/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)

Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiza Holanda dos Reis Teixeira (OAB 8908/AM)
Marcello Henrique Garcia Lima (OAB 10461/AM)
Marcelo de Carvalho Sarmento (OAB 4316/AM)
Márcio Medeiros Félix (OAB 77679/RS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Eduardo Abreu Costa Ferreira (OAB 6698/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Antônio Sussmann (OAB 3250/AM)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 11413/MT)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Milton Flávio de A. C. Lautenschlager (OAB 162676/SP)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
Moacir Marques de Medeiros (OAB 13394/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilcilene Pereira Cavalcante (OAB 9834/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raphael da Fonsêca Ferreira de Souza (OAB 6995/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Rebeca Miranda Batista (OAB 9981/AM)
Renata Campos Jatahy (OAB 6753/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Britto Gonçalves (OAB 144508/SP)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Ricardo Yano Barros Freitas (OAB 1248/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Bruno Alves Pedrosa (OAB 8200B/PA)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Nadais Jurela (OAB 414251/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Santos da Silva (OAB 10696/AM)
Rosângela Frota Magalhães (OAB 7980/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Renam de Mello Freitas (OAB 11095/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Suziane Santos de Alencar (OAB 7071/AM)
Talita Silva David (OAB 9182/AM)
Tatiana Correa de Queiroz (OAB 7215/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Vicente de Paulo Soares Coelho (OAB 1144/AM)
Waldemir dos Santos Costa Júnior (OAB 8905/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wanise de Oliveira Bastos (OAB 1166/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: BÁRBARA CARVALHO IPIRANGA (OAB 11424/AM), ADV: REMULO JOSE NASCIMENTO (OAB 118/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0000114-75.2005.8.04.0001 (001.05.000114-1) - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - REQUERIDO: Acesso Transportes Ltda - Vistos etc. Por primeiro, intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 115762/SP) - Processo 0001403-34.2010.8.04.0012 (012.10.001403-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Sul America Companhia Nacional de Seguros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da certidão retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0029055-06.2003.8.04.0001 (001.03.029055-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Indefiro pedido de Renajud, vez que já foi realizada consulta às fls. 141. Ademais, verifico que não foram encontrados bens do executado, razão pela qual determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, período no qual não correrá prescrição intercorrente, nos moldes do art. 921, III e §1º CPC. Decorrido o prazo de suspensão sem a localização de bens penhoráveis, determino o arquivamento do feito. Deste ato fluirá o prazo prescricional, porém o exequente poderá solicitar o desarquivamento para prosseguimento da execução se encontrar bens penhoráveis. Transcorrido o prazo prescricional, intimem-se as partes para falar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: JAIME AUGUSTO FREIRE DE CARVALHO MARQUES (OAB 9446/BA), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 9455/PA), ADV: PAULO FRANCISCO BEZERRA (OAB 2544/AM) - Processo 0201664-82.2009.8.04.0001 (001.09.201664-3) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Julie Vitória Garcia de Lima Melo - Keila Freire dos Santos e outro - REQUERIDO: Paulo Sérgio Maia - Mapfre Seguros - Merece prosperar o pedido da segunda requerida. Assim, torno sem efeito decisão de julgamento da lide à fl. 232 e determino o cumprimento do despacho de fl. 171 com a devida citação do Sr. Anderson Guedes Sena no endereço indicado à folha 90. Após, intimem-se os autores para réplica. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0205759-53.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Proceda-se o imediato desbloqueio do veículo constrito às fls. 73. Em vista ao pedido de fl. 86-87, determino a suspensão da execução por 1

(um) ano, período no qual não correrá prescrição intercorrente, nos moldes do art. 921, III e §1º CPC. Decorrido o prazo de suspensão sem a localização de bens penhoráveis, determino o arquivamento do feito. Deste ato fluirá o prazo prescricional, porém o exequente poderá solicitar o desarquivamento para prosseguimento da execução se encontrar bens penhoráveis. Transcorrido o prazo prescricional, intimem-se as partes para falar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/AM) - Processo 0219665-47.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Itau S/A - Indefiro pedido de suspensão da execução, tendo em vista que sequer houve a citação dos executados, não se podendo admitir que o processo tramite por longos anos sem que ao menos a requerida seja integrada na relação processual. Por outro lado, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel. Fica o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicita. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicita. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias ou requerer o que entender de direito, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0223785-07.2009.8.04.0001 (001.09.223785-2) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Defiro pedido de Bacenjud, bloquei-se valores até o limite da execução. Não havendo saldo suficiente, proceda-se com Renajud. Intime-se o exequente para apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, bem como ao pagamento das despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/2017-PTJ. Após o cumprimento das medidas, intime-se a autora para se manifestar quanto ao resultado. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0228764-41.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Itau S/A - Vistos etc. Não encontrados bens do devedor, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, período no qual a prescrição ficará suspensa, nos moldes do CPC, art. 921, III e §1º. Decorrido o prazo de suspensão sem a localização de bens penhoráveis, determino o arquivamento do feito. Deste ato fluirá o prazo prescricional, porém o exequente poderá solicitar o desarquivamento para prosseguimento da execução se encontrar bens penhoráveis. Transcorrido o prazo prescricional, intimem-se as partes para falar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM) - Processo 0249123-12.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jociney Freitas Pinto de Souza - REQUERIDA: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos etc. Por primeiro, intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do acordo, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0262006-88.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0600083-88.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCELO AUGUSTO DO AMARAL SÊMEN (OAB 3425/AM), ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JUNIOR (OAB 5488/AM) - Processo 0600316-80.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Compra e Venda - REQUERENTE: J. B. da Silva e Cia. Ltda. - Vistos etc. Defiro o pedido de INFOJUD com a finalidade de encontrar novo endereço do requerido. Custas da diligência pagas (fls. 70-71), proceda-se consulta. Após o cumprimento da medida, intime-se o requerente a se manifestar quanto ao resultado. Indefiro, por enquanto, os demais pedidos, por considerar necessária a intimação do devedor para que realize o pagamento voluntário do débito, considerando ainda que o endereço indicado para intimação não foi, sequer, localizado pelo Oficial de Justiça, conforme certidões de fls. 50 e 62. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600447-26.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0601076-29.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0601232-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Vistos etc. Homologo o acordo feito entre as partes nos autos. Nada mais havendo, baixem-se e arquivem-se os autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em caso de não cumprimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: EVANDRO MIRALHA DIAS (OAB 201693/SP) - Processo 0602181-12.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: ISMAEL RAIMUNDO - EXECUTADO: INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMETROS LTDA e outro - Vistos etc. Por primeiro, intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: CINTHIA PEREIRA DE SOUZA LIMA (OAB 9797/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0602499-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Anne Gabrielly Pinheiro de Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0605178-26.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0605487-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se o requerente a dizer do seu interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, em 5 (cinco) dias, sob pena de suspensão da execução, nos termos do art. 921, III e §1º CPC. Cumpra-se.

ADV: TATIANA BEZERRA TRINDADE FARIAS (OAB 14698B/CE), ADV: PEDRO LUIZ MÁXIMO (OAB 103265/SP), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM) - Processo 0608888-59.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Civilcorp-incorporações LTDA - REQUERIDO: Mundo das Semi Joias Com Ltda - Compulsando os autos, verifiquei que a patrona do requerido Dra. Tatiana Bezerra Trindade Farias OAB/CE 14698, não foi devidamente intimado do ato ordinatório de fls.100, vez que não encontrava-se cadastrada. Dessa forma, intimo a patrona acima mencionada para tomar ciência da determinação, cujo teor segue abaixo: " Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração,nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC."

ADV: TATIANA BEZERRA TRINDADE FARIAS (OAB 14698B/CE), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM) - Processo 0608894-66.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Civilcorp-incorporações LTDA - REQUERIDO: Mundo das Semi Joias Com Ltda - Compulsando os autos, verifiquei que a patrona do requerido Dra. Tatiana Bezerra Trindade Farias OAB/CE 14698, não foi devidamente intimado do ato ordinatório de fls.102, vez que não encontrava-se cadastrada. Dessa forma, intimo a patrona acima mencionada para tomar ciência da determinação, cujo teor segue abaixo: " Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração,nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC."

ADV: LEILA PRISCILLA PONCIANO DE SOUZA (OAB 12460/AM), ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0610481-60.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A - Vistos etc. Defiro a conversão em ação de execução, nos termos do art. 4º, do DL 911/69. Cite-se o requerido para, no prazo de 3 dias, em endereço indicado em fls. 75/76, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando o executado, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá o executado opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 de CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Pagos os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual 4.408/2016, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: LYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 9208/AM) - Processo 0611038-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paula D'Oran Pinheiro - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 3632/AM), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0612953-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carmelita Siqueira dos Reis - REQUERIDO: S.b. Imóveis Ltda. - Vistos etc. Torno sem efeito decisão de fl. 233, por ser efetivamente estranha aos autos. Cite-se como requerido à fl. 242. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0614377-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Companhia de Credito Rci - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as advogadas substabelecentes para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 107414/SP), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: JAYME MARQUES BRASIL JÚNIOR (OAB 4986/AM) - Processo 0616317-14.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: GARANTECH - ITAÚ SEGUROS - REQUERIDO: Marcel de Lima da Silva - Vistos etc. Defiro o pedido de fls. 370-372, para expedição de ofício à SEMEF, em resposta aos ofícios de fls. 365-368, com as informações apresentadas pelo requerente e cópia dos documentos de fls. 370-387, para pesquisa e emissão das guias de IPTU e ITBI do imóvel a ser adjudicado. Deixo de cominar multa ao agente público responsável por ora. Intime-se a atual credora para falar sobre a petição de fl. 369, no prazo de 15 dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC) - Processo 0616398-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - REQUERIDO: Samuel Almeida de Oliveira - Vistos etc. O requerido afirma que deixou de pagar as parcelas em atraso em razão de conduta maliciosa do autor que não emitiu o boleto bancário para quitação. Ocorre que as parcelas já estavam atrasadas e o réu não junta qualquer

prova da sua alegação. O réu afirma ter quitado 26 de 72 parcelas, considerando o valor depositado em juízo, pouco mais de um terço do total das parcelas negociadas, o que afasta a teoria do adimplemento substancial por ausência de requisito essencial para aplicação da tese, qual seja, o pagamento da quase totalidade do débito. Também afirma que o contrato está em dia e as parcelas posteriores foram pagas, porém os comprovantes juntados apenas comprovam a reiterada inadimplência do réu, com pagamento atrasado de quase todas as parcelas apresentadas. Assim, ausente a verossimilhança das alegações, indefiro o pedido de antecipação de tutela. Intimem-se as partes para dizerem se têm outras provas a produzir. Não havendo manifestação, conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: VITOR KIKUDA (OAB 199259/SP) - Processo 0618821-90.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: ROBERTO SANTANA - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: GILBERTO GUIMARÃES VIEIRA (OAB 8506/AM), ADV: SHEILA BARTOLOTTI RAVEDUTTI (OAB 3809/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM), ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM) - Processo 0620378-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: A.R.S.A. - REQUERIDA: V.M.S. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, bem como indique os endereços para onde serão direcionados os ofícios destinados aos cartões de créditos, tudo no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GILBERTO GUIMARÃES VIEIRA (OAB 8506/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: SHEILA BARTOLOTTI RAVEDUTTI (OAB 3809/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM) - Processo 0620378-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: A.R.S.A. - REQUERIDA: V.M.S. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição da requerida, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 899A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0620918-34.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM), ADV: IURI ALBUQUERQUE GONÇALVES (OAB 13487/AM), ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM) - Processo 0621504-32.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Adailson Lima Leal e outro - REQUERIDO: Rosinei Costa Barros - Mcw Construções, Comércio e Terraplanagem Ltda. e outros - Vistos etc. Mantenho a audiência pautada para o dia 26/09/2019, conforme decisão de fl. 344. Determino, porém, que os requerentes apresentem novo endereço dos réus Francisco Weslley Santos e Sérgio Rodrigues de Almeida, tendo em vista que jamais receberam pessoalmente os ARs de citação que lhe foram direcionados, no prazo de 15 dias, ou desistam de integrá-los à lide, se os réus não forem legitimados para figurar no polo passivo, já que, pelo que consta às fls. 62-63, eram apenas funcionários da empresa MCW Construção e estavam executando serviços contratados, sem o ânimo de tomar a posse do imóvel para si ou para outrem. Considero desnecessária a citação da Sra. Amanda Ruiz de souza Alecrim, pois apontada na inicial apenas como representante da empresa MCW Construções que já foi citada e compareceu em juízo às fls. 259-260. Por outro lado, observo que os ARs de fls. 316 e 317 foram negativos, uma vez que encaminhados para endereço diverso da residência do requerido Rosinei Costa Barros, conforme fl. 389, de modo que a citação deste requerido também não se aperfeiçoou e, por conseguinte, não houve escoamento de prazo para reposta à inicial. Diante do seu comparecimento espontâneo nos autos, fl. 350-386, dou por suprida sua citação e recebo a contestação apresentada como tempestiva. Intimem-se os requerentes para réplica, na forma do CPC 350 e 351, no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0622913-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Carlos Alberto Lopes Frazao - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623885-18.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP), ADV: ROBSON LOPES CARIOCA (OAB 9364/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM) - Processo 0625421-64.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Iresolve Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.a. - REQUERIDO: Jackson Simoes Kimura - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO) - Processo 0626631-77.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Rondobrás do Amazonas Comércio de Peças para Veículos Ltda - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo

endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VALDEMIR DA SILVA (OAB 3018/AM), ADV: KÉLIA SIMONE DE SOUSA RÊGO (OAB 5140/AM) - Processo 0626994-64.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso de Ascendentes e Descendentes - REQUERENTE: Higino Fernandes dos Santos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que tome ciência da nova data da audiência redesignada para o dia 20.09.2019 às 8:30 hs a ser realizada no Forum Henoch Reis - Cejusc Cível, 4º andar, Setor 1, telefone 3303.5246, tendo em vista o tempo hábil para cumprimento do Mandado de Citação da Parte Requerida.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0628936-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629132-72.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0629627-87.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO AMAZONAS - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0629711-88.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629823-18.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Campos Comércio de Calçados Ltda-me (Cia do Pé) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 46428/SP), ADV: ARIANE ANDRADE DA SILVA (OAB 10809/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0631241-64.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: PORTAL DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EVANDRO MIRALHA DIAS (OAB 201693/SP), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0631825-34.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: ISMAEL RAIMUNDO - EXECUTADO: INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMETROS LTDA e outro - Vistos etc. Por primeiro, intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631918-21.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0634927-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Almira dos Santos Pereira - Defiro a justiça gratuita, uma vez requerida nos termos do art. 99, §3º, CPC, e inverto o ônus da prova, dada a condição de hipossuficiência da autora em relação ao Banco réu. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: MOISÉS ANDRADE MARTINS (OAB 10396/AM) - Processo 0635423-88.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Entregar - REQUERENTE: Marcelo Cardoso do Nascimento - Vistos etc. Por primeiro, intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, entregar as chaves do imóvel e realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0636634-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade

de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0637417-88.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Proceda-se consulta Bacenjud, bloqueando e transferindo eventual valor encontrado como requerido. Sendo infrutífera a consulta, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, período no qual não correrá prescrição, nos moldes do art. 921, III e §1º CPC. Decorrido o prazo de suspensão sem a localização de bens penhoráveis, determino o arquivamento do feito. Deste ato fluirá o prazo prescricional, porém o exequente poderá solicitar o desarquivamento para prosseguimento da execução se encontrar bens penhoráveis. Transcorrido o prazo prescricional, intimem-se as partes para falar no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0639042-55.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Edificio Tropical Center - Defiro a justiça gratuita. Cite-se o requerido para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrado o executado, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca do executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Havendo citação e não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando o executado, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá o executado opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0639627-15.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0640040-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Luiz Alberto Nascimento de Souza - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY (OAB 4271/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0640443-89.2019.8.04.0001 - Ação Civil Coletiva - Planos de Saúde - REQUERENTE: Sonia Salvo Henriques - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0640721-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: Ecotextil Industria de Confecções Ltda - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Diga o réu, em 15 dias, sobre acordo apontado em fls. 298/300. Não atendida a intimação, será imediatamente extinto o feito por homologação do acordo. Cumpra-se.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM) - Processo 0640771-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Pedro Henrique Monteiro de Sousa - REQUERIDO: Hapvida Assitência Médica Ltda - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 27-35. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641332-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Vanessa Marques Albuquerque - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0641373-10.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Cite-se o requerido para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrado o executado, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca do executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Havendo citação e não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando o executado, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá o executado opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Intime-se o exequente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual 4.408/2016 Após, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0641442-42.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0641446-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Terciliano Almeida de Araújo - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação

no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0641476-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Davi Farias de Oliveira - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0641490-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mário Jorge Lasmar de Vasconcelos - Defiro a justiça gratuita, uma vez requerida nos termos do art. 99, §3º, CPC, e inverto o ônus da prova, dada a condição de hipossuficiência da autora em relação ao Banco réu. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0641686-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Darlene da Conceição Otani - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0641783-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Pagos os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0641806-14.2019.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Rosilene Clarindo da Silva - Vistos etc. Nos termos da Lei Complementar 172/2016, que altera a LC 17/97, remetam-se os autos, via distribuição, à Vara de Registros Públicos e Usucapião. Cumpra-se.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0641851-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Aucilene de Oliveira - Vistos etc. Trata-se de pedido de tutela de urgência no qual o requerente alega, com documentos que instruem a inicial, que as faturas de energia passaram a ser emitidas com valores fora do normal, gerando grandes prejuízos à autora. Requer, assim, a determinação para que o requerido se abstenha de suspender o fornecimento de energia, bem como de inscrever o nome da autora no rol de devedores. É o relatório. Decido. Para a concessão das tutelas de urgência, o art. 300 do CPC exige a existência de elementos suficiente para demonstrar a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado do processo. No presente caso, vejo atendidos os aludidos requisitos. A probabilidade do direito alegado está demonstrada nos documentos que acompanham a presente demanda. Por sua vez, o perigo do dano está igualmente demonstrado, vez que a cobrança das faturas pode gerar grande prejuízo à autora pelo risco do corte de fornecimento de energia, bem necessário para uma vida digna, bem como pode ter seu nome inscrito no rol de devedores. Não há perigo, ademais, na irreversibilidade da medida por se tratar de conteúdo plenamente econômico, podendo ser facilmente revertido em favor do requerido em caso de ganho de causa. Assim, com fundamento no art. 300, do CPC, defiro a liminar pretendida para determinar que o requerido se abstenha de suspender o fornecimento de energia, bem como de inscrever o nome da autora no rol de devedores do SPC/SERASA e quaisquer outros, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos) reais, pelo prazo máximo de 30 dias. Advirto a autora que a presente liminar não a exime dos pagamentos das contas de energia futuras, atendo-se tão somente àquelas discutidas na presente ação. Defiro a justiça gratuita, uma vez requerida nos termos do art. 99, §3º, CPC, e inverto o ônus da prova, dada a condição de hipossuficiência da autora em relação à concessionária. Pauto audiência de Conciliação para o dia 10/10/2019, às 8h30, CEJUSC-Cível, sala 06. Realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Ficam as partes advertidas, quanto à audiência de conciliação, que (a) o não comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; e (b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Na hipótese de requerente e requerido manifestarem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0642345-19.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra de Investimentos S/A - Vistos etc. Indefiro a busca de bens via Bacenjud, pois já realizada nos autos às fls. 101-102, sem êxito. Defiro a consulta de bens via Infojud apenas na declaração eventualmente apresentada para o ano-calendário de 2018. Defiro a pesquisa de bens via Renajud e EREDFT. Intime-se o requerente para recolhimento de custas. Não havendo êxito em quaisquer das buscas empreendidas, indefiro qualquer novo pedido de consulta e determino a intimação do requerente para apresentação de bens desembaraçados para penhora, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento provisório, na forma do CPC 921, III. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0642720-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0643430-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Lenira Gomes Ozório - Defiro a justiça gratuita, uma vez requerida nos termos do art. 99, §3º, CPC, e inverto o ônus da prova, dada a condição de hipossuficiência da autora em relação ao Banco réu. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0705606-60.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco - Indefiro pedido de suspensão da execução, tendo em vista que sequer houve a citação do executado, não se podendo admitir que o processo tramite por longos anos sem que ao menos a requerida seja integrada na relação processual. Por outro lado, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel. Fica o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicita. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicita. Esgotados

os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias ou requerer o que entender de direito, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0714316-69.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 107414/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Ariane Andrade da Silva (OAB 10809/AM)
Bárbara Carvalho Ipiranga (OAB 11424/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cinthia Pereira de Souza Lima (OAB 9797/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Evandro Miralha Dias (OAB 201693/SP)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gilberto Guimarães Vieira (OAB 8506/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 899A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Hamilton Novo Lucena Junior (OAB 5488/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Iuri Albuquerque Gonçalves (OAB 13487/AM)
Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB 9446/BA)
Jayme Marques Brasil Júnior (OAB 4986/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 9455/PA)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kélia Simone de Sousa Rêgo (OAB 5140/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Leila Priscilla Ponciano de Souza (OAB 12460/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Lysson Alcântara Barroso (OAB 9208/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (OAB 3632/AM)
Marcelo Augusto do Amaral Sêmen (OAB 3425/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Aurélio de Lima Choy (OAB 4271/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
MOISÉS ANDRADE MARTINS (OAB 10396/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Francisco Bezerra (OAB 2544/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Luiz Máximo (OAB 103265/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Remulo Jose Nascimento (OAB 118/AM)
Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB 115762/SP)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Robson Lopes Carioca (OAB 9364/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 46428/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sheila Bartolotti Ravedutti (OAB 3809/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
TATIANA BEZERRA TRINDADE FARIAS (OAB 14698B/CE)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Valdemir da Silva (OAB 3018/AM)
Vitor Godinho das Chagas (OAB 14192/AM)
Vitor Kikuda (OAB 199259/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0316/2019

ADV: JOSANA PESSOA DE ANDRADE MUNDSTOCK (OAB 8071/AM), ADV: AMADEU JARDIM MAUÉS FILHO (OAB 6059/AM), ADV: JAYME MARQUES BRASIL JÚNIOR (OAB 4986/AM), ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM) - Processo 0600504-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Frederico Jorge de Miranda Farias - LITSPASSIV: Gladiston Castelo Branco Maués - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602697-32.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610386-98.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0612351-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - REQUERIDO: Colméia Tarumã Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: FRANCISCA VALE MATTEONI (OAB 87098/RJ) - Processo 0612405-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Elinis Farias da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612807-56.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GISELLA MOURA DE PAIVA (OAB 7184/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0622877-98.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Expedito de Paiva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. 115/117, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0623423-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0624254-36.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: George Alberto Chaves Coelho - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626214-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: David de Souza e Souza - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0627329-20.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM), ADV: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 664A/AM) - Processo 0627455-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João Paulo Marquez Romano - REQUERIDO: Anhanguera Educacional Participações S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda

pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM), ADV: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 664A/AM) - Processo 0627455-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João Paulo Marquez Romano - REQUERIDO: Anhanguera Educacional Participações S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ADAM HENRIQUE PINHEIRO DA SILVA (OAB 11082/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ALEXANDRE PESSOA SIMPLICIO (OAB 12434/AM), ADV: ALINE DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 12411/AM), ADV: ANA CLAUDIA FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 9094/AM) - Processo 0628580-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mísia de Souza Pereira Vaz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP) - Processo 0628711-53.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Gap Net Viagens e Turismo Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento (cada AR custa R$ 21,50), conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0629086-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Débora Lúcia Vasconcelos da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: THIAGO DA SILVA MACIEL (OAB 5632/AM), ADV: RICARDO MARTINS MOTTA (OAB 233247/SP), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0629479-42.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Fredson Carvalho da Silva - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FÁBIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM), ADV: HUGO QUEIROS ALVES DE SOUZA (OAB 49258/DF) - Processo 0630963-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Meru Viagens Eireli - EPP - REQUERIDO: Uatumã Turismo e Eventos Eireli - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: FÁBIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM), ADV: HUGO QUEIROS ALVES DE SOUZA (OAB 49258/DF) - Processo 0630963-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Meru Viagens Eireli - EPP - REQUERIDO: Uatumã Turismo e Eventos Eireli - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0633602-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Aldalene dos Santos Marques e outro - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0637690-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Rita Teixeira dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0637691-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Rita Teixeira dos Santos - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0654843-45.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto

processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0702227-14.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0718100-54.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Adam Henrique Pinheiro da Silva (OAB 11082/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alexandre Pessoa Simplicio (OAB 12434/AM)
Aline dos Santos Oliveira (OAB 12411/AM)
Amadeu Jardim Maués Filho (OAB 6059/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
ANA CLAUDIA FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 9094/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Denise Marin (OAB 141662/SP)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fábio Pereira Garcia dos Santos (OAB 4850/AM)
Francisca Vale Matteoni (OAB 87098/RJ)
Gisella Moura de Paiva (OAB 7184/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hugo Queiros Alves de Souza (OAB 49258/DF)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jayme Marques Brasil Júnior (OAB 4986/AM)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
Josana Pessoa de Andrade Mundstock (OAB 8071/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana Adriana Cruz da Silva (OAB 8184/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB 664A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ricardo Martins Motta (OAB 233247/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago da Silva Maciel (OAB 5632/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0317/2019

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0019982-05.2006.8.04.0001 (001.06.019982-3) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Prax Fomento Mercantil Ltda. - REQUERIDO: João Nogueira Alves - Carimu - Pavimentação, Terraplanagem e Topografia Ltda. - Evandro Maciel - Tendo em vista o AR Negativo de fl. 228, determino a intimação da autora, na pessoa de seu patrono dar prosseguimento ao feito, apresentando novo endereço requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM), ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 178930/SP) - Processo 0021654-73.2010.8.04.0012 (012.10.021654-7) - Monitória - REQUERENTE: Distribuidora de Bebidas Antarctica de Manaus Ltda. - REQUERIDO: Darcy Costa e Silva - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 298/303 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de suspensão do processo até o cumprimento integral do acordo. Após o cumprimento da avença, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: NELSON SAPHA KIZEM (OAB 000.245/AM) - Processo 0099222-14.2004.8.04.0001 (001.04.099222-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - Fundação dos Economiários Federais - Funcef - IRB - Brasil Resseguros S/A - SMA - Administração de Imóveis e Patrimônio S/A - Deico Desenvolvimento Imobiliário Ltda. - Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social - REQUERIDO: R. T. S. Comercial Ltda. - Defiro o pedido de suspensão do feito, pelo prazo de 90 (noventa) dias, consoante solicitado, à fl. 251.

ADV: EDINHO GOMES DA CRUZ (OAB 11273/AM), ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM) - Processo 0211162-90.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0627161-86.2016.8.04.0001) (processo principal 0627161-86.2016.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: José Madisson Souza da Costa - REQUERIDO: J. C. Engenharia Ltda. - EPP - Haddad e Santos Construtora Ltda. - EPP - INTSSADO: JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - Defiro o pedido de suspensão do feito, consoante solicitado à fl. 103.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0213503-55.2019.8.04.0001 (processo principal 0627074-96.2017.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio Jardim Paradiso Girassol - I- Processe-se o presente incidente de desconsideração da personalidade juridica apresentado em desfavor dos sócios mencionados às fls. 6/8 dos autos. II- Citem-se os sócios das empresas Executadas, via portal, para se manifestarem, no prazo de 15 dias, na forma do art. 135, do CPC.

ADV: RUBEM FONSECA FLEXA (OAB 43944/SC), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADELSON ALVES BORGES JÚNIOR (OAB 9841/AM) - Processo 0214220-14.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gabriele

da Silva Gurgel - Udson Carvalho de Oliveira Júnior - REQUERIDO: Chibatão Navegação e Comércio Ltda. - Euclides Aragão da Frota - PROCURADORMP: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Tendo em vista a certidão de fl. 251, determino a secretaria que proceda a intimação pessoal do Representante do Ministério Público, consoante determinado no despacho de fl. 246.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0232498-05.2008.8.04.0001 (001.08.232498-1) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria Ivanilde de Souza Matos - REQUERIDO: Ronyerveson Pereira Siqueira - Tendo em vista o pedido de fl. 167, determino a intimação da autora para, no prazo de 05 dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: KÁSSIO ALMEIDA FAYE DAS CHAGAS (OAB 10208/AM), ADV: CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 2906/AM) - Processo 0253567-59.2009.8.04.0001 (001.09.253567-5) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: André Felipe Magalhães de Moura - REQUERIDO: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, ACOLHO A IMPUGNAÇÃO ao cumprimento de sentença, para reconhecer a existência de excesso de execução, em razão da utilização de índices e parâmetros errados para atualização do valor da condenação, bem como porque houve a cobrança de condenação por danos materiais, ainda ilíquida. Declaro que a Taxa Selic deverá ser utilizada como índice oficial na atualização do valor da condenação. Indefiro, por ora, o parcelamento da dívida, por ausência de seus pressupostos legais. Aplico ao devedor a sucumbência prevista no art. 523, §1º, do CPC, em multa e honorários, ambos no equivalente a 10% (dez por cento) cada, sobre o valor atualizado do débito. Determino a remessa dos autos à Contadoria Judicial para elaboração da Conta Geral, apenas no tocante à condenação por danos morais, inclusive a sucumbência fixada na presente decisão, observando que: sobre o valor da condenação, deverão incidir juros de mora simples na base de 1% desde 25/08/2007 (evento danoso) até 10/07/2017 (prolação da sentença). Após, atualizar o valor encontrado pela Taxa Selic, até a data do efetivo pagamento. Preparada a Conta Geral (incluindo as custas e despesas processuais), intime-se o Devedor para, voluntariamente, efetuar o depósito do valor no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo sem cumprimento, proceda-se com o bloqueio de ativos financeiros através do sistema Bacenjud. Em caso positivo, dê-se vista ao devedor para falar sobre o bloqueio na forma e no prazo legal (CPC, 854, §3º). Intime-se o Credor para adequar a cobrança da condenação pelos danos materiais, na forma do art. 509, I, do CPC.

ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: IVANA MAUÉS MARQUES (OAB 4462/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM) - Processo 0264249-05.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Waldemar Alves da Graça - Rozana Zanardo da Graça - I- Defiro o pedido de fls. 206 dos autos. II- Expeça-se o competente mandado de avaliação e penhora, consoante solicitado. III - Tendo em vista a Portaria nº 116/2017, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das custas de diligências de Oficial de Justiça, no prazo de 10 dias. IV- Após o recolhimento das custas, determino a expedição do mandado.

ADV: SANDRA ALVAREZ DA SILVA SANTOS (OAB 190046/RJ), ADV: GILSON DA COSTA PAIVA (OAB 13341/AM) - Processo 0600872-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Associação Comunitária Agroextrativista de Canumã - (ASCOMAC) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a Autora para se manifestar acerca da petição de fls. 154/155, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP), ADV: ANDRESSA CAROLINE DE OLIVEIRA (OAB 13483/AM) - Processo 0600891-20.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Erivelt Sabino de Araújo - REQUERIDO: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - Valcar Representações de Consórcios Ltda. - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0601235-06.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Centro do Alumínio Ltda. - REQUERIDO: Apogeo Construções Ltda. - Defiro o pedido de sobrestamento do feito, pelo prazo de 30 (trinta) dias, consoante solicitado.

ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE (OAB 103587/SP), ADV: ELIEL SANTOS JACINTHO (OAB 383635/SP) - Processo 0602454-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rosângela Rejane Laurindo de Lima - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Intimem-se as partes para se manifestarem acerca da petição de fls. 185/188, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371/MA) - Processo 0602824-67.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: Grazenira Amiranete Araújo de Moraes - José Noberto Lima de Melo - REQUERIDO: PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM), ADV: ALEXANDRA CALDERARO QUEIROZ (OAB 1224A/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 1216A/AM) - Processo 0603292-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edvard Sobreira dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: TATIANA BENTES DE SOUZA (OAB 3285/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0603625-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Heloísa Carvalho Rocha - REQUERIDO: Banco Votorantim (B. V. Financeira S/A) - PERITO: Hélio do Carmo Magalhães Neto - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias para especificarem as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. II. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603802-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marivaldo Alves Natário - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/

AM) - Processo 0604196-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Waldemar Alves da Graça - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - À Secretaria para certificar se houve manifestação do Autor acerca do despacho de fl. 349. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0604928-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB 1087A/AM) - Processo 0604947-04.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Euzebio Costa Filho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Intime-se o Autor para se manifestar acerca da Impugnação à execução de fls. 370/373, no prazo de lei. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0605178-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antônio Berto da Silva - Tatiana Nazaré da Silva - REQUERIDO: City Transportes Ltda. - Açaí Transportes Coletivos Ltda. - INTSSADO: Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas/AM - Compulsando os autos, verifico que as Requeridas City Transportes e Açaí Transportes às fls. 249/251 requereram a denunciação da lide da Nobre Seguradora do Brasil, bem como a reconstituição do acidente e ofício ao IML. Posto isso, determino o cancelamento da audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 21/08/2019, às 11:30hs, e o chamamento da Nobre Seguradora do Brasil, qualificada à fl. 251, para responder nos autos, no prazo de 15 dias. Cite-se a seguradora, via portal. Intimem-se as Requeridas para efetuarem o pagamento das despesas postais, no prazo de 05 dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0607830-21.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Iara Socorro Soares dos Reis - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY (OAB 4271/AM) - Processo 0608245-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kátia Maria Soares Barbosa de Carvalho Capobiango - REQUERIDO: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve contestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JEANN DE OLIVEIRA VALENTE (OAB 12318/AM), ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0609277-39.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRANTE: Vitória Godoy Lopes - IMPETRADO: Centro de Ensino Pré-Universitário de Manaus Ltda. - Supletivo do Norte - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Intime-se a Autora para informar se houve o cumprimento da liminar e requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611756-44.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Sólida Distribuidora da Amazônia Ltda. - ME - Simone Santos de Souza - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 79/82 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0612804-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Claudioney dos Santos Guimarães - REQUERIDO: Bradesco Cartões S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: GIULIANNE LOPES CURSINO (OAB 7922/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0613428-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Aparecida Marinho dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias para especificarem as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. II. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0613476-07.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Nunes de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO RIBEIRO VIANA (OAB 12740/AM) - Processo 0614300-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suzana da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve contestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0615560-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Roberto de Pinho Portela Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do

art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: JABER CALIL NADAF NETO (OAB 5247/AM) - Processo 0615772-70.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Sandro Corrêa Mendes - REQUERIDO: Adalberto Silva dos Santos - Defiro o pedido de suspensão dos presentes autos, até o cumprimento do acordo firmado entre as partes, consoante requerido às fls. 162/163. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: DANIEL VIANA DE MELO (OAB 309229/SP), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: BRENO HENRIQUE DA FONSECA VITORINO (OAB 363392/SP), ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM) - Processo 0616190-76.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Basf S/A - EXECUTADO: Aquarela Tintas Ltda. - Defiro em parte o pedido de fl. 153 dos autos. Proceda-se a consulta via sistemas RENAJUD, em nome da Executada, Aquarela Tintas Ltda. Cumpra-se.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0616920-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: ADCAM - Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - REQUERIDO: Adriano Teixeira da Silva - Tendo em vista a lavra Decisão Monocrática do Desembargador, Airton Luís Corrêa Gentil de fls. 88/89, determino a intimação do autor para cumprir o item II, do despacho de fl. 64, no prazo de 05 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0617633-62.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Camelo de Lima - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 61/64 e fl. 74, defiro o pedido de fls. 66/68 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: FREDERICO AUGUSTO SAMPAIO VEIGA (OAB 11411/AM), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM) - Processo 0617661-30.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda. - EXECUTADA: Lauria Mariucha Siqueira Pinheiro - Daniel Ribeiro Fernandes - Maria Albina Ribeiro da Costa - Defiro o pedido de fl. 207 dos autos. Expeça-se o competente ofício ao 2º Ofício de Registro de Imóveis, para dar baixa na restrição do bem dado em garantia, consoante acordo de fls. 144/148. Após, determino a secretaria que proceda a baixa e arquivamento dos autos.

ADV: WALESKA DOS PAULA E SOUSA (OAB 9008/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0617894-27.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Joanne Régis da Costa - REQUERIDO: Eridano Empreendimentos Imobiliários Ltda. - São Sinfrônio Empreendimentos Imobiliários Ltda. - À Secretaria para desarquivar os presentes autos. II. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0619538-05.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: C & C Vendas de Colchões Ltda. - Arilson Freitas Lima - Cristiane da Silveira e Silva - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 115/118 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: JAQUELINE MARQUES FERREIRA (OAB 349812/SP), ADV: SANDRA FERRAZ DA SILVA (OAB 353903/SP) - Processo 0621289-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: G. R. - Garantia Real Segurança Ltda. - REQUERIDO: Erin Estaleiros Rio Negro Ltda. - Indefiro o pedido de fl. 48 dos autos, tendo em vista que o AR de fl. 42 foi devolvido ao remetente, ou seja, o mesmo não foi entregue ao destinatário, no caso a Requerida. Intime-se a autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM) - Processo 0621387-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adalberto Silva dos Santos - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora - API SPE 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se. Manaus (AM), 20 de agosto de 2019.

ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: NEY JOSÉ CAMPOS (OAB 44243/MG), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM) - Processo 0621389-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: E. E. B. Indústria e Comércio de Materiais de Construção Ltda. - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0623577-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADO: LFA Comércio de Jóias Ltda. - ME (Empório do Aço) - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 111/112 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: DEISE SUELY SALES DE OLIVEIRA (OAB 12967/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0624488-23.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Francisco Rodrigues da Silva Filho - EXECUTADO: Ronaldo de Nazaré Ferreira - Valcilene da Silva Vieira - Luiz Henrique Vieira Assimen - Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, indefiro a concessão da tutela provisória de urgência, por ausência dos requisitos necessários. Mantenho o percentual de desconto em 30% (trinta por cento), que deverá incidir sobre o vencimento de 40 horas (R$ 4.153,06). Defiro o benefício da justiça gratuita, na forma do art. 98, do CPC. À Secretaria da UPJ para juntar aos autos extrato da conta única a fim de identificar as parcelas que estão sendo depositadas em razão da penhora, bem como cadastrar a nova Advogada da Devedora no sistema SAJ. Certifique ainda a Secretaria da UPJ, se todos os Devedores foram citados e se houve o ajuizamento de Embargos à Execução por qualquer um deles. Após, intime-se o Credor para apresentar planilha atualizada do débito, devendo amortizar os valores já recebidos através do Alvará de fl. 97 e as parcelas depositadas na Conta Única, no prazo de 05 (cinco) dias. Considerando que a penhora de 30% está sendo realizada de forma mensal, a contagem de juros e correção monetária deverá ser contada até a data de deferimento da penhora, evitando-se que a dívida se torne impagável se atualizada mensalmente com o desconto já em curso. Assim, a atualização do débito deve ocorrer até 05/03/2018 (Despacho de fl. 131), já que não houve resistência da Devedora após essa data.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0625041-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria da Glória Barros dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há

necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ROBÉRIO RODRIGUES DE CASTRO (OAB 348669SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0625902-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Flaviana Souza de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0626123-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Valério Cardoso Patrocínio - REQUERIDO: José Luiz dos Reis Mudanças e Transportes - ME - INTSSADO: Juízo de Direito da Comarca de Betim/MG - Intime-se o Autor para se manifestar acerca da petição de fls. 350/353, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0626262-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Juan Carlos Funes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - API SPE 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM) - Processo 0626537-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adair Moura e Advogados Associados - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, manifeste-se acerca da Petição de fls. 325/331 e documentos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CIDARTA CARDOSO SOUZA (OAB 10094/AM) - Processo 0629225-35.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Gecilda Cardoso Correia da Costa - REQUERIDO: Desconhecido - Antônio de Oliveira - Intime-se a Autora para se manifestar acerca da contestação de fls. 117/119, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: FLAVIANA HONORATA DE ARAÚJO (OAB 8918/AM), ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0629239-82.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Alaércio Ferreira Nery - EXECUTADO: Jorge Alberto Castro do Carmo - Hilda Morais Ananias - Tendo em vista a certidão de fl. 52, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM), ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0629696-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patrícia Tavares do Nascimento - REQUERIDO: Vega Manaus Transporte de Passageiros Ltda. - Tendo em vista a petição de fl. 183, Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0629940-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francimar da Costa Gonçalves - Tendo em vista o AR de fl. 62, determino a expedição do competente mandado de citação, consoante solicitado. Custas pagas (fl. 69).

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0630317-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria da Conceição Bandeira Duarte de Castro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. Tendo em vista a certidão de fl. 38, intime-se a Autora, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0630441-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Aurora Mercês dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0630621-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sinpol - Sindicato dos Funcionários da Policia Civil do Estado Amazonas - REQUERIDO: Claro S/A - Claro S/A - À Secretaria para modificar, no sistema SAJ, os nomes dos Patronos da Requerida, consoante requerido às fls. 828/829, devendo toda publicação ser realizada em nome do Dr. José Henrique Cançado Gonçalves, inscrito na OAB/MG nº 57.680. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0630878-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Andréa Cristina Leão dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: RENATA BAIMA RABELO CAVALCANTE DE SOUZA (OAB 10882/AM), ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0631076-51.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: André Lima de Souza - REQUERIDO: N. J. Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Natsuko Ohara - Yoranda Yoshiko Ohara Vieira - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Cartório do 1º Ofício do Protestos de Letras de Manaus/AM (novo endereço) - Cartório do 6º Ofício do Registro de Imóveis de Manaus/AM - Tendo em vista o ofício de fls. 305/307, determino a secretaria que proceda a baixa e arquivamento dos autos.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0631423-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - REQUERIDO: Ycaro dos Santos Correia - R. D. Engenharia e Comércio Ltda. - I- Intime-se o Autor para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca do AR negativo de fl. 105 dos autos. Cumpra-se

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0632131-03.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Alex Braga Gomes - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNA SOUZA DE FIGUEIREDO (OAB 7742/AM), ADV: GABRIEL WILLIAM FACHIN LIMA (OAB 8518/AM), ADV: ROBERTO PONTES DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 9142/AM) - Processo 0632174-03.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vilma Lúcia dos Santos Moura - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Intime-se a Autora para se manifestar acerca da Impugnação ao cumprimento de sentença,

de fls. 341/349, no prazo de lei e acerca da petição de fls. 354/355. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE CRISTINE DE CARVALHO CORDEIRO (OAB 10414/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM) - Processo 0632710-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Irmãos Lima Atacado de Alimentos Ltda. - REQUERIDO: Claro S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0632813-89.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Marcela Tatiara Souza dos Santos - REQUERIDO: Rossi Residencial S/A - Hibride Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Eridano Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Esepo Empreendimentos Imobiliários Ltda. - I. Tendo em vista a certidão de fl. 325, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0634317-28.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Big Trading e Empreendimentos Ltda. - EXECUTADO: R. C. da Silva Eireli - ME - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0634484-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Andreia de Fátima Lima da Silva Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0635283-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Kaele Ltda. - ME - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º, do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: ANDREZA BIANCA BRITO DE OLIVEIRA (OAB 11960/AM), ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM) - Processo 0636882-96.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandra Francinete Antas Vieira - Jéssica Vanessa Vieira Aosta - REQUERIDO: São Fiacre Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 334/335 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: HENRIQUE DE DAVID (OAB 84740/RS), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: GABRIEL ALICE MARTINS COSTA VELHO (OAB 115163/RS) - Processo 0637116-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eternal Indústria Comércio Serviços e Tratamentos de Resíduos da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vivo S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0637351-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assembléia - REQUERENTE: Grêmio Esportivo Recanto da Criança Interativo - REQUERIDO: Federação Amazonense de Futebol de Salão - FAFS - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0637375-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: J. Stone de Souza - ME - Jansilei Stone de Souza - Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANNE KAROLINE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 12154/AM) - Processo 0639707-08.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Robson Jacson Nunes da Cunha Júnior - Antônia Lúcia Ferreira da Silva - CONSIGNADO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0639855-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Luiza Gonzaga de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0642254-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Ruy Rodrigues Pereira - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: DANIEL RAPHAEL ENÉAS E SILVA (OAB 5601/AM) - Processo 0642403-51.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - REQUERIDO: Via Direta Private Label Indústria e Comércio de Confecções Ltda. (Loja Via Direta) - Defiro o pedido de fls. 214/215 dos autos. Expeça-se a competente certidão, consoante solicitado.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0642896-91.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Modificar Construções Ltda. - Maria Auxiliadora Nascimento Rodrigues - Tendo em vista o acordo de fls. 139/141 entabulado entre as partes, defiro o pedido de suspensão do feito até o cumprimento integral do acordo, conforme solicitado. Após, decorrido o prazo e devidamente cumprido o acordo, voltem-me os autos conclusos para homologação.

ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM) - Processo 0642903-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Walmir Raimundo

Pena da Silva - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Defiro o pedido de fls. 407/408, nomeio perito deste Juízo, o Sr. Francisco Batista de Almeida, CRM nº 3009, com endereço profissional na Clínica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nº 1905, Bairro Praça 14 de Janeiro, nesta cidade, para fazer a perícia médica no Autor, Walmir Raimundo Pena da Silva, com o fito de comprovar as doenças alegadas pelo autor se causaram invalidez permanente. Fixo os honorários em 05 (cinco) salários mínimos, os quais deverão ser depositados pelo Requerido, no prazo de 15 dias. Intimem-se as partes na forma do art. 465, parágrafo 1º, inciso II e III do CPC. Intime-se o Sr. Francisco Batista de Almeida, para informar a este juízo se aceita o encargo de perito deste juízo, prazo de 10 (dez) dias, e em caso de concordância, devendo, desde já, designar data para realização da perícia.

ADV: CECIL VENTURIN DA SILVA (OAB 9361/AM), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM) - Processo 0643692-87.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Francisco de Souza - REQUERIDO: ACE Seguradora S/A - PERITO: Maurício Alexandre de Meneses Pereira - Ex positis, e por tudo mais que consta dos autos, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por José Francisco de Souza, em face de ACE Seguradora S/A, no sentido de: Condenar a Requerida ao pagamento de R$ 26.381,43 (vinte e seis mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), relativo à apólice de seguro acostada às fls. 200/226, conforme comprovante juntado pela Requerida à fl. 230, relativo às cláusulas 11.3 e 12.1, ante a incapacidade total e permanente constada no Autor mediante Laudo Pericial de fls. 255/268, com correção monetária desde a data do indeferimento administrativo e juros legais de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno a Requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), quantia essa que deverá ser acrescida de juros desde a citação (art. 405, CC), e correção monetária a partir da sentença (STJ - Súmula nº 362). Indefiro o pedido de condenação da Requerida ao pagamento de danos patrimoniais, ante a ausência de comprovação do prejuízo financeiro alegado. Indefiro o pedido de condenação da Requerida ao pagamento de lucros cessantes e dano emergente, ante a ausente de comprovação de comprovação de perda efetiva de ganhos, a qual tratava-se de mera expectativa de ganhos, conforme fundamentação anteriormente demonstrada. Em virtude do acolhimento parcial dos pedidos autorais, com fundamento nos artigos 85, §2º, e 86 do Código de Processo Civil, arcará a Ré com o pagamento de 2/3 (dois terços) das custas e despesas processuais, além de honorários de advogado de 15% (quinze por cento) do valor da condenação. Pela mesma razão, arcará o Autor com o pagamento de 1/3 (um terço) das custas e despesas processuais, além de honorários de advogado de 10% (dez por cento) do valor da condenação, observada a suspensão da exigibilidade da condenação, conforme art. 98, §3º, do Código de Processo Civil, por ser o Autor beneficiário da justiça gratuita (fl. 41). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0643730-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Leiliane Dias da Silva Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0643864-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: Serviço Especializado de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda. - SENPE - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0643876-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Altemir de Souza Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Tendo em vista que a presente ação encontra-se com sua classe errada, determino a Secretaria que proceda a devida correção da mesma no Sistema Saj. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0643909-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Altemir de Souza Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Tendo em vista que a presente ação encontra-se com sua classe errada, determino a Secretaria que proceda a devida correção da mesma no Sistema Saj. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0643929-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Altemir de Souza Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Tendo em vista que a presente ação encontra-se com sua classe errada, determino a Secretaria que proceda a devida correção da mesma no Sistema Saj. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0643976-27.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jasson Fonseca - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias, para especificarem as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. II. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: BRUNO CÉSAR BENTES FREITAS (OAB 18475/PA) - Processo 0647460-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Carlos Edson Guedes de Oliveira Júnior - REQUERIDO: Banco da Amazônia S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM), ADV: MARIA ÂNGELA FERREIRA REIS (OAB 5906/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0648154-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Aguila da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0648226-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Érica Monteiro de Jesus - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Abrahim Bady Bacry Filho - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se. Manaus (AM), 19 de agosto de 2019.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM)

- Processo 0648887-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kaele Ltda. - K. L. Rent A Car - REQUERIDO: Navegação Cidade Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: GIULIANNE LOPES CURSINO (OAB 7922/AM) - Processo 0649131-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marivaldo Ferreira Ramos - REQUERIDO: Banco Itaú BMG Consignado S/A - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias, especificarem as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. II. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: VANESSA NUNES ZOGAHIB (OAB 10021/AM) - Processo 0649468-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Lucas Santiago Fermino - REQUERIDO: Centro Integrado de Educação Christus - CIEC/EJA - À Secretaria para certificar se houve interposição de contestação por parte da Requerida. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0650123-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Elzanira Araújo de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À Secretaria para modificar, no sistema SAJ, o nome do Patrono da Requerida, conforme Procuração de fls. 173/175, devendo toda publicação ser realizada no nome do Dr. Décio Flávio Gonçalves Torres Freire, inscrito na OAB/MG nº 56.543 e OAB/AM nº 697-A, consoante requerido às fls. 162/163. II. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: EDVAL MACHADO JÚNIOR (OAB 11999/AM) - Processo 0650312-13.2018.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S/A - REQUERIDO: Vitória Régia Comércio de Petroleo Ltda. - ME - Cite-se a Requerida, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0651278-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - K. L. Rent A Car - REQUERIDO: Osvaldo Valente Lima - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: JÓRIO MACHADO DANTAS (OAB 18795/PB) - Processo 0651418-10.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Extinção do Crédito Tributário - REQUERENTE: J.L.C. - REQUERIDO: C.S. - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve contestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ERIC RAFAEL MACEDO DE CARVALHO (OAB 10485/AM) - Processo 0656291-53.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Andreza Santos da Silva - Andreza Santos da Silva - MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Tendo em vista que a presente encontra-se com sua classe errada, determino à Secretaria da 2ª UPJ, que proceda a devida correção da mesma no Sistema SAJ. Após, tendo em vista a certidão de fl. 10, determino a intimação dos autores para informarem a este juízo se ainda possuem interesse no feito, no prazo de 05 dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0659716-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimunda Nonata Barbosa Melquíades - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias, especificarem as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. II. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0713577-96.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Andreza Cristina Rodrigues Vieira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Agência da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vaconcellos Dias - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Tendo em vista a certidão de fl. 322, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0717361-81.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: Elpídio Ferreira Lima Neto - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 152 dos autos, no prazo de 05 dias.

Adelson Alves Borges Júnior (OAB 9841/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandra Calderaro Queiroz (OAB 1224A/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
Andressa Caroline de Oliveira (OAB 13483/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andreza Bianca Brito de Oliveira (OAB 11960/AM)
Anne Karoline de Souza Rodrigues (OAB 12154/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Breno Henrique da Fonseca Vitorino (OAB 363392/SP)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
Bruna Souza de Figueiredo (OAB 7742/AM)
Bruno César Bentes Freitas (OAB 18475/PA)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cecil Venturin da Silva (OAB 9361/AM)
Célio Alberto Cruz de Oliveira (OAB 2906/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cidarta Cardoso Souza (OAB 10094/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 1216A/AM)

Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Cristiano Ribeiro Viana (OAB 12740/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Daniel Raphael Enéas e Silva (OAB 5601/AM)
Daniel Viana de Melo (OAB 309229/SP)
Danielle Cristine de Carvalho Cordeiro (OAB 10414/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Deise Suely Sales de Oliveira (OAB 12967/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB 8583/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Edinho Gomes da Cruz (OAB 11273/AM)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Edval Machado Júnior (OAB 11999/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliel Santos Jacintho (OAB 383635/SP)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Eric Rafael Macedo de Carvalho (OAB 10485/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Flaviana Honorata de Araújo (OAB 8918/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Frederico Augusto Sampaio Veiga (OAB 11411/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriel Alice Martins Costa Velho (OAB 115163/RS)
Gabriel William Fachin Lima (OAB 8518/AM)
Gilson da Costa Paiva (OAB 13341/AM)
Giulianne Lopes Cursino (OAB 7922/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique de David (OAB 84740/RS)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivana Maués Marques (OAB 4462/AM)
Jaber Calil Nadaf Neto (OAB 5247/AM)
Jaqueline Marques Ferreira (OAB 349812/SP)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jeann de Oliveira Valente (OAB 12318/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jório Machado Dantas (OAB 18795/PB)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Quagliotti Salamone (OAB 103587/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kássio Almeida Faye das Chagas (OAB 10208/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Aurélio de Lima Choy (OAB 4271/AM)
Maria Ângela Ferreira Reis (OAB 5906/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mizzi Gomes Gedeon (OAB 14371/MA)
Nelson Sapha Kizem (OAB 000.245/AM)
Ney José Campos (OAB 44243/MG)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Rafael Said e Silva (OAB 8443/AM)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Renata Baima Rabelo Cavalcante de Souza (OAB 10882/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Robério Rodrigues de Castro (OAB 348669SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Pontes do Nascimento Júnior (OAB 9142/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 178930/SP)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Rubem Fonseca Flexa (OAB 43944/SC)
Sandra Alvarez da Silva Santos (OAB 190046/RJ)
Sandra Ferraz da Silva (OAB 353903/SP)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Tatiana Bentes de Souza (OAB 3285/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB 1087A/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vanessa Nunes Zogahib (OAB 10021/AM)
Waleska dos Paula e Sousa (OAB 9008/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0181/2019

ADV: GISLENE CREMASCHI LIMA PADOVAN (OAB 125098/SP), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: ISABEL CRISTINA MUTON DE ARAUJO (OAB 130.354/SP), ADV: ROGÉRIA LEONI DE MAGALHÃES (OAB 151,657/SPP), ADV: TATIANA MARIA PAULINO DE SOUZA (OAB 208032/SP) - Processo 0010273-77.2005.8.04.0001 (001.05.010273-8) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira-Hospital Albert Einsten - EXEQUENTE: Kon Tsih Wang - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: JULCINEIDE VIEIRA DE MATTOS ARCE (OAB 003.124/AM), ADV: DAYANA ARNAUD DE OLIVEIRA (OAB 6913/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM), ADV: MARCELO SOARES CABRAL (OAB 187843/SP), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 003.808/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0011182-56.2004.8.04.0001 (001.04.011182-3) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Aurora da Amazônia Terminais e Serviços Ltda - REQUERIDO: Haller Relogios do Brasil Ltda - Veronica da Silva - Vistos, Cumpre informar que os oficios a que se trada o pedido de fls.703/704, foram devidamente expedido e devidamente recebido, conforme AR POSITIVO as fls.691/692. Contudo até o momento não se obteve resposta. Ressalto que o autor deve diligenciar naquelas instituições no sentido de obter as repostas dos oficios nº 206/2018 fls.689 e 206/2018 fls.690, expedido em 28 de junho de 2018. Intime-se.

ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0029319-57.2002.8.04.0001 (001.02.029319-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro RENAJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0202629-55.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 19 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: JOHNNY AROUCHA BRITO (OAB 5943/AM), ADV: DAMIÃO FERREIRA LISBOA (OAB 3067/AM) - Processo 0207416-07.2011.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Josileide Pereira Vieira - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado de penhora e avaliação do imóvel informado as fls.286/287, devidamente matriculado sob o nº 19178 no 4º Oficio de Registro de Imóvel. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CARLOS JAVIER TUNJA QUINONEZ (OAB 11801/AM) - Processo 0208413-03.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: DENISA MENEZES DA SILVA - Vistos, Intime-se o Autor sobre a Impugnação e Documentos.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0216446-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: SERAFIM FERREIRA NUNES - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outro - Vistos, Aplico a multa pelo descumprimento da ordem judicial, de acordo com a sentença de fls.155/157. Intime-se pessoalmente a autarquia para cumprir a liminar concedida na sentença, sob pena de majoração da multa. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: GRACIETE DE ABREU CORRÊA (OAB 3412/AM) - Processo 0231110-81.2019.8.04.0001 (processo principal 0636017-05.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Cheque - REQUERENTE: Global Comercio de Eletrodomesticos Ltda e outro - Portanto, ao cartório para transladar as peças do incidente/recursos para o processo principal. Após, remetam-se os autos à Distribuição para proceder ao cancelamento do incidente/recurso. Ressalto que para efeitos de contagem de prazo será considerada a data do protocolamento do incidente/recurso.

ADV: LUIZ COUTINHO DOS SANTOS NETO (OAB 8171/AM), ADV: JOSENY GUSMÃO DA SILVA (OAB 8783/AM), ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA LOBATO (OAB 724A/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA (OAB 724A/AM) - Processo 0261953-10.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Pontual Factoring Fomento Comercial Ltda - EXECUTADO: Aço Engenharia Ltda e outro - Vistos, Considerando a presente execução no valor de R$ 473.884,21 devidamente corrigido (fls.420), bem como, ter sido determinado a Penhora no rosto dos autos (fls.378/388-390), devidamente intimada a Requerida; Considerando o OFICIO 1604/2019 informando a existência de créditos da Requerida junto aos Autos 062854725.2014, junto a Conta Ùnica. Finalmente, a petição do Autor (fls. 418/419), informando que parte da dívida é referente a honorários advocatícios, tendo firmado acordo no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais), que estão depositados a disposição da 13ª Vara Cível. Oficie-se ao juízo da 13ª Vara Cível, para que coloque a disposição deste juízo, a verba que sobejar dos valores depositados e penhorados, desde que inexistente impedimentos ou pendências, para que seja liberado aos patronos, no autos em curso neste juízo - Proc. 0261953-10.2011.

ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM), ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM) - Processo 0262127-53.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0215042-03.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Volney Becker - EXEQUENTE: Saulo Grana de Menezes - Alonso Oliveira de Souza - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, se manifestar sobre as pesquisas, bem como comparecer na Secretaria a fim de obter vista dos documentos sigilosos enviados pela Receita Federal, ou informe endereço eletrônico para o envio. Manaus, 19 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600194-96.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Vistos, Defiro o pedido retro. Proceda-se o bloqueio do valor indicado pelo exequente via BACENJUD. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: SAMARA RIBEIRO DE SOUZA (OAB 10152/AM), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB 1087A/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/

AM), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0600406-25.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luciane Alves Castro - REQUERIDO: Claro Incorporadora de serviços da NET Serviços de Comunicação S. A. - Nos termos do Art. 1º inciso I da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o requerido para que proceda ao recolhimento das custas processuais finais conforme planilha de cálculos as fls.284 , no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de Bacenjud.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601754-78.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA (OAB 7051/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM) - Processo 0602954-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: Derby Pimentel Ribeiro - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - INTIMEM-SE as partes para indicarem quais provas pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603388-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Defiro expedição de edital. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais, por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o referido edital. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0604061-97.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 670A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0604282-85.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: FRANCISCO CARVALHO RIBEIRO - Vistos, Assiste razão ao exequente, uma vez que o executado possui patrono cadastrado. Declaro válida a citação para pagamento. A secretaria para certificar se houve interposição de Embargos. Diga o Autor como deseja prosseguir com a execução.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0604439-29.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Trata-se de pedido de apreensão de CNH, suspensão de Passaporte e bloqueio de cartões de crédito, as fls. 303/306, como meio coercitivo para satisfação de dívida. O pedido encontra previsão no art. 139, IV do CPC. Contudo, entendo indevido, uma vez que fere o direito de locomoção do devedor, previsto no art. 5º, XV da Constituição Federal. Ademais, trata-se de dívida de natureza patrimonial privado e não questões de interesse público, que justifique medidas restritivas tão severas. Até porque, a luz do art. 805 do CPC, a execução deve guardar um equilíbrio entre a satisfação do crédito e os direitos do devedor. Isso posto, INDEFIRO os pedidos. Quanto ao pedido de bloqueio de cartões de crédito, não há amparo legal no pedido e nem efetividade na medida, pois não irá satisfazer a execução, sendo desnecessária a intervenção judicial nesse sentido. Logo, INDEFIRO o pedido. Intime-se o autor indicar outros meios executórios ou bens para constrição, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de suspensão.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0605499-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Almerinda da Silva Souza - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - INTIMEM-SE as partes para indicarem quais provas pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0607106-46.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: H.m. Comércio de Alimentos Ltda - Epp - Vistos, Intime-se o requerido, por meio de carta, para pagar voluntariamente o valor da condenação. Custas já colhidas.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0608753-47.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: EDVALDO RAMOS DE SOUZA - REQUERIDO: CONSTRUTORA CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S/A - SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outro - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, SANTA LEÔNCIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CONSTRUTORA CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S/A, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0608962-45.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0610273-13.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro o pedido de fls. 321/322. Suspendo o feito pelo prazo de 1 (um) ano, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO SOARES GOMES (OAB 2545/AM) - Processo 0611136-32.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença -

Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Janete de Moraes Lopes - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento das 7 pesquisas . Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612084-32.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 19 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0613303-90.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erica Soraia Figueiredo Guimarães - REQUERIDO: Viação Açai Ltda - Vistos, Expeça-se Alvará como requerido fls.312.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0614791-46.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado de Penhora e Avaliação nos endereços informados fls.264/265. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0615853-19.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0625361-57.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: João Taveira de Lima - R.H. Considerando renúncia em fls. 131/134, intime-se o autor pessoalmente para constituir novo patrono.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0616576-09.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0617314-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimundo Rogerio de Souza Andrade - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC. Manaus, 19 de agosto de 2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0617347-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wellington Messias Costa - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0619262-08.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, se manifestar sobre as pesquisas bem como comparecer na Secretaria a fim de obter vista dos documentos sigilosos enviados pela Receita Federal, ou informe endereço eletrônico para o envio. Manaus, 19 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0620104-17.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro BACENJUD, conforme fls. 299. Custas já recolhidas. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0621638-88.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Julcimar Vacaro - Vistos, Considerando a juntada de custas de fls. 40/41, nota-se que foi recolhido valor para realizar apenas uma consulta por meio dos Sistemas Infojud, Renajud e Bacenjud, posto que o valor de R$ 14,98 é cobrado POR ATO. Sendo assim, intime-se o autor para complementar as custas para que assim possa ser realizada consulta nos demais sistemas.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: LAÉCIO PEREIRA MINEIRO (OAB 7551/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0621878-82.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Ricardo Wagner da Costa Monte e outro - REQUERIDO: Antonio Praciano de Souza Neto e outro - Vistos, Expeça-se oficio ao Cartório do 1º Oficio de Imóveis, mediante pagamento, a fim de que seja anotado a indisponibilidade do bem, nos termos da petição de fls.213/214. Intime-se o autor para recolher o valor da expedição do oficio, nos termos da portaria 116/2017-PTJ. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM) - Processo 0623051-78.2015.8.04.0001 - Arresto - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: DW SECURITIZADORA DA AMAZÔNIA S/A - REQUERIDO: Paradise Turismo Passagens Ltda - Vistos, O redirecionamento da execução para a pessoa dos sócios, depende da intauração de incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, nos termos do art. 133 a 137 do CPC. Em razão disso, indefiro, o pedido de fls. 366/367. Intime-se o Exequente para instaurar o respectivo incidente, ou indicar os próximos atos para o prosseguimento da execução, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensão.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0623662-60.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Safra Leasing Sa Arrendamento Mercantil - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio,

disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM) - Processo 0624011-63.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Multipro Projetos de Engenharia e Construções - Vistos, Em resposta ao oficio-circular nº 003/2019DP/DETRAN/AM oficie-se ao referido órgão sobre a retirada da restrição do veículo placa NOM 8928, podendo o mesmo ser leiloado conforme solicitado. Diga o autor como pretende prosseguir com a execução. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: SÉRGIO EMERSON CORDEIRO RABELO (OAB 9240/AM) - Processo 0626389-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Selene Barros Lins Torres - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado fls.151/152. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0627386-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Francisco Antonio Azevedo dos Reis - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0628214-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD (endereço) como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628672-17.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629140-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD (endereço) como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629454-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Charlete Silva de Souza - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: JÚLIO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 6523/AM), ADV: GUTEMBERG FERREIRA DE LUNA (OAB 2327/AM), ADV: LUIZ DOMINGOS ZAHLUTH LINS (OAB 3596/AM) - Processo 0630413-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: Stones da Costa Machado - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: FRANK EMERSON NEVES ABRAHÃO (OAB 2352/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0631696-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jessé do Carmo Pedroza Júnior - REQUERIDO: Map Linhas Aéreas - R.H. Primeiramente, quanto à petição de fls. 99/100, assevero que as preliminares arguidas em sede de contestação serão analisadas na ocasião da sentença. Designe-se audiência de Instrução e Julgamento para o dia 08/10/2019 às 10:00h. Defiro prazo comum de 10 dias para as partes apresentarem o rol de testemunhas, contendo no máximo três (03) testemunhas por parte, as quais devem comparecer independente de intimação, nos termos do art. 357, §§4º, 6º e 7º do CPC. Intimem-se as partes por intermédio de seus patronos.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0632697-10.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condominio Bem Viver Total Ville Vida Nova - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro SIEL como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0634015-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Marcela da Silva Rego - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0635472-32.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Cond. Residencial Agave - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, se manifestar sobre as pesquisas, bem como comparecer na Secretaria a fim de obter vista dos documentos sigilosos enviados pela Receita Federal, ou informe endereço eletrônico para o envio. Manaus, 19 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0635817-03.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Imissão - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - De acordo com o

Provimento nº 261-CGJ/AM .Intimo o Autor a proceder o pagamento do boleto eletrônico referente as custas da diligencia do Oficial de Justiça, com a devida comprovação nos autos, para que possa ser gerado o devido mandado.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: NAYANDRA PRISCILA DA SILVA CESAR PIRES (OAB 10884/AM) - Processo 0636089-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Angela Maria Pavão de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/09/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 20 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0636582-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Fernando Augusto dos Santos Bandeira e outro - Vistos, Defiro pedido de aditamento da inicial de fls.148/152. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação.

ADV: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0637166-36.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Adriana Vasconcelos Pereira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Isso posto, JULGO PROCEDENTE a presente Impugnação ao cumprimento de sentença, para reconhecer como valor total devido o montante de R$ 15.892,57 (quinze mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos), bem como o excesso de execução no valor de R$ 22.694,99 (vinte e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos), nos termos do cálculo de fls. 173/174. Considerando tratar-se de autarquia federal, o valor do crédito se enquadra no termo "pequeno valor", que equivale a 60 salários mínimos, nos termos do art. 17, §1º, da lei nº 10.259/2001. Defiro ainda, o pedido de dedução dos honorários contratuais, nos termos do contrato de fls. 182 e conforme requerido no item "m" do pedido de fls. 179. Nesse sentido, determino a intimação da autarquia para depósito em juízo das seguintes quantias: R$ 11.558,24, (onze mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos), referente ao crédito principal e R$ 4.334,78 (quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), referente aos honorários contratuais e sucumbências. O depósito deverá ser realizado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da entrega da requisição, nos termos do art. 46 da Resolução nº 003/2014 do TJ/AM. A ordem de pagamento deve ser acompanhada de ofício com as informações e cópias dos documentos constantes no art. 18 da Resolução nº 003/2014 do TJ/AM. Oficie-se ao Tribunal de Justiça via malote digital, informando acerca da expedição e pagamento das obrigações de pequeno valor, acompanhada de relatório, nos termos do §1º, art. 46 da Resolução 003/2014 do TJ/AM. Face o ônus da sucumbência, condeno a Impugnada em honorários sucumbenciais, os quais fixo em 10% sobre o valor da execução, o qual ficará em condição suspensiva em razão da autora ser beneficiária da justiça gratuita, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Cumpra-se.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0637224-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kássia Cristina Pereira Torres - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0638067-38.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 19 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ANDERSON AIRES DA SILVA (OAB 10043/AM) - Processo 0640089-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Anísio Carlos dos Santos Filho - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, indefiro a Gratuidade de Justiça. Isso porque a concessão do beneficio não é medida automática e nem é regra no sistema atual. Inclusive, o art.98, §§ 5º e 6º do CPC, permitem o parcelamento e a concessão apenas de algumas despesas. Sendo assim, o parcelamento das custas não importará em prejuízo ao autor. Assim, haja vista a faculdade de parcelamento conferida pelo art. 98, § 6º, do CPC, defiro o parcelamento das custas processuais, em 6 parcelas, cuja primeira parcela deverá ser paga no prazo de 15 (quinze) dias, e as demais na mesma data dos meses subsequentes, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, CPC. Ressalto que o pagamento deverá ser realizado mediante guias a serem obtidas junto à Contadoria. Após o pagamento da primeira parcela, REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC). Intime-se o autor para pagar as despesas postais.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0640314-89.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mitsui Sumitomo Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Intime-se o autor para se manifestar sobre a petição de fls.268/270.

ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM), ADV:

MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM) - Processo 0641631-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Danyara Brazão Torres - Vistos etc.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0642332-20.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: Ailson Correa Cavalcante - Vistos, etc Trata-se de pedido de desbloqueio de valores penhorados via Bacenjud, sob alegação de impenhorabilidade dos valores por se tratarem de verba salarial. Conforme Certidão de Penhora de fls. 228, foi realizado bloqueio Bacenjud no valor de R$ 2.447,96 (fls. 225/227). In casu, verifico que assiste razão ao Executado. Isso porque, conforme Contracheque do mês de junho de 2019 de fls. 236, os proventos recebidos a título de salário são recebidos na conta nº 21051-X e agência nº 1208-4, no Banco do Brasil, o que é ratificado por meio dos extratos bancários de fls. 234/235, onde se constata o TED com o pagamento do salário. Considerando ainda, o disposto no art. 833, IV do CPC, que elege como impenhorável o salário, hei por bem DEFERIR o pedido de fls. 232/233, a fim de desconstituir a penhora realizada. Expeça-se alvará em favor do Requerida, sem ônus. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HELADIO DE SOUZA GOMES JÚNIOR (OAB 11129/AM) - Processo 0643842-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Karine Maria Gomes da Cruz - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça integral. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0643854-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: LEONARDO AUGUSTO NEVES DA COSTA (OAB 8147/AM) - Processo 0643980-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Arlison Gomes do Nascimento - Vistos, Defiro a Gratuidade de Justiça provisoriamente. Cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia da mesma, ou, para, no prazo de 15 (quinze) dias, opor-se à execução por meio de embargos. De logo, arbitro honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da dívida (Art. 827 do NCPC), devendo ficar ciente o executado que, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC). Expeça-se mandado de citação.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0647714-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Ronaldo Francisco Silva dos Santos - REQUERIDO: Banco Pan S/A - DECIDO. Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais desembolsadas pelo requerido e honorários advocatícios, estes fixados equitativamente em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 8° do NCPC, ressalvado o disposto no artigo 98, §3º, do NCPC. Intime-se.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0650865-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Teofilo Belem da Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos, Vista da petição de fls.146/153 ao Autor. A contadoria para cálculo de custas finais. Após, intime-se o executado para proceder o pagamento de acordo com a planilha realizada pelo setor competente. Intime-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0652256-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0654380-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rubens Paiva Assayag - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - DECIDO. Em face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: 1) DETERMINAR, que o Requerido proceda com a devolução, de forma simples, do valor cobrado indevidamente, qual seja, R$ 2.121,52 (dois mil cento e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos), com juros moratórios a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ), correção monetária a partir do efetivo prejuízo (Súmula 43 STJ). 2) DETERMINAR o cancelamento dos

débitos referentes ao produto/serviço denominados: "TARIFA BANCÁRIA CESTA CELULAR 2 E TARIFA BANCÁRIA CESTA CLASSIC 1", na conta do Autor. 3) CONDENAR o Requerido ao pagamento das despesas e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE), ADV: OLAVO ARAÚJO OLIVER CRUZ (OAB 39412/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0656695-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Remes Jose Lemos - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - R.H. DEFIRO o pedido de expedição de alvará, conforme requerido as fls. 335, mediante pagamento de custas no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos) por alvará. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta Corrente 761919-7, Cartório da 7ª Vara Cível, com identificação do processo e com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento. Manaus, 20/08/2019

ADV: DENISSANDRO PERERA (OAB 11184/SC), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0660333-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Intertrainer Desenvolvimento Empresarial Ltda - REQUERIDO: Am Card Adminstradora de Cartões S/c Ltda - INTIMEM-SE as partes para indicarem quais provas pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0705587-54.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Geyza Emanuelle Martins Bessa - REQUERIDA: Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos, Indefiro, o pedido de expedição de ofícios aos cartório de Registro de Imóveis, uma vez que a parte pode requerer diretamente junto aos cartórios. Defiro, o pedido de inclusão do nome do Executado no cadastro de inadimplentes via SERASAJUD, mediante o pagamento da respectiva taxa. Intime-se para pagamento. Defiro ainda, expedição de certidão de crédito para fins de efetivação em protesto, nos termos do art. 517, §1º do CPC. Ressalto, que a referida certidão também depende de pagamento de custas. Intime-se para pagamento. Cumpra-se.

Ademario do Rosario Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
Alessandro Nogueira Monteiro (OAB 10554/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Anderson Aires da Silva (OAB 10043/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Javier Tunja Quinonez (OAB 11801/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Damião Ferreira Lisboa (OAB 3067/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Dayana Arnaud de Oliveira (OAB 6913/AM)
Denissandro Perera (OAB 11184/SC)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB 33668/PE)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edney Martins Guilherme (OAB 670A/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Frank Emerson Neves Abrahão (OAB 2352/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Gislene Cremaschi Lima Padovan (OAB 125098/SP)
Graciete de Abreu Corrêa (OAB 3412/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gutemberg Ferreira de Luna (OAB 2327/AM)
HELADIO DE SOUZA GOMES JÚNIOR (OAB 11129/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabel Cristina Muton de Araujo (OAB 130.354/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 003.808/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jimmy da Silva Araújo (OAB 9072/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Soares Gomes (OAB 2545/AM)
Johnny Aroucha Brito (OAB 5943/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Joseny Gusmão da Silva (OAB 8783/AM)
Julcineide Vieira de Mattos Arce (OAB 003.124/AM)
Júlio de Oliveira Macedo (OAB 6523/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Laécio Pereira Mineiro (OAB 7551/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leonardo Augusto Neves da Costa (OAB 8147/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Coutinho dos Santos Neto (OAB 8171/AM)
Luiz Domingos Zahluth Lins (OAB 3596/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB 724A/AM)
Magda Raquel Guimarães Ferreira Lobato (OAB 724A/AM)
Marcelo Soares Cabral (OAB 187843/SP)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)
Maria do Socorro Gama da Silva (OAB 5365/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)

Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nayandra Priscila da Silva Cesar Pires (OAB 10884/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Olavo Araújo Oliver Cruz (OAB 39412/PE)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Peterson Gustavo Germano Motta (OAB 7051/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rogéria Leoni de Magalhães (OAB 151,657/SPP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Samara Ribeiro De Souza (OAB 10152/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo (OAB 9240/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tatiana Maria Paulino de Souza (OAB 208032/SP)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB 1087A/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0260/2019

ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM) - Processo 0243055-41.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0618764-43.2013.8.04.0001) (processo principal 0618764-43.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Intervia Comércio de Artigos Eletrônicos Ltda. - EXECUTADO: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORREA e outros - De ordem, intimo a parte excepta para se manifestar sobre a exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0600935-49.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Restaurante Jorge do Peixe ME e outro - De ordem, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605621-74.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - REQUERENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - De ordem, JUNTE-SE aos Autos o protocolo de resposta do Sistema Judicial respectivo. DÊ-SE vista às partes interessadas, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616273-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, JUNTE-SE aos Autos os protocolos das respostas dos Sistemas Judiciais respectivos. DÊ-SE vista às partes interessadas, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0618276-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Cícero José Monteiro Carvalho - De ordem, remeto os autos para à contadoria para verificação de custas iniciais.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0630238-11.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - De ordem, JUNTE-SE aos Autos os protocolos das respostas dos Sistemas Judiciais respectivos. DÊ-SE vista às partes interessadas, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JORGE ALBERTO MENDES JÚNIOR (OAB 3000/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: ROSQUILD AZEDO OMENA (OAB 605A/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0641501-35.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Marcelo M. de Rezende - ME - EXECUTADO: J.Nasser Engenharia LTDA - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0642773-30.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre o documento juntado às fls.121/125, no prazo de 05 (cinco) dias.

Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jorge Alberto Mendes Júnior (OAB 3000/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Rosquild Azedo Omena (OAB 605A/AM)
Thaiza Fabianne Carriço Corrêa (OAB 4745/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0261/2019

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0242850-17.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Credifibra S/A Credito Financ. e Investimento

- EXEQUENTE: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA II - NAO PADRONIZADO - Tendo em vista o AR negativo de fl. 169, bem como um endereço ainda não diligenciado à fl. 160, de ordem, expeça-se carta de citação para o Executado no segundo endereço indicado à fl. 160. Ressalto que as custas encontram-se devidamente pagas, conforme comprovante acostado às fls. 166/167 nestes autos.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0600045-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Patri Doze Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Determino que a Secretaria cumpra o despacho de fl. 783 no prazo de 48h.

ADV: RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 115762/SP), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0600101-41.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: Gilberto de Almeida Aguiar - EPP (Medimagem) - De ordem, intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, comparecer na Secretaria a fim de obter vista dos documentos enviados pela Receita Federal, ou informe endereço eletrônico para o envio. Do mesmo modo, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: BÁRBARA CORRÊA ARAÚJO (OAB 9965/AM), ADV: RODRIGO LONGO (OAB 25652/PR), ADV: GUSTAVO F. SAMTPS (OAB 27768/PR), ADV: RAPHAEL MARTINS BORGES (OAB 7892/AM) - Processo 0601773-84.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Krindges Industrial Ltda - REQUERIDO: Atacadão da Moda Comercio Varejista de Confecções Ltda. - De ordem, fica intimada a parte Exequente para manifestar-se sobre a certidão emitida pela Contadoria à fl. 147, no prazo de cinco dias.

ADV: JOÃO GILBERTO FREIRE GOULART (OAB 73169/MG), ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 121045/RJ), ADV: MÍRIAN KARLA CARNEIRO GUIMARÃES (OAB 205958/RJ), ADV: LUCAS CORDEIRO MARQUES (OAB 187570/RJ), ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 81376/MG), ADV: LEONARDO AUGUSTO BUENO FIGUEIREDO (OAB 185447/RJ), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM), ADV: CHRISTIANE CORREA SARAIVA NICOLACI COSTA (OAB 197236/RJ) - Processo 0603587-97.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Shopping Manaus Norte Spe S/A - Defiro o pedido de fls. 243/250. Expeça-se mandado de citação à Executada S.D Carvalho Moreira - ME, na pessoa da Sra. Maria dos Milagres Carvalho Moreira, conforme endereço indicado em fl. 244. Custas pagas à fl. 250. Oportunamente, proceda-se o bloqueio de bens via sistema BacenJud em nome da Executada Maria dos Milagres Carvalho Moreira. Custas pagas à fl. 247. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0604021-86.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - De ordem, fica intimada a parte Autora para que promova diligências visando a citação/intimação, ou indique novo endereço, no prazo de dez dias.

ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM) - Processo 0604373-44.2017.8.04.0001 - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: RZD Comércio de Veículos Ltda. - MAVEL e outros - EMBARGADO: MAVEL - Manaus Veículos Ltda. - Vistos. Estando convencido sobre as provas produzidas, anuncio o julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, I, do CPC. Sem impugnação, voltem-me conclusos. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se, sem demora.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0604893-72.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Tendo em vista que o presente feito encontra-se arquivado, de ordem, intimo a parte Exequente para recolher as custas de desarquivamento, nos termos da Portaria 116/17-PTJ, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação, façam os autos conclusos para análise da petição de fl. 63.

ADV: JOSÉ FERNANDES NETO (OAB 8257/AM), ADV: HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM), ADV: ISRAEL PAIVA MARTINS OLIVEIRA (OAB 7033/AM) - Processo 0607802-53.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0719498-36.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: EDUARDO JORGE VITORIO GUIMARÃES - REQUERIDO: Francisco das Chagas Menezes Silvano - Tendo em vista que a data para cumprimento do mandado de constatação fora ultrapassada, de ordem, intimo o Requerido para indicar nova data para realização da diligência, no prazo de cinco dias.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM), ADV: RENATA BAIMA RABELO CAVALCANTE DE SOUZA (OAB 10882/AM) - Processo 0610544-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Andre Lima de Souza - Verifico que o Requerido Jose Aparecido Nogueira Oliveira encontra-se devidamente citado, conforme Aviso de Recebimento de fl. 81, observo, ainda, que para o andamento regular da ação é necessário a citação dos outros dois Requeridos que compõem a lide. Dessa forma, intimo a parte autora para indicar novo endereço visando a citação/intimação do Requerido N J Empreendimentos Imobiliários Ltda, no prazo de dez dias. Com relação a Requerida Natsuko Ohara, expeça-se carta de citação para o endereço ainda não diligenciado, qual seja, Rua O 22, S/N, Conjunto Eldorado, Chapada, Cep: 69050290. Custas pagas às fls. 124/126.

ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 178930/SP), ADV: DOUGLAS ALVES VILELA (OAB 264173/SP), ADV: CAIO MARCELO GREGOLIN SAMPAIO (OAB 317046/SP) - Processo 0611925-89.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Netshoes - Ns2.com Internet S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para recolher as despesas dos correios, necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, expeça-se carta de citação para o segundo endereço indicado à fl. 133.

ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM), ADV: ELTON CARLOS DE ARRUDA SANTOS (OAB 12678/AM), ADV: ELTON CARLOS DE ARRUDA SANTOS (OAB 12678/AM), ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM) - Processo 0613063-28.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: C. D. L. Centro de Diagnóstico Laboratorial Ltda - REQUERIDO: Raimundo Dantas dos Santos (Cemetra-centro Medico do Trabalho) e outro - De ordem, fica intimada a parte Exequente para manifestar-se sobre a petição de fl. 112, no prazo de cinco dias.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0618276-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Cícero José Monteiro Carvalho - Intime-se o Exequente para, no prazo improrrogável de quinze dias, regularizar o recolhimento das custas processuais iniciais (fl. 124), sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 290 c/c 485, IV do CPC. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM) - Processo 0619673-75.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: P. - Tendo em vista que a diligência solicitada não será cumprida nesta Comarca, indefiro o pedido de fls. 58/59. Ato contínuo, DETERMINO a expedição de carta precatória para o endereço indicado às fls. 58/59. Ressalta-se que a diligência em questão está condicionada ao pagamento de custas, conforme previsto na Tabela II da Portaria 116/17 PTJ, em conformidade com a Lei n. 4.408/2016, motivo pelo qual, intime-se

a parte Requerida para providenciar o pagamento das custas, no valor de R$ 32,96 (trinta e dois reais e noventa e seis centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do processo, no prazo de dez dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALAIR RODRIGUES FREIRE (OAB 9548/AM) - Processo 0619896-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Eurico Rodrigues de Souza Junior - Considerando que compete à parte interessada, ora Autora, acompanhar e cooperar com o cumprimento da Carta Precatória, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 261, do CPC, de ordem, a intimo para que comunique a este juízo o estado em que se encontra a Carta de fl. 74, no prazo de dez dias.

ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM), ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: FRANCISCA NILCE PINHEIRO ROCHA (OAB 9906/AM) - Processo 0620621-17.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J A F de Lima - REQUERIDO: Azm Comércio de Livros Ltda - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de cinco dias.

ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM) - Processo 0621202-03.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra e outro - De ordem, fica intimada a parte Exequente para que promova diligências visando a citação/intimação dos Executados, ou indique novo endereço, no prazo de dez dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621918-98.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0636273-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Aciole Barbosa do Amaral - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM), ADV: FLORENCE FLECK (OAB 15586/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0637173-28.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condominio Residencial Authentic Recife - Tendo em vista que nos presentes autos não constam quaisquer informações acerca do CPF do Executado Josele Cunha e Silva Felizzola. De ordem, fica intimada a parte exequente para que informe no prazo de 05 (cinco) dias, as informações acima descritas.

ADV: CARLOS JOSÉ LOBO BRAGA (OAB 10705/AM), ADV: FERNANDO DA SILVA LIMA (OAB 9218/AM), ADV: JOÃO CARLOS LOBO BRAGA (OAB 10192/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP) - Processo 0637220-36.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Thaís Ferreira Santos e outro - REQUERIDO: Vai Voando Viagens Ltda. - LITSPASSIV: Gol Linhas Aéreas S/A - De ordem, intimo o Executado para pagar voluntariamente o montante da condenação, acrescido das custas, se for o caso, no prazo de quinze dias. (art. 523 c/c 513, § 2º, I, ambos do CPC). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que o Executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC).

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM) - Processo 0637576-31.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica intimada a exequente para informar, no prazo de dez dias, se concorda integralmente com os valores pagos a título de honorários sucumbenciais ou se pretende executar eventual salvo remanescente.

ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0639995-24.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para juntar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, conforme o art. 524 do CPC, no prazo de dez dias.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0650203-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Austonio Queiroz dos Santos - REQUERIDO: Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros - Defiro o pedido de expedição de ofício à Caixa Econômica Federal, constante na petição de fls. 33/47, para que a instituição financeira informe se há contrato de crédito bancário em nome de Austonio Queiroz dos Santos (CPF n.º 336.877.902-82) e, em caso positivo, junte a estes autos o referido documento. Intime-se a parte Requerida para recolher as despesas de expedição de ofício no valor de R$ 17,14 (dezessete reais e quatorze centavos), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, com a comprovação nos autos, expeça-se ofício para os devidos fins. Todas as diligências como impressão, envio, cadastro e etc, devem ser realizadas pela parte Requerida. Após, retornem-me os autos conclusos para análise do pedido de tutela antecipada. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA DA COSTA RAMOS (OAB 275422/SP) - Processo 0651189-50.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Tsf Insumos &

Suprimentos para Informática Eireli Me - De ordem, fica intimada a parte Exequente para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias.

ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM), ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM) - Processo 0656603-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Luiz Lopes do Nascimento - Intime-se o Exequente para, no prazo de dez dias, juntar aos autos documentos que comprovem que a Requerida fora adquirida pelo Banco do Brasil. Após, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

Alair Rodrigues Freire (OAB 9548/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Ana Carolina da Costa Ramos (OAB 275422/SP)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Bárbara Corrêa Araújo (OAB 9965/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Rodrigo Maciel Costa de Lima (OAB 13094/AM)
Caio Marcelo Gregolin Sampaio (OAB 317046/SP)
Carlos José Lobo Braga (OAB 10705/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Christiane Correa Saraiva Nicolaci Costa (OAB 197236/RJ)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 81376/MG)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Denise Marin (OAB 141662/SP)
Douglas Alves Vilela (OAB 264173/SP)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG)
Elton Carlos de Arruda Santos (OAB 12678/AM)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Fernando da Silva Lima (OAB 9218/AM)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
FLORENCE FLECK (OAB 15586/AM)
Francisca Nilce Pinheiro Rocha (OAB 9906/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo F. Samtps (OAB 27768/PR)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Israel Paiva Martins Oliveira (OAB 7033/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
JOÃO CARLOS LOBO BRAGA (OAB 10192/AM)
João Gilberto Freire Goulart (OAB 73169/MG)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Fernandes Neto (OAB 8257/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Leonardo Augusto Bueno Figueiredo (OAB 185447/RJ)
Lucas Cordeiro Marques (OAB 187570/RJ)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Mírian Karla Carneiro Guimarães (OAB 205958/RJ)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Raphael Martins Borges (OAB 7892/AM)
Renata Baima Rabelo Cavalcante de Souza (OAB 10882/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB 115762/SP)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Rodolfo Ripper Fernandes (OAB 121045/RJ)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Longo (OAB 25652/PR)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 178930/SP)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0276/2019

ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE FURUKAWA MAIA (OAB 8426/AM) - Processo 0201960-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: AMATUR-Amazônia Turismo LTDA - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02/10/2019, às 10h 30min, na sala 1 de audiências da 1a Unidade de Processamento Judicial (UPJ), localizada no 7º andar do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos. A intimação de eventuais testemunhas fica a cargo dos advogados das partes, nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM) - Processo 0226220-17.2010.8.04.0001 (001.10.226220-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: RC Recebíveis Ltda. - REQUERIDA: REGINILDA DE ALMEIDA LIMA e outros - Expeça-se alvará do valor bloqueado em favor da parte exequente. Ademais, deve-se aguardar a ordem de conclusão dos processos para análise dos embargos interpostos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0231134-27.2010.8.04.0001 (001.10.231134-0) - Cumprimento de sentença - Interdição - EXEQUENTE: Jose Benayon Martins de Souza Filho - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AUGUSTO SAMPAIO DE ARAÚJO NETTO (OAB 11809/AM), ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA LEITE (OAB 156387/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: ROWENA CHRISTINA SOUZA DE JESUS (OAB 4606/AM) - Processo 0239317-55.2008.8.04.0001 (001.08.239317-7) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Maria do Pérpetuo Socorro Frutuoso Bastos e outro - EXECUTADO: Viação Cidade de Manaus Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: APARECIDA GUALBERTO DOS REIS (OAB 10471/AM) - Processo 0603950-16.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0648337-53.2018.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Elizabete Souza da Silva e outro - REQUERIDA: Maria José Riate Braz - Acolho a

manifestação de fls. 45/46 quanto à ausência à audiência outrora designada, assim, indefiro o pedido de condenação em multa por ato atentatório. Contudo, advirto os advogados da parte Requerente que nova conduta nesse sentido ensejará a condenação da mesma. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para designação de nova data de audiência de conciliação. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0604279-33.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 109/111, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0606740-41.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, observa-se que a parte Requerente pugna pelo bloqueio da Carteira Nacional de Habilitação, Passaporte e eventuais Cartões de Créditos em nome da parte Requerida, visando compelir a parte executada a adimplir a dívida objeto da presente ação, conforme manifestação de fls. 185/190. Diante disso, ressalte-se que, embora haja possibilidade remota da medida, nos termos do art. 139, IV do CPC, faz-se necessário que todas as diligencias básicas de expropriação de bens da parte executada tenham sido diligenciadas para que, assim, a parte Exequente tenha efetivo interesse no referido bloqueio. Ademais, ante a alegação de ocultação de patrimônio, deve a parte exequente comprovar que, diante de um cenário paralelo aos autos, a parte Requerida vive uma realidade que se presume apta ao cumprimento da obrigação, ou seja, omite-se e esquiva-se do credor e do juízo para cumprir as suas obrigações. Desse modo, indefiro por ora, o pedido da parte Requerente/Exequente e determino a sua intimação para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê regular prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento/extinção. Decorrido prazo retro, voltem-me concluso para Despacho. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM) - Processo 0607113-43.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda - Defiro o pedido de fls. 231. Proceda com a devida intimação, nos termos em que requer. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO (OAB 74802/RJ), ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM), ADV: BRUNO DI MARINO (OAB 93384/RJ) - Processo 0608258-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Comissão - REQUERENTE: 4E REPRESENTAÇÃO DE TELEFONIA - EIRELI - ME (nome fantasia 4E LINE) - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi e outro - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (207/240) e documentos às Pág.(s) (241/305).

ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM), ADV: JÉSSICA CRISTINA FONSECA PEREIRA (OAB 9519/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0610609-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Creuza de Souza e Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.92/94 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0612031-56.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Comparece aos autos a parte Requerente pleiteando a Citação por Edital dos Requeridos. Esclarece-se que a Citação por Edital somente deve ser realizada após se esgotarem as diligências cabíveis para a localização do destinatário do ato citatório, inclusive àquelas que se impõem ao Juízo (art. 256, §3º do CPC). Corroborando a tese, os julgados a seguir: APELAÇÃO CÍVEL. CITAÇÃO POR EDITAL. MEIOS PARA LOCALIZAÇÃO DOS RÉUS NÃO FORAM ESGOTADOS. NULIDADE DO ATO. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. REMESSA DOS AUTOS À ORIGEM PARA REFAZIMENTO DO ATO CITATÓRIO. DERAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME. (TJ-RS - AC: 70069701977 RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Data de Julgamento: 01/09/2016, Décima Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 05/09/2016) AGRAVO DE INSTRUMENTO. USUCAPIÃO. NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. Ocorrência. Não esgotamento das vias de praxe para localização pessoal dos réus. Citação por edital que é medida excepcional cabível somente depois de esgotados todos os meios de localização. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DE TODOS OS ATOS PROCESSUAIS. Providência desnecessária. Assegurada a devolução de prazo para apresentação de contestação, bem como o direito à produção de provas. Medida suficiente para garantir a ampla defesa aos agravantes. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-SP - AI: 22190601920158260000 SP 2219060-19.2015.8.26.0000, Relator: Rosangela Telles, Data de Julgamento: 01/03/2016, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/03/2016). Desse modo, verificando que não houve esgotamento das diligências para localização de endereço válido para citação, indefiro o pedido de Citação por Edital e determino a realização de consultas pelos sistemas conveniados Renajud e Siel) para a tentativa da localização do endereço atualizado dos parte Requeridos. Isto posto, intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento das custas pertinentes as novas consultas eletrônicas a serem realizadas, devendo recolher a Guia de Recolhimento Judicial e juntar aos autos a sua comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, em conformidade com a Portaria nº 116/2017 da Presidência do Tribunal de Justiça. Após, comprovado o efetivo pagamento, proceda-se com as consultas. Logrado êxito na localização de novo endereço, intime-se a parte Requerente para manifestar-se acerca do resultado das consultas, requerendo o que entender de direito. Ademais, havendo requerimento da parte, e após comprovado o efetivo pagamento das diligencias, defiro desde já, a expedição de Mandado de Citação ou carta com Aviso de Recebimento. Restada infrutífera as consultas, intime-se a parte Requerente para se manifestar sobre o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LARISSA VENANCIO COUTINHO (OAB 13943/AM) - Processo 0612146-77.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Leandro Venancio Coutinho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0613860-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Arnaldo Thadeu Lopes Mamede - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Ante a inércia do perito nomeado às fls. 212, torno sem efeito sua nomeação. Nomeio como perito GRAFOTÉCNICO o Sr. Hélio do Carmo Magalhães Neto, cujo endereço eletrônico é perito.heliomagalhaes@inpeam.com.br, e telefone para contato é (92) 98415-9162 e (92) 3011-0003. Cumpra-se os demais termos da decisão de fls. 212. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0616063-07.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - EXECUTADO: Martins Rent a Car Ltda. e outro - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de

recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0618316-31.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Parque Lusitano - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: OSMAR PEREIRA FRONY FILHO (OAB 51422/DF), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0619334-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERENTE: Patricia Miralva Ribeiro da Silva e Silva - REQUERIDO: Valdilson Oliveira da Silva e outros - Defiro parcialmente o pedido de fls. 692. Determino que a parte Requerida entregue em juízo, via CD-ROM/Pendrive ou outro meio de armazenamento de dados, no prazo de 48 horas, todas as informações/sistemas vinculados à empresa que estejam no referido notebook, sob pena de aplicação de multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Intime-se via mandado. Defiro ainda a expedição de mandado de intimação/comunicação das instituições financeiras narradas às fls. 692 para ciência do afastamento do Requerido, nos termos da decisão de fls. 678. No entanto, deve a parte Requerente, no prazo de 10 (dez) dias, informar os endereços das agências que a empresa possui vínculo. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0621781-14.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e com a decisão de fls.101/102, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621957-95.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado INFOJUD e RENAJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: CARLA CEUSINA DE ALBUQUERQUE TAVARES (OAB 11005/AM) - Processo 0622622-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Sandra da Silva Rocha - REQUERIDO: Samel - Serviço de Assistência Médico Hospitalar - Intime-se o perito nomeado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar seu currículo atualizado com a comprovação de suas especialidades, bem como manifestar-se sobre a impugnação de seus honorários ofertada pela parte Requerida, a qual entende que o trabalho solicitado não requer mais de 3 salários mínimos a título de honorários. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM) - Processo 0624344-15.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: José Barbosa da Silva - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Defiro a expedição de alvará em relação ao valor incontroverso depositado em juízo pela parte executada (fls. 344-346). O advogado da parte exequente poderá efetuar o levantamento da integralidade dos valores mediante a juntada de procuração atualizada e específica para levantamento de valores nos presentes autos, assim, concedo o prazo de 10 (dez) dias, para regularização do ato. Caso contrário, expeça-se em separado os alvarás, sendo 10% em favor dos advogados e o saldo remanescente em favor do exequente. Defiro o pedido de penhora via BACENJUD do valor remanescente de R$ 1.060,78, não impugnado pelo executado. Efetivada a penhora, intime-se a parte executada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se especificamente nos termos do art. 854, §3º do CPC. Decorrido o prazo retro, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0625587-91.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.

V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0625827-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Deive Rosa Gil - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0627430-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627777-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alessandra da Costa Mendes - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0628691-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Márcia Cristina Santiago da Rocha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (331/353) e documentos às Pág.(s) (354/492).

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM) - Processo 0629013-48.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Joana D'arc da Costa Barroso - REQUERIDO: Evaldo Sarges e outro - Intime-se o perito nos termos da decisão de fls 241. Realizada a perícia, intimem-se as partes apara, querendo, manifestarem-se no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para , Decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0629941-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Robson Silva e Silva - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (55/59) e documentos às Pág.(s) (60/77). Bem como, em conformidade com o Art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada/Requerente para que se manifeste acerca da Proposta de Acordo/Manifestação de Pág.(s) (55/56) retro..., no mesmo prazo de 15 (Quinze) dias..

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0630399-16.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (192) e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM) - Processo 0630731-75.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0631243-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: J.B.G. - REQUERIDO: B. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0632546-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo da Silva Abensur - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0632855-31.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Conversão - REQUERENTE: Rosivaldo Ribeiro Correa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo

comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0635931-34.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0622069-93.2017.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Bradesco S.a - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado INFOJUD e ERIDFT, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: WILLIAM EUSTÁQUIO DE CARVALHO (OAB 90390MG), ADV: SUZANA IDA LACERDA VALENTE MATOS (OAB 12551/AM), ADV: ALBERT VALENTE MATOS (OAB 9303/AM) - Processo 0637673-94.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Tracbel S/A - REQUERIDO: Ml. F. Materiais de Construção Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELAINE CRISTINA VIANA FEITOSA (OAB 13519/AM), ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA) - Processo 0638352-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Robston Silva de Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 144/147 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0638718-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Átila Dias Freitas - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0641696-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nilce Nunes Vidal - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: AMANDA BRENDA FLORÊNCIO BRASIL (OAB 14015/AM) - Processo 0643230-91.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Adilson Alves Brito - Trata-se de Ação de Embargos à Execução de nº 0634995-38.2019.8.04.0001 em que a parte embargante pleiteia os beneficios da Justiça Gratuita. Preliminarmente, nos termos do art. 320 do Código de Processo Civil, deve a parte embargante fazer juntada dos documentos básicos de identificação, comprovante de residência e provas que pretendem demonstrar a veracidade dos fatos narrados. No caso dos autos, não estou convencida do estado de insuficiência financeira da parte embargante e, desse modo, condiciono o deferimento da Justiça Gratuita pleiteada à efetiva comprovação da alegada necessidade, uma vez que se trata de presunção relativa (CPC, art. 99, §3º). DETERMINO que a parte embargante junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópias de suas duas últimas declarações do Imposto de Renda OU extratos bancários dos 60 dias anteriores ao ajuizamento da ação e/ou outros documentos que atestem sua real hipossuficiência, bem como faça a juntada de cópia dos documentos de identificação e comprovante de residência Na hipótese de impossibilidade de efetuar a juntada dos documentos supracitados, fica a parte Requerente intimada, em igual prazo, para que se manifeste efetuando o pagamento das

custas iniciais da Ação ou requerendo o parcelamento nos termos da Portaria n° 490/2017-PTJ, sob pena de indeferimento da Inicial. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos para Despacho Inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0643544-37.2019.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Serralheria e Vidraçaria Esquadria de Aluminio C de Castro Costa - Trata-se de ação de interdito proibitório com pedido de tutela de urgência. Ante a peculiaridade do caso e visando melhor subsidiar o juízo em relação à análise da competência e liminar vindicada, tenho por bem determinar a citação da parte Requerida, via mandado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação. Concedo a gratuidade, por ora, somente do pagamento das custas do mandado de citação, pois para que haja o deferimento da gratuidade integral de justiça, deve ser comprovado o estado de insuficiência financeira. Assim, no caso dos autos, não estou convencida do estado de insuficiência financeira da parte Requerente e, desse modo, condiciono o deferimento da Justiça Gratuita pleiteada à efetiva comprovação da alegada necessidade, uma vez que se trata de presunção relativa (CPC, art. 99, §3º). DETERMINO que a parte Requerente junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópias de suas duas últimas declarações do Imposto de Renda OU comprovantes de renda/contracheque E extratos bancários dos 60 dias anteriores ao ajuizamento da ação e/ou outros documentos que atestem sua real hipossuficiência. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos para Despacho Inicial. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Albert Valente Matos (OAB 9303/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Amanda Brenda Florêncio Brasil (OAB 14015/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Tereza Palhares Basílio (OAB 74802/RJ)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Aparecida Gualberto dos Reis (OAB 10471/AM)
Augusto Sampaio de Araújo Netto (OAB 11809/AM)
BRUNO DI MARINO (OAB 93384/RJ)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla Ceusina de Albuquerque Tavares (OAB 11005/AM)
Carlos Henrique Furukawa Maia (OAB 8426/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Elaine Cristina Viana Feitosa (OAB 13519/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gyorney Matos Nery (OAB 13151/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssica Cristina Fonseca Pereira (OAB 9519/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
Joselma Rodrigues da Silva (OAB 579A/AM)
Joselma Rodrigues da Silva Leite (OAB 156387/SP)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Larissa Venancio Coutinho (OAB 13943/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nayara dos Santos Xavier (OAB 12357/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
OSMAR PEREIRA FRONY FILHO (OAB 51422/DF)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rowena Christina Souza de Jesus (OAB 4606/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suzana Ida Lacerda Valente Matos (OAB 12551/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
William Eustáquio de Carvalho (OAB 90390MG)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0277/2019

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: ANDRESSA VERONIQUE PINTO GUSMÃO (OAB 3554/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: ELAINE PEIXOTO MATTOS (OAB 4531AM) - Processo 0087884-43.2004.8.04.0001 (apensado ao processo 0036092-21.2002.8.04.0001) (001.04.087884-9) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: José Jocy Nunes Monteiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria

Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.210/211, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSENY GUSMÃO DA SILVA (OAB 8783/AM) - Processo 0211049-10.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - EXEQUENTE: MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA DA SILVA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que tome ciência da petição de fls. 449/451, e se manifeste, caso queira.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM) - Processo 0243854-26.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Arian Santos Pereira (menor) e outro - REQUERIDO: Transportes São José Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada no BACENJUD, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ (tabela III, item 9), providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0246864-78.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se o exequente para que apresente planilha atualizada de débitos no prazo de 10 dias. Após, procedam-se as pesquisas.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605666-20.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: CLÍSSIA LOPES CAVALCANTE (OAB 10258/AM) - Processo 0606169-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Israel Maduro da Cunha - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0609510-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Lucivaldo Alves Reis - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0616891-03.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - A defesa por negativa geral apresentada pelo não tem o condão de infirmar as alegações constantes na inicial, que estão corroboradas pelos documentos que a instruíram, notadamente os títulos de crédito juntados às fls. 23/31. Desta forma, de rigor o prosseguimento da execução. Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Defiro desde já a consulta e bloqueio de valores e veículos por meio dos sistemas BACENJUD e RENAJUD. Em caso de BACENJUD positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Em caso de RENAJUD positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos bens, para fins de transferência. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal (INFOJUD) no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.

ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0618792-98.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Charles Samuel Schaeffer - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova

publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0623756-37.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Intime-se o requerente para que complemente o valor das custas para consultas eletrônicas, considerando que foram recolhidos valores para 3(três) consultas e são necessárias 7 (sete).

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0626399-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Thiego da Silva Sena - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0627908-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gilson da Costa Amaral - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628055-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joana Darc Maciel de Oliveira - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628428-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Deusa Soares da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0630488-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisca Jacqueline Carvalho Maquiné - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (172/197) e documentos às Pág.(s) (198/293).

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0635081-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Evandro Alencar de Souza - Me - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0637004-41.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637318-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Ricardo Nascimento Sena - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 02/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637541-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rafael Rodrigo Pereira Izel - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC). Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0637941-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Gilmar de Oliveira Martins Junior - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-

atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 02/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0638003-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Erineth Goncalves Tavares - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 02/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0639486-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Aldineia Queiroz dos Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/08/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM) - Processo 0639861-94.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Dan Souza Aguiar - EXECUTADO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Entretanto, os cálculos apresentados pelo autor foram objeto de recurso pelo réu, alegando o excesso da execução, motivo pelo qual determino à remessa ao contador judicial para que efetue a atualização de dívida, considerando as ponderações feitas por ambas as partes a fls. 285/291 e 302/303, conforme dispõe o art. 524, § 2° do CPC. Após, apresentado o cálculo, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0642812-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Gilcele Rocha da Silva - Diante do exposto, na forma do artigo 513 § 2º, do CPC, considerando que a citação deu-se em 15/08/19, considerando que o prazo concedido de 48 horas já expirou, intime-se a executada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado na petição de fls. 58/59, R$ 100.000,00 (cem mil reais), acrescido de custas, se houver.

ADV: JOSÉ DA ROCHA FREIRE (OAB 3768/AM) - Processo 0643606-77.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: José da Rocha Freire - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrocinálo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0643781-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Frontino Silva - Primeiramente, defiro o pedido de justiça gratuita total, uma vez que a documentação apresentada pela parte autora satisfaz os requisitos estabelecidos na Lei 1060/50 e no CPC. Na sequência, em se tratando de ação, cuja prova depende, essencialmente, de perícia médica e tendo em vista os Termos da Portaria 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, paute a perícia e expeça as comunicações necessárias de citação e intimação. No laudo o perito deverá responder aos

quesitos do Juízo: 1º) Que região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)? 2º) As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (Considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma). 3º) Há indicação de algum tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever. 4º) Há perda anatômica ou funcional de natureza permanente? 5º) Se há, perda, esta é: Total? Parcial completa? Parcial incompleta? 6º) Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: Intensa (75%)? Média (50%)? Leve (25%)? Ou Residual (10%)? Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 465, §1º, do Digesto Processual Civil. Após a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes, na forma do art. 477, §1º do CPC. Sendo o laudo favorável ao Autor, paute-se audiência de conciliação prevista no artigo 334, CPC, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, devendo a citação, ora ordenada, ocorrer por meio eletrônico, e em harmonia com a informação obtida, atentando-se para o teor dos arts. 247 e 248, com pelo menos 40 (quarenta) dias de antecedência (caput do art. 334 c/c artigo 183, CPC). Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para a referida audiência. Neste caso, contar-se-á o prazo para contestação na forma do artigo 335, CPC, a partir da data da audiência. Sendo o laudo contrário às pretensões do Autor, dispensa-se a audiência de conciliação, tendo em vista que a Requerida não apresenta, em tais casos, proposta de acordo, mostrando-se necessária a racionalização do processo de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Neste caso, contar-se-á o prazo para contestação de 15 dias, a partir da intimação da juntada do laudo pericial. A intimação do Autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. A Citação da requerida, por comunicação eletrônica do presente despacho, dando-se ciência que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344. Cite-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643785-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Raimundo do Nascimento Gomes - Defiro o pedido de justiça gratuita para a parte Autora. Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de 15 de dezembro de 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, determino: 1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015 (http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060), devendo CEJUSC, agendar a referida perícia com um dos médicos especialistas em medicina do trabalho conveniados; 2 - A nomeação de perito médico, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil. 4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais). 5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência. 6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. 7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC). 8- A Citação da requerida, por comunicação eletrônica do presente despacho, dando-se ciência que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344;

ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM) - Processo 0643879-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0643989-55.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Eronaldo Dantas Chunha - Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, para determinar que o Requerido suspenda os descontos no contracheque da Requerente, em face, exclusivamente do BMG CARTÃO 10 apresentado nos autos, sob pena de multa de R$ 1.000,00 a cada desconto em contracheque efetuado, limitado à R$ 30.000,00. DEFIRO A JUSTIÇA GRATUITA, com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 14 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0644009-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M.R.C. - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0644138-22.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - EXECUTADO: Trattoria Portofino Restaurante Ltda Epp e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0644221-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Marilia Travasso Evangelista - De ordem, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls. 176 , cujo teor segue abaixo: "(...)intimem-se as partes para que no prazo de 15 (quinze) dias se manifeste acerca dos esclarecimentos ao laudo pericial, requerendo o que entender de direito, na forma do art. 477, §1º do CPC. "

ADV: JULIANE DOS SANTOS SIMÕES PEREIRA (OAB 7624/AM), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0652238-29.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Labela Indústria e Comercio de Alimentos Ltda - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE pedido para declarar rescindida a relação locatícia mencionada na inicial e decretar o despejo do réu do imóvel dela objeto, e condenar a ré ao pagamento dos aluguéis e acessórios da locação vencidos e não pagos indicados na inicial, mais aqueles que se vencerem até a data da desocupação do imóvel, acrescidos de correção monetária, multa moratória e juros desde o vencimento de cada parcela. Determino a imissão na posse imediatamente, posto que há mais de dois anos a parte autora já vem sofrendo prejuízo. Em razão da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte adversa, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com fundamento no artigo 85, § 2º, do CPC

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: GABRIEL MELO SAMPAIO (OAB 9793/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 1295A/AM) - Processo 0653410-06.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0234975-49.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria

por Invalidez - REQUERENTE: R.E.Q.C. - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0701659-95.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item b, recolha as custas referentes à emissão de certidão requisitada e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração a quantidade de folhas e linhas, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0706827-78.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Andressa Veronique Pinto Gusmão (OAB 3554/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Clíssia Lopes Cavalcante (OAB 10258/AM)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Peixoto Mattos (OAB 4531AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gabriel Melo Sampaio (OAB 9793/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José da Rocha Freire (OAB 3768/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Joseny Gusmão da Silva (OAB 8783/AM)
Juliane dos Santos Simões Pereira (OAB 7624/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 1295A/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0188/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG) - Processo 0241288-07.2010.8.04.0001 (001.10.241288-0) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: BB Leasing S.A. - Arredamento Mercantil - Vistos, Renovo o despacho de fls. 244, a fim de que o Requerente seja intimado para que se manifeste sobre o teor dos documentos de fls. 209/225, no prazo de 10 (dez) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0605079-56.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Afinco Comércio de Vestuário Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: ALDEMIR DO CARMO SILVA (OAB 9202/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0607244-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Amelina Mitoso da Silva Magalhaes - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente demanda, nos moldes do art. 487, I, do CPC. Diante da sucumbência da Autora, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, a correr juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. No que pertine às custas de ingresso, verifico que a Autora, por meio da decisão de fls. 155/157, houve por beneficiar-se da modulação dos efeitos da gratuidade de justiça, razão pela qual, em observância aos termos do art. 98, §§2º e 3º, do CPC, suspendo a exigibilidade do aludido crédito pelo prazo de 5 anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM), ADV: IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE (OAB 6737/AM) - Processo 0609155-65.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Carlos Alberto de Sales Junior - REQUERIDO: Assentados Rurais dos lotes 317 e 318 e outro - Vistos, etc Considerando o teor do Ato Ordinatório de fls. 158 e o exarado na certidão de fls.163, indefiro o requerimento do Autor em fls.170/172 e determino viabilize a citação dos Réus em prazo de 10 (dez) dias, a fim de que se cumpra a decisão de fls.123/124, reiterada em fls. 152, pena de haver-se por não interrompida a prescrição, ex vi do art.240, §§1º e 2º do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: VERA LÚCIA DA SILVA MATOS (OAB 3758/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0609298-88.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MAURICIO REPOLHO DE FREITAS - REQUERIDO: VIAÇÃO AÇAI LTDA - DENUNCIADO: Companhia Nobre Seguradora do Brasil S/A - Vistos, etc Analiso o petitório de fls.397/405 que pugna pela suspensão do feito em observância ao disposto no art.18, alínea “a”, da Lei nº6.024/1974. Neste contexto, certo é que o pedido de suspensão do feito até o encerramento da liquidação extrajudicial da Denunciada à Lide destoa do entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ, para quem a suspensão das ações de que trata o art. 18 da Lei n.º 6.024/1974, deve ocorrer na hipótese em que houver possibilidade de repercussão patrimonial da seguradora em liquidação. Nada obstante, não é o caso desta demanda em que se exige quantia ilíquida, não se sabendo nem mesmo se será constituído título executivo judicial em desfavor da seguradora Requerida. A propósito, o seguinte julgado: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO. AÇÃO DE CONHECIMENTO.INAPLICABILIDADE. FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO PATRIMONIAL. PEDIDO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA. ART. 98 DO CPC/2015. BENEFÍCIO DEFERIDO. SÚMULA 481/STJ. CIVIL. CONTRATO DE SEGURO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. COBERTURA POR DANOS CORPORAIS OU PESSOAIS. DANOS MORAIS. ABRANGÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXCLUSÃO EXPRESSA. SÚMULA 402/STJ. ACÓRDÃO IMPUGNADO QUE SE ENCONTRA EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA. ADEMAIS, SUBSISTE FUNDAMENTO APTO A MANTER A CONCLUSÃO DO ARESTO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. ANALOGIA. AGRAVO DESPROVIDO, COM O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO E DEFERIMENTO DO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. (AgInt no AREsp 860.519/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 06/09/2017) Em razão do exposto, a continuidade do processamento desta demanda é medida de rigor. Encerrada a fase postulatória do feito e sendo improvável a conciliação das partes neste momento processual, passo a sanear o processo na forma do disposto no art. 357 do NCPC. Assim, fixo na espécie, os seguintes pontos controvertidos que referem às questões de fato e de direito sobre as quais deve recair a atividade probatória de natureza documental, testemunhal e por depoimento do Requerente: das circunstâncias em que teria ocorrido o acidente sobre que tratam os autos; da ocorrência de danos morais, materiais e estéticos à hipótese. Inexistem questões processuais pendentes de análise como se vê em Contestações ofertadas pelas empresas Rés em fls.132/161 e 205/231. Ademais, defino a distribuição do ônus da prova na forma do art.273, I e II, do NCPC. Por derradeiro, designo audiência de instrução e julgamento ao vindouro dia 25/09/2019 às 09:30 horas e fixo prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para apresentação de rol de testemunhas. Registro que cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, na forma do disposto no art.455 do CPC. Providências legais.Int. Cumpra-se.

ADV: MAYANNE BRAZÃO DE LIMA (OAB 9808/AM), ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM), ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0615169-31.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Manuel Fernando Paço Freitas - REQUERIDA: Doris Ney Jamel Rebello de Souza - Vistos, etc A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: TAMILE DE PAULA FREITAS RODRIGUES AMANAJÁS (OAB 8185/AM) - Processo 0618337-75.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARCELO NUNES KEMPER - Vistos, etc Analiso o requerimento em fls.143/144 e decido por deferir ocorra nos autos a citação por edital da empresa Requerida, ex vi do art.256, II, do CPC, com prazo de 20 (vinte) dias, à vista do teor das pesquisas em fls.132 e 133. Em hipótese de revelia, nomeio curadoria especial junto à Defensoria Pública do Estado. Doutro giro, condiciono o deferimento do petitório em fls.147/156 à demonstração pelo Autor em prazo de 15 (quinze) dias de que deposita(ou) em juízo as parcelas que eventualmente restarem para serem pagas na forma contratada, conforme assinalado na decisão de fls.95/97. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0619303-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Biodental Medical Distribuidora Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: MARISTELA LAGO PINHEIRO DE LIMA (OAB 4461/AM), ADV: MARCELO DE SOUZA CHAAR (OAB 8566/AM) - Processo 0621065-60.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Francilena Menezes Gadelha - REQUERIDO: HSBC BANK BRASIL S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do comprovante de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0622065-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Cleise Souza de Castro - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente demanda, nos moldes do art. 487, I, do CPC. Oportunamente, condeno a Autora ao pagamento de multa por litigância de má-fé em montante referente a 2% sobre o valor da causa atualizado pelo INPC-IBGE, desde a data de interposição da presente ação, ex vi art. 3º, IX, da Portaria 1855/2016 do TJAM, devendo ainda aplicar-se ao referido montante juros de mora, segundo a taxa SELIC, a partir do trânsito em julgado desta decisão, tempo em que cessará a incidência de correção monetária pelo INPC-IBGE, consoante disposto no art. 12, II; e parágrafo único, I e III, da Portaria 1855/2016 do TJAM. Diante da sucumbência da Autora, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, a correr juros moratórios a partir do trânsito em

julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. No que pertine às custas de ingresso, verifico que a Autora, por meio da decisão de fls. 99/102, houve por beneficiar-se da modulação dos efeitos da gratuidade de justiça, razão pela qual, em observância aos termos do art. 98, §§2º e 3º, do CPC, suspendo a exigibilidade do aludido crédito pelo prazo de 5 anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se

ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JOSÉ ANGELO FILHO (OAB 84090/SP), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0622087-85.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0635517-41.2014.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: C.A.B.S. - REQUERIDA: K.N.C. - TERCEIRO I: U.M.C.T.M. - H.S.J. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) Requerida(s) para que se manifeste(m) acerca do depósito de fls. 896, posto que se refere a outro processo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CAMILE SORIANO FREIRE TORRES (OAB 36581/PE), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE) - Processo 0627158-97.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Cleomar Alves de Araujo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente demanda, nos moldes do art. 487, I, do CPC. Nos termos do art. 98, §§2º e 3º, do CPC, diante da sucumbência da Autora e tendo em vista ser ela beneficiária da justiça gratuita, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: PETRINI DE SOUSA BARBOSA MARTINS (OAB 6680/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 1140A/AM) - Processo 0627490-69.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: LELIANE VIANA DE ALBUQUERQUE - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Vistos, etc A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: MAURO COUTO DA CUNHA (OAB 4200/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: LUIZ FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: LUCIANNA DE SOUZA SILVA (OAB 3624/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0631895-85.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Alquerlino Costa Silva e outro - REQUERIDO: Jonasa Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Direcional Engenharia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do comprovante de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ GILBERTO DE SOUZA LUZEIRO (OAB 1891/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0632768-51.2014.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: João Marcelo de Souza Luzeiro - REQUERIDO: Eletrobrás Amazonas Distribuidora de Energia S.A - Vistos, etc À vista do teor da certidão exarada em fls.97, diga o Exequente em 10 (dez) dias, apresentando também planilha atualizada do débito exequendo. Int. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633833-42.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Mira Selma Lisboa Pimentel. Conforme se depreende da sentença de fls. 67/69, o encargo da Executada se consubstancia em obrigações de pagar quantia certa. Em assim sendo, determino que se intime a Executada, por carta com aviso de recebimento, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo Exequente, pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor do Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se o Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se o Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme os termos da Lei nº4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a Executada para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme os termos da Lei n. 4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da Executada, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo, desde logo, ocorra a constrição, através do sistema RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome da devedora. Após, intime-se o Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo “in albis”, intime-se pessoalmente o Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL AUGUSTO CARAMURU FERNANDES (OAB 295446/SP) - Processo 0634609-08.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Manaus Iii do Brasil Projetos Imobiliários Ltda. - Vistos, Recebo os presentes autos no estado, nesta data. Inicialmente, registro que as custas processuais e a verba

honorária não devem incidir no cálculo exequendo; restando por devidas apenas ao final da demanda. Dessarte, o demonstrativo de débito deve se ater aos limites traçados pelo Título Executivo Extrajudicial. Em assim sendo, determino que o Exequente emende à inicial, a fim de retificar o demonstrativo do débito que junta aos autos, em prazo de até 15 (quinze) dias, pena de indeferimento. Int. Cumpra-se.

ADV: IGOR MATHEUS WEIL PESSÔA DA SILVA (OAB 5764/AM), ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0634707-32.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: HSBC Brasil Administradora de Consórcio LTDA - REQUERIDO: Kon Tsih Wang - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0637623-97.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Liege de Fatima Ribeiro - Ante o exposto, decido por: a) deferir parcialmente o requerimento de antecipação dos efeitos da tutela, para determinar que a concessionária Requerida se abstenha de efetuar a suspensão do fornecimento de energia elétrica à unidade consumidora da Autora, tão somente em relação as faturas compreendidas no período de 12/2017 até 05/2019, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00, no limite de 10 repetições; b) deferir o benefício da gratuidade de justiça à Requerente, nos moldes do art. 98, §1º, do CPC; c) determinar sejam citadas/intimadas as partes para audiência de conciliação e mediação, de acordo do art. 334 do CPC, a ser realizada pelo CEJUSC no dia 19/12/2019, às 10:30 horas. P.R.I.C.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0638470-70.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0641333-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda. - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação de Monitória formulada por Braga Veículos Ltda em face de JG Comércio e Serviços Automotivos Ltda. A demanda monitória, nos termos do art. 700, do CPC, deve estar instruída com documentos escritos sem eficácia de título executivo que detenham atributos suficientes para que o juízo se convença, por meio de cognição sumária, acerca da existência da obrigação neles consignada e do direito do autor ao seu cumprimento, tornando-se possível, a imposição liminar do pagamento de soma em dinheiro, da entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Desse modo, conforme disposição do art. 700, §2º do CPC, a petição inicial deve ser instruída com memória de cálculo apta a individualizar a importância devida, bem como deve ser demonstrado o valor atual da coisa reclamada e discriminado o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido. Nessa toada, verifico que o Autor acostou à petição inicial, como prova escrita sem eficácia de título executivo, as notas fiscais acompanhadas dos boletos bancários com aceite (fls. 64/95). Observo ainda às fls. 9/10 a existência de demonstrativo de débito, em que é explicitada a importância requerida devidamente atualizada. Ocorre correspondência entre a referida importância e o valor da causa, conforme preceitua o §3º do art. 700 do CPC. Diante do exposto, é possível asseverar que resta demonstrado o valor atual do crédito reclamado, bem como que se encontra suficientemente delimitado o proveito econômico perseguido. Isso posto, estando presentes os requisitos estampados no §2º do art. 700 do CPC, defiro o pedido de expedição de carta de citação com aviso de recebimento, conforme o caput do artigo 701, devendo-se citar o Réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague ao Autor a importância de R$: 27.307,61 (vinte e sete mil, trezentos e sete reais e sessenta e um centavos), bem como os honorários relativos a 5% do valor da causa. Oportunamente, determino que conste na carta de citação a advertência segundo a qual não opostos embargos no referido prazo, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, nos termos do art. 701, §2º do CPC. Anote-se, de igual forma que, ocorrendo o pagamento também no mesmo prazo, o Réu ficará isento de custas, conforme assim dispõe o art. 701, §1º do CPC. Diante da comprovação do pagamento (fls. 125/127), expeça-se a competente carta de citação. Int. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM) - Processo 0641361-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeova Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) deferir a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC; c) definir a distribuição do ônus da prova por ocasião da decisão de saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; d) determinar que o Banco Requerido, no prazo de contestação, acoste aos autos o contrato de que trata a presente demanda; e f) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. P.R.I.C.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0641712-66.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Antônio de Souza Andrade - Vistos, Constato que a vestibular preenche os requisitos dos art. 319 e 320 do CPC. Adiante, defiro a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC. Assim, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do artigo 334 do CPC. Contudo, à vista de que expresso pelo Autor na exordial - fls. 02 e 03, sobre seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art.319, VII, do CPC, certo é que poderá o Réu também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art.334, §5º do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0643801-62.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação Monitória formulada por Banco Cruzeiro do Sul S/A em face de Pio Agostinho Menezes Cordeiro. Ab initio, defiro ao Requerente o beneplácito da assistência judiciária gratuita, visto que preenche os requisitos legais para sua obtenção, na forma do disposto no art. 98, § 1º, do CPC. A demanda monitória, nos termos do art. 700, do CPC, deve estar instruída com documentos escritos sem eficácia de título executivo que detenham atributos suficientes para que o juízo se convença, por meio de cognição sumária, acerca da existência da obrigação neles consignada e do direito do autor ao seu cumprimento, tornando-se possível, a imposição liminar do pagamento de soma em dinheiro, da entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Desse modo, conforme disposição do art. 700, §2º do CPC, a petição inicial deve ser instruída com memória de cálculo apta a individualizar a importância devida, bem como deve ser demonstrado o valor atual da coisa reclamada e discriminado o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido. Nessa toada, verifico que o Autor acostou à petição inicial, como prova escrita sem eficácia de título executivo, Contrato de Crédito Pessoal (fls. 19/20). Observo ainda às fls. 16/17 a existência de demonstrativo de débito, em que é explicitada a importância requerida devidamente atualizada. Ocorre correspondência entre a referida importância e o valor da causa, conforme preceitua o §3º do art. 700 do CPC. Diante do exposto, é possível asseverar que resta demonstrado o valor atual do crédito reclamado, bem como que se encontra suficientemente delimitado o proveito econômico perseguido. Isso posto, estando presentes os requisitos estampados no §2º do art. 700 do CPC, defiro o pedido de expedição de mandado de pagamento, conforme o caput do art. 701, devendo-se citar o Réu para que, no prazo de

15 (quinze) dias, pague ao Autor a importância de R$: 83.823,83 (oitenta e três mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos), bem como os honorários relativos a 5% do valor da causa. Oportunamente, determino que conste no mandado de pagamento a advertência segundo a qual não opostos embargos no referido prazo, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, nos termos do art. 701, §2º do CPC. Anote-se, de igual forma que, ocorrendo o pagamento também no mesmo prazo, o Réu ficará isento de custas, conforme assim disciplina o art. 701, §1º do CPC. Expeça-se o competente mandado. Int. Cumpra-se.

ADV: ANY CAROLINY DA SILVA OZORIO (OAB 8130/AM) - Processo 0644004-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Pedro de Araujo Lima - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos de ação previdenciária de restabelecimento de auxílio-doença com pedido de conversão de auxílio-doença previdenciário em acidentário e de conversão em aposentadoria por invalidez formulada por Pedro de Araújo Lima em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 20/59. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que o Autor preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int.Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0644068-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Renato Ramos de Araújo - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos de ação previdenciária de concessão de auxilio-acidente com pedido sucessivo de restabelecimento de auxílio-doença com pedido sucessivo de aposentadoria por invalidez formulada por Renato Ramos de Araújo em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 20/90. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que o Autor preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int.Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aldemir do Carmo Silva (OAB 9202/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Any Caroliny da Silva Ozorio (OAB 8130/AM)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camile Soriano Freire Torres (OAB 36581/PE)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Eduardo Chalfin (OAB 1140A/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Matheus Weil Pessôa da Silva (OAB 5764/AM)
Ioldy Vânio Lima Fonseca (OAB 8069/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Izabel Cristina Cipriano de Andrade (OAB 6737/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Angelo Filho (OAB 84090/SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Gilberto de Souza Luzeiro (OAB 1891/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074/AM)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Lucianna de Souza Silva (OAB 3624/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB 4000/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
MARCELO DE SOUZA CHAAR (OAB 8566/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Maristela Lago Pinheiro de Lima (OAB 4461/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Couto da Cunha (OAB 4200/AM)
Mayanne Brazão de Lima (OAB 9808/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Petrini de Sousa Barbosa Martins (OAB 6680/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Raphael Augusto Caramuru Fernandes (OAB 295446/SP)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Tamile de Paula Freitas Rodrigues Amanajás (OAB 8185/AM)
Urbano Vitalino Advogados (OAB 313/PE)
Vera Lúcia da Silva Matos (OAB 3758/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0190/2019

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM), ADV: JOSÉ RIBAMAR NUNES ROCHA (OAB 1938/AM), ADV: MARIA DE NAZARETH

FARIAS DO NASCIMENTO (OAB 003.182/AM) - Processo 0020180-81.2002.8.04.0001 (001.02.020180-0) - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Niza Dib Bastos - REQUERIDO: Jose de Oliveira - Conforme Of. Circular n°. 002/2018 - OAB/AM -TED, informando acerca da sanção disciplinar de SUSPENSÃO aplicada ao exercício profissional em todo território nacional em relação a advogada MARIA DE NAZARÉ FARIAS DO NASCIMENTO - OAB/AM N° 3.182, pelo prazo de 90 (noventa) dias, durante o período de 07/06/2019 a 07/09/2019, DETERMINO seja a PARTE por tal causídica REPRESENTADA, para manifestar, no PRAZO de 5 (cinco) DIAS. Cumpra-se.

ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM), ADV: PAULO CÉSAR ESPÍRITO SANTO DE GOUVÊA (OAB 4119/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0043491-62.2006.8.04.0001 (001.06.043491-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Amazon Eco-park Hoteis e Turismo - REQUERIDA: E. de O. Froes e outro - Considerando que as diligências de constrição judicial restaram frustradas, não sendo localizados bens penhoráveis capazes de garantir o crédito exequendo, intimem-se as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicarem bens passíveis de constrição judicial, sob pena de suspensão da execução, nos termos do art. 921, III, §§ 2º e 3º, do CPC. Sem manifestação, determino a suspensão da execução com o seu arquivamento. Na hipótese do credor apontar bens passíveis de penhora, determino desde já a reativação e prosseguimento do processo sem qualquer ônus ao exequente, nos termos do art. 921, § 3º, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: PEDRO SOARES MACIEL (OAB 238777B/SP), ADV: MARCELA DOS SANTOS MELO (OAB 6659/AM), ADV: JOSE CARLOS WAHLE (OAB 120025/SP), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: BRUNO ALECRIM DE LIMA (OAB 6440/AM), ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735/AM), ADV: MATEUS AIMORÉ CARRETEIRO (OAB 256748/SP), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: REBECA ARRUDA GOMES (OAB 24078/DF), ADV: FLAVIO JUNQUEIRA VOLPE (OAB 305311/SP) - Processo 0204330-22.2010.8.04.0001 (001.10.204330-3) - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: PROA - Praticagem dos Rios Ocidentais da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: CMA CGM Group e outros - Desta feita, INTIME-SE o Sr. EXPERTO, para INCLUIR o teor CONCLUSIVO nos PARECERES indicados, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS. Após a manifestação conclusiva do Sr. Experto, AUTORIZO o LEVANTAMENTO do saldo de sua HONORÁRIA pericial com o depósito na conta corrente bancária apontada - a fls. 2046. INDEFIRO por ora pedido de DILAÇÃO DE PRAZO, a fls. 1975, uma vez que não se vislumbra a necessidade da indicação de novos quesitos suplementares. Após, voltem CONCLUSOS. I.C.

ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0219199-72.2019.8.04.0001 (processo principal 0604118-86.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jonathas Simas de Lima e outro - R.H. INTIME-SE o EXEQUENTE para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se quanto à petita de fls. 3, requerendo o que entender de direito. I.C.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 927A/AM), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0235352-64.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - EXEQUENTE: Marcelo Mosqueira Taveiros - REQUERIDO: Banco Itaú S/A - EXECUTADO: Manausul Comércio Transporte e Representação Ltda - Considerando que as custas já foram recolhidas às fls. 254/255, proceda-se à consulta de bens e/ou direitos em nome da empresa Executada via Infojud. Cumpra-se.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0240243-02.2009.8.04.0001 (001.09.240243-8) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Suely Silva Santos Guimarães - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - R.H. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em desfavor do BANCO DO BRASIL S/A. INTIME-SE o EXECUTADO, na pessoa do seu patrono, para PAGAR o MONTANTE DA CONDENAÇÃO, conforme MEMÓRIA DE CÁLCULOS apresentada pela EXEQUENTE, no prazo de 15 (quinze) dias. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o DÉBITO será acrescido de MULTA de 10 % (dez por cento) e, também, de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS de 10% (dez por cento), conforme preconiza o §1º, do art. 523 do Código de Processo Civil. Por conseguinte, fica autorizado, acaso necessário, a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud/RenaJud). Restando infrutíferas as buscas, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Faça-se presente o dispositivo 525 do Código de Processo Civil, que fixa prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Parte Autora beneficiária da gratuidade judiciária - fls. 70/71. P.I.C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0244161-43.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando que os Executados já foram citados às fls. 21, determino a intimação do Requerente/Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Renajud/Bacenjud/Infojud/ERIDFT, conforme Tabela III, item 9, da Portaria 116/2017, sob pena de arquivamento do processo. Após a comprovação, proceda-se à consulta e eventual bloqueio de ativos financeiros do Executado via Bacenjud, bem como à consulta de veículos, bens e direitos via Renajud, Infojud e ERIDFT. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0244296-26.2009.8.04.0001 (001.09.244296-0) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Maria do Carmo Martins Bastos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte requerente não foi intimada do ato ordinatório de fls. 178, tendo em vista que os patronos desta, vide procuração de fls. 180, não estavam devidamente cadastrados. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) ato ordinatório fls. 178, cujo teor segue: "Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do andamento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias "

ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0262076-08.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: RC Recebiveis Ltda - Portanto, INTIMEM-SE os Executados Iria de La Salete Cavalcante, Eliney Barros Maciel Confecções ME, Eliney Barros Maciel, por EDITAL, para pagar voluntariamente o montante da condenação, conforme petição retro, no prazo de 15 (quinze) dias. Na hipótese de não haver manifestação do devedor no prazo legal, aplico multa no percentual de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil, bem como honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por centro) sobre o valor da execução. Por conseguinte, autorizo a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (bacenjud). Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome dos devedores. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SARAH SERRUYA ASSIS (OAB 9515/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 002.847/AM), ADV: GUILHERME CARVALHO

MELO (OAB 11086/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: FERNANDO CARDOSO DE QUEIROZ (OAB 000.674/AM), ADV: JANAÍNA GOMES FIGUEIREDO (OAB 5552/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: JOÃO CARLOS DE ALMEIDA ZANINI (OAB 812A/AM) - Processo 0343658-69.2007.8.04.0001 (001.07.343658-6) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDA: Paula da Silva Doce - Arquivem-se os autos.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM) - Processo 0600346-47.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0600557-59.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 129/130. Determino a suspensão da execução com o seu arquivamento. Na hipótese do credor apontar bens passíveis de penhora, determino desde já a reativação e prosseguimento do processo sem qualquer ônus ao exequente, nos termos do art. 921, § 3º, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB A633AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0600967-20.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA DE NAZARÉ ALMEIDA DE SOUZA - REQUERIDO: Condomínio Central Park - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data da perícia marcada para o dia 20/09/2019, às 10:00h, no endereço a rua Carvalho Paes de Andrade / Beco João Veiga, nº 09, bairro São Francisco, Manaus, Amazonas conforme informação do perito de fls. 284.

ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA (OAB 724A/AM), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP) - Processo 0602708-32.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda - REQUERIDA: Prisma Fomento Mercantil Ltda - Compulsando os autos, verifico que denunciada até o presente momento não foi citada, razão pela qual expeça-se carta de citação. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602822-63.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pedido de fl. 171/172, tendo em vista que trata-se de diligência da parte autora, pois não cabe ao judiciário, ab initio, o ônus de diligenciar em busca de informações acerca da parte requerida. Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0603806-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Matheus Almeida Pessoa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação para CONDENAR o requerido a devolução EM DOBRO ao Autor dos descontos realizados na conta-salário, no montante de R$ R$ 1.527,00 (Um Mil e Quinhentos e Vinte e Sete Reais), com correção desde o desembolso de cada uma das parcelas e com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a data da citação. Diante da maior SUCUMBÊNCIA, CONDENO a parte REQUERIDA ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, no qual fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do NCPC. Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: KLEBER DEL RIO (OAB 203799/SP), ADV: ALVARO PAEZ JUNQUEIRA (OAB 160245/SP), ADV: ATHILA RENATO CERQUEIRA (OAB 237770/SP) - Processo 0604116-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Futura Tecnologia, Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos da Amazônia Ltda - DEFIRO a petita de fls. 59/60, quanto ao pedido de Redesignação da Audiência. INTIME o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar o pagamento das custas postais. Encaminhe os autos ao CEJUSC para que proceda a designação de nova data para Audiência de Conciliação, bem como, a citação da Requerida no novo endereço mencionado a fls.56. P.I.C.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0604284-50.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELIMAR CUNHA E SILVA (OAB 2098/AM) - Processo 0604416-10.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Nice Ferreira Bezerra - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DANIELLE CRISTINE DE CARVALHO CORDEIRO (OAB 10414/AM) - Processo 0604458-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Petrolina Distribuidora Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. ESPECIFIQUEM as partes, no prazo de 15 dias, as provas que pretendem produzir. Em não havendo outras provas a produzir, DECIDO pelo julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inc. I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. I. C.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0604646-52.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Tam Linhas Aéreas S/A - Cumpra-se os atos determinados pelo MM. Juízo Deprecante, conforme fls. 20/21. Custas pagas a fls. 198. Após devolva-se a missiva com as cautelas de praxe. I.C.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM), ADV: ANDERSON DE ALMEIDA (OAB 146074/MG), ADV: ANDERSON DE ALMEIDA (OAB 146074/MG) - Processo 0604863-66.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Jurandy Benassi Filho - REQUERIDO: Atom Tecnologia Me - R.H. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em desfavor de ATOM TECNOLOGIA - ME. INTIME-SE a EXECUTADA, na pessoa do

seu patrono, para PAGAR voluntariamente o MONTANTE DA CONDENAÇÃO, conforme MEMÓRIA DE CÁLCULOS apresentada pelo EXEQUENTE, no prazo de 15 (quinze) dias. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o DÉBITO será acrescido de MULTA de 10 % (dez por cento) e, também, de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS de 10% (dez por cento), conforme preconiza o §1º, do art. 523 do Código de Processo Civil. Por conseguinte, fica autorizado, acaso necessário, a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud/RenaJud). Restando infrutíferas as buscas, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Faça-se presente o dispositivo 525 do Código de Processo Civil, que fixa prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. P.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM) - Processo 0606077-92.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diga o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, o que pretende com a petição de fls. 121, informando todos os dados para cumprimento.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0607225-41.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Pedroza Almeida Gurgel do Carmo - Posto isso, INTIME-SE a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no PRAZO de 5 (cinco) DIAS, promova a CITAÇÃO do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1183A/PE), ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP) - Processo 0607913-71.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Joana dos Santos Meirelles - REQUERIDO: Santander Brasil Administradora de Comercio Ltda - À Secretaria para cumprimento do provimento do CNJ às fls. 194. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610346-19.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Determino a suspensão da execução com o seu arquivamento. Na hipótese do credor apontar bens passíveis de penhora, determino desde já a reativação e prosseguimento do processo sem qualquer ônus ao exequente, nos termos do art. 921, § 3º, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0611291-93.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Marcia Matos de Lima - Me - INTIME-se o Autor para MANIFESTAR acerca da petita de fls. 109/110, no PRAZO de 10 (dez) DIAS. Após, voltem CONCLUSOS.

ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0611421-54.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jones Eduardo Barbosa Ribeiro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - Ante a comprovação de pagamento (fls. 188), INTIME-SE o AUTOR, por sua d. ADVOGADA, a INDICAR os DADOS de CONTA BANCÁRIA de seu CONSTITUINTE, para fins de expedição de ALVARÁ ELETRÔNICO em nome do AUTOR. Após, voltem CONCLUSOS. I.C.

ADV: LINDOMAR FALCÃO DOS SANTOS (OAB 7303/AM) - Processo 0612126-81.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Posto Japiim Comercio Varejista de Combustiveis Ltda - Tendo em vista a vigência do novo Código de Processo Civil e a necessidade de serem atendidas as exigências da referida Lei Adjetiva, determino a intimação do requerente/exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, adequar a petição do cumprimento de sentença (descumprimento de acordo, a fls. 134/135) ao ordenamento jurídico e a memória de cálculo no sentido de informar os dados elencados no art. 524, I a VII, do CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (OAB 18292/PA), ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 8200B/PA) - Processo 0612351-72.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Renajud/Bacenjud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria. Após a comprovação, proceda-se à consulta de endereços em nome dos Executados via Renajud. Defiro, ainda, pedido de bloqueio via Bacenjud, a título de arresto. Após a comprovação das custas de diligência, proceda-se à consulta e eventual bloqueio de ativos financeiros dos Executados via Bacenjud, não desobrigando o Exequente de promover a citação dos Executados. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0612520-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Carolina Augusto Monge Fernandes - Ademais, o EE. TJ/AM, por força da PORTARIA 490/2017-PTJ, regulamentou o parcelamento das custas processuais, razão pela qual DEFIRO o PARCELAMENTO das CUSTAS JUDICIAIS INICIAIS em 6 (SEIS) PARCELAS IGUAIS e SUCESSIVAS. Assim, assinalo aos Autores o prazo de 15 (QUINZE) DIAS para promover o recolhimento relativo à PRIMEIRA parcela das custas iniciais, sob pena de cancelamento e baixa na distribuição (CPC, art. 290 c/c 485, inc. IV). Com a comprovação, voltem os autos conclusos. Intimem-se.Cumpra-se.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 865A/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0613658-66.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Considerando as informações contida às fls. 109, reitere-se a expedição de novo ofício. A cobrança do cumprimento do ofício deve ser feita pela Secretaria, sem necessidade de conclusão ao juiz. Cumpra-se.

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: BRIGITE DA SILVA GARRIDO (OAB 12840/AM), ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM), ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0613806-04.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Furtado e Marques Advogados Associados - REQUERIDO: Condomínio Residencial Turim - Trata-se de ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL referente a contrato de prestação de serviço de consultoria jurídica. Devidamente citado a fls. 124, o EXECUTADO opôs EMBARGOS à EXECUÇÃO, tomado sob o n.º 0627375-72.2019.8.04.0001, apensado a este feito. Naqueles autos, não fora atribuído efeito suspensivo aos embargos em razão da não comprovação de garantia do Juízo, na forma do §1º do art. 919 do CPC, sendo designada audiência conciliatória uma vez viável a composição entre as parte. É o breve relato. A fls. 137/140, o EXECUTADO oferece bens passíveis a penhora, pugnando pelo não acolhimento à constrição nos ativos financeiros com intuito de não comprometer a prestação dos serviços fornecidos pelo condomínio executado. De fato, a constrição ao montante exequendo pode causar um desequilíbrio financeiro gravoso a refletir diretamente em direitos de terceiros de boa-fé não integrantes à relação jurídica. Assim, DETERMINO que o EXECUTADO promova o depósito judicial mensal correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação total, no prazo de 5 (cinco) dias, até a data aprazada para realização da audiência conciliatória nos autos dos embargos. I. C.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0614198-46.2016.8.04.0001 - Monitória - Transação

- REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Renajud/Bacenjud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Após a comprovação, proceda-se com o cumprimento da diligência para localização de endereços do Requerido via Renajud e Bacenjud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0614375-05.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0615058-76.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Valclemar Guimarães Farache - DECIDO. Evidencia-se que satisfeita está a obrigação por parte do Devedor e necessário se faz a declaração da extinção do processo por sentença. Isto posto, EXTINGO o presente CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do arts. 924, II, e 925 c/c 513 do Código de Processo Civil, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. Expeça-se ALVARÁ JUDICIAL ELETRÔNICO em favor do executado AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A para levantamento dos valores consignados a fls. 96/98. E expeça-se ALVARÁ JUDICIAL ELETRÔNICO em favor do patrono do exequente, DR. WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB/AM 6596) para levantamento do valor depositado a fls. 182/184, referente aos honorários advocatícios sucumbenciais. Encerrados os atos ordinatórios e com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observando-se as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: DANIEL RAPHAEL ENÉAS E SILVA (OAB 5601/AM), ADV: MARA RUTH FERRAZ OTTONI (OAB 76808/MG), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0615780-86.2013.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: PÁTIO SERTÓRIO SHOPPING LTDA - REQUERIDO: VIA DIRETA IND. COM. DA MODA S/A - R.H. Compulsando os autos, verifica-se que advogada LIDIANE COSTA BATISTA - OAB/AM 7492, subscritora das CONTRARRAZÕES apresentadas a fls. 287/295, CONTINUA SEM HABILITAÇÃO para postular nos presentes autos, mesmo após já ter sido INTIMADA para regularizar sua representação pessoal - fls. 248/250. Por conseguinte, INTIME-SE o AUTOR, mediante CARTA com aviso de recebimento, para, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, apresentar PROCURAÇÃO outorgando poderes à referida advogada para postular nestes autos, sob pena de não conhecimento das contrarrazões. As CUSTAS destinadas à EXPEDIÇÃO da CARTA DE INTIMAÇÃO deverão ser recolhidas pela parte AUTORA até findar o processo de conhecimento. I.C.

ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM), ADV: FRANCISCA NILCE PINHEIRO ROCHA (OAB 9906/AM) - Processo 0616834-77.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J A F de Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento. DETERMINO que seja a Requerente INTIMADA, por meio de seu advogado, para que, no PRAZO de 5 (cinco) DIAS, promova a CITAÇÃO da Requerida, nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617110-50.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0617822-06.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria do Socorro Braga Normando e outro - REQUERIDA: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - R.H. Compulsando os autos, verifica-se que o advogado NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB/AM A-598) não possui instrumento de mandato outorgando-lhe poderes para postular em nome da executada SANTA CORDÉLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, motivo pelo qual DETERMINO a INTIMAÇÃO do mesmo para que junte referido instrumento, regularizando a representação processual, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC e não conhecimento das peças processuais até então apresentadas. I.C.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0618152-32.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0622159-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Limitação de Juros - REQUERENTE: T. Rocha de Menezes Lanchonetes Eireli Me - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - R.H. Processo sentenciado a fls. 110, aguardando transitar em julgado. Defiro o pedido de expedição de alvará formulado a 121, em favor da Requerente, para levantamento do valor consignado a fls. 47/48. Extrato da conta judicial acostado a fls. 124. I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0623251-56.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 171. Determino a suspensão da execução com o seu arquivamento. Na hipótese do credor apontar bens passíveis de penhora, determino desde já a reativação e prosseguimento do processo sem qualquer ônus ao exequente, nos termos do art. 921, § 3º, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILLIAMS COSTA DA SILVA (OAB 11376/AM), ADV: REBEKAH PESSOA REIS AGUIAR (OAB 18454/MS), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0625208-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Raimundo Auzier de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R.H. Considerando a petita

acostada a fls. 188/189, e analisando o que mais dos autos consta, verifica-se que a CONTROVÉRSIA exige DILAÇÃO PROBATÓRIA, sendo necessária a PROVA PERICIAL GRAFOTÉCNICA. Para o desempenho do encargo de PERITO JUDICIAL, NOMEIO o SR. HERMANN SAUNDERS FERNANDES, especialista em grafotécnica e falsidade documental, com endereço profissional situado a rua Rio Juruá, n. 888, Conj. Vieiralves, Nossa Senhora das Graças, e-mail: hermannfernandes@live.com, celular n. 99249-8648/ 98168-3751. INTIME-SE o Sr. EXPERT, por e-mail, para, ciente da nomeação e aceite do encargo, apresentar a PROPOSTA DE HONORÁRIA, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentada a proposta, INTIME-SE o REQUERIDO para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto aos honorários, depositando o respectivo valor e juntando aos autos o pertinente comprovante. Após, INTIME-SE o PERITO para indicar e informar a este Juízo, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a DATA e LOCAL para ter início a produção da prova, a fim de dar ciência às partes. Ficam as PARTES intimadas, desde já, para, querendo, indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos, no prazo de 15 (quinze) dias. Realizada a perícia, fixo o PRAZO de 30 (trinta) DIAS para ENTREGA do LAUDO. Apresentado o Laudo, INTIMEM-SE as PARTES de sua apresentação, cientificando que os assistentes técnicos poderão apresentar seus respectivos pareceres, no prazo comum de 15 (quinze) dias, consoante parágrafo único do art. 477, § 1º do CPC/2015. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 15201A/PA) - Processo 0625498-97.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S.a. - Em exame, a admissibilidade da AÇÃO MONITÓRIA. Preenchidos os PRESSUPOSTOS e REQUISITOS elencados aos arts. 700 e 701 do CPC e diante da EVIDÊNCIA DO DIREITO do(a) AUTOR(A), CITE-SE para, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, a parte REQUERIDA efetuar o PAGAMENTO da dívida descrita na INICIAL ou OPOR EMBARGOS, sob pena de constituir-se o MANDADO MONITÓRIO em MANDADO EXECUTIVO. Anote-se que, ocorrendo o PAGAMENTO no referido PRAZO, a parte REQUERIDA ficará isenta do pagamento de custas processuais, em consonância com o disposto no artigo 701, §1º do CPC. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO da REQUERENTE para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, proceder ao RECOLHIMENTO PRÉVIO das CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. P.I.C. Márcio Rothier Pinheiro Torres JUIZ DE DIREITO

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626467-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Perpetua da Costa Lima - Ante os documentos apresentados, DEFIRO os benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA em favor da Requerente. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Cite(m)-se, intime(m)-se e cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0626478-44.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: José Artur Pozzetti - R.H. Diante da devolução da carta precatória pelo juízo deprecado - fls. 47/56, sem cumprimento por inexistência do endereço indicado na petição inicial, INTIME-SE o REQUERENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer endereço atualizado do Requerido e/ou requerer o que entender de direito. I.C.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0627053-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcia Marques de Abreu - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: ÉRICA BIANCO FERREIRA (OAB 4554/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629338-28.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Gleison Souza da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0630101-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: RAQUEL CASTRO MEDINA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - SENTENÇA Vistos. Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pela AUTORA, contra a SENTENÇA de mérito proferida a FLS. 188/192, apontando CONTRADIÇÃO quanto aos benefícios concedidos em sede de TUTELA DE URGÊNCIA e em sede de SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS a fls. 259/260. É o sucinto relatório. AB INITIO, tem-se que, com efeito, este Juízo, não proferiu sentença contraditória referente a confirmação da tutela de urgência que CONCEDEU o benefício de auxílio-doença. Ora, na sentença que concedeu o auxílio-acidente, confirmou a tutela de urgência, que especifíca de forma CLARA que "...O INSS RESTABELEÇA O PAGAMENTO DO AUXÍLIO-DOENÇA EM FAVOR DA AUTORA, ATÉ ULTERIOR DECISÃO." Desta forma, esclarece-se que a sentença claramente confirma a tutela de urgência, devendo o auxílio-acidente ser implementado imediatamente, sendo, portanto, a referida sentença a ulterior decisão que fora devidamente especificada, não havendo que se falar em REVOGAÇÃO da liminar. Porém, ao proferir a SENTENÇA, este Juízo deixou de observar somente a compensação dos valores recebidos a título de auxílio-doença por força da tutela de urgência concedida a fls. 160/162, devendo, por óbvio, em razão da concessão e implementação do benefício do auxílio-acidente, no momento do cálculo dos valores retroativos devidos a parte autora, serem compensados os valores já pagos à título de outro benefício. Após detida análise do presente caderno digital processual, vislumbra-se estarem presentes os requisitos a concessão do benefício previdenciário auxílio-acidente, conquanto a parte Requerente demonstra os fatos narrados por meio da documentação acostada à peça vestibular, proporcionando o convencimento deste Magistrado quanto à probabilidade do direito, bem como do LAUDO PERICIAL médico que conclui pela incapacidade funcional do Requerente, classificando-a como PARCIAL E PERMANENTE, impossibilitando o Autor de realizar suas atividades laborais habituais, neste sentido, não

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

há a possibilidade de ser mantido o auxílio-doença. Assim, sem delongas, ACOLHO PARCIALMENTE OS EMBARGOS, para tão somente RETIFICAR a parte DISPOSITIVA da SENTENÇA, conforme abaixo: ONDE SE LÊ: "Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, em consequência, condeno o Instituto réu a concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente, esculpido no artigo 86 da Lei nº. 8.213/91, desde a cessação do auxílio-doença, em 15/08/2013, confirmo a tutela de urgência concedida a fls. 160/162, devendo ser imediatamente implementado o auxílio-acidente." LEIA-SE: "Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, em consequência, condeno o Instituto réu a concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente, esculpido no artigo 86 da Lei nº. 8.213/91, desde a cessação do auxílio-doença, em 15/08/2013, confirmo a tutela de urgência concedida a fls. 160/162, devendo ser imediatamente implementado o auxílio-acidente. Deverá ser descontado do cálculo dos valores retroativos devidos à parte autora, todos os valores pagos à título de auxílio-doença por força da tutela de urgência concedida." Quanto aos demais termos, MANTENHO a SENTENÇA tal como lançada. P.R.I.C. Manaus, 05 de Agosto de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0630101-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: RAQUEL CASTRO MEDINA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Compulsando os autos, verifico que a parte requerente não foi intimada da sentença de fls. 263/264. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) sentença, cujo teor segue abaixo: "Vistos. Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pela AUTORA, contra a SENTENÇA de mérito proferida a FLS. 188/192, apontando CONTRADIÇÃO quanto aos benefícios concedidos em sede de TUTELA DE URGÊNCIA e em sede de SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS a fls. 259/260. É o sucinto relatório. AB INITIO, tem-se que, com efeito, este Juízo, não proferiu sentença contraditória referente a confirmação da tutela de urgência que CONCEDEU o benefício de auxílio-doença. Ora, na sentença que concedeu o auxílio-acidente, confirmou a tutela de urgência, que especifíca de forma CLARA que "...O INSS RESTABELEÇA O PAGAMENTO DO AUXÍLIO-DOENÇA EM FAVOR DA AUTORA, ATÉ ULTERIOR DECISÃO." Desta forma, esclarece-se que a sentença claramente confirma a tutela de urgência, devendo o auxílio-acidente ser implementado imediatamente, sendo, portanto, a referida sentença a ulterior decisão que fora devidamente especificada, não havendo que se falar em REVOGAÇÃO da liminar. Porém, ao proferir a SENTENÇA, este Juízo deixou de observar somente a compensação dos valores recebidos a título de auxílio-doença por força da tutela de urgência concedida a fls. 160/162, devendo, por óbvio, em razão da concessão e implementação do benefício do auxílio-acidente, no momento do cálculo dos valores retroativos devidos a parte autora, serem compensados os valores já pagos à título de outro benefício. Após detida análise do presente caderno digital processual, vislumbra-se estarem presentes os requisitos a concessão do benefício previdenciário auxílio-acidente, conquanto a parte Requerente demonstra os fatos narrados por meio da documentação acostada à peça vestibular, proporcionando o convencimento deste Magistrado quanto à probabilidade do direito, bem como do LAUDO PERICIAL médico que conclui pela incapacidade funcional do Requerente, classificando-a como PARCIAL E PERMANENTE, impossibilitando o Autor de realizar suas atividades laborais habituais, neste sentido, não há a possibilidade de ser mantido o auxílio-doença. Assim, sem delongas, ACOLHO PARCIALMENTE OS EMBARGOS, para tão somente RETIFICAR a parte DISPOSITIVA da SENTENÇA, conforme abaixo: ONDE SE LÊ: "Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, em consequência, condeno o Instituto réu a concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente, esculpido no artigo 86 da Lei nº. 8.213/91, desde a cessação do auxílio-doença, em 15/08/2013, confirmo a tutela de urgência concedida a fls. 160/162, devendo ser imediatamente implementado o auxílio-acidente." LEIA-SE: "Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, em consequência, condeno o Instituto réu a concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente, esculpido no artigo 86 da Lei nº. 8.213/91, desde a cessação do auxílio-doença, em 15/08/2013, confirmo a tutela de urgência concedida a fls. 160/162, devendo ser imediatamente implementado o auxílio-acidente. Deverá ser descontado do cálculo dos valores retroativos devidos à parte autora, todos os valores pagos à título de auxílio-doença por força da tutela de urgência concedida." Quanto aos demais termos, MANTENHO a SENTENÇA tal como lançada. P.R.I.C. Manaus, 05 de Agosto de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO " Manaus, 20 de agosto de 2019. Ianaira Ruth Jacob de Carvalho Matrícula: M3476

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0631117-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0631500-20.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - INTIMEM-SE o Requerente para, em 05 (cinco) dias, recolher os emolumentos relativos às diligências do Sr. Oficial de Justiça, necessários à prática do ato processual, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ. Com a juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0631642-87.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Splendore Confort Residence - Por derradeiro, INTIME-SE o Requerente para, em 05 (cinco) dias, COMPROVAR o RECOLHIMENTO relativo aos emolumentos das DILIGÊNCIAS do Sr. Oficial de Justiça, necessários à prática do ato processual, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Com a juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Em caso de SILÊNCIO ou NÃO CUMPRIMENTO, voltem os autos CONCLUSOS para extinção do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0631730-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elias Pantoja Ribeiro - R.H. INDEFIRO, por ora, o pedido de fls. 41, quanto a citação por oficiail de justiça. DEFIRO a expedição de carta de citação no novo endereço a fls. 41. Após, remeta-se os autos ao CEJUSC para a realização da audiência de conciliação a ser realizada no dia 19/09/2019 às 9:30h. I. C.

ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0631745-94.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0636097-66.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Fraude à Execução - EMBARGANTE: Antonio Feliciano da Silva Filho - EMBARGADO: João da Silva Dias - Me - Vistos. Em exame, EMBARGOS de TERCEIROS, sustentando, em síntese, a existência de FRAUDE à EXECUÇÃO, razão pela qual requer a PENHORA e/ou a ANULAÇÃO da TRANSFERÊNCIA de PROPRIEDADE do veículo Toyota Hilux, Placa NOL-3C28. CONTESTAÇÃO apresentada pelo EMBARGADO, tempestivamente a fls. 20/30, anexando documentos - fls. 31/39. É o breve relatório. Analisando a argumentação e os documentos trazidos aos autos, constata-se a verossimilhança das alegações do EMBARGADO em relação a precariedade da documentação que serviu para a transferência de propriedade do veículo, razão pela qual DETERMINO a CONSTRIÇÃO TOTAL do veículo marca TOYOTA modelo HILUX placa NOL-3C28 (fls. 8) via sistema Renajud. Outrossim, INTIME-SE o EMBARGANTE para manifestar acerca da CONTESTAÇÃO e documentos, no

PRAZO de 15 (quinze) DIAS, bem como INFORMAR a ATUAL LOCALIZAÇÃO do veículo. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos. I. C.

ADV: JOCIMAR ESTALK (OAB 247302/SP) - Processo 0631925-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019 às 9h00, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Intime a parte Requerente para o recolhimento das custas postais no prazo de 15 (quinze) dias. Após, expeça-se a carta de citação. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: EDUARDO DE ALBUQUERQUE PARENTE (OAB 174081/SP), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ERIK GUEDES NAVROCKY (OAB 240117/SP) - Processo 0632074-48.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: PERICLES TRINDADE QUEIROS - REQUERIDO: Manaus Autocenter Ltda. (Mitsubishi Motors) - LITSPASSIV: MITSUBISHI MOTORS DO BRASIL - DENUNCIADO: TRADING DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - INTIME-SE portanto, o Sr. PERITO nomeado para que diga, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, acerca da readequação dos honorários ora arbitrados. Em caso de ACEITE, DETERMINO de logo a INTIMAÇÃO das REQUERIDAS para, no PRAZO de 10 (dez) DIAS, proceder a DEPÓSITO. Caso contrário, voltem-me os autos CONCLUSOS para nomeação de outro perito judicial. I.C.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0632164-85.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Bacenjud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria. Após a comprovação, proceda-se à consulta e eventual bloqueio de ativos financeiros do Executado via Bacenjud. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0633443-72.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Intime-se o Requerente para no prazo de 5 (cinco) dias manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, providenciando ainda o necessário ao andamento processual, constante no ato fls. 106, sob pena de extinção, com base no art. 485, § 1º do CPC/2015.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0633804-55.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUCIANI FERREIRA DE SOUZA (OAB 14569/AM) - Processo 0633876-42.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Lúcia Soares Machado - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 20 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MARIANA LEANDRO DAMACENO (OAB 38091/DF) - Processo 0634097-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Unyleya Editora e Cursos S.a (3w Educacional) e outro - Intime-se o Requerente para no prazo de 5 (cinco) dias manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, providenciando ainda o necessário ao andamento processual, constante no ato fls. 65, sob pena de extinção, com base no art. 485, § 1º do CPC/2015.

ADV: MARIANA LEANDRO DAMACENO (OAB 38091/DF) - Processo 0634111-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Unyleya Editora e Cursos S.a (3w Educacional) e outro - Intime-se o Requerente para no prazo de 5 (cinco) dias manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, providenciando ainda o necessário ao andamento processual, constante no ato fls. 64 sob pena de extinção, com base no art. 485, § 1º do CPC/2015.

ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0634367-88.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Violato e Cia. Ltda. - REQUERIDO: Cartão Protege Card Controle de Frota - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Bacenjud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria, sob pena de arquivamento do processo. Após a comprovação, proceda-se à consulta e eventual bloqueio de ativos financeiros do Executado via Bacenjud em nome do Executado Cartão Protege Card Controle de Frota. Indefiro o pedido de Bacenjud em relação à Sandra Emília Araújo Fogos e José Augusto Silva Medeiros, pois não fazem parte do pólo passivo, sendo apenas representantes legais da Requerida. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHARLE JOSEPH BADR (OAB 11268/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS (OAB 28240/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: EID BADR (OAB 2524/AM) - Processo 0634464-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Lúcia Pacheco Farias - REQUERIDO: Caixa Seguradora S.a. - Ante a comprovação de pagamento (fls. 111) em razão do acordo firmado em audiência de conciliação, DETERMINO a EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ ELETRÔNICO em nome da AUTORA, podendo ser procedida a RESERVA e expedição de ALVARÁ em nome do ADVOGADO, tão somente no que pertine a sua COTA-PARTE relativa a seus HONORÁRIOS contratados. INTIME-SE a AUTORA, por seu advogado, a indicar os DADOS BANCÁRIOS de sua constituinte, bem como para apresentar o CONTRATO de HONORÁRIOS. I.C.

ADV: GERALDO FRANCISCO DE BARROS GAZOS (OAB 84872/RJ) - Processo 0636501-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Leonardo Victor España Rueda Silva - Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019 às 9h30, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Intime a parte Requerente para o recolhimento das custas postais no prazo de 15 (quinze) dias. Após, expeça-se a carta de citação. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: GUTENBERG DE MENEZES SEIXAS (OAB 14168/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM) - Processo 0636805-87.2015.8.04.0001 - Cumprimento de

sentença - Comissão - REQUERENTE: Thais Fonseca Amorim - PROMOVA o EXEQUENTE a INSTAURAÇÃO do INCIDENTE de DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA em autos apartados vinculados a este feito, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0637394-74.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Josepha Gomes Abreu - Me - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Requerente/Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Renajud/Bacenjud/Infojud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, III e IV, do CPC. I.C

ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: ANA CAROLINA DE MENEZES CARVALHO (OAB 13583/AM) - Processo 0637486-86.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Mairon Antonio Hosannah do Nascimento - CONSIGNADO: Vila de Sevilha Empreendimentos Imobiliários Ltda - Isto posto, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, por inexistentes os defeitos apontados pelo EMBARGANTE, razão pela qual a mantenho a DECISÃO INTERLOCUTÓRIA tal como lançada. DETERMINO a REDISTRIBUIÇÃO dos presentes autos ao Juízo da 10ª Vara Cível de Manaus/AM, POR DEPENDÊNCIA aos autos n.º 0638761-07.2016.8.04.0001. I. C.

ADV: ARIEL CRISTINA BRAZ MOTA (OAB 13665/AM) - Processo 0638094-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Petição de Herança - REQUERENTE: Afra Maria Braga Braz e outros - Por cautela e em homenagem ao PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO, RESERVO apreciação do pedido de LIMINAR formulado pela parte Autora, para APÓS a MANIFESTAÇÃO da parte Requerida. Tendo em vista a Semana Nacional de Conciliação que ocorrerá nos dias 04 à 08/11/2019, designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019 às 10h30, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. PROCEDA a parte AUTORA o RECOLHIMENTO das CUSTAS destinadas à expedição da carta de citação, no prazo de 05 (cinco) dias, juntando aos autos o respectivo comprovante de pagamento. Com a comprovação, CITE-SE. P.I.C.

ADV: DIEGO GOMES BASSE (OAB 252527/SP) - Processo 0638205-97.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Bonnaire Business Setor Office - Recebo a presente CARTA PRECATÓRIA, porquanto revestida dos requisitos legais de acordo com o artigo 260 do Código de Processo Civil. Cumpra-se os atos determinados pelo MM. Juízo Deprecante, conforme fls. 02/04. Intime-se a parte Requerente para COMPLEMENTAR, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, mediante boleto bancário, de acordo com o Provimento nº 261/2015-CGJ-AM, trazendo sua comprovação ao autos, sob pena de devolução sem cumprimento ao juízo deprecante e a respectiva baixa. Após devolva-se a missiva com as cautelas de praxe. I.C.

ADV: HELDER SOARES DE LIMA (OAB 7536/AM), ADV: MARILIA DA POIAN FURLAN (OAB 7540/AM) - Processo 0638556-75.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Premmium Eletrônicos Comércio de Eletrônicos Ltda - DEFIRO como pede a fls. 236/240. Proceda-se ao ATO, no ENDEREÇO indicado a fls. 239. I. C.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0639084-07.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: B.S.L. - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0639622-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Higino de Sousa Netto - Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019 às 11h30, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Intime a parte Requerente para o recolhimento das custas postais no prazo de 15 (quinze) dias. Após, expeça-se a carta de citação. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0640239-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonio Jorge Oliveira Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC. 0649575-10.2018.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de Ação de Obrigação de Fazer , onde figuram PARTES, PEDIDO e/ou OBJETO DISTINTOS. Portanto, sendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer. I. C. "

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0640648-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jose Carlos Freitas do Nascimento - Verificando a hipossuficiência econômica do Autor e ciente das custas incidentes sobre o feito, DEFIRO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, e tendo em vista a Semana Nacional de Conciliação que ocorrerá nos dias 04 à 08/11/2019, designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019 às 10:00hs, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Expeça-se a carta de citação. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0641559-33.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante ao exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, via consequência, extingo o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0642244-40.2019.8.04.0001 - Execução de Título

Extrajudicial - Fato Atípico - REQUERENTE: Lacio Carlo Lopes Garcia - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; II. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; III. DECLARAÇÃO de imposto de renda; Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0642459-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Eutalia Neves Ferreira - Sendo assim, ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. A análise do pedido de ANTECIPAÇÃO da TUTELA será realizada após a juntada do LAUDO PERICIAL MÉDICO. I.C.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0642604-72.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I - DESPACHO CITE-SE a parte EXECUTADA, para que efetue o PAGAMENTO do DÉBITO indicado na PETIÇÃO INICIAL, acrescido dos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, no PRAZO de 03 (três) DIAS, contado da CITAÇÃO, nos termos dos arts. 827 e 829 do Código de Processo Civil. Na hipótese de o EXECUTADO NÃO SER LOCALIZADO, proceda-se ao ARRESTO de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Em caso de o EXECUTADO - regularmente CITADO, NÃO EFETUAR o PAGAMENTO da DÍVIDA no prazo assinalado, AUTORIZO de logo a realização de PENHORA e AVALIAÇÃO de BENS, inclusive via BACENJUD e/ou RENAJUD, em conformidade com o art. 829, §1º c/c art. 854, ambos do NCPC. Façam-se presentes os preceitos contidos nos arts. 914 e 915 do CPC, que fixam PRAZO e INSTRUMENTO para que a parte EXECUTADA, querendo, apresente sua OPOSIÇÃO à EXECUÇÃO. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO do EXEQUENTE para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA e AVALIAÇÃO. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: THAÍSA CARVALHO BATISTA FRANCO DE MOURA (OAB 8300/AM) - Processo 0642643-69.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Viva Verde Jacira Reis Residências Sustentáveis Ltda Spe - Apense-se aos Autos n° 0615129-44.2019.8.04.0001. Após, à conclusão.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM) - Processo 0642950-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Denilson dos Santos - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0643130-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Edneide Amorim da Silva - Em exame, ação objetivando a INDENIZAÇÃO relativa ao DPVAT. DEFIRO o pedido de GRATUIDADE DA JUSTIÇA à parte Requerente, na forma do § 3º do art. 99 do CPC. Destaque-se que o BENEFÍCIO se faz TEMPORÁRIO, nos termos do art. 98, §§ 2º e 3º, do referido diploma legal, não afastando a responsabilidade do beneficiário, pelo ônus da SUCUMBÊNCIA em caso de tornar-se VENCIDO na demanda. À luz do art. 1º da PORTARIA PTJ nº 2.183/2016-PTJ, DETERMINO sejam os autos encaminhados ao CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA - CEJUSC para a prática de todos os expedientes necessários à realização da PERÍCIA. I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643204-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Deusa Marinho dos Santos - Ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o benefício da Justiça Gratuita pleiteado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA (OAB 150793/SP) - Processo 0643345-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Diante da documentação carreada aos autos, que bem comprova as assertivas da inicial, especialmente quanto à mora do devedor fiduciante, com fundamento no art. 3º do Dec. Lei 911/69, DEFIRO a MEDIDA LIMINAR de BUSCA E APREENSÃO do BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE em favor da Requerente. Antes de seu cumprimento porém, à luz do PROVIMENTO CGJ / AM n° 116/2017, DETERMINO a INTIMAÇÃO à REQUERENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER ao RECOLHIMENTO PRÉVIO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. Desincumbindo o AUTOR, sua obrigação processual, expeça-se o pertinente MANDADO. Ao cumprimento da LIMINAR, ato seguido, CITE-SE o REQUERIDO para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, PAGAR a INTEGRALIDADE da DÍVIDA PENDENTE, segundo os valores apresentados ou apresentar CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM), ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM) - Processo 0643498-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - Ademais, o EE. TJ/AM, por força da PORTARIA 490/2017-PTJ, regulamentou o parcelamento das custas processuais, razão pela qual DEFIRO o PARCELAMENTO das CUSTAS JUDICIAIS INICIAIS em 6 (SEIS) PARCELAS IGUAIS e SUCESSIVAS. Assim, assinalo aos Autores o prazo de 15 (QUINZE) DIAS para promover o recolhimento relativo à PRIMEIRA parcela das custas iniciais, sob pena de cancelamento e baixa na distribuição (CPC, art. 290 c/c 485, inc. IV). Com a comprovação, voltem os autos conclusos. Intimem-se.Cumpra-se.

ADV: VERANICE MELLO DA FROTA (OAB 2611/AC) - Processo 0643584-19.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Jucyrde Alencar Canizo de Brito - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento

dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643779-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Milene de Jesus da Silva - Ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o benefício da Justiça Gratuita pleiteado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0643823-23.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - DESPACHO CITE-SE a parte EXECUTADA, para que efetue o PAGAMENTO do DÉBITO indicado na PETIÇÃO INICIAL, acrescido dos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, no PRAZO de 03 (três) DIAS, contado da CITAÇÃO, nos termos dos arts. 827 e 829 do Código de Processo Civil. Na hipótese de o EXECUTADO NÃO SER LOCALIZADO, proceda-se ao ARRESTO de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Em caso de o EXECUTADO - regularmente CITADO, NÃO EFETUAR o PAGAMENTO da DÍVIDA no prazo assinalado, AUTORIZO de logo a realização de PENHORA e AVALIAÇÃO de BENS, inclusive via BACENJUD e/ou RENAJUD, em conformidade com o art. 829, §1º c/c art. 854, ambos do NCPC. Façam-se presentes os preceitos contidos nos arts. 914 e 915 do CPC, que fixam PRAZO e INSTRUMENTO para que a parte EXECUTADA, querendo, apresente sua OPOSIÇÃO à EXECUÇÃO. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO do EXEQUENTE para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA e AVALIAÇÃO. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: VIVIANE RIBEIRO CARDOSO (OAB 8521/AM) - Processo 0644001-69.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Melyssa Campos Galucio - Em razão do exposto, DECLINO a COMPETÊNCIA em favor da VARA DE FAMÍLIA , devendo os autos serem remetidos via DISTRIBUIÇÃO. I.C.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM) - Processo 0648915-16.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Cidade Comércio de Derivados de Petróleo e Serviços Ltda. - Indefiro o requerimento de citação por edital formulado pela parte autora, haja vista que não foram esgotados todos os meios de localização da requerida. Posto isto, intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Observo que, se houver interesse do Requerente na realização de pesquisas via Infojud, Renajud e Bacenjud, para localização de endereços do Requerido, defiro-o desde já. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 25546-A/PB), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM), ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 33211/CE) - Processo 0659827-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dirce Batista Ribeiro - REQUERIDO: Centrape Central Nacional dos Aposentados e Pensionista do Brasil - Vistos. ESPECIFIQUEM as partes, no prazo de 15 dias, as provas que pretendem produzir. Em não havendo outras provas a produzir, DECIDO pelo julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inc. I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. I. C.

ADV: MIKAÉLE KLOPPEL SILVA (OAB 35961/SC), ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR), ADV: ROGÉRIO FERREIRA DE CARVALHO (OAB 510/RR) - Processo 0710564-89.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: LUCIANO ARAÚJO DA SILVA - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A - R.H. Comparece a Requerida, fls. 302/303, para informar a existência de depósito judicial efetivado nos presentes autos e não resgatado até a presente data, pelo que requer, caso o valor lhe pertença, a devida expedição de alvará. Despacho proferido a fls. 306. Instado a se manifestar, a fls 315 o Autor requer a expedição de alvará judicial em seu favor para levantamento do valor depositado em juízo. Compulsando os autos, verifica-se a existência de ALVARÁ JUDICIAL expedido a fls. 301, em favor do AUTOR, no valor de R$24.774,62. Em diligência junto ao setor de CONTA ÚNICA deste Fórum, restou constatado que referido VALOR trata-se de depósito judicial realizado pela Requerida, referente a sua condenação nos presentes autos, mas que RESTOU PENDENTE DE LEVANTAMENTO por parte do AUTOR e seu ADVOGADO. O SALDO ATUALIZADO, na presente data, é de R$ 31.513,75, conforme extrato acostado a fls. 316. Assim, diante desses fatos, resta esclarecido que o VALOR DEPOSITADO e AINDA PENDENTE DE LEVANTAMENTO pertence à parte AUTORA e a seu ADVOGADO, em face do que DEFIRO a petita de fls. 315, no sentido de DETERMINAR a EXPEDIÇÃO de 02 (DOIS) ALVARÁS JUDICIAIS : um em favor do requerente LUCIANO ARAÚJO DA SILVA, no valor de R$ 25.211,00, mais atualizações posteriores, e outro em favor do advogado MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB/RR 748), no valor de R$ 6.302,75, com as devidas atualizações, referente aos honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação atualizada, consoante SENTENÇA de fls. 85/88. I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0718737-05.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando que as custas de diligência já foram recolhidas às fls. 199, proceda-se à consulta de endereços da parte Requerida via Bacenjud. Intime-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 33211/CE)
ALVARO PAEZ JUNQUEIRA (OAB 160245/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina de Menezes Carvalho (OAB 13583/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
Anderson de Almeida (OAB 146074/MG)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 002.847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Ariel Cristina Braz Mota (OAB 13665/AM)
Athila Renato Cerqueira (OAB 237770/SP)
Auriana Ramos Pereira de Gouveia (OAB 2955/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Brigite da Silva Garrido (OAB 12840/AM)
Bruna Caroline Barbosa Pedrosa (OAB 18292/PA)

Bruno Alecrim de Lima (OAB 6440/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Charle Joseph Badr (OAB 11268/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel Raphael Enéas e Silva (OAB 5601/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Cristine de Carvalho Cordeiro (OAB 10414/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Diego Gomes Basse (OAB 252527/SP)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo de Albuquerque Parente (OAB 174081/SP)
Eduardo José de Souza Lima Fornellos (OAB 28240/PE)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Eid Badr (OAB 2524/AM)
Elimar Cunha e Silva (OAB 2098/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1183A/PE)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érica Bianco Ferreira (OAB 4554/AM)
Erik Guedes Navrocky (OAB 240117/SP)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Cardoso de Queiroz (OAB 000.674/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flavio Junqueira Volpe (OAB 305311/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francisca Nilce Pinheiro Rocha (OAB 9906/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Geraldo Francisco de Barros Gazos (OAB 84872/RJ)
Germana Vieira do Valle (OAB 927A/AM)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gutenberg de Menezes Seixas (OAB 14168/AM)
Helder Soares de Lima (OAB 7536/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivo Paes Barreto (OAB 735/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janaína Gomes Figueiredo (OAB 5552/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos de Almeida Zanini (OAB 812A/AM)
Jocimar Estalk (OAB 247302/SP)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
Jose Carlos Wahle (OAB 120025/SP)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ribamar Nunes Rocha (OAB 1938/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Júnior Sousa Aguiar (OAB 25546-A/PB)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
KLEBER DEL RIO (OAB 203799/SP)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Lindomar Falcão dos Santos (OAB 7303/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB A633AM)
Luciani Ferreira de Souza (OAB 14569/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB 724A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Mara Ruth Ferraz Ottoni (OAB 76808/MG)
Marcela dos Santos Melo (OAB 6659/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (OAB 003.182/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Mariana Leandro Damaceno (OAB 38091/DF)
Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)
Marilia Da Poian Furlan (OAB 7540/AM)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Marli Inacio Portinho da Silva (OAB 150793/SP)
mateus aimoré carreteiro (OAB 256748/SP)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 865A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Mikaéle Kloppel Silva (OAB 35961/SC)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 15201A/PA)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo César Espírito Santo de Gouvêa (OAB 4119/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
PEDRO SOARES MACIEL (OAB 238777B/SP)

Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rebeca Arruda Gomes (OAB 24078/DF)
Rebekah Pessoa Reis Aguiar (OAB 18454/MS)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Bruno Alves Pedrosa (OAB 8200B/PA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rogério Ferreira de Carvalho (OAB 510/RR)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sarah Serruya Assis (OAB 9515/AM)
Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB 7300/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Thaísa Carvalho Batista Franco de Moura (OAB 8300/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Veranice Mello da Frota (OAB 2611/AC)
Viviane Ribeiro Cardoso (OAB 8521/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Williams Costa da Silva (OAB 11376/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0025336-45.2005.8.04.0001 (001.05.025336-1) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Valcimar de Souza Assunção Filho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social e outro - De ordem, nesta data, procedo a intimação do representante legal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos da Decisão Interlocutória de fls. 281, para que de cumprimento ao ofício requisitório (RPV) de fls. 286-287.

ADV: CLAUDIONOR CLÁUDIO DIAS JÚNIOR (OAB 2654/AM), ADV: PAULO ELISIO BRITO CARIBÉ (OAB 14451/PE), ADV: PAULO ELÍSIO BRITO CARIBÉ (OAB 383179/SP), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM) - Processo 0215684-44.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0046277-79.2006.8.04.0001) (001.10.215684-1) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: CDP Refeições Ltda - EMBARGADO: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0220943-54.2009.8.04.0001 (001.09.220943-3) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: VALDENIRA DE SOUZA AMAZONAS e outro - REQUERIDA: Marcilinha Santana de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: PABLO DA SILVA NEGREIROS (OAB 4227/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0235309-83.2018.8.04.0001 (processo principal 0704788-11.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria do Livramento de Jesus Ferreira e outro - REQUERIDO: Patri Quatro Empreendimento Imobilários (Patrimônio) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta aos sistemas Infojud e Renajud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0600267-10.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: LUZANIRA PEREIRA FERREIRA - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0600736-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Sidney Irineu de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Assim, pelo exposto e por tudo que consta nos autos, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC c/c o artigo 42 da Lei 8213/91, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para CONCEDER o benefício da aposentadoria por invalidez a contar da do dia 17.02.2019, por conseguinte, determino a implantação do benefício imediatamente após o trânsito em julgado desta sentença. Quanto às prestações vencidas e às eventuais diferenças, deve incidir correção monetária pelo INPC, ante a declaração parcial de inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 11.960/2009 (STF - ADI 4425 e 4357) e juros de mora seguindo os parâmetros do art. 1º-F da Lei 9.494/97 com redação dada pela Lei 11.960/09. Condeno a parte vencida em custas e honorários de sucumbência, os quais fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos moldes do art. 20, parágrafos 3º e 4º, do CPC c/c súmula 111 do STJ. Determino a remessa destes autos ao E. Tribunal de Justiça a fim de realizar o reexame necessário (art. 496, § 3º, I, do CPC). P.R.I.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0600882-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ivan de Assis Laranjeira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0601016-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM), ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP) - Processo 0603537-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Marilene Sousa Taveira e outro - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora - Indefiro a produção de prova deponencial para esclarecimento dos termos do negócio entabulado entre as partes, vez que no caso em tela basta analisar a prova documental acostada pelas partes. Ressalto ainda, com fulcro no art. 371 do CPC, sendo o juiz o destinário final das provas, entendo que as testemunhas em nada acrescentariam para elucidar os fatos narrados, diante das provas já colacionadas. Voltem-me os autos conclusos.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0604325-51.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Elivania Silva Lima Oliveira - I- Intime-se a parte Ré para se manifestar sobre a proposta apresentada em audiência, bem como para manifestar interesse em realizar nova audiência de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias. II- Em caso negativo, ficam as partes intimadas para, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que desejam produzir, indicando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC.

ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0605490-02.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Igreja Evangélica Assembléia de Deus No Amazonas - Ieadam - "Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, promovendo o pagamento das custas para promover a citação da parte Ré. Cumpra-se. "

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0607331-37.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCIANY MOTA BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 5679/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 3609/AC), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0608704-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Maria das Graças Mendes do Couto - REQUERIDO: BANCO SANTANDER DO BRASIL S/A - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0609263-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco dos Santos Silva - REQUERIDO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. - Defiro a produção das provas deponencial e testemunhal requeridas pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 26/03/2020, às 10:30h, na Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias, dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes e seus advogados/defensores públicos que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: ELIANA RODRIGUES FERREIRA (OAB 5000/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM) - Processo 0609739-35.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: TANIA MARA DE SOUZA XAVIER - JULIANO ANDRE XAVIER CHAVES - REQUERIDA: Tema Transportes de Manaus Ltda - DENUNCIADO: Companhia Mutual de Seguros - À Secretaria, para reiterar a intimação do Sr. Perito, a fim de iniciar os trabalhos da perícia médica.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG), ADV: ALESSANDRO FERNANDES BRAGA (OAB 72065/MG) - Processo 0611746-68.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Banco Intermedium S.AINTERMEDIUM S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, ROGER MILLER CORTEZ PINTO, CPF 013.119.032-67. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0612006-38.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 16637A/PA), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612864-11.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612911-19.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO COLARES DOS REIS (OAB 6370/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0613250-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Ursula Karine Cardia Figarella Gondim e outro - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 01/10/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0614492-93.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDA: Maria de Lourdes Cavalcante de Santana - Defiro a produção da prova testemunhal requeridas pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 24/03/2020, às 10:30h, na Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes, seus advogados/defensores públicos que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615003-33.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o executado, por Edital (NCPC, art. 513, §2º, IV), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 5.266,51 (cinco mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e um centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 143. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das custas de expedição de edital, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição do edital de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0617919-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivone Pantoja França - REQUERIDO: Sorria Clinica Odontologica - Designo audiência de conciliação para o dia 03/10/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: EUDA RIBEIRO GUEDES (OAB 14116/AM), ADV: JOSÉ CARLOS DA SILVA ROCHA (OAB 14048/AM), ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM) - Processo 0618885-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Leal Cftv - Neste Ato Representada Por Seu Proprietário e Representante Legal Sr. Roberto Leal Viana Nunes - REQUERIDO: Condomínio Bem Viver Total Ville - Felicidade - Designo audiência de conciliação para o dia 30/09/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620385-65.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: GEDSON DE OLIVEIRA MATUTE (OAB 13858/AM), ADV: GEDSON DE OLIVEIRA MATUTE (OAB 13858/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0621407-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Brenda da Costa Souza - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Whirlpool Eletrodimésticos AM S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 30/09/2019 às 10:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: LEONARDO HENRIQUE COSTA DE QUEIROZ (OAB 41826/DF), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: RENAN ADAIME DUARTE (OAB 50604/RS), ADV: FERNANDO O'REILLY CABRAL BARRIONUEVO (OAB 40859/DF) - Processo 0621537-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elisvaldo Silva Mendes - REQUERIDO: Fundação Habitacional do Exército - Fhe - Mapfre Vida S/A - Proseg - Seguradora de Seguros Ltda - Designo audiência de conciliação para o dia 07/10/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: THELMA SAIDT ROBUSTELLI (OAB 5021/AM), ADV: MARCELO FERRAZ LEITE (OAB 36141/PE) - Processo 0621815-52.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Natália Ferraz Leite Schons - REQUERIDA: Salime Lima de Lira - Designo audiência de conciliação para o dia 03/10/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE STÁBILE (OAB 251594/SP) - Processo 0623774-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Olga Picancio Guedes - REQUERIDO: Mundial Editora S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 01/10/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: NATÁLIA DI PAULA ARAÚJO DE AQUINO (OAB 8177/AM), ADV: ÂNGELO RONCALLI OSMIRO BARRETO (OAB 26766/CE), ADV: ANTÔNIO LUCAS FEITOZA PANTOJA (OAB 11817/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM) - Processo 0623846-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Fábio Guerreiro Leandro - REQUERIDO: Carlos Alberto de Almeida Farias - DENUNCIADO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Diante da petição de fl. 465, oficie-se o Instituto de Criminalística para que preste informações acerca da não realização da reconstituição, bem como para que designe nova data para a produção da mencionada prova. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0625381-43.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que,

nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0626222-04.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (OAB 86425/MG) - Processo 0626682-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Thyssenkrupp Elevadores S.a. - ambas qualificadas nos autos. Inicial em ordem e instruída com documentos necessários ao seu conhecimento. Regularmente citada (fl. 81), a parte Requerida deixou transcorrer o prazo in albis sem apresentar embargos à monitória ou promover o pagamento do débito. É o relatório. Decido. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da Autora, cabendo a parte Requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 373, inciso II, do NCPC. Embora citada, a parte Requerida não efetuou o pagamento nem ofereceu embargos. A parte autora apresentou a materialização da prestação do serviço pela respectiva Nota Fiscal, onde constam as datas de vencimento e valores. No caso em tela, não foi impugnada a efetiva prestação dos serviços, assim como não foi demonstrado o adimplemento por parte da Requerida. Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas no período de 10-01-2018 até 10-04-2018, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do trânsito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0627298-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Francisco Antônio dos Santos Araújo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: ARY CARLOS CRUZ FIGUEIRA (OAB 12315/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0628650-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Al Administradora de Bens Ltda. - REQUERIDO: Condomínio Residencial Ilhas Gregas I - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0629266-02.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Recon Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0630556-52.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ MARCEL CHAGAS DA SILVA (OAB 12461/AM), ADV: LOUISE MARTINEZ ALMEIDA CHAVES (OAB 5561/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA (OAB 1191/AM), ADV: KENNY MARCEL OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7202/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0630615-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Raimunda Katia Reis Pezos - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0630701-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alessandro Costa de Matos - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Designo audiência de conciliação para o dia 01/10/2019 às 09:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0632067-27.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632734-03.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JAYME MARQUES BRASIL JÚNIOR (OAB 4986/AM), ADV: JAIME MARQUES BRASIL (OAB 3979/AM) - Processo 0633523-36.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Walkiria Glauce Araujo Cavalcante - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado de fls. 113 juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: PAULA PRADA FURQUIM DE CAMPOS (OAB 131634/SP), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: NATÁLIA CIRILO DA SILVA ROQUE (OAB 266399/SP) - Processo 0636014-

84.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rita Maria Batista Fernandes e outro - REQUERIDO: Esepo Empreendimento Imobiliario Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636576-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636733-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0640286-19.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Badesco Administradora de Consórcios Ltda. - D E S P A C H O I - Defiro o pedido às fls. 50 dos autos. II - Suspenda-se o processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias. III - Findo o prazo, voltem-me conclusos..

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0640398-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jorge Willes Lira Cardoso - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0641229-36.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - REQUERENTE: Funcef - Fundação dos Economiarios Federais - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 13904A/PA), ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0642521-95.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Jeibi Medeiros da Costa - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0642854-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais. Cumpra-se no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (Art. 290, NCPC). Publique-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0642908-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam - Em atenção aos documentos de fls. 48-50, faço remessa destes autos à 3ª Contadoria, para que proceda a baixa processual/verificar eventual pendência de custas.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0643062-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Fhf Mendes Epp - Intime-se o autor, na pessoa de seu patrono, a fim de carrear aos presentes autos, no prazo de 10 (dez) dias, certidão de registro de imóveis, cópia das ultimas três declarações à Receita Federal (IRPJ) e extrato dos últimos três meses das contas bancárias, a fim de comprovar que não pode arcar com as custas processuais. Nesse sentido, súmula 481 STJ: ¨Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.¨ Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643155-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Ane Caroline Santos Pereira - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0644091-48.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Condominio Residencial Vincitore - REQUERIDO: Edimir Lima da Silva - Isto posto, deixo de analisar o pedido de desbloqueio do valor de R$ 8.126,58 (oito mil, cento e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos), vez que não foi realizado por este juízo. Intime-se o Exequente para cumprir a decisão de fl. 64, no prazo de 05 (cinco) dias, dando prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0645871-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0647188-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Amélia Félix de Morais - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, para: i) DETERMINAR que o Réu suspenda as cobranças referentes a “Tarifa Bancária - Cesta Expresso 2”, tornando inexigíveis as suas obrigações; ii) CONDENAR o Requerido a devolver os valores eventualmente descontados da conta corrente da Autora (fls. 01/101) à título de pacote de serviços “Tarifa Bancária - Cesta Expresso 2” desde dezembro de 2013, em dobro, com correção monetária e juros de mora (INPC)

incidentes desde a data da quitação das parcelas; iii) CONDENAR o Requerido ao pagamento da indenização pelos danos morais provocados, os quais arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) com correção monetária e juros de mora incidentes a partir da presente data. CONDENO o Requerido ao pagamento de custas e honorários de advogado, os quais arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor do proveito econômico, devidamente atualizado, nos termos do art. 85, §2º do CPC. P.R.I.C.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0655044-37.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0657967-36.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL DO NASCIMENTO MANHÃES (OAB 208849/RJ) - Processo 0660015-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francivania Salvador Fonseca e outro - Designo audiência de conciliação para o dia 03/10/2019 às 09:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM) - Processo 0662085-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Fh Comércio e Representação de Alimentos Ltda - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: MOISÉS VIEIRA QUEIROZ (OAB 2830/AM) - Processo 0706192-97.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Humberto Cristian Pinheiro Pacheco - REQUERIDA: Matadouro e Frigorifico Italia Industria e Comercio Ltda - Assim, pelo exposto, os termos do art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial em razão da ausência de requisito essencial para a caracterização da responsabilidade civil, qual seja, ato ilícito. CONDENO a parte autora ao pagamento de custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, §2º, do CPC), suspensa a exigibilidade pelo benefício da gratuidade da justiça. P.R.I.C.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 11413/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0714447-44.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Aldenor Rodrigues Sena - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 13904A/PA)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alessandro Fernandes Braga (OAB 72065/MG)
Alysson Tosin (OAB 86925/MG)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ângelo Roncalli Osmiro Barreto (OAB 26766/CE)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Antônio Lucas Feitoza Pantoja (OAB 11817/AM)
Ary Carlos Cruz Figueira (OAB 12315/AM)
Bruno Colares dos Reis (OAB 6370/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Claudionor Cláudio Dias Júnior (OAB 2654/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Araújo Benayon (OAB 10766/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliana Rodrigues Ferreira (OAB 5000/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Euda Ribeiro Guedes (OAB 14116/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Fernando O'reilly Cabral Barrionuevo (OAB 40859/DF)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gedson de Oliveira Matute (OAB 13858/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gianpaolo Zambiazi Bertol Rocha (OAB 86425/MG)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Stábile (OAB 251594/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jaime Marques Brasil (OAB 3979/AM)
Jayme Marques Brasil Júnior (OAB 4986/AM)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/

AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Carlos da Silva Rocha (OAB 14048/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Júlio César de Almeida (OAB 1191/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kenny Marcel Oliveira dos Santos (OAB 7202/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Leonardo Henrique Costa de Queiroz (OAB 41826/DF)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Louise Martinez Almeida Chaves (OAB 5561/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luciany Mota Bezerra de Oliveira (OAB 5679/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Marcel Chagas da Silva (OAB 12461/AM)
Marcelo Ferraz Leite (OAB 36141/PE)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 3609/AC)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 11413/MT)
Moisés Vieira Queiroz (OAB 2830/AM)
Natália Cirilo da Silva Roque (OAB 266399/SP)
Natália Di Paula Araújo de Aquino (OAB 8177/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo da Silva Negreiros (OAB 4227/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paula Prada Furquim de Campos (OAB 131634/SP)
Paulo Elisio Brito Caribé (OAB 14451/PE)
Paulo Elísio Brito Caribé (OAB 383179/SP)
Rafael do Nascimento Manhães (OAB 208849/RJ)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Said e Silva (OAB 8443/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 16637A/PA)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renan Adaime Duarte (OAB 50604/RS)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thelma Saidt Robustelli (OAB 5021/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0205/2019

ADV: JULIANA CHAVES MOURA (OAB 8901/AM), ADV: ADRIANA SANTOS MONTEIRO (OAB 13849/AM), ADV: EMERSON PERKINS LEMOS DE ASSIS (OAB 3715/AM), ADV: JOSÉ FALABELLA NETO (OAB 2899/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: RODOLFO VON SYDOW CANAVARRO PEREIRA (OAB 059.463/RJ), ADV: JOÃO BOSCO DANTAS NUNES (OAB 823/AM) - Processo 0010683-29.2010.8.04.0012 (012.10.010683-0) - Restauração de Autos - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: El Paso Amazonas Energia Ltda - REQUERIDO: Ricardo Said Atala - Augusto Goncalves Guimaraes Neto - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entenderem de direito. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 000.607/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: PEDRO JOSÉ COELHO PINTO (OAB 3771/PA), ADV: MARÇAL MARCELLINO DA SILA NETO (OAB 5865/PA) - Processo 0012358-36.2005.8.04.0001 (001.05.012358-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0041113-36.2006.8.04.0001 (001.06.041113-0) - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Lindomar Casaes dos Santos - REQUERIDA: Praxis Engenharia Ltda. - defiro o pedido de consulta pelo sistema E-RIDFT acerca da relação de bens imóveis da parte passiva. Proceda-se à consulta acima aludida, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Com a resposta, dê-se vista à parte exequente para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: LUIZ CÉSAR FALCÃO DE OLIVEIRA (OAB 2592/AM) - Processo 0048478-69.2010.8.04.0012 (012.10.048478-9) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Sheyla Maria Laborda Cavalcante Viana - Marcos Vinivius Viana - No caso dos autos, a carta de citação de Debora Carla da Silva Lacerda Campos foi recebida por terceiro, consoante se verifica no aviso de recebimento de fl. 285, pelo que o ato foi realizado sem a observância dos requisitos legais. Diante disso, decreto a nulidade da citação e, considerando que a tentativa por via postal restou frustrada, determino a realização do ato citatório da herdeira em questão por oficial de justiça, observado os termos do despacho de fl. 271 dos autos. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o respectivo mandado. Como a sucessão processual ainda não foi decidida,

chamo o processo à ordem para tronar sem efeito o despacho de fl. 311 dos autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MICHELE NOGUEIRA (OAB 4265/AM), ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM), ADV: LUAN FELIPE RODRIGUES CAMPOS (OAB 11058/AM), ADV: ANDRÉ MENEZES DE SOUZA E SOUZA (OAB 5847/AM), ADV: SAMANTA COELHO DA SILVA E SILVA (OAB 9746/AM), ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM) - Processo 0201750-82.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Terra Sólida LTDA. - REQUERIDO: P.V. L. MENDONÇA-ME - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM) - Processo 0204570-40.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Auto Posto Praça 14 Ltda - determino a suspensão do presente feito, conforme o art. 921, III, do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte, que deverá indicar bens passíveis de penhora para satisfazer o crédito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIANE CARDOSO MACAREVICH (OAB 30264/RS), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM) - Processo 0210679-65.2015.8.04.0001 (processo principal 0257873-03.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: JOSÉ FERNANDES JÚNIOR (OAB 1947/AM), ADV: DANIEL RICARDO DO CARMO RIBEIRO FERNANDES (OAB 7269/AM) - Processo 0212792-02.2009.8.04.0001 (001.09.212792-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RARISON TATAIRA DA SILVA (OAB 263/RR), ADV: MUNI LOURENÇO SILVA JÚNIOR (OAB 3334/AM) - Processo 0215092-24.2015.8.04.0001 (processo principal 0210001-89.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Vidraçaria Uniao Ltda - EXECUTADO: Concreta Engenharia e Construções - Por oportuno, determino a intimação da exequente para juntar aos autos comprovante de pagamento para expedição da respectiva carta precatória (Lei n. 4.408/2016 e Portaria n. 116/2017-PGJ). Eventuais custas e diligências perante o Juízo deprecado deverão ser recolhidas pela exequente. À Secretaria para que proceda ao envio das peças necessárias ao cumprimento desta ordem judicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0231078-18.2015.8.04.0001 (processo principal 0600509-66.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADA: Rosineide Barroso Medeiros Moraes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da proposta de acordo de fls. 46, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM), ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: NIRVANA FURTADO DE SOUZA (OAB 7076/AM), ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM) - Processo 0236725-67.2010.8.04.0001 (001.10.236725-7) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0236780-81.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dilailson Rocha Natividade - REQUERIDO: Labvida - Laboratório de Análises Clínicas - determino à Secretaria que proceda à nova intimação do perito designado, Sr. Alexandre Targino da Soledade, farmacêutico/bioquímico, cadastrado no banco de dados de peritos desse Poder, inclusive por meio eletrônico, com aviso de recebimento, observando-se as determinações da decisão de fls. 64/65. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0239007-05.2015.8.04.0001 (processo principal 0258363-25.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0244206-42.2014.8.04.0001 (processo principal 0610248-34.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0251597-87.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - determino o desbloqueio dos valores constritos às fls. 137/138. Noutro giro, considerando frustradas as tentativas de localização de bens penhoráveis, via BACENJUD e RENAJUD, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência dos executados, defiro o pedido

de consulta pelo sistema INFOJUD acerca da relação de bens da parte passiva. Proceda-se à consulta acima aludida, devendo o resultado ser juntado aos autos como documento sigiloso, em atenção ao disposto no art. 773, parágrafo único, do CPC. Com a resposta dê-se vista à parte exequente para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: PRISCILLA JIMENES DEL GUERRA (OAB 204205/SP), ADV: ERIKA NAIANA D. PIRES (OAB 590A/AM), ADV: ANDREIA SABINO CORREIA (OAB 7074/AM) - Processo 0257131-12.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: KM Cargo Ltda - REQUERIDO: Cosmosplast Indústria e Comercio de Plasticos Ltda - Tendo em vista a notícia de que foi deferido o processamento de recuperação judicial da requerida (fls. 184/281) e que os creditos devidos ao exequente deverão ser habilitados no Juízo da 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus (Processo n.º 0237334-16.2011.8.04.0001), resta prejudicada a continuidade da presente ação de execução, razão pela qual determino o sobrestamento do presente feito em atenção ao disposto no art. 6º, caput, da Lei n° 11.101/2005. Aguarde-se em cartório o transcurso do prazo previsto no § 4° do supramencionado dispositivo legal. Encerrado o prazo de suspensão do feito, determino, ainda, à Secretaria que proceda as anotações necessárias no SAJ quanto ao retorno do trâmite processual. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM) - Processo 0261403-15.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: RC Recebiveis Ltda - determino o desbloqueio dos valores constritos às fls. 226/228. Noutro giro, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência dos executados (certidão, fl. 58), defiro o pedido de consulta pelo sistema E-RIDFT acerca da relação de bens imóveis da parte passiva. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação, proceda-se à consulta acima aludida, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Com a resposta, dê-se vista à parte exequente para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695A/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0264570-40.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iolanda Silva de Lira - REQUERIDO: Raimundo Rodrigues Miranda - defiro, em parte, o pedido encartado às fls. 183/185, a fim de determinar a expedição de ofício à Secretaria Estadual de Saúde - SUSAM, com a finalidade de destacar 10% (dez por cento) do vencimento bruto do executado, matrícula funcional nº 192.982-8 A (documento de fl. 187), depositando-se o referido montante em conta judicial vinculada ao presente feito, até o limite do crédito exequendo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HÉLIO LUIZ VITORINO BARCELOS (OAB 100371/SP), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI (OAB 39274/PR) - Processo 0600524-30.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Mercedes-Benz do Brasil S/A - Considerando o documento de fl. 434 e, ainda, que o veículo CHASSI 9BM958260DB891693 foi objeto de pedido de busca e apreensão na peça de ingresso deste feito, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer se o aludido veículo foi retomado pelo credor, ora requerente e, ainda, se ocorreu sua venda a terceiro. Pois bem, tendo em vista que as informações prestadas pelas partes não são suficientes para elucidação se os veículos remanescentes objeto da presente demanda foram apreendidos em outro feito, determino a expedição de ofício ao Juízo da 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital solicitando informações acerca dos bens apreendidos no processo n°0614146-84.2015.8.04.0001. Com a resposta, dê-se vista às partes para manifestação em 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VALDEMIR DA SILVA (OAB 3018/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0600794-54.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Alexandre Ferreira de Queiroz - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Banco Santander Brasil S/A - Diante disso, determino a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, colacionarem ao caderno processual a cópia do contrato de financiamento, sob pena de extinção. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM) - Processo 0601641-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daia Kanamara do Nascimento Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0601780-81.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA. - defiro o pedido de bloqueio pelo sistema BACENJUD do débito exequendo, salientando-se, desde já, a impossibilidade de imediato levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação será procedida a consulta e bloqueio de valores acima aludida. Retornando positiva quanto à ordem de bloqueio via BACENJUD, havendo constrição de montante superior ao da ordem, proceda-se a liberação do excedente na forma do art. 854, §1°, do CPC; e, no que pertine ao bloqueio do valor total ou parcial do débito exequendo, intimem-se as partes, observado o disposto nos §§ 2° e 3° do citado dispositivo legal quanto ao(s) executado(s). Na hipótese de retornar resposta negativa da diligência acima, autorizo a consulta e penhora pelo sistema RENAJUD (C.P.F. n.º 004.788.039-23), devendo ser realizado o registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Se a resposta da constrição for positiva (RENAJUD), expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação após a juntada do comprovante de pagamento das diligências do oficial de justiça (Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ). Restando frustradas as consultas acima aludidas, proceda-se à consulta ao sistema E-RIDFT desde que a demandante junte ao feito o comprovante de pagamento das despesas eletrônicas (Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ), no prazo de 05 (cinco) dias. Se forem localizados bens imóveis, dê-se vista à credora para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entender de direito. Havendo respostas negativas das pesquisas pelos sistemas BACENJUD/RENAJUD e E-RIDFT, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88 e à garantia da eficácia jurisdicional, é, desde logo, deferido o pedido de consulta pelo sistema INFOJUD acerca da relação de bens somente dos executados. Nesta hipótese, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação, proceda-se a consulta acima aludida, devendo o resultado ser juntado aos autos como documento sigiloso, em atenção ao disposto no art. 773, parágrafo único, do CPC; e, ato contínuo, dê-se vista à parte autora para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0601900-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se

acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ULYSSES ECCLISSATO NETO (OAB 182700/SP), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE) - Processo 0603301-90.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RURAL FIDC PREMIUM - PETRA PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JAMILLY VIANA DA SILVA (OAB 10666/AM), ADV: HENRY MAIRO HENRIQUE RAMOS (OAB 12019/AM), ADV: FRANCYNE NEGRO VAZ LEAL (OAB 10447/AM), ADV: PAULA MIRANDA DA CUNHA (OAB 159369/MG) - Processo 0604468-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: André Serafim Viana - REQUERIDO: Constroi Incorporadora e Loteadora Eireli - À Secretaria para providências cabíveis quanto ao cumprimento da decisão de fl. 156. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ARAÚJO DE MORAES (OAB 5631/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0604769-32.2015.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Sabinna Maria Barbosa Vinhote - REQUERIDO: Instituto Amazônia de Ensino Superior - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC/15, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, para condenar o requerido ao pagamento de indenização por danos morais na importância de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com correção monetária a partir da prolação desta decisão e juros legais a contar da citação; e ao custeio do tratamento da requerente com outro profissional de odontologia até sua efetiva conclusão. Considerando que a requerente decaiu em parte mínima de seu pedido, condeno o requerido a pagar as custas processuais e os honorários do advogado da requerente, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, em atenção ao disposto no art. 85, §2º, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0604786-57.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Tendo em vista o pedido de conversão em execução, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, adequar a petição para indicação do valor do débito bem como apresentar memória de cálculo com as exigências do art. 798, parágrafo único, do CPC (índice de correção monetária, taxa de juros aplicada, termo inicial e final da incidência dos encargo moratórios, etc.), sob pena de indeferimento do pedido de conversão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0605402-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - decreto a revelia. No caso em epígrafe, não vislumbro a necessidade de dilação probatória em audiência, pois a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, cujas provas já constam dos autos. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, II, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ADONAY PAES BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 6202/AM) - Processo 0605991-53.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Wellton Keke de Souza Sampaio - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em razão dos motivos expostos na petição encartada pelo autor, defiro o pleito de fl. 151. Remetam-se os autos ao CEJUSC para designar nova data para a realização de audiência de conciliação, conforme despacho de fl. 34, observando-se as formalidades legais e intimações das partes para ciência do ato. À Secretaria para anotação do nome dos novos advogados da Requerida (fls. 123/150). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0606035-72.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Brf - Brasil Foods S.a. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: WALBER PRATA DE MENDONÇA (OAB 11816/AM) - Processo 0606945-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Carlos Roberto Costa Júnior - REQUERIDO: Net Serviços de Telecomunicação S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0607316-97.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARÊSSA CARVALHO RAMOS (OAB 10329/AM) - Processo 0608954-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Leão Locadora de Veículos Ltda - Me - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0609562-71.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, com motivo de devolução “Mudou-se”, requerendo o que entender de direito, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0609762-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Clube - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado

aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0610770-27.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: CONCA X ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLA LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0612488-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Le Boulevard - Ademais, o ordenamento jurídico prevê a interposição de instrumento próprio para o caso de irresignação da parte quanto à decisão proferida. Diante disso, deixo de apreciar o pedido de reconsideração (fls. 45/46). Tendo em vista que o pedido de reconsideração não produz qualquer efeito quanto ao prazo fixado, aguarde-se em Cartório o término do seu transcurso. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613037-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - defiro o pedido de citação por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, adotando-se as medidas necessárias ao cumprimento desta decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0613294-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condominio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM), ADV: GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA (OAB 178268A/SP), ADV: GUSTAVO CLEMENTE VILELA (OAB 220907/SP) - Processo 0613685-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Giannetta Alves de Carvalho - REQUERIDO: Santa Cordélia Empreendimentos Mobiliários Ltda - Construtora Capital S/A e outros - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0613735-07.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - mantenho a decisão de fl. 140 e indefiro o pedido de arresto via BACENJUD, vez que o exequente não logrou comprovar que esgotou todos os meios, colocados à sua disposição, para localizar o devedor ou os seus bens. Em prosseguimento do feito, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, diligenciar no sentido de informar o endereço do executado, para fins de citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0614703-37.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615390-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: THOMAZ DOS SANTOS FARIAS (OAB 8691/AM) - Processo 0616998-13.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Salomão dos Reis Rosa - REQUERIDO: Claro S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que compareçam à Secretaria desta 3ª UPJ, no dia 10-09-2019 as 10h, a fim de proceder à tomada de grafismo (colheita de assinaturas) da parte autora, para fins de realização de perícia grafotécnica (confronto com o documento de fl. 95), a ser realizada pelo Instituto de Criminalística do Amazonas, conforme decisão de fls. 280-281.

ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM), ADV: DOUGLAS WILLIAM CAMPOS DOS SANTOS (OAB 31138/DF) - Processo 0617193-66.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Corretagem - REQUERENTE: NEDER CHAVES MONASSA FILHO - REQUERIDO: TECNISA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA e outro - Por essas razões, rejeito a preliminar em questão e, por conseguinte, mantenho o deferimento da gratuidade judiciária. Do cotejo dos autos, verifico que a presente demanda iniciou-se pelo rito sumário, devendo seguir esse procedimento até seu julgamento, conforme determina o art.1046, §1°, do CPC/2015. Logo, o prazo de defesa é até a audiência de conciliação, na forma do art. 278 do CPC/1973 - norma aplicável ao caso -, a qual ainda não foi realizada, razão pela qual determino à Secretaria que torne sem efeito a certidão de revelia da segunda requerida (fl.264). Em prosseguimento do feito, designo o dia 23/09/2019, às 9:30 horas, na sede da 3ª UPJ, para a realização da audiência de conciliação. Expeça-se carta de intimação ao requerido que não possui patrono constituído nos autos, com as advertências contidas no despacho de fl. 96 dos autos. Proceda-se a intimação dos demais litigantes, por meio dos advogados habilitados neste feito, quanto à data a ser designada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM), ADV: ANA CLAUDIA MADEIRO FAÇANHA (OAB 13650/CE) - Processo 0617681-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jaecy Gomes Ribeiro - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Hospital São Lucas - Samesp Sociedade de Assistëncia Medica Especializada Ltda - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, nos termos da fundamentação, para determinar a extinção do feito com julgamento do mérito, com base no art. 487,I, do CPC. Convolo a tutela antecipada concedida em definitiva e condeno a requerida a pagar R$ 15.000,00 (quinze mil), a título de dano moral. Condeno a requerida, ainda, a pagar as custas processuais e os honorários do advogado do requerente, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa em atenção ao disposto no art. 85, § 2º, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo

0617719-62.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NEWTON SAMPAIO DE MELO (OAB 5306/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0618322-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Klemilson Azevedo de Melo - REQUERIDO: Banco do Brasil - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e a modo, e lhes DOU PARCIAL PROVIMENTO para esclarecer a obscuridade apontada quanto às razões deste Juízo para o indeferimento do pleito de danos morais, nos termos da fundamentação. Mantenho incólume as demais disposições da sentença. P. R. I.

ADV: MAURO HENKE (OAB 31217/RS) - Processo 0619268-78.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: GODEC INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço para citação que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: CÁSSIO MANAUS DE OLIVEIRA RUIZ (OAB 11760/AM), ADV: HIAGO DOS SANTOS BUÁS (OAB 11741/AM), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE) - Processo 0619552-18.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alex Sandro Gama Lira - REQUERIDO: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste acerca de petição e documentos juntados pela parte ré às fls. 165/168, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: EWERTON DE ALENCAR CORREIA (OAB 8460/AM), ADV: ANA MARIA DA SILVA NORONHA (OAB 9569/AM) - Processo 0620898-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Eduardo Oliveira Silva - defiro, em parte, o pleito de fl. 144. Proceda-se à pesquisa aos sistemas INFOJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos, sem ônus ao requerente por ser beneficiário da gratuidade da justiça (despacho, fl. 131). Retornando resposta positiva com novo endereço, determino à Secretaria que expeça o respectivo mandado, com nova data para realização de audiência de conciliação perante o CEJUSC, conforme decisão de fls. 48/49. Ato contínuo, remetam-se os autos ao CEJUSC, para o regular andamento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GISELE ALBUQUERQUE FELINTO CAMPELLO (OAB 22190/PE), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0621575-97.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Manaus Autocenter Ltda - REQUERIDO: Itautinga Agro Industrial S/A - Aguarde-se o trânsito em julgado da sentença. Cumpra-se.

ADV: MILENE VIEIRA MARTINS (OAB 12828/AM), ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0622828-23.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDA: Andreza da Silva e Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0623421-28.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: ALEXANDRE FIDALGO (OAB 172650/SP) - Processo 0623547-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Lei de Imprensa - REQUERENTE: Zetrasoft Ltda. - REQUERIDO: Norte Editora Ltda. - Isto posto, julgo EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, VI, do CPC. Condeno a requerente a pagar as custas e despesas processuais, bem como os honorários do advogado do requerido, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa em atenção ao disposto no art. 85, §§ 2º e 6°, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623993-47.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: DAVID CHRISTIANO TREVISAN SANZOVO (OAB 47051PR) - Processo 0624212-21.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Br Consorcios Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDO: Ekmar do Nascimento Freitas - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PETTERSON CHIMANGO DOS SANTOS (OAB 142202/MG) - Processo 0624735-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Largesso Prestação de Serviços Ltda - Aguarde-se a realização da audiência de conciliação no CEJUSC. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627132-07.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM), ADV: ROOSEVELT COSTA DINIZ (OAB 11032/AM), ADV: EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA (OAB 2960/AM) - Processo 0627589-68.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: ENE

Empreendimentos e Participações Ltda - REQUERIDO: Marcos Andrade Oliveira e outro - intime-se a Requerente, por seu advogado habilitado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar ao feito cópia legível do contrato social e alterações, devidamente atualizado, a fim de verificar se o Sr. Marcos Andrade de Oliveira ainda possui cotas sociais relativas à empresa Empreiteira da Amazônia Ltda. Juntada a respectiva documentação, comprovando-se a propriedade da parte ré, desentranhe-se o mandado expedido às fls. 304 para seu cumprimento pelo oficial de justiça designado, sem ônus à demandante. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM), ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM) - Processo 0627600-29.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Elizabeth Ferreira dos Santos e outro - REQUERIDO: Fabio de Souza Alves - Diante disso, entendo preenchidos os requisitos legais, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo requerido, excetuadas eventuais despesas postais que devem ser arcadas pela parte por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Tendo em vista a arguição de falsidade documental na réplica (fls. 126/127), determino a intimação do requerido manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art. 432 do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA (OAB 4564/AM) - Processo 0628088-47.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Dodó Veículos Ltda - REQUERIDO: Sam Serviços e Empreendimentos Ltda - Epp e outros - Diante disso, em atenção ao pleito inicial, reiterado em audiência (fls. 42/43), satisfeitos os requisitos legais, DEFIRO LIMINARMENTE O PEDIDO DE DESPEJO, pelo que determino a intimação do requerido para proceder à desocupação do imóvel, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de despejo; facultando à ré, caso queira evitar a rescisão do contrato e o despejo liminar, proceder à purgação da mora no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, mediante o depósito judicial do débito atualizado, multa contratual e acrescido das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do débito. Antes do seu cumprimento, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, depositar a caução correspondente a três meses de aluguel, juntar o comprovante de pagamento das custas do oficial de justiça (Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ), bem como informar o endereço dos outros requeridos (Leila Maria de Lima Silva e Sanmara Fabiola do Nascimento Barreto), para fins de citação/intimação, para regular prosseguimento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0628370-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Martins e Dias Comércio Varejista de Artigos de Armarinho Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0628463-24.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - reputo válida a intimação, conforme fundamentação acima aludida. Por oportuno, determino que a Secretaria certifique se houve o pagamento do débito ou impugnação apresentada pelos executados. Certificado o transcurso do prazo sem pagamento ou impugnação pelos devedores, defiro o pleito de fl. 193. Via de consequência, determino a transferência do valor constrito, às fls. 90/92, para conta judicial deste juízo vinculada ao presente feito e, após consulta da Secretaria, sendo positiva, expeça-se o respectivo alvará judicial para levantamento da quantia devida à credora, na forma requerida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629968-74.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0630491-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Tork Transporte Ltda-me - REQUERIDO: Om Boat Locação de Embarcações Ltda - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0630616-59.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Multa de 10% - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas (Amazonas Shopping Center) - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: ROBSON PARENTE RIBEIRO (OAB 10470/AM), ADV: ERIKA NAIANA D. PIRES (OAB 590A/AM), ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM), ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM), ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0630970-84.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Roberto Carlos Dameda e outro - REQUERIDO: Condomínio Residencial Jardim Santorini e outros - Isto posto, julgo EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, VI, do CPC. Condeno o requerente a pagar as custas e despesas processuais, bem como os honorários do advogado dos requeridos, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa em atenção ao disposto no art. 85, §§ 2º e 6°, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: TATIANNE DE ALCÂNTARA AZULAY MELLO (OAB 11998/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0631145-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631239-21.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte

comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TARCISO SANTIAGO JUNIOR (OAB 101313/MG), ADV: DÉCIO FREIRE (OAB 815A/PE), ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0631636-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Daniela Silva de Souza - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0631932-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Érica dos Santos Vieira - Em observância ao disposto no art. 801 do CPC, determino a intimação do exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de colacionar aos autos o demonstrativo atualizado do débito, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALMÉRIO AUGUSTO CABRAL DOS ANJOS DE CASTRO E COSTA (OAB 5171/AM), ADV: RAFAEL DA CRUZ LAURIA (OAB 5716/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0631988-14.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mario Jorge Silva do Nascimento - REQUERIDO: Banco do Brasil - Pois bem, em relação ao valor depositado voluntariamente pelo requerido (fls.239/241), trata-se de parcela incontroversa, razão pela qual determino a expedição de alvará em favor do requerente para fins de levantamento da quantia depositada acrescida de eventuais atualizações. Considerando o pedido do autor para a complementação do depósito, determino, ainda, a intimação do requerido/executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia total indicada na memória discriminada dos cálculos apresentada pela Contadoria quanto ao débito remanescente (fl. 258). Transcorrido o prazo acima aludido, incidirá sobre o total do remanescente multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento), conforme o art.523, § 1º, do CPC. No caso de não ocorrer o pagamento voluntário no prazo assinalado, proceda-se a intimação do requerente/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar memória de cálculo com o cômputo da multa e dos honorários acima aludidos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0632710-43.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM) - Processo 0632969-38.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Antônio Albertino Filho - Assim, como a garantia prevista no contrato refere-se apenas a 01 bem móvel, indefiro o pedido de emenda a petição inicial para inclusão de segundo veículo (fls. 76/77). Tendo em vista que a liminar de busca e apreensão ainda não foi cumprida, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar endereço para fins de cumprimento da mencionada liminar ou requerer o que de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0633345-29.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - indefiro o pedido de arresto, via BACENJUD/INFOJUD/RENAJUD, vez que o exequente não logrou comprovar que esgotou todos os meios, colocados à sua disposição, para localizar o devedor ou os seus bens. Quanto ao pleito de consulta de endereço, defiro-o (fls. 106/108). Proceda-se à pesquisa aos sistemas BACENJUD/INFOJUD/RENAJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Antes do seu cumprimento, intime-se o exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico (BACENJUD/INFOJUD/RENAJUD), conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o exequente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0633673-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Raimundo Parente da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0633968-88.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634474-69.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0635656-22.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edivaldo de Souza Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0635896-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas

a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0637000-04.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Diante disso, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação do exequente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço dos executados, para fins de citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0637549-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Joseney das Neves Morais - Tendo em vista o disposto no art. 330, § 2°, do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de especificar as disposições contratuais que pretende controverter e indicar o incontroverso, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se

ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM) - Processo 0637816-54.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Darlene Aquino de Souza - REQUERIDO: Rosales Empreendimento Imobiliário Ltda - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 04/11/2019, às 9 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM) - Processo 0638678-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Campelo de Figueiredo e outro - Desta feita, em observância ao disposto no art. 801 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de colacionar aos autos o devido título extrajudicial e a memória de cálculo atualizada do débito, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0639842-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alzenaide da Silva Freitas - Desta feita, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA no sentido de determinar à requerida que, no prazo de improrrogável de 72h (setenta e duas horas), suspenda a cobrança mensal efetuada através das faturas do Plano de Saúde impugnadas na presente demanda, até ulterior deliberação deste juízo, sob pena de pagamento de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) por cada desconto, em caso de descumprimento, limitada a 10 (dez) incidências. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0640803-29.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em atenção ao disposto no art. 10 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a possível perda do objeto da presente demanda em razão da notícia de roubo do bem e de posse por terceiros (fls. 48 e 82). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0641052-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Tereza Batista de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bmg S/A e outro - Fortes nestes argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que suspenda os descontos efetuados no contracheque da autora relativos à contratação de cartão de crédito com reserva consignável (RMC), impugnados na presente demanda, no prazo improrrogável de 72h (setenta e duas horas), até ulterior deliberação deste juízo, sob pena de pagamento de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) por cada desconto, em caso de descumprimento, limitada a 10 (dez) incidências, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, com fulcro no Art. 536, §1 c/c Art. 537 do Código de Processo Civil, bem como no Art. 84, §3 e §4 do CDC. Defiro a justiça gratuita em favor da autora, por considerar a parte hipossuficiente. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII do CDC. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art. 335 do CPC. Caso a parte passiva não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Na hipótese de requerente e requerido manifestarem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4º, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0641609-93.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Konica Minolta Business Solutions do Brasil Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo

0642079-95.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM), ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM) - Processo 0642179-79.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Manaus Auto Shopping Comércio de Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ODAIR CORDEIRO DOS SANTOS (OAB 30265/PR), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0643046-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADA: Valdirene Aparecida Pazelli da Cruz Aparecido e outro - indefiro o pedido de arresto via BACENJUD/RENAJUD, vez que o exequente não logrou comprovar que esgotou todos os meios, colocados à sua disposição, para localizar o devedor ou os seus bens. Tendo em vista que a pesquisa de informação quanto à declaração de bens pelo sistema configura medida demasiadamente extrema, sendo permitida apenas em hipótese excepcional, o que não é o caso dos autos, indefiro o pedido de consulta via INFOJUD. Em prosseguimento do feito, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, diligenciar no sentido de promover a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0643468-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Almeida Martins de Matos e Outros - Fortes nestes argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que suspenda os descontos efetuados no contracheque do autor com o título "BMG CARTÃO 10", no prazo improrrogável de 72h (setenta e duas horas), até ulterior deliberação deste juízo, sob pena de pagamento de multa de R$ 1.000,00 (Mil reais) por cada desconto, em caso de descumprimento, limitada a 10 (dez) incidências, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, com fulcro no Art. 536, §1 c/c Art. 537 do Código de Processo Civil, bem como no Art. 84, §3 e §4 do CDC. Defiro a justiça gratuita em favor do autor, por considerar a parte hipossuficiente. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII do CDC. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art. 335 do CPC. Caso a parte passiva não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Na hipótese de requerente e requerido manifestarem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4º, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM), ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM) - Processo 0643937-59.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - De arremate, na hipótese do(s) réu(s) não ser(em) encontrado(s) no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP), ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM) - Processo 0643989-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luciene Gomes Guedes - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 04/11/2019, às 8:45 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0644020-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria das Graças Bastos Magalhães - Diante disso, determino a intimação da requerente para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0644033-74.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em observância ao disposto no art. 321 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de colacionar aos autos contrato com cláusula de alienação fiduciária com a descrição completa do bem indicado na inicial, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: OTACÍLIO NEGREIROS NETO (OAB 4069/AM) - Processo 0646185-66.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: A. C. Distribuidora de Cereais Ltda-me - REQUERIDO: Toyolex Autos S.a - Indefiro o pedido de cancelamento da audiência (fls. 331/33), na medida em que a determinação de perícia grafotécnica não impede a colheita das provas orais na audiência de instrução e julgamento. Por conseguinte, mantenho a audiência anteriormente designada para o dia 27/08/2019, às 09:30 horas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO DOS SANTOS BRAGA (OAB 12624/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0647215-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Waldemites Dias de Araújo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANTONIA CARINE SANTOS DA SILVA (OAB 11139/AM) - Processo 0647771-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Campos da Frota - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EUKELLY CRISTHIE PENEDO DE OLIVEIRA (OAB 8733/AM), ADV: SALLY SCARPARO SENDAS (OAB 236968/SP), ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP), ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM) - Processo

0649385-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sheila Maria Leão Magalhaes e outro - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora - Isto posto, ACOLHO a preliminar de impugnação ao valor da causa e, por conseguinte, fixo o valor da causa em R$ 218.050,00 (duzentos e dezoito mil e cinquenta reais). Determino à Secretaria que proceda à respectiva alteração no SAJ nos termos desta decisão; e, após, remeta os presentes autos à Contadoria para apuração das custas complementares e emissão da respectiva guia. Determino, ainda, a intimação dos requerentes para recolhimento das custas complementares em 15 (quinze) dias, sob as penas da lei. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM) - Processo 0649571-70.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Luiz França da Costa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: MICHEL FARAH SADALA SENA (OAB 9438/AM) - Processo 0657564-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Parque 10 Empreedimentos Imobiliários Spe - S.a (Construtora Tecnisa) - EXECUTADA: Sylvia Judith Chagas Ventilari - Tendo em vista as informações de fl. 102 quanto à ausência de acordo entre as partes, cumpra-se a decisão de fl. 90 quanto ao bloqueio de valores, via BACENJUD, nas contas da executada. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0661709-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: S. B. Comércio Ltda. - REQUERIDO: Massa Falida de S. Monteiro Ltda - Diante das razões expostas, decreto a extinção do processo com resolução de mérito nos termos do art. 487, I do CPC/2015, pronunciando a procedência dos pedidos, para (a) declarar a validade e eficácia da promessa de compra e venda firmada entre a Autora e a sociedade S. Monteiro Ltda. em 12/12/1995, relativa ao imóvel matriculado sob o n.º 968, no 2.º Registro Imobiliário de Manaus; (b) declarar a posse da Autora sobre o imóvel; (c) declarar a inexistência de obrigação quanto ao pagamento de alugueis quanto ao mesmo imóvel; e (d) deferir a adjudicação compulsória, em favor da Autora, do imóvel matriculado sob o n.º 968, no 2.º Registro Imobiliário de Manaus, mediante o suprimento da vontade da Ré, determinando a expedição de mandado, após o trânsito em julgado, para registro do bem em nome da Requerente. Julgo prejudicado o pedido de declaração de compensação de dívidas, nos termos da fundamentação, por entender que a dívida relativa ao saldo da promessa de compra e venda foi atingida pela prescrição. Condeno a Ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, fixados estes no mínimo legal de 10% (dez porcento) sobre o valor da causa. Notifique-se o Ministério Público Advindo o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e no setor de Distribuição, arquivando-se estes autos. P.R.I.C.

ADV: ASTRID MARIA CABRAL MAUÉS (OAB 13458/AM), ADV: ANTÔNIO CÉSAR ALVES SILVA (OAB 6058/AM) - Processo 0707043-39.2012.8.04.0001/01 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Sebastiana Mireide Fabrício de Araújo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, diligência relativa ao Despacho de fl.124, no prazo legal de 05 (cinco) dias Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento. Certifico, por fim, que até o presente momento não houve manifestação da Faculdade Uninassau Manaus - Centro Universitário Maurício de Nassau quanto ao Ofício de fl.138.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM) - Processo 0712093-46.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia - O pedido de desistência foi formulado antes da citação do requerido, pelo que não é necessária a manifestação deste quanto ao pedido de extinção do processo, sendo, portanto, suficiente o desejo manifestado pelo requerente em não dar continuidade ao litígio (fl. 220), consoante interpretação a contrario sensu do art. 485, §4°, do Código de Processo Civil. Isto posto, homologo o pedido de desistência e julgo EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termo do art. 485, VIII, do novo CPC. Sem condenação em honorários, vez que não satisfeita a condição prevista em lei para este fim. Custas processuais pelo requerente. Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)
Adriana Santos Monteiro (OAB 13849/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alberto Ivan Zakidalski (OAB 39274/PR)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre Fidalgo (OAB 172650/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alice de Aquino Siqueira e Silva (OAB 4564/AM)
Almério Augusto Cabral dos Anjos de Castro e Costa (OAB 5171/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Ana Claudia Madeiro Façanha (OAB 13650/CE)
Ana Maria da Silva Noronha (OAB 9569/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Menezes de Souza e Souza (OAB 5847/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andreia Sabino Correia (OAB 7074/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Antonia Carine Santos da Silva (OAB 11139/AM)
Antônio Araújo de Moraes (OAB 5631/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio César Alves Silva (OAB 6058/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
Astrid Maria Cabral Maués (OAB 13458/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássio Manaus de Oliveira Ruiz (OAB 11760/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 000.607/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)

Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniel Ricardo do Carmo Ribeiro Fernandes (OAB 7269/AM)
David Christiano Trevisan Sanzovo (OAB 47051PR)
DÉCIO FREIRE (OAB 815A/PE)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Douglas William Campos dos Santos (OAB 31138/DF)
EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB 9435/AM)
Emerson Perkins Lemos de Assis (OAB 3715/AM)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Epitácio da Silva Almeida (OAB 2960/AM)
Erika Naiana D. Pires (OAB 590A/AM)
Eukelly Cristhie Penedo de Oliveira (OAB 8733/AM)
Ewerton de Alencar Correia (OAB 8460/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francyne Negro Vaz Leal (OAB 10447/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Gisele Albuquerque Felinto Campello (OAB 22190/PE)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Clemente Vilela (OAB 220907/SP)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (OAB 178268A/SP)
Hélio Luiz Vitorino Barcelos (OAB 100371/SP)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Henry MAiro Henrique Ramos (OAB 12019/AM)
Hiago dos Santos Buás (OAB 11741/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jamilly Viana da Silva (OAB 10666/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco Dantas Nunes (OAB 823/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Falabella Neto (OAB 2899/AM)
José Fernandes Júnior (OAB 1947/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 695A/AM)
Juliana Chaves Moura (OAB 8901/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Ligier Martins Moreira Júnior (OAB 6660/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Lorena Santana Pimentel (OAB 11224/AM)
Luan Felipe Rodrigues Campos (OAB 11058/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz César Falcão de Oliveira (OAB 2592/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
MARÇAL MARCELLINO DA SILA NETO (OAB 5865/PA)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marcos Paulo dos Santos Braga (OAB 12624/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Marêssa Carvalho Ramos (OAB 10329/AM)
Mariane Cardoso Macarevich (OAB 30264/RS)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
MAURO HENKE (OAB 31217/RS)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michel Farah Sadala Sena (OAB 9438/AM)
Michele Nogueira (OAB 4265/AM)
Milene Vieira Martins (OAB 12828/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Muni Lourenço Silva Júnior (OAB 3334/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Newton Sampaio de Melo (OAB 5306/AM)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)
Nirvana Furtado de Souza (OAB 7076/AM)
Odair Cordeiro dos Santos (OAB 30265/PR)
Otacílio Negreiros Neto (OAB 4069/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paula Miranda da Cunha (OAB 159369/MG)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro José Coelho Pinto (OAB 3771/PA)
Petterson Chimango dos Santos (OAB 142202/MG)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscilla Jimenes Del Guerra (OAB 204205/SP)
Rafael da Cruz Lauria (OAB 5716/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Rarison Tataira da Silva (OAB 263/RR)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Robson Parente Ribeiro (OAB 10470/AM)
Rodolfo Von Sydow Canavarro Pereira (OAB 059.463/RJ)
Roosevelt Costa Diniz (OAB 11032/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)

Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Sally Scarparo Sendas (OAB 236968/SP)
Samanta Coelho da Silva e Silva (OAB 9746/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Tarciso Santiago Junior (OAB 101313/MG)
Tatianne de Alcântara Azulay Mello (OAB 11998/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Thomaz dos Santos Farias (OAB 8691/AM)
Ulysses Ecclissato Neto (OAB 182700/SP)
Valdemir da Silva (OAB 3018/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Walber Prata de Mendonça (OAB 11816/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0332/2019

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0603369-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro da Glória Pereira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: CARLOS JAVIER TUNJA QUINONEZ (OAB 11801/AM), ADV: MAX AGUIAR JARDIM (OAB 10812/PA) - Processo 0612388-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Getúlio Barbosa Sobrinho - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0614655-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Kaele Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0615397-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jusemar Oliveira de Souza - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0615892-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Natureza Comércio de Descartável Ltda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP) - Processo 0615936-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucicleide Farias e Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0616477-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: D Sena Industria e Comercio de Generos Alimenticios Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0616996-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ruth Santos da Silva Almeida - REQUERIDO: Claro S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0618740-05.2019.8.04.0001 - Procedimento

Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rogério Amâncio Carvalho - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0621136-52.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Valdir Luciano da Costa - REQUERIDO: Banco Itaú BMG Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0623755-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cláudia Cristina Vieira do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0626568-28.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628209-75.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tarifas - REQUERENTE: Edney Bezerra Menezes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0628343-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Sérgio Alves Anselmo - REQUERIDO: Banco BMC S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0638022-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gilberto da Graça Bandeira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: TÚLIO RICARDO OLIVEIRA (OAB 11117/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0642220-80.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marilúcia dos Santos Silva e outros - REQUERIDO: Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas - Geap - Fundacao de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM), ADV: JOSÉ KLEBER ARRAES BANDEIRA (OAB 223A/AM), ADV: CLYNIO MAURÍCIO SAUNIER CAVALCANTI (OAB 4217/AM) - Processo 0643542-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Importadora de Produtos de Consumo Mundial Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0644196-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Elionai Benjamim Batista Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0644974-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Abne Estumano da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/

SE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0648050-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Júlio César Souza Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM) - Processo 0648895-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kaele Ltda. - K. L. Rent A Car - REQUERIDO: Edilson Rodrigues de Lima Júnior - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0650231-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Irlanda da Silva Paixão - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0655378-71.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Shirley Araujo Martins - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HELEN KELLER DA SILVA DIAS (OAB 13433/AM), ADV: LUCIENE HELENA DA SILVA DIAS (OAB 4697/AM) - Processo 0656005-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Carlos Vasconcelos Leite - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0656508-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jullien da Silva Lobato - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: PAULA GAMA DE PAIVA (OAB 11199/AM), ADV: VERA LÚCIA DE MAGALHÃES BRASIL (OAB 12033/AM) - Processo 0719395-29.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: João Luiz Cunha Moura - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Javier Tunja Quinonez (OAB 11801/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Clynio Maurício Saunier Cavalcanti (OAB 4217/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Fabrício Frota Marques (OAB 6444/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Helen Keller da Silva Dias (OAB 13433/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Kleber Arraes Bandeira (OAB 223A/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciene Helena da Silva Dias (OAB 4697/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Max Aguiar Jardim (OAB 10812/PA)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paula Gama de Paiva (OAB 11199/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Túlio Ricardo Oliveira (OAB 11117/AM)
Vera Lúcia de Magalhães Brasil (OAB 12033/AM)

Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO IDA MARIA COSTA DE ANDRADE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0333/2019

ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM) - Processo 0206461-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Marilene Adolfo Soares - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, em virtude de licença médica da Titular deste Juízo, Dra. Maria Costa de Andrade, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência na data atualmente marcada e, ato contínuo, redesigne-se para o dia 11/02/2020, às 9:30h. Inclua-se em pauta no SAJ. Intimem-se as partes.

ADV: CHARLES AUGUSTO DA ROSA (OAB 91798/RS), ADV: ROSELI POGGERE DA ROSA (OAB 43383/RS) - Processo 0215031-27.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Bruno José Campelo de Carvalho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, em razão da ocorrência da situação descrita nos autos (juntada de laudo pericial), faço a devolução da carta precatória à origem com as homenagens deste Juízo.

ADV: LUIZ OTÁVIO GONTIJO CARVALHO (OAB 91333/MG), ADV: GUSTAVO FERREIRA CARVALHO (OAB 87130/MG), ADV: MATEUS BOTINHO OLIVEIRA (OAB 78477/MG) - Processo 0218296-37.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Jeferson Antônio Ferreira Silva - REQUERIDO: Davi Geraldo Dias da Silva - De ordem, em virtude de licença médica da Titular deste Juízo, Dra. Maria Costa de Andrade, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência na data atualmente marcada e, ato contínuo, redesigne-se para o dia 11/03/2020, às 9:30h. Inclua-se em pauta no SAJ. Intimem-se as partes.

ADV: PALOMA DE SOUZA SICSÚ (OAB 7186/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0600557-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Esmeraldo Secatti - Rosana Previtali Ribeiro Secatti - Vinícius Previtali Secatti - Vítor Previtali Secatti - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - PERITO: Roberto Castelo Branco Wanderley - De ordem, em virtude de licença médica da Titular deste Juízo, Dra. Maria Costa de Andrade, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência na data atualmente marcada e, ato contínuo, redesigne-se para o dia 18/02/2020, às 9:30h. Inclua-se em pauta no SAJ. Intimem-se as partes.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 1140A/AM), ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM), ADV: CACILDA ANUNCIAÇÃO RAMALHOSA (OAB 6179/AM), ADV: BIANCA ALESSANDRA BATISTA LIMA (OAB 7516/AM), ADV: RENATO PEREIRA DE FREITAS (OAB 86759/RJ) - Processo 0602645-02.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Manoel Soares do Nascimento - Maria Aparecida da Silva Nascimento - REQUERIDO: Tegma Gestão Logística S/A - Danilson dos Santos Peres - DENUNCIADO: Generali Brasil Seguros S/A - De ordem, em virtude de licença médica da Titular deste Juízo, Dra. Maria Costa de Andrade, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência na data atualmente marcada e, ato contínuo, redesigne-se para o dia 19/02/2020, às 9:30h. Inclua-se em pauta no SAJ. Intimem-se as partes.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0603706-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Acádia Maria Pereira de Araújo - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - INTSSADA: Sheyla Dantas Frota de Carvalho - De ordem, em virtude de licença médica da Titular deste Juízo, Dra. Maria Costa de Andrade, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência na data atualmente marcada e, ato contínuo, redesigne-se para o dia 17/02/2020, às 9:30h. Inclua-se em pauta no SAJ. Intimem-se as partes.

ADV: MARCELA DE SÁ PEIXOTO FRAXE (OAB 8875/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0605525-93.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: RBL Arquitetura e Interiores S/S Ltda. - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Unimed de Manaus Empreendimentos S/A - Recebido em razão de suspeição. Defiro o pedido de fls. 491/493 antecedentes, em razão do acordo celebrado pelas partes (477/480) e homologado por sentença (488) . Expeça-se alvará para o levantamento da quantia depositada, ou transferência eletrônica , se for o caso, com a observância das formalidades de praxe. À Secretaria para as providências.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0615144-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Sandra Maria Viana Moura - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019, às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0616985-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Walmir Glória da Silva - Em

conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0616985-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Walmir Glória da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado parcialmente cumprido, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0618740-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rogério Amâncio Carvalho - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019, às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM) - Processo 0620093-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Oliva Pinto Logística Ltda. - REQUERIDO: M. D. Comércio e Representações de Pisos e Revestimentos Ltda. - De ordem, em virtude de licença médica da Titular deste Juízo, Dra. Maria Costa de Andrade, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência na data atualmente marcada e, ato contínuo, redesigne-se para o dia 09/03/2020, às 9:30h. Inclua-se em pauta no SAJ. Intimem-se as partes.

ADV: JOÃO ROBERTO DOS ANJOS FILHO (OAB 12389/AM), ADV: DOLORES GARCIA RODRIGUES (OAB 1027/AM) - Processo 0620462-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DN - REQUERIDO: Antonelly Construções e Serviços Eirelli - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALDO RAPHAEL MOTA DE OLIVEIRA (OAB 11865/AM) - Processo 0621111-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marco Aureliano Guimarães dos Santos - Tatiane dos Santos Viana - REQUERIDO: Imbrasco Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019, às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FRANCISCO GUILHERME DE CARVALHO SANTOS (OAB 48596/PE) - Processo 0621693-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manoele Vinente Leão - REQUERIDO: Plural Gestão Em Planos de Saúde Ltda. - Samel - Plano de Saúde Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019, às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0627863-95.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Fortintas Materiais de Construção Ltda. - ME - REQUERIDO: Instituto de Tecnologia José Rocha Sérgio Cardoso - De ordem, em virtude de licença médica da Titular deste Juízo, Dra. Maria Costa de Andrade, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência na data atualmente marcada e, ato contínuo, redesigne-se para o dia 10/03/2020, às 9:30h. Inclua-se em pauta no SAJ. Intimem-se as partes.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0631538-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Everaldo Sousa Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º, do CPC, responder aos embargos à monitória. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º, do CPC.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0631599-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andréa Pereira Gonçalves - REQUERIDO: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019, às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: GABRIELA SAMARA DE OLIVEIRA TRAVASSOS (OAB 9504/AM) - Processo 0635299-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Maria Pereira - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019, às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o

modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: NAIR VIDAL MAGALHÃES LIMA (OAB 98897/MG) - Processo 0635991-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Hospital Santa Júlia Ltda. - REQUERIDO: Medic System Ltda. - De ordem, em virtude de licença médica da Titular deste Juízo, Dra. Maria Costa de Andrade, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência na data atualmente marcada e, ato contínuo, redesigne-se para o dia 10/02/2020, às 9:30h. Inclua-se em pauta no SAJ. Intimem-se as partes.

ADV: RENATA BARROSO VIEIRA (OAB 11230/AM) - Processo 0639408-31.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Renata Barroso Vieira - CONSIGNADO: Banco Pan S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019, às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM), ADV: HEITOR BARBOSA BRUNI DA SILVA (OAB 41422/PR) - Processo 0641963-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Márcio Soares Guimarães - REQUERIDA: Maria do Socorro Figueiredo Carvalho - Claudomiro Picanço Carvalho - De ordem, em virtude de licença médica da Titular deste Juízo, Dra. Maria Costa de Andrade, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência na data atualmente marcada e, ato contínuo, redesigne-se para o dia 16/03/2020, às 9:30h. Inclua-se em pauta no SAJ. Intimem-se as partes.

ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM) - Processo 0646446-94.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francinaldo Souza da Mota - REQUERIDO: Marcos Flávio de Souza Gouveia - Não basta o interessado qualificar-se como economicamente deficitário para ter deferido automaticamente o benefício da assistência judiciária, impondo-se a ele que municie o julgador de elementos hábeis e suficientes a evidenciar a sua necessidade e a precariedade de suas condições financeiras. Inexistentes nos autos elementos desse jaez, não demonstrada pela parte requerente a sua real necessidade de ser agraciado com tal benefício, Indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a remessa dos autos ao Contador para a elaboração do cálculo das custas processuais. Após, intime-se o Requerente para fazer o respectivo recolhimento, sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 30 dias.

ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR) - Processo 0654923-09.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0612922-09.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: V-8 Restaurante e Bar Eireli - EMBARGADO: Banco da Amazônia S/A - De ordem, em virtude de licença médica da Titular deste Juízo, Dra. Maria Costa de Andrade, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência na data atualmente marcada e, ato contínuo, redesigne-se para o dia 12/02/2020, às 9:30h. Audiência a ser realizada conjuntamente com aquela de autos n. 0612922-09-.2018.8.04.0001. Inclua-se em pauta no SAJ. Intimem-se as partes.

Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Aldo Raphael Mota de Oliveira (OAB 11865/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Bianca Alessandra Batista Lima (OAB 7516/AM)
Cacilda Anunciação Ramalhosa (OAB 6179/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Charles Augusto da Rosa (OAB 91798/RS)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Dolores Garcia Rodrigues (OAB 1027/AM)
Dorismar Martins Masiero (OAB A1083/AM)
Eduardo Chalfin (OAB 1140A/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Guilherme de Carvalho Santos (OAB 48596/PE)
Gabriela Samara de Oliveira Travassos (OAB 9504/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Ferreira Carvalho (OAB 87130/MG)
Heitor Barbosa Bruni da Silva (OAB 41422/PR)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
João Roberto dos Anjos Filho (OAB 12389/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)

Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Luiz Otávio Gontijo Carvalho (OAB 91333/MG)
Marcel da Fonseca Moura (OAB 10083/AM)
Marcela de Sá Peixoto Fraxe (OAB 8875/AM)
Mateus Botinho Oliveira (OAB 78477/MG)
Nair Vidal Magalhães Lima (OAB 98897/MG)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paloma de Souza Sicsú (OAB 7186/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Renata Barroso Vieira (OAB 11230/AM)
Renato Pereira de Freitas (OAB 86759/RJ)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roseli Poggere da Rosa (OAB 43383/RS)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0317/2019

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0040155-50.2006.8.04.0001 (001.06.040155-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Jô Pneus Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0203165-71.2009.8.04.0001 (001.09.203165-0) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Luiz Lopes Batista - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC, c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: JULIANA LÚCI MESSA PEREIRA (OAB 5374/AM), ADV: CÉLIO ANTÔNIO SZLACHTA (OAB 6260/AM) - Processo 0206957-62.2011.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: M. P. Alves Coêlho - ME - REQUERIDA: Francisca Belo - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM) - Processo 0227197-72.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0219057-83.2010.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Painço Administradora Ltda. e outros - REQUERIDO: Marcelo Manuel Carvalho Vieira - Banco Bradesco S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0249628-37.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: José Barbosa Pinto Filho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R. H. Trata-se de Cumprimento de Sentença contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o qual se enquadra nas hipóteses previstas no art. 534, e seguintes do CPC/15. Assim, intime-se a Autarquia Federal para que se manifeste acerca da petição de fls. 229/238, conforme art. 535, caput, do CPC, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução. Cumpra-se.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: MARCOS JÂNIO DA SILVA COSTA (OAB 6317/AM) - Processo 0255673-23.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Renato Gomes de Lima - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que esclareci na nomeação que o valor máximo pago pelo TJAM a título de honorários de perito é de R$ 1.000,00 (mil reais). Na Portaria n. 1.233/2012 do TJAM determina em quais situações é possível o magistrado elevar o valor dos honorários, contudo, entendo que não é o caso do presente feito, razão pela qual fixo o valor de R$ 1.000,00 (mil reais). Intime-se o experto nomeado sobre o teor da presente decisão, para manifestar-se se aceita ou não o encargo, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE PAULA (OAB 2388/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: KIÊ MARIEE CAVALCANTE HARA (OAB 4779/AM), ADV: RONALDO LÁZARO TIRADENTES (OAB 4113/AM) - Processo 0320214-07.2007.8.04.0001 (001.07.320214-3) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Geórgia de Paula Quintero - REQUERIDO: Rádio Tiradentes Ltda. - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 1140A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM) - Processo 0600760-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria do Socorro de Souza Costa e outro - REQUERIDO: Santander Brasil Seguros e Previdência S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO VALDEMAR LORENÇÃO JÚNIOR (OAB 105465/SP), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM), ADV: LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO (OAB 9919/AM) - Processo 0602008-51.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: BDS Confecções Ltda. - EXECUTADO: Wapmetal Indústria e Comércio de Componentes Metálicos, Máquinas e Equipamentos Ltda. - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. À Secretaria para que proceda a correção de classe, uma vez que trata-se de ação monitória. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0602078-97.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0609508-37.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Direito de

Imagem - REQUERENTE: Renato Braslavsky Leite - REQUERIDO: Condomínio Edifício Ajuricaba - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602839-02.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Edméa Farias de Freitas - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º, do artigo 437, do CPC.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0603271-50.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria das Graças da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM) - Processo 0603477-06.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: A. L. Comércio Varejista de Ferragens e Ferramentas Ltda. - ME - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: MARIA FRANCIDEUZA DA COSTA (OAB 4256/AM) - Processo 0604398-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jesus de Nazareno Alves Bentes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 20 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0606477-14.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: M. S. Fernandes (Congesso Construções) - Manoel da Silva Fernandes - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º, do artigo 437, do CPC.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM) - Processo 0607386-85.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: YAN RANZI BIAZUSSI (OAB 14183/AM), ADV: HENRIQUE DE DAVID (OAB 84740/RS), ADV: EDUARDO MATZENBACHER ZARPELON (OAB 335279/SP), ADV: BRUNO LEAL SÜMMCHEN DO AMARAL (OAB 397863/SP), ADV: GUSTAVO DA SILVA MELO (OAB 113500/RS), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0608112-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodoviário Lino Ltda. - ME - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - LITSPASSIV: Tim Celular S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0609865-22.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria Macilete Araújo Pimentel - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM) - Processo 0609941-41.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - R. H. Torno sem efeito a decisão de fls. 125, pois lançada equivocadamente. Expeça-se competente alvará, como requer à fl. 137. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0610273-76.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Entendo que as medidas postuladas são desproporcionais e atentatórias aos direitos e garantias individuais assegurados pela Constituição Federal. Além do que, não vislumbro qual contribuição tais medidas possam ensejar na quitação da dívida, desta forma, indefiro os pleitos da parte exequente de fls. 103 a 105. O STJ já se pronunciou sobre o tema: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS SATISFATIVAS DO CRÉDITO PERSEGUIDO DEVEM SER RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS, PARA QUE SEJAM MENOS GRAVOSAS AO DEVEDOR E MAIS EFICAZES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. É assente a cognição jurisprudencial deste Sodalício no sentido de que as medidas de satisfação do crédito perseguido em execução não podem extrapolar os liames de proporcionalidade e razoabilidade, de modo que contra o executado devem ser adotadas as providências menos gravosas e mais eficazes. Precedente. 2. No caso em exame, o Tribunal de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que os pedidos formulados pelo exequente, de suspensão de passaporte, de suspensão da CNH e de cancelamento dos cartões de crédito e débito, seriam excessivamente gravosos aos executados e desproporcionais à obrigação de pagamento do débito, mormente considerando que, no caso, o Juízo a quo já deferira medida adequada a compelir os devedores ao adimplemento, determinando inclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito. A revisão de tal entendimento, na via estreita do recurso especial, sobretudo para perquirir a adequada aplicação do princípio da menor onerosidade no caso concreto, encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1283998/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe

17/10/2018) Os Tribunais se remetem neste sentido: Execução de título extrajudicial. Medidas atípicas. Requerimento de suspensão das carteiras nacionais de habilitação dos executados. Deferimento. Cassação da decisão. Desproporcionalidade. Respeito ao princípio da responsabilidade patrimonial do devedor. A suspensão das carteiras nacionais de habilitação dos executados não possui pertinência com a tentativa de localização de patrimônio, aproximando-se mais de modalidade de punição ou penalização do devedor, em desrespeito ao princípio da responsabilidade patrimonial indicado no artigo 798 do CPC. Agravo provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2009939-09.2019.8.26.0000; Relator (a):Sandra Galhardo Esteves; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Foro de Mococa -2ª Vara; Data do Julgamento: 27/02/2019; Data de Registro: 27/02/2019) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DEEXECUÇÃODE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDA DE COERÇÃO ATÍPICA. ART. 139, IV DO CPC/15. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. O art. 139, inc. IV, do CPC/15 prevê que o juiz possa determinarmedidasindutivas, coercitivas,mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária. No entanto, não abona o emprego de meios coercitivos de pressão psicológica ou privação de direitos não patrimoniais como a apreensão dePassaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Cartão de Crédito ou Cartão de Movimentação Bancária. - Circunstância dos autos em que se impõe manter a decisão recorrida. RECURSO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70080715840, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Moreno Pomar, Julgado em 22/02/2019) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. MEDIDA EXECUTIVA ATÍPICA. SUSPENSÃO DE PASSAPORTE E CNH. I - A adoção das medidas executivas atípicas, só é possível: a) após esgotados todos os meios típicos de satisfação da dívida; b) a medida seja necessária, lógica e proporcional; c) mediante a implementação de comandos não discricionáriosou que restrinjam direitos individuais de forma razoável; d) a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia dos meios executivos típicos. II - A suspensão do passaporte e CNH dos devedores não se apresenta como medida lógica e necessária ao cumprimento de obrigação de pagar, caracterizando-se mais como uma sanção. III - Negou-se provimento ao recurso. (Acórdão n.1153759, 07185301520188070000, Relator: JOSÉ DIVINO 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 21/02/2019, Publicado no PJe: 22/02/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.) 4002103-94.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO - ADOÇÃO DE MEDIDAS ATÍPICAS NECESSÁRIAS À CONSECUÇÃO DO SEU FIM. ART. 139, INC. IV, DO CPC/15. RAZOABILIDADE E ADEQUAÇÃO NÃO VERIFICADAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A questão controvertida está em definir o acerto da decisão que indeferiu os meios coercitivos atípicos, previstos no artigo 139, IV do Código de Processo Civil, requeridos pelo Exequente, ora Agravante, em face do Executado, ora Agravado, como: i) a suspensão da carteira nacional de habilitação, ii) suspensão do passaporte e iii) cancelamento de todos os cartões de crédito do executado. 2. As providências especiais requeridas devem guardar estreita relação com o caso sub judice, isto é, deve haver nexo entre a diligência requerida e as circunstâncias concretas, notadamente, o perfil do devedor, a envergadura da dívida e as tentativas de constrição que fracassaram. 3. Não é qualquer inadimplemento e fracasso junto BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD que autorizará a automática suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do Agravado, apreensão de passaporte e cancelamento dos cartões de crédito. Afinal, o perfil restritivo destas medidas impõe, como condição de legitimidade para sua adoção, evidência de sua inconteste necessidade e adequação, o que não se revela cabível no presente caso. 4. Recurso conhecido e desprovido.(Relator (a): Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 03/12/2018; Data de registro: 04/12/2018) Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: EMÁNUEL SINATRA BUÁS DE LIMA (OAB 8895/AM) - Processo 0611369-87.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Ronnie Davies Buas de Lima - Em razão do exposto, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, por indeferimento da inicial. Após, o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0613252-45.2014.8.04.0001 - Apreensão e Depósito de Coisa Vendida com Reserva de Domínio - Propriedade Resolúvel - REQUERENTE: Martins Veículos Ltda. - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM) - Processo 0613763-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco da Silva Reis - REQUERIDO: Banco Cbss S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0614147-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sebastião Souza da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que REDESIGNEI A AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 24/09/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Ressalta-se que: No ato da audiência a parte autora saiu ciente da nova data. Remeto os autos para a central de expedição de mandado. Manaus, 20 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0614177-36.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0614343-39.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JESSE JEAN OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 12016/AM), ADV: ADENAUER MOREIRA (OAB 16029A/CE), ADV: JOYCE LIMA MARCONI GURGEL (OAB 10591/CE) - Processo 0614643-93.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Jesse Jean Oliveira Almeida - REQUERIDO: Oak Brook Tecnologia e Rastreamento Eireli (Servnac Rastreamento) - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO (OAB 4079/AM) - Processo 0615606-72.2016.8.04.0001 - Reintegração

/ Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Gesaías Barroso da Silva - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: WALTER NEY RODRIGUES REZENDE (OAB 8700/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM) - Processo 0616276-81.2014.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Adriana Ignatova Velikova - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ISABELLE SAENZ DE MEDEIROS (OAB 14447/AM), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0616946-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimunda Santos de Oliveira - REQUERIDO: Federação das Unimeds da Amazônia - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0617139-03.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Pâmela Ferreira Pimentel e outros - R. H. Tendo em vista haver interesse de incapaz, intime-se o Ministério Público para se manifestar no feito, nos moldes do art. 178, inciso II, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO (OAB 4079/AM) - Processo 0617658-41.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Raimunda Barbosa dos Santos - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: ANA PAULA NAZARETH BABBULIN (OAB 187306/SP), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM) - Processo 0617816-96.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Edec Engenharia, Construção e Comércio Ltda. e outros - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0618431-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0619346-43.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: KLYSSIA ALVES DA SILVA (OAB 12364/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM) - Processo 0620176-96.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0633987-31.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Silvana Barbosa Pinto - EMBARGADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ALEXANDRE PEREIRA PINTO (OAB 8997/AM), ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM), ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM) - Processo 0622662-59.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Elizete Rodrigues Costa - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Expeça-se competente alvará, como requer em fl. 651. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0622704-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Desta feita, a desídia da parte autora além de demonstrar descaso aos comandos judiciais, acarreta a ausência de pressuposto necessário ao desenvolvimento do processo, vez que sem regular representação processual não é possível o prosseguimento da demanda. Ante o exposto, com fundamento no art. 485, IV do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Após, o trânsito e julgado, arquive-se e dê-se baixa. P.R.I

ADV: MARCONI D'ARCE LÚCIO JÚNIOR (OAB 35094/PE), ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 19353/PE), ADV: LUCAS DE HOLANDA CAVALCANTI CARVALHO (OAB 33670/PE) - Processo 0624037-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Autorizo a expedição de certidão descrita no artigo 828, do CPC. No tocante ao mandado de constatação, entendo por seu indeferimento, uma vez que a titularidade do imóvel pode ser averiguada pela parte no Registro de Cartório de Imóveis ou pelo sistema E-RIDFT. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0624067-33.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0624526-35.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM) -

Processo 0625097-06.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Adanilson Branches de Oliveira - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0626199-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Raimundo Carlos Fernandes - REQUERIDO: Jornal A Crítica - Empresa de Jornais Calderaro Ltda. e outros - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM), ADV: MARIA AIDÊ MARTINS MONTECONRADO (OAB 6006/AM) - Processo 0627749-30.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Ifer da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: R & S Industrial da Amazônia Ltda. - ME - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0629759-13.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0629891-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Dorimar de Oliveira Fernandes e outro - REQUERIDO: Cristal Engenharia Ltda. - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM) - Processo 0630279-41.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda. - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0631495-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Monique Ferreira da Silva - R. H. Compulsando os autos, verifico que o autor, referente ao pedido de dano moral, deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados nos arts. 292, VI e 319, inciso V, do NCPC, senão vejamos: Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: I - na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação; II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida; III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor; IV - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido; V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido; VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles; VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor; VIII - na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal. Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0632546-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria da Glória de Souza Moura - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0633235-64.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 195/197. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0633371-51.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0633618-66.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM) - Processo 0634869-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Alcilene Aguiar de Santana - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que

apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635136-28.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Iracelina da Silva Batista - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0635931-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0635952-44.2016.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Maria Zeneide Lima da Costa - CONSIGNADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0636047-06.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Arrendamento Mercantil - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0637231-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ana Cristina Oliveira de Vasconcelos Dias e outro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0638541-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Livia Augusto Freire - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos II, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Ainda, observa-se que os documentos acostados às fls. 11, 17 à 78 encontram-se ilegíveis. Outrossim, a concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM, que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0639564-53.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Victor Leandro da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0639861-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marinete Melo Firmo - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao requerido que se suspenda os descontos consignados a título "BMG Cartão" em folha de pagamento diante do órgão público em que a autora exerce atividade. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) meses-multa. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que

se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0640740-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: W. L. Sistema Amazonense de Turismo Ltda. - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0641600-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDA: Lucivane Carla da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: BRUNA MARIANA NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 10935/AM) - Processo 0642269-53.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Planos de Saúde - REQUERENTE: Marconis Bacal Araujo - Compulsando os autos, verifica-se que os documentos acostados às fls. 37, 48 e 49 encontram-se ilegíveis. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0642279-05.2016.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Licitações - REQUERENTE: R. D. Engenharia e Comércio Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0642599-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mark Joseph Baker - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar a suspensão da exigibilidade dos débitos questionados até que seja realizada perícia na unidade consumidora sob o código único 0271047-1, localizada na Av.7 de Setembro, nº 188, Centro, Manaus -AM, CEP: 69005-141, bem como, que a Ré se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 10 (cinco) dias-multa. Expeça-se o necessário para o cumprimento desta decisão. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os

meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0642956-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Fábio Oliveira Gomes e outro - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM) - Processo 0643115-70.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Camilla Fernanda Tufi Almeida e outro - A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HEYLLER DIEGO PINTO DE MELO (OAB 14751/AM) - Processo 0643236-98.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Mael Barbosa da Silva - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar a imediata retirada do nome da parte autora dos cadastros de proteção ao crédito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 1.000,00 por dias, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AGRÍCIO ROCHA DA SILVA NETO (OAB 13822/AM) - Processo 0643459-51.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Quimitec Tecnologia Química Ltda - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se. Considerando o teor da petição de fls. 1/7, altere-se a classe processual.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0643759-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: WANDERSON DE SOUSA LIMA (OAB 10791/AM) - Processo 0643996-47.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rita Marise de Queiroz - R. H. Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, inciso VI, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, intime-se o autor para colacionar planilha de cálculos dos descontos efetuados pelo Banco Requerido e contracheques referente aos meses de março/2012 à julho/2019 completando a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. À secretaria para que promova a correção da classe processual. Cumpra-se.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0644999-08.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0652929-43.2018.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Provas - REQUERENTE: Carlos Felipe Macedo da Silva - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JHONATA MONTEIRO DO CARMO (OAB 14244/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0656006-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tobias Freitas Guimaraes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0657999-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wanessa Figueredo das Neves - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM) - Processo 0660961-37.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Levy Salviano de Macêdo Júnior e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 26/11/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP), ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM) - Processo 0661053-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Maria Auxiliadora Silva dos Reis - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: VANDA CARDOSO GRACIANO VELOSO (OAB 594A/AM) - Processo 0700894-27.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Amaral da Silva - REQUERIDO: Banco Votorantim S/A e outro - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0715806-29.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Acácio Valdemar Lorenção Júnior (OAB 105465/SP)
ADENAUER MOREIRA (OAB 16029A/CE)
Agrício Rocha da Silva Neto (OAB 13822/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alexandre Pereira Pinto (OAB 8997/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)

Ana Paula Nazareth Babbulin (OAB 187306/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB 10935/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Leal Sümmchen do Amaral (OAB 397863/SP)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 19353/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Carlos Alberto Souza de Almeida Filho (OAB 4079/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Célio Antônio Szlachta (OAB 6260/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Eduardo Chalfin (OAB 1140A/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eduardo Matzenbacher Zarpelon (OAB 335279/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Emánuel Sinatra Buás de Lima (OAB 8895/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Queiroz de Paula (OAB 2388/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Melo (OAB 113500/RS)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique de David (OAB 84740/RS)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Heyller Diego Pinto de Melo (OAB 14751/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Saenz de Medeiros (OAB 14447/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jesse Jean Oliveira Almeida (OAB 12016/AM)
Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14244/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Joyce Lima Marconi Gurgel (OAB 10591/CE)
Juliana Lúci Messa Pereira (OAB 5374/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Kiê Mariee Cavalcante Hara (OAB 4779/AM)
Klyssia Alves da Silva (OAB 12364/AM)
Lucas de Holanda Cavalcanti Carvalho (OAB 33670/PE)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB 9919/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marconi D'arce Lúcio Júnior (OAB 35094/PE)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Marcos Jânio da Silva Costa (OAB 6317/AM)
Maria Aidê Martins Monteconrado (OAB 6006/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria Francideuza da Costa (OAB 4256/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB 4113/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Vanda Cardoso Graciano Veloso (OAB 594A/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)

Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Walter Ney Rodrigues Rezende (OAB 8700/AM)
Wanderson de Sousa Lima (OAB 10791/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yan Ranzi Biazussi (OAB 14183/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0318/2019

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0200205-11.2010.8.04.0001 (001.10.200205-4) - Protesto - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Conterpe Comércio e Serviços Ltda. - REQUERIDO: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - Auto Posto Nogueira Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. - R. H. Em razão da suspensão da audiência ocorrida em 23.07.2019 para apreciação de proposta de acordo, por efeito, determino que as partes sejam intimadas, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestarem interesse quanto à realização de audiência de conciliação ou homologação da proposta ofertada no termo de conciliação de fls. 219 a 220. Cumpra-se.

ADV: JULIANA CAMPOS VOLPINI (OAB 171247/SP), ADV: EDGARD SIMÕES (OAB 168022/SP), ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM), ADV: THIAGO DA SILVA MACIEL (OAB 5632/AM), ADV: MANOEL MOTA MACIEL JÚNIOR (OAB 4348/AM), ADV: PEDRO PAES DA COSTA (OAB 001.347/AM) - Processo 0204954-42.2008.8.04.0001 (001.08.204954-9) - Protesto - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Fitas Flax da Amazonia Ltda - REQUERIDO: R & G Factoring Fomento Comercial LTDA - Murtrans Ltda - Trata-se de Medida Cautelar de Sustação de Protesto com Pedido de Liminar, proposta por Fitas Flax da Amazônia Ltda., em face de RG Factoring Fomento Comercial Ltda., e Murtrans Ltda., pelos fatos e fundamentos trazidos na petição inicial. Verifico que nos autos apensos de nº 0206355-76.2008.8.04.0001, averbei minha suspeição através da Decisão de folhas 235. Nos referidos autos, foi prolatada Sentença pelo substituto legal Dr. Rogério José da Costa Vieira, em 27/08/2018 (folhas 257). Ressalto que a Decisão de folhas 112, apesar de estar em meu nome, não foi por mim assinada e sim pelo Dr. Abraham Peixoto Campos Filho, que também averbou suspeição, conforme se vê na consulta realizada junto ao SAJ/PG5. Desta feita, averbo-me suspeita para atuar no presente feito por motivos de foro íntimo, na forma do § 1º, do art. 145, do Código de Processo Civil. Assim sendo, determino a remessa dos presentes autos ao meu substituto legal, em conformidade com os termos da Resolução 23/2010, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 04/8/2010. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA LIMA MORENO (OAB 3932/AM), ADV: HOMERO TEIXEIRA JÚNIOR (OAB 26069/CE) - Processo 0217727-46.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Raimunda Benedita Soares Tavares - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R. H. Considerando que o processo está apto para a expedição de Precatório/RPV, intime-se a entidade devedora para atestar a regularidade dos autos que instruirão o Requisitório/Precatório, nos termos do que dispõe o artigo 100, § 9º e 10 da Constituição Federal e o art. 15 da Resolução n. 10/2010. À Secretaria para as devidas providências. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0230257-58.2008.8.04.0001 (001.08.230257-0) - Monitória - REQUERENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - REQUERIDO: Amarildo Gomes de Sousa - Indefiro o pedido de penhora para recair sobre o veículo VW/GOL 1.6 PoWER, Placa OAO 0717, ano 2012/2013 às fls. 187, uma vez que em relação ao referido bem consta alienação fiduciária, conforme fls. 183. E no caso de contrato de alienação fiduciária, o fiduciante é apenas o possuidor direto da coisa até o pagamento da dívida e de seus encargos, permanecendo o credor fiduciário como proprietário e possuidor indireto. Por isso, revela-se inviável a penhora sobre o veículo, porque não de propriedade do executado. À Secretaria para providenciar a correção de classe, pois trata-se de ação monitória convertida em ação de execução. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM) - Processo 0260803-91.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: S. E. Factoring Fomento Mercantil Ltda. - EXECUTADA: Bia Comércio e Representações de Produtos Alimentícios Ltda. - Cristie Jeferson Moura dos Anjos - Wesley Sirlan Aguiar - De ordem, fica intimada as partes, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC, c/c art. 317, NCPC) manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0605654-06.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Francisca Pereira da Silva - EXECUTADO: Edvaldo Maciel do Nascimento - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019, às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0606541-48.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Toka da Karol Materiais de Construção Ltda - REQUERIDO: Cinthia Rodrigues de Mendonça (Sport Magazine) - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: VALDISON PINTO DE ARAÚJO (OAB 11108/AM) - Processo 0610457-90.2019.8.04.0001 - Despejo - Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso - REQUERENTE: Francisco Sales dos Reis Souza - REQUERIDO: Aelson Honorato de Moura - R. H. Compulsando os autos, verifico que a parte Requerida, apesar de devidamente citada, para apresentar defesa, deixou transcorrer in albis o prazo, conforme certidão encartada às fls. 39, tornando-se revel. Portanto, tenho que a matéria comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: FABRÍCIO GUERRA FURTADO (OAB 346/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: FABRÍCIO GUERRA FURTADO (OAB 346A/AM), ADV: MARCELLUS DE MAGALHÃES CORDEIRO JÚNIOR (OAB 7085/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0610612-64.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Ponta Negra Administração e Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Evald Adolfo Drehmer Eireli - EPP - PERITO: Cristian Rau Stoltenberg - Recebido em razão de suspeição. Inicialmente , verificando a contestação do requerido , esclareço que o NCPC

em seu art. 341 consagrou o denominado "ônus da impugnação específica". Trata-se de instituto jurídico que impõe ao réu o ônus de rebater, específica e pontualmente, todas as alegações de fato feitas pelo autor. Via de regra o momento para tal impugnação é na defesa/contestação, sob pena de preclusão, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados e não impugnados, ou seja , o requerido assume que por dificuldades financeiras deixou de pagar o aluguel . Ao caso, entendo desnecessário a realização de perícia judicial para proceder a avaliação dos bens arrestados para garantir a dívida , porém, também divirjo da necessidade de manter a constrição judicial de bens , uma vez que existe o risco do perecimento ou estrago da madeira , assim como a autora não solicitou a remoção do local ou qualquer diligencia para a venda da madeira, que já poderia se estar iniciando o pagamento do crédito inadimplido em favor do autor. Ao exposto decido : Indefiro o pedido de perícia judicial para avaliação dos bens. Defiro a liberação de venda da madeira retida no imóvel do requerente, com a retenção de 30% do dinheiro sobre cada transação comercial realizada, com a demonstração de nota fiscal de venda a ser paga ao representante do autor, com cópia do recibo e nota fiscal a ser juntada nos autos . Pelo que consta dos autos tenho condições de conhecer diretamente do pedido, ficando os autos conclusos para sentença, porém, havendo manifestação de qualquer das partes sobre a produção de provas em juízo, paute-se audiência de instrução e julgamento, intimando-se as partes para que compareçam ao ato. Pelas premissas apresentadas, no sentido de cooperação processual , ficam as partes abertas a tratativas de acordo extrajudicial em 15 dias. Intimem-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0610789-96.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - REQUERIDO: Carlos Olanda Souto - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0611925-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Melquíades Fonseca dos Santos - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - R. H. Arquive-se e baixe-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM) - Processo 0613478-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Focus Empreendimentos Ltda. - Bruno Bueno Gomes da Silva - REQUERIDO: Sidney José Vieira de Souza - Manaus Ambiental S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 10/12/2019, às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0614168-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Jose da Silva - REQUERIDO: Santander Brasil Seguros e Previdência S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019, às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM) - Processo 0614451-39.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Rafael Reis Pereira - REQUERIDA: Citero Empreendimentos Imobiliários Ltda. - LITSPASSIV: Aretusa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Capital Rossi Empreendimentos S/A - De ordem, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM) - Processo 0614928-62.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cometais Indústria e Comércio de Metais Ltda. - REQUERIDA: Cleide Oliveira Corrêa - Dárcio Cunha Barreto - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISADORA LOISE MOTA OLIVEIRA (OAB 10670/AM) - Processo 0621152-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Marcelo Silva Carvalho - REQUERIDO: E. C. Ribeiro & Cia. Ltda. - ME - Marilza Barbosa para - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 10/12/2019, às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622430-42.2019.8.04.0001 - Procedimento

Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Otelmita Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019, às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: EWERTON SMITH DO NASCIMENTO (OAB 9715/AM) - Processo 0623139-77.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0633672-03.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Panificadora Oliveira Ltda. - ME - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência declaração de Imposto de renda - IRPJ dos últimos 03 exercícios fiscais, extrato bancário dos últimos 03 meses ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0623150-09.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0608780-59.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EMBARGADO: Condomínio Smille Village Cidade Nova - R. H. Intime-se a embargante Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários Ltda. para que se manifeste acerca da petição de fls. 89, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0623384-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Keila Regina Monteiro Aguiar - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0624955-94.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0627791-16.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Adhemar Carlos Caio Wezen Sousa - REQUERIDO: Eduardo Santiago Bezerra - Robson Santiago Bezerra - Edson Alves Bezerra - R. H. Remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos - CEJUSC, para que proceda a designação de audiência de conciliação. Cumpra-se.

ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625412-68.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Sebastião Marizio Costa Rego Filho - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 10/12/2019, às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM), ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM), ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM) - Processo 0626123-73.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sheila Sarah Filgueiras - REQUERIDO: Banco BMG S/A - LITSPASSIV: Corresponder Prestadora de Serviços Administrativos Ltda. - ME - PERITO: Paulo Duarte Alecrim - Perito Grafotécnico - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOCIMAR ESTALK (OAB 247302/SP) - Processo 0626461-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Mitsui Sumitomo Seguros S/A - REQUERIDO: Robson da Silva Lobo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019, às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0627796-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - REQUERIDO: Andreilson V. dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º, do CPC.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0629161-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Administração - REQUERENTE: Condomínio Residencial Amazon Village - REQUERIDA: Rozana Nunes Batista - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019, às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0630517-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elvira Rita Medeiros Correa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019, às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0630741-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Rio Negro Center - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/11/2019, às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MARCELO AUGUSTO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 3632/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0631458-39.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: S. B. Imóveis Ltda. - REQUERIDO: Antônio Ederval de Lima - Maria das Graças Hossaine de Souza Lima - Defiro a gratuidade somente com

relação às custas iniciais, com fundamento no § 5o do art. 98 do CPC. Saliento, por conseguinte, que a gratuidade parcial conferida não abarcará as despesas postais no valor unitário de R$ 20,00 (vinte reais), na medida em que o valor destas é insignificante se comparado com o das custas processuais, de forma que o seu pagamento não comprometerá o seu sustento e da sua família. ... . Isso posto, indefiro a liminar. Intime-se a parte autora para recolhimento das despesas postais no prazo de 15 dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0631988-09.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Martônio Comércio de Pescado Ltda. - ME - Antônio Ferreira da Silva - R. H. Indefiro o pedido de citação por edital de fls. 137. Intimem-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de cinco dias, requerer o que lhe parecer de direito para a garantia da execução, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: NATHALIE REIS (OAB 26346/SC), ADV: GUILHERME AQUINO REUSING PEREIRA (OAB 33209/SC) - Processo 0634679-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Jav da Amazônia Comercial de Eletrônicos Ltda. - EXECUTADO: Siderval Hilário de Castro - ME - De ordem, fica intimada a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC, c/c art. 317, NCPC) manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Ressalta-se que ainda não ocorreu a citação da parte requerida nos presentes autos.

ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0635135-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aldemiro Farias de Miranda - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0635566-82.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: J. R. Pontes e Cia. Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0635566-82.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: J. R. Pontes e Cia. Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0636994-36.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Jociclene Ferreira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON JOÃO DE SOUZA FILHO (OAB 9215SC) - Processo 0637504-15.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Andrecris Confecções Ltda. - EPP - EXECUTADO: Francisco Siqueira Brilhante Júnior - Pelo exposto, acolho os embargos para suprir a omissão nos termos acima explicitados. No mais, persiste a decisão na forma como foi lançada. P.R.I.C.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0637956-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Henry Mendes Liang - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Banco Santander Brasil S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019, às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0637978-10.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Henry Mendes Liang - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - R. H. Tendo em vista que o processo em epígrafe fora distribuído por dependência aos autos de n° 0637956-49.2019.8.04.0001, face à suspeita de repetição da

ação, informo que compulsando os referidos cadernos processuais não vislumbro a reincidência da ação. Dessa maneira, uma vez que não se trata de hipótese prevista no art. 286 do CPC/15, determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja redistribuído de forma independente observando o princípio do juiz natural. Cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0641651-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Máximo Martins da Silva - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335, do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351, do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0642027-02.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - W. V. Fabricação de Cimento Ltda. (Concreto Amazonmix) - REQUERIDO: Waldery Areosa Ferreira - Waldery Areosa Ferreira Júnior - Olavo Miranda Júnior - Christóvão de Magalhães Gomes Filho - R. H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.I.C.

ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM) - Processo 0642118-24.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Elionai Mathias Reis - REQUERIDO: Cláudio Gonzaga de Souza - Cristiano de Souza Valle - R. H. Compulsando os autos, verifico que a parte requerida, apesar de devidamente citada, para apresentar defesa, deixou transcorrer in albis o prazo, conforme certidão encartada às fls. 101, tornando-se revel. Portanto, tenho que a matéria comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO LORENZI DE CASTRO (OAB 129134/SP), ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM), ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0655996-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Davison Dionisio Melo - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM) - Processo 0716800-57.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Habitec - Habitação e Construção Ltda. - REQUERIDA: Ede Maria Cidade Lopes - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

Absalão Gonzales Júnior (OAB 3278/AM)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Alessandro Nogueira Monteiro (OAB 10554/AM)
Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edgard Simões (OAB 168022/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Ewerton Smith do Nascimento (OAB 9715/AM)
Fabrício Guerra Furtado (OAB 346/AM)
Fabrício Guerra Furtado (OAB 346A/AM)

Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Aquino Reusing Pereira (OAB 33209/SC)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Lorenzi de Castro (OAB 129134/SP)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Homero Teixeira Júnior (OAB 26069/CE)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isadora Loise Mota Oliveira (OAB 10670/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Jocimar Estalk (OAB 247302/SP)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juliana Campos Volpini (OAB 171247/SP)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Karina Lima Moreno (OAB 3932/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Mota Maciel Júnior (OAB 4348/AM)
Marcellus de Magalhães Cordeiro Júnior (OAB 7085/AM)
Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (OAB 3632/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Nathalie Reis (OAB 26346/SC)
Nelson João de Souza Filho (OAB 9215SC)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Pedro Paes da Costa (OAB 001.347/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB 7507/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Thiago da Silva Maciel (OAB 5632/AM)
VALDISON PINTO DE ARAÚJO (OAB 11108/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2019

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: EUNICE ALVES MASCARENHAS (OAB 4825/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: JULIANA GORAYEB COSTA (OAB 4214/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0205921-19.2010.8.04.0001 (001.10.205921-8) - Prestação de Contas Infância e Juventude - REQUERENTE: Dulcian Alves Dal Porto - REQUERIDO: Construtora Canada LTDA - HOMOLOGO o aditamento de fls. 455/457. Intimem-se e arquivem-se os Autos, sem prejuízo de reativação no caso de descumprimento do acordo. Cumpra-se.

ADV: SILAS ARAÚJO LIMA (OAB 1738/TO), ADV: WASHINGTON COLARES DA SILVA (OAB 3244/AM), ADV: GEOFREY MEIRIÑO DE SOUZA (OAB 4538/AM), ADV: FRANCISCO MACIEL DO NASCIMENTO (OAB 2091/AM), ADV: RUI DE JESUS SOARES JÚNIOR (OAB 7253/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: JOÃO PEDRO DE DEUS NETO (OAB 135506/RJ), ADV: ELOADIR AFONSO REIS BRASIL (OAB 4093/AM) - Processo 0222133-18.2010.8.04.0001 (001.10.222133-3) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Vulcaplast Indústria da Amazônia Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0222214-49.2019.8.04.0001 (processo principal 0630200-23.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Silas Ayrton Vinhote de Souza - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0223939-73.2019.8.04.0001 (processo principal 0635926-80.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Santa Cordelia Empreendimentos Imobiliários Ltda - Arquive-se o presente Incidente, tendo em vista que foi gerado equivocadamente, tratando-se de mera juntada de substabelecimento, o que deve ser feito diretamente nos Autos originários, que se encontram na 2ª Instância. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO LÁZARO MARTINS DA SILVA (OAB 10640/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0225981-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Waldeciclei Guimarães Horta - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e outro - Expeça-se Alvará.

ADV: CAROLINA BIANCHI DE AGUIAR (OAB 25241ES) - Processo 0230744-42.2019.8.04.0001 (processo principal 0650481-97.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Correção Monetária - REQUERENTE: Francisca Cleide Machado Chaves - Arquive-se o presente Incidente, gerado equivocadamente. Cumpra-se.

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 1100/AM), ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0232906-15.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Weliton Douglas de

Freitas Viana - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte credora para que tome ciência do Despacho-Ofício de fl. 175, no sentido de complementar a documentação faltante para formação do Precatório.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB 126504/SP), ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM), ADV: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 2772/AM) - Processo 0245817-40.2008.8.04.0001 (001.08.245817-1) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: José Fernandes de Souza - REQUERIDO: Banco Brasileiro de Desconto S/A - Bradesco - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Custas recolhidas. Arquivem-se.

ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: JEFERSON ANJOS DA SILVA (OAB 9794/AM) - Processo 0248011-32.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0227574-77.2010.8.04.0001) (processo principal 0227574-77.2010.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Jeferson Anjos da Silva e outros - EMBARGADO: Banco da Amazônia S.A - Intimem-se os Exequentes para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM) - Processo 0600452-77.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/a. - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM) - Processo 0600797-09.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Verde Comércio de Peças e Lubrificantes Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: FLÁVIO DA COSTA PINHEIRO (OAB 1022/AM) - Processo 0600810-08.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Lucia Maria Soares do Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: LUIZ NAKAHARADA JÚNIOR (OAB 163284/SP), ADV: CESAR AUGUSTO GALAFASSI (OAB 226623/SP) - Processo 0601026-08.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: MAIS PRÓXIMA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0602449-95.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0602881-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Expeça-se Mandado de Busca e Apreensão para o novo endereço indicado. Custas já recolhidas.

ADV: VIVIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 13048/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDREA GOLEGA ABDO (OAB 9596/MS) - Processo 0603950-50.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erenilson Taveira da Silva - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Defiro o pedido de fl. 228. Oficie-se ao DETRAN/AM nos termos requeridos. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: DAVI MARTINS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11694/AM), ADV: THIAGO GUARDABASSI GUERRERO (OAB 320490/SP), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0604275-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eduardo Mario das Dores Reis e outros - REQUERIDA: Associação de Aposentados e Pensionistas do Estado do Amazonas Aapeam - LITSPASSIV: Samel - Serviço de Assistência Médica - Hospitalar Ltda - Do exposto, JULGO EXTINTO o processo, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, e o faço nos termos do art. 485, IV, do CPC. Custas a cargo da Parte Autora, ficando suspensa a exigibilidade em face da Gratuidade outrora deferida. Com o trânsito em julgado arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0604596-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Maria de Lourdes Cunha Cajuhy - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem acerca do resultado da consulta aos sistemas Renajud e Bacenjud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM) - Processo 0604614-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Paulo Marreiro dos Santos Junior e outro - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Analiso as preliminares. O interesse processual dos Autores está consubstanciado pela resistência da Ré à pretensão deduzida em Juízo. Não há que se falar, ainda, em ilegitimidade passiva, posto que em discussão a rescisão contratual firmada com a Ré, o que implica na devolução das partes ao status quo, e a devolução de percentual pago para ela.

ADV: ELIMAR CUNHA E SILVA (OAB 2098/AM) - Processo 0605354-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Nice Ferreira Bezerra-men - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.I.C.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0606342-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - HOMOLOGO o Acordo firmado, para que surta seus efeitos legais, e suspendo a Execução, nos termos do art. 922 do CPC. Após, arquivem-se os Autos, sem prejuízo de desarquivamento no caso de descumprimento do acordo. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR RUBIM DE MORAES (OAB 4727/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0607104-47.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leon Gonçalves de Queiroz - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem acerca do resultado da consulta aos sistemas Renajud, Infojud e Bacenjud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LENA CLAUDIA DE NAZARE BRASIL (OAB 175519/MG), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0608109-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: William Costa da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JULIANA INOUE MARIANO ARAÚJO (OAB 261052/SP) - Processo 0608117-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Raimunda Nonata Gomes de França - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0608303-70.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sj Atividade Medica Hospitalar Ltda - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Expeça-se desde já Alvará no valor de R$ 32.210,24 (trinta e dois mil, duzentos e dez reais, e vinte e quatro centavos), considerando se tratar de valor incontroverso, não tendo sido objeto da Apelação nos Embargos em apenso. Após suspenda-se o feito aguardando o desfecho da Apelação interposta.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0610508-14.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Denyse Maria Felizardo de Souza Alves e outros - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio via Bacenjud, conforme valor atualizado à fl. 341. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0611975-18.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Expeça-se Carta de Citação para o endereço de fl. 55. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0613090-45.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0613276-68.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Odivaldo Paiva Lima - REQUERIDO: Vagildo Barbosa Couto - HOMOLOGO a proposta de honorários. Intime-se o Requerido para efetuar o seu recolhimento, em 5 (cinco) dias.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: THIAGO HENRIQUE ANDRADE MARQUES (OAB 14585/AM) - Processo 0614876-61.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: FRANCISCO ALVES BEZERRA FILHO - REQUERIDO: KAIROS CONSTRUTORA LTDA - Intime-se o(a) Executado(a) para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615177-08.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Roselene Melo da Silva - De ordem, nesta data, procedo a intimação do representante legal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos da Decisão Interlocutória de fls. 189, para que dê cumprimento aos ofícios requisitórios (RPV) de fls. 193-198.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0615907-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Elizangela Nascimento Pantoja - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - HOMOLOGO o acordo proposto pelo INSS, e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Intime-se o INSS, via Portal Eletrônico, para proceder à implantação do benefício, nos termos do acordo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias Deverá ainda o Autor, assim que implantado o benefício, apresentar memória de cálculo referente aos atrasados, segundo os critérios do acordo ora homologado. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0615913-26.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616279-60.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Expeça-se Carta de Citação para o endereço de fl. 61. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0617748-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Charles Nina do Nascimento - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, Intime-se o Autor para manifestação sobre as petições e documentos apresentados pela Ré, às fls. 72/74, 95/100 e 103/111. Prazo de 10 dias. Após, voltem os autos conclusos para sentença.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618199-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer.

No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618659-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iolanda Dantas do Carmo Ferreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: KÁSSIO ALMEIDA FAYE DAS CHAGAS (OAB 10208/AM) - Processo 0619017-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: RS MODULADOS e outro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Dê-se baixa e arquive-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0619831-43.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM) - Processo 0619979-54.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: JACQUELINE MARIA BRASIL MIRANDA - Expeça-se Alvará.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0620379-92.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Intime-se a parte Autora para se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 137, devendo requerer o que entender de direito para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0620633-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0620633-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621710-75.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0621806-90.2019.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Leandro da Silva Sales - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JANAÍNA SANTOS DE LIMA (OAB 10212/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0622382-20.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Renato dos Santos Silva - REQUERIDO: Sky Serviços de Banda Larga Ltda, Incorporadora da Sky Brasil Servicos Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 642/645, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0622449-24.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERC ANT IL - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio via Bacenjud, conforme valor atualizado à fl. 253. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0623574-85.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0624032-44.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ADRIANO RODRIGUES LOPES (OAB 10846/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0625354-31.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: Henrique da Fontoura Augusto - REQUERIDO: Odilon Rodrigues dos Santos Filho - De fato, a perícia é prescindível no presente caso, em razão das diligências do Oficial de Justiça e os próprios relatos das Partes confirmarem que, além da passagem em relação à qual se quer instituir a servidão, o imóvel do Autor não possui outra saída, senão o próprio igarapé. Assim, revogo a determinação de produção de prova pericial. No mais, considerando a possibilidade de autocomposição do processo, e sendo possível o aprazamento de audiência conciliatória a qualquer tempo, designo o dia 22 de agosto de 2019, às 11:00h, para realização de Audiência de Conciliação. Intimem-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB

8312/AM) - Processo 0625583-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Mário Boanerges Gimaque Silva - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627219-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Vania Maria Siqueira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: EMMANUEL MICHAEL HARAQUIAN FILHO (OAB 3342/AM) - Processo 0627448-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - AGRAVANTE: Marcio André Bezerra dos Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM) - Processo 0627558-48.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Leandro Seffair Lins de Albuquerque - REQUERIDO: Unipar Construtora Ltda - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pleitos iniciais para o fim: I - DETERMINAR que se proceda ao recálculo dos valores devidos pela Autora no “Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda” e no “Aditamento ao Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda”, sem uso de capitalização e ou Tabela Price para “amortização” do saldo devedor, após a entrega das chaves do imóvel. II - após o expurgo da capitalização e apuração do saldo final, AUTORIZAR a COMPENSAÇÃO, existindo saldo devedor ou a repetição simples dos valores indevidamente pagos a maior, com correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% desde a citação. III - DECLARAR prescrita a pretensão de danos morais. Diante da sucumbência preponderante, CONDENO o Réu ao reembolso das custas processuais, bem como, honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa atualizado. P.I. Cumpra-se.

ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM), ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM) - Processo 0628575-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Vanessa de Souza Costa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0628712-96.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Proceda-se ao bloqueio do bem via Renajud. Custas pagas. No mais, intime-se a Autora para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM) - Processo 0629038-90.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota Promissória - REQUERENTE: Niazio Derzi Junior - Considerando a implantação do sistema Eridft, proceda-se à consulta de bens imóveis por este sistema. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629994-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0633258-97.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Seguro - REQUERENTE: Aldeiza Pereira da Silva Bueno - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A e outro - Defiro a tutela cautelar, no sentido de determinar o bloqueio via Bacenjud do valor indicado na Petição de fls. 166/169. Cite-se ainda a Requerida Graziella Gonçalves Negreiros no novo endereço indicado, por Mandado. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: ELICE CARINA CALDAS (OAB 9448/AM) - Processo 0634960-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Marcos Tello Barbarán - Vistos, Ao CEJUSC-Cível para realização da Audiência de Conciliação.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CARLOS

FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410A/PA) - Processo 0635166-97.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: I Meires Ferreira ME e outro - REQUERIDO: Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A - Banco Triângulo S.A e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0635216-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Arison Andrade Oliveira e outro - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelante para, querendo, se manifestar sobre o Recurso Adesivo, nos termos do art. 997, § 2º e 1.010, § 2º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeto os autos à Instância Superior.

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM), ADV: MARIVALDA DE SOUZA MELO (OAB 8231/AM), ADV: ROGÉRIO MORAES DE SOUZA (OAB 7409/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM) - Processo 0635696-38.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0616858-47.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Elder Francisco Vitalli e outro - REQUERIDA: Filomena Terto Barros - Kele Cristina da Silva Fernandes - Edilson Barros de Souza - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0635935-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cleocimar Carvalho da Silva - Defiro o pedido de gratuidade justiça. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, observando-se a gratuidade de justiça deferida. Após, proceda-se remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ FERNANDO BRASIL DE ARAÚJO (OAB 9633/AM) - Processo 0635950-69.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: José Fernando Brasil de Araújo - Vistos, Cite-se o Executado, por Carta Registrada, para pagar o crédito em execução, indicado na petição inicial, no prazo legal de 3 (três) dias, da citação (art. 829 do CPC), sob pena de penhora e avaliação de tantos bens quanto bastem para garantia da dívida e acréscimos legais decorrentes (art. 831 do CPC). Fixo, de plano os honorários do patrono do Exequente, a ser pago pelo Executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução (art. 827, caput). No caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, referida verba honorária será reduzida pela metade (§1º do art. 827 do CPC) . Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Cumpra-se.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0636237-03.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Cond. Residencial The Club Residence - EXECUTADO: Sofios Construções Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM) - Processo 0636624-47.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Construban Serviços e Construções Ltda (Construtora Bandeirante Ltda) - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Recebo os embargos para discussão, sem atribuir efeito suspensivo à Execução. Certifique-se nos autos da respectiva Ação de Execução, a respeito dos presentes embargos. Apresente a parte Embargada, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, impugnação.

ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 111030/

RJ) - Processo 0637231-31.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Albert Daniel Oliveira Uchoa - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud, conforme cálculo de fl. 503. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0637265-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Aldemaria Pereira Rufino - REQUERIDO: Banco BMG S/A - HOMOLOGO o Acordo firmado às fls. 53/55, para que surta seus efeitos legais, e extingo o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Deixo de conhecer da Contestação apresentada, em razão de ser incompatível com a transação havida, presumidamente apresentada por equívoco em razão dos inúmeros processo da Ré, litigante habitual. Certifique-se o trânsito em julgado e após arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0638210-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tarifas - REQUERENTE: Josue de Oliveira Melo - Vistos, Defiro o benefício da Justiça Gratuita pleiteado. Analisarei o pedido de tutela antecipada após a formação do contraditório. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se o Requerido, pelo Portal Eletrônico, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0639306-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0639353-17.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Luiz Nazareno de Lima Pombo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Satisfeita a Execução, mediante depósito integral do débito objeto da RPV. Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0639366-16.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Sandra Nazaré Dias Barreto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Expeça-se Alvará do valor incontroverso já depositado. No mais aguarde-se a manifestação das Partes acerca do cálculo efetuado pela contadoria.

ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM) - Processo 0639598-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: G.A.C. - Averbo minha suspeição, por motivo superveniente, de foro íntimo. Ao substituto legal.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSACEI (OAB 8349/AM) - Processo 0639902-95.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0625532-72.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Lincoln Ferreira Rodrigues e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0640770-39.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0641473-67.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDO: J. P. Gabriel Empreendimentos P. Lt - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerida para que se manifeste acerca da petição da parte autora de fl. 270, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0642364-88.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Intime-se o Exequente para impulsionar os autos, requerendo o que entender de direito. Prazo de 5 dias.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0643258-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marlucia de Oliveira Fernandes - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Analisarei o pedido de tutela antecipada após a formação do contraditório. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se a Requerida, pelo Portal Eletrônico, caso cadastrada, ou por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM) - Processo 0643268-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gervazio da Silva Pereira - Vistos, Verifico que esse processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do processo nº 0637442.33.2018.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, pois são relações contratuais diversas. Deste modo, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao Princípio do Juiz Natural. Cumpra-se.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0643462-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Lindomar dos Santos Marques - Defiro a gratuidade. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, observando-se a gratuidade de justiça deferida. Após, proceda-se a remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio

requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0643747-38.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: F.F VIEIRA-ME - Indefiro, por ora, o pedido de redirecionamento da Execução aos sócios da Requerida, em razão de não terem sido tentadas outras medidas executivas, nem apresentado o Incidente específico previsto no art. 133 do CPC. Aliás, sequer houve intimação do Cumprimento de Sentença para oportunizar o pagamento voluntário, que deve ocorrer ainda que a citação tenha sido realizada por Edital. Do exposto, intime-se o(a) Executado(a), por Edital, para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas para a expedição do Edital, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM) - Processo 0643758-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Alcione Lopes Gonçales - Vistos, Intime-se a Autora para colacionar aos autos as duas últimas declarações de impostos de renda, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de comprovar o direito a benesse, podendo também acostar outros documentos que entender pertinentes para este fim; ou então recolher o valor das custas iniciais, no mesmo prazo, as quais podem ser parceladas (Portaria n° 490/2017 PTJ), sob pena de extinção. Determino, ainda, em igual prazo, a emenda à inicial, no sentido de constar dos autos o contrato objeto de revisão, documentos pessoais e comprovante de residência da Autora, art. 319, II e 320 do CPC.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0643849-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Ivanete Cavalcante Hara - Ante o exposto, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA para determinar que a Ré se abstenha de cobrar as faturas retrocitadas no montante de R$ 106.444,73 (cento e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e três centavos), bem como restabeleça o fornecimento de energia na unidade de consumo da Autora quanto a esses débitos, sob pena de multa. Determino, ainda, a baixa do nome da Autora do cadastro de inadimplentes. Intime-se pelo Portal Eletrônico. Oficiem-se o SPC e SERASA. Ao CEJUSC-Cível para realização da Audiência de Conciliação. Defiro o benefício da justiça gratuita e de prioridade de tramitação, Lei 10.741/03. Cumpra-se.

ADV: LEDA MARIA DE ANGELIS MARTOS (OAB 164266/RJ) - Processo 0643862-20.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Vistos, Verifico que o presente processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do processo nº 0609559-77.2019.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, pois são relações contratuais diversas. Deste modo, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao Princípio do Juiz Natural. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EDUARDO DOMINGUES AMORIM (OAB 40881/RS) - Processo 0643870-94.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Marcopolo S/A - Vistos, Cumpra-se a Carta Precatória. Após, devolva-se à Comarca de origem com as homenagens de estilo. Intime-se.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0643872-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elissandro de Vasconcelos Holanda - Vistos, Denoto que a declaração de hipossuficiência é do procurador e não da parte. Sendo assim, intime-se o Autor para colacionar aos autos as duas últimas declarações de impostos de renda, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de comprovar o direito a benesse, podendo também acostar outros documentos que entender pertinentes para este fim; ou então recolher o valor das custas iniciais, no mesmo prazo, as quais podem ser parceladas (Portaria n° 490/2017 - PTJ), sob pena de extinção.

ADV: ROBERTA ALFAIA DI TOMMASO (OAB 10119/AM) - Processo 0644074-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Herdene Vitoria Vital Ribeiro - Vistos, A Gratuidade de Justiça não constitui mera liberalidade em favor do jurisdicionado. Sendo assim, intime-se o Autor para colacionar aos autos as duas últimas declarações de impostos de renda, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de comprovar o direito a benesse, podendo também acostar outros documentos que entender pertinentes para este fim; ou então recolher o valor das custas iniciais, no mesmo prazo, as quais podem ser parceladas (Portaria n° 490/2017 - PTJ), sob pena de extinção.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0645194-56.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0645758-35.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condominio Senador Nilo Coelho - EXECUTADA: Eli Sena da Silva - HOMOLOGO o acordo firmado, e extingo o feito com resolução

do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Arquivem-se. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CAROLINA BIANCHI DE AGUIAR (OAB 25241ES) - Processo 0650481-97.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Correção Monetária - REQUERENTE: Francisca Cleide Machado Chaves - Expeça-se Certidão de Crédito, conforme cálculos do Exequente, após a encaminhe à 2ª Vara Cível de Rio Branco/AC para habilitação.

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0653038-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M Sales Gomes Transporte e Comério - Me - REQUERIDO: Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0654786-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Hiel Levy Maia Vasconcelos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUCIANA DE SOUZA BREVES (OAB 11270/AM), ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0661472-35.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Sonia Maria do Vale Cidade - REQUERIDO: Eletrobrás Amazonas Energia Sa - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO, para DECLARAR a inexistência do débito relativo ao Termo de Ocorrência de Inspeção, no valor total de R$ 173.159,45 (cento e setenta e três mil cento e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), desconstituindo-o integralmente. Condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa. P.I. Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriano Rodrigues Lopes (OAB 10846/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
ANDREA GOLEGA ABDO (OAB 9596/MS)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 111030/RJ)
Carlos Eduardo Domingues Amorim (OAB 40881/RS)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 15410A/PA)
Carolina Bianchi de Aguiar (OAB 25241ES)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
Cesar Augusto Galafassi (OAB 226623/SP)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
Davi Martins da Silva Júnior (OAB 11694/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Elice Carina Caldas (OAB 9448/AM)
Elimar Cunha e Silva (OAB 2098/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eloadir Afonso Reis Brasil (OAB 4093/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emmanuel Michael Haraquian Filho (OAB 3342/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Eunice Alves Mascarenhas (OAB 4825/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 1100/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Flávio da Costa Pinheiro (OAB 1022/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Maciel do Nascimento (OAB 2091/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Geofrey Meiriño de Souza (OAB 4538/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Janaína Santos de Lima (OAB 10212/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jeferson Anjos da Silva (OAB 9794/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Pedro de Deus Neto (OAB 135506/RJ)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Carlos Pereira de Oliveira (OAB 2772/AM)
José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB 126504/SP)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Fernando Brasil de Araújo (OAB 9633/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliana Gorayeb Costa (OAB 4214/AM)
Juliana Inoue Mariano Araújo (OAB 261052/SP)

Júlio César Rubim de Moraes (OAB 4727/AM)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kássio Almeida Faye das Chagas (OAB 10208/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leda Maria de Angelis Martos (OAB 164266/RJ)
Lena Claudia de Nazare Brasil (OAB 175519/MG)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Luciana de Souza Breves (OAB 11270/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Luiz Nakaharada Júnior (OAB 163284/SP)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marivalda de Souza Melo (OAB 8231/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Raimundo Lázaro Martins da Silva (OAB 10640/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Alfaia Di Tommaso (OAB 10119/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rogério Moraes de Souza (OAB 7409/AM)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
Rui de Jesus Soares Júnior (OAB 7253/AM)
Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB 7300/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silas Araújo Lima (OAB 1738/TO)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Guardabassi Guerrero (OAB 320490/SP)
Thiago Henrique Andrade Marques (OAB 14585/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Viviane Teixeira de Oliveira (OAB 13048/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Washington Colares da Silva (OAB 3244/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0201/2019

ADV: KELLY DA SILVA VASCONCELOS (OAB 5547/AM), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3.444), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0013363-93.2005.8.04.0001 (001.05.013363-3) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Nilton Batista dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc. Trata-se de Cumprimento de Sentença formulado pelo Autor/Exequente, visando a satisfação do crédito. O Banco Executado, às folhas 428/430, informou a realização de acordo extrajudicial. O Exequente aceitou receber o valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), sendo R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil) a título de danos morais e materiais e R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de honorários de sucumbência. Foi juntado às folhas 434/435, comprovante de pagamento do acordo firmado, tendo sido pugnado o arquivamento do processo conforme preceitua o art. 924,II, do Código de Processo Civil. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Fundamento e decido. Em razão da quitação extrajudicial da integralidade do valor acordado, declaro extinta a presente Execução, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Custas remanescentes, se houver, pela parte Exequente, conforme termos do acordo. Dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0200341-37.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Bernardino Magalhães de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0201015-15.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado,

necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM), ADV: ELISANGELA DE SOUZA PORTELA (OAB 4655/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: MARIA LACI DOS SANTOS (OAB 7601/AM), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0210856-73.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0708657-79.2012.8.04.0001) (001.08.210856-1) - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Lenir dos Santos Fernandes e outro - REQUERIDA: Regia Maria Ferreira de Araújo e outro - Vistos, etc. Trata-se de manifestação dos Requeridos/Exequentes, juntada às folhas 257, onde requerem a liberação dos valores tornados indisponíveis junto ao sistema BACENJUD e, ainda, consultas através dos sistemas RENAJUD e INFOJUD. Vieram-me conclusos. Decido. Da detida análise dos autos verifico que foram tornados indisponíveis valores das contas dos Autores/Executados (folhas 255/256). Não há registro nos autos da intimação dos Executados, através de seu Patrono(a), conforme dispõe a lei. Desta feita, indefiro o pedido de levantamento do valor bloqueado, antes do decurso do prazo para manifestação dos Executados. Providências junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, após adimplemento das custas cobradas pelas consultas pleiteadas, consoante os termos da Portaria 116/2017 - PTJ, no prazo de 05 (cinco) dias, se não forem beneficiários da Justiça Gratuita. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM) - Processo 0212687-54.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Claudia Galvino Buratema - REQUERIDO: EMPRESA TRANSMANAUS - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: ANTONIO EVANDRO MELO BALBI (OAB 66418/RJ) - Processo 0217008-06.2009.8.04.0001 (001.09.217008-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Ideluzia de Oliveira Bezerra - Ao lume de todo o exposto, com fulcro no art. 487, II, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito do feito e DECLARO A PRESCRIÇÃO da pretensão relativa aos pleitos indicados na inicial. Condeno a parte Requerente ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Após o trânsito em julgado da Sentença, proceda-se a baixa e arquivamento dos presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: JULIO CEZAR RODRIGUES LIMA (OAB 8461/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0220505-47.2017.8.04.0001 (processo principal 0627996-45.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MAIKO LIMA GIL e outros - REQUERIDA: Aruanã - Transportes Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Procurador Geral de Justiça do Estado do Amazonas, para que tome ciência do Ofício de fls. 83, o qual solicita que seja designado Membro do Parquet, a fim de funcionar nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SURAIDE AUXILIADORA NUNES PINTO (OAB 2506/AM) - Processo 0224403-78.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Daniel Marques Ferreira - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de agosto de 2019. Kathleen dos Santos Gomes

ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0233744-36.2008.8.04.0001 (001.08.233744-7) - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM), ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: FRANCO ANDREY BARBOSA GRANJA DE SOUZA (OAB 5677/AM) - Processo 0233869-04.2008.8.04.0001 (001.08.233869-9) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Vanmax Comercio Ltda. - REQUERIDA: J.A. Portela Moura & Cia Ltda (Super Modelo) - Vistos. Compulsando os autos, verifico a inércia da parte Requerente quanto ao cumprimento do ato diligenciado em despacho às folhas 55, apesar de devidamente intimada, por intermédio de seu Patrono, conforme certificado em certidão de fls. 56. Ante o exposto, intime-se a parte Requerente pessoalmente, bem como seu Patrono por publicação, para que se manifestem acerca do interesse no prosseguimento do feito, suprindo a falta das diligências necessárias ao seu devido deslinde, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção da ação sem resolução de mérito, nos termos do §1º do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DAVID GOMES BENAYON (OAB 2180/AM) - Processo 0237667-70.2008.8.04.0001 (001.08.237667-1) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Consuelo De Maria Dávila Lopes - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Kathleen dos Santos Gomes

ADV: WILSON SANCHES MARCONI (OAB 85657/SP) - Processo 0313818-48.2006.8.04.0001 (001.06.313818-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A e outro - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 10 de junho de 2019. Kathleen dos Santos Gomes

ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM), ADV: OLAVO CESAR CASTRO MENDES (OAB 513/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0349326-21.2007.8.04.0001 (001.07.349326-1) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM - EXECUTADA: Maia Comércio e Serviços Ltda e outros - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Kathleen dos Santos Gomes Juíza de Direito

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0600426-79.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Alcimara Reis Padron Santana - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010,

§ 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM), ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0602669-64.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDA: Thaiany Lopes de Negreiros - Vistos. Intime-se, a parte requerida, para que tome ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. À Secretaria para proceder com a devida evolução de classe dos presente autos para Cumprimento de Sentença, junto ao sistema SAJ. Defiro petitório de fls. 124, no que tange ao desarquivamento dos autos. Intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 5 (cinco dias), junte comprovante de recolhimentos das custas de desarquivamento, conforme Provimento 116/2017 - PTJ, Tavela II, Atos Processuais, Item d. Indefiro a remessa dos autos à contadoria, visto que, este juízo, apenas se utilizada da contadoria nos casos em que a parte é assistida pela justiça gratuita ou há divergência entre os valores apresentados. Em ato contínuo, intime-se a parte Autora, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos planilha atualizada de custas e honorários de sucumbência da parte Executada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LARISSA VANZIN (OAB 804A/AM) - Processo 0605108-09.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0635654-81.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Nova Recife Empreendimentos Ltda - Vistos. Versam os autos sobre Embargos à Execução, propostos pelo Embargante Nova Recife Empreendimentos Ltda, face ao Embargado Condomínio Privilege Club Residence, em que foi requerido efeito suspensivo. O artigo 919, §1º, do Código de Processo Civil permite ao juiz a atribuição do efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida. Após, detida análise do presente caderno digital processual, vislumbro não estarem presentes os pressupostos acima expostos para deferimento da medida, tendo em vista que em seu petitório o Embargante informa que vendeu o terreno ao litisconsorte Luiz Gonzaga Pinto, conforme fls. 59/75. Pelo exposto, recebo os presentes Embargos à Execução, contudo, deixo de atribuir efeito suspensivo aos presentes Embargos por não estarem presentes os requisitos do §1º do artigo 919 do Código de Processo Civil. Intime-se o Embargado, na pessoa do seu advogado, para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, à luz do artigo 920, I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0605184-04.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Vistos. Indefiro o pedido de fls. 101, visto que compete a parte Autora fornecer todos os elementos essenciais ao desenrolar do processo, diligenciando no sentido de informar o correto endereço da parte Requerida, sendo de sua competência providenciar o aperfeiçoamento do ato citatório. Vejo, também, que resta necessária ainda a demonstração do esgotamento de todos os meios de localização pessoal do Réu. Destarte, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe ao Juízo endereço onde o Réu possa ser encontrado, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme art. 485 do CPC/15. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0606816-31.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Poliponto Comercio e Serviço Ltda - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Kathleen dos Santos Gomes

ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM) - Processo 0609147-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jaiti Marcio Barreto Barata - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM), ADV: KARINA ARAÚJO BLASCH (OAB 4362/AM) - Processo 0609715-70.2016.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Menta e Araújo Comércio de Alimentos Ltda - REQUERIDO: Carlos Alberto Bento da Silva & Companhia Ltda. - ME (atual Nutrilife Refeições Ltda - Me) - Da detida análise dos autos, verifico a necessidade de realizar audiência de Instrução e Julgamento, a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar Decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado. Desta feita, designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 28/11/2019, às 9h30min. Especifiquem as partes, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que eventualmente pretendam produzir por ocasião da audiência de Instrução e Julgamento, ora designada, justificando sua pertinência. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EWERTON SMITH DO NASCIMENTO (OAB 9715/AM) - Processo 0610533-22.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: M. DA C. LIRA ALIMENTOS-EPP - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca dos ofícios recebidos nas fls.191-193, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: DIOGO RISTOFF DOS ANJOS (OAB 8724/AM) - Processo 0611530-39.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: CELIO DE OLIVEIRA CORDEIRO - REQUERIDO: CONSTRUTORA CAPITAL ROSSI - Tendo em vista notícia da resolução de demandas repetitivas, que resultou na suspensão destes autos, determino a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM), ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0611618-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Adauto Lúcio Maués Nazareth e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DIVINA MÁRCIA FERREIRA DA COSTA (OAB 198966/SP) - Processo 0612800-59.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Fava Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Kathleen dos Santos Gomes Juíza de Direito

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM), ADV: RAFAELA ROCHA BEZERRA (OAB 12824/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0613152-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Andrea Moura

Pires - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0613359-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Marco Venicius da Silva Freitas - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM) - Processo 0614067-66.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: M.N.R.C. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0615809-68.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: ARTUR CARLOS GOMES ABREU - REQUERIDO: CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S/A e outro - Tendo em vista notícia da resolução de demandas repetitivas, que resultou na suspensão destes autos, determino a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Reativem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0617096-27.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0617378-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Carlos Castro Vilar - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0617757-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco Saraiva da Costa - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM) - Processo 0617969-03.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RENATO MAURO SOLART QUEIROZ e outro - REQUERIDO: ESEPO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA - CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S/A - Tendo em vista juntada do substabelecimento do Patrono da parte Requerida, às folhas 197/198, determino seja retificado junto ao SAJ/PG5 as informações ali constantes. À Secretaria para que informe acerca do andamento do Recurso Especial, para que seja dado andamento ao presente feito. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0619423-42.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Roberta Silva de Sena - Vistos, etc. Trata-se de manifestação da parte Exequente, juntada às folhas 147/157, onde requer a um, sejam desconsiderados para fins de citação, os endereços constantes nas consultas realizadas através dos sistemas eletrônicos, vez que as Executadas não se encontram mais nos endereços apontados; a dois, que seja expedido novo Mandado de Citação, através de Oficial de Justiça, no endereço indicado no petitório (folhas 151) e a três, seja retirado dos autos a consulta realizada junto ao BACENJUD por não pertencer a este caderno digital. Vieram-me conclusos. Decido. Defiro a expedição de novo Mandado de Citação, no endereço indicado no petitório de folhaS 147/157. Defiro, ainda, seja tornado sem efeito o documento juntado às folhas 141/142, por não fazer parte destes autos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM), ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM) - Processo 0619830-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Enio Santiago Neves - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0620045-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: André Luis Bessa Maia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos. Ao compulsar os autos, denoto que a parte Ré informa que cumpre a Decisão liminar desde o dia 29/09/2018, acostando documentos que demonstram a suspensão dos descontos no contracheque do Autor. Intime-se a parte Requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se acerca do petitório de fls. 168/169. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS (OAB 8327/AM) - Processo 0620362-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Yuri Nogueira Pinto - Tendo em vista notícia da resolução de demandas repetitivas, que resultou na suspensão destes autos, determino a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Reativem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM) - Processo 0621535-81.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Apae Associação Pais e Amigos - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda

pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0621733-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Rc Recebíveis Ltda - Vistos. Trata-se de Execução de Título Extrajudicial, proposta por Rc Recebíveis Ltda, por meio de seu patrono(a), em face de Ramel de Oliveira Nobre - Me, Ramel de Oliveira Nobre e Isabel Luana de Oliveira Nobre, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 81/82, a Exequente pugna pela expedição de novo de citação aos réus Ramel de Oliveira Nobre - ME, em decorrência da localização de novo endereço via consulta ao sistema INFOJUD e a expedição de carta de citação em nome da executada Isabel Luana de Oliveira Nobre, uma vez que fora expedida para endereço desconhecido e diferente no disposto na inicial. Pelo exposto, DEFIRO o petitório de fls. 81/82. Intime-se a Exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, acoste aos autos comprovante de pagamento das despesas postais, nos moldes da Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do feito conforme disposto no artigo 485, III, do CPC. Cumprida a diligência acima, expeça-se a carta de citação ao executado RAMEL DE OLIVEIRA NOBRE - ME. Ato contínuo, expeça-se a carta de citação à executada ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE, sem ônus à exequente, uma vez que a mesma fora expedida a endereço alheio ao disposto na Exordial. Citem-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA DE ALENCAR RÊGO (OAB 5728/AM), ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM), ADV: PAULINE CHÍXARO VOSS (OAB 6648/AM), ADV: LUCIANA GUIMARÃES PINHEIRO VIEIRA (OAB 2859/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: JAIME AUGUSTO FREIRE DE CARVALHO MARQUES (OAB 9446/BA) - Processo 0621894-07.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARCIO DOS SANTOS FIALHO e outros - REQUERIDO: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - RENTAL CAR LM LTDA ME (HERTZ) - Vistos. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais cumulada com Danos Materiais, proposta por MARCIO DOS SANTOS FIALHO, GEYSA BLENDA KAWANO MONTEIRO FIALHO e LEILA LUXIA KAWANO MONTEIRO, por meio de seu patrono(a), em face de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A e RENTAL CAR LM LTDA - ME (HERTZ), todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que em preliminar de Contestação, a Ré RENTAL CAR LM LTDA, denuncia à Lide o sr. Rafael Luiz Campos de Oliveira e MSI TELECOM LTDA, empresa para qual o sr. Rafael prestava serviço em Manaus. Em síntese, a Requerida afirma que o sr. Rafael era o locatário, que estava em Manaus a serviço da empresa denunciada e que diante da culpa do condutor do veículo, se faz imprescindível a integração do mesmo ao polo passivo da presente demanda. A dinâmica dos autos aponta a ocorrência de acidente de consumo, no qual os autores, consumidores por equiparação nos moldes do artigo 17, do CDC, foram atingidos em seu veículo por automóvel da locadora Requerida e assegurado pela seguradora Ré. Ainda que o acidente descrito nos autos tenha envolvido os autores e o veículo tenha estivesse sendo guiado por terceiro locatário, cujo contrato prevê a responsabilidade deste por eventuais danos que causar a terceiros, a relação é protegida pelo Código de Defesa do Consumidor, que veda a denunciação à lide no curso da demanda, nos moldes do artigo 88 da Lei 8078/90. Ademais, embora o artigo 70, III do CPC preveja que é obrigatória a denunciação à lide "àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda", a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uníssona em afirmar que não há obrigatoriedade dessa modalidade na intervenção de terceiros quando for resguardado ao litisdenunciante o direito de regresso em ação autônoma. Pelo exposto, INDEFIRO a denunciação à lide pleiteada em preliminar da Contestação de fls. 111/123. Ato contínuo, intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. P. I. C.

ADV: THIAGO HENRIQUE CABRAL DE MAGALHAES (OAB 9913/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG) - Processo 0622688-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA LIMA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Em razão do feito já estar devidamente instruído e as partes terem se manifestado acerca do julgamento antecipado sem produção de provas complementares, anuncio o julgamento antecipado da lide, com fulcro no artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo recursal, voltem-me conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0623007-93.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: VALÉRIA DIAS VIAPIANA - REQUERIDO: CAPITAL ROSSI S/A - SANTA CORDELIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Tendo em vista notícia da resolução de demandas repetitivas, que resultou na suspensão destes autos, determino a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0623763-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria de Nazaré Silva de Sousa - REQUERIDO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. - Vistos. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, proposta por Maria de Nazaré Silva de Sousa, por meio de seu patrono(a), em face de Açaí Transportes Coletivos Ltda., todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar dos autos, denoto que às fls. 127/128 a Autora arrola como testemunhas: Marconi Macedo Marinho e Eliana Maria Castro da Silva. Às fls. 132/133, a parte Requerida pleiteia a realização de nova avaliação médica, pelo mesmo perito que assinou o laudo de exame de corpo de delito a fim de quantizar a perda ou diminuição da capacidade de locomoção da Autora. Pelo exposto, DEFIRO os petitórios de fls. 127/128 acerca do arrolamento de testemunhas. Ato contínuo, INDEFIRO o petitório de fls. 132/133, isto porque a perícia pugnada deve ser realizada por perito indicado pelo Juízo, sendo seu pagamento, ônus da parte interessada na produção da prova. Intime-se a parte Requerida para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do interesse na produção da prova suso mencionada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM), ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0624391-57.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: BENEDITO NETO CORREA VALENTIM - Vistos. À Secretaria para proceder com a devida evolução de classe dos presentes autos para Cumprimento de Sentença, junto ao Sistema SAJ. Diante do lapso temporal, entre a petição de fls. 79, que solicita dilação de prazo em 15 dias para juntar aos autos o comprovante de recolhimento dos valores referentes ao adimplemento contratual, e o presente Despacho, verifico que passou, em muito, o tempo solicitado pela requerida. Desta forma, intime-se a referida parte, para que, no prazo

de 5 (cinco) dias, junte aos autos o comprovante de pagamento do saldo remanescente. Defiro petitório de fls. 97. À Secretaria para proceder com a consulta atualizada de saldo, e em caso positivo, expeça-se alvará de levantamento do valor incontroverso em favor da parte requerente, conforme comprovantes de fls. 45/46 e 56, através de Ofício de Transferência direcionado a Caixa Econômica Federal. Comprovado o pagamento do saldo remanescente, à secretaria para consultar o saldo atualizado, e, após, com a devida resposta, intime-se a parte requerente para pleitear o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0625528-06.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. Defiro petitório de fls. 101/102, com intuito único e puro de localizar o atual endereço dos Executados. Intime-se a parte Exequente a acostar aos autos documentos probatórios inerentes ao adimplemento das custas cobradas pelas consultas ao sistema judicial, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Providências junto ao BACENJUD. Após, intime-se a parte Exequente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pelas consultas ao sistema judicial mencionado, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0625992-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ruy dos Anjos Marques - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos. Trata-se de Cumprimento de Sentença prolada na Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, proposta por Ruy dos Anjos Marques, por meio de seu patrono(a), em face de Banco BMG S/A, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 223, o Exequente pugna pela expedição de Alvará dos valores depositados e a citação da Executada para realizar o pagamento do saldo remanescente. Pelo exposto DEFIRO o petitório de fls. 223, no que tange à expedição de Alvará. Intime-se a Executada, através de seu Patrono, devidamente constituído nos autos, para efetuar o pagamento do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bastem para satisfação da execução, além do acréscimo de multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme preceitua o art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626775-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0627088-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Dilma Ferreira de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627439-82.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ,, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: ANDRÉ OLIVEIRA CABRAL (OAB 9980/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM) - Processo 0628020-05.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Dulce Marieta Cruz Oliveira - REQUERIDO: Obelisco Construção Civil Ltda - Tendo em vista notícia da resolução de demandas repetitivas, que resultou na suspensão destes autos, determino a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Quanto ao pedido de imissão de posse, deixo de apreciar por ora, tendo em vista necessidade da instrução probatória. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Reativem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0628248-72.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0628458-02.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: MARLENE RODRIGUES DE PAULA - Vistos. Intime-se a parte requerida, para manifestar-se sobre a petição de fls. 110, no prazo de 15 (quinze) dias. Após manifestação da parte supramencionada, intime-se, a parte requerente, para comprovar nos autos a correta transferência do bem para o nome do financiado, no prazo de 15 (quinze dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0629146-90.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629338-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no

prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CHRISCIA TEIXEIRA DE FIGUEIREDO (OAB 3460/AM) - Processo 0629666-84.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Chriscia Teixeira de Figueiredo - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Kathleen dos Santos Gomes

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0630394-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0630713-59.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. À Secretaria para proceder com a devida evolução de classe dos presentes autos para Cumprimento de Sentença, junto ao Sistema SAJ. Defiro petitório de fls. 130/131, com intuito de localizar o atual endereço do executado. Intime-se a parte Requerente a acostar aos autos documentos probatórios inerentes ao adimplemento das custas cobradas pela consulta ao sistema judicial, ora pleiteado, consoante Portaria 116/2017 - PTJ, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Recolhidas as custas, providências junto ao INFOJUD. Após, intime-se a parte Requerente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0631291-51.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0631446-88.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Vistos. Ofício às fls. 29, solicitando devolução e informações acerca do cumprimento de Carta Precatória. À Secretaria para certificar o cumprimento negativo do mandado de fls. 20. Após, oficie-se ao Juízo Deprecante prestando as devidas informações sobre o cumprimento da missiva, bem como, proceda-se com a devida devolução de Carta Precatória com as Homenagens de Estilo. Cumpridas as formalidades, dê-se baixa e arquivem-se estes autos. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631848-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: IGOR MATHEUS WEIL PESSÔA DA SILVA (OAB 5764/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0631863-75.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Doroteia da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FABRÍCIO DE SOUZA ROCHA (OAB 6861/AM) - Processo 0632812-70.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Savero Alex Batalha Marinho e outro - Intime-se o Requerido, pelo seu respectivo Patrono, para efetuar o pagamento do débito ou indique bens penhoráveis suficientes para o cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bastem a fim de que seja satisfeita a execução, bem como acrescida a multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0633008-64.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JONES MONTEIRO MACHADO (OAB 10217/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0633267-30.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilvan Celio Vieira Machado - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos. Trata-se de Ação Declaratória cumulada com Indenização por Danos Morais, proposta por Gilvan Celio Vieira Machado, por meio de seu patrono(a), em face de Banco Bradesco Financiamentos S/A, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 174/176, a Requerida pugna pela realização de perícia grafotécnica. Decisão de fls. 180, nomeou o sr. Hermann Saunders Fernandes, perito grafotécnico deste Juízo, que aceitou o encargo e propôs como honorários da perícia 4 (quatro) salários mínimos (fls. 184/185). Às fls. 194/197, a Requerida apresenta manifestação discordando do valor apresentado e pugnando pela nomeação de outro perito. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Ao compulsar os autos, não verifico justificativa plausível da Ré que culmine na nomeação de outro perito, isto porque, nos moldes do artigo 468, I e II, do CPC, o perito poderá ser substituído quando faltar-lhe conhecimento técnico ou sem motivo, deixar de cumprir o encargo que lhe compete, hipóteses que inexistem in casu. Ademais, no que tange à impugnação ao valor dos honorários periciais (fls. 194/197), não verifico descomedimento no valor requerido pelo perito, outrossim, a Requerida não fundamenta sua discordância, apresentando por exemplo, planilha de outro perito tão qualificado quanto o nomeado. Por todo o exposto, INDEFIRO o petitório de fls. 194/197. Ato contínuo, arbitro os honorários periciais no importe de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Intime-se a parte requerente da prova pericial, para depositar, em juízo, o valor dos honorários arbitrados, no prazo de 15 (quinze) dias. P.I.C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0633961-28.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada

para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0634453-25.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Delvani Maciel de Oliveira - Vistos. Diante do lapso temporal, entre o ato ordinatório de fls 158, e o presente Despacho, intime-se a parte autora, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Certificado o decurso do prazo e em nada sendo requerido, voltem-me concluso para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0634605-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Vistos. Defiro o pedido de expedição de mandado de citação no endereço indicado às folhas 74. Intime-se o Exequente para providenciar, no prazo de 5 (cinco) dias, o complemento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, trazendo sua comprovação ao autos, sob pena de extinção. Após, expeça-se o competente mandado de citação, penhora e avaliação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0636022-32.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Osvaldo Figueiredo Maia - REQUERIDO: Santa Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outros - Tendo em vista notícia da resolução de demandas repetitivas, que resultou na suspensão destes autos, determino a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0636040-53.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Osvaldo Figueiredo Maia - REQUERIDO: Rossi Residencial S.A. - SANTA CORDELIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outro - Tendo em vista notícia da resolução de demandas repetitivas, que resultou na suspensão destes autos, determino a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Reativem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABÍOLA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 8980/AM) - Processo 0637354-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Servicar Diesel Ltda - Epp - Vistos. Defiro o pedido de expedição de mandado de citação no endereço indicado pela parte Requerente na exordial. Intime-se o Requerente para providenciar, no prazo de 5 (cinco) dias, o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, trazendo sua comprovação ao autos, sob pena de extinção. Cumprida a diligência acima, sejam os autos reencaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de nova data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0638867-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos. 1. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor encontra-se evidenciada nos autos. Nesse sentir, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e alterações da Lei nº 10.931/2004, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, o representante legal do requerente ou quem este indicar. 2. Assim sendo, após o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, bem como das despesas de processamento eletrônico referente à utilização do sistema judicial Renajud, nos termos da Portaria nº 116/2017, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 23/01/2017: a) expeça-se o competente Mandado. Autorizo o Sr. Oficial de Justiça a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. b) providências junto ao Renajud, para fins de inclusão de restrição de circulação, se requerido. 3. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, se requerido, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. 4. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese da parte Requerente não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado a parte Requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. 5. Se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do Devedor, intime-se Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. 6. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 5 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte Requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº 911/69. À Secretaria para às devidas providências. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ) - Processo 0638892-16.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: ROSINALDO DOS SANTOS D'AVILA - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das despesas processuais e aos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da causa, ficando suspensa a exigibilidade de tais cobranças, em virtude da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ressalvada a demonstração, dentro do prazo legal, da hipótese preceituada no artigo 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM) - Processo 0639063-07.2014.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: JOAO ULISSES LEANDRO DA SIVLA - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Kathleen dos Santos Gomes

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV:

RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0641305-65.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Maquiné e outros - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Trata-se de pedido de habilitação nos autos, juntado às folhas 107/122, requerida pelos filhos do Autor Edilcimar da Silva Santos, em razão do seu falecimento que se deu em 10/03/2017. Juntaram documentos às folhas 108/122. Vieram-me conclusos. Decido. O processo de habilitação, com procedimento previsto nos arts. 687 a 692 do Código de Processo Civil, tem como objetivo regularizar a relação processual quando ocorre a morte de qualquer das partes. A propositura da habilitação é causa de suspensão do processo, nos termos do art. 689, do Código de Processo Civil, que só retornará seu andamento após o trânsito em julgado da sentença que julga a habilitação, conforme dispõe o art. 692, do referido codex. Desta feita, determino a citação do Banco Requerido para contestar a ação, no prazo de 5 (cinco) dias, sendo limitada a matéria de defesa às questões processuais e à ausência de qualidade de sucessor do Autor. Fiquem os autos suspensos. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0643256-89.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, CPC, pois não vislumbro nos autos a Notificação Extrajudicial para constituição em mora o devedor, nos termos do art. 3º do Decreto Lei n° 911/1969, tendo em vista que foi devolvida por causa do endereço que estava incorreto, conforme documento às fls. 37/39. Desta feita, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da vestibular, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM), ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0643306-86.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Itacal Itacotiara Calcários Ltda - REQUERIDO: Transportes Carinhoso Ltda - Vistos. Trata-se de Cumprimento de Sentença prolatada em Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais, proposta por Itacal Itacotiara Calcários Ltda, por meio de seu patrono(a), em face de Transportes Carinhoso Ltda, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 216/218, a Ré pugna pela reconsideração da Decisão de fls. 189/193, aduzindo em síntese que após uma força tarefa interna, a Requerida localizou a procuração que conferia poderes à srª Rozilda Pereira Januário para representar a empresa, que a sede da empresa mudou mas que a srª Rozilda continuava no local, momento em que foi surpreendida com a notificação para pagamento, que a citação para audiência de conciliação foi recebida por terceiro, gerando sua condenação ao pagamento de multa de 2% do valor da causa, que há vício na citação e pleiteia, por fim, a nulidade da citação e da sentença, em razão da ausência de perícia.

ADV: YNGRID VENTILARI DE FIGUEIREDO BEZERRA (OAB 4658/AM) - Processo 0646031-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Micael José Prata Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0649426-14.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM) - Processo 0652219-23.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: F.g. Indústria e Comércio de Refeições Ltda - REQUERIDO: Lanaplast Industria da Amazonia Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 51, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0656238-72.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Amasp Restaurante e Similares Eireli - Epp (Loja Splash Pizza) - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0661116-40.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635654-81.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Luiz Gonzaga Pinto - Vistos. Trata-se de petitória da parte Requerente em 28/05/2019 junto às fls. 27/28, com pedido de dilação de prazo, tendo em vista a impossibilidade de levantamento dos documentos necessários para a comprovação da hipossuficiência. Assim, não há em que se falar em morosidade do juízo, pois a parte Requerente teve um largo período para colacionar aos autos o referido documento. Ante o exposto, identifico que a petição inicial não se encontra acompanhada do respectivo comprovante de pagamento das custas e despesas, motivo pelo qual, nos termos do art. 290 do CPC, determino a intimação da parte Requerente, na pessoa de seu(sua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o adequado preparo do feito, sob pena de cancelamento da distribuição. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM), ADV: GUILHERME SCHERAKMAN SIQUEIRA (OAB 10385/AM), ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0661402-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bruno Marques Bezerra - REQUERIDO: Centro de Ensino Diálogo e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0713478-29.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Veículos - REQUERENTE: Raimunda do Nascimento Brandão - REQUERIDA: Rondônia Transportes Ltda - DENUNCIADO: Companhia Mutual de

Seguros - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Adriana Maria Giannico de Araújo Viana Pinheiro (OAB 9741/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
Alessandra de Alencar Rêgo (OAB 5728/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
ANDRÉ OLIVEIRA CABRAL (OAB 9980/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Evandro Melo Balbi (OAB 66418/RJ)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB 10030/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Chriscia Teixeira de Figueiredo (OAB 3460/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB 31618/SP)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
David Gomes Benayon (OAB 2180/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749A/AM)
Diogo Ristoff dos Anjos (OAB 8724/AM)
Divina Márcia Ferreira da Costa (OAB 198966/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Elisangela de Souza Portela (OAB 4655/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Ewerton Smith do Nascimento (OAB 9715/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fabíola Ferreira do Nascimento (OAB 8980/AM)
Fabrício de Souza Rocha (OAB 6861/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3.444)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Franco Andrey Barbosa Granja de Souza (OAB 5677/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Guilherme Scherakman Siqueira (OAB 10385/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Igor Matheus Weil Pessôa da Silva (OAB 5764/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB 9446/BA)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco da Silva Vieira Filho (OAB 8342/AM)
Jones Monteiro Machado (OAB 10217/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Julio Cezar Rodrigues Lima (OAB 8461/AM)
Karina Araújo Blasch (OAB 4362/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kelly da Silva Vasconcelos (OAB 5547/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Larissa Vanzin (OAB 804A/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (OAB 2859/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Maria Laci dos Santos (OAB 7601/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Lima Diniz (OAB 13747/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Olavo Cesar Castro Mendes (OAB 513/AM)
Pauline Chíxaro Voss (OAB 6648/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Rafaela Rocha Bezerra (OAB 12824/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Suraide Auxiliadora Nunes Pinto (OAB 2506/AM)

Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tereza Cristina Mota dos Santos (OAB 8327/AM)
THIAGO HENRIQUE CABRAL DE MAGALHAES (OAB 9913/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Victor da Silva Trindade (OAB 2991/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sanches Marconi (OAB 85657/SP)
Yngrid Ventilari de Figueiredo Bezerra (OAB 4658/AM)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0247/2019

ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: LEILA PRISCILLA PONCIANO DE SOUZA (OAB 12460/AM) - Processo 0611194-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronaldo de Brito Leite - REQUERIDO: Shizen Veículos Ltda. - Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (73/93 e 118/131) e documentos às Pág.(s) (94/113 e 132/147).

ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Leila Priscilla Ponciano de Souza (OAB 12460/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROGERIO JOSÉ DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0246/2019

ADV: FELIPE CÉSAR MICHNA (OAB 44153/PR), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 2772/AM) - Processo 0203211-50.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Valdemir Pinheiro Barbosa dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Compulsando os autos, verifico a impossibiliadade de expedição do RPV, visto que o valor dos cálculos apresentados pelo INSS e aceitados pelo exequente excede o valor limite para fins de expedição de RPV. Assim, determino que a parte exequente se manifeste em renunciar ao valor excedido, optar pelo pagamento por meio de precatório ou requerer o que entender de direito. Quanto a petição de fls.290 a mesma deve ser tornada sem efeito, visto que não se trata de pedido atinente aos presentes autos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0232568-41.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - EXEQUENTE: Benedito Cardoso da Silva - Defiro o pedido de fls.219/220. Proceda-se conforme ali indicado.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM) - Processo 0251840-26.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Posse - EXEQUENTE: Pedro Guatan Rocha - EXECUTADO: Tomas Gomes da Silva Neto - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0258882-97.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Mozair Ferrreira - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: LUIZ GUSTAVO CARDOSO MAIA (OAB 6971/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0603374-23.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0602344-60.2013.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Aquisição - EMBARGANTE: Roberto de Souza Simonetti Neto - EMBARGADA: Rosimar de Almeida Batista - Everton Souza Nascimento - Rosalvo Veículos LTDA. - Dessa forma, para que no futuro não se alegue nulidade ou cerceamento de defesa, bem como para que não haja atrasos ao andamento do feito com a realização de atos desnecessários, determino a intimação das partes para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias sobre a intenção de conciliação. Caso, não haja interesse das partes na conciliação, em face da questão de mérito ser unicamente de direito, e não haver necessidade de produzir prova em audiência, julgo-me apto para antecipar o julgamento da lide, nos termos do disposto no artigo 355, inciso I, do CPC. Outrossim, verifico ainda que, apesar de devidamente citado (fls. 38/39), o requerido Rosalvo Veículos Ltda não contestou a presente ação, razão pela qual decreto, nos moldes do disposto no artigo 345 e ss. do CPC, a sua revelia. Diante disto, o julgamento antecipado da lide também se justifica pelo art. 355, inciso II, do CPC. A esse talante, intimem-se as partes e após, se não houver irresignação a esse entender, através do recurso adequado, voltem-se conclusos os autos para decisão. Intime-se.

ADV: HIGINO ANTÔNIO JÚNIOR (OAB 22214/SP), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0604998-78.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Edec - Engenharia Construcao e Comercio Ltda - Eduardo Jorge de Oliveira Lopes - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 115/116, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 1.503.851,97 no BACEN JUD em desfavor do executado no CPF/CNPJ n° 193.219.612-91. Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Ademais, defiro o petitório de fls. 111, devendo ser atualizada a representação processual do executado, para os devidos fins de direito. Cumpra-se.

ADV: LEIRIMAR DA SILVA NAZARÉ (OAB 13794/AM), ADV: ELANE LABORDA DA SILVA (OAB 11222/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM) - Processo 0608526-52.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Direito de Preferência - REQUERENTE: José Ribamar Serafim Rodrigues - Cumpra-se o despacho de fls. 191/192, no que diz respeito a expedição de alvará em favor da proprietária do imóvel, ficando disponibilizado

em nome da própria , Wanderlane Araújo da Silva, relativo aos valores pagos pelo autor em juízo para compra do imóvel. Intimem-se.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: HEBER LUIS CRUZ BARBOSA (OAB 32613/GO), ADV: GUSTAVO DE LIMA BARBOSA (OAB 13443/AM), ADV: DIOGO VICTOR BRASIL (OAB 9693/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM), ADV: RICARDO JOSÉ ALVES PORTOS SANDE (OAB 8080/DF), ADV: JÉSSICA LÍLIAN DA COSTA ALVES (OAB 47135/DF), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: RÚBIA DE SOUZA (OAB 29813/DF), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM) - Processo 0608696-63.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Regina de Oliveira Mavignier - menor impúbere - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - LITSPASSIV: Flávio Bezerra - REQUERIDA: Diana Mara dos Santos Gomes - Dessa forma, para que no futuro não se alegue nulidade ou cerceamento de defesa, bem como para que não haja atrasos ao andamento do feito com a realização de atos desnecessários, determino a intimação das partes para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias sobre a intenção de conciliação. Caso, não haja interesse das partes na conciliação, em face da questão de mérito ser unicamente de direito, e não haver necessidade de produzir prova em audiência, julgo-me apto para antecipar o julgamento da lide, nos termos do disposto no artigo 355, inciso I, do CPC. A esse talante, intimem-se as partes e após, se não houver irresignação a esse entender, através do recurso adequado, voltem-se conclusos os autos para decisão. Intime-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0608980-71.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Em face do pedido de fls. 70 e documentos acostados, defiro a substituição processual requerida. Desta feita, INTIME-SE o novo pólo ativo para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de se configurar ausência de interesse de agir superveniente e, portanto, ensejar a extinção do feito, ex vi do art. 485, VI, do CPC.. À Secretaria para providências. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM) - Processo 0613423-31.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JOAO EVANGELISTA GONÇALVES NETO - Tendo em vista o lapso temporal decorrido desde a última manifestação da requerente a dar prosseguimento ao feito, restando obstada a angularização processual por sua inércia, bem como ante a certidão de fl. 35, intime-se pessoalmente a parte autora e seu causídico, via diário eletrônico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se e requerer o que de direito, sob pena de extinção à inteligência do disposto no art. 485, III e IV do CPC. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0613862-08.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Manaus Serviços de Limpeza e Comercio de Materiais de Construção Ltda - Samara Rosieli Silva Santos - Francisco Paes da Silva - Defiro petitório de fls. 132/133, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 215.080,33 no BACEN JUD em desfavor do(s) executado(s). Entendo, todavia, que cabe à exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o(s) executado(s), na pessoa de seu(s) advogado(s) ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Ademais, defiro o pedido de comunicações processuais ao patrono do exequente, conforme requerido às fls. 133. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: ALEX FERNANDES MINORI (OAB 9444/AM) - Processo 0614036-46.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Perdas e Danos - REQUERENTE: Visão Serviços de Instalação e Manutenção de Maquinas Ltda Epp - REQUERIDO: Arirang Fornecimento de Alimentos Ltda - Me - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0616422-49.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM) - Processo 0619471-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Carlene Rodrigues Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Instituto Médico Legal - IML - De ordem, abro prazo para que as partes se manifestem acerca do laudo pericial, e o réu apresente contestação no prazo de 15(quinze) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0621251-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Aline Gomes Pinheiros - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls.194/198, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: MARISTELA LAGO PINHEIRO DE LIMA (OAB 4461/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ANDSON CUNHA DA SILVA (OAB 7151/AM) - Processo 0621280-02.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: CARLOS ALBERTO DA CRUZ BRAGA - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na Ação de Busca e Apreensão, resolvendo o mérito da demanda (art. 487, I, do CPC), para tornar subsistente a liminar concedida, consolidando a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial em mãos do autor, valendo esta decisão como título hábil para a transferência do bem, nos termos do Decreto-Lei 911/69. No que diz respeito ao pedido reconvencional, JULGO-O IMPROCEDENTE. Em consequência, condeno o Requerido/Reconvindo ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, no percentual de 10%, sobre o valor atualizado da causa. A cobrança, entretanto, fica suspensa em razão da gratuidade de justiça ora deferida. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição e anotações de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0621428-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jarlison Wildes de Souza Ribeiro - REQUERIDO: Ciec Eja - Centro Integrado de Educação Christhus - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Condeno o autor nas custas processuais, porém

determino a suspensão da obrigação, em face da gratuidade da justiça, conforme art. 98, § 3° do CPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, em face da ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0622819-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Thyfani Loren Gama dos Santos - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 14 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0622963-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Zelito Gomes de Azevedo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos de fls.105/121.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0623967-10.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0600876-85.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Sociedade de Investimentos Agaere Ltda - EMBARGADO: Centro Empresarial Art Center - Averbo-me suspeito para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do § 1º do artigo 145 do CPC. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto nos artigos 7º e 9º da resolução nº 23/2010doTJAM. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0624060-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Antonio Agno Rocha Seixas - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Banco Votorantim - Bv Financeira S/A - Banco Bradesco - Banco Inter S/A - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG) - Processo 0624192-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 146/147, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 14.842,54 no BACEN JUD em desfavor da executada no CPF/CNPJ n° 416.477.342-15. Ademais, defiro petitório de fls. 129, devendo ser cadastrado único patrono para receber as futuras intimações em nome da exequente. Entendo, todavia, que cabe à parte autora a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se a executada, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente, para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: VITOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0624411-48.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Izanete Ferreira de Menezes - REQUERIDO: I.N.S.S - Instituto Nacional de Seguro Social - INTSSADO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Em razão do pedido de cumprimento de sentença encartado aos autos ter sido subscrito por Defensor Público, remetam-se os autos à Contadoria, conforme requerido pelo mesmo, com escopo de realizar a atualização do débito exequendo, no prazo de 10(dez) dias, por força do art.524, §2º do CPC. Após, intime-se a parte exequente, através do Defensor, a fim de que se manifeste, em igual prazo, sobre os cálculos elaborados. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626465-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Khemerson de Melo Macedo - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do art. 320 c/c 321, do CPC, mormente o referente ao pagamento das custas processuais, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do que dispõe o art. 485, inc. I, c/c 330, IV, e 321, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas processuais a parte requerente. Igualmente entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0630768-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Arleson Silva de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Ante o exposto, indefiro a petição inicial e declaro o feito extinto sem resolução de mérito da forma do art. 485, inc. I, do CPC.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0631499-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Celcy da Silva Cabral e outro - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e

intime(m)-se.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0632234-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Rodrigo Torres Lins - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0632533-84.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Frederico Araujo Vieiralves - REQUERIDO: FULVIO PACIFICO SEABRA - Compulsado os autos, verifico que o embargado Fulvio Pacífico Seabra apresentou as contrarrazões fora do prazo legal, conforme certidão de fl. 349, razão pela qual determino o desentranhamento das mesmas. Após, voltem-m os autos conclusos para julgamento. À secretaria para as providências de estilo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0632791-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como informe o nome completo da genitora da pessoa física a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11300/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0633016-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ester de Souza e Silva - REQUERIDO: vinicius medeiros arena da costa - Maria Regina Menezes Medeiros - Condominio Residencial Flex Tapajós - Tecnisa S/A - Rosales Empreendimento Imobiliário SPE S/A - De ordem, intimo a parte Requerente para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls.93 e 95 recebido por terceiro, sem cumprimento em fls.91 e com erro eletrônico em fls.88, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0634015-04.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - EXEQUENTE: JANIETE DA SILVA MONTEIRO - EXECUTADO: UNIMED MANAUS - Dê-se vista dos autos à parte exequente para se manifestar acerca da petição de fls.295/306 e documentos anexos. Após voltem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0634650-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Hts Servicos de Hotelaria e Turismo Ltda - EXECUTADO: Hitech Import - SEBASTIÃO DENIZAR BARROSO REIS - MARIA APARECIDA FERREIRA REIS - Ressalto ainda a provável existência de litispendência no presente processo, visto que tratam do mesmo contrato de locação, tendo como objeto as mesmas salas de n° 267, 268, 269, 270 e 271. Diante do exposto, declino de minha competência para julgar a presente ação em favor do Juízo da 18ª Vara Cível, nos termos do Art. 55, §1°, 58 e 59 todos do Código de Processo Civil. Remetam-se os autos via setor de distribuição processual para os devidos fins, observadas as cautelas de praxe. Intime-se e cumpra-se.

ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM) - Processo 0635359-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Luiz de Gonzaga Araújo Marques Filho - REQUERIDO: Gg Veículos - A concessão da gratuidade da Justiça, não pode ser concedida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda que o imóvel em questão possui elevada valorização imobiliária , não sendo presumida a condição de pobreza do autor , inclusive o valor da causa deve refletir o valor do bem , devendo a vestibular ser emendada. Outro aspecto a ser considerado é o de que o Art. 5º, LXXIV da Constituição Federal, garante assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, o que efetivamente não ocorreu no presente feito, diante do fato do autor não haver apresentado a declaração de imposto de renda. Diante de todo o exposto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a remessa dos autos ao Contador para a elaboração do cálculo das custas processuais. Após, intime-se o Requerente para fazer o respectivo recolhimento e emendar a inicial para dar a causa o valor do imóvel. Intime-se e cumpra-se.

ADV: JÉSSICA DE VERÇOSA MELLO (OAB 10240/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: MARITZA VALÉRIA TAVARES DIBO (OAB 12139/AM) - Processo 0635419-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: R.T.V. - REQUERIDO: R.N.S. - L.C.F.S. - Na precisa hipótese dos autos a Autora é beneficiária da justiça gratuita, portanto, conforme a Portaria 1.233/2012 o pagamento dos honorários do perito será efetuado pelo Tribunal de Justiça do Amazonas. Assim, em consonância com o artigo 6º da referida Portaria, o Tribunal de Justiça do Amazonas arcará com o pagamento dos honorários do experto até o limite de R$ 1.000,00 (mil reais), valor este que fixo como verba honorária. Ante a necessidade de perícia, nos termos do art. 370 do CPC, nomeio como perito deste Juízo o Dr. Wellmon Lima de Souza, Médico, CRM 4117, com endereço na Rua 08, nº 28B, Ed. Nápoles, Apto nº 601, Conjunto Tropical - Parque 10, CEP 69055-747, e-mail wellmonsouza@yahoo.com.br, o qual deverá ser intimado para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se aceita o encargo e adotar as medidas necessárias à realização do exame pericial, conforme art. 465, § 2° do CPC. Intimem-se os litigantes para, em 15 (quinze) dias, arguirem o impedimento/suspeição do perito nomeado, se for o caso; indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos, querendo, nos termos do art. 465, §1°, I, II e III do CPC. Após,

intime-se o perito e assistentes, se indicados, para a efetivação da perícia informando a data e local em que poderá realizar a perícia judicial. Em ato contínuo, deve o(a) Autor(a) ser encaminhado(a) à perícia. Assinalo o prazo máximo de 60 dias, contados da realização da perícia, para a entrega do laudo em Juízo (art. 465 do CPC). As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer, nos termos do art. 477, §1° do CPC. Transitada em julgada a presente demanda, expeça-se o competente alvará judicial em favor do perito. Após, deverão ser os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Caso haja recusa à nomeação, voltem-me conclusos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0635986-19.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: B C e Empreendimentos Ltda - Epp - Arnaldo Silvio Brozzo Botelho - Defiro petitório de fls. 107/109, razão pela qual, determino a consulta e posterior bloqueio no sistema BACEN JUD em desfavor do(s) executado(s). Entendo, todavia, que cabe à parte autora a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o(s) executado(s), na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0636831-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Adrian Araujo da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 02/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0637084-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Saint Clair Ferreira de Lima - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido pelo autor. Diante disso, remetam-se os autos ao contador para fins de cálculo das custas e intime-se para fins de recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do andamento processual, com fulcro nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, IV e 485, I, todos do Código de Processo Civil. Intime-se e cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637164-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Deuziane de Souza Martins - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 02/09/2019, a partir das 10:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009,na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637278-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Leonildo Jose dos Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637300-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rafael Gomes de Carvalho - Nos termos da Recomendação

Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637326-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosinaldo Travassos Lopes - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 02/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: ISADORA LOISE MOTA OLIVEIRA (OAB 10670/AM) - Processo 0638759-32.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Liquidação - REQUERENTE: Marcelo Silva Carvalho - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do(a) postulante, razão pela qual concedo o prazo de quinze dias para que traga aos autos uma cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ultimo exercício fiscal do autor e da Empresa EC Ribeiro e Cia. Ltda ME, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0639208-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Nonata Reinaldo de Araujo - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que “não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos; Declaração de imposto de renda do último ano; Intime-se.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: RUY SILVIO LIMA DE MENDONÇA (OAB 867A/AM), ADV: RUY SILVIO LIMA DE MENDONCA (OAB 18285/PA) - Processo 0639302-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: R. L. Comércio, Manuntenção e Representação de Eltro-eletrônicos Ltda Epp - REQUERIDO: Alpha Telecomunicações Ltda. - Me - Não sendo pois, o caso de contradição, obscuridade, ou omissão, tampouco ocorrendo erro material ou interpretação equivocada da Lei, incabível os Embargos de Declaração que objetivam a modificação do julgado, motivo porque REJEITO o equivocado recurso, persistindo a sentença tal como está lançada.

ADV: IAGO OLIVEIRA PASCARELLI (OAB 13854/AM) - Processo 0641860-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maximo Vasconcelos Rocha - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária

pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Declaração de imposto de renda do último ano; Intime-se.

ADV: JOSÉ BARBOSA DE SOUZA (OAB 1478/AM) - Processo 0641939-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Castro Mota - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do(a) postulante, razão pela qual concedo o prazo de quinze dias para que traga aos autos uma cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ultimo exercício fiscal, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0642440-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Euzebio da Silveira Brandão - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, posto que na Justiça Comum, face a necessidade de pagamento de custas processuais, o Requerente deve comprovar a real situação de hipossuficiência financeira para fins de gratuidade. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; Declaração de imposto de renda do último ano; Caso contrário, levando em conta o valor e baixa complexidade da causa, saliento que a parte Requerente pode interpor a presente ação junto ao Juizado Especial, onde inexiste pagamento de custas processuais. Intime-se.

ADV: LUCAS LYRA DE FREITAS (OAB 10515/AM), ADV: HADIB MILET MOTA NASSERALA (OAB 14143/AM), ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0642466-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Ramos Comercio de Artigos Ortopedicos Ltda - REQUERIDO: Service Eletronica Defense Ltda - Conforme regulamenta a Portaria 490/2017 - PTJ, defiro o pedido de parcelamento de custas. Portanto, remetam-se os autos à contadoria para emissão das Guias de recolhimento judicial e após INTIME-SE a parte autora para efetuar pagamento da primeira parcela das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo, devendo pagar as demais parcelas nas datas aprazadas. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0642606-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Zilla dos Santos Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Da análise dos autos, percebo que, até o presente momento, a parte requerente não apresentou qualquer comprovação de pagamento das devidas custas, bem como não há pedido de concessão da gratuidade da Justiça na inicial. Por todo o exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o devido depósito das custas judiciais, nos ditames do Compêndio Processual Civil, sob pena de extinção do feito, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, IV e 485, I, todos do Código de Processo Civil. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0642848-40.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amazonorte Cargas Express LTDA - ME - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - LITSPASSIV: JR Transportes Ltda-epp - Diante do exposto, EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI, do CPC vigente, em razão da perda do interesse de agir. Considerando o trabalho zeloso do advogado da parte autora, a relativa complexidade da causa e o valor significativo atribuído à causa, fixo os honorários advocatícios em R$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais) nos moldes do art. 85, § 8.º e 10º, do CPC., condenando ainda a Amazonas Distribuidora de Energia S/A ao pagamento das custas e despesas processuais ,

ADV: EARLEN GUEDES DA SILVA (OAB 10720/AM) - Processo 0642900-94.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.M.O.P. - REQUERIDA: A.M.I.M. - Diante do exposto, declino da minha competência para 7ª Vara de Família da Capital, com fundamento no Art. 154, da lei complementar 17 de 23/01/1997. Remetam-se os autos ao Juízo competente. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM) - Processo 0643097-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosa de Saron Comércio de Jóias e Acessórios Ltda - REQUERIDO: Cielo S/A - Conforme regulamenta a Portaria 490/2017 - PTJ, defiro o pedido de parcelamento de custas. Portanto, remetam-se os autos à contadoria para emissão das Guias de recolhimento judicial e após INTIME-SE a parte autora para efetuar pagamento da primeira parcela das custas,

no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo, devendo pagar as demais parcelas nas datas aprazadas. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643195-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Cleuton de Oliveira Pinheiro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos na Portaria nº 2183/2017 - PTJ e do Termo de Cooperação n° 012/2017 - TJ encaminho os autos ao CEJUSC para providências requeridas no feito. Nomeio como perito judicial o profissional habilitado junto ao núcleo. Designe perícia. Cite-se a parte ré. Apresentado o Laudo no prazo de 30 (trinta) dias, expeça-se o competente Alvará ao Perito nomeado, observadas as devidas cautelas. Defiro a gratuidade da justiça em favor da parte autora, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643769-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Maria Emilia Melo da Silva - Vejo que as ações sequer possuem as mesmas partes, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ é verdadeira inconsistência do referido programa. Dessa feita, em observância ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), entendo inexistir razão para a distribuição processual por dependência a vincular este Juízo. Posto que, tal distribuição por dependência acarreta incompetência absoluta deste Juízo, a qual pode ser, inclusive, declarada de ofício. Ordeno, pois, sejam os autos remetidos ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição para uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se a autora por publicação. Cumpra-se.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM) - Processo 0656042-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aquisição - REQUERENTE: Rizoleide Delmira Lopes - REQUERIDA: Odethe Delmira Lopes Bindá (falecida) - Elaine Cristina Lopes Binda - Eduardo Lopes Binda - Inicialmente, verifica-se que op imóvel esta foi financiado pela CEF e titularizado em nome de Odethe Delmira Lopes Bindá (fls.45) , não havendo provas suficientes de que a autora, tenha contribuído de fato de alguma forma para a aquisição do imóvel, razão pelo qual indefiro o pedido de tutela antecipada . Da análise dos autos percebo que a audiência de conciliação, instrução e julgamento , faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar a sentença . Dessarte, determino que seja pautada a audiência e intimadas as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0658881-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jose Barbosa Sena - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Da leitura dos autos, entendo ser dispensável a instrução processual, vez que as provas já existentes neste apresentam-se suficientes para autorizar o julgamento antecipado da lide (art. 355, inciso I, CPC), aplicando-se, in casu, os princípios da economia processual e o da razoável duração do processo. Portanto, determino a intimação das partes desta decisão, devendo os autos, após o transcurso de 15 (quinze) dias, contados da efetivação das intimações, e sem recurso das partes, voltarem-me conclusos para julgamento. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LIAH LIMA CERF LEVY (OAB 7183/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: SIMEÃO DE OLIVEIRA VALENTE (OAB 2152/AM), ADV: CARLOS ALEXANDRE BARACHO VALENTE (OAB 7083/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: NATACHA MARIA TORRES PORTUGAL MENDONÇA (OAB 8040/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: CHRISTIAN FERNANDES RABELO (OAB 333B/RO), ADV: SARAH SERRUYA ASSIS (OAB 9515/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM), ADV: NAJLA MAKAREM NADAF THOMAZ DE LIMA (OAB 2183/AM), ADV: ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA (OAB 8059/AM), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: IVES ALENCAR ALBUQUERQUE (OAB 5621/AM), ADV: IGOR HANAN SIMÕES (OAB 6069/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: ELIMAR VASCONCELOS DE SALES (OAB 7299/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB 419A/AM) - Processo 0709438-04.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - EXEQUENTE: Arf Reis - EPP - Hitec Import & Connect Info Eletronic - Amazon Model - Comércio, Indústria, Representações, Importação e Exportação Ltda (Ellus Manaus) - Super Sport (Mega Sport) - EXECUTADO: Henrique Cerf Levy Neto e outros - REQUERIDO: American Express - Banco Bankpar S.A - LITSPASSIV: AJL Indústria e Comércio Ltda - Mirai Panasonic - PCI Informática - Foto Nascimento (Antônio Rodrigues & Cia Ltda) - HC Comércio de Confecções Ltda - EPP (ASIA FASHION) - Auto Posto Floresta II - T.G.I. Comércio, Representações e Diversões Ltda. (M1 EVENTOS) - DB Supermercados - Cosmenorte Produtos de Higiene e Beleza Ltda - Comepi - Calvin Klein Jeans (ACMS Comérico de Roupas Ltda - ME) - ADJI MAN (Benzion Comérico e Representação de Confecções Ltda) - Via Uno Ltda (A. M. Gesta de Melo) - Chilli Beans (GR Comércio de Óculos e Relojoaria Ltda) - Lilica e Tigor (TBS Comércio de confecções Ltda) - Posto Santa Etelvina/Posto Manauto Ltda - Colcci (MNE MNANAUS Comérico de Confecções Ltda) e outros - Defiro o pedido de fls 1115/1118 no sentido de intimar o executado para proceder o cumprimento da sentença antecedentes. Defiro o pedido de fls 1119 , assim determino a expedição de alvará, em favor do patrono do peticionante , de levantamento da quantia depositada em juízo, referente ao pagamento da condenação. Cumpra-se. À Secretaria para as medidas de praxe.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alberto Pacheco da Silva Ladeira (OAB 8059/AM)
Alex Fernandes Minori (OAB 9444/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Andson Cunha da Silva (OAB 7151/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Alexandre Baracho Valente (OAB 7083/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva (OAB 5698/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christian Fernandes Rabelo (OAB 333B/RO)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)

Diogo Victor Brasil (OAB 9693/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Earlen Guedes da Silva (OAB 10720/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elane Laborda da Silva (OAB 11222/AM)
Elimar Vasconcelos de Sales (OAB 7299/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe César Michna (OAB 44153/PR)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Gabriela Costa Machado (OAB 11300/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB 419A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Lima Barbosa (OAB 13443/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hadib Milet Mota Nasserala (OAB 14143/AM)
Heber Luis Cruz Barbosa (OAB 32613/GO)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Higino Antônio Júnior (OAB 22214/SP)
Iago Oliveira Pascarelli (OAB 13854/AM)
Igor Hanan Simões (OAB 6069/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isadora Loise Mota Oliveira (OAB 10670/AM)
Ives Alencar Albuquerque (OAB 5621/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jéssica de Verçosa Mello (OAB 10240/AM)
Jéssica Lílian da Costa Alves (OAB 47135/DF)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Barbosa de Souza (OAB 1478/AM)
José Carlos Pereira de Oliveira (OAB 2772/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Leirimar da Silva Nazaré (OAB 13794/AM)
Liah Lima Cerf Levy (OAB 7183/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
lucas lyra de freitas (OAB 10515/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gustavo Cardoso Maia (OAB 6971/AM)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB 1239/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Maristela Lago Pinheiro de Lima (OAB 4461/AM)
Maritza Valéria Tavares Dibo (OAB 12139/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Najla Makarem Nadaf Thomaz de Lima (OAB 2183/AM)
NATACHA MARIA TORRES PORTUGAL MENDONÇA (OAB 8040/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Ricardo José Alves Portos Sande (OAB 8080/DF)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Rúbia de Souza (OAB 29813/DF)
RUY SILVIO LIMA DE MENDONCA (OAB 18285/PA)
RUY SILVIO LIMA DE MENDONÇA (OAB 867A/AM)
Sarah Serruya Assis (OAB 9515/AM)
SIMEÃO DE OLIVEIRA VALENTE (OAB 2152/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vitor Kikuda (OAB 199259/SP)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0252/2019

ADV: REBECA ROCHA HANADA (OAB 10173/AM), ADV: TIAGO DE SOUZA ROCHA (OAB 9912/AM), ADV: VANDERLÉIA ALVES BRITO (OAB 4784/AM) - Processo 0237982-83.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0609714-85.2016.8.04.0001) (processo principal 0609714-85.2016.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Compromisso - REQUERENTE: Enoque da Silva Cardoso - Vistos, etc. Cuida-se de pedido de desconsideração da personalidade jurídica proposto por Enoque da Silva Cardoso em face de João Carlos Bexerra e Yossodhara Ribeiro da Rocha. Aduz o autor que os requeridos valeram-se da pessoa jurídica para causar danos a terceiros. Devidamente citados, deixaram de apresentar qualquer manifestação. Vieram-me os autos conclusos. Decido. A desconsideração da personalidade jurídica (disregard doctrine) consiste em medida de exceção que possibilita ao magistrado transpor o véu protetor e diferenciador da pessoa da sociedade empresária e dos sócios-proprietários, permitindo ao exequente/requerente satisfazer seus créditos inadimplidos pelo ente moral

investindo no patrimônio dos sócios ou administradores daquele, desde que preenchidos os requisitos cabíveis à espécie. A esse respeito, o artigo 50 do Código Civil é taxativo e apenas autoriza a aplicação da teoria do superamento da personalidade jurídica se houver desvio de finalidade ou confusão patrimonial: Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. O desvio de finalidade é o uso indevido da pessoa jurídica para fraudar terceiros. Já a confusão patrimonial ocorre quando o ativo e/ou o passivo da empresa se embaralha com o patrimônio pessoal dos sócios. Tal posicionamento adotado pelo Código Civil denomina-se Teoria Maior. Isso porque além da prova de insolvência, deve-se atestar o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial. O Superior Tribunal de Justiça, em diversos julgados, já fixou entendimento que nas duas modalidades o dolo dos sócios é obrigatório. Por via de consequência, o mero encerramento das atividades empresariais de forma precária não conduz automaticamente ao preenchimento dos pressupostos contidos no artigo supracitado. Esse ato deve ser aliado a outras provas contundentes da vontade dos sócios. A título de exemplo, colaciono alguns julgados da Corte Superior: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ART. 50 DO CC/2002. ABUSO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DESVIO DE FINALIDADE OU CONFUSÃO PATRIMONIAL. REQUISITOS. INDÍCIOS DE ENCERRAMENTO IRREGULAR DA SOCIEDADE. INSUFICIÊNCIA. 1. O recurso especial tem origem em agravo de instrumento que manteve decisão que deferiu pedido de desconsideração de personalidade jurídica com base no artigo 50 do Código Civil. 2. Cinge-se a controvérsia a definir se estão presentes os requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica no caso dos autos. 3. A desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional e está subordinada à comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. 4. A existência de indícios de encerramento irregular da sociedade aliada à ausência de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo não constituem motivos suficientes para a desconsideração da personalidade jurídica. Precedentes. 5. Recurso especial provido". (REsp 1.419.256/RJ, Terceira Turma, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 19/02/2015, grifei) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ART. 50 DO CC/2002. ABUSO DA PERSONALIDADE. DESVIO DE FINALIDADE OU CONFUSÃO PATRIMONIAL. REQUISITOS. ENCERRAMENTO IRREGULAR DA SOCIEDADE. INSUFICIÊNCIA. 1. A desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional e está subordinada à comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. 2. "O encerramento das atividades ou dissolução, ainda que irregulares, da sociedade não são causas, por si só, para a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do Código Civil." (EREsp 1.306.553/SC, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 10/12/2014, DJe 12/12/2014) 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 584.195/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 23/06/2015, DJe 04/08/2015) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. CONFORMIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM PRECEDENTES DO STJ. 1. "A mera demonstração de insolvência da pessoa jurídica ou de dissolução irregular da empresa sem a devida baixa na junta comercial, por si sós, não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica" (AgRg no REsp 1173067/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 12/06/2012, DJe 19/06/2012). No caso em comento, o autor valeu-se de documentos que somente atestam o encerramento irregular das atividades. Em nenhum momento, houve prova do intuito de fraudar tanto na fundamentação da inicial quanto nos documentos em anexo. Com fincas em tais razões, INDEFIRO o pedido de desconsideração da personalidade jurídica. Intimem-se as partes acerca deste decisum. Com o trânsito em julgado, prossiga-se a ação principal. Cumpra-se.

ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM), ADV: CABO VERDE ADVOGADOS (OAB 143/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: LUIZ FERNANDO HENRY SANT'ANNA (OAB 91805/SP), ADV: CÉSAR ROSSI MACHADO (OAB 281771/SP) - Processo 0255117-26.2008.8.04.0001 (001.08.255117-1) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: João Luiz Oliva Pinto (JL Oliva Pinto) - REQUERIDA: Philips da Amazônia Indústria Eletrônica Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 1809/1833, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB 1087A/AM) - Processo 0603044-31.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: MARIA GARCIA DA GRAÇA - EXECUTADO: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e em cumprimento ao Despacho de fls. 235, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca do cálculo processual juntado aos autos em fls. 236, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0603474-46.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ANDSON CUNHA DA SILVA (OAB 7151/AM), ADV: ANA CAROLINA JANSEN PEREIRA DE ARAÚJO PRADO (OAB 7510/AM), ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: LOUISE MARTINEZ ALMEIDA CHAVES (OAB 5561/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: JUSCELINO DE OLIVEIRA MELO (OAB 12546/AM), ADV: WALDEMIRO LINS DE ALBUQUERQUE NETO (OAB 10788A/AL), ADV: DANIEL SABÓIA GUERREIRO (OAB 11051/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: MÁRIO CÉLIO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 4346/AM), ADV: JOÃO FRANCISCO BECKMAN MOURA (OAB 2734/AM), ADV: ROBERTO CARDONE (OAB 196924/SP), ADV: ONETÍCIO BATISTA DOS SANTOS NETO (OAB 10986/AM), ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM), ADV: VANESSA ROCCO VIEIRA DA COSTA (OAB 231692/SP), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM), ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM), ADV: CAIO RAMOS DE SOUZA (OAB 14028/AM), ADV: MANOEL ROMÃO DA SILVA (OAB 1432/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA (OAB 4564/AM),

ADV: ALÍRIO VIEIRA MARQUES (OAB 3772/AM), ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM), ADV: JHONATA MONTEIRO DO CARMO (OAB 14244/AM), ADV: CAROLINE FONTANA PALAVRO (OAB 73270/RS), ADV: SERGIO FERNANDO HESS DE SOUZA (OAB 4586/SC) - Processo 0606295-86.2018.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: D. A. Comércio de Móveis Ltda Rudinick Projetados - Dalvair B. de Souza & Cia Ltda (stokcasa) e outros - INTSSADO: Banco Bradeso S/A - Itaú Unibanco S/A - Luiz Alberto Marinho - Neylanne Aracelli de Almeida Pimenta - SCR Transportes Armazenagens e Logística Ltda - EPP - DW Securitizadora da Amazônia S/A - RANY FONSECA FERREIRA SOARES - Joel de Souza Ribeiro - MARIA DO SOCORRO MEDEIROS BRAGA - Edimar Rocha Almeida - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - PAULO CESAR LIMA DE ANDRADE - Wandermberg da Silva Uchôa - Sandra Mara Maciel de Oliveira - Nélson Fernandes Oliveira - Saintcleir Mendes Pucu Filho - Caixa Econômica Federal - CEF - Jander Dutra Bahia - Estofados Grando Ltda - Kleiner Schein Artesanatos Em Madeira Eireli - Valdilson Ferreira Ribeiro - Rozana Almeida do Nascimento - Solange Mubarac Oliveira - José Jari Pereira dos Santos - ANDERSON GUIMARÃES DE SOUZA - Luciano Sampaio de Abreu - Maria Auxiliadora Ferreira Benarroz e outros - Vistos, etc. Compulsando-se os autos, denota-se que o administrador judicial apresentou lista contendo a relação de credores (fls.1.944/1.987). Assim, com fulcro no art.7º, §2º e art. 8º da Lei 11.101/05, expeça-se edital facultando-se a apresentação de impugnação, em processo apartado, contra a referida relação de credores, no prazo de 10(dez) dias. De outro lado, uma vez que houve a apresentação do plano de recuperação judicial qualquer credor poderá apresentar a sua objeção ao plano, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do edital supracitado, nos termos do art.55 da LFRE. Para tanto, intime-se o administrador para apresentar minuta do edital, no prazo de 05(cinco) dias. Após, caso haja objeção de qualquer credor, convoco assembleia geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação, devendo o administrador indicar data e local para realização do ato. Em atendimento ao ofício nº1.575/2019 extraído dos autos de nº 0626261-06.2016 em trâmite na 13ª Vara Cível de Manaus, informo que as ações e execuções contra o grupo empresarial recuperando encontram-se suspensas até o dia 08/10/2019. Essa decisão seve como ofício, devendo ser encaminhada via malote digital à 13ª Vara Cível, inclusive com senha de acesso aos autos. À secretaria para providências subsequentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0608770-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Hilton dos Santos Melo - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões às apelações interpostas nas fls.230/236 e 240/255, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613032-76.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0613137-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0620426-08.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: HELEN SILVA DE SOUZA LIMA - REQUERIDO: Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que indique em nome de quem deverá ser levantado o alvará, juntando procuração válida com poderes especiais (levantamento de valores/alvará) para tal finalidade.

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0620689-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Valdir Luciano da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 160/183, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0622878-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Arinaldo Gomes da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos de fls.132/150.

ADV: FERNANDO JOSÉ GARCIA (OAB 134719/SP), ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM), ADV: LEONARDO MENDES VILAS BOAS (OAB 10121/MT) - Processo 0624439-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Wanderley da Cunha Prestes - REQUERIDO: Studio 5 - Centro de Convenções e Eventos - Amazonas União Park Estacionamentos Ltda (Multipark Estacionamento) - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as Contestações de Pág.(s) (72/87 e 134/154) e documentos às Pág.(s) (88/121 e 155/162).

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625336-39.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Verifico que o processo tramita neste juízo desde junho de 2018 e que apesar de todas as diligências realizadas para a localização do endereço do requerido, bem como, de tentativas de citação pessoal, estas restaram-se infrutíferas. Às fls. 123/124, foram realizadas consultas aos sistemas eletrônicos (Siel e Eridft), porém o endereço encontrado já foi diligenciado por meio de mandado e, no entanto, este retornou negativo, conforme certidão de fls. 112. Vieram-me conclusos. Decido. No caso dos autos, verifico que este juízo já esgotou as possibilidades de localização do endereço correto do parte ré, consultando todos os sistemas a que tem acesso. Na oportunidade, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova efetivamente a citação do requerido, mesmo que de forma ficta, nos termos do

artigo 256, CPC, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Advirto, desde logo, que não será deferido prazo adicional, nem suspensão do processo para cumprimento da diligência, sem justificativa plausível. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DIEGO JOSÉ ALBINO SOUZA (OAB 11438/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0625417-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antônio Carlos Barbosa Rosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls.292/415, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626468-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Verediana Marreira de Lima Lopes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 281/403, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0626695-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Cleidson Aguiar de Aquino - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de danos morais que Cleidson Aguiar de Aquino maneja em face de Banco do Brasil. Afirma o requerente que ao se dirigir a instituição financeira para realizar um financiamento, recebeu a notícia que o seu nome estava com diversas negativações. Apesar da cobrança, nunca teve relação com o requerido. Ao final requer a condenação do requerido pelos danos morais experimentados, bem como ao dobro do que está sendo cobrado. Decisão que concedeu a tutela no sentido de retirar o nome do autor do cadastro de inadimplentes. Contestação às fls. 55/67. Réplica às fls. 120/123. Laudo pericial às fls. 206/239. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Indefiro o pedido de fls. 250/251. O contrato de abertura de crédito foi aberto em favor da empresa Expresso Manaus Lazer e Turismo e o requerido além de ser representante da pessoa jurídica é garantidor da dívida, que renunciou ao beneficio de ordem. Assim, não houve pagamento, mas disponibilização de limite de crédito. Portanto, descabe falar em recebimento de valores. Lado outro, intime-se o requerido para depositar o restante dos honorários periciais em dez dias, sob pena de bloqueio pelo Bacenjud. O feito comporta julgamento antecipado na fora do art. 355 do Digesto Processual Civil, já sendo assente a lição segundo a qual presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. A ação encontra-se adequadamente instruída, pronta para o exame do mérito, sendo prescindível a produção de outras provas. Pois bem. A alegação do autor de que não tem relação juridica firmada com o requerido contrapõe-se diretamente com o contrato juntado às fls. 97/114. Ao fito de esclarecer a controvérsia, procedeu-se com a realização de perícia grafotécnica, que chegou a seguinte conclusão: Diante do todo acima exposto, evidencia-se que a assinatura no documento impugnado, conforme acima mencionado no momento SÃO VERDADEIRAS. As Assinaturas do contrato de financiamento, assim como as assinaturas colhidas na peça teste da perícia, partiram do mesmo punho escritor. Logo, não há cometimento de nenhuma fraude ou ato ilícito. O negócio foi legal e a contratação regular. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, com fulcro no art.487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% sobre o valor da condenação, conforme art. 85, §2º do CPC, suspensa a exigibilidade por ser beneficário da justiça gratuita. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626843-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosineia Gonçalves da Costa - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos de fls.274/302.

ADV: THOMAZ DOS SANTOS FARIAS (OAB 8691/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: MARCO ANTONIO CECÍLIO FILHO (OAB 81858/RJ), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695A/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: ULISSES FALCI JUNIOR (OAB 33568/PR), ADV: ALEXANDRE HENRIQUE COSTA DIAS (OAB 116918/RJ) - Processo 0627720-77.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: GRAÇA FILMES PRODUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA. - REQUERIDO: SONOPRESS - RIMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO FONOGRÁFICO S.A. (SONOPRESS-RIMO) - AMANDA DA SILVA E SILVA COMÉRCIO - ME (SHOPPING DA BÊNÇÃO) - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0627867-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Hudson da Conceição do Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos de fls.115/142.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: DAVID GIUBELLINI SISCATI (OAB 368127/SP) - Processo 0628081-26.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0628574-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Antonio Carvalho de Moura - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0628752-78.2019.8.04.0001 - Procedimento

Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Ana Cristina Aguiar de Araujo - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0630018-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Katriane Ketlen do Nascimento Correa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 02/09/2019,, a partir das 10:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM) - Processo 0630596-63.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: B A Elétrica Ltda. - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO o acordo de fls.67/69, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, DECLARO A SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO durante o prazo concedido ao devedor para cumprimento voluntário da obrigação, na forma do art.922 do CPC. Após o cumprimento integral da obrigação arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO DOS SANTOS BRAGA (OAB 12624/AM), ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM), ADV: FÁBIO ISAAC SAHDO JÚNIOR (OAB 12832/AM) - Processo 0630678-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Victor Cintrão Ferreira e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para que se manifeste(m) acerca da carta precatória juntada aos autos, com cumprimento negativo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0632554-55.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Vistos, etc. Defiro o pedido de fls. 90. Remetam-se estes autos à fila de consulta. Dê-se prosseguimento ao acordo feito entre as partes (fls.77/79), em especial ao item 6., e homologado (fls.80), tendo em vista o descumprimento dos termos da avença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 607/AM) - Processo 0633516-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EXECUTADO: AMAZONIA GOLF HORTELARIA E TURISMO S/A e outros - Vistos, etc. Cuida-se de manifestação da parte executada na qual sustenta que o edital de leilão é omisso quanto aos bens que guarnecem os apartamentos que compõem o complexo hoteleiro e possivelmente seriam um atrativo aos pretensos arrematantes; bem como alega que não houve a indicação da existência de ônus, recurso ou processo pendente sobre os bens a serem leiloados, principalmente a hipoteca de terceiro grau em favor da exequente. Assim, no intuito de prevenir prejuízo de terceiro de boa-fé requerer a suspensão do leilão designado. Decido. A respeito dos bens que guarnecem o complexo hoteleiro, entendo despicienda a menção destes no edital de leilão, não sendo presuntivo que tais bens sejam arrematados pelo simples fato de estarem localizados no imóvel. Em verdade, denota-se que muito embora seja interessante do ponto de vista do arrematante que tais bens constem no edital, a verdade é que não foram objeto de penhora e avaliação, circunstância que inevitavelmente os excluem do leilão. Ademais, o valor dos bens penhorados e avaliados supera em muito o valor do crédito executado, revelando-se desnecessário o reforço da penhora. De outro lado, sobre a existência de gravame hipotecário não mencionado no edital, entendo que a despeito do previsto no art.886, VI do CPC, a providência não se mostra necessária, muito menos suscetível de causar qualquer nulidade. Isso porque, a arrematação do bem conduz à extinção das hipotecas. Nesse sentido é a exegese do artigo 1.499 , inciso VI do Código Civil , a garantia real conferida pela hipoteca é extinta com a arrematação do bem em hasta pública ou leilão, desde que intimado o credor hipotecário dez dias antes da realização daquele ato. Ademais, uma vez que a referida hipoteca foi celebrada em favor da própria exequente, inexiste qualquer irregularidade que possa inquinar o leilão. Sobre isso, veja-se o seguinte julgado: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. HASTA PÚBLICA. NULIDADE DA ARREMATAÇÃO. EXISTÊNCIA DE ÔNUS REAL. HIPOTECA. AUSÊNCIA DE MENÇÃO NO EDITAL. ARGUIÇÃO PELO CREDOR HIPOTECÁRIO SUB-ROGADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO . 1 . O agravante repisa a alegação de que, na condição de credor hipotecário sub-rogado do imóvel pertencente ao seu irmão - ora executado -, sofreu prejuízo porque não teve a prerrogativa de exercer o seu direito de preferência pelo crédito, nem disputar a aquisição do imóvel em hasta pública. 2 . O Tribunal Regional manteve a decisão pela qual rejeitada a arguição de nulidade da arrematação, por ausência de menção, no edital de hasta pública, da existência de ônus real sobre os bens a serem arrematados. 3 . Segundo o TRT, nenhum prejuízo sofreu o embargante/credor hipotecário que justifique a declaração da nulidade almejada, máxime porque, se prejuízo houvesse, ele alcançaria somente o arrematante, que é quem assume o bem arrematado e eventual crédito hipotecário não sub-rogado no preço depositado -. Para o Regional, portanto, o arrematante era o único interessado em questionar o vício, - mas não se insurgiu contra a omissão do edital quanto ao ônus real sobre o imóvel que arrematou -. 4 . Nos termos em que devolvida a controvérsia para apreciação desta Corte Superior, não se cogita de vulneração direta e literal das normas do art. 5º, XXII, XXXVI, LIV e LV, da Constituição República, porquanto eventual violação dos dispositivos constitucionais invocados demandaria prévia incursão na legislação processual civil, por sinal, fartamente invocada pela parte em seu arrazoado. 5 . Óbices do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266/TST. HASTA PÚBLICA. INTIMAÇÃO ENTREGUE AO FILHO DO CREDOR HIPOTECÁRIO SUB-ROGADO. REGULARIDADE. MODO IDÔNEO. 1. O agravante repisa a suscitada nulidade da intimação porquanto não observado o procedimento legal para a intimação por hora certa. 2 . O Tribunal Regional rejeitou a nulidade arguida, ao fundamento de que a intimação realizada por intermédio do filho do ora agravante alcançou a sua finalidade, ressaltando que o art. 698 do CPC exige apenas que a ciência do credor hipotecário se dê por qualquer modo idôneo. Registrado, ainda, que não houve qualquer determinação judicial expressa para que se efetuasse a intimação por hora certa, mas sim, ordenada a reiteração do mandado de

intimação de praça e leilão - a ser cumprido, se necessário, por hora certa -. 3 . Não configurada violação direta e literal do art. 5º, XXII, XXXVI, LIV e LV, da Constituição República, a qual, se houvesse, dar-se-ia de forma apenas reflexa, o que não autoriza o seguimento da revista, a teor do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266/TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TST - AIRR: 4695320105180007 469-53.2010.5.18.0007, Relator: Hugo Carlos Scheuermann, Data de Julgamento: 28/08/2013, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/09/2013). Pelo exposto, indefiro o pedido de suspensão do leilão, uma vez que as supostas omissões no edital são incapazes de induzir em erro os pretensos arrematantes. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0634188-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Reginaldo de Carvalho Falcão - Vistos, etc. Cuida-se de ação ajuizada por Reginaldo de Carvalho Falcão em face de Amazonas Distribuidora de Energia S/A. Foi proferido despacho no sentido de intimar o autor para promover o regular andamento processual, sob pena de extinção do processo nos termos do art.485, IV, do NCPC. Houve o transcurso do prazo concedido sem qualquer manifestação do autor. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Perlustrando o caderno processual, verifico que o autor, inobstante intimado a promover os atos que lhe competiam, quedou-se inerte, circunstância esta que, como corolário, deverá acarretar a extinção do processo sem resolução do mérito. Ademais, a hipótese do art. 485, inciso IV do NCPC, não traz como pressuposto a intimação pessoal da parte. O art. 485, §1º do NCPC é taxativo e apresenta os casos em que a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta em cinco dias, antes de se determinar o arquivamento do feito. A esse respeito, trago o seguinte julgado: PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. DESNECESSIDADE. INTIMAÇÃO DO PATRONO DO AUTOR. PUBLICAÇÃO. 1. A falta de citação justifica a extinção do processo por falta de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular. 2 A intimação pessoal do autor somente é necessária nos casos de extinção previstas no art. 267, II e III, do CPC, que não se amoldam à hipótese dos autos, (art. 267, IV, do CPC). 3. Apelação conhecida e desprovida. (TJ-DF - APC: 20100410041103, Relator: SANDOVAL OLIVEIRA, Data de Julgamento: 13/05/2015, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 21/05/2015 . Pág.: 218) Dessa forma, caracterizado o desinteresse da parte em promover a regular continuidade do processo, nada mais resta ao julgador senão extinguir o processo por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular. Dispositivo A teor do exposto, ausente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, tudo em conformidade com o art. 485, IV do CPC. Custas pelo autor. Sem honorários advocatícios, vez que não foi formalizada a angularização processual. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634467-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Francisca Alves Souza - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 02/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0634569-26.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - Vistos e etc. Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do CPC/2015. Julgo, em consequência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC/2015. Recolha-se o mandado de busca e apreensão, sem o cumprimento. Custas pagas. Sem honorários. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: CLEONICE MELO CARVALHEIRA (OAB 433/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO (OAB 258A/AM), ADV: DARLANY DANTAS GABRIEL (OAB 2193/AM) - Processo 0635008-13.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: DD RECREAÇÃO INFANTIL LTDA. - REQUERIDA: Silmaria Portela de Paula Cavalcante - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0635025-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laura Slva Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Cuida-se de ação submetida ao Procedimento Comum Cível ajuízada por Laura Slva Lima contra Banco Bradesco S/A. Foi proferido despacho no sentido de intimar o autor para realizar o pagamento das custas processuais. Houve o transcurso do prazo concedido sem qualquer manifestação do requerente. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Perlustrando o caderno processual, verifico que a parte autora, inobstante intimado à recolher as custas iniciais, não procedeu ao seu pagamento, circunstância esta que, como corolário, deverá acarretar a extinção do processo sem resolução do mérito. Sobre o tema, colaciono julgados deste Tribunal: CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO CONTRA TÍTULO EXTRAJUDICIAL. NÃO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. RECOLHIMENTO INCOMPLETO. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PELO NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. APELAÇÃO CONHECIDA. NÃO PROVIDA. Decorridos mais de trinta dias da propositura da ação sem o pagamento das custas iniciais, necessário é o cancelamento da distribuição e a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Desnecessidade de intimação pessoal da decisão. Apelação conhecida e não provida. (Relator (a): Maria das Graças Pessoa Figueiredo; Comarca:Capital - Fórum Ministro

Henoch Reis; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 27/11/2016; Data de registro: 29/11/2016). APELAÇÃO CÍVEL - RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAS - PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS - DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL - INTELIGÊNCIA DO ART.257, DO CPC/73 - CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1.Nos termos do artigo 257 do Código de Processo Civil, "Será cancelada a distribuição do feito que, em 30 (trinta) dias, não for preparado no cartório em que deu entrada". 2.O cancelamento da distribuição, por falta de pagamento das custas iniciais, não depende de prévia intimação da parte(AgRg no AREsp 829.823/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 27/05/2016). 3.Recurso conhecido e improvido .(Relator (a): Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura; Comarca:Capital - Fórum Ministro Henoch Reis; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 09/10/2016; Data de registro: 10/10/2016). APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1.Sabe-se que a citação é pressuposto fundamental para a formação da relação processual e que os valores relativos à diligência de oficial de justiça corresponde a despesas processuais não compreendidas nas custas e despesas iniciais do ingresso da demanda. 2. Logo, sendo intimado para o recolhimento e não realizando, caracteriza a omissão por parte do requerente em adotar as medidas necessárias para o andamento do feito, ficando reconhecido o direito do magistrado de julgar sem resolução do mérito com base no art. 485 do CPC. 3. Recurso conhecido e não provido. (TJ-AM - APL: 06363915520168040001 AM 0636391-55.2016.8.04.0001, Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Data de Julgamento: 06/05/2019, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 06/05/2019)Dispositivo A teor do exposto, determino o cancelamento da distribuição dos presentes autos e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, tudo em conformidade com o art. 290, c/c o 485, X, ambos do CPC/2015. Sem custas e honorários. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos ao arquivo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0636669-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Abdias Costa de Oliveira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019 a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0636931-69.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637119-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alessandra Lima Rocha - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637177-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Edmilson Barros Martins - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a

tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637286-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria de Nazaré Valentim Froz - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CHARLES LIMA DE BRITO (OAB 12466/AM) - Processo 0637362-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Antonio Filho Fcundes Brito - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: ROOSEVELT COSTA DINIZ (OAB 11032/AM) - Processo 0638234-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carlos Henrique Oliveira e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/09/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 20 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0641250-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO o acordo de fls.63/68, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, DECLARO A SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO durante o prazo concedido ao devedor para cumprimento voluntário da obrigação, na forma do art.922 do CPC. Após o cumprimento integral da obrigação arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIO CESAR MONTEIRO (OAB 196043/SP) - Processo 0642390-81.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Geralda Cristina de Paula - A fim de darmos prosseguimento ao feito, intimo a parte requerente para comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias: I - pagamento de custas iniciais de carta precatória ajuizada neste foro deprecado, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. II - custas das diligências do Oficial de Justiça de intimação para oitiva de testemunha, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. A Secretaria que cadastre no sistema SAJ, os patronos da parte interessada. Ademais, caso não haja ou não se consiga cadastrar os advogados da parte requerente, a Secretaria que oficie o foro deprecante, a fim de que, em igual prazo de 15 (quinze) dias, proceda à intimação dos patronos. Manifestando-se em tempo hábil, movam-se estes autos à fila de despacho inicial para seu devido prosseguimento quanto à pauta de audiência. Decorrido o prazo acima, sem manifestação da parte autora, certifique-se o decurso de prazo e remetam-se estes autos ao foro deprecante com os devidos cumprimentos. Após a devolução do mandado devidamente cumprido, a Secretaria que comunique ao juízo deprecante da intimação do executado remetendo estes autos à vara de origem, como preceitua o §4º, Art. 915, CPC/2015.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0643871-79.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Paulo Vanderlei Ferreira Cavalcante - Compulsando os autos, e consultando o sistema de automação do judiciário SAJPG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.0643846-66.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, apesar de ser o mesmo autor, os objetos são divergentes. Ademais, o autor da demanda não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexidade entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC/2015, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual, para que se proceda distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0647153-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria do Carmo Marcena Lira - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls.

130/134, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0647203-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Manoel Raimundo Barreto Bastos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 246/296, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 986A/AM) - Processo 0648553-14.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO a transação celebrada, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, na forma do art.487, III, “b” c/c art.354, Caput, do NCPC. As partes ficam dispensadas das custas, na forma do artigo 90 § 3º do CPC. Recolha-se o mandado de busca e apreensão, sem o cumprimento. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0649770-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisco das Chagas Oliveira da Silva Borracharia - Me (Borracharias Manaus) - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação revisional de contrato de empréstimo c/c repetição do indébito que Francisco das Chagas Oliveira da Silva Borracharia ME maneja em face de Banco do Brasil S.A. Aduz o requerente que celebrou com o requerido empréstimo no valor de R$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais) em junho de 2014. No entanto, mesmo após a quitação do empréstimo, o requerente continuou sendo cobrado no valor de R$ 17.225,15 (dezessete mil, duzentos e vinte e cinco reais e quinze centavos). Afirma que há ilegalidade no uso da tabela price. Ao final, pugna pela revisão de todas as clausulas contratuais, excluindo a capitalização de juros e recalculando o financiamento, bem como a repetição do indébito de foram dobrada. Às fls. 53, decisão que decretou a revelia e facultou ao autor a produção de provas. Às fls. 79, determinação para que o autor pagasse os honorários periciais. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO De logo, hei de ressaltar que o feito comporta julgamento antecipado na fora do art. 355, I do Digesto Processual Civil, já sendo assente a lição segundo a qual presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. Não tendo o autor depositado os honorários periciais no prazo, declaro preclusa a produção de prova pericial. No mérito, o julgamento da lide prescinde de quaisquer outras provas, especialmente a pericial, mormente se tratar de matéria pacífica nos Tribunais Superiores. Cinge-se o autor a impugnar a capitalização de juros. Contudo, esse método é amparado pela Medida Provisória nº 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001, que passou a permitir, nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano. Neste espeque, a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, no REsp 973.827/RS, tendo por base a mencionada medida provisória, decidiu que a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. Ainda, na referida decisão em sede de recursos repetitivos, restou consignado que a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. No caso destes autos, trata-se de contrato celebrado em data posterior a 31-03-2000, data da publicação da supramencionada norma. Desse modo, o certo é que pelo exposto, poderá incidir a capitalização de juros em período mensal. Assim sendo, resta claro que houve expressa pactuação da capitalização, vez que a taxa anual (40,30%) supera em doze vezes a taxa mensal (2,86%). A par de tais ilações, enfito que o autor não demonstrou satisfatoriamente qualquer abusividade para afastar as cláusulas contratuais. E, considerando que o magistrado não pode reconhecer a nulidade de ofício (súmula 381 do STJ), a ação deve ser julgada improcedente. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, com fulcro no art.487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% sobre o valor da causa, conforme art. 85, §2º do CPC, suspensa a exigibilidade por se rbeneficiário da justiça gratuita. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
Alexandre Henrique Costa Dias (OAB 116918/RJ)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Alice de Aquino Siqueira e Silva (OAB 4564/AM)
Alírio Vieira Marques (OAB 3772/AM)
Ana Carolina Jansen Pereira de Araújo Prado (OAB 7510/AM)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Andson Cunha da Silva (OAB 7151/AM)
Antônio Cândido Barra Monteiro de Britto (OAB 258A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Cabo Verde Advogados (OAB 143/AM)
Caio Ramos de Souza (OAB 14028/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
CAROLINE FONTANA PALAVRO (OAB 73270/RS)
César Rossi Machado (OAB 281771/SP)
Charles Lima de Brito (OAB 12466/AM)
cleonice melo carvalheira (OAB 433/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 607/AM)
Daniel Sabóia Guerreiro (OAB 11051/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Darlany Dantas Gabriel (OAB 2193/AM)
David Giubellini Siscati (OAB 368127/SP)
Diego José Albino Souza (OAB 11438/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio Isaac Sahdo Júnior (OAB 12832/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Fernando José Garcia (OAB 134719/SP)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)

Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14244/AM)
João Francisco Beckman Moura (OAB 2734/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 986A/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 695A/AM)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Julio Cesar Monteiro (OAB 196043/SP)
Juscelino de Oliveira Melo (OAB 12546/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Leonardo Mendes Vilas Boas (OAB 10121/MT)
LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Louise Martinez Almeida Chaves (OAB 5561/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Henry Sant'Anna (OAB 91805/SP)
Manoel Romão da Silva (OAB 1432/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Marco Antonio Cecílio Filho (OAB 81858/RJ)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marcos Paulo dos Santos Braga (OAB 12624/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mário Célio Oliveira de Souza (OAB 4346/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Onetício Batista dos Santos Neto (OAB 10986/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rebeca Rocha Hanada (OAB 10173/AM)
Roberto Cardone (OAB 196924/SP)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Roosevelt Costa Diniz (OAB 11032/AM)
Sergio Fernando Hess de Souza (OAB 4586/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB 1087A/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Thomaz dos Santos Farias (OAB 8691/AM)
Tiago de Souza Rocha (OAB 9912/AM)
ULISSES FALCI JUNIOR (OAB 33568/PR)
Vanderléia Alves Brito (OAB 4784/AM)
Vanessa Rocco Vieira da Costa (OAB 231692/SP)
Waldemiro Lins de Albuquerque Neto (OAB 10788A/AL)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0253/2019

ADV: BUITRAGO & PORDEUS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 508/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 967A/AM), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM) - Processo 0629219-57.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0655345-81.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Heládio Silva Iglesias - Me - EMBARGADO: Tokio Marine Seguradora S.a. - Cuida-se de embargos à execução intentada por Heladio Silva Iglesias - ME em face de Tokio Marine Seguradora S/A, em que a parte autora pleiteia suspensão do processo principal de execução nº 0655345-81.2018.8.04.0001. Decido. Em regra, os embargos opostos pelo executado não terão efeito suspensivo, como prevê o artigo 919 do NCPC. Não obstante, conforme § 1º do susomencionado dispositivo, ao magistrado é facultado conceder tal efeito a requerimento do embargante, quando presentes os requisitos expostos pelo próprio legislador, ou seja: estando preenchidas as condições necessárias para a concessão da tutela provisória, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes. No que tange a garantia do juízo, em análise dos autos principais nº 0655345-81.2018.8.04.0001, verifico que tal requisito foi preenchido com o depósito do valor perseguido pelo embargado e questionado pelo embargante, motivo pelo qual DEFIRO, por ora, o pedido de concessão de efeito suspensivo do processo principal de execução. Outrossim, intime-se a Embargada - através de seu advogado constituído nos autos principais - para que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, manifeste-se acerca do teor destes embargos ajuizados. Traslade-se esta decisão aos autos de execução nº 0655345-81.2018.8.04.0001, assim como suspenda-os. Após o procunciamento da parte contrária, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

Buitrago & Pordeus Advogados Associados (OAB 508/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 967A/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0158/2019

ADV: JOSÉ GALDINO DE MOURA (OAB 2011/AM), ADV: NAJLA MAKAREM NADAF THOMAZ DE LIMA (OAB 2183/AM) - Processo 0000080-48.1997.8.04.0012/01 (012.97.000080-0/00001) - Embargos à Execução - EMBARGADA: Iracema Paiva dos Santos - Considerando que o pagamento dos honorários advocatícios executados nos presentes autos será feito quando do efetivo pagamento do crédito requisitado no Precatório n.º 0002854-52.2018, nos moldes da Decisão de fls. 214/215, por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0012919-65.2002.8.04.0001 (001.02.012919-0) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Raimundo Nonato Silva Rabelo - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 667/668) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0215277-67.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - EXEQUENTE: Alberto Martins de Freitas - Expeça-se alvarás eletrônicos em nome do(s) respectivo(s) credor(es) para levantamento do valor depositado às fls. 260/264. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM), ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM), ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS DO SANTOS MATIAS (OAB 950/AM) - Processo 0233137-47.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0626739-19.2013.8.04.0001) (processo principal 0047666-70.2004.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Luzia Nogueira Miranda - Francisca Elizane Natividade Gonzaga - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 110/111 e 120/121) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: JOSÉ PEREIRA DE MOURA NETO (OAB 7397/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0235357-86.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisco Aquillys Pinho da Silva - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 657/658) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0600718-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Nadson de Lira Bentes - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 271/272) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM), ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM), ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: CLARA MARIA LINDOSO E LIMA (OAB 2602/AM), ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM), ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: DANIELLE PASSOS ARAÚJO (OAB 9589/AM), ADV: EUGENIO NUNES SILVA (OAB A763/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM), ADV: VITOR HUGO MOTA DE MENEZES (OAB 1675/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM) - Processo 0610772-26.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Josiane de Jesus Bezerra - REQUERIDA: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM e outro - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0627793-78.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Evandro Araújo Brito - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 297/298) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0630689-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Administrativos - REQUERENTE: Normares Lima da Silva - Diante da inércia da Requerente acerca do Despacho de fl. 124, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o desarquivamento para proposição do cumprimento de sentença, observados o prazo prescricional aplicável e a legislação processual vigente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE DE CASTRO PEROZZO (OAB 11195/AM) - Processo 0631725-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Alexandra Carla Rodrigues Pinheiro - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0631931-25.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: BEDY LOMAS MORENO VÉRAS - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: KAISER CORRÊA RIBEIRO (OAB 4904/AM) - Processo 0632198-02.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: DILVANE OLIVEIRA CARVALHO e outro - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 507/508) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0637768-27.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - EXEQUENTE: Francisco Amazonidas Gomes de Souza - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 92/93) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX LELIS DA COSTA (OAB 11888/AM) - Processo 0641738-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Medicamentos - REQUERENTE: Ana Cristina Alves de Menezes - Dada a natureza do pedido, INTIME-SE o Requerido por mandado urgente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a antecipação requerida. CITE-SE o Requerido, via Portal Eletrônico do e-SAJ, na forma da lei. Decorrido o prazo assinado, retornem conclusos para apreciação do pedido de tutela provisória. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0661382-27.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Jony de Jesus Castro da Silva - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 244/245) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0712018-07.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - EXEQUENTE: Alcidarta dos Reis Gadelha - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 267/268) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alex Lelis da Costa (OAB 11888/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Andréa Pereira de Freitas (OAB 4845/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Carlos Alexandre M.C.M Matos (OAB 2364/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Caroline de Castro Perozzo (OAB 11195/AM)
Clara Maria Lindoso e Lima (OAB 2602/AM)
Danielle Passos Araújo (OAB 9589/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Eugênio Augusto Carvalho Seelig (OAB 8625/AM)
EUGENIO NUNES SILVA (OAB A763/AM)
Francisco das Chagas do Santos Matias (OAB 950/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Galdino de Moura (OAB 2011/AM)
José Pereira de Moura Neto (OAB 7397/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Júlio Cezar Lima Brandão (OAB 2258/AM)
Kaiser Corrêa Ribeiro (OAB 4904/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Najla Makarem Nadaf Thomaz de Lima (OAB 2183/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB 1675/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0142/2019

ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: HELIANDRO DA MATTA QUEIROZ DE AQUINO (OAB 6674/AM) - Processo 0029579-32.2005.8.04.0001 (001.05.029579-0) - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - REQUERIDA: Josikellen Souto Carneiro - Sócia-administradora da empresa SERVCOLOR SERVIÇOS DE PINTURA E CONSTRUÇÃO LTDA - Inicialmente, verifico que os patronos que assistem as requerida Josikellen Souza Carneiro apresentaram renúncia ao mandado às fls. 169 e 177, sem, no entanto, terem apresentado comprovação de que comunicaram a constituinte de tal ato, nos termos do art. 112 do Código de Processo Civil. Assim, permanecem responsáveis pela defesa da requerida. Portanto, intimem-nos acerca da penhora, na forma do § 1º, do art. 841, do Código de Processo Civil. Ato contínuo, intime-se pessoalmente a autora, no endereço constante no documento de fl. 186. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VIVIEN MEDINA NORONHA (OAB 1931/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0203618-32.2010.8.04.0001 (001.10.203618-8) - Outros Procedimentos - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Nilcimar Januario de Castro - RECLAMADO: Estado do Amazonas - Governo do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o(a) executado (a) intimado (a) para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: DIEGO ANTÔNIO CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 62097/PR), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM) - Processo 0203870-88.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Madalena Araújo Milome - REPTANTE: Leila Maria Araújo Milome - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDA: Município de Manaus - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: CLARA MARIA LINDOSO E LIMA (OAB 2602/AM), ADV: JARI VARGAS FILHO (OAB 4722/AM), ADV: JARI VARGAS (OAB 686/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0207843-95.2010.8.04.0001 (001.10.207843-3) - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRANTE: Tharcila Rocha Martins - IMPETRADO: Estado do Amazonas - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM - INTSSADO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: SIMONETE GOMES SANTOS (OAB 2516/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0208054-34.2010.8.04.0001 (001.10.208054-3) - Outros Procedimentos - DIREITO CIVIL - RECLAMANTE: Frank da Silva Vieira - RECLAMADO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: GUILHERME TORRES FERREIRA (OAB 5692/

AM) - Processo 0210890-77.2010.8.04.0001 (001.10.210890-1) - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Atos Administrativos - IMPETRANTE: Luane Lima de Oliveira - IMPETRADO: Delegado Geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM), ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0215472-91.2008.8.04.0001 (001.08.215472-5) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Tapiciene da Encarnaçao - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Efetivada à prestação jurisdicional, arquivem-se os autos, com a baixa nos registros e distribuição, sem prejuízo de desarquivamento diante de eventual pedido das partes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: CAROLINE FERREIRA FERRARI (OAB 767A/AM) - Processo 0216581-09.2009.8.04.0001 (001.09.216581-9) - Mandado de Segurança Infância e Juventude - IMPETRANTE: Sandra Nazaré Dias Barreto - IMPETRADO: Diretor-Presidente do Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV - Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM) - Processo 0256665-81.2011.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Elcio Guimarães Barbosa - IMPETRADO: Policia Militar do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: VIVIEN MEDINA NORONHA (OAB 1931/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0258211-11.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Kleverton dos Santos Gomes - REQUERIDA: Estado do Amazonas - Governo do Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESEG - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM), ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401A/AM), ADV: EUGENIO NUNES SILVA (OAB A763/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR (OAB 12864/AM) - Processo 0266621-24.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Cléia da Costa e Silva - REQUERIDO: Diretor Presidente da Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: FERNANDA GABRIELLA FERREIRA E SILVA (OAB 9442/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: HIRLEY VERÇOSA DOS SANTOS (OAB 2591/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0347269-30.2007.8.04.0001 (001.07.347269-8) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Afonsina Amore Vivian - Úrsula Rodrigues Macêdo - REQUERIDO: Otáviano Alves Magalhães Junior - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM) - Processo 0602894-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Dircelani da Silva Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Fundação Hospital Adriano Jorge - Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: CLARA MARIA LINDOSO E LIMA (OAB 2602/AM), ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM) - Processo 0603940-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: GENISMAR QUEIROZ BRANDÃO - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM) - Processo 0605880-79.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: HUDSON BRAGA DA COSTA - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM), ADV: JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR (OAB 9322/AM) - Processo 0610057-47.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REQUERENTE: JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ao Exequente, para se manifestar acerca da impugnação ao cumprimento de sentença de fls. 21-23. Intime-se.

ADV: FRED GERSON DE SOUZA PINHEIRO (OAB 8444/AM), ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM) - Processo 0612994-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Marlúcia de Lima Marques - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado

do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES (OAB 2342/AM), ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0615557-94.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Daise B de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0617343-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Regime Estatutário - REQUERENTE: EVANDRO RIBEIRO TELES - REQUERIDO: '*Comando da Polícia Militar do Estado do Amazonas* - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM), ADV: OSVALDO BIASE MARTINS JÚNIOR (OAB 11096/AM) - Processo 0618844-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Linete Neves Seabra - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: GREG LEE SOARES DUARTE (OAB 10127/AM), ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM) - Processo 0619110-23.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: TICYANNE DE CASSIA DA SILVA MESQUITA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: NATAN COSTA TEIXEIRA (OAB 10656/AM), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: LARA BETSE PARÁ NUNES (OAB 12034/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM) - Processo 0619110-52.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Vera Lúcia Carneiro Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM) - Processo 0619836-26.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: João Henrique Franzini Mella - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: MAURO GILBERTO FROTA LOBATO (OAB 10848/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM) - Processo 0622289-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Eliane Ribeiro da Mota - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: LUIS EUCLIDES BRAGA ARAUJO (OAB 13075/AM) - Processo 0623485-62.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Jamilie do Vale Figueiredo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Exmo. Sr. Cel.qopm David de Souza Brandão, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM), ADV: THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB 83060/PR) - Processo 0625922-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Carlos Soares de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ERIVERTON RESENDE MONTE (OAB 7648/AM), ADV: WANESSA CAVALCANTE FECURY SOARES (OAB 6367/AM), ADV: VALDEMIR DA SILVA (OAB 3018/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA (OAB 6193/AM), ADV: LUCIANA ELVAS PINHEIRO (OAB 5657/AM), ADV: KÉLIA SIMONE DE SOUSA RÊGO (OAB 5140/AM), ADV: ETÃ PEREIRA CASTELO BRANCO (OAB 6550/AM), ADV: ALY NASSER ABRAHIM BALLUT FILHO (OAB 6002/AM) - Processo 0626682-98.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: OROMIDES REZENDE DE SOUZA JUNIOR - REQUERIDO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA - Universidade do Estado do Amazonas - UEA - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: KARLA LILIANY BEZERRA TAVARES (OAB 7450/AM), ADV: IRAN HUDSON MENEZES DE CARVALHO (OAB 7488/AM), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM), ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO) - Processo 0630335-69.2017.8.04.0001 - Petição Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Iris Amarante Duarte - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0631091-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Audo Albuquerque da Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando o art. 6º do CPC, em que

todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, uso da faculdade que me concede o art. 355 do CPC para julgar antecipadamente a lide, tendo em vista que não há necessidade de produção de outras provas além das que já se encontram nos autos. Após a oitiva do Ministério Público, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: YARA MARÍLIA DE SOUZA QUEIROZ (OAB 3094/AM), ADV: IKE KENNEDY VEIGA DA SILVA (OAB 4519/AM) - Processo 0635512-82.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kassio de Souza Nascimento - REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-AM - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0635761-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Maria de Oliveira Timóteo - Maria Antônia Pereira da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM) - Processo 0636112-35.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Militar - REQUERENTE: Wilton Gonçalves Marques - REQUERIDO: Comandante Geral da Polícia Militar do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: NELSON SAPHA KIZEM (OAB 245/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DOS REIS FERNANDES (OAB 7371/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: ANNA CLÁUDIA FERRAZ ROCHA (OAB 8874/AM) - Processo 0640535-09.2015.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - REQUERIDO: Raimundo Paulo Mattos da Silva - PERITA: Amanda Araújo da Rocha - Alvará expedido às fls. 210-212. O pedido de fl. 209, referente aos honorários de sucumbência, deve ser adequado, observando os requisitos traçados pelo art. 534 do Código de Processo Civil. Portanto, fixo o prazo de 10 (dez) dias para que a emenda do pedido, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: MATHEUS ANTUNES OLIVEIRA (OAB 10969/AM) - Processo 0640852-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Andreza Fernandes Marinho - Max da Costa Campos - Matheus Antunes Oliveira - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - PERITA: Clívia Bianca Lima Noronha - Às partes, para que tomem ciência da data, local e horário designado pela experta para a realização da perícia. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDGARD MAIA DE ALBUQUERQUE ROCHA (OAB 17332/MP) - Processo 0642470-16.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - 70 .ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - REQUERIDO: Bruno Henrique Sabbá Guimarães de Paula - INTIMADO: Manaus Ambiental S/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Verifico que o endereço retornado nos sistemas de auxílio ao Judiciário fora o mesmo no qual já restou frustrada as anteriores citações. Assim, a fim de evitar futura alegação de nulidades, oficiem-se as concessionários de serviços públicos para que, no prazo 10 (dez) dias, informem acerca de constar em seus cadastros indicação do endereço do requerido Bruno Henrique Sabba Guimarães de Paula, conforme dicção do § 3º, do art. 256, do Código de Processo Civil. Retornando o mesmo endereço já constante nos autos, determino desde logo a expedição de Edital de Citação com prazo de 20 (vinte) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA LIMA TAVARES (OAB 11834AM), ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM) - Processo 0642647-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Francisco Altelizo Lelis da Rocha - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saude - Susam - Estado do Amazonas - Considerando o art. 6º do CPC, em que todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, uso da faculdade que me concede o art. 355 do CPC para julgar antecipadamente a lide, tendo em vista que não há necessidade de produção de outras provas além das que já se encontram nos autos. Após a oitiva do Ministério Público, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: HELTON FABRICIO DOS ANJOS CARDOSO (OAB 13309/AM) - Processo 0642735-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Paulo Alexander dos Santos Beriba - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o autor para juntar os documentos necessários à propositura da ação, assim como juntar o comprovante de pagamento das custas processuais, no prazo de 10 dias, inteligência do artigo 320 e 82 do CPC. Após, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para nova deliberação.

ADV: GEYSILA FERNANDA MENDES DE MELO (OAB 6594/AM) - Processo 0643061-07.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI - REQUERENTE: Joao Gomes de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Dessa forma, INDEFIRO a antecipação de tutela, entretanto não descarto a possibilidade de revê-la após a contestação ou na sentença de mérito. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para, querendo, contestar(em) a ação, no prazo legal. Defiro a gratuidade judicial.

ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0647585-81.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nadio dos Santos Brito - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - O litígio da presente ação restringe-se exclusivamente à questão de direito, mostrando-se desnecessário ao julgamento do mérito o depoimento pessoal do requerido, mormente por ser o réu pessoa jurídica de direito público, cujo ato teria de ser praticado por meio de presentação. Desse modo, indefiro a produção da prova requestada. Sendo assim, remetam-se os autos ao Ministério Público para emissão parecer. Após, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: ALDENAIRA PAULA DE FREITAS (OAB 2191/) - Processo 0661949-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: Município de Manaus - REQUERIDA: Sandra Alfaia Lima - INTIMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Manaus Ambiental S/A - No intuito de evitar futura alegação de nulidade, oficie-se as concessionárias de serviços públicos, na forma do § 3º, do art. 256, do Código de Processo Civil, a fim de que informem se possuem em seus cadastros dados que possam viabilizar a localização do endereço de Sandra Alfaia Lima. Retornando como informação idêntico endereço para onde já foram direcionadas anteriores citações frustrada, expeça edital de citação com prazo de 20 (vinte) dias.

Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0702431-58.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Demissão ou Exoneração - REQUERENTE: Manuel Raimundo de Souza Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Aldenaira Paula de Freitas (OAB 2191/)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (OAB 6002/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andréa Pereira de Freitas (OAB 4845/AM)
Anna Cláudia Ferraz Rocha (OAB 8874/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Alexandre M.C.M Matos (OAB 2364/AM)
Caroline Ferreira Ferrari (OAB 767A/AM)
Clara Maria Lindoso e Lima (OAB 2602/AM)
Debora Bandeira Koenow (OAB 36823/GO)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diego Antônio Cardoso de Almeida (OAB 62097/PR)
Edgard Maia de Albuquerque Rocha (OAB 17332/MP)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Eriverton Resende Monte (OAB 7648/AM)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401A/AM)
Ernesto Alves de Sousa Júnior (OAB 12864/AM)
Etã Pereira Castelo Branco (OAB 6550/AM)
EUGENIO NUNES SILVA (OAB A763/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fernanda Gabriella Ferreira e Silva (OAB 9442/AM)
Fernanda Lima Tavares (OAB 11834AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Fred Gerson de Souza Pinheiro (OAB 8444/AM)
Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB 6594/AM)
Greg Lee Soares Duarte (OAB 10127/AM)
Guilherme Torres Ferreira (OAB 5692/AM)
Heliandro da Matta Queiroz de Aquino (OAB 6674/AM)
Helton Fabricio dos Anjos Cardoso (OAB 13309/AM)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Hirley Verçosa dos Santos (OAB 2591/AM)
Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB 4519/AM)
Indra Mara Bessa (OAB 1877/AM)
Iran Hudson Menezes de Carvalho (OAB 7488/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jari Vargas (OAB 686/AM)
Jari Vargas Filho (OAB 4722/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR (OAB 9322/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Karla Liliany Bezerra Tavares (OAB 7450/AM)
Kélia Simone de Sousa Rêgo (OAB 5140/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB 13184/AM)
Lara Betse Pará Nunes (OAB 12034/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Elvas Pinheiro (OAB 5657/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB 1667/AM)
Luis Euclides Braga Araujo (OAB 13075/AM)
Marcelo Carvalho da Silva (OAB 6193/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Marco Aurélio dos Reis Fernandes (OAB 7371/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Maria do Perpetuo Socorro Aparicio de Souza (OAB 7142/AM)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Matheus Antunes Oliveira (OAB 10969/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Mauro Gilberto Frota Lobato (OAB 10848/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Natan Costa Teixeira (OAB 10656/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Nelson Sapha Kizem (OAB 245/AM)
Neusa Dídia Brandão Soares (OAB 2342/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Osvaldo Biase Martins Júnior (OAB 11096/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Simonete Gomes Santos (OAB 2516/AM)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Thiago Oliveira Costa (OAB 83060/PR)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Valdemir da Silva (OAB 3018/AM)
Vivien Medina Noronha (OAB 1931/AM)
Wanessa Cavalcante Fecury Soares (OAB 6367/AM)
Washington Alves dos Santos (OAB 3129/AM)
Yara Marília de Souza Queiroz (OAB 3094/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0153/2019

ADV: LUIS CARLOS ALCOFORADO (OAB 7202/DF), ADV: PRISCILA DAMASIO SIMOES (OAB 25691/DF) - Processo 0034903-08.2002.8.04.0001 (001.02.034903-4) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Unisys Brasil Ltda - REQUERIDA: Município de Manaus e outro - ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0034903-08.2002.8.04.0001 Classe: Procedimento Comum Cível Autor: Unisys Brasil Ltda Réu: Município de Manaus CERTIDÃO Certifico que no dia 25/06/2019 a parte autora, ora embargante juntou tempestivamente os embargos de declaração de fls. 1347/1373, em face da sentença proferida nos presentes autos às fls. 1323/1330. É o que me cumpre certificar. Manaus, 15 de julho de 2019. Odílio Mendonça da Silva

Neto Diretor de Secretaria ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 1.023, § 2º do Código de Processo Civil, fica o réu, ora embargado, intimado a manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,15 de julho de 2019. Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE) - Processo 0619888-22.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Remuneração - EXEQUENTE: Aldiney de Brito Nogueira - EXECUTADO: Estado do Amazonas - SENTENÇA Autos nº:0619888-22.2017.8.04.0001 Classe: Exequente: Executado: Cumprimento de Sentença Aldiney de Brito Nogueira Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas e Estado do Amazonas I.- Relata-se. Trata-se de cumprimento de sentença proposto por Aldiney de Brito Nogueira em face do Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas e Estado do Amazonas, objetivando o pagamento de verbas indenizatórias, no montante de R$ 15.233,50 (quinze mil duzentos e trinta e três reais e cinquenta centavos), as quais foi o executado condenado a pagar conforme sentença de fls. 135/140. Deferido o cumprimento de sentença, foi determinada a intimação do executado para, querendo, impugnar o cumprimento de sentença no prazo de 30 dias. O executado, às fls. 203, concordou com os cálculos apresentado pelo exequente. É o relatório. II.- Fundamenta-se. O presente feito diz respeito ao cumprimento de sentença relativo ao pagamento de valores devidos pela fazenda executada em favor de Aldiney de Brito Nogueira. O executado, apesar de devidamente intimado, escolheu o caminho do silêncio, o qual é entendido como aceite da demanda proposta. Dessa forma, não havendo impugnação por parte da parte executada, não resta outra ação, que não seja a homologação dos cálculos apresentados pela parte exequente. III.- Decide-se Diante da ausência de impugnação pelo executado HOMOLOGAM-SE os cálculos apresentados pelo exequente, às fls. 201 para que produzam seus jurídicos e legais efeitos. Com o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à contadoria para atualização do montante devido. Com o retorno dos autos, intimem-se as partes para dizerem se concordam com os cálculos, no prazo de 5 dias, entendendo-se o silêncio como a concordância quanto aos mesmos. Após, à Secretaria para providenciar a expedição de precatório em favor do exequente, nos termos do art. 535, §3°, do CPC. Havendo a comprovação do pagamento, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019 Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM), ADV: EVELY PAULA NOGUEIRA CZUBATY (OAB 7140/AM), ADV: JANDERLI CAVALCANTE COSTA (OAB 12550/AM), ADV: IVANILDO XAVIER SOARES (OAB 199A/AM), ADV: EDUARDO BEZERRA VIEIRA (OAB 6147/AM) - Processo 0627489-21.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Município de Manaus - REQUERIDO: Vasco Pereira do Amaral - Jurandir Gaioto e outros - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Processo n. 0627489-21.2013.8.04.0001 Procedimento Comum Cível Requerente: Município de Manaus Requerido: Vasco Pereira do Amaral, Jurandir Gaioto, Débora Regina Pará Melo e E Constrin Assessoria e Empreendimentos Imobiliários Ltda ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM. Juiz, conforme consignado em audiência, fica a Defensoria Pública intimada para, no prazo de 15 dias, na forma do inc. II do artigo 72 CPC, manifestar-se sobre a nomeação como curador do réu revel Constrin Assessoria e Empreendimentos Imobiliários. Manaus, 20 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM) - Processo 0628502-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ocs Distribuidora de Produtos Hospitalares Eireli - REQUERIDA: Município de Manaus - LITSPASSIV: S. Sobral & CIA. LTDA - ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0628502-16.2017.8.04.0001 Classe: Procedimento Comum Cível Autor: Ocs Distribuidora de Produtos Hospitalares Eireli Réu: Município de Manaus e outro CERTIDÃO Certifico que no dia 27/06/2019 a parte autora, ora embargante juntou tempestivamente os embargos de declaração de fls. 314/316, em face da sentença proferida nos presentes autos às fls. 290/297. É o que me cumpre certificar. Manaus, 15 de julho de 2019. Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 1.023, § 2º do Código de Processo Civil, fica o réu, ora embargado, intimado a manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,15 de julho de 2019. Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB 4990/AM), ADV: MOISÉS VIEIRA QUEIROZ (OAB 2830/AM) - Processo 0630251-73.2014.8.04.0001 - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Município de Manaus - EMBARGADA: GILSON RODRIGUES DOS SANTOS - Processo nº: 0630251-73.2014.8.04.0001 Classe: Embargos À Execução Exequente: Município de Manaus Executado: GILSON RODRIGUES DOS SANTOS ATO ORDINATÓRIO - VISTA AO EXEQUENTE De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, XXIV e XXXV, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18 da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. Manaus, 20 de agosto de 2019 Mateus Henrique Ramos da Costa Assistente de Diretor (Portaria 410/2016-PTJ)

ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM), ADV: JANARY YOSHIZO KATO YOKOKURA (OAB 6324/AM), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM) - Processo 0638677-40.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direitos da Personalidade - EXEQUENTE: Ana Odilene Canto Pereira - REQUERIDA: Município de Manaus - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Manaus 0638677-40.2015.8.04.0001 Cumprimento de Sentença Direitos da Personalidade Exequente: Ana Odilene Canto Pereira Executado: Município de Manaus CERTIDÃO Certifico que no dia 13/08/2019, foi juntado aos autos, pela Contadoria Judicial, o relatório de Cálculos de Atualização do valor condenatório, fls. 305. É o que me cumpre certificar. Manaus, 20 de agosto de 2019 Mateus Henrique Ramos da Costa Assistente de Diretor (Portaria 410/2016-PTJ) ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 3º do Provimento nº 63/02-CGJ, ficam as partes intimadas para se manifestarem, expressamente, quanto aos cálculos de atualização de fls. 305, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em dobro para o ente público, nos termos do art. 183 do CPC. . Manaus, 20 de agosto de 2019 Mateus Henrique Ramos da Costa Assistente de Diretor (Portaria 410/2016-PTJ)

Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Eduardo Bezerra Vieira (OAB 6147/AM)
Evely Paula Nogueira Czubaty (OAB 7140/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Ivanildo Xavier Soares (OAB 199A/AM)
Janary Yoshizo Kato Yokokura (OAB 6324/AM)
Janderli Cavalcante Costa (OAB 12550/AM)
Ladyane Serafim Pereira (OAB 4990/AM)
Luis Carlos Alcoforado (OAB 7202/DF)
Moisés Vieira Queiroz (OAB 2830/AM)
Priscila Damasio Simoes (OAB 25691/DF)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0148/2019

ADV: ALBERTO PEDRINI JÚNIOR (OAB 2313/AM), ADV: VALDECI SOARES DA SILVA (OAB A600/AM) - Processo 0205566-72.2011.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Interesse Coletivo - REQUERIDO: George Lucas Teixeira Costa - Ney Rodrigues da Encarnação e outros - Intimem-se as partes do retorno dos autos. Em nada requerendo no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: SAMARAH SERRUYA ASSIS (OAB 6531/AM) - Processo 0215357-36.2009.8.04.0001 (001.09.215357-8) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Willison Ferreira de Carvalho - CERTIFICO que deixei de expedir a Requisição de Pequeno Valor, como determinado no despacho de fls. 210, em razão de não constar nos autos cópia da OAB do advogado credor dos honorários, além do NIT/PIS/PASEP, documentos indispensáveis à instrução da RPV. Manaus, 20 de agosto de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0601151-10.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Helen Cristina Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara da Fazenda Pública, Dr. Cezar Luiz Bandiera, INTIMEM-SE as partes, na qualidade de seus representantes, para que tomem ciência do teor da r. Decisão de fls. 78/79 proferido nos autos do processo em epígrafe.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0603175-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: José Augusto Melo Nogueira - Ausente litígio a ser resolvido por este Juízo, visto ter o Executado deixado de apresentar impugnação, e tendo o Exequente meramente pugnado pela incidência de juros e correção monetária face à condenação da sentença de fls. 79-88, HOMOLOGO os cálculos apresentados pelo Exequente à fl. 94. Expeça-se a RPV. P. R. I. C. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: MISAEL DE MELO E SILVA (OAB 10934/AM), ADV: JÚLIO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 6523/AM), ADV: CARLA MALUF ELIAS TOMMASI (OAB 110819/SP), ADV: LOURDES BALSAMÃO ESTEVES ALMEIDA (OAB 227906/SP), ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM), ADV: RUBENS CARMO ELIAS FILHO (OAB 138871/SP) - Processo 0605272-76.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: DANIELA FIRMINO DOS SANTOS - REQUERIDO: CENTRO UNIVERSITÁRIO NILTON LINS e outros - Remetam-se os autos à Contadoria para atualização do valor da execução (R$6.751,41), acrescido da multa e dos honorários, ambos de 10% (dez por cento), na forma do art. 523, §1º do CPC. INDEFIRO o pedido formulado às fls. 422-424, haja vista ser a Autora beneficiária da gratuidade de justiça, ficando com a exigibilidade em relação aos honorários suspensa, conforme consignado na sentença executiva. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0614375-15.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Perdas e Danos - REQUERENTE: VALCIMAR EUGENIO DE OLIVEIRA - R.Hoje. Intime-se o Executado - Município de Manaus para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ROGÉRIO DA SILVA RODRIGUES (OAB 9949/AM) - Processo 0622384-24.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Rogério da Silva Rodrigues - Tendo em vista a inércia do Executado quanto ao pagamento da RPV, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização do débito. Retornando o processo, dê-se vista às partes; inexistindo impugnação, proceda-se ao Bacenjud. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: MARIA DO CARMO CORRÊA (OAB 61856/RS), ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0624470-07.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - RECLAMANTE: Karla Pinheiro de Almeida - Considerando a concordância das partes com os cálculos da contadoria apresentados à fl. 387, expeça-se a requisição de Precatório. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0624760-46.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Marcos Lucrecio Gomes do Nascimento - Ausente litígio a ser resolvido por este Juízo, visto ter o Exequente concordado com os cálculos da Comuna, HOMOLOGO os cálculos apresentados pelo Executado à fl. 164. CONDENO o Exequente ao ao pagamento de dos honorários advocatícios, fixados em 10% em cima do proveito econômico obtido pelo Executado (art. 85, §3º, I do CPC), ficando, no entanto, com a exigibilidade suspensa, tendo em vista ser beneficiário da justiça gratuita, nos termo da Lei nº. 1.060/1950. Expeçam-se as requisições de precatório e RPV, observando-se o que segue: A quantia devida ao Exequente, no montante de R$146.983,24; O destaque dos honorários contratuais de 20% sobre o valor do principal, totalizando R$29.396.64; O valor dos honorários de sucumbência (R$14.698,32). No que tange ao precatório do Requerente, deve ser consignado ser este maior de 60 anos, razão pela qual faz jus à preferência do art. 100, §2º da CF. P. R. I. C. Manaus, 20 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0627649-41.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Juliana Chaves Coimbra Garcia - R.Hoje. Intime-se o Executado - Município de Manaus para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: FÁBIO SILVA ANDRADE (OAB 9217/AM) - Processo 0629225-06.2015.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Revogação - IMPETRANTE: ALPHA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME - Diante do exposto, acolho o Parecer Ministerial às fls. 804-807, e CONCEDO A SEGURANÇA em definitivo, CONFIRMANDO a liminar às fls. 249-250. Sem honorários advocatícios - art. 25 da Lei 12.016/09. Custas na forma da Lei. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça nos termos do art. 14, §1º da Lei nº 12.016/2009. P.R.I Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM) - Processo 0637751-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Instituto Acesso de Ensino, Pesquisa, Avaliação, Seleção e Emprego e outro - Chamo o processo à ordem para alterar a parte final da decisão interlocutória de fl. 1457, de forma a abrir o prazo para apresentação de réplica às contestações. Ademais, indefiro o pedido de reabertura de prazo formulado às fls. 1478-1497, haja vista que o peticionante é pessoa alheia à lide, sendo evidentemente parte ilegítima para opor embargos de declaração. Dessarte, inexiste, tampouco, a prerrogativa de ser intimado dos atos processuais ou apresentar qualquer outra petição no processo, sem que seja qualificado como parte ou terceiro interessado. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0643043-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Ronaldo Freitas do Nascimento - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do

Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0643065-44.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Rodrigo de Oliveira Silva - Desta forma, DENEGO o pedido de liminar, sem prejuízo de nova reavaliação após a oitiva da autoridade coatora. Notifique-se a autoridade coatora (art. 7°, I, da Lei 12.016/09). Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (art. 7°, II, da Lei 12.016/09). Após, dê-se vista ao Ministério Público (art. 12 da Lei nº 12.016/09) para que se manifeste sobre o pedido, retornando os autos conclusos para sentença. A expedição dos mandados fica condicionada ao recolhimento das custas do Oficial de Justiça pelo Impetrante. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0652900-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Atevaldo Andrade de Souza - INDEFIRO o pedido de suspensão formulado às fls. 302-308, em virtude de manifesta ausência de previsão legal, bem como por entender completamente irrazoável adiar ainda mais a espera da parte interessada pela satisfação seu provimento jurisdicional, em processo o qual já se encontra sentenciado. Ademais, incabível também a restituição de prazo para manifestação do Estado, eis que pedidos desta natureza não tem o condão de suspender os prazos processuais. Desta forma, aguarde-se o decurso de prazo para interposição de recursos à sentença de fls. 290-297. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653492-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Dianna de Sousa Diniz - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PROCEDENTES os pedidos da Autora. CONDENO o Requerido a proceder a nomeação definitiva da Requerente, para que ingresse no quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, com a imediata convocação para admissão no CBMAM e matrícula no curso de formação no Cargo de 3º Sargento Auxiliar de Saúde (Técnico em Enfermagem) e, em caso de inexistência de tal cargo, que a nomeação seja efetuada em um cargo equivalente, no prazo de até 20 dias úteis, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, no valor de R$ 2.000,00 no limite de até 60 dias/multa. CONDENO o Requerido ao pagamento de Honorários Advocatícios, os quais fixo em 12% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, §3 º, I do CPC. Estado isento do pagamento das custas, na forma da Lei. Remetam-se os autos para o E. Tribunal, para reexame necessário, nos termos do art. 496 do CPC. P.R.I. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653621-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Rosilene Santos do Vale - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PROCEDENTES os pedidos da Autora. CONDENO o Requerido a proceder a nomeação definitiva da Requerente, para que ingresse no quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, com a imediata convocação para admissão no CBMAM e matrícula no curso de formação no Cargo de 3º Sargento Auxiliar de Saúde (Técnico em Enfermagem) e, em caso de inexistência de tal cargo, que a nomeação seja efetuada em um cargo equivalente, no prazo de até 20 dias úteis, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, no valor de R$ 2.000,00 no limite de até 60 dias/multa. CONDENO o Requerido ao pagamento de Honorários Advocatícios, os quais fixo em 12% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, §3 º, I do CPC. Estado isento do pagamento das custas, na forma da Lei. Remetam-se os autos para o E. Tribunal, para reexame necessário, nos termos do art. 496 do CPC. P.R.I. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653636-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Shirley Pontes Nogueira - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PROCEDENTES os pedidos da Autora. CONDENO o Requerido a proceder a nomeação definitiva da Requerente, para que ingresse no quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, com a imediata convocação para admissão no CBMAM e matrícula no curso de formação no Cargo de 3º Sargento Auxiliar de Saúde (Técnico em Enfermagem) e, em caso de inexistência de tal cargo, que a nomeação seja efetuada em um cargo equivalente, no prazo de até 20 dias úteis, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, no valor de R$ 2.000,00 no limite de até 60 dias/multa. CONDENO o Requerido ao pagamento de Honorários Advocatícios, os quais fixo em 12% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, §3 º, I do CPC. Estado isento do pagamento das custas, na forma da Lei. Remetam-se os autos para o E. Tribunal, para reexame necessário, nos termos do art. 496 do CPC. P.R.I. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653921-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Heloisa Paiva dos Santos - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PROCEDENTES os pedidos da Autora. CONDENO o Requerido a proceder a nomeação definitiva da Requerente, para que ingresse no quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, com a imediata convocação para admissão no CBMAM e matrícula no curso de formação no Cargo de 3º Sargento Auxiliar de Saúde (Técnico em Enfermagem) e, em caso de inexistência de tal cargo, que a nomeação seja efetuada em um cargo equivalente, no prazo de até 20 dias úteis, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, no valor de R$ 2.000,00 no limite de até 60 dias/multa. CONDENO o Requerido ao pagamento de Honorários Advocatícios, os quais fixo em 12% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, §3 º, I do CPC. Estado isento do pagamento das custas, na forma da Lei. Remetam-se os autos para o E. Tribunal, para reexame necessário, nos termos do art. 496 do CPC. P.R.I. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0654208-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Silvia Cristina Oliveira Brandão - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PROCEDENTES os pedidos da Autora. CONDENO o Requerido a proceder a nomeação definitiva da Requerente, para que ingresse no quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, com a imediata convocação para admissão no CBMAM e matrícula no curso de formação no Cargo de 2º Tenente Dentista e, em caso de inexistência de tal cargo, que a nomeação seja efetuada em um cargo equivalente, no prazo de até 20 dias úteis, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, no valor de R$ 2.000,00 no limite de até 60 dias/multa. CONDENO o Requerido ao pagamento de Honorários Advocatícios, os quais fixo em 12% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, §3º, I do CPC. Estado isento do pagamento das custas, na forma da Lei. Remetam-se os autos para o E. Tribunal, para reexame necessário, nos termos do art. 496 do CPC. P.R.I. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0654280-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Rainey da Silva Rocha - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PROCEDENTES os pedidos da Autora. CONDENO o Requerido a proceder a nomeação definitiva do Requerente, para que ingresse no quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, com a imediata convocação para admissão no CBMAM e matrícula no curso de formação no Cargo de 3º Sargento Auxiliar de Saúde (Técnico em Enfermagem) e, em caso de inexistência de tal cargo, que a nomeação seja efetuada em um cargo equivalente, no prazo de até 20 dias úteis, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, no valor de R$ 2.000,00 no limite de até 60 dias/multa. CONDENO o Requerido ao pagamento de Honorários Advocatícios, os quais fixo em 12% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, §3º, I do CPC. Estado isento do pagamento das custas, na forma da Lei. Remetam-se os autos para o E. Tribunal, para reexame necessário, nos termos do art. 496 do CPC. P.R.I. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de

Direito

ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM) - Processo 0708879-47.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Manoel Gomes Filho - R.Hoje. Intime-se o Executado - Município de Manaus para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0708934-95.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: JOAB MONTEIRO DO ROSARIO - Decisão. Com tais considerações, conheço dos presentes embargos para, no entanto, negar-lhes provimento, por ausência de omissão na decisão de fls. 242-249, mantendo-a tal como se acha lavrada. P.R.I. Manaus, 19 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: GUILHERME TORRES FERREIRA (OAB 5692/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: DEBORAH MATOS SANTOS (OAB 160334/RJ), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM) - Processo 0719041-04.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Siuex Oliveira de Albuquerque - Decisão. Com tais considerações, conheço dos presentes embargos para, no entanto, negar-lhes provimento, por ausência de omissão na decisão de fls. 45-48, mantendo-a tal como se acha lavrada. P.R.I. Manaus, 19 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alberto Pedrini Júnior (OAB 2313/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carla Maluf Elias Tommasi (OAB 110819/SP)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
DEBORAH MATOS SANTOS (OAB 160334/RJ)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fábio Silva Andrade (OAB 9217/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Guilherme Torres Ferreira (OAB 5692/AM)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio de Oliveira Macedo (OAB 6523/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Lourdes Balsamão Esteves Almeida (OAB 227906/SP)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria do Carmo Corrêa (OAB 61856/RS)
Misael de Melo e Silva (OAB 10934/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Rogério da Silva Rodrigues (OAB 9949/AM)
Rubens Carmo Elias Filho (OAB 138871/SP)
Samarah Serruya Assis (OAB 6531/AM)
Valdeci Soares da Silva (OAB A600/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)

1ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELDINÉIA SENA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2019

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0031695-16.2002.8.04.0001 (001.02.031695-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: Neliton Matos da Silva - Face à certidão de fl. 118, dê-se vista à defesa, para manifestação acerca da Testemunha Gilmara Barbosa da Silva.

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0105440-58.2004.8.04.0001 (001.04.105440-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADA: Ana Zilda Marques Farias e outro - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 10/10/2019 às 08:00h.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM), ADV: RALLES DE ARAÚJO BALDEZ (OAB 12429/AM) - Processo 0201750-04.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Gravíssima - RÉ: Rebeka de Menezes Belém e outro - A situação dos presos foram reanalisadas, conforme solicitação contida no Ofício-Circular Nº 8/2019-CGJ/AM, mas não verifico mudança no quadro fático-processual ou qualquer outra razão que justifique a soltura dos segregados.

ADV: BRUNO MARQUES CASTRO (OAB 14134/AM), ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0201750-04.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Gravíssima - RÉ: Rebeka de Menezes Belém e outro - Paute-se audiência de instrução e julgamento para arrolar novas testemunhas conforme requerido pelo Ministério Público na promoção de fls. 673/674.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM) - Processo 0206279-42.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - REPTANTE: Delegado de Policia Civil Titular da Delegacia Esp. de Roubos e Furtos-DERF - VÍTIMAFATO: Alex Erasmo Aguiar - INDICIADO: Michael Silva e Silva e outros - No mais, dê-se vista a Defesa para que se manifeste acerca do requerimento ministerial de oitiva de testemunha referida formulado na promoção de fls. 197/199, resguardando-me acerca da análise do mérito desse requerimento até a aludida manifestação. Intimem-se. Cumpra-se. Após, voltem-me conclusos. Manaus, 01 de agosto de 2019 RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0207109-63.2014.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - VÍTIMAFATO: Raimundo França de Azevedo - RÉ: Luciete Paes Guimarães - Nenhuma diligência requerida pelo advogado da acusada na fase art. 402 do CPP. Após, o MM. Juiz determinou que fosse aberto vista às partes para apresentação de Memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, voltem os autos conclusos para sentença.

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0207109-63.2014.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - VÍTIMAFATO: Raimundo França de Azevedo - RÉ: Luciete Paes Guimarães - Intime-se o advogado da ré, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar instrumento de procuração, sob pena de desentranhamento dos autos da Resposta à Acusação de fls. 121/128. Cumpra-se.Manaus (AM), 26 de junho de 2017.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0210504-29.2015.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Dano - DENUNCIADO: Josenildo de Oliveira e Silva e outros - Antecipei para o dia 29/10/2019, às 08:00h, a audiência de instrução de julgamento.

ADV: MARCO AURÉLIO GOMES DA SILVA (OAB 2829/AM) - Processo 0215371-05.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0030259-17.2005.8.04.0001) (processo principal 0030259-17.2005.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Roubo Majorado - EXCIPIENTE: Julimar Moraes Silva - Defiro como requerido pelo Ministério Público na promoção de fls. 54/55.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM) - Processo 0215813-78.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - VÍTIMAFATO: Davi Barbosa de Souza - DENUNCIADA: Ana Cristina Gomes dos Santos - Nenhuma diligência requerida pelo advogado da acusada na fase art. 402 do CPP. Após, o MM. Juiz determinou que fosse aberto vista às partes para apresentação de Memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, voltem os autos conclusos para sentença.

ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0220107-66.2018.8.04.0001 (processo principal 0627530-46.2017.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Receptação - REQUERENTE: Andreia Duarte da Silva - Cumpra-se a diligência requeria pelo nobre agente ministerial na promoção de fl. 20. Após, renove-se vista ao Ministério Público.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0221172-72.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: G.M.M. e outro - A audiência foi redesginada para o dia 21/10/2019 às 08:30h.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM), ADV: DJALMA MARTINS DA COSTA JÚNIOR (OAB 9628/AM) - Processo 0224503-96.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: R.S.M. - Redesignei o dia 04/11/2019, às 08:00h, para a audiência de instrução de julgamento.

ADV: MARLON SOARES COSTA (OAB 3763/AM), ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0224693-59.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: Maxsuel da Silveira Rodrigues - DENUNCIADO: Mario Jose Paiva Gonzaga - Isael Carvalho de Araujo e outro - Nenhuma diligência requerida pelo advogado da acusada na fase art. 402 do CPP. Após, o MM. Juiz determinou que fosse aberto vista às partes para apresentação de Memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, voltem os autos conclusos para sentença.

ADV: FÁBIO MOURÃO LEAL (OAB 10237/AM) - Processo 0226330-98.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0633602-15.2018.8.04.0001) (processo principal 0633602-15.2018.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Estelionato - QUERELANTE: Elza Rodrigues Leal - Ante o exposto, sem necessidade de maior aprofundamento jurídico, INDEFIRO, pelo menos neste momento, o pedido de restituição dos bens apreendidos, formulado em favor de ELZA RODRIGUES LEAL DE MELO.

ADV: JOAO LIRA TAVARES (OAB 8799/AM) - Processo 0227786-64.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso - RÉU: Gilberto de Souza Aguiar - Foi redesignado o dia 01/11/2019, às 11:45h, para o interrogatório do réu.

ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0233278-08.2009.8.04.0001 (001.09.233278-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Dano - INDICIADO: Assunção França - Tendo em vista que os advogados constituídos pelo réu, devidamente intimados (fl. 178), não se manifestaram, para apresentar memoriais e que, por outro lado, essa é uma peça processual essencial à validade do processo criminal, com reconhecimento jurisprudencial de nulidade em caso de ausência dessa manifestação defensiva, resolvo determinar a notificação dos Drs. Frederico Gustavo Távora - OAB 6462/AM e Aline Inhamuns Paulo - OAB 6790/AM (fls. 36 e 57), para, em 05 (cinco) dias, apresentarem memoriais e também apresentarem justificativa de suas omissões, sob pena de aplicação de multa do art. 265, do CPP e remessa de peças ao TED/OAB para providências cabíveis (EOAB, art. 34, XI). Manaus (AM), 23 de julho de 2019.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM) - Processo 0235386-39.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Natanael Melo de Castro - Tendo em vista que o advogado constituído pelo réu Natanael Melo de Castro, devidamente intimado (fl. 292), não se manifestou para apresentar memoriais e que, por outro lado, essa é uma peça processual essencial à validade do processo criminal, com reconhecimento jurisprudencial de nulidade em caso de ausência dessa manifestação defensiva, resolvo determinar a notificação do Dr. Antônio José Barbosa Viana OAB 5750/AM (fl. 26), para, em 05 (cinco) dias, apresentar memoriais, sob pena de aplicação de multa do art. 265, do CPP e remessa de peças ao TED/OAB para providências cabíveis (EOAB, art. 34, XI). Manaus (AM), 25 de junho de 2019.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM), ADV: IVAN GOMES DA SILVA (OAB 2444/AM) - Processo 0239192-82.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: José Ribamar Ribeiro do Nascimento - José Lombato Maricaua - Itamar de Souza Pena e outro - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 21/10/2019 às 10:30h.

ADV: ELIMAR CUNHA E SILVA (OAB 2098/AM) - Processo 0240726-22.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação do selo ou sinal público - RÉU: Jessil Demóstenes Uchoa - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fls. 213/214, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, razão pela qual designo o dia 15/10/2019, às 08:00h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 07 de janeiro de 2019. Roseane do Vale Cavalcante Jacinto Juíza de Direito

ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: JÉSSYCA LUANA MORAIS FERREIRA (OAB 11258/AM), ADV: BRUNO GOMES ALVES (OAB 10718/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO TAVARES JÚNIOR (OAB 5704/AM) - Processo 0240887-27.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Extorsão - RÉU: C.P.S.V. - S.S.S. - D.S.N. - B.C.P. - Foi redesignado o dia 28/08/2019, às 09:30h, para continuação da audiência de instrução e julgamento.

ADV: MARIA NAFICE DE OLIVEIRA (OAB 3929/AM) - Processo 0242894-31.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Anderson Matos Pinheiro e outros - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, CONDENAR os réus ANDERSON MATOS PINHEIRO e JERSON RODRIGUES DOS SANTOS, já qualificados nos autos, o primeiro como incurso nas penas do artigo 180, caput, na modalidade “ocultar”, e art. 311, caput, na modalidade “adulterar”, e art. 297, caput, c/c o art. 69, todos do Código Penal, e o segundo como incurso nas penas do artigo 180, caput, nas modalidades “conduzir” e “ocultar”, e art. 311, caput, na modalidade “adulterar”, c/c o art. 69, todos do CP, ABSOLVENDO-OS, contudo, em relação as demais imputações que lhe foram feitas na denúncia, nos termos do art. 386, VII, do CPP. Passo, em consequência, a analisar a dosimetria da pena do acusado, atento aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do CPB. 1. JERSON RODRIGUES DOS SANTOS 1.1 DO CRIME DE RECEPTAÇÃO A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo e não deva recrudescer a pena. O réu é primário e de bons antecedentes. Quanto à sua conduta social e sua personalidade à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos, as circunstâncias e consequências foram as típicas desse tipo de crime. A vítima não contribuiu para o resultado. E, finalmente, verifico que não há indicativo da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não é boa. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 01 (um) ano de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milite em favor do réu, uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231 do STJ), pena essa que torno definitiva face a ausência de agravantes ou causas de diminuição ou aumento de pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o

efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. 1.2 DA ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo e não deva recrudescer a pena. O réu é primário e de bons antecedentes. Quanto à sua conduta social e sua personalidade à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos, as circunstâncias e consequências foram as típicas desse tipo de crime. E, finalmente, verifico que não há indicativo da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não é boa. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 03 (três) anos de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milite em favor do réu, uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231 do STJ), pena essa que torno definitiva face a ausência de agravantes ou causas de diminuição ou aumento de pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. 1.3 DA SOMATÓRIA DAS PENAS EM CONCURSO MATERIAL. FINALMENTE, CONSIDERANDO-SE A SOMA DAS PENAS DE RECLUSÃO, VEZ QUE OS CRIMES OCORRERAM EM CONCURSO MATERIAL, NOS PRECISOS TERMOS DA REGRA ÍNSITA NO ARTIGO 69, DO CÓDIGO PENAL, CONDENO O RÉU JERSON RODRIGUES DOS SANTOS A PENA DE 04 (quatro) ANOS DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 20 (VINTE) DIAS-MULTA; O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o aberto, a teor da regra ínsita no art. 33, § 2º, letra "c", do CP. Considerando a natureza dos delitos, a quantidade da pena e os requisitos legais, a pena privativa de liberdade deve ser substituída por pena restritiva de direito, vez que suficiente e proporcional à infração praticada (art. 44, do Código Penal, tendo em vista ser este um direito público subjetivo do acusado, segundo a melhor doutrina de Luiz Flávio Gomes, em sua obra, "Penas e Medidas Alternativas à Prisão", ed. Revista dos Tribunais, 1999, p. 177 e Damásio E. de Jesus, in Código Penal anotado, ed. Saraiva, 9ª ed., 1999, entendimento este corroborado pelo STJ, rel. Min. Vicente Cernicchiaro, in DJU 06.05.1996, p. 14.479), em razão do que, atendendo a regra do § 2º, segunda parte, do art. 44, do CP, substituo a pena privativa de liberdade por uma de prestação pecuniária, no valor de R$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), e uma restritiva de direito, qual seja: Prestação de serviço à Comunidade, a ser realizada na forma do art. 46 do Código Penal, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, sem prejuízo da jornada de trabalho normal do Réu, facultando-lhe cumpri-la em menor tempo, nunca, contudo, inferior à metade da pena ora imposta. 2. ANDERSON MATOS PINHEIRO 2.1 DO CRIME DE RECEPTAÇÃO A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo e não deva recrudescer a pena. O réu é primário e de bons antecedentes. Quanto à sua conduta social e sua personalidade à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos, as circunstâncias e consequências foram as típicas desse tipo de crime. A vítima não contribuiu para o resultado. E, finalmente, verifico que não há indicativo da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não é boa. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 01 (um) ano de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milite em favor do réu, uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231 do STJ), pena essa que torno definitiva face a ausência de agravantes ou causas de diminuição ou aumento de pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. 2.2 DA ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo e não deva recrudescer a pena. O réu é primário e de bons antecedentes. Quanto à sua conduta social e sua personalidade à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos, as circunstâncias e consequências foram as típicas desse tipo de crime. E, finalmente, verifico que não há indicativo da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não é boa. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 03 (três) anos de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milite em favor do réu, uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231 do STJ), pena essa que torno definitiva face a ausência de agravantes ou causas de diminuição ou aumento de pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. 2.3 DO DELITO DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo e não deva recrudescer a pena. O réu é primário e de bons antecedentes. Quanto à sua conduta social e sua personalidade à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos, as circunstâncias e consequências foram as típicas desse tipo de crime. E, finalmente, verifico que não há indicativo da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não é boa. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 02 (dois) anos de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milite em favor do réu, uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231 do STJ), pena essa que torno definitiva face a ausência de agravantes ou causas de diminuição ou aumento de pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. 2.4 DA SOMATÓRIA DAS PENAS EM CONCURSO MATERIAL. FINALMENTE, CONSIDERANDO-SE A SOMA DAS PENAS DE RECLUSÃO, VEZ QUE OS CRIMES OCORRERAM EM CONCURSO MATERIAL, NOS PRECISOS TERMOS DA REGRA ÍNSITA NO ARTIGO 69, DO CÓDIGO PENAL, CONDENO O RÉU

ANDERSON MATOS PINHEIRO A PENA DE 06 (SEIS) ANOS DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 30 (TRINTA) DIAS-MULTA; O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o semiaberto, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, "b", do CP. Considerando-se a quantidade da pena imposta, tenho que não é caso de substituição de pena, nos termos do art. 44, I, do CP. Poderão apelar em liberdade, ex vi do art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal. Custas processuais na forma da lei. Com o trânsito em julgado: 1 Expeçam-se guias de recolhimento definitivo, para a execução da pena; 2 Lancem-se os nomes dos réus no rol dos culpados; 3 Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF; 4 Remetam-se as peças necessárias destes autos à VEP e a VEMEPA. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Manaus, 26 de junho de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: EDGAR DIAS FILHO (OAB 4788/AM) - Processo 0244945-78.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Mateus Nogueira Ramos - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 04/11/2019 às 09:30h.

ADV: ALOYSIO PEIXOTO DE BRITO (OAB 1739E/AM) - Processo 0246923-66.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Magdiel Barreto Valente e outros - Face à Certidão e Promoção de folhas antecedentes, redesigno o dia 18/10/2019, às 11:15h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifique-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 19 de junho de 2019.

ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0253435-26.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Huan Pinto da Silva - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos e com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia, para, em consequência, ABSOLVER o acusado HUAN PINTO DA SILVA, já qualificado nos autos, da imputação que lhe foi feita nos presentes autos.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0253821-56.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Thaylo Costa Carvalho e outro - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos e com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia, para, em consequência, ABSOLVER os acusados LUIZ RODRIGO BARBOSA DE OLIVEIRA e THAYLO COSTA CARVALHO, já qualificados nos autos, das imputações que lhes foram feitas nos presentes autos.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR), ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM) - Processo 0262016-30.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Yuri Alves Campelo - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos e com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia, para, em consequência, ABSOLVER o acusado YURI ALVES CAMPELO, já qualificado nos autos, da imputação que lhe foi feita nos presentes autos. Transitada em julgado esta sentença e, realizadas as anotações necessárias, arquive-se com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0266137-04.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - DENUNCIADO: Erasmo de Souza Pinheiro e outros - Antecipei o dia 14/10/2019, às 10:00h, para a audiência de instrução de julgamento.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0600320-59.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉ: Maria Sonia da Paz Mota - Pautei audiência para o dia 15/10/2019, às 11:45h.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0600320-59.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - REQUERENTE: Nelson dos Santos Batista - RÉ: Maria Sonia da Paz Mota - Diante dessa certeza, DEFIRO o pedido de fls. 277/278, e, via de consequência CHAMO O FEITO À ORDEM para tornar sem efeito os atos processuais realizados a partir da fl. 230. No mais, paute-se audiência para interrogatório da ré a fim de que seja dado regular prosseguimento ao feito. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019 RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM) - Processo 0600673-89.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Lucivaldo do Amaral Pereira Júnior e outro - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, NÃO CONHEÇO do presente recurso via eleita inadequada. Intimem-se. Manaus, 22 de julho de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0607682-05.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: W.F.B.P. - L.A.O.P. - B.M.S. - R.S.L.J. - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 27/08/2019 às 10:30h.

ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0608387-03.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Difamação - QUERELANTE: Tatiana Neves de Souza - Diante dessa certeza, NÃO CONHEÇO do pedido de fls. 35/36. Encaminhem-se os autos como requerido pelo Ministério Público na sua função de custos legis (fls. 33/34). Intimem-se. Cumpra-se. Manaus (AM), 23 de julho de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0609744-52.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Marcos Rogério Ribeiro Fonseca - Diante desse certeza, DEFIRO o pedido de restituição de fls. 651/653, em relação aos itens 1, 2 e 3, e INDEFIRO o pedido de restituição, no tocante aos itens 4, 5, 6 e 7, e, via de consequência, DETERMINO que se proceda a estes últimos, conforme o disposto no art. 123 do CPP. Encaminhem-se as peças apreendidas ao depósito judicial para que proceda ao determinado. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de agosto de 2019 RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO FELIPE LEAL PEREIRA (OAB 9923/AM), ADV: LUANA COSTA DA SILVA (OAB 9831/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0609759-84.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: A.F.S. - E.R.S. - Vista às parte para apresentação de memoriais.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: KEILA REGINA DE ALMEIDA RÊGO (OAB 7478/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0610133-03.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Charles Daniel Souza da Silva - Felipe Santiago de Oliveira - Johnatan Figueiredo de Vasconcelos - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 27/08/2019, às 11:30.

ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM) - Processo 0618921-40.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Jonas Nogueira Leitão - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fl. 78, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente

ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, razão pela qual designo o dia 18/10/2019, às 09:45h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 04 de junho de 2019.

ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525/AM) - Processo 0628070-60.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - VÍTIMAFATO: T.J.S.F. e outros - RÉU: P.R.C.N. e outros - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, CONDENAR os réus CÉSAR AUGUSTO ARAÚJO DA SILVA, PAULO RICARDO DA CRUZ NASCIMENTO e RODRIGO PIMENTEL AQUINO, como incursos nas penas do art. 157, § 3º, in fine, do CP, ABSOLVENDO-OS, contudo, das demais imputações que lhe foram feitas nos presentes autos, nos termos do art. 386, VII, do CPP. Passo, por conseguinte, a analisar a dosimetria da pena dos condenados, atento aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do CPB. 1. CÉSAR AUGUSTO ARAÚJO DA SILVA A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo, e não deva recrudescer a pena. O réu é primário e de bons antecedentes. No que concerne a conduta social e à personalidade do denunciado à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos decorrem, seguramente, da possibilidade de ganho fácil. As circunstâncias foram as típicas desse tipo de crime. As consequências não foram graves. A vítima não contribuiu para o resultado. E, finalmente, verifico que não existem indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que é desfavorável. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 20 (vinte) anos de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milite em favor do réu, uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231 do STJ), pena esta que torno definitiva face a ausência de agravantes ou causas de diminuição ou aumento da pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena de reclusão deverá ser o fechado, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, “a”, do CP O tempo de prisão preventiva não implica em qualquer reforma do regime prisional ora imposto a titulo de detração penal. 2. PAULO RICARDO DA CRUZ NASCIMENTO A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo, e não deva recrudescer a pena. O réu é primário e de bons antecedentes. No que concerne a conduta social e à personalidade do denunciado à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos decorrem, seguramente, da possibilidade de ganho fácil. As circunstâncias foram as típicas desse tipo de crime. As consequências não foram graves. A vítima não contribuiu para o resultado. E, finalmente, verifico que não existem indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que é desfavorável. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 20 (vinte) anos de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milite em favor do réu, uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231 do STJ), pena esta que torno definitiva face a ausência de agravantes ou causas de diminuição ou aumento da pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena de reclusão deverá ser o fechado, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, “a”, do CP O tempo de prisão preventiva não implica em qualquer reforma do regime prisional ora imposto a titulo de detração penal. 3. RODRIGO PIMENTEL AQUINO A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo, e não deva recrudescer a pena. O réu é primário e de bons antecedentes. No que concerne a conduta social e à personalidade do denunciado à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos decorrem, seguramente, da possibilidade de ganho fácil. As circunstâncias foram as típicas desse tipo de crime. As consequências não foram graves. A vítima não contribuiu para o resultado. E, finalmente, verifico que não existem indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que é desfavorável. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 20 (vinte) anos de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milite em favor do réu, uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231 do STJ), pena esta que torno definitiva face a ausência de agravantes ou causas de diminuição ou aumento da pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena de reclusão deverá ser o fechado, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, “a”, do CP O tempo de prisão preventiva não implica em qualquer reforma do regime prisional ora imposto a titulo de detração penal. Ademais, levando-se em conta os regimes prisionais ora impostos e o fato de que os acusados permaneceram presos durante toda a instrução criminal e que ainda se fazem presentes os requisitos de suas custódias cautelares, concedo-lhes o direito de recorrerem nos moldes do regime prisional ora imposto, máxime se considerarmos gravidade da infração, adicionada ao perigo que os condenados representam para a coletividade se soltos ficarem, tornando-se ameaça para a ordem pública, sem mencionar a possibilidade de evadirem-se da Comarca quando cientes da condenação, dando azo assim, à presença dos fundamentos para a decretação da prisão preventiva, a saber, a garantia da ordem pública e a segurança da aplicação da lei penal, nos termos do art. 311 e 312 do CPP. As multas deverão serem recolhidas em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Condeno os apenados por custas processuais, na forma da lei. Com o trânsito em julgado: 1 Expeçam-se guias de recolhimento definitivas, para a execução das penas; 2 Lancem-se os nomes dos réus no rol dos culpados; 3 Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF; 4 Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Manaus, 02 de agosto de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0634679-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Carlos Alexandre da Silva Zagury - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fls. 70/72, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, destacando-se, ainda, que a adução defensiva preliminar é matéria que versa sobre o mérito da questão, e por certo será dirimida durante a fase instrutória, razão pela qual designo o dia 04/09/2019, às 09:00h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 07 de agosto de 2019. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva Juíza de Direito respondendo pela 1° Vara Criminal

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0635926-75.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário

- Crimes do Sistema Nacional de Armas - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: André Carlos Carvalho dos Santos - Vista às parte para apresentação de memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PAULO VÍTOR LOPES BEZERRA (OAB 9660/AM), ADV: NAYANE MARQUES DE ARAÚJO (OAB 13782/AM), ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM) - Processo 0644563-49.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Edson Marcelo Lopes Cardoso e outro - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 04/09/2019, às 10:15h.

ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM) - Processo 0644796-46.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Kléber Bernardes - Determinando, ainda, abertura de vista à defesa para manifestação acerca da testemunha Willian.

ADV: OÁSSIS TRINDADE DE OLIVEIRA (OAB 495/AM), ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM) - Processo 0701382-34.2012.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Calúnia - VÍTIMAFATO: Maria de Lourdes Guedes Montenegro - Diante de tal constatação, declaro, em consonância com promoção do nobre agente ministerial, extinta a punibilidade quanto à indigitada querelada no presente processo, ex vi dos arts. 107, V, e 105, ambos do CP c/c art. 58, parágrafo único, do CPP.

Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Aloysio Peixoto de Brito (OAB 1739E/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Bruno Gomes Alves (OAB 10718/AM)
Bruno Marques Castro (OAB 14134/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Antônio Tavares Júnior (OAB 5704/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Djalma Martins da Costa Júnior (OAB 9628/AM)
Edgar Dias Filho (OAB 4788/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Elimar Cunha e Silva (OAB 2098/AM)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Fábio Mourão Leal (OAB 10237/AM)
Francisco Felipe Leal Pereira (OAB 9923/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Glen Willde do Lago Freitas (OAB 4160/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Ivan Gomes da Silva (OAB 2444/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jéssyca Luana Morais Ferreira (OAB 11258/AM)
Joao Lira Tavares (OAB 8799/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Keila Regina de Almeida Rêgo (OAB 7478/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luana Costa da Silva (OAB 9831/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marco Aurélio Gomes da Silva (OAB 2829/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Maria Nafice de Oliveira (OAB 3929/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marlon Soares Costa (OAB 3763/AM)
Nayane Marques de Araújo (OAB 13782/AM)
Oássis Trindade de Oliveira (OAB 495/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Vítor Lopes Bezerra (OAB 9660/AM)
Ralles de Araújo Baldez (OAB 12429/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0358/2019

ADV: ADNEY FERREIRA GAMA (OAB 4170/AM) - Processo 0208853-67.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Gianderson da Silva Pereira - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de GIANDERSON DA SILVA PEREIRA já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 155, §4º, IV do Código Penal e art. 244-B do ECA. Narra a denúncia que no dia 3 de março de 2016, por volta das 15h, GIANDERSON DA SILVA PEREIRA e o adolescente Leonardo Magno Queiroz, dolosa, conscientemente e em comunhão de vontades, subtraíram a motocicleta Dafra/Riva 150, de placa NOX-1884, pertencente a Anderson dos Santos Sá, que estava estacionada em frente a residência da vítima, na qual empreenderam fuga. Policiais militares em patrulhamento na área, tomaram conhecimento dos fatos e detiveram os agentes nas proximidades do local do crime, ainda em poder da motocicleta da vítima, conforme Auto de Exibição e Apreensão de fls. 3. Diante de tais circunstâncias, o denunciado foi preso em flagrante e conduzido à delegacia, onde confessou o delito, nos moldes ora narrados. O adolescente também confessou a autoria do Crime. Recebida a denúncia, o acusado foi regularmente citado. Após a apresentação de Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foi realizado o interrogatório do acusado, bem como a oitiva da testemunha de acusação. Após, o Ministério Público suscitou pela absolvição do acusado, sendo acompanhado pela defesa. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, a testemunha ouvida em juízo não se recordava dos fatos em decorrência do lapso temporal. Ademais, ao ser interrogado, o acusado negou a autoria do delito. Desta forma, tendo em vista que os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre a materialidade e autoria do crime impõem a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado aos acusados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO GIANDERSON DA SILVA PEREIRA pela prática do delito tipificado no art. 155, §4º, IV do Código Penal e art. 244-B do ECA, com fundamento no art. 386, VII do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após

o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

ADV: ELIAS BRASIL BENJÓ (OAB 1067/AM) - Processo 0220989-04.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: K.K.P.O. e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0220989-04.2013.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 1067/AM - Elias Brasil Benjó, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 24/09/2019 às 10:15h, concernente ao Processo nº 0220989-04.2013.8.04.0001, onde figura como Réu KELLISSON KELVIN PEREIRA DE OLIVEIRA, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM) - Processo 0241581-11.2009.8.04.0001 (001.09.241581-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - DENUNCIADO: Denilson da Costa Jacquiminuth - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0241581-11.2009.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 2557/AM - Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 23/09/2019 às 11:00h, concernente ao Processo nº 0241581-11.2009.8.04.0001, onde figura como Réu Denilson da Costa Jacquiminuth, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM) - Processo 0255052-55.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Mario Augusto Pinto de Moraes Filho - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de MÁRIO AUGUSTO PINTO DE MORAES FILHO já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 14 e 16 do Lei n° 10.826/03. Narra a denúncia que: no dia 15/05/12, durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão referente à Operação UDYAT, foi encontrada no armário do denunciado uma pistola Browning, calibre 6m/m 35, nº 328510, sem registro, e um tubo silenciador de calibre 22, sem marca aparente (fls. 10). Conforme o apurado, ao ser constatada a posse irregular dos objetos supramencionados, o denunciado foi preso em flagrante, ocasião em que confirmou a propriedade do material apreendido (fls. 07/09). Recebida a denúncia, o acusado foi regularmente citado. Após a apresentação de Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Não foi realizada Audiência de Instrução e Julgamento, uma vez que não compareceu o acusado nem as testemunhas. Após, foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em sede de Alegações Finais, tanto o Ministério Público quanto a Defesa pugnaram pela absolvição do acusado diante da insuficiência de provas de autoria. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, as testemunhas não foram localizadas. Ademais, o acusado não compareceu para esclarecer os fatos. Desta forma, tendo em vista que os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre a materialidade e autoria do crime impõem a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado aos acusados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO MÁRIO AUGUSTO PINTO DE MORAES FILHO com fundamento no art. 386, VII do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

ADV: ELLEM DE LIMA CHASE (OAB 5475/AM) - Processo 0600428-67.2018.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Calúnia - VÍTIMAFATO: Melquiades Henrique Farias Machado - Trata-se de Queixa Crime apresentada por Melquiades Henrique Farias Machado em desfavor de Maria Zenir Lacerda Rodrigues. Os autos foram inicialmente distribuídos ao Juizados Especial Criminal, entretanto, verificada que a soma das penas ultrapassava o prazo de 02 (dois) anos, foi declinada a competência a uma das varas criminais, tendo o processo sido distribuído a este juízo. Após a realização de audiência de conciliação que restou frustrada, a querelada foi citada e apresentou resposta escrita à acusação, alegando, preliminarmente, a ausência do pagamento de custas pelo querelante, a decadência, a ausência de justa causa, a inépcia da inicial. No mérito, procedeu a breve explanação a respeito dos crimes contra a honra e alegou a incoerência dos crimes imputados a querelada e subsidiariamente, requereu o reconhecimento da consunção e a possibilidade de retratação da querelada. Requereu ainda a suspensão condicional do processo. Às fls. 81/85, o querelante rebateu as alegações apresentadas pela defesa, bem como requereu o pedido de justiça gratuita. Vieram-me os autos concluso. É o relatório. Decido. Conforme verifico dos autos, o querelante apresentou Termo de Representação contra a querelada no dia 20 de junho de 2017, oportunidade em que informou que os fatos ocorreram na data de 01 de junho de 2017 (fls. 04). Desta forma, o prazo decadencial de 06 (seis) meses teria se encerrado em 01 de dezembro de 2017, antes da apresentação da queixa crime que somente ocorreu na data de 16 de junho de 2018, um ano após. Ressalto que, em sua manifestação o querelante não alegou erro material nas informações contidas do Termo de Representação. Assim, entendo que restou configurada a decadência. Ex positis, por restar configurado a decadência, uma das causas da extinção da pretensão punitiva do Estado, decreto nos termos dos art. 103 e 107, IV do CP, a extinção da punibilidade dos Acusados. Transcorrido o prazo para o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. À Secretaria para providências.

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0601036-13.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INVESTIGAD: F.A.S. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0601036-13.2018.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 8085/AM - Cirlane Figueredo Albertino, 4098/AM - Sarah Porto Lima Anijar, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 23/09/2019 às 11:30h, concernente ao Processo nº 0601036-13.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Flaviano de Abreu Soares, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM) - Processo 0623395-25.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: CLEDSON FARIAS LIMA e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Processo: 0623395-25.2016.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 5935/AM - Josemar Berçot Rodrigues, 7557/AM - Josemar Berçot Rodrigues Júnior, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 24/09/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0623395-25.2016.8.04.0001, onde figura como Réu CLEDSON FARIAS LIMA, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

Adney Ferreira Gama (OAB 4170/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Elias Brasil Benjó (OAB 1067/AM)
Ellem de Lima Chase (OAB 5475/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2019

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0223739-08.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Maus Tratos - DENUNCIADO: W.M.B. e outro - Instrução e Julgamento Data: 27/11/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM), ADV: ED RUGLES DE MELO BARBOSA (OAB 2789/AM), ADV: CARLOS ANDRÉ LIUZZI GOMES (OAB 4360/AM), ADV: AUGUSTO FLÁVIO SANTOS DE ANDRADE (OAB 4960/AM) - Processo 0234103-10.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Jones da Silva Teixeira - Instrução e Julgamento Data: 04/12/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM) - Processo 0237870-51.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - DENUNCIADO: André Júnior Ronzo da Costa e outro - Instrução e Julgamento Data: 02/12/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0242270-45.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Fabricio Bentes de Mesquita - Instrução e Julgamento Data: 10/09/2019 Hora 11:45 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MÔNICA NAZARÉ PICANÇO DIAS (OAB 2983/AM), ADV: MARIANA SOARES DE LIMA FARIA (OAB 3528/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM), ADV: LÚCIA PORTO VEIGA MALAVASI (OAB 485A/AM) - Processo 0243128-81.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Carlos Silva Ferreira - Instrução e Julgamento Data: 28/11/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JOSÉ DA ROCHA FREIRE (OAB 3768/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0602477-29.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Tallison Vieira dos Santos e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia para condenar: GECRILDSON BARBOSA GUEDES e TALLISON VIEIRA DOS SANTOS, como incursos nas sanções previstas pelo artigo 157, § 2.º, II, do CP, ao tempo em que passo a dosar as respectivas penas a ser-lhes aplicadas, individualmente, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. Os Réus são primários; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime demonstram extrema ousadia dos réus, porquanto realizado à luz do dia, em via com intenso trânsito de veículos; As consequências dos crimes são próprias do tipo. Não existem elementos para se aferir situação econômica dos Réus. À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo as respectivas penas bases em 04 (quatro) anos de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, somente em relação ao réu GECRILDSON GUEDES, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). Não concorrem circunstâncias agravantes em favor de ambos os réus, e atenuantes em face de TALLISON DOS SANTOS, nem causas de diminuição a serem observadas. Presente no crime de roubo uma causa de aumento de pena prevista no inciso II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, ficando os Réus condenados pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, a ser adimplida de modo individual, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Não houve tempo de prisão provisória a ser detraído atinente ao réu GECRILDSON GUEDES. Concernente ao réu TALLISON DOS SANTOS, em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 22.01.2018 e 10.02.2018 (fls. 151), dosando-se definitivamente a pena em 05 (cinco) anos, 03 (três) meses e 12 (doze) dias. Assim, fica o réu TALLISON VIEIRA DOS SANTOS condenado definitivamente à pena de 05 (cinco) anos, 03 (três) meses e 12 (doze) dias de reclusão; o réu GECRILDSON BARBOSA GUEDES condenado à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e ao pagamento, individual, de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "b", do Código Penal, os Réus deverão cumprir a pena em regime SEMIABERTO. Por sua vez, por vislumbrar ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhes o direito de recorrerem em liberdade, se por outro motivo não estiverem presos. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se.

Registre-se. Intimem-se. Manaus, 14 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM), ADV: EVANDRO THIAGO CID SANTOS (OAB 13915/AM) - Processo 0611962-19.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Willians Silvestre de Assunção - Instrução e Julgamento Data: 10/09/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/AM) - Processo 0624661-42.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: M.F.M. - Instrução e Julgamento Data: 04/09/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ISABELA DA SILVA SANTOS (OAB 9869/AM), ADV: EVERNEY RICARDO SIMÕES OLIVEIRA (OAB 12215/AM) - Processo 0640596-30.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Matheus da Silva Santos - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista à Defesa, a fim de apresentar os memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM) - Processo 0650610-05.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Mateus da Silva Costa e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar ALUAKSON DE SOUZA FÉLIX e MATEUS DA SILVA COSTA, anteriormente qualificados, como incursos nas sanções previstas no artigo 157, § 2.º, II, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro, ao tempo em que passo a dosar as respectivas pena a ser-lhes aplicada, individualmente, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do CP. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto em relação à culpabilidade que a conduta dos Réus exteriorizou-se pela simples consciência de infringência da norma penal; Os Réus são primários; quanto às suas condutas sociais, e, quanto às suas personalidades, poucos elementos foram coletados, o motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão demonstradas nos autos, não há o que se valorar; as consequências do crime são próprias do tipo, quanto aos bens, estes não foram sequer subtraídos, a vítima não contribuiu para a prática do crime, razão pela qual nada se tem a valorar. Não existem elementos para se aferir a situação econômica dos Réus. À vista das circunstâncias analisadas individualmente, fixo as respectivas penas bases em 04 (quatro) anos de reclusão. Concorrem circunstâncias atenuantes previstas no artigo 65, I e III, “d”, do Código Penal, quais sejam, a menoridade e a confissão, em favor de ALUAKSON FÉLIX, e somente o da atenuante da confissão em relação ao réu MATEUS COSTA, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). Não concorrem circunstâncias agravantes nem causas de aumento de pena. Presente no crime de roubo uma causa de aumento de pena prevista no inciso II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo concurso de agentes, ficando os Réus condenados pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Presente a causa de diminuição referente a tentativa, diante dos fatos e fundamentos já declinados, reduzo a pena anteriormente fixada sob o patamar máximo de 2/3 (dois terços), ficando os Réus condenados à pena de 01 (um) ano, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, a ser adimplida individualmente, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 29.10.2018 e 19.12.2018 (fls. 151 e 153), dosando definitivamente as penas em 01 (um) ano, 07 (sete) meses e 20 (vinte) dias. Assim, ficam os réus condenados definitivamente à pena de 01 (um) ano, 07 (sete) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento, individual, de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, “c”, do Código Penal, os Réus deverão cumprir a pena em regime ABERTO. Em função de as circunstâncias do crime e as provas dos autos demonstrarem que o delito deu-se mediante grave ameaça, com simulação de emprego de arma, e que a ausência desta é requisito para a concessão do beneplácito aduzido no inciso I, 2.ª parte, do art. 44, do CP, DEIXO de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Por vislumbrar estarem ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhes o direito de recorrerem em liberdade, se por outro motivo não estiverem presos. Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição Federal; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 12 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB 4960/AM)
Carlos André Liuzzi Gomes (OAB 4360/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Ed Rugles de Melo Barbosa (OAB 2789/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Evandro Thiago Cid Santos (OAB 13915/AM)
Everney Ricardo Simões Oliveira (OAB 12215/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Isabela da Silva Santos (OAB 9869/AM)
José da Rocha Freire (OAB 3768/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Lúcia Porto Veiga Malavasi (OAB 485A/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Mariana Soares de Lima Faria (OAB 3528/AM)
Mônica Nazaré Picanço Dias (OAB 2983/AM)
Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDEIR MENDONÇA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0206114-24.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - REPTADO: Carlos Jhonnatthan Lima Bastos e outro - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular da vítima , ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 29/08/2019, às 10:00h. Pela Secretaria,

proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da vítima, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM) - Processo 0230482-63.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Carlos Eduardo Santos de Souza - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em razão das férias da Juíza de Direito titular deste Juízo, e a incompatibilidade de pauta com a da MMª. Juíza substituta, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 12/09/2019, às 09:00h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da testemunha, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: ELIAS MATTAR ASSAD (OAB 9857/PR), ADV: SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ (OAB 3495/AM), ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM), ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: ELIZIANE CRISTINA MALUF MARTINS (OAB 23398/PR), ADV: FELIX VALOIS COELHO JUNIOR (OAB 339/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM) - Processo 0248650-55.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - VÍTIMAFATO: Naize Nascimento da Silva - INDICIADO: Carlos Jorge Cury Mansilla - Inquirição - Audiência Data: 29/10/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FREDERICO MONTEIRO BARROSO (OAB 2471/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: PAULA CAROLINE GALVÃO DOS SANTOS SILVA (OAB 10175/AM) - Processo 0607110-20.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Gutemberg Marinho de Albuquerque e outro - Diante de todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte ABSOLVO Andrade Marinho de Albuquerque e Gutemberg Marinho de Albuquerque do crime roubo e o faço com fulcro no art. 386, inciso vii, do código de processo penal.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0611520-24.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INVESTIGAD: Istelito Barros Ferreira e outros - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular da vítima, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 12/09/2019, às 10:00h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da vítima, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0611958-79.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Gideao Gomes das Neves - Anderson Soares de Souza - Luis Angelo Biase Soares - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte condeno Gideao Gomes das Neves, Anderson Soares de Souza e Luis Angelo Biase Soares às penas do art. art. 157, §2º, inciso II e §2º-A, inciso I c/c o art. 71, ambos do Código Penal e absolvo Gideao Gomes das Neves, Anderson Soares de Souza e Luis Angelo Biase Soares da imputação referente ao delito de associação criminosa, previsto no art. 288 do Código Penal, o que faço com fulcro no art. 386, inciso III do Código de Processo Penal.

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM), ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM) - Processo 0628048-36.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Francisco Myller Moreira Cunha e outro - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em razão das férias da Juíza de Direito titular deste Juízo, e incompatibilidade de pauta com a da MMª Juíza substituta, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 12/09/2019, às 09:30h. Pela Secretaria, proceda a expedição dos devidos atos intimatórios. Cumpra-se.

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0629632-41.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Irlan Dantas dos Santos e outro - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular das vítimas, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 12/09/2019, às 11:00h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço das vítimas, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0639064-50.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Antônio Carvalho da Silva - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte CONDENO Antônio Carvalho da Silva (identificado fisicamente em laudo de fls. 114/146) às sanções penais do artigo art. 16, parágrafo único, inciso I da Lei 10.826/2003.

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0652220-08.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0644622-03.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: L.A.B. e outro - INVESTIGAD: L.M.A. - Inquirição - Audiência Data: 12/09/2019 Hora 12:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)

Elias Mattar Assad (OAB 9857/PR)
Eliziane Cristina Maluf Martins (OAB 23398/PR)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Felix Valois Coelho Junior (OAB 339/AM)
Frederico Monteiro Barroso (OAB 2471/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Paula Caroline Galvão dos Santos Silva (OAB 10175/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Sérgio Ricardo Mota Cruz (OAB 3495/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0162/2019

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0030269-61.2005.8.04.0001 (001.05.030269-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Evandro dos Santos Pinheiro e outro - A MMa. Juíza Titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a citação por edital, do Acusado Evandro dos Santos Pinheiro, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor constituído.

ADV: VALCERLAN FERREIRA CRUZ (OAB 10037/AM), ADV: HELDER PINTO DA SILVEIRA (OAB 10509/AM), ADV: EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA (OAB 2960/AM) - Processo 0214094-27.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - RÉU: Cristiano Gomes dos Santos - Audiência designada para o dia 29/08/2019, às 09:30h.

ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM), ADV: THEYLA ROLIM CAVALCANTE (OAB 10763/AM) - Processo 0219388-50.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: M.P.C. e outro - Audiência designada para o dia 22/08/2019, às 08:15h.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0223730-75.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Istender Barros Marques - Intime-se a defesa de Istender Barros Marques para apresentarem os memoriais escritos , nos termos do artigo 403 §3º do Código do Processo Penal, sob pena de ser-lhe aplicada multa por abandono injustificado de causa.

ADV: TAMILE DE PAULA FREITAS RODRIGUES AMANAJÁS (OAB 8185/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: ISABELLA CARLA MARRA MAGALHÃES BARBOSA (OAB 9631/AM), ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM), ADV: ALOYSIO PEIXOTO DE BRITO (OAB 1739E/AM), ADV: ALMIR ALBUQUERQUE DOS SANTOS ANSELMO (OAB 8441/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM) - Processo 0228554-19.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: José Ilson Oliveira dos Santos - Isaac Santos Jesus e outros - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0235983-76.2009.8.04.0001 (001.09.235983-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - ACUSADO: Clodoaldo Amador de Melo Júnior - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e, via de consequência, para CONDENAR CLODOALDO AMADOR DE MELO JUNIOR pela prática dos crimes capitulados no art. 157, § 2º, I e II, c/c art. 69 (duas vezes) do Código Penal, na redação original, anterior a novatio legis in pejus da Lei n.° 13.654/2018, consoante fundamentação.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0244382-50.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉ: Ryvia Lanna Almeida de Oliveira - Isac Bruno de Oliveira Brasil - Elizângela Freitas dos Santos - AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 16.09.2019, ÀS 09:00.

ADV: DÊNIS REIS DA SILVA (OAB 10799/AM), ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB 1092/AM) - Processo 0244953-55.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores - RÉU: Márcio de Souza Arruda - Alesson Freitas Santos e outros - Intime-se a defesa dos réus Márcio de Souza Arruda e Alesson Freitas Santos para apresentar os memoriais escritos , nos termos do artigo 403 § 3 do Código de Processo Penal , sob pena de ser-lhe aplicada multa por abandono injustificado da causa.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0262488-31.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Eucilei Bruce dos Santos - Vistos em decisão. Analisando a resposta escrita do Réu, não vislumbro, por ora, elementos eficazes a absolvição sumária. Paute-se audiência de instrução. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0606806-50.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Cassiano Pinheiro da Silva - Keysson Henrique Ferreira da Cruz - Audiência designada para o dia 22/08/2019, às 09:30h.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0607723-69.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: R.M.M. e outro - Audiência designada para o dia 22/08/2019, às 10:00h.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0619005-41.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato Majorado - RÉU: F.B.M.J. - Audiência designada para o dia 16.09.2019, às 10:00.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0620676-65.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Francisco Joaquim Santos da Gama - Audiência designada para o dia 11/09/2019, às 11:00h.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0620984-38.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Ermerson Rodrigues Batista - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado Emerson Rodrigues Batista, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/

advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0627713-46.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a Ordem Tributária - AUTORAFATO: Angela Mericia Trindade Bastos. - Sendo assim, pelas razões acima expostas, diante da iniciativa do autor em fazer o acordo de parcelamento da dívida junto ao órgão responsável, em consonância com a manifestação ministerial, determino: 1) a suspensão da ação criminal e do curso da prescrição em relação ao investigado Angela Mericia Trindade Bastos, na forma do artigo 83, da Lei 9.430/96, até o pagamento integral do parcelamento; determino, por conseguinte, o arquivamento do presente feito, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal. 2) Oficie-se a PGE e a Fazenda Pública para que se manifestem quanto ao cumprimento regular do acordo de parcelamento realizado pelo autor. Por oportuno, desde logo, em caso de qualquer descumprimento do acordo, determino a imediata comunicação à este Juízo. À Secretaria para as devidas providências. Cumpra-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0629734-92.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Ameaça - AUTORAFATO: Nancy Dyana Maia Correa - O Ministério Público se manifestou pelo arquivamento nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, pois após detida análise dos fatos narrados, verificou-se que os fatos já tiveram análise meritória no Processo n.º 0615860-74.2018, que tramitou perante o Juízo de Direito da 9.ª Vara Criminal da Capital, pugnando, portanto, pela extinção do feito em face da ocorrência de coisa julgada. Assim sendo, acolho a promoção ministerial, por reconhecer que a situação ora sob exame já teve análise meritória, determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal. Arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO PRESLEI SILVA (OAB 12002/AM), ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0634600-85.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉ: Simone da Silva Souza - Intime-se a defesa de Simone da Silva Souza para apresentarem os memoriais escritos , nos termos do artigo 403, §3º do Códgo de Processo Penal , sob pena de ser-lhe aplicada multa por abandono injustificado da causa.

ADV: PEDRO GUIMARÃES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM), ADV: JOSÉ DILSON CARVALHO FILHO (OAB 13383/AM) - Processo 0640519-50.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: T.G.S.F. - Intime-se o patrono do réu a fim de apresentar RESPOSTA À ACUSAÇÃO, sob pena de ser-lhe aplicada multa por abandono injustificado da causa. Audiência designada para o dia 03/10/2019, às 09:15h.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB 8441/AM)
Aloysio Peixoto de Brito (OAB 1739E/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Dênis Reis da Silva (OAB 10799/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Epitácio da Silva Almeida (OAB 2960/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Helder Pinto da Silveira (OAB 10509/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
ISABELLA CARLA MARRA MAGALHÃES BARBOSA (OAB 9631/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
José Dilson Carvalho Filho (OAB 13383/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Roberto Preslei Silva (OAB 12002/AM)
Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB 1092/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Tamile de Paula Freitas Rodrigues Amanajás (OAB 8185/AM)
Theyla Rolim Cavalcante (OAB 10763/AM)
Valcerlan Ferreira Cruz (OAB 10037/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Wellington Martins do Nascimento (OAB 9317/AM)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0164/2019

ADV: KLEYSON MARINHO DE OLIVEIRA (OAB 319303/SP), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CAMILA RODRIGUES DA SILVA (OAB 8847/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM), ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM), ADV: GIL E SILVA SARAIVA (OAB 11079/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: SOCRATES RASPANTE SUARES (OAB 321696/SP), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM) - Processo 0249097-38.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ASSISTENTE: Tecnologia Bancária S/A - RÉU: Alessandro Lima dos Santos - Sérgio Henrique da Cruz Correa - Felipe Rodrigues Simões - Jairo Martins da Costa - Intime-se as partes para que apresentem ALEGAÇÕES FINAIS.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Camila Rodrigues da Silva (OAB 8847/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Gil e Silva Saraiva (OAB 11079/AM)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Kleyson Marinho de Oliveira (OAB 319303/SP)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Socrates Raspante Suares (OAB 321696/SP)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0165/2019

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0600926-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Franquisly de Oliveira Fonseca - Jonathan Christopher da Silva Salazar - Audiência designada para o dia 27/08/2019, às 08:00h.

Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0163/2019

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARIA GLÁUCIA BARBOSA

SOARES (OAB 2477/AM) - Processo 0200746-60.2014.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉ: Daniele Silva Magalhães - Sendo assim, diante do exposto JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO Daniele Silva Magalhães, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 129, caput, do Código Penal. Passo, em consequência, a analisar a dosimetria da pena da acusada, atenta aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do Código Penal Brasileiro. A culpabilidade da acusada está evidenciada, vez que possuía ao tempo dos fatos, a potencial consciência da ilicitude, demonstrando a vontade deliberada em agir. A ré é primária. Possui bons antecedentes. No que concerne a sua personalidade e conduta social, não há nada nos autos que me permita traçá-la. As circunstâncias foram as típicas desse tipo de crime. A conduta criminosa foi lesiva à paz social da comunidade. A vítima não contribuiu para o resultado. E, finalmente, verifico que não há indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não é boa. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 03 (três) meses de detenção. Considerando a circunstância da atenuante da confissão espontânea, prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a reconheço, no entanto, deixo de aplicá-la, visto que a pena base foi fixada no mínimo legal. Considerando a ausência de causas de aumento e diminuição de pena, torna a pena fixada em definitiva. Deixo de aplicar a detração, tendo em vista que a ré não foi presa por este processo. O regime inicial para o cumprimento da pena do réu é o aberto nos termos do art. 33, §2º, letra "c" c/c § 3º do Código Penal. Passo a me manifestar acerca da prescrição retroativa a ser reconhecida por este Juízo sentenciante, por força dos princípios da celeridade e economia processual, da efetividade e instrumentalidade. Sendo assim, passo a decidir sobre o retrorreferido instituto: Há que se ressaltar, por oportuno, com alicerce no art. 109, VI, que o prazo prescricional da pena aplicada a sentenciada, é de 3 (três) anos e, no caso vertente, considera-se a pena in concreto aplicada a acusada, qual seja, 03 (três) meses de detenção. Destaque-se que a prescrição retroativa pode ocorrer no período compreendido entre entre a data do recebimento da peça acusatória e da publicação da sentença condenatória. In casu, entre a data do recebimento da denúncia (23/01/2015) e a publicação da presente decisão transcorreu período superior a 03 (três) anos, estando, portanto, prescrita a pretensão punitiva, em face da pena aplicada ao sentenciado, ex vi do inciso VI, do art. 109, do Estatuto Penal. Destarte, sem embargo das construções doutrinárias e jurisprudenciais que vedam a declaração pelo Juiz de 1ª instância da extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição retroativa, tenho, adotando posicionamento jurídico diametralmente oposto, que este Juízo deve e possui competência para fazê-lo. Neste sentido, trago à colação o seguinte julgado: PRESCRIÇÃO RETROATIVA - RECONHECIMENTO PELO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU - POSSIBILIDADE - MEDIDA QUE IMPLICA EM ECONOMIA DE ORDEM PROCESSUAL - ENTENDIMENTO - A teor do art. 61, caput, do CPP, nada impede que, após a prolação da sentença condenatória, o Juiz que presidiu o processo de conhecimento reconheça a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, em sua modalidade retroativa, extinguindo a punibilidade do sentenciado, o que, tendo em vista o perecimento do jus puniendi estatal, constitui medida de economia processual". (TACRIMSP - SER 888.051 - 13ª C. - Rel. Juiz Roberto Mortari - J.17.10.94). À vista do exposto, por haver ocorrido a prescrição da pretensão punitiva, com amparo no artigo 110, § 1º, c/c os artigos 107, IV e 109, VI, todos da Lei Substantiva Penal, declaro, ex offício (art. 61 do Código de Processo Penal), extinta a punibilidade da sentenciada Daniele Silva Magalhães. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do Código de Processo Penal.

ADV: CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3022/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0215640-88.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Williams Vasconcelos Souza - Diante de todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte absolvo Williams Vasconcelos de Souza, das acusações que lhes foram atribuídas, por insuficiência de provas para condenação, com supedâneo legal no que determina o artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Intimem-se as partes na forma do art. 392 do Código de Processo Penal. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0253134-55.2009.8.04.0001 (001.09.253134-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Leandro Mikael Cruz da Silva - Gilson de Souza da Silva - Por oportuno, em detida análise dos autos, verifico que a denúncia ofertada pelo Órgão Ministerial foi recebida na data de 25/11/2009, conforme decisão de fl. 2, sendo imposta aos acusados uma pena privativa de liberdade de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão. Os réus possuíam 18 (dezoito) anos de idade na época dos fatos, atraindo a redução do prazo prescricional, conforme previsão do artigo 115 do CP. Verifica-se que já houve transcurso do prazo superior a 6 (seis) anos, entre a data do recebimento da denúncia e a proferição deste decreto condenatório, denotando-se a ocorrência da prescrição retroativa, frente a pena aplicada em concreto, nos termos do art. 109, inciso III c/c art. 115 do Código Penal. Por essas razões, consoante requerimento da Defesa em memoriais, também nos termos do art. 107, inciso IV, primeira figura, do Código Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de LEANDRO MIKAEL CRUZ DA SILVA E GILSON DE SOUZA DA SILVA, tendo em vista a ocorrência da prescrição retroativa frente a pena aplicada, consoante previsão contida no art. 109, IV e art. 115 c/c art. 110, § 1º do Código Penal. Considerando a extinção de punibilidade declarada, concedo aos réus o direito de recorrer da sentença em liberdade. Desnecessária a expedição de alvará de soltura. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do Código de Processo Penal. Após o cumprimento da sentença, arquive-se os autos.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0602208-53.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Gabriel dos Santos Pens - Taylon Pens da Silva - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO GABRIEL DOS SANTOS PENS E TAYLON PENS DA SILVA, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157 § 2º, II, do Código Penal Brasileiro, consoante fundamentação exposta.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0612943-82.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Bruno Cordovil Teles da Silva - Sendo assim, diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO BRUNO CORDOVIL TELES DA SILVA, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157, §2º, II, c/c artigo 14, II, ambos do Código Penal.

ADV: FERNANDA DA SILVA PEREIRA (OAB 14317/AM) - Processo 0629879-51.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Vinícius Souza da Silva - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO VINICIUS SOUZA DA SILVA, já qualificado nos auto, como incurso nas penas do artigo 157 § 2º, II e §2º-A, I, c/c artigo 69 (duas vezes), ambos do Código Penal Brasileiro, consoante fundamentação exposta.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0638598-90.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Rodrigo da Costa Amêndola - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO RODRIGO DA COSTA AMÊNDOLA, já qualificado nos auto, como incurso nas penas do artigo 157, caput, c/c art. 70, ambos do Código Penal Brasileiro, consoante fundamentação exposta.

Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Cristina Seffair de Souza (OAB 3022/AM)
Fernanda da Silva Pereira (OAB 14317/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Gláucia Barbosa Soares (OAB 2477/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0826/2019

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM) - Processo 0024042-55.2005.8.04.0001 (001.05.024042-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - RÉU: Francisco Carvalho de Oliveira e outros - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 25/02/2020, às 09:45h, na Sala padrão.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0089280-55.2004.8.04.0001 (001.04.089280-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Márcio Andrade da Silva - Designo o dia 19/09/2019, às 09:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0200139-65.2009.8.04.0001 (001.09.200139-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Sebastião Ribeiro da Silva Filho - Designo o dia 04/11/2019, às 10:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0200157-76.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: ELTON SILLAS GALVÃO LEAL - Designo o dia 11/11/2019, às 09:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ELIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO (OAB 11107/AM) - Processo 0203915-63.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0230162-23.2011.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Vanildo Alves de Menezes e outro - Designo o dia 05/02/2020, às 08:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: NAYARA DE LIMA MOREIRA (OAB 9058/AM) - Processo 0205671-44.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto (art. 155) - RÉU: Alan Alves da Silva - Dane Renato Bastos Rodrigues - Designo o dia 22/10/2019, às 11:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3022/AM) - Processo 0206903-28.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU PRESO: Raimundo Bentes de Magalhaes - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta ,a audiência designada para o dia 18/09/2019, às 12:00h, será realizada no mesmo dia, porém no horário das 09:45, na Sala padrão.

ADV: AUGOSTINHO FERREIRA DE ALMEIDA NETO (OAB 11840/AM) - Processo 0207266-73.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - RÉU: Thiago Bezerra do Monte - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 25/02/2020, às 10:45h, na Sala padrão.

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0220025-74.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Paulo Roberto Galvão Borel Pimentel Moreira - Designo o dia 23/09/2019, às 11:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 3219/AM) - Processo 0228645-70.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Alexandre Rodrigues de Andrade - Designo o dia 04/11/2019, às 11:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: CLEUTO COSTA DE OLIVEIRA (OAB 12238/AM) - Processo 0237742-31.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉ: Patricia de Lima Ananias - Designo o dia 07/11/2019, às 10:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0238739-48.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉ: Sharon Esther de Abreu Poblete - Designo o dia 10/02/2020, às 12:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0247682-54.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Bruno Ferreira de Souza - Lucas Felipe de Oliveira Souza - Designo o dia 18/12/2019, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ADRIMAR FREITAS DE SIQUEIRA (OAB 8243/AM), ADV: JOSUE DE CASTRO NOBREGA (OAB 2190/AM) - Processo 0253883-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - VÍTIMAFATO: KATHLEEN DOS SANTOS GOMES, - RÉU: Sandro Muniz Tavares - Intime-se a Assistente da Acusação para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos cópia das peças do processo cível que entender necessárias. Designo o dia 24/09/2019, às 10:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM), ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0601908-91.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Erique Salvaterra Cardoso - David de Medeiros Barros e outro - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Erique Salvaterra Cardoso, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais.

ADV: IGOR CONTENTE PESSOA E SILVA (OAB 6564/AM) - Processo 0606999-70.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: José Carlos Silva de Freitas - Designo o dia 04/02/2020, às 12:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0608514-38.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Furto - AUTORFATO: Rodrigo José Verissimo Oppermann - Designo o dia 04/11/2019, às 14:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: DEYWISON LIMA DE SOUZA (OAB 12737/AM) - Processo 0612504-37.2019.8.04.0001 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Calúnia - QUERELANTE: B.S.C.V. - Trata-se de Queixa-crime ajuizada pela Querelante BRUNA DOS SANTOS CARDOSO VEIGA em face da Querelada SILVIA CARLA MAGNO GUIMARÃES. Nos termos do art. 520 do Código de Processo Penal, antes de receber a queixa, o juiz oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo e ouvindo-as, separadamente, sem a presença dos seus advogados, não se lavrando termo. Nesse sentido, à Secretaria para pautar audiência de reconciliação. Intime-se a querelante e a querelada para comparecerem ao ato. Advirta-se à querelante de que sua ausência importará em renúncia tácita, conforme art. 57 do Código de Processo Penal. Cumpra-se.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0620165-04.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Cledenor de Souza Matos Junior e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 24/02/2020, às 11:15h, na Sala padrão.

ADV: RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM) - Processo 0620936-79.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Haleson Souza da Costa - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Haleson Souza da Costa, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0624304-33.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Valdineis dos Santos Valente e outro - Designo o dia 04/02/2020, às 10:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0637728-74.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: José Ribamar

Damasceno dos Santos - Ante o exposto, presentes na peça acusatória os requisitos do art. 41 e ausentes quaisquer das circunstâncias do art. 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA contra JOSÉ RIBAMAR DAMASCENO DOS SANTOS e DETERMINO as seguintes medidas:

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0637728-74.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: José Ribamar Damasceno dos Santos - Nos termos do art. 360 do Código de Processo Penal, se o réu estiver preso, será pessoalmente citado. Deste modo, acautelo-me a decidir acerca do pedido de fls. 71/75 após a citação pessoal do Réu JOSÉ RIBAMAR DAMASCENO DOS SANTOS, oferecimento de Resposta à Acusação, juntada de comprovante de residência atualizado e identificação definida, resguardando, assim, a instrução criminal e a aplicação da lei penal. Oficie-se ao Instituto de Identificação Aderson Conceição de Melo para, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhar a este Juízo o resultado do pedido de identificação criminal fls. 41/43. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MIQUEMES SANTOS BARBOSA (OAB 9191/AM) - Processo 0640947-95.2019.8.04.0001 - Petição Criminal - Calúnia - QUERELANTE: A.P.B. - Trata-se de Queixa-crime ajuizada pelo Querelante ALEXANDRE DE PINA BRAGA em face do Querelado BRUNO DA PAZ TOMAZ. Nos termos do art. 520 do Código de Processo Penal, antes de receber a queixa, o juiz oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo e ouvindo-as, separadamente, sem a presença dos seus advogados, não se lavrando termo. Nesse sentido, à Secretaria para pautar audiência de reconciliação. Intime-se o querelante e o querelado para comparecerem ao ato. Advirta-se ao querelante de que sua ausência importará em renúncia tácita, conforme art. 57 do Código de Processo Penal. Cumpra-se.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0652116-16.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Hildo dos Santos Barroso - Designo o dia 04/02/2020, às 10:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

Adrimar Freitas de Siqueira (OAB 8243/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro de Souza (OAB 3219/AM)
Augostinho Ferreira de Almeida Neto (OAB 11840/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cleuto Costa de Oliveira (OAB 12238/AM)
Cristina Seffair de Souza (OAB 3022/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Deywison Lima de Souza (OAB 12737/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Eliane Gonçalves do Nascimento (OAB 11107/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Igor Contente Pessoa e Silva (OAB 6564/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Josue de Castro Nobrega (OAB 2190/AM)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Miquemes Santos Barbosa (OAB 9191/AM)
Nayara de Lima Moreira (OAB 9058/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0820/2019

ADV: ELIELTON DOS SANTOS PAULO (OAB 9567/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM) - Processo 0627947-28.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Ronald da Silva Pinheiro - Thamys Nascimento dos Santos - Ante o exposto, consoante parecer do Ministério Público, INDEFIRO os pedidos de relaxamento/revogação das prisões preventivas (fls. 57/60, 66/69 e 124/130), para manter os réus THAMYS NASCIMENTO DOS SANTOS e RONALD DA SILVA PINHEIRO preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 312 e 313, I e II, do Código de Processo Penal.

Elielton dos Santos Paulo (OAB 9567/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0821/2019

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0601908-91.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Erique Salvaterra Cardoso e outros - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de relaxamento da prisão preventiva (fls. 258/272), para manter o réu ERIQUE SALVATERRA CARDOSO preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 312 e 313, I, do Código de Processo Penal. Intimem-se as Defesas dos Réus para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem alegações finais sob a forma de memoriais.

Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0822/2019

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM) - Processo 0605216-38.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: R.S.M. - Ante o exposto, consoante parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva (registro audiovisual de fls. 420/421), para manter o réu RICARDO DE SOUZA MARTINS preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 312 e 313, I, do Código de Processo Penal. Intimem-se. Cumpra-se.

ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0823/2019

ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0219005-77.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Rickson Brandão da Silva - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva formulada na denúncia e CONDENO Rickson Brandão da Silva como incursos nas penas do art. 157, caput, do Código Penal.

Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0824/2019
ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: RICARDO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB A436AM) - Processo 0203428-25.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: DÊNIS LIMA DE LIMA - Jhonatan Lima da Silva - Ante ao exposto e por tudo mais que dos autos consta, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva formulada na denúncia, e CONDENO os acusados Denis Lima de Lima e Jhonatan Lima da Silva como incursos nas penas do art. 157, §2º, I e II, do Código Penal.
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
RICARDO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB A436AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0825/2019
ADV: WANDERSON OLIVEIRA FREIRE ALBERTINO (OAB 12862/AM) - Processo 0624594-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Igon Costa de Oliveira - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia e, por conseguinte condeno Igon Costa de Oliveira às sanções penais do artigo 157, § 2º, II do Código Penal Brasileiro e absolvo do crime corrupção de menores previsto no artigo 244-B, da Lei nº 8.069/1990, o fazendo com amparo no art. 386, I, do CPP.
Wanderson Oliveira Freire Albertino (OAB 12862/AM)

10ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0228899-82.2013.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **SIDOMAR CASTRO RODRIGUES**, brasileiro, natural de Manaus/AM, nascido em 23/05/1994, filho de Francelina Castro Rodrigues, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua Manoel Matias, nº 133, bairro Colônia Antônio Aleixo, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 157, §2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **11/10/2019 às 11:00h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21/08/2019. Eu, Carolina Gomes Barros, Servidor(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0348936-51.2007.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **WILSON LIMA DE OLIVEIRA**, brasileiro, natural de Manaus/AM, nascido em 02/01/1983, filho de Eurico Alves de Oliveira e Luiza Lima de Oliveira, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua Cacau Perera, nº 70, bairro São José, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 157, Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **08/10/2019 às 11:00h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21/08/2019. Eu, Carolina Gomes Barros, Servidor(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

NOTA ADVOGADO
O(A) Doutor(a), Henrique Veiga Lima, Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0254297-26.2016.8.04.0001

Intimar o patrono do réu Mayke Douglas Oliveira, **Dr. Aldizio de Souza Carvalho, OAB n.° 1611-AM**, para **manifesta-se acerca da decisão de fl. 69**, resultante do pedido de insanidade mental.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0609/2019
ADV: LEONARDO FIGLIUOLO (OAB 3599/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0218990-84.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Erikson Ferreira de Araújo - Maria Dolores de Souza Abtibol - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte condeno ERIKSON FERREIRA DE ARAÚJO E MARIA DOLORES DE SOUZA ABTIBOL às sanções penais do artigo art. 157, §2º, II, do Código Penal. Passo a dosar-lhe a pena, atendendo as diretrizes nos artigos 59 e 68 ambos do Código Penal Brasileiro em vigor.
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Leonardo Figliuolo (OAB 3599/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0611/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0200122-87.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Fernando de Souza Brito - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER FERNANDO DE SOUZA BRITO do delito que lhe foi imputado. Custas isentas, na forma do art. 804 do CPP, conforme Sentença de fls. 205/206.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0206765-22.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMAFATO: Josiel Bispo dos Santos - Por esta razão, acompanho o Parecer Ministerial de fls. 91 para DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE de Lincoln Monroe Pequeno Bezerra, na forma do artigo 107, I, do CPB, e, consequentemente, determino o arquivamento da presente representação, com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM) - Processo 0212351-74.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Patrick Júnior Araújo dos Santos - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para submeter PATRICK JÚNIOR ARAÚJO DOS SANTOS, anteriormente qualificado, como incurso na conduta prevista no artigo 180, §3º, do Código Penal. Em consequência, para fins de individualização da pena, em obediência ao preceito constitucional insculpido no art. 5, XLVI, passo à dosimetria da pena, observando as diretrizes do art. 68, caput, do CP. Analisando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP, tem-se: Culpabilidade: compreendida esta como o grau de reprovabilidade da conduta, é inerente ao tipo penal em questão; Antecedentes: primário. Não havendo elementos que registram maus antecedentes do acusado, considero-o portador de bons antecedentes; Conduta social: não vieram aos autos elementos que possam aferir a relação do acusado com sua família, trabalho e sociedade, razão pela qual não será valorada esta circunstância; Personalidade: não foi juntado aos autos qualquer laudo/relatório psicossocial a esclarecer a mesma, motivo pelo qual deixo de valorar tal circunstância; Motivos: são aqueles próprios do tipo penal, sem qualquer característica excepcional, razão pela qual deixo de valorá-los; Circunstâncias: o delito foi praticado em circunstâncias normais; Consequências: as consequências do crime são normais a espécie, nada tendo a se valorar como fator extrapenal; Comportamento da vítima: a vítima, Estado, em nada contribuiu para a prática do crime. Preponderadas as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base no seu mínimo legal, qual seja, em 01 (um) mês de detenção. Na segunda fase dosimétrica, militam em favor do acusado as circunstâncias atenuantes da menoridade relativa e da confissão espontânea, previstas no art. 65, incisos I e III, alínea “d”, do CPB, respectivamente. Todavia, deixo de aplicá-las em razão da pena já se encontrar fixada no patamar mínimo legal cominado à espécie (Súmula 231, do STJ). Inexistem circunstâncias agravantes. Na terceira fase, não havendo causas de diminuição e de aumento de pena, fica o réu condenado a pena de 01 (um) mês de detenção. Fixo o regime aberto como regime inicial para o cumprimento de pena, nos termos do art. 33, §2º, alínea “c”, do CPB. Verifico que na situação em tela, torna-se cabível a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, uma vez que o réu preenche os requisitos descritos no art. 44 do Código Penal Brasileiro, revelando ser a substituição suficiente à repressão do delito. Assim sendo, observado o disposto no art. 44, §2º, 1ª parte e na forma do art. 46, ambos do Código Penal Brasileiro, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade aplicada por uma restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade, por se buscar resgatar o sentimento humanitário do agente, devendo ser realizada mediante a prestação de tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, pelo prazo a ser estipulado em audiência admonitória, devendo ser desenvolvida em local a ser designado pela VEMEPA, juízo responsável pela execução da pena. Sem custas. Após transitada em julgado, tomem-se as devidas providências : Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; Expeça-se a guia de recolhimento para fins de execução de pena; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, para os fins do artigo 15, inciso III, da Constituição Federal; Cumpridas as anotações e comunicações de estilo, arquivem-se os autos com as devidas baixas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0235137-25.2010.8.04.0001 (001.10.235137-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Janderson Nogueira Pontes - Franciney de Queiroz Nascimento - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar os réus JANDERSON NOGUEIRA PONTES e FRANCINEY DE QUEIROZ NASCIMENTO, anteriormente qualificados como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, II, do Código Penal Brasileiro, conforme Sentenças de fls. 206/210.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0235877-12.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Jaime Carbajal dos Santos - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER JAIME CARBAJAL DOS SANTOS do delito que lhe foi imputado, conforme Sentença de fls. 233/234.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0247128-56.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADA: Rosiane Saboia Guimarães - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar a ré ROSIANE SABÓIA GUIMARÃES, já qualificada, como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso IV do Código Penal, conforme Sentença de fls. 146/149.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0617787-41.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - AUTORFATO: Ronilson de Abreu Carvalho - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal, conforme fl. 31.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0654203-42.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: João Miguel Viana e outros - Por esta razão, acompanho o Parecer Ministerial de fl. 218 para DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE de João Miguel Viana, na forma do artigo 107, I, do CPB, e, consequentemente, determino a baixa de seu nome na presente representação, com as cautelas de praxe.

Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0612/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0207136-02.2012.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Acompanhamento de Transação Penal - VÍTIMAFATO: O ESTADO - AUTORFATO: Daiano Monteiro Viana e outro - Considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, devendo o juiz ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, em qualquer fase processual, na forma disposta no artigo 61 do Código de Processo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Daiano Monteiro Viana, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 109, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0224800-30.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes Previstos no Estatuto do Idoso - AUTORFATO: Belarmino Alberto de Barros Lins - Selene Barros Lins Torres - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0225602-96.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário

- Roubo - VÍTIMAFATO: MARCELO DIEGO CARVALHO DE SOUZA - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER RONALT SOUZA FERNANDES do delito que lhe foi imputado, conforme 74/75.

ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM) - Processo 0600390-66.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - VÍTIMAFATO: A Sociedade - Por esta razão, acompanho o Parecer Ministerial de fl. 74 para DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE de José Fernandes Lima Bentes, na forma do artigo 107, I, do CPB, e, consequentemente, determino o arquivamento da presente representação, com as cautelas de praxe, conforme fl. 75.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0640615-31.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Apropriação indébita - AUTORFATO: Josias Cardoso da Silva - Vistos, etc. Acolho a Promoção Ministerial de fls. 22/25, em todos os seus termos, os quais adoto como razão de decidir. O conjunto probatório colhido no Inquérito Policial efetivamente não autoriza, por ora, a propositura da ação penal. A doutrina predominante diz que se procede ao arquivamento do Inquérito Policial quando: a) o fato narrado é atípico; b) a autoria é desconhecida; c) não há prova razoável do fato ou de sua autoria. Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0614/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0203267-60.2014.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - VÍTIMAFATO: O ESTADO - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de MARCELO ARAÚJO SOLART, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, e art. 109, V, do Código Penal.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0212028-35.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - ACUSADO: Carlos Eduardo de Albuquerque Campos - Trata-se de ação penal movida em face de Carlos Eduardo de Albuquerque Campos, devidamente qualificado nos autos,por suposta prática do crime previsto no art. 213, do CPB. Fato ocorrido no dia 31/01/2017. Às fls. 73, restou colacionada aos autos Certidão de Óbito do denunciado, expedida pelo cartório do 7º Registro Civil de Manaus, com registro de falecimento na data de 14/07/2018. Com vista dos autos, o representante do Ministério Público apresentou parecer para que fosse decretada a extinção da punibilidade. (fls. 74) É o breve relatório. Passo à decidir. Consoante dispõe o art. 61 do Código de Processo Penal, o Juiz, em qualquer fase do processo, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício. Nos termos do artigo 107, inciso I, do Código Penal, a prescrição constitui causa de extinção da punibilidade, dado que a morte do agente faz desaparecer o direito de o Estado exercer o jus puniendi. Assim, considerando a comprovação da morte do agente, na forma prevista pelo artigo 62 do Código de Processo Penal Brasileiro, é de ser reconhecida a extinção da punibilidade. ISTO POSTO, acompanhando parecer ministerial, na forma dos artigos 107, I, do CPB e art. 62, do CPP, declaro extinta a punibilidade de Carlos Eduardo de Albuquerque Campos e, em consequência, após as devidas formalidades legais, determino o arquivamento dos autos.

ADV: MESSI ELMER VASCONCELOS CASTRO (OAB 9910/AM) - Processo 0237687-17.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - VÍTIMAFATO: O Estado - ISTO POSTO, acompanhando parecer ministerial, na forma dos artigos 107, I, do CPB e art. 62, do CPP, declaro extinta a punibilidade de Felipe Gonçalves Marques e, em consequência, após as devidas formalidades legais, determino o arquivamento dos autos, conforme fl. 149.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0251303-98.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Emerson Pereira Leal - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Emerson Pereira Leal, pela prescrição, nos termos do art. 107, V, primeira figura, e art. 109, V, do Código Penal, exclusivamente em relação a delito previsto no art. 129 do Código Penal. Prossiga-se o feito em relação ao crime remanescente, devendo ser pautada data para realização de audiência de instrução e julgamento, com a maior brevidade possível.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0255366-74.2008.8.04.0001 (001.08.255366-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Everton Costa Silva e outro - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE tão somente em relação ao réu EVERTON COSTA SILVA, e o faço pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, do Código Penal e art. 61 do Código de Processo Penal.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0264396-31.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Marcelo Ribeiro da Silva - Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do agente Marcelo Ribeiro da Silva em razão da prescrição da pretensão punitiva, com amparo nos arts. 109, inciso IV c/c o art. 115 e 107, inciso IV, 1ª figura, ambos do Código Penal Brasileiro.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0600745-47.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Maks Hert Kalks Junior - Trata-se de ação penal movida em face de Maks Hert Kalks Júnior, devidamente qualificado nos autos,por suposta prática do crime previsto no art. 157, §2º, II, do CPB. Fato ocorrido no dia 12/01/2017. Às fls. 111, restou colacionada aos autos Certidão de Óbito do denunciado, expedida pelo cartório do 10º Registro Civil de Manaus, com registro de falecimento na data de 12/06/2018. Com vista dos autos, o representante do Ministério Público apresentou parecer para que fosse decretada a extinção da punibilidade. (fls. 112) É o breve relatório. Passo à decidir. Consoante dispõe o art. 61 do Código de Processo Penal, o Juiz, em qualquer fase do processo, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício. Nos termos do artigo 107, inciso I, do Código Penal, a prescrição constitui causa de extinção da punibilidade, dado que a morte do agente faz desaparecer o direito de o Estado exercer o jus puniendi. Assim, considerando a comprovação da morte do agente, na forma prevista pelo artigo 62 do Código de Processo Penal Brasileiro, é de ser reconhecida a extinção da punibilidade. ISTO POSTO, acompanhando parecer ministerial, na forma dos artigos 107, I, do CPB e art. 62, do CPP, declaro extinta a punibilidade de Maks Hert Kalks Júnior e, em consequência, após as devidas formalidades legais, determino o arquivamento dos autos.

Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Messi Elmer Vasconcelos Castro (OAB 9910/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0615/2019

ADV: ALDECY DE ARAÚJO MAIA (OAB 1421E/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM) - Processo 0212176-27.2009.8.04.0001 (001.09.212176-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Luís Carlos Alves da Silva - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu LUIS CARLOS ALVES DA SILVA, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do artigo art. 157, §2º, II c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro.

ADV: VÂNIA BARRONCAS ROGÉRIO (OAB 1920/AM), ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0216419-14.2009.8.04.0001 (001.09.216419-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Alexandre Lima

da Silva - Antonio Arleson dos Santos - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ANTONIO ARLESON DOS SANTOS E ALEXANDRE LIMA DA SILVA , pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, §1º e art. 109, , todos do Código Penal.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0223153-68.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: BRUNO NASCIMENTO OLIVEIRA - Por todo o exposto e, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER BRUNO DO NASCIMENTO OLIVEIRA do delito que lhe foi imputado, conforme Sentença de fls. 92/93.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0223562-83.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - VÍTIMAFATO: Uleima Duarte de Barboza - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de EVANDRO JORGE DE SOUZA LIMA, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, e art. 109, V, do Código Penal, conforme Sentença de fls. 165/167.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0225253-98.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Assis Oliveira de Souza - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu ASSIS OLIVEIRA DE SOUZA , anteriormente qualificado, como incurso nas penas do artigo 157, caput, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro, conforme Sentença de fls. 83/86.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0226006-50.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMAFATO: Reury Cecilia Valente de Carvalho - Ruana Girl Valente de Carvalho - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de LEANDRO HENRIQUE ALVES DA SILVA, pela prescrição, nos termos do art. 107, V, primeira figura, e art. 109, IV, c/c art. 115, todos do Código Penal, exclusivamente em relação a delito previsto no art. 244-B do ECA, conforme Sentença de fls. 92/93.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0228389-11.2009.8.04.0001 (001.09.228389-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - RÉ: Marinez Freitas de Lima - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado MARINEZ FREITAS DE LIMA, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, V, do Código Penal Brasileiro. Prossiga-se o feito em relação ao crime remanescente, pautando-se audiência de instrução e julgamento.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0251345-55.2008.8.04.0001 (001.08.251345-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMA: Igreja Batista Gêneses - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de CRISTÓVÃO LOPES DA SILVA JÚNIOR, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, IV, do Código Penal Brasileiro.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0266046-11.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Claudiomar Guarate da Silva - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de CLAUDIOMAR GUARATE DA SILVA, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, e art. 109, V, do Código Penal, exclusivamente em relação ao crime de falsa identidade, previsto no art. 307, do Código Penal, conforme Sentença de fls. 80/81.

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0266236-76.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Hamilton Carlos de Andrade Rocha - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu Hamilton Carlos de Andrade Rocha, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, do Código Penal e art. 61 do Código de Processo Penal.

ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM) - Processo 0268195-82.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - VÍTIMAFATO: Nilza Bragança Rodrigues - Mario Jorge Guedes Melo - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu Francinei do Nascimento Medeiros, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, do Código Penal e art. 61 do Código de Processo Penal.

Aldecy de Araújo Maia (OAB 1421E/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)
Vânia Barroncas Rogério (OAB 1920/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0616/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0233743-65.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Paulo Anderson Rodrigues da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que a audiência de Instrução e julgamento foi pautada para o dia o 26/08/2019 às 10:20h.

Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0617/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0209918-34.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: FRANCISCO HERMÓGENES SANTOS DO NASCIMENTO - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu FRANCISCO HERMOGENES SANTOS DO NASCIMENTO, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 155, §4º, III, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro, conforme 169/172.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0618/2019

ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0228217-59.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Will Robson Queiroz Rocha - RENAM HATRY DA CRUZ SILVA - Intimem-se os advogados dos réus Will Robson Queiroz Rocha e RENAM HATRY DA CRUZ SILVA para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentem as alegações finais na forma de memoriais, vez que sua inércia vem obstaculizando sobremaneira o andamento do processo, sob pena de comunicação do fato à OAB por abandono de causa, nos termos do art. 34, XI, do Estatuto do Advogado. Cumpra-se.

Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0355/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0000916-67.2010.8.04.0011 (011.10.000916-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Raimundo Nonato Rosário de Moura - Autos nº:0000916-67.2010.8.04.0011 Acusado: Raimundo Nonato Rosário de Moura DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando o teor da Promoção de fl. 147 bem como do Termo de fl. 145, declaro encerrada a Instrução Processual, e determino vista dos autos às partes, a fim de que apresentem os Memoriais Escritos, primeiro o MP e em seguida a Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias. Após, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0002410-55.1996.8.04.0011 (011.96.002410-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Jose Wellington da Silva Menezes - Autos nº:0002410-55.1996.8.04.0011 Acusado: José Wellington da Silva Menezes DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. DEFIRO, na íntegra, a Promoção de fl. 09. Desta feita, determino que a Secretaria da Vara diligencie no sentido de certificar nos autos as informações requeridas pelo Ministério Público. Após, remetam-me os autos novamente conclusos para Deliberações necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0008526-86.2010.8.04.0011 (011.10.008526-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Reginaldo da Conceicao e Silva - Herley Costa Lima - Maria Sevaneide Pinheiro de Lima - Autos nº:0008526-86.2010.8.04.0011 Acusados: Herley Costa Lima, Maria Sevaneide Pinheiro de Lima e Reginaldo da Conceicao e Silva DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. DEFIRO, na íntegra, a Promoção de fl. 674. Desta feita, quanto às testemunhas Manoel Correia das Neves e Maria Izete Ferreira Ogando Peres, determino a expedição de Carta Precatória de Inquirição, a ser cumprida pelo Juízo Deprecado, no prazo de 30 (trinta) dias. No tocante às testemunhas Yonara Alves Menezes e Mileide Alves Menezes de Oliveira, determino que sejam intimadas para a realização da inquirição em Audiência de Instrução a ser pautada neste Juízo, no endereço declinado pelo MP, devendo a Secretaria da Vara encaminhar, anexa ao Mandado de Intimação, cópia da Promoção de fl. 674, considerando haver uma imagem da residência das mencionadas testemunhas. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0023266-21.2006.8.04.0001 (001.06.023266-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Reginaldo Menezes da Silva - Autos nº:0023266-21.2006.8.04.0001 Acusado: Reginaldo Menezes da Silva DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro, na íntegra, a Promoção de fls. 28/29. Desta feita, determino a baixa dos autos à Delegacia de origem, a fim de que a Autoridade Policial proceda ao devido cumprimento das diligências requeridas pelo Ministério Público, no prazo de 30 (trinta) dias. Após, dê-se nova vista dos autos ao MP para manifestação. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0045047-79.2000.8.04.0011 (011.00.045047-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Rutinei dos Santos Ribeiro - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante da promoção ministerial, tendo em vista que o acusado encontra-se em local incerto e não sabido, até o presente momento, mantenha-se os autos SUSPENSOS, conforme decisão às fls. 103. Ademais, determino a renovação do MANDADO DE PRISÃO DO ACUSADO. À Secretaria para providencias cabíveis. CUMPRA-SE.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0045560-72.2003.8.04.0001 (001.03.045560-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Antônio Batista de Souza - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Antônio Batista de Souza, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, § 2º, art. 109, III, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0201967-23.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: LUIS CARLOS MACHADO DA CRUZ - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Tendo em vista a ausência da vitima César Rodrigues de Souza, envie os autos com vista ao MP para que se manifeste a respeito da ausência, caso desista da oitiva do mesmo que apresente alegações finais no prazo de lei, após vista a Defesa. Demais diligências pela secretaria. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0203858-45.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Anderson Souza de Oliveira - Deliberação em audiência: O MM Juiz determinou que fosse enviado os autos com vista ao Ministério Público para que se manifeste a respeito das testemunhas ausentes, prazo de 5 dias. Demais diligências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM) - Processo 0205296-48.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Mário Jorge Amande Nogueira Júnior - D E C I S Ã O O Ministério Público do estado do Amazonas requereu a quebra de sigilo de dados telefônicos dos terminais constantes da Promoção em Peças Sigilosas, devendo ser fornecidos os relatórios das ERBs, chamadas efetuadas e recebidas pelos números alvos, bem como os dados cadastrais dos chips, IMEIs e linhas telefônicas que mantiveram e/ou mantém contato com os terminais alvos e demais diligências. Narra o Parquet ser a medida de extrema necessidade para investigação do suposto delito praticado. É o breve relatório. Decido. A quebra de sigilo de dados telefônicos deverá ser adotada nas vezes que não houver outra maneira de desvendar a autoria da prática criminosa, contudo não se confunde com a interceptação telefônica, regulada pela Lei 9.296/1996. TJ-MG - Apelação Criminal APR 10261130115049001 MG (TJ-MG) JurisprudênciaData de publicação: 24/02/2014 Ementa: APELAÇÃO CRIMINAL - QUEBRA DE SIGILO DE DADOS TELEFÔNICOS - POSSIBILIDADE - PROCEDIMENTO NÃO REGULAMENTADO PELA LEI 9.296 /96 - RECURSO MINISTERIAL PROVIDO. - À quebra de sigilo de dados telefônicos não se aplica a Lei 9.296 /96, que regulamenta o procedimento de intercepção telefônica, inexistindo óbice, portanto, para a sua decretação na espécie. Ora, considerando a gravidade do crime em tese praticado, urge a necessidade da medida, objetivando a elucidação do fato delituoso. Portanto, a medida requerida apresenta-se como único recurso ao bom êxito do trabalho da investigação e a elucidação dos fatos ora apurados. Pelo exposto, DEFIRO O REQUERIMENTO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS TELEFÔNICOS, nos exatos termos da Promoção Ministerial constante das Peças Sigilosas. Determino, ainda, que as operadoras de telefonia celular devem fornecer relatórios das ligações originadas e recebidas, além do fornecimento de ERB's (localização geográfica), short mensagens e dos dados cadastrais dos chip's, IMEI(s) e/ou linhas dos terminais alvos e dos terminais telefônicos que com os terminais alvos mantiveram contatos ou que forem citados nas conversações e demais diligências requeridas pelo Parquet. Expeça-se o competente Mandado de quebra de sigilo de dados telefônicos, devendo conter, em seu corpo, todas

as informações necessárias ao devido cumprimento. De outro giro, expeçam-se todos os atos necessários à realização da Audiência de Instrução pautada à fl. 299. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM) - Processo 0212145-70.2010.8.04.0001 (001.10.212145-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Jonas Costa de Oliveira Queiroz - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0212145-70.2010.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado JONAS COSTA DE OLIVEIRA QUEIROZ, Brasileiro, pai João Queiroz, mãe Vicenzia de Oliveira Costa Queiroz, Nascido 17/10/1971, com endereço à Rua Pérgamo, 62, Aliança com Deus, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime, art. 121, caput, do Código Penal, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do acusado, mantenho-o em liberdade aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.". E para que chegue ao conhecimento do Réu, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 19 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0213145-76.2008.8.04.0001 (001.08.213145-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Irenaldo Pacheco Reis (Bob) - Vistos etc. Analisando os autos, constata-se que não foi possível a localização do denunciado para a realização de sua Citação Pessoal. Por esse motivo, este Juízo determinou a Citação Editalícia, contudo o acima mencionado denunciado não compareceu a Juízo nem constituiu Advogado particular. Desta feita, DETERMINO a manutenção das Decisões de fls. 54/56 e 70/71, devendo ser mantidos o Decreto Preventivo e a suspensão do curso processual e do prazo prescricional. Renove-se o Mandado de Prisão sempre que necessário. De outro giro, considerando o decurso do tempo e o risco de perecimento da procá testemunhal, determino a produção antecipada de provas, no tocante à oitiva das testemunhas arroladas na Exordial. Paute-se data para a realização da Audiência de ntecipação de provas. Nomeio a DPE para atuar no feito. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0214922-28.2010.8.04.0001 (001.10.214922-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - RÉU: Aldiney Ferreira Freitas - Gilson Ferreira Freitas - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera:Abro vista dos autos ao Ministério Público para que se manifeste a respeito da prescrição do crime cometido pelo acusado Gilson Ferreira Freitas e em relação ao acusado Aldiney Ferreira Freitas, para que apresentem alegações finais no prazo de lei. Demais diligências pela Secretaria. Cumpra-se

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0215610-43.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: Misael Marinho Custódio - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado MISAEL MARINHO CUSTÓDIO, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa e o rsico de reiteração delitiva, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intime-se o acusado, ora Pronunciado, desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 25 de junho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0216098-13.2008.8.04.0001 (001.08.216098-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Eduardo Araújo Praxedes - Autos nº:0216098-13.2008.8.04.0001 Acusado: Eduardo Araújo Praxedes DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro as Promoções de fls. 149 e 150, e determino baixa dos autos à Delegacia de origem, a fim de que a Autoridade Policial proceda ao devido cumprimento das diligências, no prazo de 30 (trinta) dias. Após, dê-se nova vista dos autos ao MP para manifestação. Expeça-se o necessário. De outro giro, cumpra-se, na íntegra, a Decisão de fls. 140/142. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0221058-36.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Andrew Teixeira Tavares - Vistos etc. Analisando os autos, constata-se que não foi possível a localização do denunciado para a realização de sua Citação Pessoal, conforme Certidão do Oficial de Justiça constante dos autos. Por esse motivo, este Juízo determinou a Citação Editalícia, contudo o acima mencionado denunciado não compareceu a Juízo nem constituiu Advogado particular. Desta feita, considerando todo o exposto e tendo em vista que o denunciado evadiu-se do distrito da culpa, estando em local incerto e não sabido, demonstrando clara intenção de não se ver alcançado pela Justiça, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do denunciado ANDREW TEIXEIRA TAVARES, já qualificado nos autos, com fulcro nos Arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, para assegurar a aplicação da Lei Penal e por conveniência da Instrução Criminal. Expeça-se o competente Mandado de Prisão. Oficie-se à Policia Federal para que inclua o nome do denunciado no SINPI, objetivando a sua localização e prisão. De outro giro, DETERMINO a suspensão do curso processual e do prazo prescricional, nos moldes do Art. 366 do CPP. Ademais, a fim de evitar o perecimento da prova testemunhal, considerando o decurso do tempo, determino a produção antecipada de provas, no tocante à oitiva do rol constante da Exordial. Nomeio a DPE para atuar no feito. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0226063-78.2009.8.04.0001 (001.09.226063-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio

Qualificado - RÉU: Nelcimar de Oliveira Ferreira - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso IV do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0232341-95.2009.8.04.0001 (001.09.232341-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Melk Novoa Viana - R. H. Em virtude da certidão de fls. 236, onde o réu veio ate a secretaria deste cartório e por oportuno pediu a nomeação de Defensor Publico para sua defesa, uma vez que não possui condições financeiras de arcar com os custos de um advogado particular. Visto o exposto, nomeio o Dr. Antônio Ederval de Lima, Defensor Público, como defensor do Réu. Intime-se para ciência do despacho e apresentar as devidas Alegações Finais no prazo legal, visto a Decisão de fls. 239-248. Cumpra-se.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM) - Processo 0239445-60.2017.8.04.0001 - Medidas Investigatórias Sobre Organizações Criminosas - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: G.M.S. e outro - ''FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o patrono do acusado para que compareça à Audiência de Instrução e Julgamento na 1ª Vara do Tribunal do Júri, pautada para o dia 27/08/2019 às 11:30H''

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0241084-55.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Manoel Menezes da Silva - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0241084-55.2013.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado MANOEL MENEZES DA SILVA, Brasileiro, Solteiro, Desempregado, RG 1102488-7/AM, pai Nestor Leandro da Silva, mãe Misao Menezes da Silva, Nascido 23/08/1974, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua João Priscica, Nº 629, Quarta Etapa, Jorge Teixeira, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121 § 2º, IV do(a) CP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do Art. 121 § 2º, IV do CP. Por fim, para que chegue ao conhecimento do Réu, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 19 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0242551-69.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Francisco Hermes Carlos - Autos de nº0242551-69.2013.8.04.0001 Acusado: Francisco Hermes Carlos DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Trata-se de pedido de reconsideração de decisão de fls. 466/467 que indeferiu pedido de revogação de prisão preventiva peticionada as fls. 462/463. Instado a manifestar-se, o Ministério Público reiterou seu Parecer pelo não deferimento do pedido. É o relatório. Passou a ser prática neste juízo o peticionamento de pedidos de reconsideração, razão pela qual, passamos a consignar em nossas decisões o seguinte parágrafo. "Importante salientar que, considerando os fundamentos acima expostos, esta Decisão não se sujeita à reconsideração deste Juízo, devendo ser impetrado o competente Habeas Corpus, em caso de inconformismo da Defesa". O magistrado que subscreve esta decisão é o Titular do 1o Tribunal do Juri Sumariante, sendo o juiz competente para decidir os pedidos até o trânsito em julgado da sentença de Pronúncia. Ainda que hajam outros magistrados lotados nesta Vara, diante da ausência de fato novo não cabe a estes reconsiderar decisão que não prolataram, por questões éticas e por ausência de competência reformadora. Isto posto, mantenho a decisão de fls. 466/467, indeferindo o pedido de revogação de prisão. Intimem-se Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: PAULO SÉRGIO LIMA DOS SANTOS (OAB 5337/AM) - Processo 0244257-53.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Gefferson Auzier da Silva - Thiago Auzier da Silva - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0244257-53.2014.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado THIAGO AUZIER DA SILVA, Brasileiro, RG 25570463, pai Germano Fernandes da Silva, mãe Tereza Auzier da Silva, Nascido 07/02/1992, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Mana, 7, Cidade Nova, Manaus - AM; GEFFERSON AUZIER DA SILVA, Brasileiro, RG 2417786-5, pai Germano Fernandes da Silva, mãe Tereza Auzier da Silva, Nascido/Nascida 30/01/1989, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Mana, 7, Cidade Nova, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime, art. 121, §2º, incisos I e IV, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR os acusados como incursos na pena do Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar dos acusados, mantenho-os em liberdade aguardando seus julgamentos pelo Tribunal do Povo.". E para que chegue ao conhecimento dos Réus, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 19 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0324056-92.2007.8.04.0001 (001.07.324056-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Marcelo Saldanha de Castro - Autos nº:0324056-92.2007.8.04.0001 Acusado: Marcelo Saldanha de Castro DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro, na íntegra, a Promoção de fl. 101. Paute-se data para a realização da Audiência de continuação. Expeçam-se todos os atos necessários, observando-se as diligências requeridas pelo Ministério Público, na Promoção de fl. 101. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM) - Processo 0368257-72.2007.8.04.0001 (001.07.368257-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Ronilson de Souza Pedrosa - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso IV (traição) do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM), ADV: JÚLIO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 6523/AM) - Processo 0612227-89.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: D.S.S. - F.D.O. - DESPACHO Recebi hoje. Cumpra-se a Decisão de fls. 402/405. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0615541-43.2017.8.04.0001 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: J.O.S. - Isto posto, em consonância com o Parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, com as cautelas do artigo 28 do Código de Processo Penal e ressalvando-se o disposto no artigo 18 do mesmo Codex e na Súmula nº 524 do STF. Intime-se o MP desta Decisão. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 19 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0622636-56.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Feminicídio - REPTANTE: Delegado da Dehs - RÉU: Roberto Gomes da Silva - Por todas as razões expostas, em consonância com o Parquet, REVOGO a Prisão Preventiva do acusado ROBERTO GOMES DA SILVA, já qualificado nos autos, com fundamento no art. 316 do Código de Processo Penal Brasileiro, determinando a imediata liberdade do requerente, se por outro motivo não estiver preso, mediante a expedição do competente Alvará de Soltura, substituindo a custódia cautelar pelas seguintes condições previstas no Art. 319 do CPP: 1- proibição de acesso ou frequência a bocas de fumo e locais relacionados ao consumo de entorpecentes e afins, para evitar o risco de novas infrações; 2- proibição de ausentar-se da Comarca sem a devida autorização deste Juízo; 3- recolhimento domiciliar no período noturno compreendido entre as 23:00 e 05:00 horas, resguardado o período laboral; 4- proibição da prática de qualquer tipo de infração penal; 5- não manter contato com as testemunhas destes fatos, resguardando a distância de 300 (trezentos) metros; e 6- USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA. Caso não haja a disponibilidade de tornozeleiras eletrônicas, determino que o suspeito seja posto em liberdade de pronto, sendo aplicado o referido equipamento assim que possível. Ademais, sob pena de cassação da presente benesse, o suspeito deverá cumprir, também, por analogia, as obrigações constantes dos Arts. 327 e 328, ambos do CPP, apresentar neste Juízo o comprovante de endereço atualizado, o quanto antes, e participar do Projeto Reeducar. Advirta-se, por oportuno, que o descumprimento das obrigações acima relacionadas acarretará a revogação da medida e, por consequência, o indiciado voltará a ser preso por força de nova decretação de Prisão Preventiva, nos moldes do Art. 312 c/c Art. 316, ambos do CPP. Expeça-se o competente Alvará de Soltura. Após expedição do Alvará e a assinatura do compromisso legal, seja posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. De outro giro, diligencie junto à Delegacia de origem, a fim de que informe a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto ao cumprimento das diligências pendentes. Após o devido cumprimento, dê-se nova vista dos autos ao MP para manifestação. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0631481-77.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Simples - INVESTIGAD: W.R.S. - J.P.F. - DECISÃO Vistos estes autos. O Delegado de Polícia Civil do Estado do Amazonas Representou pela Decretação da Prisão Preventiva dos indiciados Jandersson Praia Ferreira e Williams Rebelo da Silva, conforme fls. 1/5, juntando os documentos de fls. 6/45. O Ministério Público Estadual manifestou-se favorável à Representação, consoante fls. 48/50. Vieram-me os autos conclusos. Segue a Decisão. É cediço que para subsistência do constrito cautelar, necessária se faz a presença requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, os quais deverão ser demonstrados através de elementos reais e concretos, corroborado com apuração de um delito com pena privativa de liberdade máxima abstrata, superior a 4 (quatro) anos de reclusão, consoante artigo 313, inciso I do Código de Processo Penal. No caso em concreto, o suposto crime imputado aos indiciados atende à última exigência normativa supra-citada. Outro passo, o novel texto do artigo 282 do Código Processo Penal, alterado pela Lei 12.403/11, em seus incisos I e II, revela também a imprescindibilidade de se aplicar o binômio "necessidade e adequação" em qualquer das medidas cautelares, dentre elas a prisão preventiva. Portanto, somente para aplicação da lei penal, investigação ou instrução criminal e, nos casos previstos, para evitar a prática de infrações penais (ordem pública), à luz do que vai do art. 312 do CPP, caberão as medidas cautelares, devendo tais requisitos estarem adequados à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do agente. In casu, verifico a subsistência de tais pressupostos. Senão vejamos. Os autos demonstram a presença de justa causa, isto é, razoavelmente, pode-se considerar que o crime imputado aos indiciados ocorreu e que eles sejam possivelmente os autores dessa infração penal. Assim, presente está o fumus comissi delicti. No que diz respeito ao periculum libertatis, observo que por meio dos elementos probatórios até aqui colhidos, há a presença sólida dos indícios suficientes de autoria e de materialidade delitiva. Deste modo, compreendo existirem motivos suficientes para, nesta ocasião, decretar a medida forte, tendo em vista a periculosidade concreta da conduta dos indiciados, revelando que, em liberdade, oferecerão risco à ordem pública. Deste modo, sendo grave o crime imputado, não há de se falar em ausência dos requisitos do 312 do Código de Processo Penal. Ademais, consoante se constata nos autos, uma vez ocorrido o suposto delito, os indiciados não foram mais localizados, inviabilizando a aplicação da Lei Penal. De fato, se o indiciado evadiram-se do distrito da culpa, é porque têm a clara intenção de atrapalhar a instrução do feito e evitar o acerto de contas com a Justiça. Em caso similar, eis o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. FUGA DO RÉU DO DISTRITO DA CULPA APÓS A PRÁTICA DO DELITO. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA. RÉU PERMANECE FORAGIDO. CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. 1. Não há falar em revogação da prisão preventiva por excesso de prazo se o paciente permanece foragido. 2. A custódia cautelar encontra-se devidamente fundamentada para a garantia da aplicação da lei penal, na medida em que, com a fuga do ora Paciente do distrito da culpa, transparece nítida sua intenção de se furtar à persecução criminal do Estado. Precedentes desta Corte. 3. Ordem denegada. (HC 143.039/PA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/08/2011). HOMICÍDIOS QUALIFICADOS. PRONÚNCIA.

PRISÃO PREVENTIVA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO NÃO DECLARADA. RÉU FORAGIDO. 1. É dever do réu informar ao juízo eventual mudança de endereço. 2. No caso, a prisão preventiva foi satisfatoriamente motivada na conveniência da instrução criminal e na garantia da aplicação da lei penal. 3. A mudança de endereço, sem a prévia comunicação ao juízo, como na espécie, revela a intenção do réu de furtar-se à aplicação da lei penal e justifica o decreto de prisão preventiva. Ademais, conquanto haja alegação de ter o paciente voltado a morar na comarca de São Paulo, não se comprovou a residência fixa, tampouco o trabalho lícito, situação a indicar que a pessoa não possui vínculos sólidos com o distrito da culpa. 4. Ordem denegada. (HC 129.139/SP, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2011, DJe 23/05/2011) Nessa esteira, é o posicionamento jurisprudencial desta Corte Estadual: EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. PERICULOSIDADE DO AGENTE DEMONSTRADA PELO MODUS OPERANDI DA CONDUTA DELITIVA E PELO MOTIVO VIL DO CRIME. MAUS ANTECEDENTES. PERMANÊNCIA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO DURANTE ANOS. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. Não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na espécie, algum dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, devidamente fundamentado no decreto de prisão. 2. Tendo o acusado permanecido foragido por alguns anos, é necessário que se mantenha a sua prisão preventiva para fins de assegurar a aplicação da lei penal. 3. O agente possui periculosidade elevada, pois conforme narrado na exordial acusatória, ele causou a morte de um rapaz mediante golpes de faca, simplesmente por ser a vítima homossexual. Além disso, possui anterior condenação por crime de roubo, o que demonstra sua personalidade voltada à prática de crimes violentos. Manutenção da segregação cautelar para garantir a ordem pública. (...) 5. Ordem de Habeas Corpus denegada. (Habeas Corpus n.º 2011.005116-6, Relatora Desa. Carla Maria Santos dos Reis, Primeira Câmara Criminal, julgado 10/10/2011) * * * * De outro giro, observo a necessidade de impor cárcere preventivo contra os indiciados acima mencionados, também, com o intuito de se garantir a ordem pública, haja vista a potencial periculosidade demonstrada pelos agentes, revelada pela gravidade concreta do crime em tese praticado. Verifica-se in casu, ao menos nesta fase sumária, que a austeridade do crime e as circunstâncias do fato, consubstanciados pelo modus operandi empregado na conduta dos indiciados, justificam a decretação do constrito preventivo, com o intuito de se preservar a ordem pública contra possíveis reiterações de condutas desta natureza. Nessa esteira, ressalta-se o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça de que: "o modus operandi, os motivos, a repercussão social, dentre outras circunstâncias, em crime grave (na espécie, inclusive, hediondo), são indicativos, como garantia da ordem pública, da necessidade de segregação cautelar , dada a afronta a regras elementares de bom convívio social." (RHC 15.016/SC, 5.ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 09/02/2004.). Em consonância, eis o precedente julgado do Supremo Tribunal Federal: "DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO WRIT. DECISÃO FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. Possível constrangimento ilegal sofrido pelo paciente devido à ausência dos requisitos autorizadores para a decretação de sua prisão preventiva. 2. Os autos não foram instruídos com a cópia do decreto prisional do paciente ou da decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória, inviabilizando, dessa maneira, o confronto entre o ato atacado e os argumentos apresentados na inicial do writ. 3. Nesse sentido, "A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite o conhecimento de habeas corpus quando os autos não foram instruídos com as peças necessárias à confirmação da efetiva ocorrência do constrangimento ilegal" (HC 91.755/MG, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe 23.11.2007). Precedentes. 4. Conforme o acórdão ora impugnado, verifico que a constrição cautelar do paciente, ao que me parece, foi suficientemente fundamentada, já que, diante do conjunto probatório dos autos da ação penal, a manutenção da custódia cautelar se justifica para a garantia da ordem pública e para o asseguramento da aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. 5. A decretação da prisão cautelar, na realidade, se baseou em fatos concretos observados pelo Juiz de Direito na instrução processual, notadamente a periculosidade do paciente, não só em razão da gravidade do crime perpetrado, mas também pelo modus operandi da empreitada criminosa. 6. A circunstância de o paciente ser primário, ter bons antecedentes, trabalho e residência fixa, à evidência, não se mostra obstáculo ao decreto de prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos e condições previstas no art. 312 do CPP (HC 83.148/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 02.09.2005). 7. Habeas corpus não conhecido. " (STF, HC 98.331/SP, 2.ª Turma, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 11/12/2009.) Desta feita, necessária é a aplicação da custódia cautelar em face dos indiciados, para garantir a ordem pública e para assegurar a aplicação da Lei Penal, por estarem presentes a prova da materialidade e os indícios suficientes de autoria. Isto posto, por tudo mais que dos autos consta, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos indiciados JANDERSSON PRAIA FERREIRA e WILLIAMS REBELO DA SILVA, já qualificados nos autos, com fundamento nos Arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal, objetivando assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem pública, devendo ser recolhidos à Cadeia Pública, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Expeçam-se os competentes Mandados de Prisão Preventiva e comunique-se, com urgência, à Autoridade Policial, para o efetivo cumprimento de ambos. Por fim, esvaído o prazo para a conclusão do IP, dê-se vista dos autos ao MP para manifestação. Expeça-se o necessário. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0638186-91.2019.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: D.S.M. - DECISÃO O Delegado de Polícia Civil representou pela quebra de sigilo de dados telefônicos e pela interceptação telefônica dos terminais constantes da Representação de fls. 1/25, devendo ser fornecidos os relatórios das ERBs, chamadas efetuadas e recebidas pelos números alvos, bem como os dados cadastrais dos chips, IMEIs e linhas telefônicas que mantiveram e/ou mantém contato com os terminais alvos e demais informações requeridas pela Autoridade Policial na Representação. Narra a Autoridade Policial requerente ser a medida de extrema necessidade para investigação do suposto delito praticado. Instado a manifestar-se, o representante do Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido, nos termos requeridos, conforme Promoção de fls. 26/27. É o breve relatório. Decido. A quebra de sigilo de dados telefônicos e a interceptação telefônica deverão ser adotadas nas vezes que não houver outra maneira de desvendar a autoria da prática criminosa, conforme dispõe o Art. 4º da Lei 9.296/1996. Ora, considerando a gravidade do crime em tese praticado e a ausência de outra diligência que possa esclarecer o suposto delito, urge a necessidade da medida, objetivando a elucidação do fato delituoso. O prazo requerido, isto é, 15 (quinze) dias é razoável. Portanto, a medida requerida apresenta-se como único recurso ao bom êxito do trabalho da investigação. Segue Jurisprudência nesse sentido: TJ-DF - 07089246020188070000 Segredo de Justiça 0708924-60.2018.8.07.0000 (TJ-DF) JurisprudênciaData de publicação: 24/07/2018 Ementa: QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELOS DELEGADOS DA DIVISÃO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO DA CECOR/PCDF. MEDIDA QUE VISA POSSIBILITAR O ADEQUADO ESCLARECIMENTO DA ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE CONFERIAM BENESES A DETERMINADO INTERNO DO CDP. IMPRESCINDIBILIDADE DA MEDIDA. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. 1. Nos moldes do artigo 2º , da Lei n.º 9.296 /1996, a interceptação telefônica será cabível quando existirem indícios razoáveis da autoria ou participação em crime punido com reclusão e quando a prova não puder ser de

outra forma produzida. 2. No caso, as provas até então colhidas indicam um estreito envolvimento entre o representado e o principal investigado, fato extremamente relevante, uma vez que este, ao que tudo indica, tem recebido apoio econômico para sua possível candidatura a cargo eletivo, em troca de vantagens ilegais aos internos recolhidos no Bloco V, do presídio. 3. A particularidade dos crimes apurados, em que há dificuldade em se obter provas com os métodos tradicionais de investigação, evidencia a indispensabilidade da medida buscada, sobretudo considerando que o meio mais utilizado pelos investigados para arquitetar sua atuação possivelmente é o contato telefônico. 4. Aferindo-se, portanto, que a autoridade policial conseguiu reunir elementos que indicam a plausibilidade do pedido, restam evidentes indícios do possível envolvimento do representado no esquema criminoso, de maneira que cabível a interceptação telefônica pleiteada. 5. Reclamação julgada procedente. Pelo exposto, em consonância com o Parecer Ministerial, DEFIRO O PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS TELEFÔNICOS E DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, pelo prazo de 15 (quinze) dias, nos exatos termos da Representação e do Parecer Ministerial. Determino, ainda, que as operadoras de telefonia celular devem fornecer relatórios das ligações originadas e recebidas, além do fornecimento de ERB's (localização geográfica), short mensagens e dos dados cadastrais dos chip's, IMEI(s) e/ou linhas dos terminais alvos e dos terminais telefônicos que com os terminais alvos mantiveram contatos ou que forem citados nas conversações e demais informações requeridas pela Autoridade Policial na Representação. Expeçam-se os competentes Mandados de quebra de sigilo de dados telefônicos e de interceptação telefônica, devendo ser encaminhados diretamente à Autoridade Policial representante. Após a conclusão das investigações e a juntada do relatório pela Autoridade Policial, dê-se nova vista dos autos ao MP. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0639804-71.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: A Esclarecer - Isto posto, em consonância com o Parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, cuja autoria é desconhecida, mediante baixa na distribuição, com as cautelas do artigo 28 do Código de Processo Penal e ressalvando-se o disposto no artigo 18 do mesmo Codex e na Súmula nº 524 do STF. Intime-se o MP desta Decisão. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 19 de agosto de 2019 George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0639815-03.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: K.W.C.S. - M.M.A. - J.C.N.S.J. - E.S.P. - DECISÃO Vistos estes autos. O Delegado de Polícia Civil do Estado do Amazonas Representou pela Decretação da Prisão Preventiva dos indiciados acima mencionados, conforme fls. 1/48. O Ministério Público Estadual manifestou-se favorável à Representação, consoante fls. 49/52. Vieram-me os autos conclusos. Segue a Decisão. É cediço que para subsistência do constrito cautelar, necessária se faz a presença requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, os quais deverão ser demonstrados através de elementos reais e concretos, corroborado com apuração de um delito com pena privativa de liberdade máxima abstrata, superior a 4 (quatro) anos de reclusão, consoante artigo 313, inciso I do Código de Processo Penal. No caso em concreto, o suposto crime imputado aos indiciados atende à última exigência normativa supra-citada. Outro passo, o novel texto do artigo 282 do Código Processo Penal, alterado pela Lei 12.403/11, em seus incisos I e II, revela também a imprescindibilidade de se aplicar o binômio "necessidade e adequação" em qualquer das medidas cautelares, dentre elas a prisão preventiva. Portanto, somente para aplicação da lei penal, investigação ou instrução criminal e, nos casos previstos, para evitar a prática de infrações penais (ordem pública), à luz do que vai do art. 312 do CPP, caberão as medidas cautelares, devendo tais requisitos estarem adequados à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do agente. In casu, verifico a subsistência de tais pressupostos. Senão vejamos. Os autos demonstram a presença de justa causa, isto é, razoavelmente, pode-se considerar que o crime imputado aos indiciados ocorreu e que eles sejam possivelmente os autores dessa infração penal. Assim, presente está o fumus comissi delicti. No que diz respeito ao periculum libertatis, observo que por meio dos elementos probatórios até aqui colhidos, há a presença sólida dos indícios suficientes de autoria e de materialidade delitiva. Deste modo, compreendo existirem motivos suficientes para, nesta ocasião, decretar a medida forte, tendo em vista a periculosidade concreta da conduta dos indiciados, revelando que, em liberdade, oferecerão risco à ordem pública. Deste modo, sendo grave o crime imputado, não há de se falar em ausência dos requisitos do 312 do Código de Processo Penal. Ademais, consoante se constata nos autos, uma vez ocorrido o suposto delito, os indiciados evadiram-se para local incerto e não sabido, inviabilizando a aplicação da Lei Penal. De fato, se os indiciados evadiram-se do distrito da culpa, é porque têm a clara intenção de atrapalhar a instrução do feito e evitar o acerto de contas com a Justiça. Em caso similar, eis o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. FUGA DO RÉU DO DISTRITO DA CULPA APÓS A PRÁTICA DO DELITO. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA. RÉU PERMANECE FORAGIDO. CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. 1. Não há falar em revogação da prisão preventiva por excesso de prazo se o paciente permanece foragido. 2. A custódia cautelar encontra-se devidamente fundamentada para a garantia da aplicação da lei penal, na medida em que, com a fuga do ora Paciente do distrito da culpa, transparece nítida sua intenção de se furtar à persecução criminal do Estado. Precedentes desta Corte. 3. Ordem denegada. (HC 143.039/PA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/08/2011). HOMICÍDIOS QUALIFICADOS. PRONÚNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO NÃO DECLARADA. RÉU FORAGIDO. 1. É dever do réu informar ao juízo eventual mudança de endereço. 2. No caso, a prisão preventiva foi satisfatoriamente motivada na conveniência da instrução criminal e na garantia da aplicação da lei penal. 3. A mudança de endereço, sem a prévia comunicação ao juízo, como na espécie, revela a intenção do réu de furtar-se à aplicação da lei penal e justifica o decreto de prisão preventiva. Ademais, conquanto haja alegação de ter o paciente voltado a morar na comarca de São Paulo, não se comprovou a residência fixa, tampouco o trabalho lícito, situação a indicar que a pessoa não possui vínculos sólidos com o distrito da culpa. 4. Ordem denegada. (HC 129.139/SP, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2011, DJe 23/05/2011). Nessa esteira, é o posicionamento jurisprudencial desta Corte Estadual: EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. PERICULOSIDADE DO AGENTE DEMONSTRADA PELO MODUS OPERANDI DA CONDUTA DELITIVA E PELO MOTIVO VIL DO CRIME. MAUS ANTECEDENTES. PERMANÊNCIA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO DURANTE ANOS. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. Não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na espécie, algum dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, devidamente fundamentado no decreto de prisão. 2. Tendo o acusado permanecido foragido por alguns anos, é necessário que se mantenha a sua prisão preventiva para fins de assegurar a aplicação da lei penal. 3. O agente possui periculosidade elevada, pois conforme narrado na exordial acusatória, ele causou a morte de um rapaz mediante golpes de faca, simplesmente por ser a vítima homossexual. Além disso, possui anterior condenação por crime de roubo, o que demonstra sua personalidade voltada à prática de crimes violentos. Manutenção da segregação cautelar para garantir a ordem pública. (...) 5. Ordem de Habeas Corpus denegada. (Habeas Corpus n.º 2011.005116-6, Relatora Desa. Carla Maria Santos dos Reis,

Primeira Câmara Criminal, julgado 10/10/2011). De outro giro, observo a necessidade de impor cárcere preventivo contra os indiciados acima mencionados, também, com o intuito de se garantir a ordem pública, haja vista a potencial periculosidade demonstrada pelos agentes, revelada pela gravidade concreta do crime em tese praticado. Verifica-se in casu, ao menos nesta fase sumária, que a austeridade do crime e as circunstâncias do fato, consubstanciados pelo modus operandi empregado na conduta dos indiciados, justificam a decretação do constrito preventivo, com o intuito de se preservar a ordem pública contra possíveis reiterações de condutas desta natureza. Nessa esteira, ressalta-se o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça de que: "o modus operandi, os motivos, a repercussão social, dentre outras circunstâncias, em crime grave (na espécie, inclusive, hediondo), são indicativos, como garantia da ordem pública, da necessidade de segregação cautelar , dada a afronta a regras elementares de bom convívio social." (RHC 15.016/SC, 5.ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 09/02/2004.). Em consonância, eis o precedente julgado do Supremo Tribunal Federal: "DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO WRIT. DECISÃO FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. Possível constrangimento ilegal sofrido pelo paciente devido à ausência dos requisitos autorizadores para a decretação de sua prisão preventiva. 2. Os autos não foram instruídos com a cópia do decreto prisional do paciente ou da decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória, inviabilizando, dessa maneira, o confronto entre o ato atacado e os argumentos apresentados na inicial do writ. 3. Nesse sentido, "A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite o conhecimento de habeas corpus quando os autos não foram instruídos com as peças necessárias à confirmação da efetiva ocorrência do constrangimento ilegal" (HC 91.755/MG, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe 23.11.2007). Precedentes. 4. Conforme o acórdão ora impugnado, verifico que a constrição cautelar do paciente, ao que me parece, foi suficientemente fundamentada, já que, diante do conjunto probatório dos autos da ação penal, a manutenção da custódia cautelar se justifica para a garantia da ordem pública e para o asseguramento da aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. 5. A decretação da prisão cautelar, na realidade, se baseou em fatos concretos observados pelo Juiz de Direito na instrução processual, notadamente a periculosidade do paciente, não só em razão da gravidade do crime perpetrado, mas também pelo modus operandi da empreitada criminosa. 6. A circunstância de o paciente ser primário, ter bons antecedentes, trabalho e residência fixa, à evidência, não se mostra obstáculo ao decreto de prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos e condições previstas no art. 312 do CPP (HC 83.148/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 02.09.2005). 7. Habeas corpus não conhecido. " (STF, HC 98.331/SP, 2.ª Turma, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 11/12/2009.) Desta feita, necessária é a aplicação da custódia cautelar em face dos indiciados, para garantir a ordem pública, para assegurar a aplicação da Lei Penal e por conveniência da Instrução Criminal, por estarem presentes a prova da materialidade e os indícios suficientes de autoria. Isto posto, por tudo mais que dos autos consta, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos indiciados MÁRCIO MAGALHÃES ARTRICLINO, JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO SOEIRO JÚNIOR, EWERRTON SIQUEIRA PIMENTEL e KAIO WUELLINGTON CARDOSO DOS SANTOS, já qualificados nos autos, com fundamento nos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal, objetivando assegurar a aplicação da lei penal, garantir a ordem pública e por conveniência da Instrução Criminal, devendo ser recolhidos à Cadeia Pública, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Expeçam-se os competentes Mandados de Prisão Preventiva e comunique-se, com urgência, à Autoridade Policial, para o efetivo cumprimento. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados de todos os indiciados. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0642355-29.2016.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - RÉU: Durval Rabelo de Souza Neto - Madsson Leno Rabelo Pinheiro - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante da desistência da oitiva da testemunha pelo Ministério Público, dê-se vista para alegações finais em relação ao acusado Durval Rabelo De Souza Neto e para que se manifeste em relação ao acusado Madsson Lena Rabelo Pinheiro. Após vista a Defesa para a apresentação de alegações. Demais diligências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0643609-03.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: D.C.S. - Autos de nº0643609-03.2017.8.04.0001 Acusado: Douglas Conceição de Souza DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de Douglas Conceição de Souza, dando-o por incurso nas sanções do Art. 121, §2º, incisos I e IV, porque, conforme consta da Exordial de fls.172-177. O Ministério Público diz e provará que, no dia 04 de DEZEMBRO de 2017, por volta das 15h50, na rua João Só, antiga rua Fábio Lucena, Tancredo Neves, nesta capital, o acusado DOUGLAS CONCEIÇÃO DE SOUZA, vulgo "CHICO RATO", chegou ao local dos fatos em veículo automotor e junto com pelo menos mais um atirador, que também chegou no mesmo veículo, efetuou vários disparos de arma de fogo contra as vítimas ISAÍAS DOS SANTOS RABELO e HILMES SOUZA RABELO FILHO, com intenção de matar, produzindo lesões que foram a causa eficiente das mortes de ambos. Ademais, no mesmo ato, por erro na execução de alguns disparos dirigidos às vítimas referidas, foram também alvejadas as vítimas EDSON SANTOS SOUZA e ALAN MORAES BONFIM, causando-lhes médico que vieram a receber e da eventualidade de não acerto em região mais letal. O Ministério Público diz e provará, ainda, que o motivo da conduta foi uma cobrança de dívida de drogas, tendo em vista que as vítimas ISAÍAS DOS SANTOS RABELO e HILMES SOUZA RABELO FILHO, irmãos, eram usuários de drogas e acabavam, por vezes, devendo os traficantes da região. Tais dívidas eram pagas pelos familiares das vítimas referidas, como forma de evitar a morte dos ofendidos. Contudo, na ocasião, ambos foram executados em razão de dívida de drogas contraída por ISAÍAS. Soma-se a este móvel, o fato de a vítima ISAÍAS DOS SANTOS RABELO ter dado esconderijo para um usuário de drogas que também devia dinheiro para o tráfico, dívida esta especificamente com o traficante e acusado DOUGLAS CONCEIÇÃO DE SOUZA, vulgo "CHICO RATO", oportunidade em que este chegou a invadir a casa de ISAÍAS para "cobrar" seu devedor. Contudo, ISAÍAS investiu contra DOUGLAS, vulgo "CHICO RATO", fazendo uso de um terçado, para repelir a injusta invasão ao local, bem como em defesa própria e de terceiro que ali se refugiava. Tal evento ocorreu cerca de um ano antes do duplo homicídio e da dupla tentativa ora sob exame, protagonizada por DOUGLAS, vulgo "CHICO RATO". Desde aquela oportunidade, contudo, DOUGLAS, vulgo "CHICO RATO", prometia vingança contra a vítima ISAÍAS. A Denúncia foi recebida em 09/10/2018, fls. 190-193. Devidamente Citado, o réu apresentou a Resposta Escrita, fls.196. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 244-246. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls.267-273. A Defesa do réu apresentou as Alegações Finais, requerendo a Impronúncia, fls.262. Por Decisão proferida em 12/04/2019, o réu foi Pronunciado, nos moldes da Denúncia, fls.279-283. Não houve recurso da Decisão. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls.310) apresentou o rol de testemunhas a depor em Plenário. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019 . George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Presidente

ADV: JAQUELINE OLIVEIRA DE PAULA (OAB 9269/AM) - Processo 0647195-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: F.F.M. - L.F.M. - DESPACHO Recebi hoje. Analisando os presentes autos, este Juízo se acautela a apreciar a Petição de fls. 145/148 após

a apresentação da Resposta Escrita dos denunciados. Intime-se a Defesa para que o faça no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do Art. 406 do CPP. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0649239-06.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Joedson Maia Nobrega e outros - INDICIADO: Paulo Henrique Porfíro de Souza e outros - O MMº Juiz De direito, no que segue delibera: Dada a palavra ao MP e a Defesa, ambas as partes insistiram na oitiva das testemunhas ausentes. A secretaria para que expeça oficio a Delegacia, faça busca nos sistemas para atualização do endereço das testemunhas e após intimem-se as partes para audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 17/10/2019 às 9h. A Secretaria para demais diligências.Cumpra-se.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jaqueline Oliveira de Paula (OAB 9269/AM)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Júlio de Oliveira Macedo (OAB 6523/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Paulo Sérgio Lima dos Santos (OAB 5337/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0352/2019

ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM), ADV: ANTÔNIO EDERVAL DE LIMA (OAB 001.780/AM), ADV: DAIANA FERREIRA DE SOUSA (OAB 8527/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: LAUDICEIA DE OLIVEIRA CORREA (OAB 8081/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM), ADV: MÁRCIO ANDRÉ LOPES CAVALCANTE (OAB 4768/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: RÚBIA AUCAR DA MATA HALLAK (OAB 1564/AM) - Processo 0025493-81.2006.8.04.0001 (001.06.025493-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - RÉ PRESA: Johnny Ribeiro de Oliveira - ''FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESOGNADA para o dia 21/08/2019 às 11:15h''

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM), ADV: DAIANA FERREIRA DE SOUSA (OAB 8527/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM), ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: LAUDICEIA DE OLIVEIRA CORREA (OAB 8081/AM), ADV: RÚBIA AUCAR DA MATA HALLAK (OAB 1564/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0025493-81.2006.8.04.0001 (001.06.025493-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - RÉ: Keify Feitosa Mota e outros - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia : 21.08.2019, às 11h15min.

ADV: VICTOR PORTO ALMEIDA (OAB 9266/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM) - Processo 0222242-90.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Renato Fabiano dos Santos Benigno - ''FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o patrono do acusado, para que compareça à Audiência de Instrução e Julgamento na 1ª Vara do Tribunal do Júri, pautada para o dia 26/08/2019 às 09h''

ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM), ADV: ADALBERTO SILVA DOS SANTOS (OAB 8370/AM) - Processo 0660058-02.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.R.S.L.J. - Apresentar Alegações Finais através de Memeoriais no Prazo de 05 (cinco) dias.

Adalberto Silva dos Santos (OAB 8370/AM)
Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB 2208/AM)
Antônio Ederval de Lima (OAB 001.780/AM)
Daiana Ferreira de Sousa (OAB 8527/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Laudiceia de Oliveira Correa (OAB 8081/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Márcio André Lopes Cavalcante (OAB 4768/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
RÚBIA AUCAR DA MATA HALLAK (OAB 1564/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Victor Porto Almeida (OAB 9266/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0357/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0000375-45.2002.8.04.0001 (001.02.000375-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Dheime Lopes de Moraes - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Dheime Lopes de Moraes, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, § 2º, art. 109, I, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0210626-55.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Eduardo Feitosa de Souza - Autos nº:0210626-55.2013.8.04.0001 Acusado: Eduardo Feitosa de Souza DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro, na íntegra, a Promoção de fls. 163/164. Paute-se data para a realização da Audiência de continuação. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0210922-48.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Ruan Uchoa Bandeira - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do

Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) c/c Art. 14, II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM), ADV: FRANCISCO FELIPE LEAL PEREIRA (OAB 9923/AM) - Processo 0212791-70.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: L.L.P.R. - J.S.M. - Autos nº:0212791-70.2016.8.04.0001 Acusado: Jefferson dos Santos Martins e Leonardo Luiz Pinheiro da Rocha DECISÃO Vistos etc. Analisando os autos, constata-se que não foi possível a localização do denunciado Jefferson dos Santos Martins para a realização de sua Citação Pessoal, conforme Certidão do Oficial de Justiça de fl. 263. Por esse motivo, este Juízo determinou a Citação Editalícia, contudo o acima mencionado denunciado não compareceu a Juízo nem constituiu Advogado particular. Desta feita, considerando todo o exposto e tendo em vista que o denunciado evadiu-se do distrito da culpa, estando em local incerto e não sabido, demonstrando clara intenção de não se ver alcançado pela Justiça, DETERMINO a manutenção do Decreto Preventivo, fls. 194/196, e a suspensão do curso processual e do prazo prescricional, nos moldes do Art. 366 do CPP. Renove-se o Mandado de Prisão sempre que necessário. Ademais, considerando o teor da Certidão do Oficial de Justiça de fl. 263, determino que a Secretaria da Vara expeça Carta Precatória de Prisão e Citação do denunciado Jefferson dos Santos Martins, a ser cumprida pelo Juízo Deprecado, no prazo de 30 (trinta) dias. De outro giro, quanto ao codenunciado Leonardo Luiz Pinheiro da Rocha, considerando que o Ministério Público já apresentou os Memoriais Escritos, fls. 249/250, determino que a Defesa seja intimada, a fim de que apresente, também, a referida Peça Processual, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão temporal. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Assim sendo, acautelo-me a decidir quanto à Petição de fls. 269/276 após o cumprimento desta Decisão pela Defesa do acusado. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0213920-57.2009.8.04.0001 (001.09.213920-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Fabiano Oliveira Batalha - Vítor de Oliveira Frota - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera:DECLARO ENCERRADA A INSTRUÇÃO, razão pela qual, ABRO PRAZO AO MINISTÉRIO PUBLICO, para que apresente suas ALEGAÇÕES FINAIS, por memoriais escritos. Após, INTIME-SE A DEFESA.Demais diligências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: FABRÍCIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM) - Processo 0230344-33.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Moisés Bitencourt Vidal - Wellington Torres Pereira - Aldenis Lima da Costa - Ronaldo da Cruz Maia - Antônio Silvio Montenegro de Lima - Autos nº:0230344-33.2016.8.04.0001 Acusados: Wellington Torres Pereira, Aldenis Lima da Costa, Antônio Silvio Montenegro de Lima e Moisés Bitencourt Vidal DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando a Decisão de fls. 766/769, REVOGO as Medidas Cautelares diversas da Prisão impostas aos impronunciados quando da soltura às fls. 656/657 e 709/710. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0243607-74.2012.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a vida - INDICIADO: A Esclarecer - INVESTIGAD: Deiziane Lopes Ribeiro - Isto posto, em consonância com o Parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, cuja autoria é desconhecida, mediante baixa na distribuição, com as cautelas do artigo 28 do Código de Processo Penal e ressalvando-se o disposto no artigo 18 do mesmo Codex e na Súmula nº 524 do STF. Intime-se o MP desta Decisão. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 20 de agosto de 2019 George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0245061-31.2008.8.04.0001 (001.08.245061-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Márcio Antonio Moçambite dos Santos - Ante o exposto, por tudo mais que dos autos consta e em consonância com as partes, com fundamento no Art. 419 do Código de Processo Penal, convencido de que o réu deve ser julgado por crime diverso do capitulado na Denúncia, DESCLASSIFICO o crime previsto na inicial para o delito previsto no Art. 129, “Caput”, do Código Penal. De outro giro, considerando a presente Decisão, vislumbra-se que o máximo da pena em abstrato previsto para o delito de Lesão Corporal Leve é de 01 (um) ano de detenção (Art. 129, “Caput”, do Código Penal). Ato contínuo, o Art. 109, inciso V, do Código Penal, aduz que a prescrição da pretensão punitiva do Estado em crimes cuja pena é igual a 1 (um) ano ocorre com o decurso de 04 (quatro) anos. Desta feita, considerando que entre a data do recebimento da Denúncia até a presente data houve o decurso de mais de 04 (quatro) anos, sem que houvesse causa de interrupção ou suspensão do prazo prescricional, devo reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado, considerando ser matéria de ordem pública. Segue Decisão do STJ nesse sentido: EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.658.395 - SP (2017/0049922-0) RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK EMBARGANTE : JOSIAS LOPES DA SILVA ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO DECISÃO Trata-se de embargos de declaração no recurso especial opostos em desfavor de decisão de fls. 236/238 proferida por este relator que negou provimento ao recurso especial por entender incabível a alegação de prescrição. Na petição de embargos de declaração, a parte embargante afirma que o documento de fl. 107 não possui natureza de decisão de recebimento da denúncia. Sustenta a ocorrência da prescrição. Parecer ministerial às fls. 254 pugnando pela improcedência dos embargos de declaração. Ausente contraminuta. É o relatório. Decido. Os aclaratórios merecem acolhida. A prescrição “é a perda do direito poder-dever de punir do Estado em face do não exercício da pretensão punitiva (interesse em aplicar a pena) ou da pretensão executória (interesse de executá-la durante certo tempo) (CAPEZ, Fernando. Código Penal Comentado. Ed. Saraiva, 5ª edição, fl.226).”Por ser matéria de ordem pública, pode ser declarada de ofício, em qualquer fase do processo (art. 61 do Código de Processo Penal). Isto é, o reconhecimento da questão cabe ao Juízo ou tribunal no qual se encontra tramitando o feito. No caso concreto, o delito tipificado pelo art. 331, do Código Penal, no qual foi supostamente incurso o embargante, foi praticado na data de 11/7/10, conforme consta em denúncia de fls. 2/3. Em fl. 107, ao deferir a cota ministerial, o juiz recebeu a denúncia, no entanto, determinou o envio dos autos ao juízo competente que, em fl. 112, rejeitou liminarmente a denúncia oferecida contra o réu, na data de 24/3/14, decidindo pelo arquivamento do feito. Nesses termos, afastou-se a interrupção do prazo prescricional, por se tornar assim, o juízo que recebeu primeiramente a denúncia, incompetente para o julgamento do feito. É o posicionamento do Supremo

Tribunal Federal: COMPETÊNCIA - CRIME DO ARTIGO 40 DA LEI Nº 9.504/97 - REELEIÇÃO DE GOVERNADOR. Se o caso versa sobre prática enquadrável, segundo o Ministério Público, no artigo 40 da Lei nº 9.504/97, tem-se a incompetência do Superior Tribunal de Justiça, pouco importando que o candidato à reeleição detenha a qualificação de governador. COMPETÊNCIA - DENÚNCIA - INSUBSISTÊNCIA - PRESCRIÇÃO. Uma vez assentada a incompetência do órgão julgador, fica afastado do mundo jurídico o ato decisório de recebimento da denúncia, descabendo assentar a eficácia interruptiva. PRESCRIÇÃO - CRIME ELEITORAL - ARTIGO 40 DA LEI Nº 9.504/97. Como o texto legal prevê, como pena máxima, a detenção de um ano, a prescrição da pretensão punitiva ocorre passados quatro anos - artigo 109, inciso V, do Código Penal, aplicável subsidiariamente aos crimes eleitorais por força do disposto no artigo 287 do Código Eleitoral. (HC 84152, Relator (a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJ 25-06-2004 PP-00029 - grifos nossos) Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça também já se posicionou: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA POR JUÍZO INCOMPETENTE. ATO NULO. NÃO INTERRUPÇÃO DO CURSO DA PRESCRIÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. O recebimento da denúncia, quando emanado de autoridade incompetente, é ato absolutamente nulo, não produzindo efeito como marco interruptivo da prescrição. 2. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1.492.580/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 10/3/2016) HABEAS CORPUS. PENAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA MAJORADA EM RAZÃO DE OFÍCIO, EMPREGO OU PROFISSÃO. VERBA FEDERAL COM PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE O TCU. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. NULIDADE DE TODOS OS ATOS DECISÓRIOS REALIZADOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA QUE NÃO VALE PARA INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PENA MÁXIMA EM ABSTRATO: 5 ANOS E 4 MESES DE RECLUSÃO. PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NO ART. 109, III DO CPB: 12 ANOS. PACIENTE DEPUTADO DISTRITAL. FATO OCORRIDO EM 25.10.90. PEDIDO DE LICENÇA À CÂMARA LEGISLATIVA DATADO DE 15.05.95. PRAZO PRESCRICIONAL SUSPENSO ATÉ O ADVENTO DA EC 35/2001. SOMATÓRIO DO PRAZO PRESCRICIONAL: 12 ANOS, 2 MESES E 18 DIAS. PARECER DO MPF PELA CONCESSÃO DA ORDEM. ORDEM CONCEDIDA PARA DECLARAR A INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, ANULANDO-SE TODOS OS ATOS DECISÓRIOS ALI PRATICADOS E PARA RECONHECER A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO. (...) 2. O recebimento da denúncia por Juízo incompetente não serve como causa interruptiva da prescrição. Precedentes STJ. (...) (HC 123.859/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 19/08/2009, DJe 28/09/2009 - grifos nosso) Dando prosseguimento ao feito, o Tribunal de origem, em decisão publicada apenas em 11/11/15, deu provimento ao recurso ministerial para afastar a declaração de extinção da punibilidade do embargante determinada pelo juízo competente e determinar o regular andamento do feito. Assim, por ser de 2 (dois) anos a máxima pena abstrata cominada ao delito previsto no art. 331, do Código Penal, com fulcro no art. 109, inciso V, do Código Penal, verifica-se que a prescrição se dá em 4 (quatro) anos. Tendo sido o lapso temporal entre o cometimento do crime e o recebimento da denúncia superior a 4 (quatro) anos, tem-se a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal. Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal e declarar extinta a punibilidade do ora embargante, nos termos do art. 107, inciso IV, do Código Penal. Publique-se. Intimem-se. Brasília, 11 de maio de 2017. MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK Relator. (STJ - EDcl no REsp: 1658395 SP 2017/0049922-0, Relator: Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Data de Publicação: DJ 17/05/2017). Assim sendo, considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, devendo o Juiz, ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, em qualquer fase processual, na forma disposta no artigo 61 do Código de Processo Penal, em consonância com as partes, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado MÁRCIO ANTÔNIO MOÇAMBITE DOS SANTOS, já qualificado nos autos, pela Prescrição da Pretensão Punitiva do Estado, com fulcro no Art. 107, inciso IV (primeira figura), c/c Art. 109, inciso V, ambos do Código Penal. Intimem-se as partes e o acusado desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se ao Arquivamento deste autos, observadas as cautelas de praxe. Providências legais via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0315656-89.2007.8.04.0001 (001.07.315656-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉ: Silene Souza Costa - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, em consonância com o Parquet, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE da acusada SILENE SOUZA COSTA, já qualificada nos autos, pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos do Art. 107, inciso IV, primeira figura, c/c Art. 109, V, ambos do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência às partes desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0350846-16.2007.8.04.0001 (001.07.350846-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Leilson Souza dos Santos - Cleuter Oliveira Gama e outro - Fora apregoados os nomes das testemunhas e do acusado, desta feita, a presente audiência não pôde ser realizada em virtude do não comparecimento acusado, pois conforme fls.118 o acusado mudou o endereço e não informou ao Juízo. Envio os autos com Vista ao Ministério Público para se manifestar sobre a ausência do réu. Demais diligências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM), ADV: MAHIRA ALMEIDA DE SÁ - Processo 0358471-04.2007.8.04.0001 (001.07.358471-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - INDICIADO: Márcio Dias Dácio - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso III e IV do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0500143-48.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a vida - VÍTIMAFATO: Isael Ferreira de Souza - Autos nº:0500143-48.2017.8.04.0001 Acusado: Nome da Parte Passiva Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro a Promoção de fl. 62. Encaminhe expediente à Delegacia de origem, a fim de seja remetido a este Juízo o respectivo IP, no prazo de 05 (cinco) dias. Após a juntada, dê-se nova vista dos autos ao MP para manifestação. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0605831-28.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: A Esclarecer -

Isto posto, em consonância com o Parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, cuja autoria é desconhecida, mediante baixa na distribuição, com as cautelas do artigo 28 do Código de Processo Penal e ressalvando-se o disposto no artigo 18 do mesmo Codex e na Súmula nº 524 do STF. Intime-se o MP desta Decisão. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 20 de agosto de 2019 George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0609501-45.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Gabriel Martins dos Santos - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 17/10/2019 às 10:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0625936-26.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: Marcos Costa Libertino - Weberson Holanda da Costa - Autos nº:0625936-26.2019.8.04.0001 Acusado: Weberson Holanda da Costa e Marcos Costa Libertino DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. DEFIRO a Promoção de fl. 41. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: NORMA BARBOZA ARAÚJO (OAB 2845/AM) - Processo 0628508-86.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - RÉ: Maria Simone Ferreira de Souza - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Determino à secretaria a expedição da citação da acusada e após paute-se audiência de Instrução e Julgamento. Observando as intimações das testemunhas arroladas pelas partes.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0659351-34.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: Herick Blolin Santos de Paula - Autos nº:0659351-34.2018.8.04.0001 Acusado: Herick Blolin Santos de Paula DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro a Promoção de fl. 30. Remetam-se os presentes autos ao Juízo Prevento. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Fabrício Burgin da Cunha (OAB 9845/AM)
Francisco Felipe Leal Pereira (OAB 9923/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Mahira Almeida de Sá
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Norma Barboza Araújo (OAB 2845/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0205/2019

ADV: LAUREANO CEZAR ELIAS MULLER (OAB 1633/AM) - Processo 0007495-31.2010.8.04.0011 (011.10.007495-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - RÉU: João Jorge Rufino da Silva - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0007495-31.2010.8.04.0011, que a Justiça Pública move contra João Jorge Rufino da Silva, por infração Art. 121 § 2º, I, IV, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP , o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Thiago Andrade de Melo Laureano Cezar Elias Muller, OAB 7214/AM e 1633/AM, A FIM DE APRESENTAREM SUAS RAZÕES RECURSAIS no PRAZO LEGAL DE DE 02 (DOIS) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM) - Processo 0037698-50.2003.8.04.0001 (001.03.037698-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTOR: A Justica Publica - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - ACUSADO: Antônio Pereira dos Santos, vulgo 'Boca Branca' - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ADVOGADA HABILITADA NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0037698-50.2003.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Antônio Pereira dos Santos, vulgo 'Boca Branca', por infração Art. 121, Caput, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dra. Marina das Graças Paula de Araújo, OAB 3906/AM, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita "Isto posto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS, pela prescrição da pretensão punitiva, relativamente ao fato que deu origem a este processo, nos termos do art. 107, III, primeira figura, c/c art. 109, IV, todos do Código Penal Brasileiro. Dê ciência às partes, na forma da lei. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se.Registre-se. Intime-se. Manaus, 12 de novembro de 2018". E para que, no futuro, a mesma não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM) - Processo 0206602-76.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADA: Marcilene Souza da Silva - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0206602-76.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcilene Souza da Silva, por infração Art.

121 § 2º, I, IV c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Jander da Silva Nascimento, OAB 10377/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiária o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM) - Processo 0208053-15.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Lucas Uchoa Machado e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0208053-15.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Lucas Uchoa Machado, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dr. Christiane de Souza Gonçalves, OAB 4223/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: MAGDA REBELO PONTES (OAB 14355/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0216083-63.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: João Thiago Oliveira Castilho e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0216083-63.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Diego Oliveira Castilho, por infração Art. 121 § 2º, II c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Juvenal Severino Botelho, Magda Rebelo Pontes, OAB 1240/AM e 14.355/AM a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB 27975/BA), ADV: MICHELLEN DE LIMA AVES (OAB 10367/AM), ADV: AGHATTA RAYANDRA CAVALCANTE BARBOSA (OAB 10101/AM), ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: NEWTON GALILEU DE OLIVEIRA REIS (OAB 8420/AM), ADV: MAURÍCIO FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 7783/AM) - Processo 0236811-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Emanuel Bezerra da Fonseca - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0236811-96.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Emanuel Bezerra da Fonseca, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II e Art. 121 § 2º, I todos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Orlando Botelho Bentes, OAB 8863/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM) - Processo 0240445-13.2008.8.04.0001 (001.08.240445-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Marcos Fadu Borges Lima - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0240445-13.2008.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcos Fadu Borges Lima, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Joziel Barros de Souza, OAB 11383/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0245076-53.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Antonio Serginelson

Alves Pereira - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0245076-53.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Antonio Serginelson Alves Pereira, por infração Art. 121 "caput" do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Elzu Sousa Alves, OAB 9641/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0263373-45.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Wellington Charles de Souza Farias e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0263373-45.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jonne Jaclkson de Souza Farias e Wellington Charles de Souza Farias, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP e Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Edenilson Hosoda Monteiro da Silva, OAB 9932/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0612723-21.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: J.M.A. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0612723-21.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra

ADV: FABIANA RIBEIRO FLORÊNCIO MOTA (OAB 3447/AM), ADV: NAIRA REGINA RIBEIRO LIMA (OAB 9404/AM), ADV: JANAÍNA SILVA DE FIGUEIREDO (OAB 14316/AM), ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0617664-43.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: S.C.S. e outro - DENUNCIADO: E.S.C. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0617664-43.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ewerton dos Santos Cunha e Siloe Castro de Souza, por infração Art. 121 "caput" § 2º, I, II, IV do(a) CP e Art. 121 "caput" § 2º, II, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Helena de Oliveira GalvãoNaira Regina Ribeiro LimaAndrews Nascimento de Abreu, OAB 14316/AM, 3447/AM, 4899/AM, 2753/AM e 9404/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 23/09/2019 às 11:00h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Allan Gabriel G. Fonseca, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM), ADV: ARTEMIZA SOUZA E SOUZA (OAB 12465/AM) - Processo 0639635-89.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: CESAR BRASIL DOS SANTOS - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0639635-89.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra CESAR BRASIL DOS SANTOS, por infração Art. 121 § 2º, I, IV c/c Art. 14, II ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Artemiza Souza e Souza e o Dr. Antônio do Nascimento Cordeiro Filho, OAB 9051/AM e 12225/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 24/09/2019 às 09:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Lucas Victor Gonçalves Assunção, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: KAYSON DE ARAUJO MORAES (OAB 12912/AM), ADV: FRANCISCO FELIPE LEAL PEREIRA (OAB 9923/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM) - Processo 0640322-32.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Eduardo de Alencar Osório - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga

Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0640322-32.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Eduardo de Alencar Osório, por infração Art. 121 § 2º, I do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Sidney José Vieira de Souza, Sâmia Brena Furtado Monteiro, Danielle da Costa Pinheiro, Waldemir Moraes Torres, Kayson de Araujo Moraes, Francisco Felipe Leal Pereira, OAB 5798/AM, 11988/AM, 7710/AM, 11126/AM, 12912/AM e 9923/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Aghatta Rayandra Cavalcante Barbosa (OAB 10101/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Artemiza Souza e Souza (OAB 12465/AM)
Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Fabiana Ribeiro Florêncio Mota (OAB 3447/AM)
Francisco Felipe Leal Pereira (OAB 9923/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Janaína Silva de Figueiredo (OAB 14316/AM)
Jander da Silva Nascimento (OAB 10377/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Kayson de Araujo Moraes (OAB 12912/AM)
Laureano Cezar Elias Muller (OAB 1633/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB 27975/BA)
Magda Rebelo Pontes (OAB 14355/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
Maurício Fernandes de Almeida (OAB 7783/AM)
Michellen de Lima Aves (OAB 10367/AM)
Naira Regina Ribeiro Lima (OAB 9404/AM)
Newton Galileu de Oliveira Reis (OAB 8420/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0613857-49.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ângelo Vasconcelos de Melo (Bundinha Ou Pante) e Jonathan de Oliveira Procópio (mascote), por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP e Art. 121 § 2º, I c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "A extinção da punibilidade é matéria de ordem pública, devendo o juiz ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, na forma do disposto no artigo 61 do CPP. Isto posto, em consonância com o Ministério Público, declaro extinta a punibilidade do acusado Jonathan de Oliveira Procopio, em razão de sua morte, nos termos do art. 107, I do Código Penal Brasileiro. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa de parte. Ademais, paute-se nova audiência de instrução e julgamento.Diligências necessárias via Secretaria da Vara. P.R.I.C Manaus, 19 de junho de 2019." Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 21 de agosto de 2019 Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0647600-50.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Kleber Silva de Melo, por infração Art. 121 § 2º, I, IV, VI, todos do Código Penal Brasileiro, e, em determinação disposta no Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Kleber Silva de Melo, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Artigo 121, §2º, incisos I (motivo torpe), IV (mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima) e VI (contra a mulher por razões da condição do sexo feminino) do Código Penal. Por derradeiro, não verifico a ocorrência de excesso de prazo na instrução processual, na medida em que a doutrina e a jurisprudência fixaram entendimento, segundo o qual a configuração de excesso de prazo na instrução criminal não pode decorrer de simples soma aritmética de prazos legais, devendo a questão ser aferida segundo critérios da razoabilidade, adequando, assim, as particularidades do caso, o que in casu vem se desenvolvendo em ritmo compatível com a sua natureza, de maneira que não se pode atestar qualquer desídia por parte deste Juiz processante, ao passo que, considerando a presença dos requisitos e fundamentos elencados nos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal, principalmente a necessidade de se garantir a Ordem Pública, considerando a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi empregado na conduta delitiva, aliado ao fato de restar comprovado nesta Deliberação a presença da materialidade e dos indícios suficientes de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado, ora Pronunciado, devendo permancer na Unidade Prisional onde atualmente se encontra, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, por conseguinte julgo prejudicados os pedidos de fls. 205/213 e 249/255. Intimem-se pessoalmente o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia da Pronúncia. "Atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da mesma, bem como a nulidade do

ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 21 de agosto de 2019 Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0247812-20.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Michael Verçosa, por infração Art. 121 §2º, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Michael Verçosa, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 23/09/2019 às 10:30h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Vanessa Feitoza dos Santos, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0195/2019
ADV: ZILMARA MARCELA DE SOUZA GUEDES (OAB 10392/AM) - Processo 0091935-97.2004.8.04.0001 (001.04.091935-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTOR: A Justica Publica - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - ACUSADO: Márcio Luiz Alves Lima - Claudenor Soares Ferreira - DEFENSORA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ACUSADOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0091935-97.2004.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Claudenor Soares Ferreira e Márcio Luiz Alves Lima, por infração Art. 121 "caput" do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Acusados Claudenor Soares Ferreira e Márcio Luiz Alves Lima, a fim de se fazerem presentes na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 18/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, os mesmos não aleguem desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria
Zilmara Marcela de Souza Guedes (OAB 10392/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0196/2019
ADV: ZILMARA MARCELA DE SOUZA GUEDES (OAB 10392/AM) - Processo 0091935-97.2004.8.04.0001 (001.04.091935-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Márcio Luiz Alves Lima e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bususlo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ADVOGADA HABILITADA NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0091935-97.2004.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Márcio Luiz Alves Lima e outro, por infração Art. 121 "caput" do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dra. Zilmara Marcela de Souza Guedes, OAB 10392/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 18/09/2019 às 08:00h, no AUDITÓRIO DA ANTIGA ESMAM, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NJAV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria
Zilmara Marcela de Souza Guedes (OAB 10392/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0199/2019
ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0015817-51.2002.8.04.0001 (001.02.015817-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Ademiro Ferreira Nunes - De ordem da MM. Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Dra. Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, faço vista dos presentes autos ao Ministério Público, para ciência da data da Sessão de Julgamento designada para o dia 09/09/2019 às 08:00h.
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0203/2019
ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0236813-66.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: CLAUDENEY MAURICIO DE

SOUSA - Willian Santos Borges e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0236813-66.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra CLAUDENEY MAURICIO DE SOUSA, por infração Art. 121 § 2º, II, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado CLAUDENEY MAURICIO DE SOUSA, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 19/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0236813-66.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: CLAUDENEY MAURICIO DE SOUSA - Willian Santos Borges e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ADVOGADA HABILITADA NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0236813-66.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Willian Santos Borges e CLAUDENEY MAURICIO DE SOUSA, por infração Art. 121 § 2º, II, IV do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dra. Emília Carolina Mello Vieira, OAB 3872/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO dos acusados acima mencionados, designada para o dia 19/09/2019 às 08:00h, no AUDITÓRIO DA ANTIGA ESMAM, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0204/2019

ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0263226-58.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Enderson Fonseca de Brito e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0263226-58.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Enderson Fonseca de Brito, por infração Art. 121 § 2º, IV c/c Art. 14, II todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Enderson Fonseca de Brito, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 20/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)

Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)

Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0221/2019

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0623842-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Fabio da Silva Benarrós e outro - A(s) resposta(s) do(s) ré(u)(s) Sandro Rocha da Silva não arguiu(ram) preliminares (incompetência do Juízo; litispendência; suspeição ou impedimento; ilegitimidade de parte ou coisa julgada) nem alegações que interessem a sua defesa. Além disso, não fora(m) oferecido(s) documentos e justificações, consoante oportuniza o art. 406, §3º CPP. Já a resposta escrita do réu Fábio da Silva Benarrós arguiu teses que possuem relação direta com o mérito: atipicidade da conduta e ausência de nexo causal. Argumentos dessa espécie demandam a necessidade de analisar as provas produzidas no curso da instrução preliminar, haja vista que a denuncia já fora recebida. Assim, diante da necessidade do exame do mérito para analisar a ausência de nexo causal e a atipicidade da conduta, fiam as questões submetidas à apreciação no momento processual oportuno: após a instrução preliminar. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s) endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada.

Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0220/2019

ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM) - Processo 0207224-92.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: L.A.C.A. - Dê-se vista ao Ministério Público para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, se manifestar acerca das testemunhas restantes. À secretaria para pautar audiência. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0207300-82.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Luiz Rogerio Costa de Oliveira - INDICIADO: MARWIN CHRYSTIAN AQUINO DE OLIVEIRA - RÉU: Eliton Almeida da Silva - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Eliton Almeida da Silva, pai Elizeu Almeida da Silva, mãe Maria de Nazaré de Almeida Fernandes, nascido(a) em 05/02/1997, Rua Lauro Cavalcante, 04, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 02/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0207300-82.2016.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 20 de agosto de 2019. Eu, Diego de Jesus Braga da Costa, Diretor de Secretária, o digitei.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0211364-33.2019.8.04.0001 (processo principal 0207597-94.2013.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Qualificado - APELANTE: Thiago Fernandes Soriano - Recebidos e vistos. Em relação ao juízo de retratação, trata-se da possibilidade de reavaliar a decisão interlocutória proferida diante das alegações apresentadas pelas partes. Ao reexaminar os autos concluo que não deve ser modificada a decisão de PRONÚNCIA recorrida, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que, nada tendo a reformar, a mantenho integralmente (art. 589 do CPP). Assim, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, realizando-se o traslado das seguintes peças processuais que entendo necessárias: denúncia, alegações finais e decisão de pronúncia. Por se tratarem de autos digitais, estes podem ser visualizados pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante simples consulta deste número de processo. As peças processuais estão todas nomeadas e identificadas, sendo de fácil acesso e visualização, o que atende ao art. 589 do CPP. A necessidade de traslado das peças processuais, conforme impõe o art. 589 do CPP, justifica-se em casos em que os autos são físicos. Considerando que estes autos são digitais e de domínio público, cujo acesso integral pode ser facilmente realizado via sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, não mais se mostra necessário a realização do traslado de todas as peças do processo. Caso se trate de autos em segredo de justiça, encaminhe-se senha de acesso à secretaria da Câmara Criminal do 2º grau para fins de acesso aos autos desta instância a quo. Cumpra-se.

ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0213040-21.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Rodrigo de Castro Marques - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Rodrigo de Castro Marques, pai Aluisio Leocadio Marques, mãe Diva de Castro Marques, nascido(a) em 08/12/1992, Rua 03, Nº 27, Conjunto Vila Nova, próxi. ao T4, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 08/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0213040-21.2016.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 20 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário

, o digitei.

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM), ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0219989-95.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Wlademir da Silva Chota - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 8862/AM - Adriano Pereira Boneth 11807/AM - Izaque de Oliveira Duarte , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0224352-91.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: L.O.M. e outro - DENUNCIADO: D.F.C. e outro - RÉU: J.R.S. - INVESTIGAD: M.R.O. e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 2791/AM - Yvon José Ramalho Gomes , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0224352-91.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: L.O.M. e outro - DENUNCIADO: D.F.C. e outro - RÉU: J.R.S. - INVESTIGAD: M.R.O. e outros - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ, esta secretaria providenciará a intimação da Defensoria Pública, na figura do Defensor Público com atuação neste juízo, para apresentar Memoriais, no prazo legal, dos réus JÚLIO RODRIGUES SOUTO e DOUGLAS FERREIRA COELHO

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM) - Processo 0225402-89.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: H.A.C. - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 9674/AM - Moacyr Ramos Canuto Filho , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM) - Processo 0233869-18.2019.8.04.0001 (processo principal 0200473-84.2018.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Simples - APELANTE: Valdir Pinto de Sousa - Recebo o RECURSO EM SENTIDO ESTRITO, tendo em vista sua tempestividade e o preenchimento dos demais pressupostos recursais, conforme preceitua o art. 586, do CPP. Vista ao recorrido para as suas contrarrazões. Após, voltem-me os autos conclusos para as providências do art. 589, do CPP. Cumpra-se.

ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM) - Processo 0248419-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.F.L.L. - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 2060/AM - Fernando Almeida dos Santos 2153/AM - David Almeida dos Santos 6355/AM - Deiwes Almeida dos Santos 7024/AM - Camilla Fernanda Tufi Almeida 5071/AM - Gustavo Amorim Corrêa , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0248419-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.F.L.L. - Reporto-me à promoção de fls. 436. Defiro a retificação do nome do acusado Genneson Wesley Margarido, de modo a que se substitua o ultimo nome por “Pinto”, retirando o nome “Costa”. À secretaria para providencias de praxe. Cumpra-se.

ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM), ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM), ADV: ALICIENE ONETY DA SILVA (OAB 11884/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM) - Processo 0253673-45.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Ramon Almeida e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do advogado 6355/AM - Deiwes Almeida dos Santos, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para tomar ciência da Sentença constantes as Fls. 992-1000

ADV: GEFSON HEFER ANTIQUERA OLIVEIRA (OAB 2482/AM), ADV: ELISANDRA ANJOS DOS REIS (OAB 9575/AM), ADV: RODRIGO SÁVIO BRASIL DE LIMA (OAB 1842E/AM), ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201/AM) - Processo 0253964-45.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Alessandro Pereira da Silva e outro - Em vista do estado dos autos, determino a expedição de carta precatória à comarca de Rio Branco-Acre, a fim de inquirir a testemunha de defesa arroladas às fls. 167 e interrogar o acusado Elias Mendonça da Silva. Ao final, dê-se vista às partes para apresentação de memoriais, no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0258714-27.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Francisco Ferreira de Souza e outro - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Lucas Couto Bezerra, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR os acusados: ANTONIEL CARDOSO DA SILVA, Brasileiro, pai Lazaro Ribeiro da Silva, mãe Mariluce Cardoso de Oliveira, Nascido 20/04/1995, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Jardim Primavera, 168, Taruma, Manaus - AM FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA, Brasileiro, pai João Mota de Souza, mãe Maria José Ferreira do Nascimento, Nascido 09/11/1992, natural de Eirunepe - AM, com endereço à Rua 02 fevereiro, 67, Comunidade Vera Cruz, Santa Etelvina, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 26/09/2019 às 10:30h, nos autos do processo-crime nº. 0258714-27.2013.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 20 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0261137-23.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Rodrigo Ramires da Silva Medeiros - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 20/09/2019 às 09:00 para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0261137-23.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Rodrigo Ramires da Silva Medeiros - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR

o acusado Rodrigo Ramires da Silva Medeiros, pai Wilmar Santos Medeiros, mãe Rosana Ramires da Silva, nascido em 30/08/1994, Rua Porto Marisco (ant. Cupiúba), Nº 103, Loteamento Jorge Teixeira III, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 20/09/2019, às 09:00h, nos autos do processo-crime nº. 0261137-23.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 20 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0264148-60.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Claudy Benicio Viana - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Claudy Benicio Viana, pai Ozeas Benicio Viana, mãe Zuleide Benicio Viana, nascido em 08/05/1973, Rua Cremona, 264, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 08/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0264148-60.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 20 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário , o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0603900-87.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Mizael da Silva Luna - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0606456-62.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Joseph Henrique dos Santos Otávio - AUTORFATO: E.r.d.s (Menor Infrator) e outro - Recebidos e vistos. Adoto integralmente os sólidos fundamentos constantes da promoção Ministerial de fls. 31, os quais passam a integrar esta decisão. Pelo exposto, defere-se o requerimento de fls. 31. Ao setor de distribuição para o envio dos autos ao Juizado da Infância e Juventude Infracional. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0609779-75.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Fato Atípico - VÍTIMAFATO: Claudiomar Podkowa - AUTORFATO: Não Há - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0611361-13.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Marcelo Vasconcelos Chaves - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0613785-28.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: José Henrique Ramos Correia - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0614501-55.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Tony de Menezes Gomes - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0614797-77.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Anderson Balbi da Silva - AUTORFATO: “madushi” - Falecido - Isto posto, em consonância com o representante do Parquet, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos pela morte do acusado

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0614969-19.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: “madushi” - AUTORFATO: Sebastião Rodrigues Conceição - Recebidos e vistos. Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar o incidente que resultou na morte de “madushi”, fato ocorrido em 29/01/2019, nesta comarca. O representante ministerial, pugnou pelo arquivamento do feito, com fundamento no art. 23, III, CPB. É o sucinto relatório. Decido Correta e bem lançada a promoção formulada pelo membro do Parquet a qual discorre sobre o estrito cumprimento do dever legal (fls. 32/33), cuja fundamentação adota-se para, em consequência determinar o arquivamento do feito, pelo reconhecimento do art. 23, III, do Código Penal brasileiro. Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0615669-92.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Aluizio Marreiros Santana - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0622078-21.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: Severino Correa Neto - Ante o exposto, em consonância com o Ministério Público, INDEFIRO os pedidos de RELAXAMENTO da prisão preventiva e pedidos subsidiários de REVOGAÇÃO da prisão preventiva formulados pelos acusados Severino Correa Neto, mantendo a prisão do mesmo, pelo conjunto do art. 312, do CPP.

ADV: CLAUDIO GASTÃO DA ROSA FILHO (OAB 9284/SC), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0627376-28.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Mauricio Gomes de Souza e outros - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução da Carta Precatória de Intimação às fls. 1164, com a finalidade de interrogar o réu IMAD ALAWIE, expedirá Ofício à Comarca de São José/SC, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: SHYRLEY CASTELO BRANCO MONTEIRO (OAB 2030/AM), ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB

4507/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0632451-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Allyson Almeida da Costa - Mauro Alves Marinho - Gabriela Mendes de Souza - DIEGO TRAVASSOS PRINTES - Rodrigo de Carvalho de Souza e outro - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Lucas Couto Bezerra, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) RODRIGO DE CARVALHO DE SOUZA, Brasileiro(a), RG 25141210, CPF 009.538.012-41, pai Antonio Carlos Monteiro de Souza, mãe Oritia Moreira de Carvalho de Souza, Nascido/Nascida 04/04/1994, com endereço à Rua Santa Luzia, 375, Presidente Vargas, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 10/09/2019 às 09:45h, nos autos do processo-crime nº. 0632451-14.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 20 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0633295-27.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Crime Tentado - INDICIADO: M.S.M.N. - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no

prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0633295-27.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Crime Tentado - INDICIADO: M.S.M.N. - Recebidos e vistos. O Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, formulou requerimento a este juízo pleiteando o deferimento de diligências e/ou providências relacionadas aos fatos tratados nos presentes autos (p. 63/64). Passo a decidir. O Ministério Público tem assegurada a garantia constitucional e legal de requisitar diligências investigatórias, sendo tal incumbência arrolada no art. 129, VIII, da CF: “requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais”, bem como na Lei Complementar nº. 11/93 (Lei Orgânica Estadual do MP/AM), cujo art. 4º estabelece inúmeros poderes requisitórios. Dessa feita, o Ministério Público NÃO está subordinado ao Poder Judiciário para tomar a iniciativa de requisitar informações e produzir provas, seja na fase investigatória seja na fase processual, principalmente no curso da ação penal, consoante consta do art. 47 do CPP: Art.47.Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, DEVERÁ REQUISITÁ-LOS, DIRETAMENTE, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los. Esse dispositivo encontra-se previsto especificamente no título III que trata da ação penal, caso em que, eventuais diligências, esclarecimentos ou novos elementos de convicção que surjam no curso da ação penal, já ajuizada, devem ser objeto de requisição direta pelo Ministério Público, uma vez que atua no feito como parte e tem o ônus de produzir as provas que comporão o acervo processual, nos termos do atual modelo processual penal-acusatório. O art. 47 do CPP atribui ao Ministério Público autonomia suficiente para requisitar diretamente elementos de prova. Não há nenhum defeito ou vício em o próprio Parquet providenciar as provas que entende pertinentes, inclusive endereçá-las a autoridade policial, uma vez que exerce o controle externo difuso e, oportunamente, juntá-las aos autos para compor o acervo processual. Não há reserva de jurisdição na pretensão formulada pelo Parquet que exija a intervenção judicial. O

Ministério Público, portanto, possui o direito subjetivo de requisitar diretamente informações para instruir ação penal. Ele não depende do Poder Judiciário para requisitar provas perante a administração direta e indireta. Assim posiciona-se o Superior Tribunal de Justiça: I - Consoante entendimento deste e. Superior Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário não está obrigado a deferir requisições pleiteadas pelo Ministério Público, senão quando demonstrada a real necessidade de sua intermediação (Precedentes). II - In casu, não houve sequer alegação de dificuldade ou obstáculo para a realização das diligências pleiteadas pelo Ministério Público por meios próprios, o que exime a autoridade judiciária da obrigação de deferir a requisição, não havendo que se falar em direito líquido e certo do recorrente. Recurso desprovido. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 28.358 - SP (2008/0264283-9) Pelo exposto, INDEFIRO o requerimento formulado pelo Ministério Público para o juízo prover o cumprimento das diligências outrora requeridas (p.63/64), sem prejuízo de o próprio Parquet as requisitar e, posteriormente, requerer a sua juntada aos autos, mediante iniciativa própria. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0633493-98.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0637271-42.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0634975-47.2019.8.04.0001) - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Francisca Vivian da Cruz Martins - AUTORFATO: Jocicley da Cruz Almeida - Recebidos e vistos. Há dois procedimentos criminais instaurados para tratar do mesmo fato delituoso. Em ambos há notícia de crime ocorrido em 09 de julho de 2019. Figura(m) como indiciado(s) Jocicley da Cruz Almeida e vítima Francisca Vivian da Cruz Martins Para evitar a tramitação simultânea de processos, a apuração dos fatos criminosos narrados e a responsabilidade criminal concentra-se-ão nos autos principais, de modo a permitir às partes a exata dialeticidade processual. Doravante, chamar-se-ão os autos nº. 0634975-47.2019 de principais e os presentes autos nº. 0637271-42.2019 de secundários. Isto posto, ORDENO: O apensamento dos autos secundários nos autos principais e o imediato arquivamento; Proceder a juntada do inquérito policial nº. 782/2019 nos autos principais. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0637472-05.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Kaique Gomes da Silva e outros - De ordem do Magistrado Lucas Couto Bezerra, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Randson da Costa Correa, pai Raimundo Valdete Teixeira Correa, mãe Sonia Simplicio da Costa Correa, nascido(a) em 21/09/1994, Rua São Benedito, Beco São Domingos, 42, Próximo à Escola de Samba Reino Unido, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 03/09/2019, às 11:00h, nos autos do processo-crime nº. 0637472-05.2017.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 20 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciári

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0637472-05.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Kaique Gomes da Silva e outros - De ordem do Magistrado Lucas Couto Bezerra, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Kaique Gomes da Silva, pai Edivandro da Silva Chagas, mãe Maria Marlucia Gonçalves Gomes, nascido(a) em 07/06/1998, Rua Rouxinol, 44, Próximo ao IMPAR, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 03/09/2019, às 11:00h, nos autos do processo-crime nº. 0637472-05.2017.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 20 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário , o digitei.

ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM) - Processo 0639898-53.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Diego Ferreira das Chagas - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Lucas Couto Bezerra, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado DIEGO FERREIRA DAS CHAGAS, Brasileiro, RG 22706942, CPF 008.497.812-05, pai João Bosco Ferreira da Chagas, mãe Edmar Lucas Ferreira, Nascido 07/09/1990, com endereço à Av São Jorge, 10, Beco Santa Terezinha, São Geraldo, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 26/09/2019 às 9:30h nos autos do processo-crime nº. 0639898-53.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 20 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, o digitei.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM), ADV: MAGDA REBELO PONTES (OAB 14355/AM) - Processo 0642055-62.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - INDICIADO: Fabiano Santos da Silva - Wellington Jhon Oliveira de Castro e outros - Diante do exposto, de ofício, CONVERTO a prisão em flagrante em prisão preventiva de Maicon Gomes dos Santos, Rubson Barroso de Sena e Wellignton John Oliveira Castro, haja vista a presença dos requisitos da custódia cautelar, conforme se inferem dos argumentos despendidos acima, tudo conforme preleciona o art. 310, II e 312 do CPP. Expeçam-se mandados de prisões com registro no BNMP 2.0. Encaminhe-se à Unidade prisional onde encontram-se recolhidos os autuados. Dê-se vista ao Ministério Público. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0642380-71.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Jocililson Costa da Silva - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB

13150/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ROBERTO SÁ DOS SANTOS (OAB 9530/AM), ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: ADRIANA GOMES DE OLIVEIRA (OAB 12202/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM) - Processo 0650442-03.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: E.O.H. e outros - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Lucas Couto Bezerra, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR os acusados JOSE AMERICO FREIRE NERYS, Brasileiro, RG 1258899-7, CPF 630.023.022-87, pai Raimundo da Silva Nerys, mãe Cecy Bentes Freire, Nascido 29/07/1976, com endereço à Rua Castelo Branco, 40, Compensa II MARCELINO BRITO DE FREITAS, Brasileiro, RG 0566542-6, CPF 136.280.462-20, pai Fileto Pereira de Freitas, mãe Antonia Brito, Nascido 20/11/1959, com endereço à Rua Padre Francisco, 252, Santo Antonio, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 27/09/2019 às 10:00h, nos autos do processo-crime nº. 0650442-03.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 20 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0654777-65.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0650442-03.2018.8.04.0001) - Pedido de Busca e Apreensão Criminal - Homicídio Qualificado - AUTORFATO: M.B.F. - Ante o exposto, em consonância com o Ministério Público, determino o arquivamento dos presentes autos e o posterior apensamento ao rubricado sob o número acima. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0656490-75.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Seqüestro e cárcere privado (art. 148) - VÍTIMAFATO: Marcos Aurelio Ferreira da Silva - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0659334-95.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0640826-04.2018.8.04.0001) - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Brenda Geovanna Vasconcelos dos Santos - AUTORFATO: Elinaldo Silva dos Santos e outro - Recebidos e vistos. Há dois procedimentos criminais instaurados para tratar do mesmo fato delituoso. Em ambos há notícia de crime ocorrido em 03/09/2018. Figuram como indiciados Elinaldo Silva dos Santos e Rodrigo Carlos de Souza e vítima Brenda Geovanna Vasconcelos dos Santos Para evitar a tramitação simultânea de processos, a apuração dos fatos criminosos narrados e a responsabilidade criminal concentra-se-ão nos autos principais, de modo a permitir às partes a exata dialeticidade processual. Doravante, chamar-se-ão os autos nº. 0640826-04.2018.8.04.0001 de principais e os presentes autos de secundários. Isto posto, ORDENO: O apensamento dos autos secundários nos autos principais e o imediato arquivamento; Proceder a juntada do inquérito policial nº. 663/2018-DEHS nos autos principais. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0659400-75.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Amós da Gama Coutinho - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

Adriana Gomes de Oliveira (OAB 12202/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Aliciene Onety da Silva (OAB 11884/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
Claudio Gastão da Rosa Filho (OAB 9284/SC)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Elisandra Anjos dos Reis (OAB 9575/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gefson Hefer Antiquera Oliveira (OAB 2482/AM)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Magda Rebelo Pontes (OAB 14355/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
ROBERTO SÁ DOS SANTOS (OAB 9530/AM)
Rodrigo Sávio Brasil de Lima (OAB 1842E/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201/AM)
Shyrley Castelo Branco Monteiro (OAB 2030/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0171/2019

ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM) - Processo 0202255-97.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Gabriel Gouveia Almeida - Intime-se a defesa constituída para manifestação acerca do atestado de pena a cumprir de fls. 147/151. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM) - Processo 0205550-16.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: David Almeida da Costa - Decisão

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0207400-71.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: JOHNEY MELO DE ARAUJO - DESPACHO Em razão de mutirão carcerário, paute-se audiência para o dia 21/08/2019, quando será analisada a concessão de benefícios ou julgamento de incidentes em execução porventura pendentes.

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0208860-93.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Leonardo Pereira Carvalho - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Leonardo Pereira Carvalho.

ADV: LUANN ARAUJO DE PAULA MENDES (OAB 13592/AM) - Processo 0209868-08.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: D.F.O.C. - Intime-se a defesa para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, a realização do exame, bem como da reinstalação do equipamento de monitoramento eletrônico, uma vez que o documento acostado aos autos informa que o exame seria realizado em 16/07/2019, sob pena de expedição de mandado de prisão ao regime fechado. Cumpra-se.

ADV: WALDEMIR COSTA DA ROCHA JUNIOR (OAB 3520/AM) - Processo 0217594-96.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: E.R.S. - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 04/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Erick Rodrigues da Silva se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se a Defesa.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0218018-41.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Transferência de Preso - APENADO: Juarez Pereira da Silva - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Juarez Pereira da Silva, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0223281-83.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APENADO: José Raimundo Kranda Nascimento - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de José Raimundo Kranda Nascimento a partir de 16/09/2019, desde que mantido o bom comportamento carcerário, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta

grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: CARLOS DAVID MARTINS TOSTA (OAB 9223/AM) - Processo 0224679-36.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: J.L.M. - Em razão de mutirão carcerário, paute-se audiência para o dia 21/08/2019, quando será analisada a concessão de benefícios ou julgamento de incidentes em execução porventura pendentes.

ADV: SIMONE ALENCAR OMENA (OAB 4327/AM) - Processo 0225471-58.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Josias Dias Braga - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Josias Dias Braga.

ADV: LINDONJORGE DOS SANTOS MATOS (OAB 11902/AM), ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0227200-51.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: RAILTON MARQUES DE SENNA - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 29/08/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado RAILTON MARQUES DE SENNA se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0227842-58.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jovane Soares Santos - Trata-se de Agravo em Execução interposto pelo Ministério Público nos próprios autos do processo de execução ora movido em face de Jovane Soares Santos. É consolidado o entendimento de que o Agravo em Execução segue as mesmas normas concernentes ao Recurso em Sentido Estrito (RESE), no que for compatível. Dessa forma, diante das modificações implementadas no SAJ, o presente recurso de Agravo em Execução deverá ser interposto, via portal, na forma de Peticionamento Eletrônico de 1.º Grau \> Peticionamento Inicial de 1.º Grau, na classe "Agravo em Execução", com distribuição por dependência. Ademais, destaca-se que devem ser indicadas, no ato da interposição, as peças reputadas necessárias ao julgamento do recurso, em atenção aos documentos obrigatórios previstos no art. 587, parágrafo único, do Código de Processo Penal. Nesse contexto, determino à Secretaria que proceda com o desentranhamento das peças de fls. 118-123. Assegura-se à parte interessada a renovação do prazo recursal de cinco dias (Súmula n.º 700 do STF) para interposição, nos moldes ora expostos, contados da intimação da presente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIEL YUNES DA ROCHA (OAB 9623/AM) - Processo 0228160-07.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jackson Gonzaga Simões - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 12/09/2019, com início às 08:30h, devendo o apenado Jackson Gonzaga Simões se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM) - Processo 0231825-41.2010.8.04.0001 (001.10.231825-6) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Francisco Daulison Lima da Silva - Intime-se a defesa técnica (fls. 84/85) para manifestação sobre conselho disciplinar de fls. 105/125. Após, retornem os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0235240-85.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - INTSSADO: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP - Intime-se a patrona constituída para manifestação acerca do procedimento disciplinar de fls. 262/287, bem como ao Ministério Público do Estado do Amazonas. Após, venham os autos conclusos para análise do procedimento administrativo disciplinar. P.R.I.C.

ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM) - Processo 0239504-53.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Tomé Rivas dos Santos - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 04/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Tomé Rivas dos Santos se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se a Defesa.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0247638-64.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: CLEMILSON DOS SANTOS FARIAS - Considerando que a própria defesa narra que o apenado está custodiado no sistema penitenciário, deve proceder com o pedido junto ao Corregedor do Presídio Federal em que o apenado está custodiado, pois este é o responsável pela execução penal neste momento. Diante disso, não conheço do pedido formulado pela defesa por ser incompetente para tal. Cumpra-se.

ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM) - Processo 0249103-11.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - RÉU: Charles dos Santos Rodrigues - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 04/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Charles dos Santos Rodrigues se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se a Defesa.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0605394-60.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Remição - APENADO: Franklin Paulo Silva Gomes - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Franklin Paulo Silva Gomes.

ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM) - Processo 0616609-28.2017.8.04.0001 - Pedido de Providências - Privatização - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outros - Decisão. Diante do exposto, ausentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, DENEGO a tutela de urgência requerida, nos termos da fundamentação. A teor do que preconiza o art. 334, parágrafo 4º, II do CPC, dispensável a audiência de conciliação e mediação, uma vez que os interesses da lide são indisponíveis, não admitindo, portanto, autocomposição. Citem-se os Requeridos, ESTADO DO AMAZONAS, pelo portal eletrônico, e RH MULTI SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, por carta registrada, para apresentarem contestação, observando-se o prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM) - Processo 0635215-36.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0239329-25.2015.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Tráfico

de Drogas e Condutas Afins - AGRAVANTE: Adeilton Gonçalves da Silva - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Carlos David Martins Tosta (OAB 9223/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Gabriel Yunes da Rocha (OAB 9623/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Lindonjorge dos Santos Matos (OAB 11902/AM)
Luann Araujo de Paula Mendes (OAB 13592/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Simone Alencar Omena (OAB 4327/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Waldemir Costa da Rocha Junior (OAB 3520/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0298/2019

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397A/RN), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0203521-22.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Diego de Souza Barroso - Em contato com a promoção de fls. 347, a audiência designada não mais será realizada, obviamente, já que se trata de única testemunha, pelo que determino a retirada da pauta e o prosseguimento do feito, dando-se vista à defesa, para que se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0321576-44.2007.8.04.0001 (001.07.321576-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - RÉU: Waltemberg da Silva Machado - Josenildo Fernandes Cardoso - Goetlh de Souza Gama - Elió de Souza Lima - O ofício de requisição foi enviado precocemente, havendo tempo hábil para a ciência e apresentação do réu. Trata-se do réu Josenildo Fernandes Cardoso, que agora está advertido de que o seu não comparecimento ao próximo ato propiciará o julgamento à revelia, uma vez que seu advogado esteve presente. Fixo a sessão de julgamento para o dia 2 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, e, uma vez não informado o período de férias do réu, está obrigado a comparecer e deve ser apresentado mesmo de férias regulamentares, aplicando-se o julgamento à revelia, pois, como réu, mesmo em período de férias, não pode se ausentar sem comunicar, prejudicando o ato processual culminante.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0321576-44.2007.8.04.0001 (001.07.321576-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - RÉU: Waltemberg da Silva Machado - Josenildo Fernandes Cardoso - Goetlh de Souza Gama - Elió de Souza Lima - Instrução, Debates e Julgamento Data: 02/10/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: FRANK JACOB JUNIOR (OAB 9657/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0627050-97.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Moises Chaves da Silva - Andrews Silva de Medeiros - A defesa pleiteia o “relaxamento da prisão preventiva” do réu Moisés Chaves da Silva, alegando constrangimento ilegal por ofensa aos prazos processuais, estando preso há mais de 70 (setenta) dias, conforme pedido de fls. 202/208. O Ministério Público emitiu parecer desfavorável (fls. 216/218). Não tem razão a defesa quando pede a revogação da prisão preventiva (tecnicamente é isso), alegando excesso de prazo. Realmente a carta precatória enviada ao Juízo de Direito da Comarca de Natal, distribuída à 15ª Vara Criminal, está sendo normalmente processada, com data do ato processual já definida para o dia 11 de setembro de 2019 (fl. 225), o que significa que o trâmite do presente processo está regular. A prisão preventiva só deve ser revogada quando seus fundamentos não subsistem, o que não é o caso, para qualquer dos réus, pois a necessidade de preservação da ordem pública e o perigo aos princípios militares com a soltura dos acusados permanecem, de modo que não se pode considerar apenas o excesso de prazo, sobremodo quando ele não se configura, já que o prazo de 50 (cinquenta) dias para o término da instrução criminal não se encontra violado por haver inquirição de testemunhas através de carta precatória, a que se dá um tempo razoável. Por outro lado, alegações de liberdade provisória, inclusive com medidas cautelares, baseadas no processo penal comum, não encontram suporte no processo penal militar, porque não incide, no caso, a aplicação de suprimento de casos omissos. Pelo exposto, mantenho a prisão preventiva de Moisés Chaves da Silva, situação que se entende ao outro réu, Andrews Silva de Medeiros, com base no artigo 254 e 255, “a” e “e”, bem como no artigo 390, § 1º, do Código de Processo Penal Militar. Instrução criminal no aguardo do cumprimento da carta precatória, já efetivados os atos que poderiam ser realizados neste Juízo até o momento. Intimem-se.

Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Frank Jacob Junior (OAB 9657/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB 397A/RN)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0173/2019

ADV: CARLOS AUGUSTO SILVA (OAB 14377/AM), ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0201543-39.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERIDO: A.R.B. - Conforme estabelece o art. 528, § 7º do Código de Processo Civil “O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.” Verifica-se no caso em tela, que o executado pagou somente os pequena parte dos valores, deixando de efetuar o pagamento das parcelas vencidas no curso do processo, diante disso, tem-se por mantida a medida.

ADV: OYAMA CEZAR ROCHA MAGALHÃES (OAB 1970/AM) - Processo 0208000-53.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: V.N.P.C. - Processo parado há mais de

30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM) - Processo 0211271-70.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDA: R.M.L. e outro - Guarda Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0216199-64.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Busca e Apreensão de Menores - REQUERIDA: M.M.N. - Busca e apreensão de menores. Concessão de liminar. Citação sem resposta. Revelia decretada. Ministério Público pela confirmação da tutela de urgência. O relatório, no essencial. A situação informada nos autos ratifica os fundamentos que levaram à concessão da liminar. A guarda da filha pela mãe vai ao encontro do princípio do melhor interesse. Genitor falecido. Quanto a requerida, apesar de regularmente citada, não contestou o pedido, permitindo a conclusão de não discordar. Diante dessas considerações, tem-se por inteiramente procedente o pedido formulado, tendo-se por ratificada a liminar. Sem custas. Intimem-se Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM), ADV: RAPHAEL DE ASSIS CAVALCANTE (OAB 14251/AM) - Processo 0216667-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: H.C.L.G. - De ordem do Juiz da 5ª Vara de Família (Euza Maria), intime-se a parte interessada acerca da expedição da carta precatória, a fim acompanhar o cumprimento da diligência perante o juízo deprecado e, bem assim, cooperar para que o prazo fixado seja observado.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: DANIELLE PEREIRA SILVA (OAB 11102/AM) - Processo 0217909-22.2019.8.04.0001 - Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador - Direitos da Personalidade - INTSSADA: L.F.U.L. - E.U.M. e outros - Vista ao Ministério Público. Não obstante, intime-se a advogada dos assistentes para juntar prova de comunicação da renúncia a todos os outorgantes - fls. 50/52. 10 (dez) dias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0219679-50.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0225731-96.2018.8.04.0001) - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Busca e Apreensão de Menores - REQUERIDA: M.E.F.O. - Busca e apreensão de menores. Concessão de liminar. Citação sem resposta. Revelia decretada. Ministério Público pela confirmação da tutela de urgência. O relatório, no essencial. A situação informada nos autos ratifica os fundamentos que levaram à concessão da liminar. A guarda da filha pela requerente vai ao encontro do princípio do melhor interesse. Quanto a requerida, apesar de regularmente citada, não contestou o pedido, permitindo a conclusão de não discordar. Diante dessas considerações, tem-se por inteiramente procedente o pedido formulado, tendo-se por ratificada a liminar. Sem custas. Intimem-se Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0220333-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Maus Tratos - REQUERIDO: A.O.B. - Busca e apreensão de menores. Concessão de liminar. Citação sem resposta. Revelia decretada. Ministério Público pela procedência da ação. A situação informada nos autos ratifica os fundamentos que levaram à concessão da liminar, pois o acordo realizado pelas partes , devidamente homologado que prevê a guarda compartilhada, ficando a criança com a mãe durante a semana e com o pai nos finais de semana, precisa ser cumprido. Ademais, a guarda do filho pela mãe vai ao encontro do princípio do melhor interesse. Quanto ao requerido, apesar de regularmente citado, não contestou o pedido, permitindo a conclusão de não discordar. Diante dessas considerações, tem-se por inteiramente procedente o pedido formulado, tendo-se por ratificada a liminar. Sem custas. Intimem-se Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ADRIANE NOBRE DINIZ (OAB 14720/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0232047-38.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: E.C.P.M. - EXECUTADO: V.O.M. - Vista ao patrono do(a) exequente para se manifestar sobre a petição e comprovantes de pagamento de pág. 273 e seguintes, devendo informar, inclusive, sob pena de extinção do feito, se há valores remanescentes. 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0239963-94.2010.8.04.0001 (001.10.239963-9) - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - EXEQUENTE: M.B.M. - Defiro o pedido.

ADV: CARLA DE PAULA LIMA (OAB 12539/AM), ADV: ELIAS SERENO DE SOUZA (OAB 12819/AM) - Processo 0242024-93.2008.8.04.0001 (001.08.242024-7) - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.M.P. e outro - Ação de divórcio consensual - processo de 2008. Processo já sentenciado e arquivado. Requerimento de alvará para levantamento de valores deixados pela divorcianda, falecida. Inadequação, porquanto este deve se dar em ação autônoma. Tem-se por indeferido o pedido. Intime-se. Após, mantenha-se baixa e arquivamento.

ADV: JOYCE MARQUES DE ALMEIDA (OAB 13087/AM), ADV: JORGE DO NACIMENTO GOMES (OAB 8962/AM) - Processo 0245699-93.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - EXEQUENTE: A.S.L. - Dê-se vista ao patrono do exequente para oferecimento de impugnação à justificativa, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0266155-25.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.E.C.O. - Diante do comprovante de pagamento, tem-se por revogada a prisão. Expeça-se alvará de soltura. Expeça-se alvará para levantamento dos valores. Dê-se vista ao patrono do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre o pedido de parcelamento da dívida. Após, voltem-me conclusos.

ADV: FLÁVIO DA COSTA PINHEIRO (OAB 1022/AM) - Processo 0603276-77.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REQUERENTE: K.E.S.C. - Diante do comprovante de pagamento, tem-se por suspensa a ordem de prisão. Expeça-se contramandado. Há valores remanescentes? Diga com clareza a exequente. 05 dias.

ADV: KLAYTON FERREIRA DOS SANTOS (OAB 12075/AM) - Processo 0606569-89.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: A.C.C. - De ordem do Juiz da 5ª Vara de Família (Euza Maria), intime-se a parte interessada acerca da expedição da carta precatória, a fim acompanhar o cumprimento da diligência perante o juízo deprecado e, bem assim, cooperar para que o prazo fixado seja observado.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0608379-94.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: G.P.S. - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria), intime-se a parte interessada acerca da expedição da carta precatória, a fim acompanhar o cumprimento da diligência perante o juízo deprecado e, bem assim, cooperar para que o prazo fixado seja observado.

ADV: BETINA BRENDA GOMES LUNIER (OAB 12370/AM) - Processo 0619380-76.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: J.J.S. - Vista ao patrono do(a) exequente para requerer o que entender de direito. 05 (cinco) dias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0651973-27.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDA: R.G.S.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

Adriane Nobre Diniz (OAB 14720/AM)
Betina Brenda Gomes Lunier (OAB 12370/AM)
Carla de Paula Lima (OAB 12539/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Augusto Silva (OAB 14377/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Danielle Pereira Silva (OAB 11102/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Elias Sereno de Souza (OAB 12819/AM)
Flávio da Costa Pinheiro (OAB 1022/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Jorge do Nacimento Gomes (OAB 8962/AM)
Joyce Marques de Almeida (OAB 13087/AM)
Klayton Ferreira dos Santos (OAB 12075/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Oyama Cezar Rocha Magalhães (OAB 1970/AM)
Raphael de Assis Cavalcante (OAB 14251/AM)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

6ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO VICENTE DE OLIVEIRA ROCHA PINHEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA AUXILIADORA SANTANA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: JOÃO GUTEMBERG WEIL PESSOA (OAB 3302/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0012550-32.2006.8.04.0001 (001.06.012550-1) - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Natalie Ferreira Sales - REQUERIDO: Marcus Silva Sales - Diante da petição retro, INTIME-SE o Requerido, pessoalmente, para constituir novo advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo. CUMPRA-SE.

ADV: EVELYN CAMPELO LOUREIRO (OAB 5298/AM), ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM), ADV: ALESSANDRA ANTONY DE QUEIROZ (OAB 4560/AM) - Processo 0016012-02.2003.8.04.0001 (001.03.016012-0) - Cumprimento de sentença - Oferta - REQUERENTE: E.O.Q. - Antes de qualquer deliberação, a apresentação de demonstrativo atualizado do débito é ônus da parte exequente, nos termos do que dispõe o art. 524, do NCPC, INTIME-SE, pois, a parte exequente, por seu procurador, para que venha em termos.

ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: SHIRLEY DA C. A. DO C. FERREIRA (OAB 5161/AM), ADV: ELIZA PAES ARAÚJO (OAB 5162/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0200728-86.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: A.M.J.S. - REQUERIDO: E.R.S. - 1.Em razão de que a parte requerida, mesmo citada, não respondeu aos termos da presente demanda (certidão de fls. 35), fundamentado no artigo 319 do CPC, DECRETO a revelia da mesma. 2.DÊ-SE vista dos autos ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: SHIRLEY DA C. A. DO C. FERREIRA (OAB 5161/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM), ADV: ELIZA PAES ARAÚJO (OAB 5162/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0200728-86.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: A.M.J.S. - REQUERIDO: E.R.S. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 09:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. PARTES CIENTES PRO MEIO DOS PATRONOS.

ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: JOCINEIDE MARIA DE SOUSA (OAB 4152/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: KARLA DANIELLE LOIOLA PICANÇO (OAB 10086/AM), ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: LUCAS DE CASTRO RIVAS (OAB 46431/DF) - Processo 0201939-60.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Maria Arminda de Fátima Soeiro Ferreira - EXECUTADO: Marcelo Manauel Carvalho Vieira - Diante do requerimento de fls. 471, EXPEÇA-SE o competente alvará na forma requerida, dando ciência à parte do resultado. Outrossim, INTIME-SE a parte executada, por seu patrono (a), para manifestação pertinente a proposta de acordo às fls. 466. CUMPRA-SE.

ADV: ALDIZIO DE SOUZA CARVALHO (OAB 1611/AM) - Processo 0204385-55.2019.8.04.0001 (processo principal 0200045-68.2019.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Seção Cível - REQUERENTE: Leandro Holanda Ladislau - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono(a), para manifestação acerca do interesse em prosseguir com o feito. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0204449-02.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.S.S. e outro - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 03/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM), ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0206676-04.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: ILNSON FERREIRA DE SOUZA - MENOR - REQUERIDO: ANTILDE JOSE GOMES - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 12:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0207000-57.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: R.Y.P.A. - CERTIFIQUE-SE a respeito do integral cumprimento do decisão de fls. 43, devendo a secretaria providenciar o que for necessário à sua efetivação, observando-se o disposto no art. 228, II, § 2º do NCPC. CUMPRA-SE, sem tardança.

ADV: JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA (OAB 12886/AM) - Processo 0213925-30.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.N.C. - REQUERIDO: C.S.C. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0217161-63.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: A.C.A.S. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Cumprimento de Sentença, que foi formalizada por A. C. A. S., menor representada por sua genitora, a Srª. M. D. S. de A., em face de D. S. A. S., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 03/13. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 40, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 41. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls. 42, conforme certidão de fls. 43/44 e 46, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 28 de maço de 2017, conforme juntada de petição de fls. 22, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: KAFFA GIGLIO (OAB 166774/MG) - Processo 0218551-92.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Fixação - REQUERENTE: Bruno José de Paula - REQUERIDA: D.M.C.P. e outro - 1. Ao tempo em que MANTENHO NA ÍNTEGRA A DELIBERAÇÃO ANTERIOR DESTE JUÍZO, ÀS FLS. 90, ENCAMINHEM-SE cópias das juntadas retro (fls. 94/100) ao MM. Juízo de Dieito da 4ª Vara de Família, onde serão tomadas as providências devidas. 2. Tudo providenciado, venham novamente conclusos. 3. INTIMEM-SE (inclusive o Delegado Federal peticionante) e CUMPRA-SE, com a urgência que o caso reclama.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0221098-81.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0605532-27.2014.8.04.0001) (processo principal 0605532-27.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Oferta - EXECUTADO: P.A.C. - À Secretaria para dar cumprimento à deliberação de fls. 246, através da intimações dos litigantes, primeiro da parte exequente e depois do Sr. F. A. DE C., por seu(sua) patrono(a), "sob pena de execução e inscrição na dívida ativa". Oportunamente, venham-me conclusos para a determinação que for pertinente. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MÁRCIA MONTEIRO ALVES VAILANTE (OAB 10333/AM), ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0221610-64.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0618590-34.2013.8.04.0001) (processo principal 0618590-34.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Dissolução - REQUERENTE: L.P.G. - EXECUTADO: R.F.A. - Tendo em vista o disposto às fls.621/623, cumprido pela Agravante o que preceitua o artigo 1017 do CPC e não sendo o caso da ocorrência do que prevê o §1º do art.1018 do mesmo diploma legal, AGUARDE-SE o julgamento do Agravo de Instrumento sob foco. Certifique-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE.

ADV: EDSON DA SILVA MASSULO (OAB 4687/AM) - Processo 0222852-82.2019.8.04.0001 (processo principal 0657884-20.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa Cível - Alimentos - REQUERENTE: Edson da Silva Massulo - CUMPRA-SE o "item 03" do despacho de fls. 4. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0227761-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: A.A.P.S. - 1. ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. 2. PROCEDA-SE o apensamento ao processo nº 235358-27.2018.8.04.0001. 3. INTIME-SE a parte requerente, por meio de seus advogados, para manifestação que julgar pertinente. Int. CUMPRA-SE.

ADV: PEDRO TENAÇOL ANDES (OAB 2217/AM) - Processo 0228593-11.2016.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: A.F.L. e outros - Antes de qualquer outro tipo de deliberação nestes autos, bem como diante do que prevê o Novo Estatuto Processual Civil, principalmente em causas relativas ao Direito de Família, nos termos do artigo 3º, §§ 2º e 3º que assim dispõe:Art. 3º. [...]§2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial (destaquei).Nesse diapasão, o magistrado é obrigado a estimular a tentativa de conciliação, a qualquer tempo do processo. O êxito da tentativa de conciliação permite a solução de conflito de interesses com a resolução do mérito, com esteio no inciso V do art. 139 do NCPC. Assim, PAUTE-SE data para realização de audiência de conciliação e mediação, com a maior brevidade possível.INTIMEM-SE as partes e seus patronos, via DJE, e o Ministério Público, se for caso de intervenção obrigatória.Citem-se os Requeridos no endereço fornecido nas fls.39/40. Int. CUMPRA-SE.

ADV: PEDRO TENAÇOL ANDES (OAB 2217/AM) - Processo 0228593-11.2016.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: A.F.L. e outros - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0228593-11.2016.8.04.0001 Ação:Homologação de Transação Extrajudicial/PROC Requerente:Advogado:ANTONIO FERREIRA DE LIMA Pedro Tenaçol Andes OAB/AM 2217 O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, ANTONIO FERREIRA DE LIMA, titular do RG n.º 02540665 e do CPF sob o n.º 273.183.382-34, residente e domiciliado(a) na Rua Praia de Iracema, Nº 446, Tarumã - CEP 69000-000, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Homologação de Transação Extrajudicial/PROC n.º 0228593-11.2016.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 16 de agosto de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0231170-35.2011.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Casamento - EXEQUENTE: A.B. Maneschy (MENOR) e outros - Nos termos do art. 319, § 1º, do CPC, procedam-se buscas do endereço da parte requerida, no sistema INFOJUD, intimando a parte autora para manifestação com o resultado. Sobrevindo pedido de citação mediante apontamento de endereço certo e determinado, defiro desde já, observados os termos do

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

despacho inicial.

ADV: CARLOS DOS ANJOS ROLIM FILHO (OAB 9894/AM), ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0236081-80.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REPTANTE: C.S.V. - EXECUTADO: R.A.S. - Em face das mais recentes manifestações e pedidos dos litigantes, às fls. 104/111 e 113/119, respectivamente, por parte da exequente e pelo executado, ABRA-SE nova vista - obrigatória - ao representante ministerial, devendo os autos voltarem conclusos logo em seguida. Intime-se, via portal e-SAJ, e CUMPRA-SE, com a urgência que a demanda requer.

ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM) - Processo 0239497-22.2018.8.04.0001 (processo principal 0205309-52.2008.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: Luzinete Damacena Pereira - REQUERIDO: R.S.S. - Antes de deliberar sobre o requerimento de fls. 144-152; ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM), ADV: GERSON LUIZ MARTINS DOS SANTOS (OAB 6778/AM) - Processo 0240795-83.2017.8.04.0001 (processo principal 0041712-09.2005.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Alimentos - REQUERENTE: Matheus de Carvalho Pita - EXECUTADO: David Alcântara de Oliveira Pita - A apresentação de demonstrativo atualizado do débito é ônus da parte exequente, nos termos do que dispõe o art. 524, do NCPC, INTIME-SE, pois, a parte exequente, por seu procurador, para que venha em termos.

ADV: MÁRCIO ROCHA BENTES (OAB 10704/AM) - Processo 0243692-84.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.C.A.B. - Nos termos do art. 319, § 1º, do CPC, procedam-se buscas do endereço da parte requerida, no(s) sistema(s) (SIEL/INFOJUD/RENAJUD/BACENJUD), intimando a parte autora para manifestação com o resultado. Sobrevindo pedido de citação mediante apontamento de endereço certo e determinado, defiro desde já, observados os termos do despacho inicial.

ADV: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 2322/AM) - Processo 0243851-71.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: V.B.V. - INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte exequente para adequar o pedido de fls. 45/46 ao rito processual da prisão, num PRAZO DE 15 (quinze) DIAS, uma vez que o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante, previsto no artigo 528, § 3º, do NCPC, é o que compreende até as 03 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução, juntamente com aquelas que se vencerem no curso do processo. Diligencie-se e CUMPRA-SE.

ADV: RADSON ROCHA DE ARAÚJO (OAB 6740/AM), ADV: RAFAELA ROCHA BEZERRA (OAB 12824/AM), ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0245693-08.2018.8.04.0001 (processo principal 0221137-39.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Transação - REQUERENTE: Samara de Souza Melo - Vistos, Versam os autos acerca de uma Ação de Execução de Alimentos Provisórios com pedido de Prisão Civil, que foi formulada por S. de S. M. (exequente) em face de A. C. de O. (executado), onde o polo passivo não comprovou o pagamento do débito alimentar cobrado pela suplicante, apresentado na justificativa de fls. 34/38. Às fls. 48/53, a parte exequente pugnou pelo indeferimento da dita petição de fls. 34/38, ao argumento de que o executado, em suas razões, tratou de justificar o adimplemento da pensão alimentícia em favor da filha dos litigantes, quando, em verdade, a presente execução, refere-se à uma decisão de alimentos provisórios, proferida nos autos do processo n° 0221137-39.2018.8.04.0001, em favor da própria exequente. Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público declinou de sua intervenção no feito, conforme parecer de fls. 71. Durante a audiência de conciliação (fls. 80/81), a parte exequente não aceitou a proposta de parcelamento do executado e, muito menos este cedeu à contra-proposta da parte credora. Então, frustrada a tentativa de acordo, a parte exequente requereu o prosseguimento da execução. É O RELATÓRIO. DECIDO.

ADV: JHONATA MONTEIRO DO CARMO (OAB 14244/AM), ADV: PAULA THAÍS GADELHA DOS SANTOS (OAB 11973/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0246388-98.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0702477-47.2012.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: A.L.S.V. e outros - Em razão das mais recentes diligências do processo, em especial com a juntada de fls. 158/167, por parte do polo ativo, CONCEDO nova vista ao representante do Ministério Público, devendo o feito retornar conclusos logo em seguida. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FABIO JUNIO MOREIRA LEITE (OAB 126543/MG), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0246940-92.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: A.D.F. - Vistos, Trata-se de uma Ação de DIVÓRCIO LITIGIOSO C/C PARTILHA DE BENS, contendo outros pedidos quanto à guarda e alimentos do filho comum dos acordantes, bem como para a partilha dos bens por eles adquiridos, a qual foi proposta por I. DOS S. F., contra A. D. F., sendo que os dois estão identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que as partes resolveram celebrar acordo, através do consenso que acabaram de chegar, num total de 06 (seis) itens. Dessa maneira, concedida a palavra ao Dr. Promotor de Justiça, este opinou pela homologação pugnada. É o relatório, em resumo. DECIDO. Desde logo, haja vista o acordo que foi formulado neste ato processual, resolvendo quase todas as controvérsias da ação, nos termos do parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal, decorrente da Emenda Constitucional nº 66/2010, porquanto o mesmo preenche todos os requisitos legais da espécie e atende os interesses das 04 (quatro) pessoas envolvidas nos autos, em especial o do menor A. F. DOS S. F., um menino de 06 (seis) anos de idade, que vai permanecer residindo na casa materna, enquanto que o divorciando terá o direito de visitas e convivência com a menino e junto da avó paterna do mesmo, dona M. L. B., na casa alugada dessa senhora na Rua Algemiro Martins, n.° 296, bairro José Elói, CEP 35.930-212, na cidade de João Monlevade/MG, que fica à 110 km da capital mineira; denota-se plenamente plausível a homologação ora buscada, ficando a autora e seu advogado cientes da possibilidade de que poderão/deverão entrar com o pedido de partilha de bens em outro processo e momento posterior . Ante o exposto, fundamentado no artigo 487, III, “b” da Lei de Ritos, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO ACIMA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos; DECRETO O DIVÓRCIO DAS PARTES e a Guarda Unilateral do menor A. F. DOS S. F., em favor de sua genitora, a qual voltará a usar seu nome de solteira L. B. DOS S., e, por último, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Ademais, a requerimento conjunto e com a anuência do Ministério Público, fica dispensado o prazo recursal, com exceção da possível e futura partilha de bens. Sentença publicada em audiência, cientificados os acordantes e seus patronos, devendo ser intimada a Sra. M. L. B., no endereço informado e através de Carta Precatória à comarca de João Monlevade/MG. Isento de custas, EXPEÇA-SE os competentes Mandado de Averbação e Termo de Guarda Unilateral. Oportunamente, DÊ-SE baixa e arquive-se. CUMPRA-SE.”

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: MARCONDE MARTINS RODRIGUES (OAB 4695/AM) - Processo 0248243-83.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Dissolução - REQUERENTE: W.R.P.F. - REQUERIDA: H.S.B. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 09:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) -

Processo 0251204-94.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDO: M.A.S.C. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0251204-94.2012.8.04.0001 Ação:Cumprimento de Sentença/PROC Autor: Advogado: M. A. DE S. C. FILHO Reprsentado por Jeiciane Figueiredo De Almeida Beatriz Botinelly Cunha e Silva -OAB 1184/AM Requerido:Marcelo Anderson Cardoso De Souza O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, M. A. de S. C. Filho,representado por Jeiciane Figueiredo De Almeida, titular do RG n.º 151704-2 e do CPF n.º 667954782-20, residente e domiciliada na Rua G Qd P 456 Loteamento Castanheiras II,Zumbi Dos Palmeiras., atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Cumprimento de Sentença/PROC n.º 0251204-94.2012.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 19 de agosto de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0253671-46.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: N.G.S. - INTIME-SE a parte exequente, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: DANIELLA LOPES CAVALCANTE (OAB 4164/AM), ADV: ROSA MARIA FEITOSA DA FONSECA (OAB 11120/AM) - Processo 0253938-76.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.M.O. - Nos termos do art. 319, § 1º, do CPC, procedam-se buscas do endereço da parte requerida, no(s) sistema(s) (SIEL/INFOJUD/RENAJUD/BACENJUD), intimando a parte autora para manifestação com o resultado. Sobrevindo pedido de citação mediante apontamento de endereço certo e determinado, defiro desde já, observados os termos do despacho inicial.

ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM) - Processo 0254254-02.2010.8.04.0001 - Embargos à Execução - Alimentos - REQUERENTE: Maria Lúcia Ferreira dos Santos - DEFIRO os pedidos das duas peças retro, devendo a Secretaria certificar e/ou diligenciar a respeito. Oportunamente, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM) - Processo 0600888-65.2019.8.04.0001 - Petição Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Shirley da Silva Dantas - REQUERIDO: Sebastião Antony de Moraes - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 12/12/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDOS.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0601316-52.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXEQUENTE: A.V.B. e outros - INTIME-SE a parte exequente, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente, requerendo o que entender necessário.

ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0601862-73.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: J.A.L.J. - REQUERIDA: M.R.S.S. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no “item 1” serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: ANTÔNIO RODRIGUES DOS PASSOS (OAB 704/AM) - Processo 0601899-03.2017.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: D.S.C. - 1. Analisando esta ação de Interdição, verifico que transcorreram mais de 02 (dois) anos entre a sua distribuição, ocorrida em 24/01/2017, e a data de hoje, sem que a parte autora tenha juntado um exame de saúde da pessoa interditanda (D. B. da S.), que responda a contento os quesitos dos incisos I a IV, parágrafo 1.º , artigo 2.º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). 2. Assim, considerando a gravidade e o alcance da sentença de interdição, haja vista a sua natureza jurídica de natureza constitutiva, DETERMINO a intimação de Dilzemar da Silva Carvalho, por seu patrono, para juntar aos autos laudo claro e preciso sobre o estado e desenvolvimento mental da pessoa interditada, contendo informações detalhadas sobre a extensão da deficiência e as limitações do requerido para a prática dos atos da vida civil. 3. Para tanto, CONCEDO o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção do feito e revogação de eventual curatela provisória. 4. Laudos médicos nos autos, DÊ-SE nova vista ao Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0601981-97.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Família - EXEQUENTE: Elicia Simone Gomes de Oliveira - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Execução de Alimentos Infância e Juventude, que foi formalizada por D. O. de M., menor representada por sua genitora, a Srª. E. S. G. de O., em face de D. C. de M., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 05/09. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 44, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 45. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls. 46, conforme certidão de fls. 47 e 49, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 18 de janeiro de 2018, conforme juntada de petição de fls. 01/04, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, “caput”, do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV:

FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0602129-11.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.R.Q.L.A. - 1. Diante da juntada retro (fls. 84/85), DÊ-SE nova vista dos autos ao Ministério Público. 2. Após, VOLTEM-ME conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: PAULO ROGÉRIO KOLENDA LEMOS DOS SANTOS (OAB 7199/AM), ADV: YARGO GOSZTONYL VIDAL (OAB 10415/AM), ADV: ALEX COSME PINTO (OAB 12301/AM) - Processo 0602452-16.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.A.O.N.A. - DILIGENCIE-SE para a realização da consulta, via Sistema SIEL, em nome do Sr. A. C. A. M. F., certificando o resultado. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM), ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0602478-14.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.M.B.M. - M.S.B.M. - 1. Diante da juntada retro (fls. 345), bem como da petição de fls. 341/344 e 300/309, DÊ-SE nova vista dos autos ao Ministério Público. 2. Outrossim, considerando as promoções ministeriais de fls. 275/276 e 339, para que seja desentranhado dos autos as petições de fls. 249/269 e 313/319, INTIMEM-SE os Terceiros Interessados, por seus patronos, para manifestação pertinente no prazo de 05 (cinco) dias. 3. Após, VOLTEM-ME conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO (OAB 11125/PA) - Processo 0602481-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Rosangela Felix Marques - REQUERIDO: Nirlene da Silva Smith e outros - 1.Analisando novamente esta demanda AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, onde ambos os polos encontram-se devidamente identificados e qualificados desde a exordial; ACOLHO NA ÍNTEGRA, por seu próprio embasamento, O R. PARECER MINISTERIAL RETRO (fls. 519). 2.Nos termos do artigo 357, "caput" e incisos I, II, IV e V, do Código de Processo Civil e no sentido de resolver esta única questão ainda pendente; (2.1.) INDEFIRO O PEDIDO DO ITEM "b)", às fls. 09, posto que, apesar dos argumentos da parte autora e diante da natureza da causa, tenho por temerária a concessão da tutela provisória de urgência requerida, sem ouvir a parte contrária, pelo risco de lhe causar dano irreparável ou de difícil reparação; para tanto, (2.2) DEFIRO a produção de prova oral, testemunhal, documental e pericial; (2.3.) FIXO O PRAZO COMUM DE 15 (QUINZE) DIAS, contado a partir das intimações relacionadas à presente decisão, PARA QUE AS PARTES APRESENTEM ROL DE TESTEMUNHAS, sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (art. 357, §§ 4º e 5º, em seu trecho final); E, por último, (2.4.) DETERMINO QUE SEJA PAUTADA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, o mais breve que for possível. 3. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 4. Diligencie-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a urgência que o caso concreto requer. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC, se for o caso de intervenção obrigatória. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0602724-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: R.S.C. - 1. Em razão da juntada de fls. 62/86, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: ZULMIRA GUEDES DE SOUZA (OAB 3902/AM) - Processo 0602918-73.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Salomao Miguel Chaibe Neto - CERTIFIQUE-SE a respeito do integral cumprimento do despacho de fls. 36, devendo a secretaria providenciar o que for necessário à sua efetivação, observando-se o disposto no art. 228, II, § 2º do NCPC. CUMPRA-SE, sem tardança.

ADV: NÍVIA DA SILVA PIRES (OAB 12069/AM), ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM) - Processo 0603844-88.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: J.I.F.R. - P.I.F.R. - ASSISTENTE: L.E.F.F. - 1. CERTIFIQUE-SE acerca dos argumentos e pedidos narrados no bojo da petição de fls. 135/136 e da própria peça recursal (fls. 138/141), junto ao SAJ/PG-5 e conforme seja necessário. 2. Em seguida, venha outra vez conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0604219-60.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: G.S.M.M. - L.S.M. - REQUERIDO: M.A.B.A. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 08/04/2020 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM) - Processo 0605851-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.R.G.G. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0605851-19.2019.8.04.0001 Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/PROC Requerente: Advogado: LUCAS RODRIGO GONZALES GILONNA Lycia Fabíola Gomes de Andrade OAB -4580/AM Requerido:M.P.G.N.G. Representada por Ketiane Nascimento dos Santos O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, Lucas Rodrigo Gonzales Gilonna, titular do RG n.º 27057585 e do CPF sob o n.º 03736299230, residente e domiciliado na Rua 03, Quadra Ingá, Bloco 47, APT. 301, Viver Melhor III, Monte das Oliveiras - CEP 69099-148, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/PROC n.º 0605851-19.2019.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 19 de agosto de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM) - Processo 0607123-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: Antonio Carlos Alves de Souza - ATENDA-SE o requerimento retro. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0607766-06.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.R.L. - ALIMENTAND: A.K.L.F. - Diante da juntada da contestação de fls. 46/48 e replica de fls. 59/62, ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: RUBENS GONÇALVES BRITO (OAB 12484/AM) - Processo 0608541-21.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: A.S.A. - CERTIFICO que, face a manifestação da parte autora, em razão da devolução do mandado negativo retro e em cumprimento ao despacho do MM. Juiz de Direito Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica REDESIGNADA a audiência de conciliação/mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , Manaus - AM, para o dia 03 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início

às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação - Audiência", a fim de que tomem ciência da redesignação da audiência. Sendo expedido neste ato novo mandado de citação para o endereço indicado retro.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0609052-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.V.M.F. e outro - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM) - Processo 0609883-38.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.S. - INTIME-SE a parte autora (E. S.), por seu patrono, para que especifique es provas que ainda pretenda produzir e/ou ratificar as que tiver indicado (idem, art. 348) Outrossim, CONSIGNO que com o advento da nova lei processual civil, o réu revel poderá produzir provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção (art. 349). Int. CUMPRA-SE.

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0609965-98.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Fixação - REQUERENTE: R.S.T. - Pelo MM. Juiza de Direito foi então proferida a seguinte SENTENÇA: "Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de Divórcio Litigioso proposta por R.S.T.O em face de R.T.A.O, sendo que os dois estão identificados e qualificados desde o princípio. Por ocasião da presente audiência, as partes convencionaram, Guarda, Direito de Companhia Convivência e Alimentos, celebrando acordo num total de 08 (oito) itens. O ilustre Membro do Ministério Público, em audiência, mostrou-se favorável à homologação do acordo, por terem sido, verdadeiramente, preservados os interesses dos filhos menores, N.TO., L.T.O e L.T.A.O. , com 9 (nove) e 6 (seis) e 2 (dois) anos de idade, respectivamente, assegurando-lhes os direitos insculpidos à luz dos Principios da Proteção Integral do Menor, bem como da Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente. É O RELATÓRIO SUCINTO. FUNDAMENTO E DECIDO. Tendo em vista que foi formulado, neste ato processual, acordo que resolve todas as controvérsias da ação, nos termos do parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal, decorrente da Emenda Constitucional nº 66/2010, porquanto o mesmo preenche todos os requisitos legais da espécie e atende os interesses dos dois pólos do litígio. Ante o exposto, fundamentado no artigo 487, III, alínea b, da Lei de Ritos, HOMOLOGO, na íntegra, o acordo feito por R.S.T.O e R.T.A.O , para que surta seus jurídicos e legais efeitos, DECRETANDO O DIVÓRCIO DAS PARTES, voltando a divorcianda a assinar o nome de solteira (vide item 03) e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Ademais, a requerimento conjunto, fica dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência. Cientificadas as partes. Isentos de custas, por força da Lei. EXPEÇAM-SE os competentes Mandado de Averbação, Termo de Guarda Unilateral dos menores N.TO., L.T.O e L.T.A.O. , em favor da genitora (vide item 05) . Tudo providenciado, DÊ-SE baixa e ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo. CUMPRA-SE."

ADV: LUANA DO SOCORRO DE ARAÚJO MORIZ (OAB 13294/AM) - Processo 0610200-65.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: L.C.R.S. - Pois bem, nesta Ação de Divórcio Litigioso em que os acordantes pretendem a conversão para consensual como homologação de autocomposição parcial e prosseguimento quanto aos pontos que remanescem controvertidos. O acordo formalizado no termo de fls. 44/46, embora não tenha sido cabal, apresenta-se com regularidade formal, além de evidenciar que estão suficientemente resguardados os interesses da família naquilo que foi acordado. Quanto a intervenção do ministério Público, foi observada a regra o art. 178, II do Código de Processo Civil. Assim, satisfeitas as exigências legais, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, "b", do Código de Processo Civil , HOMOLOGO O ACORDO PARCIAL DE FLS. 44/46; para que surta os seus jurídicos e legais efeitos; DECRETO, por sentença, o divórcio de L. C. R. de O. e B. A. F. de O., a qual voltará a usar o nome de solteira, L. C. R. e S.; E, assim, RESOLVO PARCIALMENTE O MÉRITO DO PROCESSO, sem prejuízo do prosseguimento do feito com relação ao ponto de dissenso, ou seja, os alimentos para os filhos menores e partilha de bens. Isento de custas nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Finalmente, ante a renúncia expressa ao direito recursal, EXPEÇA-SE o mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil, inclusive no que tange ao nome conjugal. Pelo prosseguimento, passo a proferir decisão de saneamento e organização do processo (CPC, art. 357). À Sra. Diretora de Secretaria, para certificar se a parte requerida deixou transcorrer em branco, o prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de contestação sobre o pedido de alimentos e partilha de bens, conforme fls. 45. Após, VOLTEM-ME conclusos. DÊ-SE ciência ao Ministério Público. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0610420-63.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: I.C.S. - AUTORA: G.P.V. - REQUERIDO: F.C.V.J. - 1. Não sendo o caso de nenhuma das providências preliminares previstas no artigo 347 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO o prosseguimento do feito, iniciando-se a fase de produção de provas. 2. DEFIRO a produção de prova oral, testemunhal, documental e pericial. 3. PAUTE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 4. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 5. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC, se for o caso de intervenção obrigatória. Intimem-se e CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: JHULLIEM RAQUEL KITZINGER DE SENA GUIMARÃES (OAB 13018/AM), ADV: CAIO HENRIQUE BASTOS NUNES RODRIGUES (OAB 9827/AM) - Processo 0610781-17.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Criselide Eloy do Nascimento - REQUERIDA: Michelle Nascimento da Silva - Em face do documento médico juntado pela parte interessada (receituário médico - fls. 97/98); por conta do que dispõe o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal 13.146/2015) e, ainda, diante da dificuldade do encaminhamento de laudo pela Superintendência Estadual de Saúde (SUSAM), INTIME-SE a parte autora para ratificar seus argumentos, ou seja, para a possível juntada de LAUDO MÉDICO E EXAMES de saúde da pessoa interditada e que respondam aos quesitos do Douto Promotor de Justiça às fls. 66/67; bem como para o que mais entender necessário (prazo de 15 dias). Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOYCE MARQUES DE ALMEIDA (OAB 13087/AM), ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM) - Processo 0611214-26.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bem de Família - REQUERENTE: Irma Ines Torres de Oliveira - DELIBERAÇÃO JUDICIAL: Vistos, Ao tempo em que RATIFICO na íntegra, por seu próprio embasamento, a decisão interlocutória de fls. 177/179; SUSCITO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, nos termos do artigo 66, II, do vigente Código de Processo Civil e em face da 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho desta capital, a ser dirimido no Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Assim, EXPEÇA-SE o ofício competente, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, com a urgência que a questão reclama.

ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM) - Processo 0611482-41.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.P.O. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva citação da requerida (R. D. de O.), na forma e local ali indicados, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia

(CPC art. 344). Á secretaria para expedição de novo mandado de citação CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY (OAB 4271/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM) - Processo 0611724-97.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: José Wanderley Dallas Rei Dias - REQUERIDA: Maria do Socorro Carneiro de Oliveira Dias - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, ACOLHO a oferta do autor, para fixar os alimentos provisórios à requerida, Sra. Maria do Socorro Carneiro de Oliveira Dias, no valor correspondente a 03 (três) salários mínimos, pelo prazo de 06 (seis) meses, cujo montante deverá ser pago até o dia 30 (trinta) de cada mês, diretamente à requerida ou em conta bancária que esta venha a indicar. Intime-se o autor, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição de documentos de fls. 123/133. Intime-se a requerida, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 137/141, 142/154 e 155/198. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM), ADV: MARCIO ANTONIO DE OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 8212/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM) - Processo 0612433-35.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: T.B.I. - S.R.R.B. - REQUERIDO: T.B.I. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 06/11/2019 às 15:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. INTIMAR REQUERENTE,, CITAR/INTIMAR REQUERIDOS.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0613100-21.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Oferta - REQUERENTE: W.F.R. - REQUERIDA: E.C.S.R. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 06/04/2020 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDA E DEFENSORA.

ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM) - Processo 0613607-79.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.C.B. - 1. Analisando outra vez esta demanda, observo que o despacho de fls. 43, foi lançado equivocadamente nos autos, de modo que TORNO-O SEM EFEITO. 2. Outrossim, INTIME-SE o patrono da parte autora para comprovar o recolhimento integral das custas processuais, condição sine qua non ao proferimento da sentença homologatória (art. 7º da Portaria nº 116/2017 - PTJ). 3. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE, observadas as cautelas de praxe.

ADV: HELIANE NOGUEIRA (OAB 4041/AM), ADV: ARIANE BIANCA SANTOS TORRES (OAB 13065/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM) - Processo 0613719-82.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.P.L. - P.L.S.S. - REQUERIDA: R.C.P. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 02/04/2020 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: FRANCISCA MARLENE FEITOSA DA SILVEIRA (OAB 1495/AM) - Processo 0614282-42.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Terezinha Oliveira Souza - 1. Diante da petição retro (fls. 45), verifico que assiste razão a patrona da Requerente. Em sendo assim, CHAMO O PROCESSO À ORDEM, para tornar sem efeito o despacho de fls. 41, bem como a certidão de fls. 43. 2. Desde já, fica CANCELADA a audiência pautada para o dia 04/11/2019, às 12:00 horas, devendo a Diretora de Secretaria excluir da pauta de audiências da Semana de Conciliação. 3. Outrossim, PAUTE-SE nova data, com a máxima brevidade, para exame e entrevista da parte interditanda. Para tanto, PROVIDENCIE-SE a citação e intimação desta.(art. 751 do NCPC) 4. Outrossim, INTIMEM-SE a Requerente, seu patrono e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que o caso reclama.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM) - Processo 0614399-67.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: B.Q.L. - 1. Diante da juntada retro, CONCEDO vista dos autos ao Ministério Público (Art. 178, II, CPC) 2. Após, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0614420-43.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Carlos Alberto Nobre de Carvalho - Em atenção ao item 3 do despacho de fls. 66, INTIME-SE a parte requerente para juntar aos autos o Laudo Médico da pessoa interditanda, que respondam os quesitos dos incisos I a IV, parágrafo 1º, artigo 2º da Lei 13.146/2015, bem como para o que mais entender necessário, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0614487-81.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: R.M.M. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Cumprimento de Sentença, que foi formalizada por N.I M. P., menor representada por sua genitora, a Srª. R. M. M., em face de E. F. P., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 53/62. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 73, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 74. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls. 75, conforme certidão de fls. 76 e 79, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 10 de setembro de 2018, conforme juntada de petição de fls. 53/62, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada

pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: SÉRGIO DE ALMEIDA PIMENTA (OAB 9288/AM) - Processo 0614672-17.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.E.A. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUANA BARROSO COLARES (OAB 6864/AM), ADV: ANTÔNIO DE LUCENA BITTENCOURT NETO (OAB 2395/AM) - Processo 0615347-48.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.J.S. - REQUERIDA: J.M.B.S. - CUMPRA-SE o despacho de fls. 192, integralmente. CUMPRA-SE.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0615528-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERIDA: Graciete de Abreu Corrêa e outro - Ao passo em que REITERO A DELIBERAÇÃO JUDICIAL DAS FLS. 487/488, ATENDA-SE o requerimento retro, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Por outro lado, quanto às recentes juntadas de fls. 491 e seguintes, por parte da Sra. agravante G. DE A. C., que - agora - está atuando em causa própria, CERTIFIQUE-SE SOBRE A SUA TEMPESTIVIDADE, bem como se a agravante juntou os documentos previstos no artigo 1.018 do CPC. Em seguida, INTIME-SE a parte agravada para a manifestação que lhe aprouver. Oportunamente, ou seja após o devido cumprimento das determinações dos parágrafos anteriores, venham outra vez conclusos. Diligencie-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com as cautelas de praxe.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0615528-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERIDA: Graciete de Abreu Corrêa e outro - I) Ao passo em que REITERO A DELIBERAÇÃO JUDICIAL DAS FLS. 487/488, ATENDA-SE o requerimento retro, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. II) Por outro lado, quanto às recentes juntadas de fls. 491 e seguintes, por parte da Sra. G. DE A. C., que - agora - está atuando em causa própria, CERTIFIQUE-SE SOBRE A SUA TEMPESTIVIDADE, bem como se a dita agravante juntou os documentos previstos no artigo 1.018 do CPC. III) Em seguida, INTIME-SE a parte agravada (qual seja a Defensoria Pública do Estado do Amazonas) para a manifestação que lhe aprouver. IV) Oportunamente, isto é após o devido cumprimento das determinações dos parágrafos anteriores, venham outra vez conclusos. V) Diligencie-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais (logicamente, inclusive as prerrogativas da DPE/AM) e cautelas de praxe.

ADV: RAIMUNDO DA CRUZ FARIAS JÚNIOR (OAB 14186/AM) - Processo 0616423-39.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.R.M.T. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: DEBORAH BORGES DE OLIVEIRA (OAB 13346/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0617414-10.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.G.R.P.M. e outro - REQUERIDO: M.J.R.V. - DIANTE da juntada de contestação de fls. 30/75 e replica de fls. 79/82, ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: ELIETE DE OLIVEIRA (OAB 3523/AM) - Processo 0617794-67.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0618802-16.2017.8.04.0001) - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: G.M.B. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. INTIME-SE a parte requerente, por meio de seus advogados, para requerer o que entender de direito. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM) - Processo 0619713-33.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inventário e Partilha - REQUERENTE: ILDEANA VERÍSSIMO DOS SANTOS - REQUERIDO: REGINALDO PINTO DOS SANTOS - Em razão do acordo de fls. 491/494, bem como por tudo o mais que consta dos autos, ABRA-SE vista ao representante do Ministério Público com - reconhecida - atuação nesta 6ª Vara de Família, devendo a Sra. Diretora de Secretaria diligenciar a respeito. Em seguida, venham outra vez conclusos. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que o caso requer.

ADV: JOSÉ CARLOS GOMES DE LIMA (OAB 7383/AM) - Processo 0619817-59.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: G.N.T. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA: 1.Vistos, 2.Diante dos elementos de prova apresentados pela exequente e das deliberações judiciais que foram lançadas nos autos, em especial a da folha 45, a qual resolvo ratificar na íntegra; INTIME-SE/CITE-SE O EXECUTADO C. H. F. P., que poderá ser encontrado no(s) endereço(s) indicados às fls. 118, PARA, NUM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, EFETIVAR A ENTREGA DO VEÍCULO DE PLACA NOR-4824, marca Chevrolet, modelo CELTA, cor PRETA, À SRA. G. N. T., ora exequente; BEM COMO PARA PROVIDENCIAR, no mesmo prazo, A DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL DESCRITO NO PROCESSO, SOB PENA DA SUA IMEDIATA DESOCUPAÇÃO COMPULSÓRIA, inclusive com a possibilidade do auxílio de força policial. 2. Outrossim, consigno que o descumprimento da(s) presente(s) obrigação(cões) de fazer e/ou entrega de coisa certa no prazo estipulado, implicará ao recalcitrante a aplicação de multa diária no importe de R$ 1.626,00 (hum mil, seiscentos e vinte e seis reais), limitada no prazo de 30 (trinta) dias (CPC, arts. 498, par. único, 536 e 537, "caput" e §1º). 3.Caso - ainda - persista(m) o(s) inadimplemento(s), voltem-me conclusos para que sejam expedidos de imediato os competentes Mandados de BUSCA E APREENSÃO (VEÍCULO) e de IMISSÃO NA POSSE (IMÓVEL) e/ou para o emprego de outras medidas de apoio, em desfavor do polo passivo e que sejam necessárias. 4.Diligencie-se, INTIME(M)-SE e CUMPRA-SE, observadas as cautelas de estilo e com a urgência que o ação reclama.

ADV: NEAN JULES COSTA PEDROSO (OAB 8655/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0619834-90.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: D.N.C. - REQUERIDO: A.C.M.S. - CERTIFIQUE-SE a respeito do integral cumprimento do despacho de fls. 85, devendo a secretaria providenciar o que for necessário à sua efetivação, observando-se o disposto no art. 228, II, § 2º do NCPC. CUMPRA-SE, sem tardança.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0619868-31.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERIDO: Sebastião Amaral Ribeiro - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes às fls. 56, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: DIEGO NUNES DA SILVA (OAB 13208/AM) - Processo 0619929-57.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXECUTADO: D.O.F. - Antes de qualquer outra deliberação nestes autos, CERTIFIQUE-SE a respeito do cumprimento do despacho proferido em audiência (fls. 119), especificamente sobre a juntada de substabelecimento e a regularização da representação processual dos exequentes, considerando o advento da maioridade no curso do processo. Int. CUMPRA-SE, sen tardança.

ADV: MÁRIO CÉLIO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 4346/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0620078-87.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0253631-35.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXECUTADO: Pedro Soares Gomes - 01. ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. 02. REMETA-SE a 3ª Contadoria para elaboração de novos cálculos. 03. INTIME-SE a parte exequente para se manifestar especificamente sobre o título executivo de fls. 162-164, bem como sobre o resultado de cálculo judicial. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM),

ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM) - Processo 0621367-84.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.F.L. - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, que foi intentada por J. F. L., em face de E. de A. L., na qual ambos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no feito, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 92/93. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 92/93 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: LEONARDO MARQUES TORRES (OAB 14579/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM) - Processo 0622011-22.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F.M.O. e outro - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 18/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0622233-87.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.B.C. - ALIMENTAND: Y.M.B.C. - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0622998-58.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: K.R.A.R.M. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO C/C PARTILHA DE BENS, que foi formulada pela Sra. K. R. do A. R. M., em face de H. M. de S. N., na qual ambos estão devidamente identificados e qualificados desde a vestibular. Sendo que, acompanhando a peça citada, foram juntados os documentos de fls. 06/17. Então, após determinadas e diversas diligências que foram tomadas no processo, os litigantes resolveram chegar no consenso delineado às fls. 67/69. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. Pois bem, ao tempo em que deixo assinalado que não houve no presente feito a intervenção do Ministério Público, ante ausência de menores/incapazes, verifica-se que, no curso do feito e ao teor da juntada de fls. 67/69, as partes estão requerendo a homologação judicial do acordo ali descrito, de maneira que não mais remanesce controvérsia a respeito da suscitada divisão de patrimônio do ex-casal. Ademais, devo consignar que as questões tributárias submetem-se às regras dos artigos 659, § 2º, e 662, também em seu parágrafo 2º, ambos do CPC/2015, não havendo, pois, pendências a serem dirimidas neste momento. Ante o exposto, cumpridas as formalidades legais da matéria e com fundamento no aludido artigo 659 c/c a norma processual do 487, caput, inciso III, letra "b", os dois da vigente Lei de Ritos; HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO DE FLS. 67/69 (para que surta os seus jurídicos e legais efeitos); DECRETO, por sentença, o divórcio de K. R. do A. R. M. e H. M. de S. N., a qual continuará a usar o nome de casada; E, destarte, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Sra. Diretora de Secretaria certificar e diligenciar a respeito. Por último, considerando o teor da presente sentença homologatória, PROCEDA-SE a retirada de pauta da audiência designada às fls. 64/65. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50. P. R. I. CUMPRA-SE, obedecidas as regras legais e as cautelas de praxe. Após o trânsito em julgado, EXPEÇAM-SE o Mandado de Averbação ao Ofício do Registro Civil, ressalvando que divorcianda continuará a usar o seu nome de casada, a saber K. R. do A. R. M., bem como OS COMPETENTES FORMAIS DE PARTILHA, observadas as regras do art. 659, § 2º e do art. 662, § 2º, ambos do CPC e, ao final, DÊ-SE baixa e arquivem-se.

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0623325-76.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: G.L.I. e outros - EXECUTADO: E.L.I. - DEFIRO o pedido de dilação de prazo de fls. 114. Prazo: 30 (trinta) dias. Transcorrido o prazo ou havendo manifestação da parte interessada, VOLTEM - ME os autos concluso. CUMPRA-SE.

ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM), ADV: RONAN BATISTA MOREIRA (OAB 8849/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0623608-26.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: Waleska Freitas Braga de Lima - EXECUTADO: Francisco Osmar de Lima Filho - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva intimação da parte executada na forma e local ali indicados. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0623623-92.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Simples - REQUERENTE: R.V.R. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 18/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0624189-75.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.A.S. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: ROSA GABRIELA GAZEL SANTANA (OAB 11103/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: JOYCILENE PRAIA RAMOS (OAB 12587/AM) - Processo 0624595-96.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.M.R.C. - REQUERIDO: N.R.A. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 06/04/2020 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDA E DEFENSORA.

ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM), ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0624596-18.2017.8.04.0001 - Tutela Infância e Juventude - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Sandoval Pinheiro de Amorim Neto - REQUERIDA: Janete Freire de Amorim e outros - Diante da petição retro (fls. 119) e documentos de fls. 120/127, INTIME-SE o patrono da parte autora, para manifestação pertinente no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0624921-22.2019.8.04.0001 - Interdição - Crime / Contravenção contra Idoso - REQUERENTE: M.E.N.T. - 1. A partir da juntada retro (fls.59/60), CONCEDO nova vista dos autos ao Ministério Público. 2. Após, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0625191-46.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.L.M. - 1. Atenda o requerimento retro, PROCEDAM-SE as retificações no cadastramento da parte, junto ao SAJ/PG-5. 3. Não obstante

a petição retro, INTIME-SE a parte autora para manifestação pertinente a certidão às fls. 39. CUMPRA-SE.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0625252-04.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: W.A.S. - REQUERIDA: A.A.L. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 26, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, CANCELADA, de consequência, a audiência de conciliação designada para o dia 20/08/2019 às 9:30 horas no CEJUSC Família.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: WIRLENY BENEZAR FALCÃO (OAB 13837/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0625312-11.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: F.T.S.S. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0625573-73.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.S.P. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0625573-73.2018.8.04.0001 Ação:Guarda/PROC Requerente:Advogado:Elizeu Silva Pinho Patrícia Sena Praia, OAB/AM 8244 Frederico Gustavo Távora, OAB/AM 6462 Elcinete Cardoso de Almeida, OAB/AM 6946 RequeridoGleiciane Bezzerra da Silva Pinho O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, ELIZEU SILVA PINHO, titular do RG n.º 17759 e do CPF sob o n.º 666.445.692-34, residente e domiciliado na Rua C1, 517, Coroado - CEP 69082-000, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Guarda/PROC n.º 0625573-73.2018.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 20 de agosto de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz.

ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM) - Processo 0626697-28.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: E.S.R. - 01. Em razão de que a pretensa de alterar o acordo, em processo transitado em julgado, deve ser processada em ação própria, bem como por tudo mais que dos autos consta; INDEFIRO de plano o requerimento de fls. 209. 02. Intime(m)-se a parte interessada para a(s) providência(s) que entender (em) necessárias. 03. Após a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, PROCEDA-SE o efetivo arquivamento.

ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: JEFFERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 13823/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: JONES DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9616/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM) - Processo 0628164-76.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.L.C. - Tratando-se de ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, NÃO incidem os efeitos da revelia, de modo que os fatos alegados devem ser comprovados (CPC, art. 345, II). Assim, INTIME-SE a parte autora (N. L. C.), por seu patrono, para que especifique es provas que ainda pretenda produzir e/ou ratificar as que tiver indicado (idem, art. 348), prazo de 5 (cinco) dias. Outrossim, CONSIGNO que com o advento da nova lei processual civil, o réu revel poderá produzir provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção (art. 349). Int. CUMPRA-SE.

ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM) - Processo 0628212-30.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Chrisley Rodrigues de Paiva - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 18 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ROSILDA DE CARVALHO (OAB 5354/AM) - Processo 0628236-63.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Retificação de Nome - REQUERENTE: Keyte Iris Aguiar de Souza - REQUERIDO: W.G.S. - W.C.S. - : N. M. S. G. (menor) - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC-FAMÍLIA-Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, no dia 08/11/2018 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ROSILDA DE CARVALHO (OAB 5354/AM) - Processo 0628236-63.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Retificação de Nome - REQUERENTE: Keyte Iris Aguiar de Souza - REQUERIDO: W.G.S. - W.C.S. - : N. M. S. G. (menor) - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 09/04/2020 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: ROSILDA DE CARVALHO (OAB 5354/AM) - Processo 0628236-63.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Retificação de Nome - REQUERENTE: Keyte Iris Aguiar de Souza - REQUERIDO: W.G.S. - W.C.S. - Instrução e Julgamento Data: 09/04/2020 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MÁRCIA FABÍOLLA HOLANDA FERREIRA (OAB 9338/AM) - Processo 0629405-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: C.R.S. - Em reverência ao disposto no artigo 9º e 10 do Novo Código de Processo Civil e demais normas da matéria, o qual incorporou ao nosso ordenamento jurídico a versão moderna do princípio do contraditório, vedando as denominadas “decisões surpresas” sem que se tenha oportunizado à(s) parte(s) que apresentem manifestação nos autos, DETERMINO a intimação da parte autora, por meio de seu(sua) patrono(a), para requerer o que entender de direito. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, voltem-me conclusos para decisão.

ADV: JONES DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9616/AM) - Processo 0629539-10.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: C.B.M. - Diante da juntada de certidão de fls. 41, devolvo a CEJUSC e verificar que já foi concedida a justiça de gratuita (fls. 40, item 6). Consigno que a presente ação está tramitando com os benefícios da Justiça Gratuita, conforme declaração da parte e nos termos do art. 98, caput, § § 2º e 3º do NCPC. CUMPRA-SE.

ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) -

Processo 0629712-05.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0634273-09.2016.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: T.M.S. - 1.INTIME-SE autor e réu, por seus patronos constituídos, para apresentarem suas razões finais escritas, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias (NCPC, art. 364, §2º). 2. Decorridos os prazos, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos, certificando-se o que for necessário. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARCOS ANTÔNIO MARTINS AFONSO (OAB 1325/AM) - Processo 0630323-21.2018.8.04.0001 - Petição Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Raimunda Braga Dirane - DÊ-SE VISTA ao autor sobre a contestação e os documentos juntados de fls. 43-56 para, querendo apresentar a respectiva réplica. Após à conclusão.

ADV: LEONARDO PEREIRA DE MELLO (OAB A898/AM) - Processo 0630787-79.2017.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.S.N. - Em razão do acordo formulado e homologado nos autos, bem como por tudo o mais que consta do processo, ACOLHO O(S) REQUERIMENTO(S) DA PEÇA RETRO, por seu proprio embasamento legal e jurisprudencial. Ao tempo em que RATIFICO A HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL LANÇADA NOS AUTOS; EXPEÇA-SE o ofício ali mencionado (com todas as cópias que forem necessárias), a FIM DE QUE A 3ª REGIÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO, com sede no centro histórico da cidade e Comarca de Porto Alegre/RS, PROVIDENCIE A IMEDIATA REINCLUSÃO DO NOME DA SRA. N. C. Y. (a qual foi reconhecida - judicialmente - como ex-companheira do militar e também acordante R. DOS S. N.) COMO BENEFICIÁRIA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO EXÉRCITO - FUSEX, sob pena de multa diária da ordem de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) e sem prejuízo do emprego da medida de apoio que for pertinente, inclusive a incidência do oficial responsável (pelo cumprimento da medida) no Crime de Desobediência. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que a ação reclama.

ADV: YZÉLIA LIRA DE PAULA (OAB 9789/AM) - Processo 0630870-66.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0603032-51.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: O.F.N. - Em razão dos mais recentes requerimentos das partes, sendo que - agora - a Sra. Y. L. DE P. está atuando em causa própria, como também pelo mais que consta dos autos; INTIMEM-SE os interessados para os pronunciamentos que entenderem necessário, num PRAZO COMUM DE 15 (quinze) dias, relacionado ao possível prosseguimento da lide e sob pena da sua efetiva baixa e posterior arquivamento. Superado tal prazo, com ou sem respostas, voltem-me novamente conclusos. Intimem-se eCUMPRA-SE, com a presteza que o caso requer.

ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0630948-21.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.O.Z. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. INTIME-SE o patrono da autora pra informar sobre eventual ciência do ajuste, bem como esclarecer sobre sua permanência na representação processual, observando os termos a Resolução nº 15/2010 do e . Tribunal de Justiça do Amazonas. Int. CUMPRA-SE.

ADV: THÊMIS BAYMA VALLE (OAB 1928/AM) - Processo 0631104-43.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: M.G.S.R. - Tendo em vista que o processo está sentenciado às fls. 38-39, transitado em julgado em 16/04/2019, após as providências que ainda se mostrem necessárias, mantenha-se a efetiva baixa e o posterior ARQUIVAMENTO dos autos. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE.

ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM) - Processo 0631133-59.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Afrânio da Silva Ribeiro - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CLAYTON ROITMAN MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9115/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0631248-85.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: R.J.R. - EXECUTADO: C.L.G.R. - Diante das juntadas de fls. 290-292 e o requerimento de fls. 299, EXPEÇA-SE o competente alvará na forma requerida, dando ciência à parte do resultado. Outrossim, REITERO o despacho de fls. 300. CUMPRA-SE.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0631253-05.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Guarda - REQUERENTE: J.P.F. - Ante a manifestação ministerial retro, INTIME-SE as partes para que venham em termos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM) - Processo 0631412-21.2014.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Regulamentação de Visitas - REQUERIDA: E.G.S. - Inclusive diante das conhecidas dificuldades para a efetiva realização de uma nova/efetiva avaliação psicossocial com as pessoas envolvidas na lide, bem como em razão do tempo decorrido desde o início da ação, bem como pelo mais que consta dos autos, ou seja, em especial diante das mais recentes pela patrona do Sr. F. S. C. J., INTIME-SE a parte contrária (dona E. G. DOS S.) para o pronunciamento que lhe aprouver (num prazo de 10 DIAS). Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, ABRA-SE VISTA ao Ministério Público, possivelmente para o seu parecer derradeiro, devendo os autos voltarem conclusos logo em seguida. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que a ação reclama.

ADV: ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 3974/AM), ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM) - Processo 0631719-04.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: E.A.C. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WANDERLÚCIO DE SOUZA VASCONCELOS (OAB 9850/AM) - Processo 0631874-36.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Exoneração - REQUERIDO: L.G.V.M. - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0631874-36.2018.8.04.0001 Ação:Petição Cível/PROC Requerente:Guilherme Damasceno da Silva RequeridoLucas Gabriel Ventura Maximo O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6ª Vara de Família da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, LUCAS GABRIEL VENTURA MAXIMO, atualmente com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, Guilherme Damasceno de Souza, domiliado e residente no Beco Tres Irmaos, 160, Coroado - CEP 69080-510, Manaus-AM, devendo o Sr. LUCAS GABRIEL VENTURA MAXIMO apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial (Código de Processo Civil, art. 285). Manaus,16 de agosto de 2019. (E01947).

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0631944-87.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: T.C.N. - L.H.N.C. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE c/c ALIMENTOS, que foi proposta por T. C. N., neste ato representado por sua genitora, Sra. L. H. do N. C., em face de F. da S. A., pleiteando que ele seja declarado seu pai e requerendo, por esta razão, a condenação do mesmo a lhe prestar alimentos. Acompanhando a petição de ingresso (fls. 01/06), foi juntado os documentos de fls. 08/13. Foi realizado o exame de DNA, cujo resultado foi positivo fls. 34/36. Aconteceu que, durante a audiência de conciliação, as partes chegaram a um consenso e formularam um acordo parcial, em relação ao reconhecimento de paternidade, o regime de guarda e o direito de visitas, no qual ficou estabelecido que a guarda permanecerá com a genitora e que o direito de visitas paterna será exercido de forma livre, conforme termo de fls. 37/38. Às fls. 65, o Ministério Público manifestou-se favorável pela homologação do acordo parcial e pelo prosseguimento do feito, para fixação da pensão alimentícia. É O RELATÓRIO. DECIDO. A ação é de investigação de paternidade fundamentada no artigo 27

do Estatuto da Criança e do Adolescente, em que o exame de DNA, positivo, e o reconhecimento da paternidade não deixam dúvida: o autor é efetivamente filho do réu. Decidida essa questão, os acordantes pretendem homologação de autocomposição parcial, quanto a retificação do nome do menor no competente registro civil, o regime da guarda, de forma unilateral, em favor da genitora e o direito de visitas e convivência do genitor, que serão exercidas na forma livre com prévia comunicação; e, por conseguinte, pelo prosseguimento do feito quanto a pensão alimentícia. O acordo formalizado no termo de fls. 37/39, embora não tenha sido cabal, apresenta-se com regularidade formal, além de evidenciar que estão suficientemente resguardados os interesses do menor naquilo que foi acordado. Quanto a intervenção do ministério Público, foi observada a regra o art. 178, II do Código de Processo Civil. Isto posto, com amparo no art. 487, III, "b", do Novo Código de Processo Civil, HOMOLOGO O ACORDO PARCIAL DE FLS. 37/39, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, reconhecendo a paternidade do de F. da S. A. em relação ao autor T. C. N., bem como o regime de guarda e visitas, com o qual concordou expressamente o Ministério Público, sem prejuízo do prosseguimento do feito com relação ao ponto de dissenso, ou seja, a pensão alimentícia. Sem custas, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se, registre-se, intimem-se. Finalmente, ante a renúncia ao direito recursal, EXPEÇAM-SE o Termo de Guarda Unilateral em favor da genitora e o competente Mandado de Averbação, devendo incluir os dados paternos necessários, devendo observar as informações prestadas às fls. 37, 43 e, por último, 82/83. Pelo prosseguimento, passo a proferir DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO (CPC, art. 357): 1. Em vista dos argumentos da petição de fls. 41/42, FIXO ALIMENTOS PROVISÓRIOS (em favor de T. C. N. e ao encargo do requerido F. da S. A.), NO CASO CONCRETO NUM VALOR EQUIVALENTE A 12% (DOZE POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO, a ser pago todo dia 30 (trinta) de cada mês, o que faço nos termos do artigo 4º da Lei Federal 5.478/68 e demais normas da matéria, bem como diante da falta de maiores elementos a respeito da capacidade financeira da parte alimentante e das necessidades dos alimentandos. 2. Destarte, assinalo que tal obrigação terá início no próximo dia 30/08/2019, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DA ORDEM DE 10% SOBRE O VALOR DA PENSÃO, caso haja algum atraso, e mediante depósito na conta bancária da representante do autor, a ser indicada, com a máxima brevidade, pela parte autora. 3. INTIME-SE o patrono da parte Requerente, para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, os dados bancários da representante do autor (conta corrente, banco, agência, titular, CPF), para pagamento direto dos alimentos PROVISÓRIOS. 4. Outrossim, DESIGNE-SE nova data para audiência de instrução e julgamento, com a brevidade que for possível, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 5. DEFIRO a produção de prova documental e testemunhal. 6. INTIME-SE a parte requerida, por carta com AR e através de sua Defensora, para depoimento pessoal, devendo contar as providências previstas no art. 335, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 7. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 8. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 9. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC. Int. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a urgência que o caso concreto requer.

ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: CAMILA DA COSTA ALMEIDA (OAB 8877/AM) - Processo 0632199-74.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: Flavia Kamila da Silva de Alburquerque - REQUERIDO: Mário Jorge Bulbol Abrahão - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL C/C PARTILHA DE BENS, ALIMENTOS E DIREITO DE GUARDA E VISITA, que foi proposta pelo ex-casal F. K. DE A. A. e M. J. B. A., ambos devidamente identificados e qualificados desde a inicial. Ocorreu que, durante a regular tramitação do processo, os patronos dos divorciandos ratificaram o acordo sob foco, envolvendo o divórcio propriamente dito e, em especial, no que diz respeito à guarda (compartilhada), os alimentos e o direito de convivência relacionados aos dois filhos que eles tiveram em seu matrimônio, os menores M. I. A. A. e sua irmã M. C. A. A. De seu turno, com vista dos autos, o representante do Ministério Público - por meio do r. parecer de fls. 82 - declarou ser favorável a homologação do dito acordo. EM SUMA, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. 1.A partir da narrativa dos autos, denota-se que o consenso especificado pelos acordantes é plausível e suficiente para que a ação venha a ser finalizada, juntamente com a regularidade de tal pretensão conjunta e, também, à par da legitimidade dos interessados, segundo restou demonstrado desde o princípio. 2.Outrossim, considerando os inerentes direitos e deveres dos suplicantes, enquanto genitores e titulares do Poder Familiar que exercem sobre aos menores acima citados, um menino de 04 (quatro) anos e uma criança de apenas 01 (um) ano de idade (os quais permanecerão residindo na casa materna), e, portanto, como ponto principal desta sentença, ressalto que a presente ação consensual preserva os interesses de todos os envolvidos na mesma, em particular os dos infantes em tela. 3.Ante o exposto, firme no embasamento dos parágrafos anteriores, DELIBERO DA SEGUINTE MANEIRA: (3.1.) HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, O ACORDO FIRMADO/RATIFICADO ENTRE AS PARTES, o que faço com amparo no artigo 487, inciso III, "b", do NCPC e nas demais normas da matéria; (3.2.) DECRETO O DIVÓRCIO DE M. J. B. A. E DE F. K. DE A. A., a qual voltará a usar seu nome de solteira (F. K. DA S. DE A.), E (3.3.) A GUARDA COMPARTILHADA DAS CRIANÇAS SOB FOCO, EM FAVOR DE SEUS GENITORES, sendo que eles continuarão morando com a mãe, Sra. F. K., e o pai com o direito assegurado de visitas e convivência; E (3.4.), por último, JULGO (EXTINTO) O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. 4.EXPEÇAM-SE, desde logo, os competentes Mandado de Averbação e o mencionado Termo de Guarda Compartilhada. 5.P. R. INTIMEM-SE os divorciados, seus advogados e o Dr. Promotor de Justiça; e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a presteza que este divórcio reclama. 6.Sem custas, por força da Lei Federal nº 1.060/50. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: PEDRO DE OLIVEIRA (OAB 2042/AM) - Processo 0632276-88.2016.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERIDO: A.R.C. - Diante dos mais recentes pronunciamentos do advogado do Sr. Adessandro Ribeiro Contiero, que são mais específicas e referentes à perícia que foi realizada no caso concreto, INTIME-SE a parte contrária, por seu(sua) patrono(a) para o pronunciamento que lhe aprouver (prazo de 10 DIAS). Em seguida, com ou sem resposta, venham outra vez Conclusos. Int. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0632763-24.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: M.G.B. - DESPACHO: Atendendo a manifestação ministerial de fls. 98, INTIME-SE a parte requerida para se manifestem sobre a pensão alimentícia, de forma a atender ao binômio necessidade/possibilidade, e as condições para guarda e visitas. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0633477-47.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: Y.C.D. - Diante da juntada de fls. 87/94, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LADSON PEREIRA DA SILVA (OAB 11039/AM), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: DIEGO CASTRO AMARAL (OAB 11339/AM) - Processo 0633605-72.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: RAIABE GOMES DE OLIVEIRA - REQUERIDO: GUTERLAN DOS SANTOS DA COSTA , - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM) - Processo 0633614-92.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: L.H.S.L. - Em exame dos autos,

RESOLVO, ad cautelam, ACOLHER a promoção ministerial retro por seus próprios fundamentos. 3. Assim, DEIXO para apreciar o pedido de tutela de urgência após a realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC.

ADV: MARCOS ANTÔNIO BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 3464/AM) - Processo 0633732-68.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.E.F.C. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Analisando a presente "AÇÃO DE GUARDA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA", referente ao menor, L. V. A. da S., um menino de 04 (quatro) anos de idade, que foi ajuizada por M. E. F. C., em face de S. K. C. de A.; ACOLHO na íntegra, por seus próprios fundamentos, o r. pronunciamento ministerial retro (fls. 121), posto que, apesar dos argumentos da parte autora e diante da natureza da causa, tenho por temerária a concessão da tutela provisória de urgência requerida, sem ouvir a parte contrária, pelo risco de lhe causar dano irreparável ou de difícil reparação. 2. Destarte, ABSTENHO-ME de deliberação acerca do pedido de antecipação da tutela, deixando para fazê-lo somente após a realização da audiência de conciliação e mediação. 3. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC. 4. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 5. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). 7. INTIME-SE o Ministério Público. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

ADV: ALEX LELIS DA COSTA (OAB 11888/AM) - Processo 0633981-19.2019.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: C.F.P. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: STEFANY BIANCA NASCIMENTO TAVARES (OAB 9341/AM), ADV: DEBORA AIKA AVELINO KUBOKI (OAB 253241/SP) - Processo 0634038-08.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.F.A.F.C. - REQUERIDA: D.C.L. - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Procedimento Comum Cível, que foi intentada por A. F. A. F. da C., em face de D. C. L., na qual ambos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no feito, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 230. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 230 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: LINDONJORGE DOS SANTOS MATOS (OAB 11902/AM) - Processo 0634350-13.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.P.B. - A.M.S.B. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0634398-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: P.V.O. - J.S.M.F. - Inclusive diante das deliberações judiciais anteriores, sendo a primeira oriunda do Plantão Cível do início do último mês de julho, e em face do pedido de reconsideração de fls. 67, CONCEDO nova vista obrigatória ao Dr. Promotor de Justiça, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Por outro lado, desde logo RATIFICO o que foi determinado à folha 65, especialmente, em seu 2º parágrafo. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que o caso demanda.

ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM) - Processo 0634500-91.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Requisitos - REQUERENTE: Maycon José da Silva - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: ALEXSANDER DO NASCIMENTO CORDEIRO (OAB 13832/AM) - Processo 0634543-28.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: E.L.M.P.S. - E.M.M.P.S. - D.L.M.P.S. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0634848-12.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: Mara Keyth Carvalho do Nascimento - 1. INTIME(M)-SE a(s) parte(s) requerente(s) para produzir(em) prova de seus rendimentos, para os fins do disposto no art. 99, § 2º, parte final, sob pena de indeferimento da gratuidade da justiça.

ADV: KARLA BIANCA ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13143/AM) - Processo 0635033-50.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Z.A.S. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 16, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, CANCELADA, de consequência, a audiência de conciliação designada para o dia 30/09/2019 às 8:30 horas no CEJUSC - Família.

ADV: BRUNO SOUZA DA SILVA (OAB 8447/AM) - Processo 0635102-82.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Everaldo Francisco Ludgero - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 18/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: EDUARDO CARIOCA ARENARE (OAB 12812/AM) - Processo 0635131-35.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.J.B.B. - Vistos, 1. DEFIRO os suscitados benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC; DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS 2. Outrossim, considerando os argumentos da vestibular e os documentos de fls. 13, fundamentado no artigo 4º da Lei nº 5.478/68 e demais dispositivos da espécie, FIXO alimentos provisórios , em favor de M. F. B. C., num valor correspondente a 01 (um) salário mínimo, o que faço à míngua de maiores elementos de prova a respeito da capacidade financeira da parte alimentante e das necessidades da parte alimentada, que deverão ser pagos mediante recibo ou deposito em conta bancária, conforme requerido, a primeira parcela dez dias após a citação e as demais a cada 30 dias. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO 3. REMETAM-SE ao CEJUSC - Família, para tentativa de conciliação prévia e, se necessário, implementação de práticas restaurativas com vistas à abordagem do conflito interpessoal subjacente da família.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM) - Processo 0635584-30.2019.8.04.0001 - Interdição - Fato Atípico - REQUERENTE: Elizabeteth Regina Vieira Barbosa - 1.Analisando a vestibular e, por conseguinte, a posição adotada pelo representante ministerial, bem como em face da consistência das alegações e dos documentos que acompanham a mencionada peça do processo, nos termos dos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a pretendida curatela provisória, nomeando a Sra. E. R. V. B., como curadora provisória de E. V. P. 2.Providencie-se o termo de curatela provisória, com prazo de validade de 01 (um) ano e limitado às práticas de atos negociais e patrimoniais, não alcançando direitos como: a vida, a saúde, a

sexualidade, o matrimônio, a privacidade e o voto; devendo constar, ainda, a observação de que a alienação de bens ou cessão de direitos do curatelando, deve preceder de expressa autorização judicial. 3.Outrossim, em razão do r. pronunciamento ministerial de fls. 26/82, o qual acolho na íntegra e por seu próprio embasamento; CHAMO O PROCESSO A ORDEM, no sentido de restituir o prazo de 15 (quinze) dias, para o interditando impugnar o pedido, nos temos do art. 752, do CPC, devendo a Secretaria diligenciar a respeito; 4. Transcorrido in albis o prazo supra, com amparo no art. 752, § 2º, do CPC, nomeio curador especial para E. V. P., a Defensora Pública, Dra. Beatriz Cunha e Silva. 5. INTIME-SE-A pessoalmente, via portal e-SAJ, para oferecer defesa, no prazo da lei, com as cautelas de praxe. 6. Do resultado, INTIME-SE a parte autora para manifestação, inclusive para a juntada de exame de saúde da pessoa interditada e que respondam aos quesitos dos incisos I a IV, do § 1.º , do artigo 2.º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15); bem como para o que mais entender necessário (prazo de 15 dias) 7. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público se for caso de intervenção obrigatória (CPC, 178, II).

ADV: LOREN AMORIM GOMES (OAB 7553/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0635631-38.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Wallace Bruno Santos Oliveira - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0635631-38.2018.8.04.0001 Ação:Regulamentação de Visitas/PROC Requerente:Advogado:Wallace Bruno Santos Oliveira Paulo Dias Gomes OAB/AM 2337 Loren Amorim Gomes OAB/AM 7553 RequeridoThais Cristina Taveira Falcão O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, WALLACE BRUNO SANTOS OLIVEIRA, titular do RG n.º 20330316 e do CPF sob o n.º 859.524.432-49, residente e domiciliado na Rua Rio Solimões, 900, Lago Azul - CEP 69400-000, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Regulamentação de Visitas/PROC n.º 0635631-38.2018.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 19 de agosto de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0636103-39.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.Y.F.A. - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Divórcio Litigioso, que foi intentada por J. Y. F. A., em face de D. A. S., na qual ambos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no feito, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 45. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 45 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: EDILVANE VIANA DA SILVA (OAB 13579/AM), ADV: ROQUE LANE WILKENS MARINHO (OAB 10486/AM) - Processo 0636409-71.2019.8.04.0001 - Interdição - Curadoria dos bens do ausente - REQUERENTE: Luciana Montania da Fonseca - 1. Diante da petição de fls. 113/114, bem como da juntada da petição retro (fls. 124/127), CONCEDO nova vista dos autos ao Ministério Público. 2. Após, retornem conclusos. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que o caso reclama.

ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM) - Processo 0636585-50.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.S.G. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: JÚLIO CÉSAR LIMA (OAB 6182/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0636600-53.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: R.C.M. - REQUERIDO: A.F.C. - 1.ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, intimando a parte requerente para juntar aos autos o Laudo Médico da pessoa interditanda, nos termos dos incisos I a IV, parágrafo 1º, artigo 2º da Lei 13.146/2015, devendo ser observado os quesitos formulados no parecer ministerial às fls. 63/64. 2. Laudos médicos nos autos, DÊ-SE nova vista ao Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0636667-52.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.F.S.J. - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, que foi intentada por E. F. de S. J., em face de T. D. de S. e T. D. de S., na qual todos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no feito, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 65/67. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 65/67 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: BRUNO SOUZA DA SILVA (OAB 8447/AM) - Processo 0636831-80.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Eliuma Pereira da Costa - Antes de apreciar o pedido de fls. 40, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para o fim de juntar nos autos a certidão de óbito, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: IVANETE GUEDES DA SILVA (OAB 13830/AM) - Processo 0636980-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: J.G.S.M. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0636985-64.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.M.C. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARTA MARIA VALE OYAMA (OAB 7146/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: HENOCK IAGO MONTEIRO VALENTE (OAB 13924/AM) - Processo 0637068-51.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Família - REQUERENTE: Camilo de Oliveira Pereira - REQUERIDA: Jessica Carvalho da Silva - DILIGENCIE-SE na forma dos pedidos da peça retro, ou seja, quanto à correção mencionada, a ser certificada, e afetiva colocação nos autos da tarja “SEGREDO DE JUSTIÇA”; bem como diligencie-se sobre o que mais seja necessário. Int. CUMPRA-SE.

ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM) - Processo 0637107-77.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Sebastião Lopes Milon - 1. Diante da petição retro (fls. 27/28) e dos documentos de fls. 29/31, CONCEDO nova vista dos autos ao Ministério Público. 2. Após, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que o caso requer.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0637461-05.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE:

R.M.R. - Vistos, Narram os presentes autos sobre uma AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS (CONSENSUAL), proposta por R. M. R., juntamente com o seu filho, E. F. R., ambos devidamente identificados e qualificados desde a inicial, ao argumento de que atingiu a maioridade e tem condições de prover o próprio sustento. Acompanhando a petição inicial (fls. 01/05), foi juntado documentos (06/15), dentre os quais, cópia do título que o obrigou aos alimentos (fls. 09) e certidão de nascimento do alimentado (fls. 08). Consigno que o Ministério Público deixou de se manifestar, pelo fato da questão não envolver os interesses de menor e/ou incapaz. É O RELATÓRIO. DECIDO. As partes têm legitimidade para o pedido, estão devidamente representadas por advogado e o direito sobre o qual transigem lhes é disponível, no âmbito do acordo (destaque-se que não é porque se trata de direito indisponível que é vedado aos seus titulares regulamentar o seu exercício e/ou modo de cumprimento). Os termos do pacto, por sua vez, apresentam-se com regularidade formal, não cabendo ao juízo entrar no mérito das disposições. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais - ficando, após essa etapa, vinculado" De qualquer forma, o fato em que se fundamenta o direito das partes requerentes - a maioridade do alimentado - restou suficientemente comprovado nos autos. Assim, porque com a maioridade se extingue o poder familiar (CC, 1635, III) e, com ele, a obrigação de sustento (CF, 229, c/c CC, 1.634, I), ainda que persista íntegro o vínculo parental que pode ensejar os alimentos a que alude o art. 1.694, do CC, a pretensão do requerente deve ser deferida, à míngua de qualquer indicativo de que a situação de necessidade alimentar persiste na atualidade. Veja-se, a propósito, a seguinte ementa: Recurso Especial. Ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos. Procedência. Prestação de alimentos. Exoneração após maioridade. Não comprovação necessidade. Súmula 7/STJ. Pagamento desde a citação até maioridade. Possibilidade. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de não ser automática a exoneração da prestação de alimentos em decorrência do advento da maioridade do alimentando. Há que se verificar, mediante produção de provas, a capacidade financeira do alimentante e a eventual desnecessidade do alimentando. 2. O Tribunal de origem expressamente registrou que o autor não teria comprovado a necessidade de perceber os alimentos após atingir sua maioridade. Rever esse entendimento esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. 3. Os alimentos são devidos ao filho desde a citação na ação de investigação de paternidade, cujo pedido foi julgado procedente, até sua maioridade (Súmula 277/STJ), pois a necessidade de prestação de alimentos ao menor tem presunção absoluta e independe de prova. 4. Recurso especial parcialmente provido. (REsp. 1401297/RS 3ª T. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva j. em 03.12.2015 DJe 14.12.2015) Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e exonero o Sr. R. M. R. da obrigação alimentar constituída em benefício do seu filho, E. F. R., no percentual de 10,5%, assim resolvido o mérito do processo (CPC, 487, I). Por fim, TORNO SEM EFEITO os item 2 a 5, do despacho de fls. 17, devendo a Sra. Diretora de Secretaria excluir tal ato da pauta de audiência. Sem custas, por força da Lei nº 1.060/50. Publique-se, registre-se, intimem-se e, oportunamente, após expedição dos atos necessários, inclusive ofício ao empregador, ressaltando que a presente exoneração refere-a quota parte do alimentando, equivalente a um percentual de 10,5%. Transitado em julgado, arquivem-se.

ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0637468-31.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.V.C.R.N. - REQUERIDA: M.G.G.C.R. - Superado o prazo de suspensão do processo, que foi mencionado num despacho anterior, e diante da juntada retro, por parte do patrono da Sra. M. G. G. DO C. R.; INTIME-SE o requerente A. V. DO C. R. N., através de seus advogados, para o pronunciamento que lhe aprouver. Em seguida, venham novamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JONILSON SILVA SOUZA (OAB 11366/AM) - Processo 0637881-10.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.L.M.D. - R.G.A. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Analisando a presente "AÇÃO DE GUARDA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA", referente a menor, A. V. M. de A., uma menina de 04 (quatro) anos de idade, que foi ajuizada por R. G. De A. e M. L. M. D, avô materno e companheira, em face de E. M. De A., genitora da menor; ACOLHO na íntegra, por seus próprios fundamentos, o r. pronunciamento ministerial retro (fls. 51-52), posto que, apesar dos argumentos da parte autora e diante da natureza da causa, tenho por temerária a concessão da tutela provisória de urgência requerida, sem ouvir a parte contrária, pelo risco de lhe causar dano irreparável ou de difícil reparação. 2. Destarte, ABSTENHO-ME de deliberação acerca do pedido de antecipação da tutela, deixando para fazê-lo somente após a realização da audiência de conciliação e mediação. 3. ATENDA-SE a manifestação ministerial de fls. 51-52, INTIMANDO-SE a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0638221-51.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: Anselmo Araujo Hernadez - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANGELITO EVANGELISTA QUEIROZ (OAB 2966/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0638482-21.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.T.O. - REQUERIDO: R.S.N.J. - Diante da juntada de petição de fls. 90/99, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0638584-14.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXEQUENTE: C.N.M. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva intimação do requerido para pagamento dos valores mencionados na petição de fls. 184. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: THIAGO NORONHA DE OLIVEIRA (OAB 12534/AM) - Processo 0638835-56.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: B.B.M. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0639040-85.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Arnaldo Carvalho do Amaral Filho - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 18/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0639558-75.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Q.M.S. - 1. INTIME(M)-SE a(s) parte(s) requerente(s) para produzir(em) prova de seus rendimentos, para os fins do disposto no art. 99, § 2º, parte final, sob pena de indeferimento da gratuidade da justiça.

ADV: CÉLIO BERNARDO GUEDES (OAB 5153/AM) - Processo 0639636-69.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Tony Hudson Lopes - 1.Analisando a vestibular e, por conseguinte, o pedido de tutela de urgência de caráter antecedente, em consonância da posição adotada pelo representante ministerial, bem como em face da consistência das alegações e dos documentos que acompanham a mencionada peça do processo, nos termos dos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a pretendida liminar, nomeando

o Sr. T. H. L. como curador provisório de I. M. L. 2.Providencie-se o termo de curatela provisória, com prazo de validade de 01 (um) ano e limitado às práticas de atos negociais e patrimoniais, não alcançando direitos como: a vida, a saúde, a sexualidade, o matrimônio, a privacidade e o voto; devendo constar, ainda, a observação de que a alienação de bens ou cessão de direitos da curatelanda, deve preceder de expressa autorização judicial. 3.Outrossim, em atenção a promoção ministerial sob foco (fls. 23/25), INTIMEM-SE os filhos da requerida, no endereço constante da exordial, para ciência e manifestação pertinente no prazo de 10 (dez) dias. 4. Finalmente, PAUTE-SE data para entrevista da interditanda, nos termos do art. 751 da Lei Processual Civil. 5. Cite-se e intime-se. 6. Intimem-se, também, a parte requerente, seu patrono, (via DJE) e o Ministério Público, via portal e-SAJ.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0639645-31.2019.8.04.0001 - Separação de Corpos - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: W.S.Z. - antes de apreciar o pedido de justiça gratuita, e sem prejuízo de outras determinações que entenda necessárias para a aferição da real situação econômica da parte autora, DETERMINO que seja ela intimada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho e, sendo empregado/servidor público, de seu último comprovante de salário

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0640028-77.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Rosangela de Souza Veras - CERTIFIQUE-SE a respeito do integral cumprimento do despacho de fls. 156, no que tange a intimação do Sr. E. de S. V., devendo a secretaria providenciar o que for necessário à sua efetivação, observando-se o disposto no art. 228, II, § 2º do NCPC. CUMPRA-SE, sem tardança.

ADV: JESSICA SOUZA LEMOS (OAB 11436/AM) - Processo 0640059-29.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.C.L. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: IGOR BERGSON SILVA ALMEIDA (OAB 11407/AM) - Processo 0640296-63.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Rodrigo de Oliveira Avelino - Ante a manifestação ministerial retro, INTIME-SE a parte requerente, por meio de sua advogada, para manifestação pertinente. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0640505-32.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.A.A. - A petição de fls. 17-19 não supriu os defeitos da inicial apontados no despacho que determinou a emenda, de modo que determino nova emenda, para o fim de: .... Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ISIS DE MORAES SIQUEIRA (OAB 10069/AM) - Processo 0640601-18.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: R.S.L. - INDEFIRO o pedido de citação editalícia de fls. 79-80, por não se enquadrar nos requisitos previstos no art. 256 do Novo Código de Processo Civil. 2. Ademais, CONSIGNO que compete ao autor informar o endereço do réu, ou solicitar ao juízo de direito diligências para a obtenção do mesmo (art. 319, § 1º do NCPC). 3. Assim, INTIME-SE o patrono do (a) requerente, para as providências que entender necessárias, no prazo de 5 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 12443/AM) - Processo 0641196-46.2019.8.04.0001 - Interdição - Liminar - REQUERENTE: E.P.C.R. - 1.Analisando a vestibular e, por conseguinte, o pleito liminar do pedido da alínea “b” de fls. 04, em consonância da posição adotada pelo representante ministerial, bem como em face da consistência das alegações e dos documentos que acompanham a mencionada peça do processo, nos termos dos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a pretendida liminar, nomeando a Sra. E. P. C. da R., como curadora provisória de J. C. L. da R. 2.Providencie-se o termo necessário de curatela provisória, com prazo de validade de 01 (um) ano e limitado as práticas de atos negociais e patrimoniais, não alcançando direitos como: a vida, a saúde, a sexualidade, o matrimônio, a privacidade e o voto. 3.Outrossim, PAUTE-SE data para exame e entrevista do interditando, nos termos do art. 751 da Lei Processual Civil. Para tanto, PROVIDENCIE-SE a citação e intimação desta. 4. Outrossim, INTIMEM-SE a Requerente, seu patrono e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: ALBERT VALENTE MATOS (OAB 9303/AM) - Processo 0641759-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.S.R. - ATENDA-SE a petição retro, a ser cumprida no endereço ali indicado. Dessa maneira CITE-SE/INTIME-SE a parte requerida, para resposta no prazo legal, devendo os autos voltarem conclusos logo em seguida. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0642539-77.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Nayandra Damares da Silva Jardim - Antônio Carlos Amazonas de Oliveira Junior - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM), ADV: SULAMITA AUGUSTA DA SILVA (OAB 435/AM), ADV: GABRIELA GUIMARÃES DA SILVA (OAB 12733/AM), ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM) - Processo 0642582-48.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: K.A.P.C. - REQUERIDO: F.R.F. e outro - 1. Em face da petição de fls. 65/67, reitero o item 2 do despacho de fls. 17. 2. Outrossim, AGUARDA-SE audiência de conciliação designada para o dia 24/09/2019 às 8:30 horas, conforme certidão de fls. 54. Int. CUMPRA-SE.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0642645-39.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.C.S. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. 2. DESIGNE-SE data para audiência de conciliação e julgamento. 3. CITE-SE a parte requerida e intime-se a parte autora a fim de que compareçam na audiência designada, acompanhados de seus procuradores e de suas testemunhas, importando a ausência da parte requerida em confissão e revelia, e a da parte autora em arquivamento do pedido (Lei 5.478/68, art. 7º). 4. CONSTE do mandado de citação que se não for feito acordo, a defesa deverá ser oferecida na própria audiência, seguindo-se a instrução, tudo na forma do disposto nos arts. 9º e 10 da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). Int. CUMPRA-SE.

ADV: KAMYLA ATAÍDE PINHEIRO (OAB 14129/AM) - Processo 0642804-79.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: A.O.N. - 1. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. 2. CITE-SE os requeridos para oferecerem defesa, no prazo da lei, com as advertências do art. 334 e do art. 344, ambos do CPC. 3. Decorrido o prazo de defesa, com ou sem contestação, abra-se vista à parte adversa para manifestação, por 10 (dez) dias. 4. Com o resultado, voltem-me concluso.

ADV: JONNE STANLEY DA SILVA TELES (OAB 13993/AM) - Processo 0642841-09.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.L.S.I. - 1. Nos termos da Lei n° 1.060/50, c/c o que prevê o artigo 98 do Código de Processo Civil, DEFIRO os suscitados benefícios da Justiça Gratuita. 2. Outrossim, em face do disposto na vestibular, DÊ-SE vista ao Ministério Público. 3. Após, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JONNE STANLEY DA SILVA TELES (OAB 13993/AM) - Processo 0642841-09.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.L.S.I. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: RAFAEL LIMA CAVALCANTE (OAB 13852/AM) - Processo 0642877-51.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: Nilson Torres de Freitas - Gleiciane Mourão de Lima - Antes de apreciar o acordo formulado pelas

partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0642886-13.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.S.C. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0642888-80.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Adolescente - REQUERENTE: Sebastião da Silva Lima - 1. REMETAM-SE os autos à Contadoria para cálculo das custas. 2. Com a juntada, INTIME-SE o(a) patrono(a) do(a) autor(a) para comprovar o pagamento das custas judiciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (NCPC, art. 290). DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE, observadas as cautelas de praxe.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0642888-80.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Adolescente - REQUERENTE: Sebastião da Silva Lima - INTIME-SE o(a) patrono(a) do(a) autor(a) para comprovar o pagamento das custas judiciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (NCPC, art. 290). DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE, observadas as cautelas de praxe.

ADV: MARY CASTRO DA SILVA (OAB 13120/AM) - Processo 0642916-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Wilma Penha de Oliveira - INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial e regularizar o polo passivo, uma vez que esta ação deve se processar contra os herdeiros do falecido (NCPC, 319, II).

ADV: SORAYA DA COSTA COLLYER (OAB 2389/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0643770-13.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Homoafetiva - REQUERENTE: Antônio José Gouveia Freitas Junior - REQUERIDO: Cristovão Mendes e outros - Tendo em vista que o processo está sentenciado às fls. 62-63, transitado em julga em 24/08/2018, após as providências que ainda se mostrem necessárias, mantenha-se a efetiva baixa e o posterior ARQUIVAMENTO dos autos. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE.

ADV: JADE SEFFAIR FERREIRA (OAB 356942/SP), ADV: WALDEMIR COSTA DA ROCHA JUNIOR (OAB 3520/AM) - Processo 0643983-19.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: M.C.S. - ATENDA-SE o requerimento de fls. 43, PAUTE-SE audiência de conciliação, devendo ser observado o endereço informado da parte requerida na referida folha. Outrossim, ante o requerimento de fls. 44, CERTIFIQUE-SE conforme o pedido. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WALDEMIR COSTA DA ROCHA JUNIOR (OAB 3520/AM), ADV: JADE SEFFAIR FERREIRA (OAB 356942/SP) - Processo 0643983-19.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: M.C.S. - REQUERIDA: R.B.A. - D.B.S. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 09:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. INTIMAR REQUERIDA.

ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: STEPHANIE DE CASTRO FROHLICH (OAB 13326/AM) - Processo 0644011-50.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.B.P. - REQUERIDA: P.L.S.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 02/04/2020 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM) - Processo 0644200-28.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: H.O.L. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva citação da parte requerida (L. B. da S.), na forma e local ali indicados, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (CPC art. 344). Á secretaria para expedição de novo mandado de citação CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM), ADV: PÂMELA BARBOSA (OAB 11452/AM), ADV: IZOLINA RIBEIRO MOTEIRO (OAB 11420/AM) - Processo 0645119-17.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: R.F.T. - REQUERIDO: M.A.S.F. - Diante da manifestação ministerial de fls. 60, juntada de petição da parte requerida de fls. 63, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM) - Processo 0646517-96.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.E.R.S. - AUTOR: C.B.R. e outro - REQUERIDO: C.E.R. - Diante da juntada de documento, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0648065-59.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.C.M.G.M.S.E.M.M. - MM. Juiz proferiu o seguinte despacho: "1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao feito, praticando os atos que lhe competir, ou seja: informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (NCPC, 485, III); 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE o(a) autor(a) pessoalmente, por mandado, e para a mesma finalidade, num prazo de 5 (cinco) dias (idem, 485, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do disposto no art. 274, parágrafo único, também, da nova Lei de Ritos; 3. Não havendo manifestação, sendo caso de intervenção obrigatória, ABRA-SE VISTA ao Ministério Público. CUMPRA-SE."

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 14180/AM), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: NAIANE PIMENTEL DE MELO (OAB 9126/AM) - Processo 0649695-53.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: D.S.P. - REQUERIDA: A.S.O. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 09:30h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM) - Processo 0651254-45.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.B.C.B.A. - mEDITAL INTIMAÇÃO COM

PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0651254-45.2018.8.04.0001 Ação:Guarda/PROC Requerente: Advogado: ALINE BEATRIZ CASTRO BARROSO DE ALENCAR Fabrício Frota Marques OAB - 6444/AM Requerido:Walterlan Cruz obando O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, Aline Beatriz Castro Barroso de Alencar, titular do RG n.º 26996545 e do CPF sob o n.º 023.478.542-08, residente e domiciliada na Rua Jasmim (Antiga F), Cj. Eduardo Gomes, 04-A, Px À Caixa D'água, Redenção - CEP 69090-000, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Guarda/PROC n.º 0651254-45.2018.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 19 de agosto de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM), ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM), ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM), ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0652888-76.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: S.C.B.S. - REQUERIDO: F.B.S. - 1. Não sendo o caso de nenhuma das providências preliminares previstas no artigo 347 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO o prosseguimento do feito, iniciando-se a fase de produção de provas. 2. DEFIRO a produção de prova oral, testemunhal, documental e pericial. 3. PAUTE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 4. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 5. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC, se for o caso de intervenção obrigatória. Intimem-se e CUMPRA-SE.

ADV: INGRID DA SILVA CAVALCANTE (OAB 12310/AM) - Processo 0654844-30.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.R. - REQUERIDO: S.C.R. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 08/04/2020 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: JULIANA ALICE DE OLIVEIRA LIMA (OAB 5965/AM), ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM) - Processo 0655321-53.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.D.S. - REQUERIDO: F.R.S.M. - 1. Em razão da juntada de fls. 80/250, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0655767-56.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: A.F.R.C. - ATENDA-SE o requerimento retro, com a efetiva citação da requerida (M. T. de O. O.), na forma e local ali indicados, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (CPC art. 344). Á secretaria para expedição de novo mandado de citação CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM) - Processo 0656804-21.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Marco Antonio de Oliveira Villela - 1. DEFIRO o pedido de dilação de prazo de fls. 49. Prazo: 30 dias. 2. Transcorrido o prazo ou havendo manifestação da parte interessada, VOLTEM-ME os autos concluso. Int. CUMPRA-SE.

ADV: KENNY DO VAL MOTA (OAB 12228/AM) - Processo 0658014-10.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Investigação de Paternidade - REQUERIDA: E.T.S.C. - CUMPRA-SE imediatamente o "item 3" do despacho de fls. 12.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM) - Processo 0658354-51.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.L.B. - ATENDA-SE a manifestação da parte autora da fls. 30, ou seja, com a efetiva citação da requerida (I. S. B.), na Avenida Torquato Tapajós, n° 6740, Bairro: Colônia Terra Nova, Condomínio River Park, torre 19, Apt. 101, CEP: 69000-000, Manaus - AM,, na forma e local ali indicados, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (CPC art. 344). Á secretaria para expedição de novo mandado de citação CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: TAMARA JESSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0658859-42.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.F.S.G. - Não obstante a juntada de fls. 24, INTIME-SE a parte autora, por seu (sua) patrono(a), para manifestação solicitando providências que entender necessário ao prosseguimento do feito. Int. CUMPRA-SE.

ADV: HELENA MARIA LOPES VEIGA (OAB 1388/AM) - Processo 0659084-62.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.F.F. - L.S.S. - Vistos, Narram os autos sobre um pedido de DIVÓRCIO CONSENSUAL, que foi formulado por E. F. F. e L. de S. S., onde as duas pessoas envolvidas na lide estão devidamente identificadas e qualificadas desde o princípio. Sendo que acompanhando a petição de ingresso de fls. 01/06 e emenda de fls. 28/31, foram juntados os documentos de fls. 10/20. Às fls. 19/20 e 55/57, têm-se a comprovação do recolhimento integral das custas judiciais. O pedido foi processado na forma do art. 731, do CPC, observada, ainda, a intervenção do Ministério Público (fls. 36), conforme prescreve o art. 178, inc. II, do mesmo Código. EM SUMA, É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata-se de pedido de divórcio consensual fundamentado no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, em que foram atendidos todos os requisitos para o deferimento do pedido. O acordo do casal, formalizado nos termos do art. 731, do Código de Processo Civil, apresenta-se com regularidade formal, além de evidenciar que estão suficientemente resguardados os interesses da família (Código Civil, art. 1.574, par. ún.). Assim, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de ser julgado procedente. Mesmo porque, na regra do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, o divórcio é modo voluntário de extinção do casamento válido (CC, 1.571, § 1º), pelo que deve ser decretado diante da regular manifestação de vontade do casal, independentemente de qualquer outra formalidade. No mesmo sentido, a doutrina de Pablo Stolze Gagliano, que conceitua o divórcio como "forma voluntária de extinção da relação conjugal, sem causa específica, decorrente de simples manifestação de vontade de um ou ambos os cônjuges, apta a permitir, por consequência, a constituição de novos vínculos matrimoniais". POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, "b", do Código de Processo Civil, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES DE FLS. 01/06 e 28/31, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos; DECRETO, por sentença, o divórcio de E. F. F. e L. de S. S. , a qual continuará a usar o nome de solteira,L. de S. S.; E A GUARDA COMPARTILHADA DOS INFANTES EM LUME, EM FAVOR DE SEUS GENITORES, tendo como residência de referência a casa materna; E, finalmente, RESOLVO O MÉRITO DO PROCESSO, devendo a Secretaria diligenciara respeito. Custas pagas, conforme fls. 19/20 e 55/57. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, EXPEÇA-SE o mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil e, oportunamente, o competente ofício ao empregador. Enfim, obedecidas as demais formalidades legais, baixem-se e arquivem-se

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0659784-38.2018.8.04.0001 - Divórcio

Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.S. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: ALEX LELIS DA COSTA (OAB 11888/AM) - Processo 0660072-83.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.V.S.S. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0660554-31.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.A.L.S. - REQUERIDA: D.R.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 07/04/2020 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0661125-02.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.S.S. - REQUERIDA: J.A.S.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 07/04/2020 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDA.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: DIEGO LUCAS MACEDO PEREIRA (OAB 7928/AM), ADV: ILCIA LITAIFF DE SOUZA (OAB 7691/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM) - Processo 0706909-12.2012.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: M.M.L.Y.M. - ALIMENTANT: M.Y.M.N. - ATENDA-SE o requerimento de fls. 1301-1302, OFICIE-SE ao Ministério Público de Estado do Amazonas, nos termos e para os fins requeridos, dando ciência à parte do resultado. Tudo providenciado, PROVIDENCIE-SE a baixa e posterior arquivamento tendo em vista a certidão de fls. 1300 . Int. CUMPRA-SE.

ADV: NAYLA MICHELLE ZAMITH DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 7970/AM), ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM) - Processo 0706942-02.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0256735-35.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Exoneração - REQUERENTE: A.C.A. - REQUERIDO: Francisco Reis Basílio - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA: 1. O exequente/menor F. P. C. R., neste ato representado por sua genitora, Sra. A. C. de A., formulou requerimento de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE PRESTAR ALIMENTOS, em face de F. R. B., tendo o mesmo optado pelos procedimentos previstos nos arts. 523 e 528 do Código de Processo Civil, conforme demonstrativo de débito contido nas peças de fls. 260/263 e 249/252, respectivamente. 2. Pois bem, uma vez presentes os requisitos autorizadores e por força da tutela provisória concedida nos autos de IRDR nº 4002002-57.2018.8.04.0000, por seu eminente desembargador Relator; DEFIRO O PRETENDIDO PROCESSAMENTO CONJUNTO - E NOS MESMOS AUTOS - DAS PARCELAS ATUAIS E ANTIGAS, cindindo os procedimentos do rito da expropriação de bens e o da prisão, devendo a Secretaria deste juízo primeiramente diligenciar, no SAJ/PG-5, para o fim de: a) proceder a correção/evolução da classe processual; b) reativar os presentes autos, e; c) retificar o cadastro de partes e representantes. 3. Nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, CONCEDO à parte autora os suscitados benefícios da assistência judiciária gratuita. 4. DA PRETENDIDA EXPROPRIAÇÃO DE BENS: (4.1.) INTIME-SE a parte devedora, na forma do art. 513 do CPC, para que cumpra a sentença em apreço e efetue o pagamento dos valores liquidados pela parte credora (às fls. 260/263), no prazo de 15 (quinze) dias, acrescidos de custas, se houver, sob pena da - efetiva e suficiente - penhora de bens. (4.2.) DÊ-SE-LHE, também, ciência de que decorrido o prazo de 15 (quinze) dias para tal pagamento, terá outros quinzena para impugnar a execução, tudo na forma do art. 525, também do CPC. (4.3.) Não sendo efetuado o pagamento no prazo do "subitem 4.1.", INTIME-SE a parte credora, por seu patrono/defensor(a), para que atualize a conta sob foco, nela incluindo multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado no mesmo percentual, ciente de que - do mesmo modo - poderá indicar bens para serem penhorados, se ainda não o fez (CPC, art. 524, VII). 5. DO PROCEDIMENTO DA PRISÃO: (5.1.) INTIME-SE a parte executada, pessoalmente, para no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento das parcelas referentes aos meses de ABRIL, MAIO e JUNHO de 2019, no valor reclamado às fls. 249/252, acrescido do valor das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de assim diligenciar, sob pena de protesto (CPC, art. 528, § 1º) e/ou de sua prisão civil (CPC, art. 528, § 3º). (5.2.) Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, INTIME-SE a parte exequente, por seu patrono/defensor, para manifestação, seguindo-se VISTA ao Ministério Público. 6. À Secretaria para as providencias necessárias, com a urgência que a lide reclama e com a máxima atenção à cisão dos procedimentos, CERTIFICANDO-SE sempre que for necessário. 7. INTIME(M)-SE, observadas-se as prerrogativas legais dos membros da Defensoria Pública, previstas no artigo 186 da Lei Processual Civil. 8. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE, com as cautelas de estilo e a presteza necessária.

ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM) - Processo 0714783-48.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: L.M.A.C. e outro - INTIME-SE a parte autora, por seu(s) patrono(a)s, para manifestação pertinente. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM) - Processo 0716590-06.2012.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.R.A. - Diante da interposição dos Embargos Declaratórios fls. 545/459, determino a INTIMAÇÃO do(a) embargado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do que dispõe o § 2º do art. 1.023 do Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para julgamento. Int. CUMPRA-SE.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Albert Valente Matos (OAB 9303/AM)
Alberto da Silva Oliveira (OAB 3974/AM)
Aldizio de Souza Carvalho (OAB 1611/AM)
Alessandra Antony de Queiroz (OAB 4560/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
Alessandro Nogueira Monteiro (OAB 10554/AM)
Alex Cosme Pinto (OAB 12301/AM)
Alex Lelis da Costa (OAB 11888/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alexsander do Nascimento Cordeiro (OAB 13832/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Angelito Evangelista Queiroz (OAB 2966/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)

Antônio de Lucena Bittencourt Neto (OAB 2395/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Antônio Rodrigues dos Passos (OAB 704/AM)
Ariane Bianca Santos Torres (OAB 13065/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Bruno Souza da Silva (OAB 8447/AM)
CAIO HENRIQUE BASTOS NUNES RODRIGUES (OAB 9827/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camila da Costa Almeida (OAB 8877/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos dos Anjos Rolim Filho (OAB 9894/AM)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Celiana Assen Félix (OAB 6727/AM)
Célio Bernardo Guedes (OAB 5153/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Clayton Roitman Moraes de Oliveira (OAB 9115/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniella Lopes Cavalcante (OAB 4164/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Debora Aika Avelino Kuboki (OAB 253241/SP)
Deborah Borges de Oliveira (OAB 13346/AM)
Diego Castro Amaral (OAB 11339/AM)
Diego Lucas Macedo Pereira (OAB 7928/AM)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Diego Nunes da Silva (OAB 13208/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edilvane Viana da Silva (OAB 13579/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Edson da Silva Massulo (OAB 4687/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Carioca Arenare (OAB 12812/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elci Simões de Oliveira Júnior (OAB 5543/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eliete de Oliveira (OAB 3523/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Eliza Paes Araújo (OAB 5162/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Evelyn Campelo Loureiro (OAB 5298/AM)
FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fabio Junio Moreira Leite (OAB 126543/MG)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fabrício Frota Marques (OAB 6444/AM)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 14180/AM)
Francisca Marlene Feitosa da Silveira (OAB 1495/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriela Guimarães da Silva (OAB 12733/AM)
Gerson Luiz Martins dos Santos (OAB 6778/AM)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Helena Maria Lopes Veiga (OAB 1388/AM)
Heliane Nogueira (OAB 4041/AM)
Henock Iago Monteiro Valente (OAB 13924/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Igor Bergson Silva Almeida (OAB 11407/AM)
Ilcia Litaiff de Souza (OAB 7691/AM)
Ingrid da Silva Cavalcante (OAB 12310/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isaac Vasconcelos Lisboa Filho (OAB 11125/PA)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Isis de Moraes Siqueira (OAB 10069/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivanete Guedes da Silva (OAB 13830/AM)
Izolina Ribeiro Moteiro (OAB 11420/AM)
Jade Seffair Ferreira (OAB 356942/SP)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Oliveira do Nascimento (OAB 13823/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Jessica Souza Lemos (OAB 11436/AM)
Jeysila Edieny Rabelo Pereira (OAB 12886/AM)
Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14244/AM)
Jhulliem Raquel Kitzinger de Sena Guimarães (OAB 13018/AM)
João Bosco da Silva Vieira Filho (OAB 8342/AM)
João Gutemberg Weil Pessoa (OAB 3302/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jocineide Maria de Sousa (OAB 4152/AM)
Jones de Oliveira Santos (OAB 9616/AM)
Jonilson Silva Souza (OAB 11366/AM)
Jonne Stanley da Silva Teles (OAB 13993/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Carlos Gomes de Lima (OAB 7383/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB 4682/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Joyce Marques de Almeida (OAB 13087/AM)
Joycilene Praia Ramos (OAB 12587/AM)
Juliana Alice de Oliveira Lima (OAB 5965/AM)
Júlio César Lima (OAB 6182/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Kaffa Giglio (OAB 166774/MG)
Kamyla Ataíde Pinheiro (OAB 14129/AM)
Karla Bianca Albuquerque Lopes (OAB 13143/AM)
Karla Danielle Loiola Picanço (OAB 10086/AM)
Kenny do Val Mota (OAB 12228/AM)
Ladson Pereira da Silva (OAB 11039/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Leonardo Marques Torres (OAB 14579/AM)
Leonardo Pereira de Mello (OAB A898/AM)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lindonjorge dos Santos Matos (OAB 11902/AM)

Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Loren Amorim Gomes (OAB 7553/AM)
Luana Barroso Colares (OAB 6864/AM)
Luana do Socorro de Araújo Moriz (OAB 13294/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Lucas de Castro Rivas (OAB 46431/DF)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Márcia Fabíolla Holanda Ferreira (OAB 9338/AM)
Márcia Monteiro Alves Vailante (OAB 10333/AM)
Marcio Antonio de Oliveira Almeida (OAB 8212/AM)
Márcio Rocha Bentes (OAB 10704/AM)
Marco Aurélio de Lima Choy (OAB 4271/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Marconde Martins Rodrigues (OAB 4695/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
MARCOS ANTÔNIO BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 3464/AM)
Marcos Antônio Martins Afonso (OAB 1325/AM)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria José de Oliveira Ramos (OAB 2322/AM)
Maria Rosimar dos Santos Rodrigues (OAB 12443/AM)
Mário Célio Oliveira de Souza (OAB 4346/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Marta Maria Vale Oyama (OAB 7146/AM)
Mary Castro da Silva (OAB 13120/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Naiane Pimentel de Melo (OAB 9126/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas (OAB 7970/AM)
Nean Jules Costa Pedroso (OAB 8655/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Nívia da Silva Pires (OAB 12069/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
PÂMELA BARBOSA (OAB 11452/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Thaís Gadelha dos Santos (OAB 11973/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Rogério Kolenda Lemos dos Santos (OAB 7199/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro de Oliveira (OAB 2042/AM)
Pedro Tenaçol Andes (OAB 2217/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Radson Rocha de Araújo (OAB 6740/AM)
Rafael Lima Cavalcante (OAB 13852/AM)
Rafaela Rocha Bezerra (OAB 12824/AM)
Raimundo da Cruz Farias Júnior (OAB 14186/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberto Ramos de Castro Junior (OAB 10467/AM)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rodrigo Araújo Rebelo Albuquerque (OAB 12324/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Ronan Batista Moreira (OAB 8849/AM)
Roque Lane Wilkens Marinho (OAB 10486/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosa Gabriela Gazel Santana (OAB 11103/AM)
Rosa Maria Feitosa da Fonseca (OAB 11120/AM)
Rosilda de Carvalho (OAB 5354/AM)
Rubens Gonçalves Brito (OAB 12484/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio de Almeida Pimenta (OAB 9288/AM)
Shirley da C. A. do C. Ferreira (OAB 5161/AM)
Soraya da Costa Collyer (OAB 2389/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Stefany Bianca Nascimento Tavares (OAB 9341/AM)
Stephanie de Castro Frohlich (OAB 13326/AM)
Sulamita Augusta da Silva (OAB 435/AM)
Tamara Jessica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Tatiana de Freitas Lopes (OAB 11732/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thêmis Bayma Valle (OAB 1928/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Thiago Noronha de Oliveira (OAB 12534/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Waldemir Costa da Rocha Junior (OAB 3520/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wanderlúcio de Souza Vasconcelos (OAB 9850/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Wirleny Benezar Falcão (OAB 13837/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)
Yargo Gosztonyl Vidal (OAB 10415/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)
Yzélia Lira de Paula (OAB 9789/AM)
ZULMIRA GUEDES DE SOUZA (OAB 3902/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: SOUZA CRUZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 13259/AM), ADV: PATRICK DE SOUZA CRUZ (OAB 13259/AM) - Processo 0207691-32.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Família - REQUERENTE: J.S.S. - Sopesado o exposto e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, e em consonância com o Ministério Público, DECRETO a INTERDIÇÃO de Isaque Santos de Souza, com base no art. 1.767, I, do Código Civil, nomeando-lhe CURADOR seu irmão, Josué Santos de Souza, que o representará nos atos da vida civil e na administração dos seus bens, sobretudo, os de natureza patrimonial e negocial,

podendo praticar todos os atos inerentes ao exercício do encargo, em nome do irmão curatelado interditado, com exclusividade, com a inspeção deste Juízo, obrigando-se à prestação de contas, com fulcro no art. 1.774, c/c o art. 1.747, caput e incisos, e segts. caput e incisos, e art. 1.755, do Código Civil, no que couber. Expeça-se em favor do Curador o Termo de Curatela, mediante a prestação de compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo, de acordo com o disposto no art. 759, do Código de Processo Civil. Expeça-se Mandado para a inscrição da sentença junto ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Pessoas Naturais, procedendo-se a imediata publicação desta decisão na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente, conforme exigência do art. 755, § 3º, do C.P.C. À Secretaria, para as providências cabíveis. Sem custas. Transitada em Julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: JOÃO LENES DOS SANTOS (OAB 392/RO), ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM), ADV: ROGÉRIO OLIVEIRA DO VALLE (OAB 2361/AM) - Processo 0236450-79.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.C.S.S. - REQUERIDO: D.S.C.S.M. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contidos na petição inicial, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC. Condeno a parte Requerente em custas e honorários os quais fixo em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com apoio no art. 85, § 8º, do CPC. Após o trânsito em julgado, arquive-se, com as cautelas de estilo e anotações de praxe. P.R.I.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: LAURA POLIANA DE OLIVEIRA FRAGATA (OAB 13528/AM) - Processo 0619326-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: G.M.F.S. - REQUERIDA: A.M.S. e outro - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho/Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 22/10/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0650308-73.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: I.D.C. e outro - Sopesado o exposto e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, e em consonância com o Ministério Público, DECRETO a INTERDIÇÃO de Noemia de Castro e Costa, com base no art. 1.767, I, do Código Civil, nomeando-lhe CURADORAS suas filhas, Isabel Dias Costa e Fernanda Dias Bandeira da Costa, que a representará nos atos da vida civil e na administração dos seus bens, sobretudo, os de natureza patrimonial e negocial, podendo praticar todos os atos inerentes ao exercício do encargo, em nome da genitora curatelada interditada, com exclusividade, com a inspeção deste Juízo, obrigando-se à prestação de contas, com fulcro no art. 1.774, c/c o art. 1.747, caput e incisos, e segts. caput e incisos, e art. 1.755, do Código Civil, no que couber. Expeça-se em favor das Curadoras o Termo de Curatela, mediante a prestação de compromisso de bem e fielmente cumprirem o encargo, de acordo com o disposto no art. 759, do Código de Processo Civil. Expeça-se Mandado para a inscrição da sentença junto ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Pessoas Naturais, procedendo-se a imediata publicação desta decisão na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da interdita e das curadoras, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que a interdita poderá praticar autonomamente, conforme exigência do art. 755, § 3º, do C.P.C. À Secretaria, para as providências cabíveis. Custas pagas (fls. 07/09). Transitada em Julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.

Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Lenes dos Santos (OAB 392/RO)
Laura Poliana de Oliveira Fragata (OAB 13528/AM)
Patrick de Souza Cruz (OAB 13259/AM)
ROGÉRIO OLIVEIRA DO VALLE (OAB 2361/AM)
Souza Cruz Sociedade Individual de Advocacia (OAB 13259/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0166/2019

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0225676-82.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Michele Paes de Oliveira e outros - A Lei de Execução Penal (LEP) é aplicada pelo Juiz da VEP e, ainda que haja previsão legal para a visita de cônjuge/companheiro(a), tal direito, se for cabível no caso concreto, deve ser deferido pelo magistrado competente para tanto, ou seja: pelo juiz da Vara de Execuções Penais (VEP). Pelo exposto, deixo de me manifestar sobre o pedido de autorização para visita e determino seja o subscritor da petição intimado para, querendo, manejar idêntico pedido junto à VEP, juízo competente para apreciar tal pleito. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0602568-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Maicon Pereira Xavier - Fica a defesa intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a representação processual do(a) ré(u)/indiciado(a) Maicon Pereira Xavier.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0616829-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: José Wilkson Cunha da Silva - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a audiência designada para a data de hoje deixou de ocorrer em razão de, por equívoco, não terem sido expedidos os atos intimatórios por esta serventia. Certifico, ainda, que atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 11/09/2019 às 09:45h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 19 de agosto de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Escrivã(o)/Secretária(o)

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0617851-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Abraão Mota Nunes e outro - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Abraão Mota Nunes e Anderson Cardoso Nogueira. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados Anderson Cardoso Nogueira e Abraão Mota Nunes, por sua defensora/advogado, requereram a rejeição da denúncia. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que a tese suscitada pela defesa, no sentido de que o réu seja usuário de substância entorpecente, por si só, não tem o condão de afastar a tipicidade do crime de tráfico de substância entorpecente, capitulado no art. 33 da Lei

11.343/2006. Na verdade, a condição de usuário, muitas vezes corrobora e fortalece a imputação de tráfico, porquanto é público e notório que muitos usuários de drogas acabam entrando para a traficância justamente para auferir renda que lhe permita manter o vício. Assim é que muitos dos chamados pequenos traficantes tiveram como motivação do seu ingresso no mercado das drogas a auto sustentação do seu consumo de substância entorpecente. O que configura o delito previsto no art. 28 da Lei Antidrogas, portanto, não é a condição de usuário do agente, mas a destinação da droga apreendida para o uso próprio do acusado. Em outras palavras, para a consunção deste tipo penal é imprescindível a comprovação de um especial fim de agir: a droga deve destinar-se "para uso próprio". Se for para uso de terceiro é indiferente o fato de ser o réu usuário de drogas, pois restará configurado o crime do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 e não o do art. 28 da referida lei. Assim, após perfunctória análise dos elementos indiciários carreados aos presentes autos, verifico que a tese suscitada pela defesa não pode ser comprovada de plano, neste momento processual, sendo necessária a dilação probatória a ser realizada em audiência (AIJ). Assim como a defesa não pode ser cerceada, por ter a sua base no próprio texto constitucional, o direito/dever do Representante do Ministério Público também não pode sofrer cerceamento, porquanto sua legitimação também provém da Magna Carta (art. 129 da CF/88), somente podendo sofrer delimitações previstas em lei e decorrentes de decisão judicial fundamentada, no sentido da rejeição da denúncia, com base em sua inépcia, falta de pressupostos processuais ou condições da ação e, ainda, por ausência de justa causa, nos termos do art. 395 do CPP. Destarte, sempre atenta ao caso concreto, veiculado nos presentes autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 05) e exame toxicológico definitivo (fls. 23-27), além de indícios suficientes de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 25/08/2020 às 10:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Após análise dos autos, verifico que o denunciado Anderson Cardoso Nogueira está cumprindo regularmente a medida cautelar de comparecimento em juízo, conforme fls. retro. Entendo que não há necessidade de seu comparecimento de forma mensal. Por isso, altero o comparecimento do denunciado em juízo para TRIMESTRAL. Intimem-se. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 15 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: HAYLLANNE ABREU FERREIRA RIBEIRO (OAB 12758/AM), ADV: ROZIANE LOPES BRAGA (OAB 6590/AM) - Processo 0632396-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Renan Carlos Lopes Dias de Araújo - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Renan Carlos Lopes Dias de Araújo. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 04/11/2019 às 10:30h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 15 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0633334-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: João Lucas Lopes Hurbano - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de João Lucas Lopes Hurbano. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 06/08/2020 às 09:30h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM) - Processo 0636995-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Agleison Machado de Oliveira - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Agleison Machado de Oliveira. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado(a)/defensor(a), limitou-se a arrolar testemunhas,

sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 10) e laudo toxicológico definitivo (fls. 12-15), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 17/10/2019 às 13:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0638107-15.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Abraão de Moraes Silva e outro - Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 54-57) de revogação da prisão preventiva de Abraão de Moraes Silva. Intime-se. Conferindo impulso oficial à marcha processual, verifico que o MP já ofereceu denúncia (fls. 64-66),razão pela qual determino a notificação dos denunciados, para que apresentem defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Caso o(a) denunciado(a)s, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. À secretaria para as providências necessárias. P.R.I. CUMPRA-SE.

ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0638145-27.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Thiago de Souza Soares e outro - Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 54-58) de revogação da prisão preventiva de Thiago de Souza Soares. Intime-se. Conferindo impulso oficial à marcha processual, verifico que o MP já ofereceu denúncia (fls. 61-62),razão pela qual determino a notificação dos denunciados, para que apresentem defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Caso o(a) denunciado(a)s, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. À secretaria para as providências necessárias. P.R.I. CUMPRA-SE.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0638377-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Yuri Michel Silva Merces - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do indiciado Yuri Michel Silva Merces (fls. 34-38). Chamado a opinar, o Representante do Ministério Público manifestou-se desfavorável ao pedido (fls. 4-42). Relatado. DECIDO. Compulsando os autos, verifico que entre a data da prisão do denunciado-requerente e a data do pedido de revogação, não houve qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar do indiciado. O posicionamento do juízo é pela manutenção da prisão do denunciado, em razão da presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPB, e, embora, seja primário, ostenta

diversas passagens criminais, demonstrando, com isto, que as medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes para obstar as atividades criminosas desempenhadas pelo mesmo. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 34-38) de revogação da prisão preventiva de Yuri Michel Silva Merces. Intime-se. Conferindo impulso oficial à marcha processual, passo a análise acerca do recebimento (ou não) da exordial acusatória. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fls. 11) e laudo toxicológico definitivo (fls.14-17), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e julgamento para o dia 26/11/2019 às 12:30h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0638623-35.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Willian Pereira da Silva - Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do indiciado Willian Pereira da Silva, nos termos do art. 316 do CPP, aplicando-lhe, no entanto, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório em juízo (que será documentado por foto a ser incluída nos autos); 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca de Manaus, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste juízo; e 5) Comparecimento ao Projeto Reeducar, no Auditório do Fórum Ministro Henoch Reis, às 08h:00min do dia 26/08/2019. CONDICIONO a expedição do alvará de soltura, à apresentação de cópia do RG, CPF e Comprovante de Residência do denunciado. Intime-se o flagranteado/indiciado/denunciado, dando-lhe ciência do inteiro teor desta decisão. Os documentos poderão ser juntados por seu Procurador, familiar, ou qualquer pessoa de confiança mediante termo de entrega, devidamente assinado nos autos. Após o cumprimento do exigido, expeça-se o necessário. Conferindo impulso oficial à marcha processual, e verificando já constar nos autos, denúncia, determino a imediata NOTIFICAÇÃO do denunciado, nos termos do art. 55, da lei nº 11.343/2006, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa preliminar escrita. Intime-se ainda, seu Advogado/Defensor, para a mesma finalidade. Após a apresentação, voltem-me os autos conclusos para decisão. Int. Cumpra-se.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0640625-75.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Carmo José Ferreira Teixeira - Lucas Bruno Braga de Souza e outro - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do indiciado Carmo José Ferreira Teixeira (fls. 84-87) . Chamado a opinar, o Representante do Ministério Público manifestou-se desfavorável ao pedido (fls. 90-96). Relatado. DECIDO. Compulsando os autos, verifico que entre a data da prisão do denunciado-requerente e a data do pedido de revogação, não houve qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar do indiciado. O posicionamento do juízo é pela manutenção da prisão do denunciado, em razão da presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPB, e, ainda, pelo fato de ser reincidente/maus antecedentes, demonstrando, com isto, que a sua liberdade, neste momento, atenta contra a ordem pública e paz social, de tal forma que apenas se houver alteração das circunstâncias devidamente demonstrada nos autos ou decisão judicial do segundo grau de jurisdição será possível a modificação do status libertatis do indiciado. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls.84-87) de revogação da prisão preventiva de Carmo José Ferreira Teixeira. Intime-se. Conferindo impulso oficial, verifico que já foi juntada a defesa prévia de Lucas Bruno Braga de Souza. Notifiquem-se os denunciados Carmo José Ferreira Teixeira e Nilson de Jesus Pereira para oferecerem DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Caso os denunciados, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Manaus, 16 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0640836-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alvaro Rai de Oliveira Leite - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do indiciado Alvaro Rai de Oliveira Leite (fls. 75-79). Chamado a opinar, o Representante do Ministério Público manifestou-se desfavorável ao pedido (fls. 82-88). Relatado. DECIDO. Compulsando os autos, verifico que entre a data da prisão do denunciado-requerente e a data do pedido de revogação, não houve qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar do indiciado. O posicionamento do juízo é pela manutenção da prisão do denunciado, em razão da presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPB, e ainda, pelo fato de ser reincidente/maus antecedentes, demonstrando, com isto, que a sua liberdade, neste momento, atenta contra a ordem pública e paz social, de tal forma que apenas se houver

alteração das circunstâncias devidamente demonstrada nos autos ou decisão judicial do segundo grau de jurisdição será possível a modificação do status libertatis do indiciado. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 82-88) de revogação da prisão preventiva de Alvaro Rai de Oliveira Leite. Passo à análise quanto ao recebimento da denúncia. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciadopor incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência para o dia 05/11/2019, às 12h30min. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Intime-se. Acolho o item 5, da denúncia de fls. 72-74, encaminha-se cópia dos autos ao juízo competente para apurar a conduta do nacional Mário Jorge Ferreira de Oliveira à fl. 44, diante da prática do suposto crime tipificado no art. 16, da lei nº 10.826/2003. Manaus, 12 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0642050-40.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Reginaldo Farias da Silva - DECIDO. Compulsando os autos, verifico que entre a data da prisão do denunciado-requerente e a data do pedido de revogação, não houve qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar do indiciado. O posicionamento do juízo é pela manutenção da prisão do denunciado, em razão da presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPB, e, embora, seja primário, foi apreendido grande quantidade de droga, conforme laudo definitivo às fls. 06-09 (22.900g), e acrescido da circunstâncias do flagrante, demonstra, com isto, que as medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes para obstar as atividades criminosas desempenhadas pelo mesmo. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 43-50) de revogação da prisão preventiva de Reginaldo Farias da Silva. Intime-se. Aguarde-se a juntada o IP, após vista ao Ministério Público. À secretaria para as providências necessárias. P.R.I. CUMPRA-SE.

ADV: VERA REGINA CARVALHO DE MENDONÇA (OAB 4427/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0642679-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Arianderson França Menezes - Ante o exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, DEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA formulado por ARIANDERSON FRANÇA MENEZES. Aplico-lhe, outrossim, as seguintes MEDIDAS CAUTELARES diversas da prisão: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras intimações; 2) Comparecimento trimestral em juízo para justificar suas atividades (ocasião em que será gerada uma fotografia digital a ser anexada aos autos); 3) Proibição de se ausentar da Comarca por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização judicial; 4) Comparecimento obrigatório ao juízo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para assinar termo de compromisso; e 5)Participação obrigatória no PROJETO REEDUCAR no dia 26/08/2019 às 08h:00min, no auditório do Fórum Ministro Henoch Reis. O denunciado fica ciente de que o descumprimento de quaisquer das medidas acima elencadas poderá ensejar a decretação de prisão preventiva em seu desfavor. Expeça-se Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso. Passo à análise quanto ao recebimento da denúncia. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 25/08/2020, às 10h30min. Cite o réu e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0651928-23.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado e A Sociedade - INDICIADO: Francisco Danilo Bindá dos Anjos e outro - Ante o exposto, REVOGO a medida cautelar de monitoramento eletrônico, devendo o denunciado cumprir as seguintes medidas: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório neste Juízo; 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste juízo. Determino que seja OFICIADO ao Diretor da Unidade Prisional a fim de que ponha o nacional Francisco Danilo Binda dos Anjos em liberdade, caso este seja o motivo pelo qual encontra-se preso. Determino ainda, que a advogada subscritora da petição de fls. 133-135, regularize sua representação, juntando aos autos o instrumento procuratório. Cumpra-se.

Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Hayllanne Abreu Ferreira Ribeiro (OAB 12758/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)

Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Roziane Lopes Braga (OAB 6590/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Vera Regina Carvalho de Mendonça (OAB 4427/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0220/2019

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM), ADV: EVANDRO SOUSA ALVES (OAB 13420/AM) - Processo 0212982-86.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Samuel Maciel Pereira - R.Hoje. Intime-se a defesa de Samuel Maciel Pereira, para que apresente o réu, na Secretaria desta Vara Especializada, no prazo de 48h, ocasião em que deverá firmar novo termo de compromisso de cumprimento das medidas cautelares diversas da prisão. Caso o réu compareça no prazo determinado, proceda-se à juntada do termo de compromisso e retornem os autos conclusos para análise do pedido de fls. 164/170. Em caso negativo, mantenho hígida a decisão de fls. 160/162, devendo ser encaminhado o mandado de prisão à Polinter e demais delegacias de captura. Intime-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: SÍLVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM), ADV: MAYSA DE ALMEIDA CHICRE (OAB 13390/AM) - Processo 0220334-95.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Mivaldo Nascimento da Cruz e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 02/09/2019 às 13:00h.

ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM), ADV: GIL E SILVA SARAIVA (OAB 11079/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0610862-97.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Rodrigo Victor de Lima e outro - INDICIADO: Edcarlos Miranda dos Santos (Falecido) e outros - DENUNCIADO: Tamyres de Almeida Barbosa - Wellington Pereira Marques - Erika Lima da Costa e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 02/09/2019 às 11:30h.

Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Evandro Sousa Alves (OAB 13420/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Gil e Silva Saraiva (OAB 11079/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Maysa de Almeida Chicre (OAB 13390/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Sílvia Luiza Barroso (OAB 6110/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO MARCELO NOGUEIRA MOYSÉS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0213/2019

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0219529-45.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Elton Santos de Araujo e outro - Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR a ré LUZIA RIBEIRO DA SILVA como incursa nas penas do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 e ABSOLVÊ-LA das imputações relativas ao art. 35 da Lei de Drogas e ao art. 244-B do Estatuto da Criança e Adolescente, bem como para ABSOLVER o réu ELTON SANTOS DE ARAÚJO dos crimes que lhe foram imputados.

ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: MURILO CORRÊA SIQUEIRA (OAB 11169/AM), ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 4896/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM), ADV: CINTHIA PEREIRA DE SOUZA LIMA (OAB 9797/AM), ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM), ADV: FRANCISCO FELIPE LEAL PEREIRA (OAB 9923/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: LUÍS CARLOS CALDERARO SOUZA (OAB 1991/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0222020-88.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Julio Oliveira Neto - Allan Deywyd Leao Lima e outro - III - DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) CONDENAR os réus SAMARA ESTAFANI SANTIAGO MOLLEAPAZA e JÚLIO OLIVEIRA NETO nas penas do artigo 33, caput c/c 40, inciso V, da Lei n.º 11.343/06, na modalidade "transportar", afastando a incidência apenas do inciso III, do art. 40 da Lei de Drogas; 2) ABSOLVER os acusados SAMARA ESTAFANI SANTIAGO MOLLEAPAZA e JÚLIO OLIVEIRA NETO da prática da infração penal descrita no Art. 35, caput, da da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal; 3) ABSOLVER O RÉU ALLAN DEYWYD LEÃO LIMA de todos os crimes a ele imputados na exordial acusatória, com fulcro no artigo 386, V, do código de processo penal. Passo à individualização da pena.

ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: PALOMA GURGEL DE OLIVEIRA CERQUEIRA (OAB 9654/RN) - Processo 0229136-82.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Geomison Lira Arante e outros - Posto isso, julgo extinta a punibilidade em relação a Bruno Vilhena Blanco (Falecido), com fulcro no Art. 107, I, do Código Penal.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0233481-91.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Emerson da Silva e Silva - Ante o exposto acolho a tese da defesa e JULGO IMPROCEDENTE, a denúncia formulada pelo Ministério Público Estadual e ABSOLVO EMERSON DA SILVA E SILVA da acusação que lhe fora atribuída, com fundamento no art. 386, VII, do CPP, por ausência de prova suficiente de autoria a caracterizar o elemento subjetivo do tipo penal de tráfico de drogas. Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. P.R.I.C. Extraia-se o dispositivo para

publicação no Diário de Justiça Eletrônico. Após os procedimentos de praxe, arquivem-se os autos. Custas pelo Estado. Demais diligências pela Secretaria. Manaus, 15 de agosto de 2019.

ADV: ABRAHÃO LYNCON NUNES DANTAS (OAB 8125/AM) - Processo 0241131-92.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: BRUNO DA SILVEIRA GIOIA - R.Hoje.Defiro a renúncia de fl. 380

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0250162-68.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luzieth da Silva Queiroz - Dê-se vista às partes para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias, primeiro à acusação, depois à defesa.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0605845-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Coletividade - RÉU: Bruno Mairon Araújo Amorim - R. Hoje. Ante a denúncia oferecida pelo Ministério Público, notifique-se o denunciado, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Exaurido o prazo do artigo 55, caput, da Lei n. 11.343/06 in albis, certifique-se e encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para atuar nesta vara, para apresentar defesa prévia e atuar no processo em favor do denunciado, na forma do § 3º do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Após, conclusão. I.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0605845-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Bruno Mairon Araújo Amorim - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 02/05/2019, às 10:30h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0605845-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Bruno Mairon Araújo Amorim - Ante ao exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR o acusado , como incurso nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: THIAGO ASSIS DA SILVA MONTEIRO (OAB 12725/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0613617-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Charles Anderson Pereira Rolim - Brendo Cardoso dos Santos - Jailson Sena Alves - Sem maiores digressões, entendo que não merece acolhimento o pedido formulado pela defesa, eis que a necessidade de manutenção da prisão preventiva já foi objeto de análise por este Juízo, consoante decisão de fls. 206/209. Outrossim, o processo estava incluso em pauta de audiências, ocasião em que seria encerrada a instrução, mas a pedido da defesa (fls. 215), o ato foi redesignado. Pelo exposto, indefiro o pedido de fls. 219/224. Aguarde-se a audiência já designada nos autos.

ADV: ANTONIO EVANDRO MELO BALBI (OAB 66418/RJ), ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM), ADV: CAMILA LIMA DE SOUZA (OAB 9467/AM) - Processo 0613793-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jadson Seixas de Almeida - Ranilson Soares Gomes - 1 Dê-se vista à defesa para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM), ADV: MARIA ESTER COELHO DE OLIVEIRA (OAB 9677/AM), ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM) - Processo 0619911-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Davi Ali Amaral - Ranielly de Lima Abreu - 3. DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia para: 1) CONDENAR o acusados DAVI ALI AMARAL, como incurso nas penas do Art. 33, caput da Lei nº 11.343/06. 2) ABSOLVER DAVI ALI AMARAL e RANIELLY DE LIMA ABREU da imputação da prática da infração penal descrita no Art. 35, caput, da da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

ADV: ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 3219/AM) - Processo 0625394-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jean Carlos Lopes e outros - 3. DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia para: 1) CONDENAR os acusados JEAN CARLOS LOPES e Edson Douglas Ferreira de Sousa, como incursos nas penas do Art. 33, caput da Lei nº 11.343/06. 2) ABSOLVER a acusada Francineide Almeida da Silva da imputação das infração penal prevista no Art. Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, por estar provado que a ré não concorreu para a infração penal, com fulcro no Art. 386, IV, do Código de Processo Penal. 3) ABSOLVER JEAN CARLOS LOPES, Edson Douglas Ferreira de Sousa e Francineide Almeida da Silva da imputação da prática da infração penal descrita no Art. 35, caput, da da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0637062-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Leopoldo Augusto Souza da Cruz - Luis Henrique da Silva Dantas - 3. DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia para: 1) CONDENAR os acusados LEOPOLDO AUGUSTO SOUZA DA CRUZ e LUÍS HENRIQUE DA SILVA DANTAS, como incursos nas penas do Art. 33, caput da Lei nº 11.343/06. 2) ABSOLVER LEOPOLDO AUGUSTO SOUZA DA CRUZ e LUÍS HENRIQUE DA SILVA DANTAS da imputação da prática da infração penal descrita no Art. 35, caput, da da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Passo à individualização da pena.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0650289-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Anderson da Costa Araujo - Vistos etc, Trata-se de recurso de apelação interposto por Anderson da Costa Araujo (fls. 183) ante a sentença penal condenatória de fls. 162/173. Certificou-se a tempestividade do apelo. É o essencial a ser relatado. DECIDO. Tendo em vista a tempestividade, recebo o recurso, nos termos do artigo 593, inciso I, do CPP, no efeito meramente devolutivo. Vista ao Apelante para apresentar razões, no prazo de 8 (oito) dias (artigo 600, caput, do CPP). Depois, em igual prazo, ao Apelado. Apresentadas as razões ou vencidos os prazos supramencionados (artigo 601, caput, do CPP), remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias. Antes da remessa, certifique-se o encaminhamento das peças processuais pertinentes à Vara de Execução Penal, para autuação do processo de execução provisória. Os registros audiovisuais estão nos autos e são acessíveis a todas as partes que nele atuam, desde que forneça meio hábil para gravação da mídia (pen drive, CD, DVD etc), sem olvidar da vedação acerca da divulgação, consoante já assentado em ata. À Secretaria para providências. Cumpra-se. I.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CLAYTON ROITMAN MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9115/AM) - Processo 0655829-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Guedes de Oliveira Júnior - Kewen Brunno Sena dos Santos - Que seja redesignada esta audiência em continuação

para o dia 02/09/2019 às 09:30h.

Abrahão Lyncon Nunes Dantas (OAB 8125/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Antonio Evandro Melo Balbi (OAB 66418/RJ)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro de Souza (OAB 3219/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Camila Lima de Souza (OAB 9467/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Cinthia Pereira de Souza Lima (OAB 9797/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Clayton Roitman Moraes de Oliveira (OAB 9115/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Francisco Felipe Leal Pereira (OAB 9923/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luís Carlos Calderaro Souza (OAB 1991/AM)
Marcelo Gonçalves de Oliveira (OAB 4896/AM)
Márcia Simone Coelho Ferreira da Silva (OAB 9736/AM)
Maria Ester Coelho de Oliveira (OAB 9677/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Murilo Corrêa Siqueira (OAB 11169/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira (OAB 9654/RN)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Thiago Assis da Silva Monteiro (OAB 12725/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0214/2019

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0209306-62.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: José Ailton Santos de Araújo - III - DISPOSITIVO: Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) CONDENAR a ré JÉSSICA CAVALCANTE DE MELO, como incurso nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006; 2) ABSOLVER a ré JÉSSICA CAVALCANTE DE MELO, como incurso nas penas do art. 35, caput, da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal; 3) ABSOLVER o réu JOSÉ AILTON SANTOS DE ARAÚJO em relação aos delitos dos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06, por insuficiência probatória, nos termos do art. 386, VII, do CPP. Sendo assim, passo à dosimetria da pena quanto à ré JÉSSICA CAVALCANTE DE MELO.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM) - Processo 0217626-72.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kissinger Eduardo da Silva Lima - 1 Dê-se vista às partes para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias, primeiro à acusação, depois à defesa.

ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695A/AM) - Processo 0218440-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Benedito Ferreira de Araújo Filho - Vistos etc, Trata-se de recurso de apelação interposto por Benedito Ferreira de Araújo Filho (fls. 166/171) ante a sentença penal condenatória de fls. 150/157. Certificou-se a tempestividade do apelo. É o essencial a ser relatado. DECIDO. Tendo em vista a tempestividade, recebo o recurso, nos termos do artigo 593, inciso I, do CPP, no efeito meramente devolutivo. Vista ao Apelado para apresentar razões, no prazo de 8 (oito) dias (artigo 600, caput, do CPP). Apresentadas as razões ou vencido o prazo supramencionado (artigo 601, caput, do CPP), remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias. Certifique-se o encaminhamento da guia de recolhimento provisória e demais peças processuais pertinentes à Vara de Execução Penal, bem como a autuação do processo de execução. Os registros audiovisuais estão nos autos e são acessíveis a todas as partes que nele atuam, desde que forneça meio hábil para gravação da mídia (pen drive, CD, DVD etc), sem olvidar da vedação acerca da divulgação, consoante já assentado em ata. À Secretaria para providências. Cumpra-se. I.

ADV: WILSON DE LIMA JUSTO FILHO (OAB 6136/AM) - Processo 0223856-96.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jonas Freire de Melo Filho - Considerando que o réu Jonas Freire de Melo Filho mudou de endereço sem comunicar ao juízo, decreto-lhe a revelia, com fulcro no artigo 367 do CPP, devendo o processo prosseguir sem a sua presença. Requisite-se a presença das testemunhas de acusação, e intime-se a testemunha de defesa para a audiência designada para o dia 23/09/2019 às 12:00h.

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0225768-65.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcos Brendo Marques Pereira - 3. DISPOSITIVO: Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR o acusado MARCOS BRENDO MARQUES PEREIRA, como incurso nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. Passo à individualização da pena.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0245328-90.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Willamy Oliveira de Sousa - Wanderlan Adriano da Silva - Lucas Quadros Duarte e outros - Dessarte, incumbe ao Advogado notificar seu constituinte acerca da sua renúncia e comprovar em Juízo a notificação deste, devendo responder ainda pelo período de 10 (dez) dias após a ciência do Mandante. Intimem-se os advogados da presente decisão, advertindo-os de que deverão permanecer nos autos, até que comprovem os requisitos legais para a renúncia, sob pena de aplicação da multa a que alude o art. 265 do Código de Processo Penal.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: RAIMUNDO RONALDO DE SOUZA NEVES (OAB 8499/AM), ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0266530-26.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: O Estado - RÉU: Abraão Pereira Pacaio - Posto isso, julgo extinta a punibilidade em relação a Abraão Pereira Pacaio, com fulcro no Art. 107, I, do Código Penal. Após o trânsito em julgado, façam as comunicações e anotações necessárias e procedam à baixa e arquivamento da parte, com as cautelas de praxe, independente de novo despacho. No que se refere aos bens e numerário apreendidos, se no prazo de 05 (cinco) dias não houver manifestação de terceiro de boa-fé, interessado na restituição destes, desde já DECRETO o perdimento em favor da União, por intermédio do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), nos termos do art. 63 da Lei nº 11.343/06, sobretudo ante o disposto no Art. 243, parágrafo único, da CRFB/88. Oficie-se à SENAD/CONEN. Oficie-se à Autoridade Policial para a destruição da droga. P.R.I.C.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB

12394/AM) - Processo 0266569-23.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alexsandro de Paula Martins - Por todo o exposto, por se tratar de matéria de ordem pública, RECONHEÇO EX OFFICIO A PRESCRIÇÃO, em sua modalidade retroativa, E JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE Alexsandro de Paula Martins, com fulcro no art. 110, §1º, art. 117, I e IV, art. 107, IV, e art. 115, todos do Código Penal.

ADV: NATIELEN SOUZA DE CARVALHO SIMOES (OAB 12940/AM) - Processo 0602519-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Bruno Lima de Oliveira - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido e MANTENHO A PRISÃO de BRUNO LIMA DE OLIVEIRA. Intimem-se as advogadas do acusado acerca desta decisão, bem como para apresentarem alegações finais escritas, no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: LUCÍLIA BRUNA TORRES MONTEIRO NUNES (OAB 9904/AM), ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0606960-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Edson Cristiano Moraes de Andrade - Joel Oliveira Silva - Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) CONDENAR EDSON CRISTIANO MORAES DE ANDRADE E JOEL OLIVEIRA SILVA como incursos nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006. 2) ABSOLVER EDSON CRISTIANO MORAES DE ANDRADE E JOEL OLIVEIRA SILVA da prática da infração penal descrita no Art. 35, caput, da da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0640618-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Maykson da Silva Soares - Tiago Couteiro Sales - Luann de Oliveira Vieira - Leida Socorro da Silva Marques - Juliana Parente Gomes e outro - Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de Relaxamento de Prisão de fls. 704/716, e mantenho a prisão do acusado Leida Socorro da Silva Marques.

Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 695A/AM)
Lucília Bruna Torres Monteiro Nunes (OAB 9904/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Natielen Souza de Carvalho Simoes (OAB 12940/AM)
Raimundo Ronaldo de Souza Neves (OAB 8499/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Wilson de Lima Justo Filho (OAB 6136/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSEANE DO VALE CAVALCANTE JACINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: YURY CROIFF SANTOS THURY (OAB 8079/AM) - Processo 0232775-11.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: O Estado - RÉU: Eduardo Ferreira de Oliveira - Diante de todo o contexto fático probatório JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para desclassificar a conduta prevista no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 para o tipo penal previsto no artigo 28, da Lei 11.343/2006, consequentemente, extinguindo a punibilidade do réu EDUARDO FERREIRA DE OLIVEIRA, com fundamento no artigo 107, inciso IV, e art. 115, ambos do Código Penal c/c art. 30 da Lei nº 11.343/2006 e art. 61 do CPP, em relação ao referido crime, conforme fundamentação lançada. Dos bens apreendidos: 1) Determino a destruição da droga apreendida por incineração, caso ainda não tenha sido destruída (Lei nº 11.343/06, art. 32, § 1º); 2) Se houver bens apreendidos determino a sua devolução ao réu; Restitua-se a importância monetária apreendida constante no auto de exibição e apreensão em favor do réu (fl.07). Após, certificado o trânsito em julgado e cumpridas as ordens precedentes, arquivem-se os autos. Custas pelo Estado. Publique-se, Registre-se, Intimem-se, Cumpra-se. Manaus 13 de agosto de 2019.

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0241811-77.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Andre Carioca Marinho Marques e outro - Ante o exposto, RECEBO A DENÚNCIA nos termos em que foi formulada. Paute-se audiência de instrução e julgamento. Atenda-se às diligências eventualmente requeridas pelo Ministério Público. Intimem-se os réus e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, bem como o advogado de defesa. Cientifique-se as defesas que as testemunhas eventualmente arroladas nas defesas preliminares, deverão ser trazidas à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se. Demais diligência pela Secretaria. Cumpra-se. Manaus, 15 de julho de 2019.

Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Yury Croiff Santos Thury (OAB 8079/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO MARCELO NOGUEIRA MOYSÉS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0218/2019

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0218485-88.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Andre de Souza Alves e outro - Ante o exposto, tenho que o painel probante não se presta à condenação dos réu razão pela qual JULGO IMPROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público Estadual e ABSOLVO PAULO ANDRÉ DE SOUZA ALVES e ROBÉRIO BARBOSA DA SILVA, da acusação que lhe fora atribuída, com fundamento no art. 386, V e VI, do CPP, por total ausência de prova de autoria a caracterizar o elemento subjetivo do tipo penal de tráfico e de associação para o tráfico de drogas. Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Determino a devolução da importância monetária bem como dos telefones celulares apreendidos e descritos no auto de exibição e apreensão mediante apresentação de nota fiscal que comprove a origem lícita dos pertences. P.R.I.C. Extraia-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico. Demais diligências pela Secretaria inclusive dando-se baixa na distribuição. Custas pelo Estado.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0239413-60.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Renan Willian Alcantara Cavalcante - Posto isso, julgo extinta a punibilidade em relação a Renan Willian Alcantara Cavalcante, com fulcro no Art. 107, I, do Código Penal. Após o trânsito em julgado, façam as comunicações e anotações necessárias e procedam à baixa e arquivamento da parte, com as cautelas de praxe, independente de novo despacho. No que se refere aos bens e numerário apreendidos, se no prazo de 05 (cinco) dias não houver manifestação de terceiro de boa-fé, interessado na restituição destes, desde já DECRETO o perdimento em favor da União, por

intermédio do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), nos termos do art. 63 da Lei nº 11.343/06, sobretudo ante o disposto no Art. 243, parágrafo único, da CRFB/88. Oficie-se à SENAD/CONEN. Oficie-se à Autoridade Policial para a destruição da droga. P.R.I.C.

ADV: JORGE HENRIQUE GONZAGA DIAS JÚNIOR (OAB 9953/AM) - Processo 0244713-03.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erivan Cruz Guedes - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) ABSOLVER o acusado da prática da infração prevista no Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VI do CPP. 2) CONDENAR o acusado como incurso nas penas do Art. 16, IV da Lei nº 10.826/2003.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: NAIRA REGINA RIBEIRO LIMA (OAB 9404/AM) - Processo 0257241-69.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cesar Pereira do Carmo e outro - Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) CONDENAR réu CÉSAR PEREIRA DO CARMO como incurso nas penas do art. 33, caput da Lei nº 11.343/2006 e ABSOLVE-LO da prática do crime capitulado no art. 35, caput, da Lei nº 11.343/2006. 2) ABSOLVER o réu FÁBIO DA SILVA BANDEIRA da prática da infração penal descrita no art. 33, caput, e do art. 35, ambos da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Passo, a seguir, a dosar a pena do réu CÉSAR PEREIRA DO CARMO: O art. 42 da Lei nº 11.343/06 determina que o juiz, na fixação da pena, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do código penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente. A quantidade de droga apreendida é bastante elevada (aproximadamente 80k de maconha). A maconha, por sua natureza, apresenta maior nocividade à saúde e causa maior dependência química ou psíquica do que outras drogas, lícitas ou não; Os elementos existentes nos autos nada permitem inferir acerca da conduta social e personalidade do agente; A reprovabilidade da conduta se revela normal; é tecnicamente primário, e não registra maus antecedentes. As demais circunstancias judiciais são comuns à espécie, e se exaurem no próprio tipo penal. Posto isso, fixo a pena base em 10(dez) anos de reclusão, e a sanção pecuniária em 1.000 (um mil) dias-multa. Não incidem na espécie circunstancias agravantes e nem atenuantes e nem causas de aumento e nem diminuição. Deixo de conceder o benefício previsto no § 4º, do art. 33 da lei antidrogas considerando não tratar-se de tráfico privilegiado aliado ao fato de o réu se dedicar à atividade criminosa. Posto isso, fixo, definitivamente, a pena privativa de liberdade em 10(dez) anos de reclusão e a sanção pecuniária em 1.000 (um mil) dias-multa, sendo cada dia multa fixado em 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do cometimento da infração. O regime prisional inicial é o fechado à luz do disposto no CPB, art. 33, § 2º, "a". Considerando que o réu CÉSAR PEREIRA DO CARMO é revel e estando presentes os fundamentos da prisão (garantir a aplicação da lei penal) nego-lhe o direito de recorrer em liberdade e determino, portanto, a expedição de mandado de prisão em desfavor de CÉSAR PEREIRA DO CARMO. Certifique-se nos autos o período de prisão anterior a esta sentença, para finalidade de detração por ocasião da expedição da guia definitiva de execução. Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, decreto o perdimento do aparelho de telefone celular descrito no auto de exibição e apreensão de fls. 60/61 em favor da União, haja vista a proveniência ou emprego no tráfico ilícito de entorpecentes. Condeno ainda o réu CÉSAR PEREIRA DO CARMO a suportar as custas processuais. Após o trânsito em julgado: 1) Oficie-se à Justiça Eleitoral, para efeito de suspensão dos direitos políticos, enquanto durarem os efeitos da condenação (Art. 15, III da CRFB/88). 2) Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados. P.R.I.C. Extraia-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: REGIMEIRY CARANHA ALMEIDA (OAB 12314/AM) - Processo 0602317-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Gany Rafaela Salvatierra Caranha e outro - 1 Dê-se vista à Defesa constituída pela acusada Gany Rafaela Caranha para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS., ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0637086-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Richardson Pereira Ramos - Ante ao exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR o acusado RICHARDSON PEREIRA RAMOS como incurso nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0637743-43.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Rickson Brandao da Silva - Pelo exposto, estando presentes indícios de autoria e materialidade, e estando presentes, ainda, os demais requisitos elencados no art. 312, do CPP, máxime a necessidade de garantia da ordem pública, inafastável a manutenção da prisão preventiva, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido formulado e mantenho a prisão preventiva de Rickson Brandao da Silva. Na oportunidade, determino seja notificado o denunciado, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Intime-se a Defesa (fls. 37), via publicação no DJ-e, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0647517-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Geovane Soares - Mizael Christian da Silva de Oliveira - Vistos etc, Compulsando os autos, verifico que há recurso de apelação interposto por Mizael Christian da Silva de Oliveira (fls. 247) ante a sentença penal condenatória de fls. 210/228. Contudo, certificou-se a INTEMPESTIVIDADE do apelo. Nesse sentido, não recebo o recurso de apelação. Intime-se a defesa da presente decisão e, não havendo manifestação no prazo legal, cumpra-se o determinado às fls. 245, remetendo-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Antes da remessa, expeça-se guia de recolhimento definitiva para Mizael Christian da Silva de Oliveira. À Secretaria para providências. I.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Deiwes Almeida dos Santos.
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (OAB 9953/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Naira Regina Ribeiro Lima (OAB 9404/AM)
Regimeiry Caranha Almeida (OAB 12314/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

Processo n.: 0247582-65.2016.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Rafael Rodrigo da Silva Raposo, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil etc, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5137, Manaus-AM - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, tramita o processo n. 0247582-65.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado WELLINGTON SILVA MARQUES, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 1826626-6, pai Ozimar Silva Marques, mãe Francisca Neri Silva, Nascido/Nascida 27/03/1985, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 10, 293, Alvorada II, Manaus - AM, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Notificação, com o prazo de 15 dias, conforme artigo

361 do Código de Processo Penal, pelo qual ficará NOTIFICADO para, findo o prazo do edital, responder à acusação, por escrito, por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 55 da Lei 11.343/06, sob pena de nomeação de defensor. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
Processo n.: 0610862-97.2017.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Rafael Rodrigo da Silva Raposo, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o Denunciado, adiante identificado, que nesta 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5137, Manaus-AM - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, foi denunciado pelo Ministério Público WELLINGTON PEREIRA MARQUES, Brasileiro(a), RG 28413644/AM, pai Carlito da Silva Marques, mãe Gleide Eliana da Silva Pereira, Nascido/Nascida 13/08/1993, natural de Manaus - AM. Local de prisão: Casa de Detenção de Manaus, Manaus - AM. Endereço: RUA CRISTO, 33, COROADO III, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso no(s) artigo(s) 33 e 35 da Lei n. 11.343/06. Pelo que, em razão de encontrar-se em lugar incerto e não sabido (fls. 805/807), fica por meio deste INTIMADO para comparecer ao cartório e Juízo desta 4ª V.E.C.U.T.E., no endereço especificado acima, no dia 02/09/2019 às 11:30h, devidamente acompanhado por Advogado, para a realização de Audiência de Continuação da Audiência. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de agosto de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0219/2019

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO, ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM), ADV: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO (OAB 4868/AM), ADV: ROSELI DE CASTRO PISZTER (OAB 4873/AM), ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM) - Processo 0242398-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: ANDRESSON JOSE MIRANDA DA SILVA e outro - III - DISPOSITIVO: Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) CONDENAR os réus ANDRESSON JOSÉ MIRANDA DA SILVA e FRANCIS MULLER COSTA DA MOTA, como incurso nas penas do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006; 2) ABSOLVER os réus ANDRESSON JOSÉ MIRANDA DA SILVA e FRANCIS MULLER COSTA DA MOTA, como incurso nas penas do art. 35, caput, da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal; 3) ABSOLVER a ré ELIANA SOUZA DE OLIVEIRA em relação a todos os delitos, por não existir prova de que tenha concorrido para as infrações penais, com fulcro no art. 386, V, do CPP.

ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO (OAB 4868/AM), ADV: ROSELI DE CASTRO PISZTER (OAB 4873/AM), ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO - Processo 0242398-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: ANDRESSON JOSE MIRANDA DA SILVA e outro - Posto isso, julgo extinta a punibilidade em relação a ANDRESSON JOSE MIRANDA DA SILVA, com fulcro no Art. 107, I, do Código Penal. Após o trânsito em julgado, façam as comunicações e anotações necessárias e procedam à baixa e arquivamento da parte, com as cautelas de praxe, independente de novo despacho. Cumpra-se as determinações contidas na sentença de fls. 498/512. P.R.I.C.

ADV: MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 4896/AM) - Processo 0255084-26.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Hobbyson Miranda da Silva - 1 Dê-se vista à defesa constituída para apresentação para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0603888-73.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Marcos Vinicius Santos Filho - Alexandre Vieira da Costa - Intime-se o advogado do acusado Alexandre Vieira da Costa e Marcos Vinicius Santos Filho, via DJe, para apresentar defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do art. 55, da Lei 11.343/2006.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0648406-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Cleiton Leal de Alencar e outros - Dê-se vista às partes para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias, primeiro à acusação, depois à defesa.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Jander da Silva Nascimento (OAB 10377/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Marcelo Gonçalves de Oliveira (OAB 4896/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
ROSELI DE CASTRO PISZTER (OAB 4873/AM)
Sônia Maria Fernandes Pacheco (OAB 4868/AM)
Tereza Carmo de Castro
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)

EDITAL DE INTIMAÇÃO – Prazo 90 dias

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
Processo n.: 0623042-14.2018.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) João Marcelo Nogueira Moysés, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM Fone: 3303-5137 - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, foi proferida sentença condentória no processo n. 0623042-14.2018.8.04.0001, em face de ADRIELE SILVA REIS, Brasileiro(a), Solteira, RG 2878357-3, mãe Greice Oliveira Silva, Nascido/Nascida 16/07/1999, com endereço à RUA DEP VICENTE LOPES, Nº 11, MORADA DO SOL, CEP 69415-000, Iranduba - AM, a pena de quatro (04) anos e oito (08) meses de reclusão e duzentos e dezesseis (216) dias multa pela prática de do crime capitulado no art. 33, caput, c/c art. 40, VI da Lei 11.343/2006, distribuído a esta Vara em 30/05/2018, e como a referida ré encontra-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do art. 392, IV, do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento do réu, bem como de sua Defesa, e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas,

aos 21 de agosto de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

Processo n.: 0227020-06.2014.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) João Marcelo Nogueira Moysés, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o Réu, adiante identificado, que nesta 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5137, Manaus-AM - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, foi denunciado pelo Ministério Público, ELIZA FERNANDES DOS SANTOS, Brasileiro(a), Solteira, RG 2745808-3, mãe Raimunda Fernandes dos Santos, Nascido/Nascida 01/11/1995, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Surucuá, Loteamento Campos Sales, 14, Tarumã, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso no(s) artigo(s) 33 da Lei n. 11.343/06. Pelo que, em razão de encontrar-se em lugar incerto e não sabido (fls. 64), fica por meio deste INTIMADA para comparecer ao cartório e Juízo desta 4ª V.E.C.U.T.E., no endereço especificado acima, no dia 12/09/2019 às 11:45h, devidamente acompanhado por Advogado, para a realização de Audiência de Continuação. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

Processo n.: 0233375-32.2014.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) João Marcelo Nogueira Moysés, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o Réu, adiante identificado, que nesta 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5137, Manaus-AM - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, foi denunciado pelo Ministério Público ALEX AVELINO DOS SANTOS, Brasileiro(a), pai DOMINGOS SERGIO GALUCIO DOS SANTOS, mãe SELMA DIAS AVELINO, Nascido/Nascida 17/03/1994, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA DA LIBERTAÇÃO, Nº 42, NOVA ESPERANÇA, CEP 69037-481, Manaus - AM, como incurso no(s) artigo(s) 33 e 35 da Lei n. 11.343/06, c/c art. 16, parágrafo único, IV da lei 10.826/2003. Pelo que, em razão de encontrar-se em lugar incerto e não sabido (fls. 399), fica por meio deste INTIMADO para comparecer ao cartório e Juízo desta 4ª V.E.C.U.T.E., no endereço especificado acima, no dia 01/10/2019 às 12:30h, devidamente acompanhado por Advogado, para a realização de Audiência de Instrução e Julgamento. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0127/2019

ADV: SINAMOR BEZERRA LOPES (OAB 5757/AM), ADV: JOSE ANTONIO TUMA NETO (OAB 1515/AM), ADV: JOSÉ NILDO GASPAR DE MELLO (OAB 6670/AM), ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM), ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: MARCELO ROSAS BARROS (OAB 8588/AM), ADV: JOSE RIBAMAR GUILHERME CORREIA (OAB 9637/AM), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: RAPHAEL DA FONSÊCA FERREIRA DE SOUZA (OAB 6995/AM) - Processo 0203407-59.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tutela Provisória - DENUNCIADO: Fabiano Cortez de Negreiros - Francisco Ubiracy Goes Marques - F.J.R.A. - P.R.S.N. - H.C.S. - Fica a presente audiência redesignada para o dia 19/02/2020 às 8h30. Intimem-se os Advogados dos Réus, Frank Abrahim, Heron da Silva e Franisco Marques para que no prazo de 10 (dez) dias informe se continuam atuando na presente ação penal, bem como decline o endereço atualizados de seus assistidos.

Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Jose Antonio Tuma Neto (OAB 1515/AM)
José Nildo Gaspar de Mello (OAB 6670/AM)
Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB 9637/AM)
Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)
MARCELO ROSAS BARROS (OAB 8588/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Raphael da Fonsêca Ferreira de Souza (OAB 6995/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Sinamor Bezerra Lopes (OAB 5757/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0164/2019

ADV: FRANCISCO ALVES PINHEIRO FILHO (OAB 372-A/AM) - Processo 0003478-21.2006.8.04.0001 (001.06.003478-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - DENUNCIADO: Manoel Bibiano Ferreira - CERTIFICO para os devidos fins, que, compareceu na Secretaria desta Vara Especializada, a Sr. MIGUEL HERMES inscrito no RG Nº 0072954-0, viúvo, a qual informou o falecimento da Sra. Maria das Graças Eliane Cintras Hermes (testemunha de defesa arrolada à fls. 115), razão pela qual remeto os autos à fila de Intimação por Edital Advogado, afim de tomar ciência e, querendo adotar as providências que entender necessárias. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0214258-31.2009.8.04.0001 (001.09.214258-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: B.S.L. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Benjamim dos Santos Leão - NÃO NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 14/10/2019 às 11:15h, conforme se demonstra na Certidão Negativa do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls. 126 e 130, esta Secretaria procederá as

consultas nos sistemas judiciais disponíveis. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA, Caroline Rosas Dias - NÃO NOTIFICADA visto que as intimações para comparecer(em) à audiência designada para 14/10/2019 às 11:15h, conforme se verifica na Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 128/129, foram infrutíferas, esta Secretaria realizará as pesquisas nos sistemas judiciais disponíveis. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DEFESA, resposta à acusação, SILVANO DOS SANTOS LEÃO - NÃO NOTIFICADA, consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 127 e 131, razão pela qual procedo à remessa dos autos para defesa do réu, a fim de que manifeste o interesse na(s) oitiva(s) e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s).

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0256308-04.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: U.C.M. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Ubiranei Correia Meireles - NÃO NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 15/10/2019 às 10:30h, conforme se demonstra na Certidão Negativa do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls. 128 e 132(assinado por terceiro), esta Secretaria expediu novo mandando e carta, conforme procuração nas fls. 103. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA Dayana de Andrade Pereira, esta foi devidamente NOTIFICADA para comparecer à audiência designada para 15/10/2019 às 10:30h, conforme se verifica na Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 129 e 132. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA David de Andrade Pereira e Erineide Teixeira de Andrade, NOTIFICADA, consoante a Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 130, 131, 133 e 135.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0642714-08.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: A.L.S. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, na medida em que: a) CONDENO o Réu Alexsandro Lima da Silva, como incurso nas penas do artigo 217-A do Código Penal; b) FIXO em R$ 1.000,00 (um mil reais) o quantum debeatur mínimo, a título de reparação de danos.

Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Francisco Alves Pinheiro Filho (OAB 372-A/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: VITALINA SANTANA DE SOUZA (OAB 13532/AM) - Processo 0201812-15.2017.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: Antônio José Noleto da Silva e outro - Autos n.º:0201812-15.2017.8.04.0001 - Classe: Termo Circunstanciado DESPACHO Dê-se vista ao Parquet Estadual para que se manifeste sobre a precatória devolvida. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0231673-75.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Crimes contra a Flora - RÉU: S.M.M. - Autos n.º:0231673-75.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. CUMPRA-SE a Carta Precatória. Abra-se Vista ao Exm.º Senhor Procurador Geral de Justiça do Estado do Amazonas com o fito de designar uma Promotoria de Justiça para atuar nos presentes Autos. PAUTE-SE com urgência Audiência Preliminar de Transação Penal. Oficie-se ao juízo deprecante informando o andamento dos Autos. Após, cumprido, DEVOLVA-SE ao Juízo deprecante, com as homenagens de estilo. Após, cumprido, DEVOLVA-SE ao Juízo deprecante com as homenagens de estilo. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 20 de agosto de 2019. [Assinatura digital]

ADV: MATHEUS LUNIÉRE MARTINS (OAB 7013/AM), ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: LAÉCIO PEREIRA MINEIRO (OAB 7551/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0263543-56.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADA: Samel Serviços de Assistência Médico Hospitar - RÉU: Luis Alberto Saldanha Nicolau - DENUNCIADO: Sílvio Luiz Eidt Junior - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, Recebo hoje no estado em que se encontra. Chamo o processo à ordem após verificar que consta no Aditamento da Denúncia (fls. 173/176) o nome do denunciado Jonas Alves de Lima e às fls. 264/280 resposta à acusação do mesmo. À fl. 500 este Juízo de Direito Ambiental determina pautar audiência de instrução e julgamento somente em relação aos réus, Samel Serviços de Assistência Médico-Hospitalar e, Luis Alberto Saldanha Nicolau. Verifico também, que houve erro material no recebimento do Aditamento à Denúncia à fl. 333, fazendo-se menção ao nome Sílvio Luiz Eidt Júnior, sendo que este não consta no referido aditamento. Dessa forma, recebo formalmente o aditamento à Denúncia às fls. 173/176 somente em relação ao Réu Jonas Alves de Lima e, determino à Secretaria para incluir no polo passivo da presente demanda, visto que até o momento seu nome não consta registrado no cadastro de partes e representantes juto ao SAJ/PG5. Intime-se o Réu Jonas Alves de Lima para a audiência de Instrução e Julgamento prevista para ocorrer no dia 28/04/2020 às 11:00 horas. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 19 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0603434-51.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Maus Tratos - INDICIADO: Wesley Neves Mendes e outros - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0627814-20.2018.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Crimes contra a Flora - REQUERIDO: Manuel Antônio Graças Guedes - Autos n.º:0627814-20.2018.8.04.0001 - Classe: Representação Criminal/notícia de Crime DESPACHO Dê-se Vista ao Ministério Público Estadual para que se manifeste sobre a precatória devolvida. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS PINHEIRO (OAB 9365/AM) - Processo 0632112-89.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - DENUNCIADA: Helena Maia de Araujo - DESPACHO Defiro a petição às pág. 115/116 em consonância com a Promoção Ministerial às pág. 117. Determino que seja REDESIGNADA a audiência de instrução e julgamento pautada para o dia 20 de agosto de 2019 às 09:00 horas, observando-se ao prazo prescricional (30/10/2029). Juntem-se as certidões de antecedentes criminais. Intime-se o denunciado, por meio de seu respectivo patrono. Intime-se as testemunhas arroladas pelas partes. Notifique-se a 49.ª PRODEMAPH/MPE-AM. Manaus/AM, 20 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642663-60.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Grave - REPTADA: Andréa Alves Paes - Autos nº.:0642663-60.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/notícia de Crime DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos., ASSUMO hoje. Trata-se de “DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA”, indigitada por “FALSA ACUSAÇÃO DE CRIME AMBIENTAL”, ingressa por KENNEDY PAZ TIRADENTES, em face de ANDREA ALVES PAES, sob a acusação de crime ambiental, por envenenamento de seu animal de estimação. Alegou inicialmente o Requerente, a conexão por distribuição desse autos ao de nº 0604165-89.2019.8.04.0001, referente a ação criminal ambiental, processada e julgada no juízo especializada. Ao final que requereu o julgamento procedente da demanda. Foram anexados os docs., as fls. 14/104. É a síntese

dos fatos. DECIDO. “Ab initio”, a DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA é um delito previsto no Código Penal, na parte “Dos Crimes Contra a Administração Pública”. É pouco conhecida do público em geral, que a confunde por vezes com “Denúncia”, crime previsto no Código Penal na parte “Dos Crimes Contra A Pessoa”. Ambos os crimes atingem a honra do indivíduo, seja de forma direta ou indireta. E quando isso acontece, cabe ao Direito Penal a proteção à honra da pessoa atingida, em cumprimento ao que está previsto na Constituição Federal, por meio do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. O art. 339, do CP, assim expressa: “Denunciação Caluniosa”: Art. 339 - Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente: (Redação dada pela Lei nº 10.028, de 2000) Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa. § 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto. § 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção. OBSERVO, especificamente, que o dolo na denunciação caluniosa é a vontade de provocar investigação policial ou processo judicial. O agente leva ao conhecimento da autoridade, mediante o “delatio criminis”, o fato, sabendo-o falso, provocando investigação sobre uma pessoa. A Denunciação Caluniosa só estará completamente configurada quando for provada a inocência de tal pessoa, seja por uma decisão judicial ou administrativa inocentando-a, ou arquivamento de inquérito policial. É importante relembrar que no procedimento criminal ambiental sob nº 0604165-89.2019.8.04.0001, que em sentença exarada as fls., expressou: “[....] Em 7/12/2018 foi noticiado perante à autoridade policial que o investigado, supostamente, teria envenenado três cachorros pertencente à Andrea Paes, ocasionando a morte de um dos animais, fato previsto no art. 32 da lei nº 9.605/98. - Entretanto, não obstante as informações presentes nos autos, conforme muito bem salientou o “Parquet”, não restou comprovada a materialidade delitiva, porquanto inexiste qualquer laudo acerca do envenenamento dos animais. - Isto posto, acolho o parecer ministerial e DETERMINO o ARQUIVAMENTO DOS presentes autos. [...]” É de se denotar que o resultado naquela ação, não se comprovou a materialidade delitiva, por inexistir qualquer laudo técnico que asseverasse o envenenamento dos animais. Noutro giro, VERIFICO o art. 161c, a Lei Complementar do TJAM, que expressa: Art. 161c. Ao Juiz de Direito da Vara Especializada do Meio Ambiente, de que trata o artigo 161a, no âmbito de sua jurisdição, na esfera criminal, compete: (Artigo acrescido pela LC 48, de 03.03.60). I processar e julgar as infrações de competência dos Juizados Especiais, definidos na Lei Federal n° 9.099/95; II processar e julgar os delitos ambientais expressos na Lei 9.605/98, bem como qualquer outro crime ambiental previsto na forma da legislação específica; III (REVOGADO). (Inciso revogado pela LC 55, de 27.07.07.) No artigo em questão, não há qualquer tratativa referente a “denunciação caluniosa”, pois, a Vara Especializada do Meio Ambiente, somente, processa e julga os delitos ambientais expressos na Lei nº 9.605/98, dessa forma, a ação em comento não é de competência desse Juízo Especializado, inexistindo a conexão pugnada pelo Autor. RELEMBRO que a conexão é a forma de fixação da competência jurisdicional e consiste no vínculo, que se estabelece entre duas ou mais infrações penais, de onde decore a necessidade de se efetuar a reunião de processos para julgamento conjunto. De acordo com o art. 76, do Código de Processo Penal: “a competência será determinada pela conexão: I-se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras; II-se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas; III-quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração”. “Ex positis”, DECIDO por declinar a competência da demanda, em razão da natureza matéria não ser de competência dessa Especializada, e ainda, por inexistir conexão processual, conforme o art. 161c, da Lei Complementar Nº 17/97, por via de consequência, DETERMINO a Srª. Diretora de Secretaria que REDISTRIBUÍA os feitos, a uma das VARAS CRIMINAIS para apreciar e julgar a ação. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 19 de agosto de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642702-57.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a Fauna - INVESTIGAD: Jocenildo dos Santos Quaresma - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642705-12.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a Flora - INVESTIGAD: Leonel Rodrigues do Couto Filho - Determino à Secretaria deste Juízo de Direito Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes autos. Expeça-se as Certidões de Antecedentes Criminais. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 20 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642707-79.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Da Poluição - INVESTIGAD: Transbetume Comercio e Transportes de Betume Ltda - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642711-19.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Daivedson de Amorim Dias - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. Após manifestação da Promotoria Designada, DETERMINO á Secretaria que expeça e junte as certidões de antecedentes criminais, pautando audiência preliminar em ato contínuo. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642712-04.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Francisco Celio de Oliveira Silva - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 205/2019, lavrado em 28/06/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor do ora Indiciado, Francisco Celio de Oliveira Silva, por suposta prática do delito previsto no art. 32, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. 1/9 nos Autos. Fato ocorrido em 28/06/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. ExpeçaM-se as Certidões de Antecedentes Criminais. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 20 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642714-71.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Samuel de Souza Ruis - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642715-56.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Da Poluição - INDICIADO: Mario Rubens Queiroz e Silva - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 207/2019, lavrado em 13/05/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor do ora Indiciado, Mario Rubens Queiroz e Silva, por

suposta prática do delito previsto no art. 60, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. 1/14 nos Autos. Fato ocorrido em 10/05/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. ExpeçaM-se as Certidões de Antecedentes Criminais. Após, com urgência, paute-se Audiência Preliminar de Transação Penal. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 19 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642717-26.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Da Poluição - INDICIADO: Gabriel Miranda de Arruda - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642718-11.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Da Poluição - INDICIADA: Lindomar Nogueira da Silva - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642721-63.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Da Poluição - INDICIADO: Klinger Peres Bastos Junior - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642724-18.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Raimundo Fernandes Ximenes - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 211/2019, lavrado em 27/07/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor do ora Indiciado, Raimundo Fernandes Ximenes, por suposta prática do delito previsto no art. 51, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. 1/14 nos Autos. Fato ocorrido em 27/07/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. Expeça-se as Certidões de Antecedentes Criminais. Após, com urgência, paute-se Audiência Preliminar de Transação Penal. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 20 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642726-85.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Da Poluição - INDICIADO: Merlot Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda. - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 212/2019, lavrado em 30/07/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor do ora Indiciado, Merlot Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda., por suposta prática do delito previsto no art. 60, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. 1/33 nos Autos. Fato ocorrido em 30/07/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. Expeça-se as Certidões de Antecedentes Criminais. Após, com urgência, paute-se Audiência Preliminar de Transação Penal. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 20 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642728-55.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: João Ribeiro da Silva Filho - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642729-40.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADA: Keity Lemos de Freitas - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642731-10.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Moises Sampaio da Silva - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. Após manifestação da Promotoria designada, DETERMINO á Secretaria que expeça e junte a certidão de antecedentes criminais da parte Indiciada. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642733-77.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Mario Jorge Pereira do Nascimento Junior - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642736-32.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Alesandro Winder Souza Farias - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0642739-84.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Da Poluição - INDICIADO: Sebastião Davino dos Santos e outro - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 2018/2019, lavrado em 18/06/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor dos ora Indiciados, Maria de Jesus dos Santos Correa e, Sebastião Davino dos Santos, por suposta prática do delito previsto no art. 60, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. x nos Autos. Fato ocorrido em 18/06/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. Expeça-se as Certidões de Antecedentes Criminais. Após, com urgência, paute-se Audiência Preliminar de Transação Penal. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 19 de agosto de 2019.

Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Laécio Pereira Mineiro (OAB 7551/AM)
Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro (OAB 9365/AM)
Matheus Luniére Martins (OAB 7013/AM)
Sem Advogado (OAB Y/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Vitalina Santana de Souza (OAB 13532/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0090/2019

ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0637508-76.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: F.G.C. - De mais a mais, conforme já explanado na decisão anterior, as condições pessoais e sociais favoráveis do agente não são suficientes para a revogação da prisão preventiva do agente, pois, por si só, não têm o condão de ensejar a revogação do decreto cautelar. Ante o exposto, em consonância com o parecer Ministerial de fls. 116, indefiro o pedido de reconsideração e ratifico integralmente os termos da decisão de fls. 88/89. Intimem-se.

Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)

Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)

2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KELLY DA SILVA VASCONCELOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: MAGDA REBELO PONTES (OAB 14355/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO ALVES GOMES (OAB 6801/AM) - Processo 0201029-67.2016.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - REQUERIDO: D.S.N. - Isso posto, JULGO IMPROCEDENTE a acusação contida na denúncia, para absolver DANIEL DA SILVA NAZARE, fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Custas pelo Estado. Após o trânsito em julgado e feitas as anotações de estilo, arquivem-se com baixa. Publicada em audiência. Registre-se. Intimem-se as partes. Manaus, 19 de agosto de 2019. Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juiz

ADV: EDSON PAES FONTENELE (OAB 7926/AM) - Processo 0201563-74.2017.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - INDICIADO: G.S.S. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 24/09/2019 às 09:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Kelly da Silva Vasconcelos, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 20 de agosto de 2019.Edson Paes Fontenele

ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM) - Processo 0600016-60.2019.8.04.0030 - Pedido de Prisão Preventiva - Ameaça - INVESTIGAD: M.J.L.S. - Ressalto que o processo principal corre em autos separados, autuado sob numeração distinta. À Secretaria para proceder o arquivamento do feito. Manaus, 14 de agosto de 2019 Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juiz

ADV: DJALMA ALBUQUERQUE BRAULE PINTO (OAB 5281/AM), ADV: ALLAN MARCELO SERRÃO BRAULE PINTO (OAB 9133/AM) - Processo 0600559-63.2019.8.04.0030 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - AUTORFATO: A.S.S. - Autos nº:0600559-63.2019.8.04.0030 ClasseMedidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) Criminal AssuntoContra a Mulher DECISÃO Ingressou a requerente com o presente pedido de medidas protetivas de urgência, afirmando-se vítima de atos de violência doméstica e familiar. As medidas foram deferidas e o requerido devidamente intimado. O requerido peticionou ao juízo, requerendo a alteração da decisão das medidas, para serem excluídos da restrição de contato e aproximação, os familiares da ofendida, para que estes possam intermediar a visita da sua filha. Apesar da vítima ter comparecido neste juizado e intimada do pedido do requerido, não manifestou nos autos, limitando-se a declarar que o requerido comparece em horários inoportunos para visitar a filha. Parecer ministerial opinando parcialmente favorável ao pedido de revogação. Conclusos, decido. As partes controvertem exclusivamente sobre o modo como a intermediação, para a visita da filha, irá ocorrer. No entanto, reforço aqui que a questão de como, onde, quando, por quanto tempo e quem fará a intermediação deverá ser feita pela Vara de Família. Do ponto de vista deste juízo, o requerido deverá indicar o intermediador, já que sofre com as restrições impostas nesta fase, cuja instrução probatória ainda sequer foi iniciada. E para que não haja impedimento de familair da própria vítima servir como intermediador, excluo dos itens 1, 2 e 3, da decisão de fls. 09/11, a restrição de o requerido se aproximar dos familiares da ofendida, limitando-se as proibições à pessoa da requerente, sua casa e seu local de trabalho. Intimem-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. Luciana da Eira Nasser Juíza de Direito

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0628473-92.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - VÍTIMAFATO: A.S.B.F. - Isto posto, indefiro o pedido de revogação, mantendo as medidas pelo prazo fixado na decisão inicial.

ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM) - Processo 0630002-49.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: A.S.A. - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado. P.R.I. Arquive-se.

ADV: ANTÔNIO FERREIRA DO NORTE FILHO (OAB 13030/AM), ADV: CINARA DE ARAUJO NERY (OAB 13900/AM), ADV: CÉSAR LUZARDO DOS SANTOS DE CARVALHO (OAB 13875/AM), ADV: ADEWAL FERREIRA DO NORTE (OAB 13820/AM), ADV: ALEXANDRE AUGUSTO GUEDES GUIMARAES (OAB 8978/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM) - Processo 0632876-07.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: C.A.N. - REQUERIDO: A.B.T. - Adolfo Braga Trigueiro, já qualificado nos autos, requer, por meio de petição, a intimação da vítima para devolução do HD de seu computador pessoal. Segundo afirma, a vítima, aproveitando-se das medidas protetivas de urgência em seu favor, retirou, indevidamente, o disco rígido. Em manifestação, a vítima negou a prática da conduta. Sem maiores delongas, esta Vara tem objetivo específico: processar e julgar crimes de violência doméstica em que a vítima é do sexo feminino. A afirmação do Requerido e o pedido apresentado transcende a competência desta Vara Especializada, até porque, como houve negativa da vítima, haveria necessidade de dilação probatória. Assim sendo, deixo de apreciar do pedido constante de fls. 88/89, devendo o Requerido promover ação competente para fazer valer seu Direito que entende violado.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: FRANCISCO ROSQUILDE PESSOA ARAÚJO (OAB 12131/AM) - Processo 0635957-95.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - REQUERIDO: L.G.R.H. - Assim, diante da manifestação da ofendida e não mais tendo ela interesse ou necessidade das medidas, houve perda do objeto da presente demanda, motivo pelo qual EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito, na forma do artigo na forma do artigo 485, VI do CPC.

ADV: ÁGATA CRISTH BARROSO DE SOUZA (OAB 3879/AM) - Processo 0642015-80.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: A.O.A. - Proibição a que o agressor se aproxime da ofendida e de seus familiares, fixando o limite mínimo de distância de 300 metros entre estes e o agressor;

Proibição ao agressor de manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; Proibição de freqüentar o entorno da residência e do trabalho da ofendida, nos limites de distância acima impostos a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

Adewal Ferreira do Norte (OAB 13820/AM)
Ágata Cristh Barroso de Souza (OAB 3879/AM)
Alexandre Augusto Guedes Guimaraes (OAB 8978/AM)
Allan Marcelo serrão Braule Pinto (OAB 9133/AM)
Antônio Ferreira do Norte Filho (OAB 13030/AM)
César Luzardo dos Santos de Carvalho (OAB 13875/AM)
Cinara de Araujo Nery (OAB 13900/AM)
Djalma Albuquerque Braule Pinto (OAB 5281/AM)
Edson Paes Fontenele (OAB 7926/AM)
Francisco Rosquilde Pessoa Araújo (OAB 12131/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Magda Rebelo Pontes (OAB 14355/AM)
Raimundo Nonato Alves Gomes (OAB 6801/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Wellington Martins do Nascimento (OAB 9317/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KELLY DA SILVA VASCONCELOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0051/2019

ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0600216-04.2018.8.04.0030 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - AUTORFATO: S.M.H. - DECISÃO Defiro o pedido constante de fls. 152. O comparecimento à audiência com a equipe multidisciplinar perdeu o objeto, mormente porque o processo já foi sentenciado e certificado o trânsito em julgado. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado, arquivando-se os autos em definitivo.

Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KELLY DA SILVA VASCONCELOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2019

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0246785-89.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: R.P.D. - DECISÃO I - Vistos etc ... II - RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. III - Cite-se o denunciado acerca da exordial acusatória para que ofereça, via advogado constituído, resposta escrita no prazo de dez dias, conforme artigo 396A do CPP, advertindo-o ainda que, na sua falta, ser-lhe-á nomeado Defensor Público. IV - Não sendo o denunciado encontrado no endereço indicado na denúncia, fica a Secretaria autorizada a proceder a colheita de outros endereços, junto ao Banco de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (SIEL) e junto ao próprio SAJ. V - Com fundamento no artigo 353 do CPP,realizada a consulta e verificado endereço em outra Comarca, fica a Secretaria autorizada a expedir a CARTA PRECATÓRIA, na forma dos artigos 354 e 355 do CPP . Consigne-se na Carta Precatória que, se o denunciado se ocultar para não ser citado, deverá o oficial de justiça certificar e proceder a citação por hora certa, nos moldes do artigo 362 do CPP. VI - Devidamente citado e transcorrido o prazo legal, sem manifestação do denunciado, intime-se a Defensoria Pública para representar o réu e apresentar sua defesa escrita. VII - Colhidos os possíveis endereços do denunciado, expedidos os mandados e não sendo ele encontrado para ser citado, vistas ao MP para manifestação. VIII - Sendo requerida, pelo Ministério Público, a citação por edital, desde logo a defiro, ficando a Secretaria autorizada a publicar o edital respectivo, com prazo de quinze dias, conforme artigo 361 e seguintes do CPP. IX - Diligencie-se para intimação do suposto agressor sobre medidas protetivas deferidas, se ainda não intimado. X - Junte-se certidão de antecedentes criminais do denunciado. XI - É ônus das partes - Ministério Público e defesa - arrolarem as testemunhas por ocasião do oferecimento da denúncia ou da defesa prévia, com qualificações e endereços completos, sob pena de restar prejudicada a intimação judicial das mesmas, quando, então, deverão ser apresentadas na audiência pelas próprias partes.

Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO ELINE PAIXÃO E SILVA GURGEL DO AMARAL PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KELLY DA SILVA VASCONCELOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM), ADV: HELDER CINTRA BASTOS (OAB 12929/AM) - Processo 0627606-02.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Perturbação da tranquilidade - VÍTIMAFATO: V.T.D. - AUTORFATO: M.V.G.M. - DESPACHO Os embargos de declaração opostos são pertinentes à ação de regulamentação de guarda, apresentada na Vara de Família. À Secretaria para tornar sem efeito a petição de fls. 92/96.

Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
Helder Cintra Bastos (OAB 12929/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO ELINE PAIXÃO E SILVA GURGEL DO AMARAL PINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KELLY DA SILVA VASCONCELOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM) - Processo 0234156-78.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0600684-31.2019.8.04.0030) - Representação Criminal/Notícia de Crime - Ameaça - REQUERENTE: S.K.S.V. - DECISÃO Antes de me manifestar acerca da natureza jurídica da ação penal, se pública ou privada, determino intimação da Querelante, por meio da DPE, para que instrua os autos com as peças necessárias para análise do pleito, haja vista que apenas foi juntado o Boletim de Ocorrência com as declarações unilaterais da vítima. Cumpra-se.

Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0049/2019

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0600405-35.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: M.N.O. - REQUERIDO: D.S.A. - Verifica-se que o Juízo Plantonista não fixou prazo de vigência das medidas protetivas. Inicialmente, deve-se deixar claro que as medidas protetivas previstas no art. 22 da Lei 11.340/06 têm natureza cautelar, somente se justificando se houver urgência, preventividade, provisoriedade e instrumentalidade, não podendo ser atribuído a tais medidas caráter definitivo ou vincular ao processo criminal, razão pela qual determino os efeitos das medidas protetivas aplicadas pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da intimação do Autor fl. 34.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0604800-07.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: B.S.B. - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para ABSOLVER BRUNO DOS SANTOS BATISTA da prática dos delitos previstos nos arts. 147 do Código Penal e 21 do Decreto Lei 3.688/41, em razão de não haver provas suficientes para condenação, nos termos do art. 386, VII do CPP.

ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0613984-50.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERENTE: M.V.S.B. - Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito, confirmando medidas deferidas, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. Determino o arquivamento, ressaltando-se que, havendo comunicação da vítima de novo ato de violência, devem os autos serem desarquivados imediatamente para análise do Juízo.

ADV: KAMILA SOMBRA PORTELA MAGALHÃES (OAB 14502/AM), ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM) - Processo 0624477-86.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: H.L.A. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: TAQUER JUNIO QUEIROZ RIBEIRO (OAB 13226/AM), ADV: PIERRE MANOEL EUGENE TELES CHOTTARD (OAB 13239/AM) - Processo 0637155-36.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direitos - REPTADO: G.B.X. - DECISÃO: Isso posto, consoante parecer ministerial, DEFIRO o pleito do Representado, para revogar prisão preventiva de GIOVANI BARBOSA XAVIER, por não mais vislumbrar a imprescindibilidade da prisão cautelar (CPP, art. 282, §6º). Expeça-se o contramandado de prisão. Intime-se a Vítima, MP e Representado, por Advogado. Caso inexista

ADV: DIEGO JOSÉ ALBINO SOUZA (OAB 11438/AM) - Processo 0643179-17.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - RÉU: J.C.G. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 11/10/2019, às 09:00h.

ADV: OLGA DE NAZARÉ DIAS DA SILVA (OAB 6758/AM) - Processo 0643229-43.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - RÉU: C.A.F.C. - SENTENÇA: Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, motivo por que ABSOLVO CARLOS ALBERTO FERREIRA CASTRO das sanções penais previstas nos arts. 140, §3° e 147 ambos do Código Penal e 21 do Decreto Lei 3.688/41, com base no art. 386, IV, do Código de Processo Penal.

ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM), ADV: NEYMARA BENICIO SARMENTO (OAB 13468/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0647849-98.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - VÍTIMAFATO: J.S.A. - RÉU: A.C.N.R.J. - SENTENÇA: Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, motivo por que ABSOLVO ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA RIBEIRO JÚNIOR das sanções penais previstas no art. 24-A da Lei 11.340/2006, com base no art. 386, IV, do Código de Processo Penal.

ADV: RUCILEY TAVARES VINENTE (OAB 8834/AM) - Processo 0647923-55.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - RÉU: A.S.O. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 10/10/2019, às 11:45h.

ADV: JÉSSICA LAIANA MARTINS ATHAÍDE (OAB 11673/AM) - Processo 0658590-03.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0611459-32.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - VÍTIMAFATO: C.S.A. - RÉU: A.C.S. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 26/09/2019, às 10:15h.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM) - Processo 0661628-23.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: D.D.P. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 11/10/2019, às 11:00h.

Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
Diego José Albino Souza (OAB 11438/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Jéssica Laiana Martins Athaíde (OAB 11673/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Kamila Sombra Portela Magalhães (OAB 14502/AM)
Neymara Benicio Sarmento (OAB 13468/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Olga de Nazaré Dias da Silva (OAB 6758/AM)
PIERRE MANOEL EUGENE TELES CHOTTARD (OAB 13239/AM)
Ruciley Tavares Vinente (OAB 8834/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB 13226/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799/AM), ADV: VIVIANE SIMAS DA SILVA (OAB 6747/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0630432-98.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERENTE: A.P.F.P.C. - REQUERIDO: D.O.C. - DECISÃO: Isto posto, INDEFIRO os pedidos formulado pelo requerido, mantenho as medidas protetivas integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: DIEGO JOSÉ ALBINO SOUZA (OAB 11438/AM) - Processo 0643179-17.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - RÉU: J.C.G. - De Ordem do MM. Juiz, redesignei audiência de instrução e julgamento para o dia 15/10/2019, às 09:30h.

Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Diego José Albino Souza (OAB 11438/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799/AM)
VIVIANE SIMAS DA SILVA (OAB 6747/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS

O Exmo. Sr. Dr. Reyson de Souza e Silva, Juíza de Direito da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), foi prolatada sentença no processo n. 0657153-24.2018.8.04.0001, na qual foi absolvido réu ELIVANDO NECO DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, Pedreiro, RG 396094, pai Pedro Eufásio da Silva, mãe Maria Neco da Silva, Nascido/Nascida 05/05/1980, natural de Santarem - PA, com endereço à Beco Tacanaçu (Ant. Beco Raquel), 90, Petropolis, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal, distribuído a esta Vara

em 03/12/2018, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 20 dias, nos termos do art. 392, VI, do Código de Processo Penal c/c art. 275, §2º, do Código de Processo Civil. E para que chegue ao conhecimento do(s) réu(s), bem como de sua Defesa, e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o emiti.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS

O Exmo. Sr. Dr. Reyson de Souza e Silva, Juíza de Direito da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), foi prolatada sentença no processo n. 0628369-37.2018.8.04.0001, na qual foi absolvido réu FRANCISCO PEREIRA DE FREITAS, Brasileiro(a), Solteiro, Aposentado, RG 02087693, CPF 135.992.322-53, pai Raimundo Pereira de Freitas, mãe Francisca Amorim de Freitas, Nascido/Nascida 01/03/1954, natural de Cruzeiro do Sul - AC, com endereço à RUA JAPIIM, 638, Cidade de Deus, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal, distribuído a esta Vara em 29/06/2018, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 20 dias, nos termos do art. 392, VI, do Código de Processo Penal c/c art. 275, §2º, do Código de Processo Civil. E para que chegue ao conhecimento do(s) réu(s), bem como de sua Defesa, e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o emiti.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO ITAMAR DE SOUSA GONZAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0380/2019

ADV: GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB 2269/AM) - Processo 0241953-42.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0600052-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ezio Ranger Peres Pimentel - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ezio Ranger Peres Pimentel em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0600646-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Reinaldo Feitoza Azevedo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0602555-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Renato Gomes de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0602904-89.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Marcelo Castro Ribeiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0602920-43.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Giani Pereira Leite - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: GABRIELA MUNIZ DE MOURA (OAB 14809/MA), ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM) - Processo 0604743-86.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Rita de Cassia Sobrinho Leocadio de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Assim, com o intuito de sanar evidente erro material, consoante permissivo constante dos arts. 494, I, do Código de Processo Civil, corrigindo parte do dispositivo da sentença, que passa a ter a seguinte redação: “Forte nestas razões JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE, o pleito elencado na petição inicial, condenando a FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL HEITOR VIEIRA DOURADO ao pagamento de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de indenização por férias não gozadas referente aos períodos

de 2014/2015, 2015/2016, e 2016/2017, em conformidade com a planilha de cálculos apresentada às fls. 25, tendo como base do cálculo o último salário recebido, na importância de R$ 5.000,00. ". Em consequência, torno nulos os atos de execução proferidos em desfavor do Estado do Amazonas e convalido o cumprimento de sentença em desfavor do ente legítimo, qual seja, Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado - FMT. Expeça-se o competente ofício de RPV para o cumprimento pela Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado, no prazo previsto na Lei n. 12.153/09. P.R.I.C.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0606335-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Iranildo de Oliveira Freitas - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial, resolvendo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0606564-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Cosmo Conceição de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: FRANCISCO RICARTE DE SOUSA (OAB 7287/AM) - Processo 0606617-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gerberson de Oliveira Queiroz - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0606702-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Fabiane Oliveira dos Santos - Ante o exposto, julgo totalmente improcedentes os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM) - Processo 0606758-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Jose Pereira Lima Sobrinho - REQUERIDA: Município de Manaus - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, conforme determinação contida na decisão inicial, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, manifeste-se acerca da contestação acostada aos autos.

ADV: VITOR HUGO MOTA DE MENEZES (OAB 1675/AM) - Processo 0607334-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATACHA DE OLIVEIRA PEQUENO (OAB 12048/AM) - Processo 0608796-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rhaysson Alves da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, conforme determinação contida na decisão inicial, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, manifeste-se acerca da contestaçã acostada aos autos.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0612310-37.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Janaina Soares Mesquita - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: ADRIANO SILVEIRA DE SOUZA (OAB 12312/AM), ADV: GESSICLEIDE TIBURCIO DE MOURA ORIENTE (OAB 10867/AM) - Processo 0612399-94.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Santina Belizario Michiles - REQUERIDA: Ivanilde Vieira de Lima e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, conforme determinação contida na decisão inicial, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, manifeste-se acerca da contestação acostada aos autos.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0613256-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Evaldo da Silva Matos - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de retificação da promoção da autor à graduação de 2º Sargento, que passa a retroagir ao dia 21/04/2016. Improcedente o pedido de promoção à graduação de 1º Sargento. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUCAS GRANGEIRO BONIFÁCIO (OAB 14198/AM), ADV: MOACIR MARQUES DE MEDEIROS (OAB 13394/AM) - Processo 0614346-52.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Francisca Ieda Vicente Cordeiro - REQUERIDO: Município de Manaus - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, diante da manifesta complexidade da causa, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino a remessa dos autos a uma das Vara da Fazenda Pública Municipal. À Secretaria para as providências de praxe, observando-se a existência de mídia digital, que companha o processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CELY CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA (OAB 1716/AM) - Processo 0614658-28.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDA: Município de Manaus - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO) - Processo 0615955-70.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - REQUERENTE: Jose Agemiro Pinto Feijo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o(a) Requerente para se manifestar sobre a petição de p. 48. Prazo: 05 dias.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0616554-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e outro - Dispositivo. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado pelo autor, confirmando a decisão que concedeu a tutela provisória de urgência já cumprida, para condenar o Estado do Amazonas à obrigação de garantir à autora a realização de cirurgia de curetagem e enxertia de lesão óssea. Improcedentes os demais pleitos. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC.

Sem custas e condenação em honorários, em observância ao artigo 55 da Lei 9.099/95. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ SOUZA DA SILVA (OAB 13628/AM) - Processo 0617230-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Lidianne da Silva Monte - Assim, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a sentença de fls. 94/97, devendo prevalecer os comandos daquela proferida à fl. 104. À Secretaria para providências. Intimem-se.

ADV: THASSIA POLLYANA FERNANDES DA COSTA (OAB 13462/AM) - Processo 0617558-81.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Nazare Costa de Oliveira - Ante o exposto, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos de admissibilidade e JULGO-OS IMPROCEDENTES, consoante permissivo constante do art. 1.022, I e II, do CPC. P.R.I.C.

ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM) - Processo 0617717-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Vieram-se os autos conclusos em razão da petição de pgs. 50/51. Intime-se o(a) Requerente para se manifestar as alegações do Requerido. Prazo: 05 dias.

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0617860-13.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Diógenes Rocha de Oliveira - Anselmo Bernardo Miranda - José Celso Silva da Silva - Wilton Souza de Souza - Gerson Ferreira da Silva - Cíntia de Souza Pinheiro - Ante o exposto, julgo totalmente improcedentes os pleitos dos Requerentes, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM) - Processo 0618522-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Oma Henrique Oliveira da Silva - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0618691-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Edson Pereira da Silva - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: RODRIGO MONTEIRO CUSTÓDIO (OAB 6452/AM) - Processo 0619112-85.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDA: Município de Manaus - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, abre-se vista à Defensoria Pública, para manifestação, tendo em vista o AR positivo p. 174. Prazo: 10 dias.

ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM) - Processo 0619647-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Maria Dulcineide Ripardo de Lima - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA LIMA TAVARES (OAB 11834AM) - Processo 0620219-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Elizabete Pereira Lopes - Forte nesses motivos, ante patente inadmissibilidade do presente recurso, nego-lhe seguimento. Considerando a preclusão consumativa que atinge a causa e o consequente trânsito em julgado da sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se a Exequente para que, no prazo de cinco dias, faça referência ao banco e agência em que o depósito deva ser efetuado. Por derradeiro, expeça-se a respectiva requisição de pagamento ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. A quitação deverá ser efetuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da entrega da requisição da ordem de pagamento à autoridade citada para a causa, sob pena de incidência de multa de 10% (dez porcento) sobre o valor da condenação, devidamente corrigida, sem prejuízo de sequestro judicial do numerário. À Secretaria para as providências de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA LIMA TAVARES (OAB 11834AM) - Processo 0620222-85.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: João Alves da Conceição Junior - Forte nesses motivos, ante patente inadmissibilidade do presente recurso, nego-lhe seguimento. Considerando a preclusão consumativa que atinge a causa e o consequente trânsito em julgado da sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o Exequente para que, no prazo de cinco dias, faça referência ao banco e agência em que o depósito deva ser efetuado. Por derradeiro, expeça-se a respectiva requisição de pagamento ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. A quitação deverá ser efetuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da entrega da requisição da ordem de pagamento à autoridade citada para a causa, sob pena de incidência de multa de 10% (dez porcento) sobre o valor da condenação, devidamente corrigida, sem prejuízo de sequestro judicial do numerário. À Secretaria para as providências de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA LIMA TAVARES (OAB 11834AM) - Processo 0620230-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Roseneyla Ferreira dos Santos - Forte nesses motivos, ante patente inadmissibilidade do presente recurso, nego-lhe seguimento. Considerando a preclusão consumativa que atinge a causa e o consequente trânsito em julgado da sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se a Exequente para que, no prazo de cinco dias, faça referência ao banco e agência em que o depósito deva ser efetuado. Por derradeiro, expeça-se a respectiva requisição de pagamento ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. A quitação deverá ser efetuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da entrega da requisição da ordem de pagamento à autoridade citada para a causa, sob pena de incidência de multa de 10% (dez porcento) sobre o valor da condenação, devidamente corrigida, sem prejuízo de sequestro judicial do numerário. À Secretaria para as providências de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA LIMA TAVARES (OAB 11834AM) - Processo 0620232-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Zildete Ferreira Batista - Forte nesses motivos, ante patente inadmissibilidade do presente recurso, nego-lhe seguimento. Considerando a preclusão consumativa que atinge a causa e o consequente trânsito em julgado da sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se a Exequente para que, no prazo de cinco dias,

faça referência ao banco e agência em que o depósito deva ser efetuado. Por derradeiro, expeça-se a respectiva requisição de pagamento ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. A quitação deverá ser efetuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da entrega da requisição da ordem de pagamento à autoridade citada para a causa, sob pena de incidência de multa de 10% (dez porcento) sobre o valor da condenação, devidamente corrigida, sem prejuízo de sequestro judicial do numerário. À Secretaria para as providências de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM) - Processo 0621165-39.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Andreza Nascimento da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM) - Processo 0621246-85.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Assim, considerando o teor da petição de folhas antecedentes, a não comprovação pelo Requerido do cumprimento da medida deferida no bojo da sentença proferida e sendo providência necessária para a efetivação do direito á saúde, determino o bloqueio de verbas públicas no valor equivalente à R$ 769,86 (setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos), para manutenção do tratamento por mais 06 (seis) meses, mediante Bacenjud. Após, expeça-se o competente alvará em nome do autor, devendo comprovar, no prazo de 5 dias contados do levantamento, a compra do medicamento. À Secretaria para as providências de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: CELY CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA (OAB 1716/AM) - Processo 0621778-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Francisco Siqueira dos Santos Filho - REQUERIDA: Município de Manaus - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, diante da manifesta complexidade da causa, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino o retorno dos autos para a 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Municipal. À Secretaria para as providências de praxe, observando-se a existência de mídia digital, que companha o processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VANDERLENE SOARES BARROSO (OAB 10599/AM), ADV: AILTON SANTOS ANDRADE (OAB 11929/AM) - Processo 0622632-19.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Posse e Exercício - REQUERENTE: Eulenice Gomes Coelho - Desta forma, de ofício corrijo o valor da causa para o importe de R$ 74.403,00 (setenta e quatro mil quatrocentos e três reais), de acordo com as regras acima explicitadas. Em consequência, declino da competência para processar o feito e, por questões de celeridade e economia processual, determino a redistribuição do feito para uma das Varas da Fazenda Pública Estadual/Municipal. Cumpra-se.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0622786-37.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Augusto Ferreira Gomes - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, diante da manifesta complexidade da causa, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino a remessa dos autos a 2ª Vara da Fazenda Pública. À Secretaria para as providências de praxe, observando-se a existência de mídia digital, que companha o processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0622790-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jorge Andre Batista Gomes - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, diante da manifesta complexidade da causa, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino a remessa dos autos a 2ª Vara da Fazenda Pública. À Secretaria para as providências de praxe, observando-se a existência de mídia digital, que companha o processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARSYL DE OLIVEIRA MARQUES (OAB 1785/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0623847-30.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Competência dos Juizados Especiais - REQUERENTE: Jose Roberto Guedes Vasconcelos - REQUERIDA: Município de Manaus - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, diante da manifesta complexidade da causa, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino a remessa dos autos a umas das Varas da Fazenda Pública. À Secretaria para as providências de praxe, observando-se a existência de mídia digital, que companha o processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0624414-95.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Jefferson da Rocha Mota - Joaquim Petronio da Costa Monteiro - José Silva de Carvalho - José Tadeu de Carvalho Almeida - Josileno dos Santos Pinto - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Vistos. Vieram-me os autos conclusos. Verifico que, apesar de intimado, o Recorrente não comprovou a insuficiência de recursos para obtenção do benefício da gratuidade da justiça, bem como deixou de recolher o preparo e/ou as custas judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. XX, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95, a seguir transcritos: Art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores:(.) §1.º No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também, recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 5, da Lei 9.09/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (grifei) Art. 42. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. § 1º O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Desta forma, julgo deserto o recurso inominado interposto. Certifique-se o trânsito em julgado. Após, baixe-se e arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0624481-26.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Assunção Lopes Brito - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0624487-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Landia Pereira da Costa - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0624764-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Glauberson Roberto Marques Feitosa - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Considerando que a parte autora já apresentou a conta bancária e os dados para instrução do ofício requisitório de pequeno valor, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0624831-14.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Michel Anderson Menezes Leite - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Considerando que a parte autora já apresentou a conta bancária e os dados para instrução do ofício requisitório de pequeno valor, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: BERNARDO FIGUEIRA RAPOSO DA CÂMARA (OAB 10676/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0625679-98.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Competência dos Juizados Especiais - REQUERENTE: Jovane Marques Magalhães - REQUERIDA: Município de Manaus - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, diante da manifesta complexidade da causa, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino a remessa dos autos a uma das Varas da Fazenda Pública. À Secretaria para as providências de praxe, observando-se a existência de mídia digital, que companha o processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: JOICE MOTA DOS SANTOS (OAB 12714/AM) - Processo 0625822-24.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Lúcia Lopes dos Santos Abrahão - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM) - Processo 0626812-78.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Sneury dos Santos Hidalgo - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0626977-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Horanilson Souza Gonçalves - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE PAULA (OAB 2388/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM) - Processo 0627347-07.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mario Rabelo Neto - Aos 20 de agosto de 2019, em cumprimento a determinação do MM. Juiz de Direito Dr(a). Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, faço remessa destes autos ao Setor de Distribuição - Fórum Ministro Henoch Reis, para as devidas providências, do qual lavrei este termo e assino.

ADV: EDUARDO ANTÔNIO SOARES RIBEIRO (OAB 8578/AM) - Processo 0628653-11.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Joelson Freitas de Moura - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Joelson Freitas de Moura em face do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, in casu, em razão do autor residir em outro ente da federação, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, juntamente com a contestação. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0628910-36.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Invalidez Permanente - REQUERENTE: Marcia Denise S. Mota - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, diante da manifesta complexidade da causa, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino a remessa dos autos a 3ª Vara da Fazenda Pública Municipal. À Secretaria para as providências de praxe, observando-se a existência de mídia digital que companha o processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0629039-41.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - REQUERENTE: Maria do Socorro Batista de Souza - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código

de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0629114-80.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - REQUERENTE: Pedro da Silva de Moraes - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0629529-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Elton Amorim de Araujo - Ante o exposto, julgo totalmente improcedentes os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0629556-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Sebastião Rodrigues Conceição - Ante o exposto, julgo totalmente improcedentes os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0629570-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: C.S.M. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Cleber Silva Miranda em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0629607-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Silvan Barroso Nogueira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB 83060/PR) - Processo 0629648-92.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Assim, em razão do inadimplemento da FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE - FHAJ, nos termos do § 1º, do art. 13 da Lei 12.153/2009, DETERMINO O BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS no valor equivalente ao disposto no ofício de RPV de fls. 167/168, através do SISTEMA BACENJUD. Realizado o bloqueio, intimem-se, e expeça-se o competente alvará. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Intimem-se.

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0629843-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Davi Corrêa da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Exequente para se manifestar sobre a petição de pgs 310/311.

ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0630213-85.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Celia Maria Redman - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM) - Processo 0630247-60.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Renaldo da Costa Cardozo - Ante o exposto, julgo totalmente improcedentes os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM) - Processo 0630854-73.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Hélio Monteiro Mota - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de

praxe.. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: MARCOS DANRLEY DA SILVA LIMA (OAB 13512/AM) - Processo 0631857-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Clarissa Barbosa de Albuquerque - Ante o exposto, julgo totalmente improcedentes os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM) - Processo 0631888-20.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Egleucimar Mendes Gualberto - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Executado para se manifestar sobre a petição de pgs. 285/287. Prazo: 15 dias.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0632302-81.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Mauricio da Silva Padinha - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.945,14 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 06/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Improcedentes os demais pleitos, por possuírem natureza eminentemente celetistas. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0632441-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Ibernon Araújo Silva - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.945,14 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 06/2014, com amparo no princípio da adstrição do pedido. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0632473-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Tereza Pereira Gildo - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.957,89 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 06/2014. Improcedentes os demais pleitos, por possuírem natureza eminentemente celetistas. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0632489-89.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Carlos Roberto Glória Nunes - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.957,89 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição do período anterior à 06/2014. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora

não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0632585-07.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Jefferson Menezes de Almeida - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 2.232,35 x 8% x 60 meses). Declaro a prescrição do período anterior ao mês 06/2014. Improcedentes os demais pleitos, por possuírem natureza eminentemente celetistas. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL DA COSTA SUBIRANA PENA (OAB 12304/AM) - Processo 0633052-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Paulo Henrique Ramos Rodrigues - Ante o exposto, julgo totalmente improcedentes os pleitos do Requerente, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0633134-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Ivanilça Medeiros de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ivanilça Medeiros de Oliveira em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0633139-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Ricardo da Silva Aires - No que tange ao pedido de tutela de evidência baseado no inc. IV, do art. 311, do CPC, imperioso observar a necessidade da formação do contraditório, como soa claro de seus termos e ainda do disposto no parágrafo único do mesmo artigo, o deferimento, nesta situação, está condicionado à prévia citação do requerido. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0633231-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Denilson Barata Alexo - Trata-se de ação ajuizada por Denilson Barata Alexo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou

desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas ou pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0633265-89.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militares - REQUERENTE: Francisco Cleiton de Moura Almeida - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Cleiton de Moura Almeida em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: VANDERLENE SOARES BARROSO (OAB 10599/AM) - Processo 0633445-42.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Emerson de Souza Araujo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, conforme determinação contida na decisão inicial, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, manifeste-se acerca da constetação acostada aos autos.

ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: FLORENCIO SOARES JÚNIOR (OAB 86835/RJ), ADV: ABRAHÃO LYNCON NUNES DANTAS (OAB 8125/AM) - Processo 0633612-93.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AUTOR: Elisvaldo Carvalho da Costa - REQUERIDO: VIP- GESTÃO E LOGÍSTICA LTDA - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: DANIELLE CRISTINE DE CARVALHO CORDEIRO (OAB 10414/AM) - Processo 0633716-51.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Alcilene de Alencar Batista - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, conforme determinação contida na decisão inicial, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, manifeste-se acerca da contestação acostada aos autos.

ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM) - Processo 0633838-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liminar - REQUERENTE: Wagner Amâncio dos Santos - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por outro giro, considerando a matéria abordada nos autos, a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, bem como os preceitos estabelecidos pela Lei 9.099/95 e CPC/2015 quanto à busca pela solução consensual de conflitos, fica designada audiência de conciliação, a ser pautada pela Secretaria da Vara, da qual as partes deverão ser devidamente intimadas. Frustrada a conciliação e presentes os requeridos, considerar-se-á(ão), desde logo, citado(s) o(s) mesmo(s) para apresentação de defesa, no prazo de quinze dias. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM), ADV: MARSYL DE OLIVEIRA MARQUES (OAB 1785/AM) - Processo 0633979-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Josilene da Silva Marialva - REQUERIDA: Município de Manaus - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o MUNICÍPIO DE MANAUS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 07/2014 à 09/2018 (R$ 4.483,91 x 8% x 50 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno, ainda, o Requerido, ao pagamento de férias proporcionais (05/12 avos), acrescidas do terço constitucional, tendo por base o último salário, no importe de R$ 4.483,91. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença,

remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0634100-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: José Maria Nunes Filho - Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor - RPV. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0634352-80.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Luiz Carlos Pereira - Trata-se de ação ajuizada por Luiz Carlos Pereira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas ou pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0635020-51.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Raimundo Manuel da Silva Sobral - Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor - RPV. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0635024-88.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Raimundo Lopes Protasio - Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor - RPV. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE BAER E SILVA (OAB 64317/PR) - Processo 0635028-96.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil do Empregador - REQUERENTE: Luciano Antonio de Andrade - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM) - Processo 0635129-02.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leandro Coelho Rosas - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE os REQUERIDOS para se manifestarem sobre a petição de fls. 158/161 e os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0635258-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Remuneração - REQUERENTE: José Ribamar Ribeiro Matos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Ribamar Ribeiro Matos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0635313-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: José Maria Coelho Damasceno - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Maria Coelho Damasceno em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0635414-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Samuel Vinente de Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Samuel Vinente de Lima em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0635889-14.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Alcimar Moreira dos Santos - Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor - RPV. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: CARLOS EDUARDO REICHMANN (OAB 537A/AM) - Processo 0637120-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Elenilda do Amaral P. Gomes - Por outro giro, considerando a matéria abordada nos autos, a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, bem como os preceitos estabelecidos pela Lei 9.099/95 e CPC/2015 quanto à busca pela solução consensual de conflitos, fica designada audiência de conciliação, a ser pautada pela Secretaria da Vara, da qual as partes deverão ser devidamente intimadas. Frustrada a conciliação e presentes os requeridos, considerar-se-á(ão), desde logo, citado(s) o(s) mesmo(s) para apresentação de defesa, no prazo de quinze dias. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0637344-48.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ariane de Castro Pimentel - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, conforme determinação contida na decisão inicial, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, manifeste-se acerca da contestação acostada aos autos.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0637435-07.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - EXEQUENTE: Janderson B. Magalhães - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Janderson B. Magalhães em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar

as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0637442-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - EXEQUENTE: Gilberto de Souza Marinho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Gilberto de Souza Marinho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0637449-88.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Anildo Marinho da Rocha - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Anildo Marinho da Rocha em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0637458-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - EXEQUENTE: Fransney Albuquerque de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Fransney Albuquerque de Oliveira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: JANILSON DA COSTA BARROS (OAB 13152/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0637647-96.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Exoneração - REQUERENTE: Maria Iduvalina Peixoto da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0637796-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Antonio Soares da Silva - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção

aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0637820-52.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tutela de Evidência - REQUERENTE: Marcelo Rodrigues Pinto - Assim, indefiro a antecipação da tutela de evidência pleiteada. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0637997-16.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: José Ruy da Silva Carvalho - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB 2269/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM) - Processo 0638026-03.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Joao Bosco Gomes do Carmo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerente para se manifestar sobre a certidão de p. 86. Prazo: 15 dias.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0638038-80.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Enoque Freitas da Silva - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0638060-75.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Adenauer Vieira de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ITALO CLAROS JACOB (OAB 7546/AM) - Processo 0638144-42.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Renata Santos Guedes Leal - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando

propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0638307-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tutela de Evidência - REQUERENTE: André da Silva Mendes - Assim, indefiro a antecipação da tutela de evidência pleiteada. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0638366-10.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tutela de Evidência - REQUERENTE: David Araújo Costa - Assim, indefiro a antecipação da tutela de evidência pleiteada. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0638664-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivanilde da Silva Cardoso - Portanto, como a causa versa sobre declaração de inexistência de relação tributária, declino a competência desta vara especializada para processar e julgar o feito, devendo os autos serem encaminhados à Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual, na forma do art. 153, I, “b”, da Lei Complementar n. 17/97 Dê-se baixa nos registros. Redistribua-se à Vara competente. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0638665-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Lusimar da Silva Lima - Portanto, como a causa versa sobre declaração de inexistência de relação tributária, declino a competência desta vara especializada para processar e julgar o feito, devendo os autos serem encaminhados à Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual, na forma do art. 153, I, “b”, da Lei Complementar n. 17/97 Dê-se baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: ÉRICA CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO (OAB 11174/AM) - Processo 0638770-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Adalberto Martins de Macedo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Adalberto Martins de Macedo em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no

prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0638826-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Fernando Facundes Menezes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Fernando Facundes Menezes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0638856-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação - EXEQUENTE: Pompilio Henrique de Lima - Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor - RPV. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: SHEILA FURTADO ABRAHIM (OAB 1893/AM), ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO) - Processo 0639134-04.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Marcelo de Azevedo Cardoso Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0639173-64.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Vistos. Considerando a petição de folhas antecedentes, bem como a inércia estatal quanto ao cumprimento da medida, expeça-se imediatamente o alvará físico para levantamento do valor bloqueado. Outrossim, indefiro o pedido da autora para intimação do Requerido para que informe nos autos data e hora em que pretende realizar o procedimento posto que, com o bloqueio de verbas e liberação do valor, a parte autora poderá realizar o procedimento em clínica particular em substituição ao requerido. Por conseguinte, levantado o valor, deverá a parte comprovar nos autos o emprego das verbas públicas para realização do tratamento, no prazo de 05 (cinco) dias. Satisfeita a pretensão, arquivem-se definitivamente os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM), ADV: PAULO VÍTOR LOPES BEZERRA (OAB 9660/AM), ADV: VANESSA MARTINS GOMES (OAB 12243/AM), ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: HENRI DHOUGLAS RAMALHO (OAB 341022/SP) - Processo 0639206-88.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Jornada de Trabalho - REQUERENTE: Jaldima Maria Martins Gomes - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0639261-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação - REQUERENTE: Washington Sidney Furtado da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Washington Sidney Furtado da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639271-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Artemio da Silva Olimpio - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática

dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639272-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Artemio da Silva Olimpio - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Artemio da Silva Olimpio em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639295-43.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Edimar Oliveira Valente - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639296-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Edimar Oliveira Valente - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edimar Oliveira Valente em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM) - Processo 0639305-87.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Jucinaide Bastos da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jucinaide Bastos da Silva em face do Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Amazonas - Susam e Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda

pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639307-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Antonio Costa Ribeiro - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM) - Processo 0639308-42.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Jonatha de Oliveira Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jonatha de Oliveira Lima em face do Secretaria de Estado de Saude do Amazonas (susam). e O Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639312-79.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Antonio Costa Ribeiro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Antonio Costa Ribeiro em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0639313-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria das Graças Barbosa da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria das Graças Barbosa da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0639314-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Ivaneide Santos Farias - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ivaneide Santos Farias em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0639315-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Eliana Gomes Leal - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Eliana Gomes Leal em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0639316-19.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Edilene Fonseca Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edilene Fonseca Lima em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) -

Processo 0639317-04.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Alan Lopes Antunes - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0639319-71.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Michele Cristina Pereira Barbosa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Michele Cristina Pereira Barbosa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639320-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Alan Lopes Antunes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alan Lopes Antunes em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0639321-41.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Deuza Maria Frota Vieira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Deuza Maria Frota Vieira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios

norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639326-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Francisco Ivan Pereira Junior - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639327-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Francisco Ivan Pereira Junior - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Ivan Pereira Junior em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639328-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Francisco da Conceicao da Silva - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639329-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Francisco da Conceicao da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco da Conceicao da Silva em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de

ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639332-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Jeovani Morais Serra - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639334-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Jeovani Morais Serra - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jeovani Morais Serra em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0639342-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Arivan Roberto Cabral - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Arivan Roberto Cabral em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0639351-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: José Domingos Ferreira de Sousa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Domingos Ferreira de Sousa em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se

manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM) - Processo 0640106-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional de Insalubridade - REQUERENTE: Deniglesia de Lima Nascimento - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, diante da manifesta complexidade da causa, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino a remessa dos autos a uma das Varas da Fazenda Pública Municipal. À Secretaria para as providências de praxe. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0640293-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rafael Bruno da Costa Balbino - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, conforme determinação contida na decisão inicial, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, manifeste-se acerca da contestação acostada aos autos.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0643000-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Evaldo George M. dos Santos - Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0644051-32.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Hercules Martins Duarte - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0644054-84.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Manilson Gonzaga da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: HELEN LUCIANE SILVA DE ARAÚJO (OAB 11237/AM), ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM) - Processo 0645160-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MARIA APARECIDA ALVES CABRAL - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0645583-41.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Valter Marques da Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Forte nestas razões julgo procedente, em parte, os pleitos autorais, para determinar ao Requerido que inclua o Requerente na próxima turma de 2019 do Curso de Aperfeiçoamento de Sargento (CAS). IMPROCEDENTE os pleitos das promoções a 1º Sargento e Subtenente. Extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Quanto a obrigação de fazer, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0645588-63.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Hamilton de Araújo Torres - Ante o exposto, julgo procedente o pedido de participação da Requerente na próxima turma do ano de 2019 do Curso de Aperfeiçoamento de Sargento (CAS). Oficie-se, ao Comando da PM para que, em 15 dias, inclua o nome do autor no próximo curso, sob pena de aplicação de multa. Neste ponto, antecipo os efeitos da tutela antecipada, porquanto preenchidos os requisitos legais, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Improcedente os pedidos de promoções às graduações de 1º Sargento e Subtenente. Assim, julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Após, arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: BRUNO GOMES ALVES (OAB 10718/AM), ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM) - Processo 0646033-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Paulo Sérgio de Souza Dias - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB 83060/PR), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0647295-66.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Marcia Regina Alencar de Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0649146-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Ézio Ramos da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0649833-20.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Aroldo Menezes da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 15 dias, conforme dicção dos arts. 350 e 351 do NCPC, manifestar-se acerca das preliminares suscitadas em sede de contestação.

ADV: RAQUEL DA COSTA SUBIRANA PENA (OAB 12304/AM) - Processo 0650770-30.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Ronildo Lima Fernandes - Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM) - Processo 0651024-03.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Eriberto de Aquino Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0651615-62.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Marcus Silva de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM) - Processo 0651778-42.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Saúde - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Vistos. Considerando a inércia do Estado do Amazonas em atender ao diposto no despacho de folhas antecedentes, bem como o tempo de espera que o Requerente aguarda para realizar exame médico indispensável ao seu tratamento, recebo o presente recurso apenas no efeito devolutivo, vez que a concessão de efeito suspensivo pode gerar ao recorrido dano de difícil reparação, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Outrossim à Secretaria para EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ FÍSICO EM NOME DO AUTOR, para levantamento do valor bloqueado para fins de cumprir a obrigação de fazer reconhecida em sentença e efetivação do direito à saúde da parte. Após, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento do recurso. Intime-se. Expeça-se. Cumpra-se.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0651927-38.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Rivelino de Souza Xavier, - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM), ADV: PAULO VICTOR SOLART COELHO (OAB 14212/AM) - Processo 0652954-56.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Carla Loureiro da Fonseca - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0653169-32.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Zahra Se Souza Daoud - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial, resolvendo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653508-88.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Lineker Romario Penha Maciel - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0654123-78.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Alexandre Menez da Silva - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Considerando que a parte autora já apresentou a conta bancária e os dados para instrução do ofício requisitório de pequeno valor, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0654607-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Marcelo Carvalho Abreu - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM), ADV: FERNANDO FERREIRA CALAZANS (OAB 93234/MG) - Processo 0655318-98.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - RECLAMANTE: Luciano Augusto de Avelar Francisco - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, diante da manifesta complexidade da causa, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino a remessa dos autos a (verificar competência) 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal. À Secretaria para as providências de praxe, observando-se a existência de mídia digital, que companha o processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: PAULA HELENA DE PAIVA MORAES (OAB 12391/AM) - Processo 0655408-09.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Candida Paula de Brito Maia - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Candida Paula de Brito Maia em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a

instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0655634-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Antonio Soares da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: BRUNO GOMES ALVES (OAB 10718/AM) - Processo 0656014-37.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Oscar de Souza Dias - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0656625-87.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Maylon Rosa da Ressureição - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Exequente para se manifestar sobre a certidão de p. 72. Prazo: 15 dias.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0657450-31.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jenison Miranda Cardoso - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, conforme determinação contida na decisão inicial, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, manifeste-se acerca da contestação acostada aos autos.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0658941-73.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: George Williams Alves Rollemberg - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: BRUNO JOSE DE FREITAS BORGES (OAB 8824/MA) - Processo 0659987-97.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Fabio Henrique de Sousa Valois - Desta forma, de ofício corrijo o valor da causa para o importe de R$ 74.403,00 (setenta e quatro mil quatrocentos e três reais), de acordo com as regras acima explicitadas. Em consequência, declino da competência para processar o feito e, por questões de celeridade e economia processual, determino a redistribuição do feito para uma das Varas da Fazenda Pública Estadual/Municipal. Cumpra-se.

ADV: THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB 83060/PR), ADV: ÉRICO RODRIGO FARIAS PINHEIRO (OAB 8929/AM), ADV: ELLEN ESTEFANY DE SOUZA BATISTA (OAB 11136/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO MACEDO MONTEIRO (OAB 11121/AM) - Processo 0660363-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Josefa Brito da Silva Aragao - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, evitando a ocorrência de omissão, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e JULGO-OS PARCIALMENTE PROCEDENTES, consoante permissivo constante do art. 1.022, I e II, do CPC, incluindo na sentença a referida fundamentação, mantendo, no entanto, a procedência da ação. P.R.I.C.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0661135-46.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Diego Nepomuceno Lopes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 10652/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0662059-57.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Ajanildo Soares Cortes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

Abrahão Lyncon Nunes Dantas (OAB 8125/AM)
Adriano Silveira de Souza (OAB 12312/AM)
Ailton Santos Andrade (OAB 11929/AM)
Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Beatriz Souza da Silva (OAB 13628/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bernardo Figueira Raposo da Câmara (OAB 10676/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruno Gomes Alves (OAB 10718/AM)
Bruno Jose de Freitas Borges (OAB 8824/MA)
Carlos Alexandre M.C.M Matos (OAB 2364/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
CARLOS EDUARDO REICHMANN (OAB 537A/AM)
CARVALHO ADVOCACIA (OAB 10652/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Cely Cristina dos Santos Pereira (OAB 1716/AM)
César Augusto Macedo Monteiro (OAB 11121/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Danielle Cristine de Carvalho Cordeiro (OAB 10414/AM)
Debora Bandeira Koenow (OAB 36823/GO)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Eduardo Antônio Soares Ribeiro (OAB 8578/AM)
Ellen Estefany de Souza Batista (OAB 11136/AM)
ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM)
Érica Carolina de Oliveira Castro (OAB 11174/AM)
Érico Rodrigo Farias Pinheiro (OAB 8929/AM)
Eugênio Augusto Carvalho Seelig (OAB 8625/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fernanda Lima Tavares (OAB 11834AM)
Fernando Ferreira Calazans (OAB 93234/MG)
Flávio Queiroz de Paula (OAB 2388/AM)
Florencio Soares Júnior (OAB 86835/RJ)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Francisco Ricarte de Sousa (OAB 7287/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gabriela Muniz de Moura (OAB 14809/MA)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Gessicleide Tiburcio de Moura Oriente (OAB 10867/AM)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Glícia Pereira Braga e Silva (OAB 2269/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)

Gustavo Henrique Baer e Silva (OAB 64317/PR)
Helen Luciane Silva de Araújo (OAB 11237/AM)
Henri Dhouglas Ramalho (OAB 341022/SP)
Indra Mara Bessa (OAB 1877/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Italo Claros Jacob (OAB 7546/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Janilson da Costa Barros (OAB 13152/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Joice Mota dos Santos (OAB 12714/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Lucas Grangeiro Bonifácio (OAB 14198/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB 1667/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Marcos Danrley da Silva Lima (OAB 13512/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Marsyl de Oliveira Marques (OAB 1785/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Moacir Marques de Medeiros (OAB 13394/AM)
Natacha de Oliveira Pequeno (OAB 12048/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Paula Helena de Paiva Moraes (OAB 12391/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Paulo Victor Solart Coelho (OAB 14212/AM)
Paulo Vítor Lopes Bezerra (OAB 9660/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Raquel da Costa Subirana Pena (OAB 12304/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Monteiro Custódio (OAB 6452/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Sebastião Almada da Silva (OAB 8940/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sheila Furtado Abrahim (OAB 1893/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Thassia Pollyana Fernandes da Costa (OAB 13462/AM)
Thiago Oliveira Costa (OAB 83060/PR)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Ueslei Freire Bernardino (OAB 14474/AM)
Vanderlene Soares Barroso (OAB 10599/AM)
Vanessa Martins Gomes (OAB 12243/AM)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)
Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB 1675/AM)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO ITAMAR DE SOUSA GONZAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0381/2019

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0643816-02.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francinaldo Anselmo Ferreira - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0383/2019

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0603904-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Edmilson Rodrigues Bezzerra Neto - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0603931-10.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Sidney Araújo da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: ANDREWS HIPY SILVA (OAB 14102/AM) - Processo 0606832-48.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Leonardo Carvalho Moreira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0616951-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Reginaldo de Souza Queiroz - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃOno prazo de 15 dias.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0637104-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Jorge Neto Vieira da Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jorge Neto Vieira da Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses

dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0639343-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Remuneração - REQUERENTE: Marcos Klinger dos Santos Paiva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcos Klinger dos Santos Paiva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AGATHA RAYZA CHRISOSTOMO DO VALLE (OAB 13636/AM) - Processo 0639450-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Hellen Keuren Siqueira Feijó - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Hellen Keuren Siqueira Feijó em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0639635-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Jozimo Diniz da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jozimo Diniz da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0639647-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rocheilan Jeovane Freire de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rocheilan Jeovane Freire de Oliveira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para

a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0639648-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Osmar Gonzaga Pinheiro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Osmar Gonzaga Pinheiro em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0639649-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alessandro Silva de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alessandro Silva de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0639650-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ademar Lima Lopes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ademar Lima Lopes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0639651-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Vieira Rodrigues - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Luiz Vieira Rodrigues em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá

a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0639653-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Carlos da Cruz Moura - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Luiz Carlos da Cruz Moura em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0654514-33.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Jonison dos Santos Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

Agatha Rayza Chrisostomo do Valle (OAB 13636/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Andrews Hipy Silva (OAB 14102/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Tatiane Salvatierra da Costa (OAB 5752/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000160-32.2017.8.04.6601 - Recurso Inominado Cível, de Vara Única de Rio Preto da Eva.

Recorrente : Geap - Autogestão Em Saúde Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) Recorrido : Terezinha Filizola Dias Advogado : Naziano Pantoja Filizola (294A/AM) Recorrido : Naziano Pantoja Filizola Advogado : Naziano Pantoja Filizola (294A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTARECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. CANCELAMENTO DO PLANO POR FALTA DE PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. REINTEGRAÇÃO. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No presente caso, muito embora o cancelamento do plano de saúde tenha se dado por falta de pagamento de mensalidade, a requerida não comprovou a devida notificação do consumidor acerca da inadimplência, violando o disposto na Lei Federal 9.656/98, conforme colacionado a seguir: “Art. 13. Os contratos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1o do art. 1o desta Lei têm renovação automática a partir do vencimento do prazo inicial de vigência, não cabendo a cobrança de taxas ou qualquer outro valor no ato da renovação. “ Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput, contratados individualmente, terão vigência mínima de um ano, sendo vedadas: (...) II - a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o qüinquagésimo dia de inadimplência;”Assim, a requerida procedeu de modo abusivo ao cancelar o plano de saúde da autora sem oportunizar que esta procedesse com seu adimplemento, impedindo a requerente, pessoa idosa, que realizasse a cirurgia pretendida, qual seja, Endoscopia Digestiva Alta.A caracterização do dano moral, por afetar os atributos da personalidade da parte ofendida, maculando-a no que lhe é mais caro, se aperfeiçoa com a simples ocorrência do fato que se consubstancia no seu fato gerador, independentemente da irradiação de quaisquer efeitos materiais afetando aquela, ensejando sua contemplação com um lenitivo pecuniário destinado a compensá-la pelas ofensas intrínsecas que sofrera e sancionar a ofensora pelo ilícito que praticara.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 5.000,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000371-43.2017.8.04.5801 - Recurso Inominado Cível, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : ROBSON CRIS MARTINS MENEZES Advogado : Rodrigo Cesar da Silva e Silva (7260/AM) Recorrido : VIVO S/A Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 5 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000377-18.2018.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : ANDREIA LACERDA DE OLIVEIRA BARBOSA Advogada : Eliane Andrade Martins (12118/AM) Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO INDEVIDA. FATURAS PAGAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 9 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000409-78.2015.8.04.6301 - Recurso Inominado Cível, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : REGINA RODRIGUES DE SOUZA Advogado : Rodrigo César da Silva e Silva (7260/AM) Recorrido : Vivo S/A Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA:RECURSO INOMINADO. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PROVAS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. - Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, em que o onus probandi é do fornecedor de serviços, conforme inteligência do art. 6º, VIII do CDC, que conferiu esta importante proteção processual sempre que for constatada a hipossuficiência ou a verossimilhança da alegação. - Entretanto, em detida análise dos autos, constato que a consumidora narra a falha na prestação do serviço de forma genérica, sem produzir, ainda que minimamente, provas de que tais falhas ocorreram e que lhe causaram efetivo prejuízo, tampouco quanto aos danos daí provenientes, deixando de cumprir o disposto no art. 373, I, do CPC, falecendo, portanto, elementos aptos a justificar uma indenização compensatória.- Ademais, compete à parte autora instruir a petição inicial com os documentos destinados a provar suas alegações, conforme o art. 434 do CPC. Ainda que na espécie haja relação de consumo, deve haver um lastro probatório mínimo para que seja proferida decisão favorável à recorrente.- Dessarte, não demonstrada a verossimilhança das alegações pela recorrente, imperioso se faz manter o entendimento expendido pelo Juízo a quo.- Voto, pois, no sentido de negar-se provimento ao recurso, condenando a recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor atualizado da causa, cuja exigibilidade é suspensa em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 5 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000724-85.2018.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : BANCO BRADESCO S/A, Advogada : Karina de Almeida Batistuci (A685/AM) Recorrido : Kelcen Bandeira Guedes Advogado : Antonino Machado da Silva (7231/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RETENÇÃO INTEGRAL PELO RECORRENTE DOS PROVENTOS DO RECORRIDO PARA PAGAMENTO DE DÍVIDA DE CARTÃO DE CRÉDITO. PRÁTICA ABUSIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO.- As instituições financeiras, como prestadoras de serviços de natureza bancária e financeira, respondem objetivamente pelos danos causados ao consumidor em virtude da má prestação do serviço, com fundamento na teoria do risco da atividade, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor .- É ilegítima a retenção integral dos proventos do recorrido com o fim de amortizar saldo negativo decorrente de uso do cartão de crédito no período em que o mesmo estava empregado, devendo, para tanto, a instituição financeira buscar as medidas legais, não sendo em absoluto a solução adotada por esta a mais consentânea aos princípios consolidados na legislação consumerista.- Caracterizada a atitude abusiva da instituição financeira credora, em razão da retenção integral dos proventos referentes às férias do recorrido que ainda não haviam sido pagas, resta evidente sua responsabilidade pela reparação do dano moral, tendo em vista que tal fato, além de ultrapassar o mero aborrecimento, fere de morte o principio da dignidade da pessoa humana.- A indenização deve ser apurada mediante prudente arbítrio do magistrado, motivado pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de observadas a gravidade e repercussão do dano, bem como a intensidade, os efeitos do sofrimento e o grau de culpa ou dolo do infrator. Deve, ainda, ter caráter didático-pedagógico, evitado o valor excessivo ou ínfimo, mas objetivando, sempre, o desestímulo à conduta lesiva. - Na espécie, entendo que o valor de R$ 3.000,00 arbitrado pelo eminente magistrado de piso, revela-se suficiente e razoável ao caso concreto.- Recurso do réu conhecido e desprovido.- Custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 5 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000940-38.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado Cível, de Vara Única de Boca do Acre.

Recorrente : SEBASTIANA NUNES MONTEIRO Advogado : Francisco Batista de Lima Neto (596/AM) Recorrido : Tim Celular S/A Advogada : Cintia Hossokawa (7437/AM) Advogado : Layana Cabral Marques Moreira (7838/AM) Advogado : Monike Ramos Rodrigues (7877/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA:RECURSO INOMINADO. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PROVAS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. - Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, em que o onus probandi é do fornecedor de serviços, conforme inteligência do art. 6º, VIII do CDC, que conferiu esta importante proteção processual sempre que for constatada a hipossuficiência ou a verossimilhança da alegação. - Entretanto, em detida análise dos autos constato que a consumidora narra a falha na prestação do serviço de forma genérica, sem produzir, ainda que minimamente, provas de que tais falhas ocorreram e que lhe causaram efetivo prejuízo, tampouco quanto aos danos daí provenientes, deixando de cumprir o disposto no art. 373, I, do CPC, falecendo, portanto, elementos aptos a justificar uma indenização compensatória.- Ademais, compete à parte autora instruir a petição inicial com os documentos aptos a provar suas alegações, conforme o art. 434 do CPC. Ainda que na espécie haja relação de consumo, deve haver um lastro probatório mínimo para que seja proferida decisão favorável à recorrente.- Dessarte, não demonstrada a verossimilhança das alegações pela recorrente, imperioso se faz manter o entendimento expendido pelo Juízo a quo.- Voto, pois, no sentido de negar-se provimento ao recurso, condenando a recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor atualizado da causa, cuja exigibilidade resta suspensa, em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 6 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000965-59.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara de Itacoatiara.

Recorrente : Banco Gerador S/A Advogado : Carlos Eduardo Mendes Albuquerque (18857/PE) Recorrido : FRANCISCA LEITE DE FREITAS Advogado : Willian dos Santos Silva (10232/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0200785-15.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vera Lucia Amud Silva Advogado : João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM) Recorrente : Hilton Amud da Silva Advogado : João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM) Recorrida : Maria de Fátima Amund da Silva Advogado : Alfred Gluck Young (1838/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. ARGUIÇÃO DE USUCAPIÃO. PEDIDO CONTRAPOSTO DE DECLARAÇÃO DA PROPRIEDADE. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE RITO ESPECIAL. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.Deve ser reconhecida, de ofício, a incompetência dos Juizados Especiais Cíveis, pois havendo exceção de usucapião nos autos, inclusive com pedido contraposto de declaração da aquisição da propriedade, não há como dar prosseguimento à demanda nos Juizados Especiais, uma vez que necessária a adoção de rito especial, formal, incompatível com a Lei 9.099/95.Desta forma, evidentemente que a causa não é de competência dos Juizados Especiais, especialmente pela adoção de ritos e procedimentos incompatíveis com o sistema dos juizados, devendo o feito ser extinto, sem julgamento do mérito. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0200969-71.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Águas do Amazonas S.A. Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM) Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (A671/AM) Recorrida : DELMA MAGALHÃES DOS SANTOS

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA. TARIFA DE ESGOTO. SERVIÇO NÃO PRESTADO. COBRANÇA INDEVIDA. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento aos recursos interpostos, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 7 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0201061-46.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Grace Ellen Rodrigues Sampaio da Silva Advogado : Adalberto Teixeira Bittar (5275/AM) Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. BANCO REVEL. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.- A relação dos autos é consumerista, subsumindo-se, pois, às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- In casu, o recorrido, revel, não se desincumbiu do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento da consumidora ordenado pelo art. 52 do CDC, assim induzindo a recorrente em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos

ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.- Dessa maneira, inexistindo nos autos prova inequívoca acerca do negócio jurídico realizado, deve ser declarada a invalidade do contrato e, por conseguinte, ser feita a repetição dos valores indevidamete pagos, com a devida compensação da quantia creditada na conta da autora. Nesse sentido, é o comando do IRDR, cujo aresto colaciono. Verbis:"O consectário lógico da declaração de invalidade do negócio jurídico é a restituição do status quo ante (...) Em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado." - Dessarte, considerando que a consumidora pagou o valor total de R$ 26.203,15, mas que recebeu o crédito de R$ 11.000,00 deve a mesma ser restituída na quantia de R$ 15.203,15.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso à consumidora, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC, causando na recorrente profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio.- Recurso conhecido e provido para reformar a sentença a quo e condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data, e R$ 15.230,15 (quinze mil duzentos e trinta reais e quinze centavos) a título de reparação material, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. Decidem os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0201138-21.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco do Brasil S/A Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM) Recorrido : Maurício Ribeiro da Silva Junior Defensora : Hélvia Socorro Fernandes de Castro (6597/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. COBRANÇA REITERADA DE DÉBITO MESMO APÓS LIQUIDAÇÃO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE CONCEDIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, DAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0202487-18.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Valerio Vieira Monteiro Recorrida : Raimunda Moraes da Rocha

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO CIVIL. ALEGAÇÃO DE INVASÃO DO TERRENO DO AUTOR PELA RÉ. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO DO TERRENO NOS AUTOS. CABE AO AUTOR O ÔNUS DA PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES (ART. 333, I CPC). INEXISTÊNCIA DE PROVAS, PELO AUTOR, QUANTO AOS FATOS NARRADOS. PRINCIPIO DA CONCENTRAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Alegou o requerente que a ré estaria realizando obras irregulares, qual seja, a construção de um muro, invadindo seu terreno.De acordo com a disposição contida no art. 333, I do CPC, cabe ao autor o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos do seu direito, ainda que minimamente.Dá análise dos autos, constata-se que a parte autora não logrou comprovar que o muro construído estaria invadindo os limites de seu terreno, não tendo sequer demonstrado a propriedade do aludido imóvel, ante a falta de provas, mostra-se cabível o julgamento pela improcedência da ação.Impende, ainda, ressaltar que não é possível considerar a documentação juntada após a sentença, uma vez que no pedido inicial devem-se alegar todas as matérias possíveis relativas aos fatos, sob pena de preclusão (art. 300 do CPC). A isto se dá o nome de princípio da concentração, o que impede novas alegações, salvo o direito superveniente, o que não é o caso.Note-se que a admissão de novas questões fáticas e novos documentos com o recurso inominado só é possível se a parte demonstrar que deixou de juntá-los ou apresentá-los no juízo de origem por motivo de força maior, na forma do artigo 1.014 do Código de Processo Civil.Com efeito, o art. 435 do Código de Processo Civil, ao permitir produção de prova documental fora dos momentos da protocolização da inicial ou do oferecimento da resposta (art. 435 do Código de Processo Civil), restringe tal autorização a documentos oponíveis aos trazidos pela parte adversa ou referentes a fatos supervenientes ao ajuizamento da ação. Nesta mesma esteira de excepcionalidade, o art. 1.014 do mesmo diploma impõe ao recorrente a demonstração de força maior impeditiva para que se admita a invocação e comprovação de questões de fato não suscitadas oportunamente no juízo de primeiro grau, ratificando, assim, a regra de vedação do novorum iudicium em sede de recurso, visto que a cognição efetuada pelo órgão ad quem no exercício da sua competência recursal consiste em atividade de controle (revisio prioriae instantiae) e não de criação.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0203068-14.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Águas do Amazonas S.A. Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM) Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) Recorrido : Carlos Eduardo Castro de Albuquerque Defensor : Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. FATURAS COM VALORES EXCESSIVOS. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE PROVA QUANTO A LEGITIMIDADE DAS COBRANÇAS. DANO MORAL E DANO MATERIAL CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.Da análise do histórico de consumo na unidade consumidora, verifico que a média de consumo é bastante inferior ao valor cobrado no mês de novembro, não havendo provas nos autos quanto a regularidade de sua cobrança. Deveria a concessionária ré ter comprovado que o valor da fatura, de fato, corresponde ao efetivo consumo da UC, a fim de legitimar sua conduta, contudo quedou-se inerte.Desta forma, entendo que a cobrança realizada pelo réu é abusivas, o que constitui ato ilícito, devendo responder objetivamente pelos danos causados.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios

quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 8.000,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0203158-41.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : IVONE DE OLIVEIRA LIMA Advogado : Mithan Vasconcelos Corrêa (5784/AM) Advogado : Bruno Anderson Mendes Amoedo Ferreira (11025/AM) Recorrido : SHEKINAH VEICULOS (Freider C. Moura Silva - ME) Advogado : Lídia Maura Lopes da Costa (6399/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. REVENDA DE AUTOMÓVEL USADO. SOLIDARIEDADE ENTRE OS REQUERIDOS. TEORIA DA APARÊNCIA. MÁ-FÉ EXISTENTE DURANTE TODA AS FASES DE NEGOCIAÇÃO. DANO MATERIAL E MORAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Da análise dos autos, tem-se que melhor sorte assiste à recorrente.A narrativa dos fatos, bem como das provas juntadas aos autos, traduzem a existência de vícios de qualidade, capazes de tornar impróprio ou inadequado o uso do bem que autorize o desfazimento do negócio entabulado.Ademais é válido ressaltar, sobretudo, a ardilosa forma como se operou a fase pré-contratual, momento em que se flagra a má-fé que envolveu a negociação, que compreende o defeito na publicidade do bem vendido (foto não condizente ao estado atual do veículo), o fato de não permitir ao consumidor a oportunidade de constatar o estado do veículo antes da perfectibilização do contrato, bem como o procedimento de entrega, que envolve um automóvel bem degradado.A defesa do Sr. Simauro, limita-se a afirmar que não era funcionário da empresa intermediadora, segunda requerida e que, expressamente, se comprometeu a solucionar os problemas apresentados no veículo. Em nenhum momento chegou a refutar quaisquer dos problemas indicados na inicial, os quais restaram incontroversos.A segunda requerida, em sua defesa, alega teve participação na intermediação da venda, motivo pelo qual deve responder de forma solidária, pois além de ceder seu espaço para realizar as tratativas finais do contrato, cedeu seus funcionários para auxiliar a reprovável conduta do primeiro requerido. Aplicável, in casu, a teoria da aparência.Quanto aos danos morais, a prova se dispensa, dada a sua impossibilidade de concreção, bastando a comprovação do ato ilícito porquanto se deduz o dano moral da própria ação ilícita. No dizer de Sérgio Cavalieri Filho: "o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto, está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum&&quot.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para condenar ambas os réus ao pagamento da cifra de R$ 11.600,00 e R$ 3.000,00, a título de dano material e moral, respectivamente. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sobre a indenização por danos materiais, os juros de mora são contados a partir da citação (Art. 405 do Código Civil) e a correção monetária desde o desembolso (Súmula n. 43 do STJ). Sem custas e honorários. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0205884-85.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : ARLINE DE SOUZA E SILVA Defensora : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Recorrida : MARIA QUEIROZ DA SILVA Advogado : Orlando Brasil de Moraes (5636/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONDOMÍNIO. ALEGAÇÃO DE "PERSEGUIÇÃO". TESTEMUNHA DA RÉ CONFIRMA AS ALEGAÇÕES DA AUTORA. DANO MORAL. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Dá análise dos autos, constata-se que a própria testemunha da requerida confirma as alegações da autora, aduzindo que a ré sofre de esquizofrenia e 'mania de perseguição', motivo pelo qual profere ofensas em face da requerente.Nesse sentido, restou comprovado nos autos que a requerida vem sofrendo com as reclamações e ofensas da parte ré, comprovadas por testemunhas durante a audiência de instrução e julgamento, ultrapassando os limites do mero aborrecimento, sendo hábeis a acarretar significativa angústia e abalo psicológico.A caracterização do dano moral, por afetar os atributos da personalidade da parte ofendida, maculando-a no que lhe é mais caro, se aperfeiçoa com a simples ocorrência do fato que se consubstancia no seu fato gerador, independentemente da irradiação de quaisquer efeitos materiais afetando aquela, ensejando sua contemplação com um lenitivo pecuniário destinado a compensá-la pelas ofensas intrínsecas que sofrera e sancionar a ofensora pelo ilícito que praticara.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 3.000,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0211974-61.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : ROSSYMEYRE LIMA BRANDÃO Advogado : Jose Felix de Oliveira Brandao (11862/AM) Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) Advogado : Bruno Henrique Soré (1010/AM) Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. ALEGAÇÃO DA FATURA ACIMA DA MÉDIA DE CONSUMO. AUSÊNCIA DE HISTÓRICO DE CONSUMO NOS AUTOS. CABE AO AUTOR O ÔNUS DA PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES (ART. 333, I CPC). INEXISTÊNCIA DE PROVAS, PELO AUTOR, QUANTO AOS FATOS NARRADOS. SENTENÇA MANTIDA.De acordo com a disposição contida no art. 333, I do CPC, cabe ao autor o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos do seu direito, ainda que minimamente.Tal regra tem aplicação inclusive nos casos sujeitos ao regramento do Código de Defesa do Consumidor, pois a prerrogativa de inversão do ônus probandi não é absoluta, especialmente em se tratando de fatos possíveis de serem demonstrados pelo autor/

consumidor. A inversão do ônus da prova exige que o juiz, usando das regras comuns de experiência, verifique a verossimilhança das alegações autorais ou a sua hipossuficiência. No presente caso, o autor alega realização de cobranças abusivas, com valores superiores à média de consumo da residência, no entanto, não junta aos autos o histórico de consumo ou as faturas anteriores ao período contestado, de modo a possibilitar a aferição da média de consumo.Não demonstrado, por elementos mínimos de prova, os fatos alegados, correta a decisão do juiz que julga improcedente os pedidos da inicial.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600578-77.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Hildebrando Alves Ribeiro Soc. Advogados : ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (44914/AM) Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM) Recorrido : Águas do Amazonas S.A. Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM) Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. FALTA DE ABASTECIMENTO POR PERÍODO PROLONGADO. COBRANÇAS. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANOS MORAIS. CABIMENTO. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Constatada a falha na prestação do serviço ante a ausência, injustificada, de abastecimento de água, resta cristalina a responsabilidade da concessionária em indenizar o consumidor pelos danos morais suportados.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada.(R$ 1.500,00)RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600685-58.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria de Fatima Pinheiro Dantas Advogado : Moises Cavalcante G. de Oliveira (5912/AM) Recorrido : Águas do Amazonas S.A. Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O FEITO PARA RETIFICAR AS FATURAS DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2017, E CONDENAR A RÉ AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO MORAL NO VALOR DE R$ 2.000,00. INSURGÊNCIA DA AUTORA PELA REVISÃO DE TODAS AS FATURAS MENCIONADAS NA INICIAL. AUMENTO EXCESSIVO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO E MAJORADO PARA O VALOR DE R$ 8.000,00. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de julho de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601086-65.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : LUCIANA MENEZES DA SILVA Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM) Recorrido : Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda Advogado : Humberto Rossetti Portela (91263/MG)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO JULGADA IMPROCEDENTE. INSURGÊNCIA DA AUTORA. RECURSO PROVIDO. JUROS DE OBRA. RESPONSABILIDADE DA CONSTRUTORA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MATERIAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. Decidem os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601259-81.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Yamaha Motor do Brasil S/A Advogado : Fabio Rivelli (297608/SP) Recorrida : Maria Claudia Menezes da Silva Advogado : Hader da Fonseca Almeida (10118/AM) Recorrido : TV LAR COMÉRCIO DE MOTOS LTDA Advogado : José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COMPRA DE MOTOCICLETA. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.A parte autora aduz que, ao realizar a compra de uma motocicleta junto a ré, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, aduzindo, ainda, que também foram embutidos no contrato valores correspondentes a dois capacetes e tanque de combustível cheio, que haviam sido prometidos como gratuitos.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: “condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativosDa análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, observo que o seguro e demais produtos constam como embutidos no contrato de empréstimo, o qual foi totalmente preenchido pelo réu, o que deixa transparecer de forma clara e inequívoca a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário

das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 3.000,00). O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada.Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para modificar o valor arbitrado a titulo de danos materiais ao Recorrente Banco Yamaha para a quantia de R$ 1.620,60. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601332-90.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claro S/A Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG) Recorrido : G & F Serviços de Alimentacao Ltda - Me (Tempero Brasileiro) N/p Sra. Sandra Renata da Silva Lira Advogado : Hader da Fonseca Almeida (10118/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES. VALORES DEVIDOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 15 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601360-55.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) Recorrido : Fabiano de Jesus Silva dos Santos Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR NULIDADE DA CITAÇÃO. RECORRENTE QUE VEM SENDO EXECUTADO INJUSTAMENTE POIS FOI CITADO IRREGULARMENTE, PROCEDIMENTO NÃO PREVISTO NO CPC DE 1973. ENTRETANTO VERIFICO QUE O ANO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO JÁ É DE 2017, E MAIS PRECISAMENTE SUA DISTRIBUIÇÃO OCORRIDA EM MARÇO DAQUELE ANO, MOMENTO NO QUAL O CPC DE 2015 JÁ HAVIA SUPERADO SEU PRAZO DE VACATIO LEGIS E EM PLENO VIGOR HÁ PELO MENOS UM ANO. DESTA FORMA, PLENAMENTE APLICÁVEL AOS AUTOS A CITAÇÃO ELETRÔNICA. LADO OUTRO, QUANTO AO QUESTIONAMENTO DE QUE O AR NÃO FOI ASSINADO POR QUEM DE DIREITO APONTADO NO ESTATUTO DO BANCO RECORRENTE, TAL FATO MOSTRA-SE IRRELEVANTE. ISSO PORQUE, TRATANDO-SE DE PESSOA JURÍDICA, BASTA A ENTREGA DA CARTA DE CITAÇÃO NO ENDEREÇO. A CITAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA, POR CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO, PERFAZ OS REQUISITOS LEGAIS SE ENTREGUE NO DOMICÍLIO DA REQUERIDA E SE FOR RECEBIDA POR EMPREGADO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE QUE ESSE TENHA PODERES DE GERÊNCIA OU ADMINISTRAÇÃO. E, NO CASO EM COMENTO, INEXISTINDO CONTROVÉRSIA ACERCA DO VÍNCULO DE PREPOSIÇÃO ENTRE A PESSOA QUE RECEBEU A CORRESPONDÊNCIA E DESTINATÁRIO DA CITAÇÃO, SE REVELA IRRELEVANTE, POIS, A ALEGAÇÃO DE QUE A CARTA DE CITAÇÃO FOI RECEBIDA POR FUNCIONÁRIO SEM PODERES DE GERÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0601360-55.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601385-08.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a. Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) Recorrida : Rosinete Pereira Levy Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. VENDA CASADA DE SEGURO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRÁTICA ABUSIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa supra. Sala das Sessões, em Manaus, 9 de agosto de 2019. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601407-32.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Renata Guimaraes da Costa Advogado : Pedro Morais de Brito Junior (10803/AM) Recorrido : Vivo S.a. Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA INDEVIDA. INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES POR JUSTO MOTIVO. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PISO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS EM RAZÃO DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 2 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601438-49.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) Recorrida : Ires Pantoja Santiago de Carvalho Advogado : Rafael Rebelo Affonso (12284/AM) Advogado : Eric Pires Benigno (9944/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.- Em que pese a acertada anulação do contrato e proibição de cobrança determinada pelo eminente magistrado a quo, vislumbro que a decisão merece parcial reforma, uma vez que a matéria em questão já foi uniformizada, sendo despiciendo, pois, a atuação técnica de perito para qualquer esclarecimento, o que entendo autorizado pelos artigos 5º e 6º da Lei 9.099/95.- Dito isto, afasto a complexidade de causa reconhecida pela ilustre julgadora de piso e, considerando que o feito encontra-se devidamente instruído e maduro, passo ao julgamento do recurso, o que faço com esteio no art. 1.013, § 3º, I, do CPC.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- In casu, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim o induzindo em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.- Conforme expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- A abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de provas inequívocas acerca do negócio jurídico realizado, tem o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças ilícitas, sendo, pois, totalmente devida a repetição de valores na forma dobrada.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência, frustração e engano. - Recurso conhecido e provido para reformar a sentença a quo e condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data, e R$ 3.875,28 (três mil oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos) a título de indenização por danos materiais, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação, mantendo-a incólume em seus demais termos. - Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu.- Por conseguinte, conheço do recurso interposto pelo Banco BMG S/A para negar-lhe provimento. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra o presente voto. Sala das Sessões, em Manaus, 9 de agosto de 2019. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601569-12.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Marcelo dos Santos Paz Advogada : Suzana Pinto Lorenzoni (9155/AM) Recorrido : Banco Bradesco S.a. Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM) Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE) Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. PASSAGEM AÉREA. TRECHO DE IDA E VOLTA. NÃO COMPARECIMENTO PARA EMBARQUE NO TRECHO DE IDA. NO SHOW. CANCELAMENTO INTEGRAL DO BILHETE. CLÁUSULA ABUSIVA. COMPRA DE NOVOS BILHETES DE VOLTA. RESSARCIMENTO. DEVOLUÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. RECURSO NÃO PROVIDO.A prestação do serviço de transporte de massa, como o transporte aéreo, rege-se pelas normas do Código de Defesa do Consumidor, como do Código Civil Brasileiro, sem prejuízo da aplicação da legislação específica pertinente (art. 7º, Lei no. 8.078/90).Caracteriza-se como abusiva, por ferir frontalmente os princípios e normas da legislação consumerista, assim como a Lei Civil, a disposição de cancelamento da passagem, em razão da ausência de embarque do passageiro no trecho de ida.Impende destacar, por amor ao debate, que, no caso em tela, muito embora alegue a parte requerida/recorrida que houve no show, porém, a verdade que se tem é que o autor remarcou a viagem de ida, tendo, normalmente, realizado a viagem de ida no dia reprogramado, o que por si só, agrava o ilícito praticado.Não obstante tal colocação, tem-se que, ainda assim, tal disposição referente ao no show coloca o consumidor em flagrante desvantagem, pois já integralizou o preço de acordo com as condições e custos da oferta. Portanto, se os custos já foram suportados pelo passageiro, não se evidencia qualquer prejuízo à companhia aérea, senão o franco interesse de ganhar além do que suas expectativas iniciais.Por força ilícito praticado, o autor se viu obrigado a fazer novo desembolso para a compra da passagem de volta, despesa essa que deve ser indenizada pelo transportador a título de perdas e danos.A pretensão indenizatória por dano moral está calcada em fatos dissociados do descumprimento do contrato, mas ao estado de ansiedade e frustração já despertado pela notícia de impedimento de embarque, por força do cancelamento do primeiro bilhete por força do no-show, aliado ao efeito pedagógico que se espera de tal condenação, de modo a inibir esta prática abusiva. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601700-96.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Breno da Silveira Dib Advogado : Kasser Jorge Chamy Dib (5551/AM) Recorrido : Galgrin Croup Ltda. (Corpo Perfeito) Advogada : Alessandra Ferrara Américo Garcia (246221SP)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CIVIL E CONSUMIDOR. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PARTE ILEGÍTIMA. SUCESSÃO EMPRESARIAL NÃO COMPROVADA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A sucessão empresarial não se presume, demandando prova cabal, sendo que o simples fato de uma pessoa jurídica estabelecer-se no mesmo imóvel ocupado por outra anteriormente não é suficiente para caracterizá-la. Trago à colação, como parte integrante desta decisão, os irretocáveis fundamentos da decisão de primeiro piso: “o fato da empresa SAUDIFITNESS passar a reembolsar alguns clientes da firma da qual adquiriu os produtos, pode representar simples estratégia

comercial ou, talvez, liberalidade para angariar clientes, não constituindo exatamente e "sem sombra de dúvidas" atuação como sucessora da corporação demandada, condenada por este juízo e ora executada GALGRIN CROUP LTDA. (CORPO PERFEITO), como tenta fazer parecer o autor/exequente."RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602078-89.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a. Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP) Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (A995/AM) Recorrido : Walmir Chota Chunia Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. INCLUSÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. DANO MORAL IN RE IPSA. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS FIXADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. ART 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 6 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602156-49.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Alan Franklim Araújo Brandão Advogado : Vitor Godinho das Chagas (14192/AM) Advogado : Tiana Carla de Castro Barbosa (10719/AM) Advogado : Thays de Souza Batista (10440/AM) Advogado : Samuel Soares de Miranda (10370/AM) Recorrido : Banco Itaú S/A Advogado : Pedro Roberto Romão (209551/SP)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. ALEGAÇÃO DE VALORES DEBITADOS EM DUPLICIDADE REFERENTES A COTA DE CONSORCIO. INOCORRÊNCIA. DESISTÊNCIA DO CONSÓRCIO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS APÓS ENCERRAMENTO DO GRUPO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SEM CONDENAÇÃO NAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM RAZÃO DA GRATUIDADE JUDICIAL CONCEDIDA ÀS F. 93.- Conforme bem constatado na sentença de piso, os valores questionados de R$ 5,76 e R$ 57,17 são referentes a seguro cartão e seguro de vida, devendo, pois, a demanda em relação ao pleito de repetição dos aludidos valores, ser extinta sem resolução do mérito (art 485, VI do CPC), consoante julgado pelo magistrado a quo.- Quanto ao valor de R$ 750,84, tal foi estornado na conta bancaria do recorrente, consoante documento de f.14, não havendo que se falar em restituição.- Sobre o pedido de devolução do valor investido no consorcio, em razão de desistência, é pacífico o entendimento jurisprudencial de que só pode ocorrer após o encerramento do grupo.- Dessa feita, em que pese a irresignação do recorrente, o qual basicamente limitou-se a repetir no Recurso Inominado o alegado na inicial, entendo que a r. sentença deva ser mantida pelos seus próprios fundamentos, na dicção do art 46 da lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.- Voto, pois, no sentido de negar-se provimento ao recurso.- Sem custas e honorários, face a concessão do benefício da justiça gratuita. - É como voto. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 5 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602310-30.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Márcia Maristela Reis Moraes Advogado : Orandle Redman Ambrosio (10646/AM) Recorrido : Banco Pan S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) Advogado : Giacomo Dinelly Lima (9753/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFROMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602542-42.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Mirian Rodrigues da Silva Advogada : Cléa Lusia Ribeiro Braga (7019/AM) Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FATURA COM VALOR EXCESSIVO. COBRANÇA INDEVIDA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA TÃO SOMENTE PARA CONDENAR A RECORRIDA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 14 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602720-28.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisca Rosineide Rodrigues Bandeira Advogado : Bruno Gimack Salgado (6610/AM) Advogado : Antônio José Pinto Barros (6587/AM) Recorrido : Capital Rossi Empreendimentos S/A Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM) Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM) Advogada : Paloma Tavares Feitoza Vieira (8759/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. VAZAMENTO. ALEGAÇÃO DE VÍCIO OCULTO. CABE AO AUTOR O ÔNUS DA PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES (ART. 333, I CPC). INEXISTÊNCIA DE PROVAS, PELO AUTOR, QUANTO AOS FATOS NARRADOS. DECORRÊNCIA DO PRAZO DE GARANTIA

DO IMÓVEL. IMPROCEDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA.De acordo com a disposição contida no art. 333, I do CPC, cabe ao autor o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos do seu direito, ainda que minimamente.Tal regra tem aplicação inclusive nos casos sujeitos ao regramento do Código de Defesa do Consumidor, pois a prerrogativa de inversão do ônus probandi não é absoluta, especialmente em se tratando de fatos possíveis de serem demonstrados pelo autor/consumidor. A inversão do ônus da prova exige que o juiz, usando das regras comuns de experiência, verifique a verossimilhança das alegações autorais ou a sua hipossuficiência. No presente caso, o autor juntou aos autos apenas fotos do vazamento do seu imóvel, o que por si só, não demonstram que houve culpa da construtora ou que havia vício oculto na tubulação do apartamento.Assim, considerando que não restou constatado o vício oculto alegado pela autora, tem-se que o prazo de garantida do imóvel por vício de fabricação expirou em maio/2015, não havendo no que se falar em indenização por danos morais ou materiais.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603139-48.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Deyse Mara Rosa Auzier de Souza Advogado : Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (12723/AM) Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM) Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM) Advogado : Paulo Henrique de Souza Viana (12177/AM) Recorrido : Banco Bradesco S.a. Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL) Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO C/C DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. VENDA CASADA. SEGURO. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DO SEGURO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RESTITUIÇÃO CONCEDIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, DAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603272-87.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisco Helio Baia dos Santos Advogado : Isabela Farias Neves (7950/AM) Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA. AUTOR É BENEFICIÁRIO DE TARIFA SOCIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MATERIAL CONFIGURADO. DANO MORAL IN RE IPSA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. Decidem os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603306-21.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Lilia Monteiro de Aguiar Advogado : Jorge Henrique Silva de Melo (7999/AM) Recorrido : Banco Bmg S/A Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM) Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.- Em que pese o entendimento adotado pela eminente magistrada a quo, vislumbro que tal não merece prevalecer, uma vez que a matéria em questão já foi uniformizada, sendo despiciendo, pois, a atuação técnica de perito para qualquer esclarecimento, o que entendo autorizado pelos artigos 5º e 6º da Lei 9.099/95.- Dito isto, afasto a complexidade de causa reconhecida pela ilustre julgadora de piso e, considerando que o feito encontra-se devidamente instruído e maduro, passo ao julgamento do recurso, o que faço com esteio no art. 1.013, § 3º, I, do CPC.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- In casu, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim induzindo a recorrente em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.- Conforme expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- A abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de provas inequívocas acerca do negócio jurídico realizado, tem o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças ilícitas, sendo, pois, totalmente devida a repetição de valores na forma dobrada.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC, causando na consumidora profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio, características do dano imaterial, que reclama e merece a devida reparação.- Recurso conhecido e provido para reformar a sentença a quo e condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data, e R$ 354,44 (trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) a título de repetição do indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes

autos de Nº 0603306-21.2016.8.04.0020, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, no termos da ementa que integra o presente. Sala das Sessões, em Manaus, 7 de agosto de 2019. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603480-45.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : GEORGETE ALMEIDA GALVAO Advogado : Joelmir Ricardo Gonçalves (509/AM) Recorrido : Santa Helena Vinte e Um Empreendimentos e Participações Ltda. Advogado : Carlos Eduardo Rocha Cruz (73238/MG) Advogado : Caio Tasso S. Queiroz dos Santos (7556/AM) Advogado : Dyonisio Pinto Carielo (103723/MG)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO C/C DANOS MORAIS. CONSTRUTORA. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. DESISTÊNCIA DO ADQUIRENTE. RETENÇÃO ABUSIVA. RETENÇÃO INDEVIDA. ILEGALIDADE. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVIDA A RETENÇÃO DE 10% DO VALOR PAGO. TAXA DE CORRETAGEM DEVIDAMENTE PREVISTA EM CONTRATO. ANUÊNCIA. NÃO HÁ ILEGALIDADE NA COBRANÇA DA TAXA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603486-18.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : José Adilberto Lima da Silva Advogado : José Leite Neto (6506/AM) Recorrido : Banco Bradesco S.a. Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM) Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. NOME NEGATIVADO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. COBRANÇA REFERENTE À CARTÃO DE CRÉDITO JÁ CANCELADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DÉBITO. COBRANÇA INDEVIDA. PRÁTICA ABUSIVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL IN RE IPSA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL. DATA DOS JUROS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra o presente voto. Sala das Sessões, em Manaus, 9 de agosto de 2019. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603652-16.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Pedrina do Amaral Correa Pessoa Advogado : Edmilson Lucena dos Santos Júnior (6030/AM) Recorrido : Banco CSF S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) Recorrido : Carrefour Comércio e Indústria Ltda. Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIAS JÁ APRECIADAS E REEXAMINADAS. OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA CAUSA. VIA INADEQUADA. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO. Alega o embargante que houve contradição no acórdão de fls. 270, uma vez que o pagamento da fatura questionada foi realizado com atraso, o que justificaria o parcelamento da dívida.Dá análise dos autos, constata-se que muito embora o pagamento tenha se dado no mês seguinte ao vencimento da fatura, a quitação da dívida se deu antes do inicio do parcelamento, logo, após constatar o pagamento da dívida não poderia a ré ter procedido com a cobrança de forma parcelada. Elucidadas as questões controvertidas de conformidade com a apreensão extraída dos dispositivos normativos que lhes conferem tratamento legal pelo órgão julgador, não remanescendo nenhuma matéria pendente de examinação e se conformado a argumentação alinhada no decisório com a conclusão que estampa, a eventual dissintonia do julgado com o defendido pela parte não autoriza sua qualificação como contraditório, omisso ou obscuro, traduzindo o decidido simples manifestação de autonomia e independência de conformidade com o princípio da persuasão racional. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603808-38.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vivo S.a. Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO) Recorrido : Wirley Braga Moraes Advogado : Fabio Luis Sanches de Paula (8879/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. COBRANÇA DE SERVIÇO NÃO CONTRATADO. COBRANÇA INDEVIDA. PRÁTICA ABUSIVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO QUE SE IMPÕE. DANO MORAL IN RE IPSA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 15 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603846-69.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Eliane Barbosa dos Santos Advogado : Luís Alberto Correa (5117/AM) Recorrido : Águas do Amazonas S.A. Advogado : José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. Decidem os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603929-92.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado

Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda Advogada : Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM) Soc. Advogados : Denilza Maria Bezerra Pessoa (613/AM) Advogado : Caio Patrick Coelho Silva Andrade (13408/AM) Advogado : Isabelle Benlolo de Azevedo, Recorrida : Daniela de Souza Machado Advogada : Nilcilene Pereira Cavalcante (641A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. NÃO AUTORIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE MATERIAL CIRÚRGICO. DANO MORAL. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Da análise dos autos, tem-se que melhor sorte assiste ao recorrente. Não obstante diversas solicitações de materiais cirúrgicos por parte do médico do autor, inclusive com apresentação de justificativas, a empresa ré se negou ao fornecimento de material, limitando-se a sugerir a existência de outros materiais supostamente equivalentes.O consumidor que tem atendimento médico negado/retardado em razão da negativa de fornecimento de material cirúrgico por parte do plano de saúde suporta indiscutível dano moral, que desafia adequada reparação, pois, sem ciência dos fatos à sua volta, e sem contribuir para a sua ocorrência, é lesionado nas esferas da honra objetiva e subjetiva.Não há que se perquirir sobre a presença ou não de dolo ou de culpa da Recorrente, já que o art. 12 do CDC estabelece que a responsabilidade do fornecedor de serviços por danos ao consumidor é objetiva, isto é, independe de culpa.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 6.000,00).RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604178-80.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaucard S/A Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM) Advogada : Sigrid Lima Araújo (4574/AM) Recorrida : Maridélia Lopes do Nascimento Advogado : Carlos José Sales da Silva (11882/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE O ESTABELECIMENTO COMERCIAL E ADMINISTRADOR DO CARTÃO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS FIXADOS EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 8 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604211-26.2016.8.04.0020 - Apelação Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Manaus Energia S/A Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) Recorrente : CML COMERCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA AMAZÔNIA LTDA Advogada : Rosangela Lemos de Mello Guimarães (2747/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. FORNECIMENTO DE ENERGIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUMENTO EXCESSIVO NO VALOR DA FATURA. DÉBITO INDEVIDO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da emente que compõe o presente. Sala das Sessões, em Manaus, 9 de agosto de 2019. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604557-81.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a. Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) Recorrido : Expedito dos Santos Barros Advogado : Alexandre Gomes Ribeiro

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. ENCARGOS DE CONTA INATIVA. ILEGALIDADE. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL IN RE IPSA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. ART 55 DA LEI 9.099/95.- Da leitura dos autos extrai-se que o recorrente não demonstrou a licitude da dívida ensejo da negativação do nome do recorrido.- É cediço que, mesmo ausente a prova formal do pedido de enceramento da conta por parte do correntista, não é cabível a cobrança de qualquer taxa ou encargo, em razão da necessidade de observância do dever de lealdade derivado do princípio da boa-fé objetiva.- Evidenciada a inscrição indevida do nome do recorrido nos cadastros de devedores, os danos morais conformam-se in re ipsa.- Quanto ao valor da indenização moral, entendo que a quantia arbitrada pelo eminente magistrado de piso, no patamar de R$ 6.000,00 revela-se suficiente e razoável, devendo, pois, ser ratificada nesta instância.- Voto no sentido de negar provimento ao recurso, condenando o recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da condenação. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 8 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604585-86.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Direcional Engenharia S/A Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM) Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM) Recorrida : Amelia Silvana Coutinho Andrade de Oliveira Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM) Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.A parte autora aduz que, ao realizar contrato de

compra e venda junto ao requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativosDa análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, observo que o seguro consta como embutido no contrato, o qual foi totalmente redigido pelo réu, o que deixa transparecer de forma clara e inequívoca a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada.Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada apenas para modificar o valor de danos materiais para a quantia de R$ 2.281,85. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604592-63.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Antonio de Souza Teles Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM) Recorrido : Itavida Clube de Seguros Advogado : Bruno Silva Matos (99106/MG) Advogada : Mônica de Menezes Costa (10371/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. SEGURO DE VIDA COLETIVO. ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA. VENDA CASADA NÃO DEMONSTRADA. RENOVAÇÃO DE SEGURO COM ANUÊNCIA DO ESTIPULANTE. PREVISÃO LEGAL. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, DAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604689-75.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisco Morais Advogada : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM) Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA) Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.- Há na espécie evidente relação consumerista, subsumindo-se às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual. O consectário lógico da declaração de invalidade do negócio jurídico é a restituição do status quo ante (...).- Nesse particular, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim o induzindo em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira.- Insta salientar, que o contrato juntado às f.107/108 sequer está preenchido com os dados necessários, eis que o campo referente ao valor do saque/empréstimo, taxa de juros e demais dados estão todos ocupados com a seguinte informação: 0,00.- O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.- Conforme expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- A abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de prova inequívoca acerca do negócio jurídico realizado, tem o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças ilícitas, sendo, pois, totalmente devida a repetição de valores na forma dobrada.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC, causando no recorrente profundo sentimento de impotência e frustração e ludibrio.- Recurso conhecido e provido para reformar a sentença a quo e condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data, e R$ 5.597,10 (cinco mil quinhentos e noventa e sete reais e dez centavos) a título de reparação material, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. Decidem os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605174-63.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vivo S/A Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO) Recorrida : Marly da Cunha Ferreira Advogado : Carlos Rossato da Silva Avila (10309/MT)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. INCLUSÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INSURGÊNCIA DA RÉ. ALEGAÇÃO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR (SÚM. 385 DO STJ) NÃO COMPROVADA. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI 9.099/95.- Insurge-se a recorrente contra a sentença de piso, que julgou procedente a ação movida pela recorrida, ao fundamento de que a insurgente

não logrou êxito em demonstrar a regularidade da contratação e, por conseguinte, a legitimidade da inscrição.- Em suas razões, a recorrente deduz que a recorrida possui negativação anterior, incidindo, assim, a aplicação da súmula 385 do STJ, no entanto deixou a recorrente de comprovar tal circunstância, ônus que lhe incumbia (art 373, II do CPC).- Dessa feita, a sentença deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, na dicção do art. 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes desta ementa, servindo a presente súmula de julgamento como acórdão, utilizando-me dos fundamentos da sentença vergastada, como parte integrante do presente voto.- À guisa do exposto, VOTO no sentido de manter a sentença de piso, condenando a recorrente ao pagamento da custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% do valor da condenação. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa supra. Sala das Sessões, em Manaus, 7 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605189-10.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : NORMA SUELY MOREIRA SAMPAIO Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) Recorrido : OI - Telemar Norte Leste S/A Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ) Advogado : Daniel Coutinho da Silva (9122/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA POR SERVIÇO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. DANO MORAL DISPOSTO EM QUANTIA IRRISÓRIA. MAJORAÇÃO QUE SE FAZ NECESSÁRIA. FIXAÇÃO EM QUANTIA PROPORCIONAL E RAZOÁVEL. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 13 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605242-13.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Hildorley Lindoso Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM) Recorrido : Águas do Amazonas S.A. Advogado : José Alberto Maciel Dantas (3311/AM) Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM) Advogada : Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSISTENTES COBRANÇAS INDEVIDAS. AUTOR QUE NÃO POSSUI VÍNCULO COM A CONCESSIONÁRIA DE ÁGUA. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA QUANTO AO TEMA DA INDENIZAÇÃO MORAL. NO MAIS PERMANECE INCÓLUME. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 5 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605269-11.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a. Advogada : Kênia Bastos Andrade (4037/AM) Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC) Recorrido : Joacy Fernandes Levy Advogado : Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (3456/AM) Advogado : Isabela Esperança Machado (11024/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. INCLUSÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. DANO MORAL IN RE IPSA. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS FIXADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. ART 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 8 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605322-89.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Nonata de Oliveira Brito Advogado : Carolina Oliveira da Fonseca (10249/AM) Recorrido : Banco Bradesco S.a. Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) Recorrido : Supermercados DB Ltda.

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. DESCONTO EM DUPLICIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. DANOS MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. DEVER DE INDENIZAR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. Decidem os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 12 de agosto de 2019. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605359-38.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Danilo Nery Pereira Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM) Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) Recorrido : Banco de Crédito e Varejo S/A - Bcv (Nova Denominação do Banco Schahin S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS ALÉM DO CONTRATADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE DA COBRANÇA ALÉM DO CONTRATADO. PRÁTICA ABUSIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COBRANÇAS INDEVIDAS. DEVER DE INDENIZAR. DANO MATERIAL CONFIGURADO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO QUE SE IMPÕE. TRANSTORNOS E CONSTRANGIMENTOS AO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. Decidem os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 06 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605361-23.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado

Cível, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Águas do Amazonas S.A. Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) Recorrida : Maria do Perpétuo Socorro Felício Freitas Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO DANO MORAL IN RE IPSA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Decidem os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 08 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605437-81.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : A3 VEICULOS Advogado : Rubem Dario Barbosa Filho (9075/AM) Advogada : JÉSSICA LAIANA MARTINS ATHAÍDE (11673/AM) Recorrida : Edvaneide Lemos da Silva Advogado : Hader da Fonseca Almeida (10118/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. legação de AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO – excesso de execução acertadamente afastada, uma vez que o termo inicial dos juros foi fixado na fase de conhecimento,. Alegação de incorreção do termo inicial fixado para a atualização da dívida que não pode ser arguida nesta fase processual. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605439-65.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Cielo S/A Advogada : Maria Emilia Gonçalves de Rueda (13788/AL) Advogado : Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM) Advogado : Giacomo Dinelly Lima (9753/AM) Recorrida : Rosineia Moreira Campos Advogado : Ruy Guilherme Bechara de Oliveira

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. TRANSFERÊNCIA DE VALORES DE TRANSAÇÕES REALIZADAS MEDIANTE PAGAMENTOS EM MAQUINETAS ELETRÔNICAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PISO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento aos recursos interpostos, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 6 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0606081-53.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rubens Grecco Ramos de Araújo Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados Advogada : Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (10686/AM) Recorrido : Tim Celular S/A Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 8 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0606214-29.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM) Advogado : Nathacha Camara de Albuquerque (12164/AM) Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM) Recorrido : Luis Felipe da Costa Aragão Advogado : Wagner Jackson Santana (8789/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0606520-64.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Luciana de Fatima Rachid Said Martins Advogada : Bruna Jucá Salvatierra da Costa (10587/AM) Advogado : Daniel de Lima Albuquerque (6548/AM) Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) Advogado : Gustavo H. W. Tostes (1065/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO REVISIONAL C/C DANOS MORAIS. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. ÔNUS DA PROVA. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DEVER DE COMPROVAR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. AUMENTO DESPROPORCIONAL NOS VALORES DAS FATURAS DE ENERGIA. REVISÃO DETERMINADA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 24 de julho de 2019.

Processo: 0606622-49.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Isaiaz Silva de Oliveira Advogado : Paulo Felipe da Silva (10242/AM) Recorrido : Bom Negocio Atividades de Internet Ltda Advogado : Eduardo Chalfin (A1140/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE PROVAS. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PISO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 15 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0606697-33.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM) Recorrida : AMÉLIA LINA BOTELHO CAMPOS Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0606791-58.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vivo S.a. Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO) Recorrida : Maria Gama dos Santos Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO DENTRO DA ESFERA DO JUSTO E RAZOÁVEL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 14 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607005-49.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisca Aragão Martins Advogada : Alessandra Alves de Carvalho (A988/AM) Recorrido : Águas do Amazonas S.A. Advogada : Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM) Advogado : José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. PARCELAMENTO DE DÍVIDA. NEGATIVAÇÃO. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA ABUSIVA. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA ASSINADO PELA AUTORA. INEXISTÊNCIA DE PROVAS, PELO AUTOR, QUANTO AOS FATOS NARRADOS. DANOS MORAIS E MATERIAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA.Afirmou a requerente que realizou acordo junto a ré para parcelamento de dívida afim de evitar o corte o fornecimento de água, no entanto, alega que considera o valor cobrado abusivo, razão pela qual pleiteia a declaração de inexigibilidade do débito.Da análise dos autos, tem-se que a pretensão autoral não merece prosperar. No que toca ao ônus da prova, incumbe à parte autora a prova do fato constitutivo do seu direito, o que não restou demonstrado. No caso, não restou evidenciada a abusividade das faturas da autora, visto que encontram-se dentro da média de consumo, ressaltando, ainda, que a própria autora afirma que assinou termo de confissão e parcelamento de dívida, assumindo a responsabilidade do pagamento conforme o acordado.Nesse sentido, não restou comprovada a realização de ato ilícito pela ré, de modo a ensejar a indenização por danos materiais ou morais, devendo os pedidos da inicial serem julgados improcedentes.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa em face da gratuidade de justiça. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607014-26.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).

Recorrente : Santa Helena Oito Empreendimentos e Participações Ltda Advogado : Carlos Eduardo Rocha Cruz (73238/MG) Advogado : Dyonisio Pinto Carielo (103723/MG) Recorrida : Mirian Gomes Gualberto Advogado : Laécio Pereira Mineiro (7551/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. DIREITO POTESTATIVO DO CONSUMIDOR. NULIDADE DE CLÁUSULA QUE PREVÊ MULTA EM PATAMAR EXORBITANTE. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RETENÇÃO DE 10% DO VALOR PAGO PELO CONSUMIDOR. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 15 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607379-36.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Edezio Jesus Barroso de Araujo Junior Advogado : Florisvaldo Correia Souza Júnior (1917/RO) Recorrido : Instituto de Ensino Hilda Ferreira S/s Ltda. Advogado : Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. PRESTAÇÃO

DE SERVIÇO EDUCACIONAL. COBRANÇA DE MENSALIDADES ATRASADAS. INEXISTÊNCIA DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.A parte requeria da suscitou diversas preliminares em sua contestação, bem como no recurso interposto, estando entre elas a incorreção do valor da causa, que não merece acolhimento, uma vez que o autor apresentou os valores das mensalidades atrasadas com a devida atualização monetária, ressaltando, ainda, que se o réu se opõe aos valores apresentados, deverá demonstrar a quantia que considera devida, o que não fez.Quanto a alegação de irregularidade de representação por advogado, nos processos com valor da causa inferior a 20 salários mínimos, a representação por advogado é facultativa, não gerando nulidade no presente caso.Por fim, em relação a comprovação de condição de EPP, foram anexados o comprovante de Inscrição e Situação Cadastral, bem como a sua qualificação tributaria do ano anterior ao ajuizamento da demanda às fls. 18 e 29/34.Ante o exposto, rejeito todas as preliminares apresentadas.Passando a análise de mérito, em se tratando se ação de cobrança de mensalidades atrasadas, as alegações da parte autora teriam que ser elididas pela apresentação dos comprovantes de pagamento, por parte do réu, o que não aconteceu.Restou, portanto, comprovado a avença entre as partes, por meio do contrato às fls. 10/17 e o inadimplemento por parte do réu, pelo que o mesmo deve ser compelido a cumprir sua obrigação pactuada.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607542-26.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).

Recorrente : Banco Bmg S/A Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM) Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) Recorrido : Frank Pacheco da Silva Advogada : Francicleia da Silva Machado Matos (11119/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.- Há na espécie evidente relação consumerista, subsumindo-se às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- In casu, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim o induzindo em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.- Conforme expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- A abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de provas inequívocas acerca do negócio jurídico realizado, tem o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças ilícitas, sendo, pois, totalmente devida a repetição de valores na forma dobrada.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC, e causa no consumidor profundo sentimento de impotência, frustração e engano.- Recurso conhecido e não provido.- Sentença irretocável e mantida por seus próprios fundamentos, os quais adoto subsidiariamente.- Custas e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da causa. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 5 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607826-53.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Sabrina Miranda Advogado : Diego Américo Costa Silva (5819/AM) Advogada : Gabriela de Brito Coimbra (8889/AM) Recorrida : Valderlandia Castro Advogada : Diretora de Departamento de Trãnsito do Amazonas -DETRAN/AM, Srª. Mõnica Antony de Queiróz Melo

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. OFENSAS VERBAIS. AGRESSÃO FÍSICA. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. PROPORCIONALIDADE DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A decisão de primeiro grau não merece qualquer reparo, pois enfrentou, ainda que de forma sucinta, todas as questões pertinentes ao caso em comento.A requerida, em sua peça recursal, pouco ou nada disse sobre o mérito da causa, limitando-se em alegar que a autora deu causa às agressões sofridas, aduzindo a inexistência de dano moral.As agressões físicas e verbais proferidas pelo recorrente, comprovadas por meio de gravação de vídeo mostrada na audiência de instrução e julgamento, ultrapassam os limites da mera discussão, sendo hábeis a macular a honra da recorrida, acarretando significativa angústia e abalo psicológico.Para a configuração do dever de indenizar, seja em relação aos danos contratuais, seja no tocante aos extracontratuais, devem estar presentes os pressupostos responsabilidade civil, quais sejam: o dano, o ato ilício e o nexo de causalidade. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 8.000,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607830-50.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Governador do Estado do Amazonas Procurador : Luís Carlos de Paula e Sousa (1667/AM) Recorrida : Maria de Nazare Lazaro Costa Advogado : Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM) Advogado : Gustavo da Silva Grillo (7883/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C COBRANÇA DE FGTS PELO PERÍODO LABORADO. DECLARAÇÃO DE NULIDADE CONCEDIDA PELA NÃO OBSERVÂNCIA AO ART. 4º DA LEI 2.607/2000. CONDENAÇÃO DO ESTADO AO PAGAMENTO DO FGTS NOS MOLDES DO ART. 19-A DA LEI 8.036/90. CONCESSÃO PARCIAL. RECONHECIDA PRESCRIÇÃO EM PARTE DO PERÍODO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608015-46.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda Advogado : Érico Caboclo de Macedo (16315/PA) Recorrente : Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda Advogado : Caio Patrick Coelho Silva Andrade (13408/AM) Soc. Advogados : Denilza Maria Bezerra Pessoa (613/AM) Advogada : Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM) Advogado : Pedro Camara Junior (2834/AM) Advogado : Isabelle Benlolo de Azevedo, Recorrida : RAYNER CAROLINE PEREIRA DA SILVA Advogado : Adalberto Pereira Nobre Filho (9140/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. CANCELAMENTO INDEVIDO. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR DENTRO DA ESFERA DO JUSTO E RAZOÁVEL. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 31 de julho de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608069-94.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Fernando da Cruz Paredio, Advogado : Fernando Sam do Nascimento Nunes (10736/AM) Recorrido : Vivo S.a. Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO) Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO ENTRE AS PARTES. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 1º de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608112-80.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Carlisson Marcelo da Silva Vieira Advogada : Jocilia Temis da Silva Moraes (10644/AM) Advogado : Jocil da Silva Moraes (1298/AM) Recorrido : Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Npl Ipanema Iii Advogado : Cauê Tauan de Souza Yaegashi (357590/SP) Advogado : Glauco Gomes Madureira (188483/SP) Recorrido : Banco Santander S.a. Advogado : Elísia Helena de Melo Martini (1853/RN) Advogado : Henrique José Parada Simão (221386/SP)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA. INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. AUSÊNCIA DE PROVAS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de julho de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608441-43.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Alex Sandro dos Santos Almeida Advogado : Manoel Pedro de Carvalho (4890/AM) Recorrido : Vivo S.a. Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO ENTRE AS PARTES. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 1º de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608458-94.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Carlos Alberto Vieira dos Santos Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM) Recorrido : Banco Pan S/A Advogado : Felipe Andres Acevedo Ibanez (206339/SP)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. . DECISÃO: Vistos,

relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 31 de julho de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0609163-58.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) Recorrido : Anisio Carlos dos Santos Filho Advogado : Eduardo José Borges Guerra (5188/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PROTESTO INDEVIDO. DÍVIDA PAGA REGULARMENTE NOS TERMOS CONTRATUAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de julho de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0609634-30.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Telefonica Brasil S/A - Vivo S/A Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO) Recorrida : Ana Célia Santos Macena Advogado : Malber Souza Tavares (6455/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de julho de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0609892-55.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : João Máximo da Silva Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM) Recorrido : Banco Pan S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0610021-89.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).

Recorrente : Banco Bmg S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) Advogado : Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM) Recorrido : Ozane Nobre da Silva Soc. Advogados : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM) Advogada : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.- Há na espécie evidente relação consumerista, subsumindo-se às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- In casu, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim o induzindo em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.- Conforme expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- A abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de provas inequívocas acerca do negócio jurídico realizado, tem o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças ilícitas, sendo, pois, totalmente devida a repetição de valores na forma dobrada.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC, e causa no consumidor profundo sentimento de impotência, frustração e engano.- Recurso conhecido e não provido.- Sentença irretocável e mantida por seus próprios argumentos e fundamentos, os quais adoto subsidiariamente.- Custas e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da causa. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 5 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0610864-10.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado

Cível, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Aldemar Fernandes Praxedes Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM) Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ALEGAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DE CONTRATO. CONTRATO DEVIDAMENTE ASSINADO. RENOVAÇÃO DE EMPRÉSTIMO COMPROVADA. DANOS MORAIS INEXISTENTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, NÃO CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0610906-74.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM) Recorrido : Euler Santos Barbosa Advogada : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0610973-39.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Sergio Henrique Gomes do Nascimento Advogado : Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (6552/AM) Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA. O MAGISTRADO É DESTINATÁRIO DA PROVA E APTO ESTÁ À FORMAÇÃO DE SEU CONVENCIMENTO COM AS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de julho de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611265-87.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Justino Lima de Araujo Recorrido : Yeno Cassio Costa Correa Advogada : Gesla Lima Silva (13284/AM) Advogado : Rigoney Saraiva Amorim

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CIVIL. EMPRÉSTIMO DE VEÍCULO. CONTRATO VERBAL. NEGATIVA NA DEVOLUÇÃO DO BEM. LEGITIMIDADE ATIVA. DANO MATERIAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA.Inicialmente, quanto a alegação de ilegitimidade ativa, depreende-se do documentos de fls. 14, que a propriedade do veículo está em nome do autor, razão ela qual tal preliminar deve ser rejeitada.Dá análise dos autos, constata-se que o requerido em nenhum momento nega as afirmações autorais, limitando-se em suscitar irregularidades de âmbito processual.Nesse sentido, independentemente da desídia do autor em proceder com as cautelas necessárias ao ceder o veiculo ao réu, este continua sendo proprietário do bem, possuindo direito de reavê-lo ou ser indenizado com o alor pecuniário correspondente.O dano material se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. O dano moral, por sua vez, não restou caracterizado, uma vez que o próprio requerente concorreu para o resultado danoso ao deixar seu veículo por 2 anos em posse do requerido, sem firmar contrato ou qualquer outra medida assecuratória.Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos materiais no valor de R$ 21.808,00. Sobre a indenização por danos materiais, os juros de mora são contados a partir da citação (Art. 405 do Código Civil) e a correção monetária (INPC) desde o desembolso (Súmula n. 43 do STJ).Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611486-70.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM) Recorrido : Antonio Ribeiro Rodrigues Advogado : Agenor de Souza Lima (12863/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ALEGAÇÃO DE TEMPO DE ESPERA EXCESSIVO EM FILA DE BANCO. MERO DISSABOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611583-70.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vivo S.a. Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO) Recorrida : Sandra Maria dos Santos Souza Advogado : Cidiney Rodrigues Ferreira (46521/BA)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. SCORE NÃO CONFIGURA RESTRIÇÃO DE CRÉDITO. CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. SENTENÇA REFORMADA.Alegou a requerente que seu nome foi inscrito indevidamente nos cadastros de proteção ao crédito, pela dívida de R$ 101,53, que não reconhece.A requerida, por sua vez, alega que não houve negativação da autora, aduzindo, ainda, a legalidade da cobrança, uma vez que o serviço foi devidamente contratado. Dá análise dos autos, constata-se que o documento de fls. 10 não

representa uma restrição de crédito, e sim uma composição de histórico de crédito, chamada “scoring”, o que não gera dano moral presumido.Impende, ainda, salientar que a requerida comprovou a devida contratação do serviço pela autora, conforme fls. 123/127, o que gera o direito a uma contraprestação pecuniária, assim, deveria a autora comprovar o devido pagamento de suas faturas, de modo a demonstrar a abusividade das cobranças, o que não fez.Dessa forma, não restou demonstrado o cometimento de ato ilícito por parte da ré, de modo a ensejar a reparação por danos morais ou materiais.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar improcedentes os pedidos da inicial. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611669-41.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Uninorte - Centro Universitário do Norte Advogado : Roberto Trigueiro Fontes (692/AM) Advogado : Marcus Pires (214737/SP) Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) Recorrida : Paloma da Costa Oliveira Advogado : Mário Alberto da Fonseca Monteiro Junior (1431/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. ASTREINTES. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Inicialmente, cumpre salientar que não resta qualquer dúvida de que o banco réu se recusou, injustificadamente, a dar cumprimento à ordem judicial estabelecida inicialmente. Não se pode perder de vista que a multa diária é um meio de coação, um instrumento coercitivo cuja utilização pressupõe a necessidade de que a decisão judicial seja cumprida, e no menor tempo possível, em face do prejuízo que o atraso pode acarretar à parte que venceu a demanda. A quantia total arbitrada, em face do caso in concreto, mostra-se dentro dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0612161-33.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).

Recorrente : Sandra Brasil Nepomuceno Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM) Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM) Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM) Recorrido : Banco Bradesco S.a. Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP) Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC) Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (A995/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. SEGURO NÃO CONTRATADO. INSURGÊNCIA DO AUTOR APÓS CONSIDERÁVEL PERÍODO DE TEMPO. NÃO CONFIGURAÇÃO DO VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM AO JUDICIALIZAR A QUESTÃO. CONFIANÇA ILEGÍTIMA DO PRESTADOR DE SERVIÇOS QUE IMPUTA UNILATERALMENTE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS. COBRANÇA INDEVIDA. PRÁTICA ABUSIVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MATERIAL CONFIGURADO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO QUE SE IMPÕE. CLARA OCORRÊNCIA DE DANO MORAL. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 6 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0612684-16.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : OZINEI DOS SANTOS CHAVES Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) Recorrido : Banco Bradesco S.a. Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. VENDA CASADA NÃO CONFIGURADA. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO E CONSÓRCIO ESPECÍFICOS, REALIZADOS EM SEPARADO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS. CABIMENTO. ART 55 DA LEI 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA PELA CONCESSÃO DO GRATUIDADE JUDICIAL. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de julho de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0613545-31.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco Cartões S/A Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL) Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM) Recorrido : S de A Bermergui Contabilidade Advogada : Cinthia Cristiane dos Santos Silva (2302/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS. FASE EXECUTÓRIA. EMBARGANTE QUE NÃO CUMPRIU TEMPESTIVAMENTE A OBRIGAÇÃO. MULTA ASTREINTES. VALOR EXCEDENTE AO DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL POR DESÍDIA DO DEVEDOR. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 13 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0614118-40.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM) Recorrida : Antonina Correa de Souza Advogado : Penelope A. Antony Lira (7357/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0614411-39.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Santander S.a. Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS) Recorrente : Pacto Leilões Recorrido : Ecly Januário de Oliveira Advogado : Danielle Pereira de Oliveira (3990/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COMPRA DE AUTOMÓVEL POR MEIO DE LEILÃO. EXISTÊNCIA DE MULTA ANTERIOR AO ARREMATE. DANO MATERIAL. DANO MORAL. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No presente caso, a requerida não trouxe qualquer elemento de prova capaz de elidir as alegações autorais, limitando-se a alegar a inexistência de danos morais ou materiais.Assim, restou comprovado nos autos que a multa no valor de R$ 104,15, é referente a infração cometida em 25/03/2017, data anterior ao arremate do veículo, em 20/02/2018, conforme fls. 14/15. Dessa forma, mostra-se cabível a indenização do autor em face aos prejuízos sofridos.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentadaQuanto à fixação do valor da condenação (R$ 9.980,00), posto que, ao malefício experimentado pelo autor, se aparenta proporcional quantia de R$ 2.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada no sentido de se alterar somente o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 2.000,00. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0614963-38.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Espólio de Manuel Campos de Oliveira Advogado : Jorge Henrique Silva de Melo (7999/AM) Recorrido : Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS) Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. ALEGAÇÃO DE NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. CABE AO AUTOR O ÔNUS DA PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES (ART. 333, I CPC). PAGAMENTO DA PARCELA NÃO COMPROVADO. INEXISTÊNCIA DE PROVAS, PELO AUTOR, QUANTO AOS FATOS NARRADOS. RECURSO NÃO PROVIDO.De acordo com a disposição contida no art. 333, I do CPC, cabe ao autor o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos do seu direito, ainda que minimamente.Tal regra tem aplicação inclusive nos casos sujeitos ao regramento do Código de Defesa do Consumidor, pois a prerrogativa de inversão do ônus probandi não é absoluta, especialmente em se tratando de fatos possíveis de serem demonstrados pelo autor/consumidor. A inversão do ônus da prova exige que o juiz, usando das regras comuns de experiência, verifique a verossimilhança das alegações autorais ou a sua hipossuficiência. No presente caso, o autor não logrou comprovar a sua adimplência perante a requerida, ressaltando, ainda, que o comprovante de fls. 32 encontra-se ilegível, não sendo possível determinar a qual parcela este se refere.Impende salientar que a própria consulta das parcelas pagas juntadas pelo autor às fls. 25/31, não consta o pagamento da parcela nº 58, com vencimento em 02/01/2016, o que demonstra a inadimplência. Não demonstrado, por elementos mínimos de prova, os fatos alegados, correta a decisão do juiz que julga improcedente os pedidos da inicial. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0615887-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).

Recorrente : Claro S/A Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG) Recorrido : Sarita Batista de Lima Nascimento M.e Advogada : Bruna Carvalho dos Santos (11179/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. COBRANÇA DE SERVIÇO NÃO CONTRATADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONTRATO NÃO APRESENTADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. PESSOA JURÍDICA. DANO MORAL CONFIGURADO. OFENSA À HONRA OBJETIVA. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI 9.099/95.- Tratando-se de relação de consumo, o ônus probatório é encargo do fornecedor de serviço, segundo o art. 6º, VIII do CDC, que deve, a fim de frustrar as pretensões do consumidor, provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo da parte ex adversa (art. 373, II do CPC e art. 14, § 3º do CDC). - In casu, a recorrente não logrou comprovar a contratação do serviço questionado, a fim de legitimar as cobranças realizadas. - Cumpre ressaltar a desídia administrativa em resolver o problema, tendo a consumidora que despender de tempo útil de seu dia a dia e enfrentar diversos entraves burocráticos para, ao fim, receber resposta negativa, socorrendo-se apenas no Judiciário. - Pertinente, portanto, a declaração de inexigibilidade do débito e a condenação em danos morais, visto que a abusividade com que a recorrente se valeu de sua superioridade econômica e técnica em relação à recorrida fez com que esta tivesse sua honra objetiva manchada ao ter o CNPJ negativado indevidamente.- O quantum arbitrado se encontra dentro da esfera do proporcional e razoável, sendo apto a incutir a medida punitivo-pedagógica ínsita ao instituto e insuficiente para gerar enriquecimento sem causa à consumidora. - Recurso conhecido e improvido. - Sentença irretocável e mantida por seus próprios fundamentos, os quais adoto subsidiariamente.- Custas processuais e honorários advocatícios devidos pelo recorrente, em 20% sobre o valor da condenação. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 12 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0615998-67.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM) Recorrida : Cristiane Leite da Silva

Souza Advogado : Alyne Coelho Oliveira (731/RR)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, DAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0616199-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Muna Amado Ali Hajoj Advogada : Ana Lúcia Salazar de Souza (7173/AM) Recorrente : Mamoun Yousef Abdel Hameed Imwas Recorrido : Assad Corretagem de Imóveis Ltda Advogado : Marcelo Abdon Kizem (2138/AM) Recorrido : Mohamad Hassan Assad

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE SEGURANÇA DO JUÍZO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PISO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 13 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0618164-04.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : BANCO DAYCOVAL S/A Advogado : Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (1183/AM) Recorrida : Dalcimar de Souza Monteiro Advogado : Paulo Roberto Arce Nicolau (8226/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. REFINANCIAMENTO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA . CONTRATO DE REFINANCIAMENTO ANEXADO AOS AUTOS. DESCONTOS DEVIDOS. DANO MORAL E MATERIAL NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. Alegou a autora que realizou contrato de empréstimo bancário junto a ré, acreditando já ter sido integralmente quitado, contudo os descontos persistem até a data do ajuizamento da ação.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.Dá análise dos autos, constata-se que a requerida logrou comprovar a contratação de dois refinanciamentos, conforme contratos de fls. 157/158 e 162/163, sendo estes devidamente assinados pela autora, o que demonstra sua ciência acerca de todos os termos da contratação.Impende salientar que o valor dos contratos equivalem ao valor dos descontos e as datas previstas para quitação são em 20/05/2025 e 20/03/2021, respectivamente. Assim, restou demostrado que o banco réu agiu em exercício regular de direito ao realizar descontos de refinanciamento devidamente contratado, inexistindo dever de indenizar por danos morais ou materiais.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar improcedentes os pedidos da inicial. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0618299-50.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a. Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC) Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (A995/AM) Recorrido : Marcio Leal Mendonça Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. MANUTENÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS FIXADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. ART 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de julho de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0618344-54.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM) Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE) Recorrido : Jorge Luiz Joseph Advogado : Fernanda Prestes de Lima (8776/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA. NÃO HÁ COMPLEXIDADE NA CAUSA. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0618365-30.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Aliança Incorporadora Ltda Advogado : José Mario de Carvalho Neto Advogada : Sarah Georgia de Figueiredo (10631/AM) Recorrido : Arthur de Freitas Lisboa Advogado : Ricardo Alan Monteiro Batista (8084/AM) Recorrido : Pdg Construtora e Incorporadora Advogado : Fábio Rivelli (1119A/AM) Advogado : Fabio Rivelli (297608/SP)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. IMÓVEL ENTREGUE SEM FIAÇÃO ELÉTRICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. SERVIÇO ESSENCIAL. DEVER DE INDENIZAR. DANOS

MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 3 de julho de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0618727-95.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisca da Costa Lima Advogado : Moises Cavalcante G. de Oliveira (5912/AM) Advogado : José de Jesus Gouvêa Oliveira Junior (10793/AM) Advogada : Maria Auxiliadora Cavalcante de G. Oliveira (6102/AM) Recorrido : Banco Bradesco S.a. Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS A TÍTULO DE "MORA VIDA E PREVIDÊNCIA". CABE AO AUTOR O ÔNUS DA PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES (ART. 333, I CPC). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DAS PARCELAS. DANO MORAL E MATERIAL NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA.De acordo com a disposição contida no art. 333, I do CPC, cabe ao autor o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos do seu direito, ainda que minimamente.Tal regra tem aplicação inclusive nos casos sujeitos ao regramento do Código de Defesa do Consumidor, pois a prerrogativa de inversão do ônus probandi não é absoluta, especialmente em se tratando de fatos possíveis de serem demonstrados pelo autor/consumidor. A inversão do ônus da prova exige que o juiz, usando das regras comuns de experiência, verifique a verossimilhança das alegações autorais ou a sua hipossuficiência. No presente caso, os descontos questionados, qual seja, "mora cred pess" e "mora vida e previdência", se dão quando não há o pagamento integral das parcelas de um contrato. Assim, se a autora aduz a regular contratação do titulo de capitalização, deve a mesma comprovar o seu regular pagamento, de modo a demonstrar a abusividade dos descontos a titulo de "mora cred pess".Nesse sentido, não restou demostrado ato ilícito cometido pela ré de modo a ensejar os danos morais e materiais pleiteados pela autora.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0620385-91.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE) Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM) Soc. Advogados : Wilson Sales Belchior (1037/AM) Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM) Recorrido : Antonio Jose Gomes Amorim Advogado : Manoel Eduardo dos Santos Assis (9613/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER dos Embargos e no mérito, NEGAR ACOLHIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0620649-74.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada : Lígia de Souza Frias (1074A/AM) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) Recorrido : Arquidiocese de Manaus CENTRO PASTORAL DE SÃO JORGE Recorrido : Agostinho Odorizzi Advogado : Franciane Monteiro Cavalcante (6934/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA. COBRANÇAS ACIMA DO CONSUMO MEDIDO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO A LEGALIDADE DA COBRANÇA. RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO EM EXCESSO. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SENTENÇA MANTIDA.Da análise dos autos, constata-se que o cerne da questão consiste na abusividade dos valores das faturas de energia, emitidas pela concessionária ré, as quais não correspondem ao real consumo da Unidade Consumidora. Tratando-se de demanda derivada de relação de consumo, o "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.Nessa esteira, considerando que o autor pontuou de forma objetiva e clara as razões de seu inconformismo com as cobranças, deveria a requerida comprovar nitidamente a regularidade das cobranças, o que não fez.Assim, resta evidenciado o ato ilícito praticado pela requerida, eis que, sem causa subjacente, realizou cobranças abusivas, tendo, sem dúvida, causado grande transtorno e sofrimento ao autor, razão pela qual deve a ré responder pelos danos morais pleiteados.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 5.000,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0620674-24.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A Soc. Advogados : Mara Lucia Antony (598/AM) Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM) Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) Recorrido : Rodrigo Otávio Borges Melo Advogado : Rodrigo Otávio Borges Melo (6488/AM) Advogado :

Anneson Frank Paulino de Souza (11981/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. REDUÇÃO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA.A parte autora aduz que, ao contratar cartão de crédito junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativosDa análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, observo que a requerida não trouxe aos autos o contrato com as devidas informações acerca do aludido seguro devidamente assinado pelo consumidor, de mogo a legitimar as cobranças realizadas. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada.Quanto à fixação do valor da condenação (R$ 6.000,00), posto que, ao malefício experimentado pelo autor, se aparenta proporcional quantia de R$ 2.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções.Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos materiais no valor de R$ 38,50, bem como danos morais no valor de R$ 2.000,00. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0620691-60.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : PAULO ROBERTO OLIVEIRA SERRA PINTO JÚNIOR Advogada : Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (9978/AM) Advogado : Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera Recorrida : OLIVIA CAROLINA DE OLIVEIRA SERRA PINTO Advogado : Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACADÊMICOS. COBRANÇA INDEVIDA. DÉBITOS DEVIDAMENTE QUITADOS HÁ MAIS DE 10 ANOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 14 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0621276-78.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : José Carlizio da Silva Ramos Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM) Advogado : Alexandre Gomes Ribeiro Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA. ALEGAÇÃO DE COBRANÇAS INDEVIDAS DE PERÍODO ANTERIOR À OCUPAÇÃO DO IMÓVEL. DÍVIDA HERDADA PELO AUTOR. COBRANÇA DEVIDA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Muito embora a cobrança de faturas de energia não possua caráter propter rem e sim de natureza pessoal, no presente caso, a anterior titular da unidade consumidora é genitora do recorrente, logo, com o seu falecimento, o autor herda tanto o patrimônio deixado, quanto as dívidas decorrentes dos bens, até o limite da herança.Dessa forma, o débito imputado ao autor é devido, inexistindo ato ilícito cometido pela ré capaz de ensejar a reparação por danos morais ou materiais, devendo a ação ser julgada totalmente improcedente.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0621880-39.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jordan Albuquerque Simonetti de Melo Advogado : Eduardo Alvarenga Viana (6032/AM) Recorrida : Emanuelle Teles Advogado : Oyama Cezar Rocha Magalhães (1970/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. OFENSAS VERBAIS. AGRESSÃO FÍSICA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SENTENÇA MANTIDA.Dá análise dos autos, restou incontroverso entre as partes, que a requerida proferiu ofensas verbais ao autor, além de publicar outros insultos na rede social "Whatsapp".As agressões verbais proferidas pelo recorrente, comprovadas pelos documentos dos autos, ultrapassam os limites da mera discussão, sendo hábeis a macular a honra da recorrida, acarretando significativa angústia e abalo psicológico. Para a configuração do dever de indenizar, seja em relação aos danos contratuais, seja no tocante aos extracontratuais, devem estar presentes os pressupostos responsabilidade civil, quais sejam: o dano, o ato ilício e o nexo de causalidade. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 3.000,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado

do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0621958-67.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Itavida Clube de Seguros Advogado : Bruno Silva Matos (99106/MG) Recorrido : Rosa Lima de Sousa Advogado : Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM) Advogado : Dyogo Rodrigues de Oliveira (11920/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA AFASTADA. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO REGULADA PELO CDC. CONTRATO DE SEGURO. PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA QUE DEVERIA OCORRER UMA ÚNICA VEZ. NECESSIDADE DE ANUÊNCIA EXPRESSA DO SEGURADO DEPOIS DE REALIZADA A PRIMEIRA RENOVAÇÃO. DANO MATERIAL E MORAL. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Trata-se de ação visando o pagamento de indenização pecuniária em face de prejuízos alegados como sofridos.A preliminar de incompetência não merece prosperar, eis que a ICATU SEGUROS, no contrato de seguro de vida em grupo, atuou como mera mandatária, e neste sentido, responde apenas pelos atos que extrapolarem o mandato, não havendo necessidade de sua inclusão na lide. No que toca a prejudicial de mérito, argumentou o Réu que a pretensão da Autora fora fulminada pela prescrição ânua, que se regula pelo art. 206, §1°, II, "b" do CC. De igual forma, tem-se que esta não merece prosperar. É evidente que o caso em apreço não diz respeito a execução de contrato de seguro (ação para pagamento de indenização), mas sim ao reconhecimento judicial da inexistência do pacto securitário e restituição dobrada de valores indevidamente descontados, cujo prazo prescricional deve ser regulado pelo art. 27 do CDC, justamente por versar sobre reparação de danos causados por fato de serviço. Quanto ao mérito, relata a autora que realizou contrato de seguro junto ao banco requerido. Alega que o contrato teria vigência de um ano, prorrogável por igual período, aduzindo, por fim que até hoje esta sendo descontado de seu contracheque os valores referentes a tal seguro. Em sua defesa, a instituição financeira ré alega que a autora era vinculada a uma apólice, que se renovava com base em cláusula estipulada no contrato.Como julgador de inúmeros processos que versam sobre contrato de seguro de vida coletivo, contratado pelos funcionários da Secretaria Municipal de Limpeza Pública, caminhava-se com o posicionamento de considerar dispensável a anuência expressa do segurado nas renovações do seguro, cuja manifestação era suprida pelo estipulante. No entanto, considerando o princípio do livre convencimento motivado do juiz, bem como o fato do direito estar em constante movimento e evolução, entendo por modificar meu entendimento, de modo a considerar imprescindível a anuência expressa do segurado quanto as renovações do seguro coletivo em questão.Explica-se. Da análise das condições do contrato, constata-se que as apólices de número foram contratadas com vigência de um ano, tendo sido estabelecido, ainda, que o contrato poderia ser reconduzido automaticamente, por igual período, uma única vez, devendo as demais renovações posteriores serem efetuadas de forma expressa. Nessa esteira, resta incontroverso, porque sem divergência entre as partes, a anuência da autora quanto a primeira renovação (automática), não sendo mais renovada, por ela, a partir deste momento. Tal fato se confirma pela análise de todos os documentos de renovação posteriores anexado aos autos, eis que não se verifica assinatura da Autora em documento de autorização expressa de renovação da apólice, na sua condição de beneficiária. Ainda assim, os descontos dos serviços continuaram a ser lançados nos vencimentos da Autora, que não mais ostenta condição de segurada, o que denota o procedimento abusivo de cobrança de débito desprovido de higidez e lastro de origem, dando direito aos danos materiais e morais peliteados.Quanto aos danos morais, a prova se dispensa, dada a sua impossibilidade de concreção, bastando a comprovação do ato ilícito porquanto se deduz o dano moral da própria ação ilícita. No dizer de Sérgio Cavalieri Filho: "o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto, está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum".A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. Quanto aos danos materiais, a repetição do indébito dobrada é medida que se impõe, ante a inequívoca cobrança indevida. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0621993-27.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Franck Rennãn Gama de Souza Advogado : Johnny Wollaxce Maciel de Araújo (13399/AM) Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) Defensor P : Manuela Cantanhede Veiga Antunes Recorrido : André Luiz Ferreira da Silva Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM) Advogado : Wagner Jackson Santana (8789/AM) Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ALEGAÇÃO DE OFENSAS VERBAIS. MERO ABORRECIMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA.Alegou o recorrente que é membro da União dos Escoteiros do Brasil, e que durante uma das reuniões do conselho, o requerido teria afirmado que "o associado em questão apresenta diversos problemas de conduta, inclusive com jovens de seu grupo".O requerido, por sua vez, alegou que a frase mencionada na inicial havia sido tirada de contexto, afirmando, ainda, a existência de processo administrativo que excluiu o autor do quadro de associados após denúncias de pais e membros associados.Dá análise dos autos, constata-se que independentemente do processo administrativo citado, a frase dita pelo requerido, por si só, não possui caráter ofensivo, uma vez que apenas atribui ao autor "problemas de conduta", não tendo o réu controle acerca das interpretações maliciosas feitas por terceiros.Na interpretação dos fatos passíveis de serem tidos como geradores do dano moral, é pacifico o entendimento segundo o qual os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes próprios da vida em sociedade, não geram o dever de indenizar, ainda que tenham impregnado no atingido pelo ocorrido certa dose de amargura, pois a reparação do dano moral não tem como objetivo amparar sensibilidades afloradas ou suscetibilidades exageradas, denotando que nem toda a ofensa gratuita ou transtorno casual e passível de gerá-la, e não autoriza o deferimento de qualquer compensação em decorrência de compreensíveis deficiências nos serviços prestados ao consumidor, de forma a qualificar como sendo o cometimento de um ilícito.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0622736-03.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : José Teixeira Mascarin Defensor P : Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM) Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado : Caio Cesar Fernandes da Cruz (154217/MG) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) Advogado : Luis

Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FRAUDE NO RELÓGIO MEDIDOR DE ENERGIA, APURADA EM PROCEDIMENTO UNILATERAL PELA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. IMPOSSIBILIDADE. COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 14 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0622758-95.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaucard S/A Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE) Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM) Recorrido : David Santana da Silva Advogado : Joelmir Ricardo Gonçalves (509/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ACÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZA/CÃO POR DANOS MORAIS. AQUISIÇÃO VEÍCULO. CONTRATO DE ARREDAMENTO MERCANTIL. BAIXA DO GRAVAME NÃO EFETIVADA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (RESPONSABILIDADE OBJETIVA). DANOS MORAIS CONFIGURADOS IN RE IPSA. NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0622938-77.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Norte Editora Ltda - Me (Jornal Amazonas Em Tempo) Advogado : Beatriz Batista dos Santos (295353/SP) Advogado : Alexsander do Nascimento Cordeiro (13832/AM) Recorrido : Wilson Ferreira Silva Advogado : Adriana Freitas de Mattos (11236/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. NOTÍCIA VEICULADA EM JORNAL. INFORMAÇÕES EQUIVOCADAS. ABUSO DO DIREITO DE LIBERDADE DE IMPRENSA. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. A responsabilidade civil da empresa jornalística não é de ordem objetiva, dependendo da culpa (artigos 186 do Código Civil , 49 e 50, ambos da Lei 5.250 /67 - Lei de Imprensa) e também do nexo de causalidade entre o ato e o dano que se busca ressarcir, tal como se requer em ações de índoles indenizatórias do campo privado. No presente caso, a requerida publicou matéria afirmando que o filho do autor possui longa ficha criminal, atribuindo ao de cujus a autoria dos crimes de desacato, homicídio, qualificado e porte ilegal de arma de fogo.Dá análise dos autos, constata-se que a requerida atribuiu ao filho do requerido a autoria de todos os crimes vinculados ao nome “Elvis dos Santos Silva”, sem conferir se o de cujus era de fato o acusado de tais delitos, ou se tratava de pessoas com o mesmo nome do filho do autor.Nas publicações da imprensa em geral, admite-se o animus narrandi que não exceda os limites necessários e efetivos da narrativa. Ultrapassados referidos limites, surge o animus injuriandi, a caracterizar abuso da liberdade de imprensa, de molde a acarretar ressarcimento de dano moral, nos termos dos artigos citados. No animus narrandi há de se preservar a imagem como garantia da dignidade da família e das pessoas queridas envolvidas. Nesse sentido, restou claro nos autos a ofensa à imagem do filho do requerente, sendo hábeis a macular a honra do recorrido, acarretando significativa angústia e abalo psicológico.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 10.000,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0623872-35.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a. Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM) Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) Recorrido : Otavio Severino Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA TÃO SOMENTE PARA REDUZIR O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar parcial provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 12 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0626491-35.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).

Requerente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) Requerida : Girlane Holland Advogado : Paulo Felipe da Silva (10242/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA DE MULTA POR FRAUDE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DE AUTORIA DA FRAUDE POR PARTE DO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI 9.099/95.- Tratando-se de

relação de consumo, o ônus probatório é encargo do fornecedor de serviço, segundo o art. 6º, VIII do CDC, que deve, a fim de frustrar as pretensões do consumidor, provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo da parte ex adversa (art. 373, II do CPC e art. 14, § 3º do CDC). - In casu, a recorrente não logrou comprovar que a fraude foi efetivamente perpetrada pelo consumidor e tampouco comprovou que procedeu de maneira a garantir o contraditório e a ampla defesa no procedimento de apuração. - Cumpre ressaltar a desídia administrativa em resolver o problema, tendo a consumidora que despender de tempo útil de seu dia a dia e enfrentar diversos entraves burocráticos para, ao fim, receber resposta negativa, socorrendo-se apenas no Judiciário. - Pertinente, portanto, a repetição de indébito e a condenação em danos morais, visto que a abusividade com que a recorrente se vale de sua superioridade econômica e técnica faz surgir em seus consumidores grave sensação de ludibrio e impotência, gerando o abalo psíquico-emocional necessário à reparação pleiteada. Sobretudo quando considerada a falta de contraditório nos processos de apuração das alegadas fraudes, em franco desrespeito a mandamento basilar do estado democrático de direito brasileiro.- O quantum arbitrado, no montante de R$ 5.000,00, se encontra dentro da esfera do proporcional e razoável, sendo apto a incutir a medida punitivo-pedagógica ínsita ao instituto e insuficiente para gerar enriquecimento sem causa à consumidora. - Recurso conhecido e improvido. - Sentença irretocável e mantida por seus próprios fundamentos. - Custas processuais e honorários advocatícios devidos pelo recorrente, em 20% sobre o valor da condenação. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 7 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0628411-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Nazareth das Gracas Otero Leitao Advogado : Yuri Evanovick Leitao Furtado (10225/AM) Recorrido : Booking. com Brasil Serviços de Reservas Ltda.

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. RESERVA EM HOTEL. AUSÊNCIA DE CANCELAMENTO POR PARTE DA CONSUMIDORA. COBRANÇA DEVIDA. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM VIRTUDE DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 13 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0628507-59.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).

Recorrente : Águas do Amazonas S.A. Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM) Recorrido : Maria Marta Ferreira Batista Advogado : Renato Fernandes Mariano (8246/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS. COBRANÇA INDEVIDA DE TARIFA DE ESGOTO. SERVIÇO NÃO PRESTADO. DANO MATERIAL CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 7 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0629533-92.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).

Recorrente : Águas do Amazonas S.A. Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM) Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671/AM) Recorrido : Lourival Ribeiro da Silva Advogado : Renato Fernandes Mariano (8246/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA. HIDRÔMETRO NÃO INSTALADO. COBRANÇA ACIMA DA TARIFA MÍNIMA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DA LEGALIDADE DAS COBRANÇAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI 9.099/95.- Tratando-se de relação de consumo, o ônus probatório é encargo do fornecedor de serviço, segundo o art. 6º, VIII do CDC, que deve, a fim de frustrar as pretensões do consumidor, provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo da parte ex adversa (art. 373, II do CPC e art. 14, § 3º do CDC). - In casu, a recorrente não logrou comprovar a legalidade das cobranças, vez que não apresentou qualquer prova de como calculou o consumo da residência do recorrido, vez que esta não possui hidrômetro instalado, sendo impossível a aferição correta e justa da utilização do serviço essencial.- Cumpre ressaltar a desídia administrativa em resolver o problema, tendo a consumidora que despender de tempo útil de seu dia a dia e enfrentar diversos entraves burocráticos para, ao fim, receber resposta negativa, socorrendo-se apenas no Judiciário. - Pertinente, portanto, a repetição de indébito e a condenação em danos morais, visto que a abusividade com que a recorrente se vale de sua superioridade econômica e técnica faz surgir em seus consumidores grave sensação de ludibrio e impotência, gerando o abalo psíquico-emocional necessário à reparação pleiteada. Mormente quando considerado que o consumidor, por anos, teve de pagar cobranças que não refletiam o seu real consumo, sendo fruto do puro arbítrio da concessionária.- O quantum arbitrado, no montante de R$ 5.000,00, se encontra dentro da esfera do proporcional e razoável, sendo apto a incutir a medida punitivo-pedagógica ínsita ao instituto e insuficiente para gerar enriquecimento sem causa à consumidora. - Recurso conhecido e improvido. - Sentença irretocável e mantida por seus próprios fundamentos. - Custas processuais e honorários advocatícios devidos pelo recorrente, em 20% sobre o valor da condenação. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 7 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0642647-77.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : O Estado do Amazonas Procurador : Debora Bandeira Koenow (12898/AM) Recorrida : Marivania Holanda da Silva Advogado : Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (2978/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PRORROGAÇÕES SUCESSIVAS. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO POR AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. DIREITO AO

LEVANTAMENTO DO FGTS. RECURSO NÃO PROVIDO.A Constituição Federal, em seu art. 37, IX, prevê: a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Neste sentido, o Poder Legislativo do Estado do Amazonas elaborou a Lei 2.607/2000, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e do artigo 108, §1º, da Constituição do Estado, ali estabelecendo o prazo determinado das contratações, bem como as possíveis prorrogações. De logo, verifica-se que o recorrente não observou a improrrogabilidade de qualquer dos prazos ali previstos, tendo o recorrido exercido a função por prolongado período, em nítida violação a legislação pátria. Por esta razão, comprovado nos autos que o Estado não respeitou o caráter temporário e excepcional da contratação, deve ser mantida incólume a sentença proferida pelo juiz a quo, eis que ponderou corretamente todas as questões do caso em comento.O direito do trabalhador ao depósito do FGTS subsiste ainda quando declarada a nulidade da contratação temporária realizada nos moldes do art. 37 , IX , da CF/88 . Essa orientação foi consagrada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do AI 767.024-AgR, de relatoria do Min. DIAS TOFFOLI (Primeira Turma, DJe 24.4.2012). Igualmente, o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, assentou que declaração de nulidade do contrato de trabalho, em razão da ocupação de cargo público sem a necessária aprovação em prévio concurso público, equipara-se à ocorrência de culpa recíproca, gerando para o trabalhador o direito ao levantamento das quantias depositadas na sua conta vinculada ao FGTS (REsp 1.110.848/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe 3.8.2009). O FGTS, por não ter natureza de imposto ou de contribuição previdenciária, não tem a sua base de cálculo atrelada à natureza jurídica da verba paga ao trabalhador, sendo irrelevante a característica remuneratória ou indenizatória das quantias que, por determinação legal, integram o salário de contribuição. Apenas as verbas expressamente delineadas em lei podem ser excluídas do alcance de incidência do FGTS, nos termos do art. 15 , § 6º, da Lei 8.036 /90.Também não assiste razão ao autor no que tange ao pedido férias proporcionais (2016/2017), eis que seu desligamento ocorreu no 11o mês do período aquisitivo de 2015/2016. Recurso conhecido e não provido. Sem condenação em custas e honorários. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 4000017-32.2019.8.04.0901 - Mandado de Segurança Cível, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Impetrante : XUFENG WANG Advogado : Raphael Coelho da Silva (7998/AM) Impetrado : JUIZ DE DIREITO DA 15ª VARA DO JEC LitsPassiv : MARIA JOSÉ NOBRE Advogado : Glaúcio Lopes Monteiro (5781/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADO ESPECIAL. RECORRENTE COMPROVA O RECOLHIMENTO DO PREPARO, MAS DEIXA DE RECOLHER AS CUSTAS PROCESSUAIS, CONFORME O PROVIMENTO 256 DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. DESPESAS JUDICIAIS ENGLOBAM O PREPARO RECURSAL E AS CUSTAS. DEVIDO O PAGAMENTO DAS CUSTAS EM 48 HORAS CONTADAS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA TANTO. DESERÇÃO. SEGURANÇA DENEGADA . . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER e DENEGAR ASEGURANÇA ao mandamus, nos termos da ementa que integra a presente decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 31 de julho de 2019. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 4000134-10.2018.8.04.9000 - Agravo de Instrumento, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Agravante : O Estado do Amazonas Advogada : Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM) Agravado : GERARD MAXIMILIANO RODRIGUES DE SOUZA

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FEITO PRINCIPAL SENTENCIADO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. RECURSO PREJUDICADO E NÃO CONHECIDO.- Insurge-se o recorrente contra a decisão liminar proferida no processo principal de nº 0605507-72.2018.- Compulsando os autos, constato que o aludido feito já foi julgado, conforme sentença de f.290/293 do mencionado processo, não havendo mais o que se discutir em relação à liminar antes concedida.- Nessa esteira, havendo a superveniente perda do objeto deste agravo, resta totalmente prejudicada a sua análise.- Acerca do tema: "Agravo de Instrumento. Obrigação de fazer c./c. repetição do indébito. Recurso interposto em face de decisão de indeferimento de tutela de urgência. Agravo de instrumento prejudicado pela perda superveniente do objeto em razão do sentenciamento do feito. Recurso NÃO CONHECIDO.(TJ-SP - AI: 21718003820188260000 SP 2171800-38.2018.8.26.0000, Relator: L. G. Costa Wagner, Data de Julgamento: 22/01/2019, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/01/2019)"- Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, eis que PREJUDICADO.- SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 6 de agosto de 2019. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 4000155-83.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Impetrante : THIAGO MORAES DE LIMA JÚNIOR Advogado : PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (8872/AM) Impetrado : do Juízo do 7º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus/AM LitsPassiv : Banco Bradesco S/A Advogado : Thales Silvestre Junior (2406/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO PRINCIPAL SUSPENSO EQUIVOCADAMENTE. FEITO REATIVADO PELO MAGISTRADO DE PISO, ORA IMPETRADO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DA AÇÃO. ANÁLISE PREJUDICADA. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ART. 485,VI, § 3º, DO CPC. - O objeto da presente ação mandamental consistia na concessão da ordem para que a autoridade tida como coatora, desse prosseguimento no feito regulamente, eis que sobrestado indevidamente.- Entretanto, ao analisar detidamente o caderno processual de nº 0608412-42.2017, verifiquei que a ordem suplicada já foi concretizada pelo juízo impetrado, consoante a Decisão de f. 113 proferida nos referidos autos.- Nessa esteira, havendo a superveniente perda do objeto desta ação, resta totalmente prejudicada a sua análise.- Na espécie, o impetrante obteve, antes mesmo de ordem emanada por este grau de jurisdição, a satisfação do direito reclamado em juízo. Portanto, deve haver a extinção do feito, sem resolução do mérito, em razão da perda de objeto e consequente ausência do interesse de agir.- Ante o exposto, reconheço a carência superveniente do presente Mandado de Segurança, e VOTO no sentido de extinguir o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485,VI, § 3º, do CPC, eis que prejudicado o reexame necessário. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 31 de julho de 2019. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 4000478-88.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Impetrante : Anderson Cassemiro da Silva Advogado : Paulo Felipe da Silva (10242/AM) Impetrado : 3 Vara do Juizado Especial Cível de Manaus-AM LitsPassiv : Tim Celular S/A Advogado : Christianne Gomes da Rocha (20335/PE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRANTE QUE SE UTILIZA DE REMÉDIO CONSTITUCIONAL PARA COMBATER CERTIDÃO DE SECRETARIA. AUSÊNCIA DE DECISÃO DO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU SOBRE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. INEXISTÊNCIA DE ATO DA AUTORIDADE COATORA. WRIT NÃO CONHECIDO. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 4000514-33.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Impetrante : Miguel Jorge da Rocha Mourão Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM) Impetrado : JUIZ DE DIREITO DA 4° VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL LitsPassiv : Raimundo Marialva Moreira Advogada : Andréa Marques Teles de Souza (3283/AM) Advogado : Daniel Silva Barroso (2965/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. BLOQUEIO RENAJUD DE VEÍCULO ALIENADO FIDUCIARIAMENTE. HOMOLOGADO ACORDO NOS AUTOS PRINCIPAIS. RESTRIÇÕES RETIRADAS PELO MAGISTRADO DE PISO, ORA IMPETRADO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DA AÇÃO. ANÁLISE PREJUDICADA. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ART. 485,VI, § 3º, DO CPC. - O objeto da presente ação mandamental consistia na concessão da ordem para que a autoridade tida como coatora, retirasse as restrições feitas no veículo de Placa PHE-8753 porquanto alienado à Aymoré Financiamento.- No entanto, ao analisar detidamente o caderno processual de nº 0200717-02.2016, constatei acordo firmado entre as partes, devidamente homologado, inclusive, as restrições já foram retiradas, consoante os documentos de f. 179/180.- Nessa esteira, havendo a superveniente perda do objeto desta ação, resta totalmente prejudicada a sua análise.- Na espécie, o impetrante obteve, antes mesmo de ordem emanada por este grau de jurisdição, a satisfação do direito reclamado em juízo. Portanto, deve ser declarado extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da superveniente perda de seu objeto e consequente ausência do interesse de agir.- Ante o exposto, reconheço a carência superveniente do presente Mandado de Segurança, e VOTO no sentido de extinguir o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485,VI, § 3º, do CPC. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 4000544-68.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Impetrante : DKPLAST INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA - EPP Advogado : Daniel de Lima Albuquerque (6548/AM) Impetrado : JUIZ DE DIREITO DA 14° VARA CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS LitsPassiv : Banco Bradesco S/A Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE EM DIFICULDADE FINANCEIRA. HIPOSSUFICIÊNCIA COMPROVADA. SEGURANÇA CONCEDIDA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NA FORMA DA SÚMULA 512, DO STF E DA SÚMULA 105 DO STJ. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONCEDER A SEGURANÇA, nos termos da ementa que integra a presente decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 2 de agosto de 2019. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Manaus, 21 de agosto de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 1ª Turma Recursal

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000150-62.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) Recorrida: CRISTINA PALHETA TAVARES Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: “RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ‘‘cartão de crédito consignado’’. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ‘‘Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.’’ A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias,

entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 12 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0000226-36.2013.8.04.6800 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) Recorrido: SEBASTIÃO TEIXEIRA MELGUEIRO Advogada: Márcia de Santana Viana (OAB: 7382/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0200479-97.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos Advogado: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS) Recorrido: ALDINA LIMA DA MOTA Advogado: Charles Luiz Evangelista Souza (OAB: 589/AM) Advogado: MANOEL NAZARÉ BARRETOS DOS ANJOS (OAB: 14385/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS INDEVIDAS POR CONTRATO QUITADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Matérias e Morais decorrente de cobranças indevidas por contrato quitado. Em análise ao caso em espécie, verifico que os contratos juntados pela recorrente contém preenchimento dúbio de dados, denotando que houve preenchimento em branco por parte da recorrida e posterior complementação de dados pela instituição financeira. Ademais, os dados da inicial e a ausência de rubrica nas páginas iniciais dos documentos juntados pela recorrente, que contém os exatos termos da negociação, dão conta de que não houve atendimento ao dever de informação clara à consumidora. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0201771-66.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Nayana Isabella Almeida Rodrigues Silva Advogado: Letícia Dias Ponce de Leão (OAB: 9099/AM) Recorrido: Centro Educacional Maria Andrade

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ACERVO PROBATÓRIO INSUFICIENTE PARA GARANTIA DO DIREITO PRETENDIDO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais decorrente de suposta restrição nos órgãos de proteção ao crédito. Em análise ao caso em espécie, verifico que após o acordo não restou demonstrado o cumprimento da parte recorrente. A recorrida deu-lhe nova chance, firmando o dito acordo, porém não há indícios de pagamento das parcelas, somente o valor de entrada. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da assistência judiciária gratuita. É como voto.".

Processo: 0600487-58.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Jose Alberto Silva Rodrigues Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) Recorrido: Condomínio Residencial Parque dos Franceses Advogado: José Airton Garcia Junior (OAB: 8386/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. INOBSERVÂNCIA DE DEVERES CONDOMINIAIS. DANOS MATERIAIS E MORAIS NÃO

CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0600932-61.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rio Solimoes Distribuidora Advogada: Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM) Advogado: Igor de Mendonça Campos (OAB: 303002/SP) Recorrido: Altamir Rodrigues dos Santos Junior Advogado: José Ricardo Martins Pontes (OAB: 900A/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CRIME CONTRA A HONRA. CONFIGURAÇÃO. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO MAGISTRADO. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. MERO INCONFORMISMO DA RECORRENTE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. É certo que o magistrado está orientado pelo Princípio da livre convicção e que a determinação de perícia técnica é prescindível, desde que existam provas contundentes nos autos que supram sua ausência. 3. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau. Sala das Sessões da 2ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 08 de agosto de 2019.".

Processo: 0601222-88.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) Recorrida: Daniela Azevedo da Silva Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PAGAMENTO DE TAXAS DE CONDOMÍNIO ANTES DA POSSE DO IMÓVEL. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0601243-38.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: BMG – CARTÃO DE CREDITO Advogado: Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB: 33980/PE) Advogado: Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB: 17700/PE) Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrido: JOÃO DOMINGOS DA MATA LIBÓRIO Advogado: Cintia Rossette de Souza (OAB: 4605/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias,

entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 15 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0601373-57.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) Recorrido: Márcio Roberto da Silva Fragata Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0601505-48.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrida: IOLETE CAMPELO DA SILVA Advogado: Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB: 140475/RJ) Advogada: Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM) Advogado: Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB: 4693/AM) Recorrente: Telefonica Brasil S/A - Vivo S/A Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. TELEFONIA MÓVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. QUEDA FREQUENTE DE SINAL. DANO MORAL CONFIGURADO. ARBITRAMENTO SEM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. QUANTUM EXACERBADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA REDUZIR O VALOR DA INDENIZAÇÃO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602794-48.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A Recorrida: Sandra de Souza Pantoja Gonçalves Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR.. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0602951-26.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Toyota do Brasil S.a. Advogado: Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB: A739/AM) Advogada: Maria Lucília Gomes (OAB: 313A/AM) Recorrida: Thaila Cristine da Silva Melo Advogado: Macia Lucia Turiel Hagge (OAB: 7681/AM) Advogado: Tamile de Paula Amanajás (OAB: 8185/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO/SERASA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA, ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos. O Acórdão merece ser confirmado por seus próprios fundamentos, o que se faz na forma do disposto no art. 46, da Lei nº 9.099/95 (o julgamento em segunda instância constará apenas na ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão), os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. Esclareço que Embargo de Declaração é recurso de fundamentação vinculada, contrapondo-se ao de fundamentação livre ou desvinculada, ou seja, o demandante recursal deverá preencher os requisitos descritos na lei para o futuro sucesso da impugnação aforada. Dessa forma, a Lei dos Juizados Especiais prevê a possibilidade de ajuizamento dos Embargos de Declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida da sentença, devendo o intérprete levar em conta também as decisões interlocutórias. Verbis: Art. 48. Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida. Na verdade, a questão não foi decidida como queria o embargante, uma vez que fora aplicado entendimento diverso do pretendido. É cediço que o magistrado não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder, um a um, todos os argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar sua decisão, o que de fato ocorreu no caso em análise. Ressalte-se, ainda, que cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto, ocorrente no caso em epígrafe. Não se presta, pois, a via excepcional dos embargos a que a parte obtenha a reavaliação dos elementos que foram considerados na formação do convencimento do Juízo. Se contra a decisão se insurge o embargante, deve buscar o remédio jurídico adequado à sua irresignação, e este, por certo, não é o ora eleito, haja vista a natureza complementar deste recurso. Dessa forma, em que pesem os argumentos trazidos, entendo que, verdadeiramente, não há omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada pela via escolhida, haja vista que os fundamentos verberados acerca dos danos morais foram precisos e objetivos, não modificando em nada a decisão do juízo a quo. Diante do exposto, CONHEÇO E REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra o acórdão prolatado. Sem custas. É como voto. Manaus, 13 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0603316-43.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) Recorrida: VÂNIA LÚCIA VIEIRA DA SILVA Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PROVA DA CONTRATAÇÃO. NEGÓCIO VÁLIDO E TRANSPARENTE A LUZ DO CÓDIGO DE

DEFESA DO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO ACOLHER os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0603364-68.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Embargante: Banco Itaucard S/A Advogado: Eny Bittencourt (OAB: 29442/BA) Embargada: Irlandia Belo Lima Advogado: Cristina Helena Vila (OAB: 10842/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO ENFRENTADA E DECIDIDA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. OBSCURIDADE INEXISTENTE. MERO INCONFORMISMO COM O ENTENDIMENTO ADOTADO. DESNECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO. ACÓRDÃO MANTIDO. EMBARGOS REJEITADOS. . DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos. O Acórdão merece ser confirmado por seus próprios fundamentos, o que se faz na forma do disposto no art. 46, da Lei nº 9.099/95 (o julgamento em segunda instância constará apenas na ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Esclareço que Embargo de Declaração é recurso de fundamentação vinculada, contrapondo-se ao de fundamentação livre ou desvinculada, ou seja, o demandante recursal deverá preencher os requisitos descritos na lei para o futuro sucesso da impugnação aforada. Dessa forma, a Lei dos Juizados Especiais prevê a possibilidade de ajuizamento dos Embargos de Declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida da sentença, devendo o intérprete levar em conta também as decisões interlocutórias. Verbis: Art. 48. Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida. Na verdade, a questão não foi decidida como queria o embargante, uma vez que fora aplicado entendimento diverso do pretendido. É cediço que o magistrado não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder, um a um, todos os argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar sua decisão, o que de fato ocorreu no caso em análise. Ressalte-se, ainda, que cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto, ocorrente no caso em epígrafe. Não se presta, pois, a via excepcional dos embargos a que a parte obtenha a reavaliação dos elementos que foram considerados na formação do convencimento do Juízo. Se contra a decisão se insurge o embargante, deve buscar o remédio jurídico adequado à sua irresignação, e este, por certo, não é o ora eleito, haja vista a natureza complementar deste recurso. Dessa forma, em que pesem os argumentos trazidos, entendo que, verdadeiramente, não há obscuridade a ser sanada pela via escolhida, haja vista que os fundamentos verberados acerca dos danos morais foram precisos e objetivos, não modificando em nada a decisão do juízo a quo. Diante do exposto, CONHEÇO E REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra o acórdão prolatado. Sem custas. É como voto. Manaus, 15 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0603502-03.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: FABIO FARIAS DA SILVA Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) Recorrido: Banco Itaú S/A Advogado: Celso David Antunes (OAB: 1141A/BA) Advogado: Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB: 664A/AM) Advogado: Luis Carlos Laurenço (OAB: 16780/BA)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CALCULADORA DO CIDADÃO. INAPLICABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e Materiais decorrente de cobrança de taxas de juros diversas da contratada, utilizando como base a "Calculadora do Cidadão", ferramenta disponibilizada pelo Banco Central do Brasil em seu sítio eletrônico. Pois bem, ainda que meu entendimento acerca da matéria referente à calculadora do cidadão seja diverso, qual seja a extinção da ação pela complexidade da causa ante a necessidade de perícia contábil, tese que não fora ventilada tanto no recurso inominado quanto nas contrarrazões, tenho por manter a sentença por seus próprios fundamentos para que não haja julgamento extra petita. Jurisprudência nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. UTILIZAÇÃO DA CALCULADORA DO CIDADÃO PARA CÁLCULO DO VALOR DAS PARCELAS DO CONTRATO. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL QUE NÃO POSSUI JUROS REMUNERATÓRIOS. NECESSIDADE DE CÁLCULO TÉCNICO MAIS APURADO. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. SENTENÇA MANTIDA. Recurso conhecido e improvido. Diante do exposto, resolve esta Turma Recursal, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar- lhe provimento, nos exatos termos do vot (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0016865-38.2014.8.16.0018/0 - Maringá - Rel.: Marco Vinicius Schiebel- Julg. em 09.10.2015). 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários em razão da concessão da assistência judiciária. É como voto.".

Processo: 0603975-18.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria Lionor Lima da Silva Advogado: Robson Parente Ribeiro (OAB: 10470/AM) Advogado: Victor Gabriel fFrnandes Monteiro (OAB: 9420/AM) Advogado: Gustavo de Araújo Sampaio (OAB: 10694/AM) Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados Advogado: Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. VIDA E PREVIDÊNCIA. FACULDADE DE NÃO RENOVAR O SEGURO. DANOS MORAIS E MATERIAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e

discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0604169-18.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM) Recorrida: Adriely Colares da Silva Advogado: Williams Costa da Silva (OAB: 11376/AM) Advogada: Rebekah Pessoa Reis Aguiar (OAB: 18454/MS)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMBARGOS à EXECUÇÃO. MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER – descumprimento de liminar deferida e ratificada em sentença. PERIDIOCIDADE E VALOR RAZOÁVEL. RECURSO CONHECIDO E IMPRÓVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0606053-82.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Recorrido: Lenilson Mercês dos Santos Advogado: Raimundo Paiva de Souza (OAB: 2839/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO . INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO SERASA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo a sentença de Primeiro Grau por seus próprios fundamentos.".

Processo: 0606547-10.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaú S/A Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) Recorrido: Célio Pereira Vieira Advogado: Raphael Quintiliano Pazuello (OAB: 8881/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR.. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0606731-03.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Bourbon Batel Express Hotel Advogado: Gilson Joao Goulart Junior (OAB: 36950/PR) Recorrido: Ives Alencar Albuquerque Advogado: Danyel de Alencar Garavito (OAB: 5576/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CADEIA DE FORNECEDORES. ARTIGO 7º, PARÁGRAFO ÚNICO DO CDC. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau. Sala das Sessões da 2ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 08 de agosto de 2019.".

Processo: 0607089-31.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Claro S/A Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Recorrido: Bruna Ferreira de Oliveira Advogada: Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB: 12219/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA. FRAUDE POR TERCEIRO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Contratual c/c Indenização por Danos Morais decorrente de cobranças indevidas por falha na prestação do serviço. Em análise ao caso em comento, entendo que apesar da parte Recorrente apresentar telas sistêmicas possam ser aceitas como prova, tenho que no caso destes autos tal elemento, de forma isolada, não se presta a comprovar a regularidade do serviço. Ora, soa estranho que um contrato de cinco anos tenha apenas dois pagamentos e, ademais, o endereço de tal contrato é de um bairro totalmente diverso de onde a recorrida reside, o que demonstra, de forma clara, a ocorrência de fraude. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na

proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0607487-12.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Safra S.A. Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO) Recorrido: Bruno D Adriny Vieira Costa Advogado: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR.. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Responsabilidade Civil c/c Indenização por Danos Materiais e Morais decorrente da relação de mútuo entre as partes. O Recorrente não tendo se desincumbido de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora (Art. 333, inciso II, CPC), deve suportar os danos decorrentes da falha na prestação dos seus serviços que são postos à disposição dos consumidores, face à sua responsabilidade objetiva. Por assim dizer, restou demonstrado que a Recorrida suportou evento danoso, a fazer jus à reparação dos danos morais. Vejamos jurisprudência: 1...o fornecedor a devolução dos valores vertidos pelo consumidor a tal título. 6. Segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, o art. 39, I, do CDC, inclui no rol das práticas abusivas a popularmente denominada "venda casada", ao estabelecer que é vedado ao fornecedor "condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos. (TJ-DF - RI: 07112418520158070016, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 16/09/2015, TERCEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/09/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Condenação em custas processuais e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0607630-61.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos Advogado: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS) Recorrida: Suellen Oliveira Couto Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ABUSIVIDADE NA TAXA DE JUROS APLICADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0607640-08.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE) Recorrida: Edna da Costa Figueiredo Advogado: Emanuelly Souza de Almeida (OAB: 10527/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS INDEVIDAS POR CONTRATO TRANSACIONADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0608025-95.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Recorrida: JURACY DA TRINTADE MAGNO Advogado: Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB: 4239/AM) Advogada: Sheila Costa (OAB: 4225/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida

gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias, entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 06 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0608186-03.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Safra S.A. Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO) Recorrido: Josenias Almeida da Costa Advogado: Ocimei Oliveira Caldas (OAB: 7832/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0608247-92.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: FABIO FARIAS DA SILVA Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) Recorrido: Midway Finaceira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DAMOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Cumpridos os requisitos subjetivos e objetivos de admissibilidade na espécie, CONHEÇO do recurso. Trata-se de Recurso Inominado interposto por FABIO FARIAS DA SILVA, ora Recorrente, contra a r. sentença proferida pelo douto Juiz de Direito da 3ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, nos autos da Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por Midway Finaceira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento, ora Recorrida. Configura-se a responsabilidade objetiva da empresa, na qualidade de fornecedora de serviço, a luz do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, respondendo, independentemente da existência de culpa por defeitos relativos à prestação dos serviços. In casu, é incontroversa à irregularidade na(s) cobrança(s), visto que a empresa fornecedora de produto e serviço sequer provou o consentimento expresso do consumidor em contratar serviço ou seguro, ferindo o disposto no Art. 39, inciso I e III, que trata das práticas abusivas, cito nestes termos a venda casada. Colaciono jurisprudência aplicável a espécie: Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR.EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor à questão sob análise, ensejando a inversão do ônus da prova, conforme seu art. 6º, inciso VIII, vez que constatada a vulnerabilidade e hipossuficiência do consumidor. 2... 3. O dever de lealdade imposto aos contraentes deve ser especialmente observado nos contratos de adesão, em que não há margem à discussão das cláusulas impostas aos consumidores aderentes, obrigando o fornecedor a um especial dever de probidade e boa-fé. A nulidade do negócio é flagrante e impõe ao fornecedor a devolução dos valores vertidos pelo consumidor a tal título. 6. Segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, o art. 39, I, do CDC, inclui no rol das práticas abusivas a popularmente denominada "venda casada", ao estabelecer que é vedado ao fornecedor "condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos. (TJ-DF - RI: 07112418520158070016, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 16/09/2015, TERCEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/09/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) No que diz o Art. 39, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, considerando que a venda casada ocorre em virtude do condicionamento a uma única escolha, a apenas uma alternativa, já que não é conferido ao consumidor usufruir de outro produto senão aquele alienado pelo fornecedor; no caso, sequer fora explicado a autora tal seguro, ao compelir o consumidor a comprar seguro em concomitância a empréstimo contraído, firmado em conjunto no próprio contrato, dissimula uma venda casada (art. 39, I, CDC), limitando a sua liberdade de escolha (art. 6º, II, do CDC), o que revela prática abusiva. A única forma, entretanto, do apelante se eximir do dever de indenizar é comprovando uma das excludentes de responsabilidade constantes do artigo 14, § 3.º, do CDC (inexistência de defeito na prestação do serviço ou culpa exclusiva da vítima).A Venda casada caracterizada pela concessão de mútuo mediante necessária obtenção de seguros diversos, como no caso do autor, as alegações da recorrida de que o recorrente autorizou os seguros, ocorreram no mesmo momento da concessão do empréstimo realizado por seu cartão de crédito. É evidente que houve contratação abusiva por violação ao art. 51, IV e XV, do Cdc. Violação aos deveres anexos de cuidado, cooperação e lealdade, emanados da boa-fé objetiva. agressão ao ART. 39, I, IV E V, DO CDC. A concepção constitucional de contrato, i".

Processo: 0608723-81.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Dioclecio de Souza Bandeira Advogado: Evaldo Lucio da Silva (OAB: 10462/MT) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT) Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO . INCLUSÃO INDEVIDA NOS ÓRGAOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO SERASA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo a sentença de Primeiro Grau por seus próprios fundamentos.".

Processo: 0608844-87.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Benae Limoeiro Bernardo Advogado: Juliana Barros Souza (OAB: 11843/AM) Advogada: Raquel Isadora Leite Vieira (OAB: 7586/AM) Recorrido: Daniele Alcantara Marques Advogado: Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB: 8540/AM) Advogado: Andreza da Costa Paes (OAB: 12353/AM) Advogada: Mônica Araújo Risuenho (OAB: 7760/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. OFENSA NÃO CONFIGURADA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais decorrente de suposta ofensa a honra. Em análise ao caso em espécie, verifico que a questão versa sobre conversas via whatsapp, em grupo fechado, tendo como tema eleições para ocupação do cargo de chefe do executivo, assunto polêmico, em virtude de intolerâncias quanto a escolha de um ou outro partido, que já gerou inclusive homicídios por todo o Território Nacional. Neste contexto e em minuciosa análise das postagens feitas no whatsapp, entendo não ser propriamente ofensas que firam a moral nem da recorrente e nem da recorrida, sendo comentários que em alguns momentos mostram mais acalorados, porém de forma recíproca. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem Custas e honorários advocatícios em razão da assistência jurídica gratuita. É como voto.".

Processo: 0608911-60.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrida: RAIMUNDA NONATA BARBOZA MELQUÍADES Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 7529A/AL)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PROVA DA CONTRATAÇÃO. NEGÓCIO VÁLIDO E TRANSPARENTE A LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao embargos de declaração em recurso inominado, confirmando a sentença de mérito, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0608985-31.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ivanilson Leal Marques Advogado: Carlos Rossato da Silva Avila (OAB: 10309/MT) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO SERASA/SPC. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS ARBITRADOS. ACOLHIMENTO. PRETENSÃO – POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO: "RELATÓRIO Vistos, etc. O relatório é dispensado com fundamento no Enunciado 92 do FONAJE c/c art. 46 da Lei n. 9099/95. VOTO Conheço do recurso vez que este é próprio e tempestivo. Trata-se de Recurso Inominado interposto por Ivanilson Leal Marques, ora Recorrente, contra a r. sentença proferida pelo douto Juiz de Direito da 10ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, nos autos da Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por Banco Bradesco S.a., ora Recorrida. A lide deve ser resolvida pela aplicação do art. 14 do CDC, pois o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa por defeitos relativos à prestação dos serviços. As hipóteses de exclusão desta responsabilidade vêm indicadas no mesmo artigo, no parágrafo 3º, quando o fornecedor de serviços provar que o defeito inexiste ou, então, que os danos decorreram de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, o que não se demonstrou no caso dos autos. Quanto ao evento danoso, acertada está a decisão de 1º grau ao reconhecer os fatos alegados na inicial quanto ao acontecido, visto que tal ocorrência se deu conforme provas nos autos sem contar que a conduta de cobrança totalmente descabida e vexatória, sem dizer como grande carga de constrangimento pela inscrição no rol de devedores. Evidencio o que preceitua no art. 42 do CDC, que diz: "Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça". Segue decisão: APELAÇÃO - Ação de Indenização por Danos Morais - Pretensão de reparação por danos morais em razão de cobrança acompanhada de comentários ofensivos e vexatórios assacados contra os autores, com exposição indevida...{...] relacionadas à autora que extrapolaram o limite de liberdade de expressão, sendo cabível a indenização por danos morais pleiteada - Verba indenizatória fixada em montante razoável, que não merece alteração - Recurso desprovido. (TJ-SP 10429142720168260576 SP 1042914-27.2016.8.26.0576, Relator: José Aparício Coelho Prado Neto, Data de Julgamento: 08/08/2017, 9ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 11/08/2017). Dessa forma, entendo que os danos morais aqui retratados estão mais do que configurados, merecendo inclusive guarida o pedido de majoração dos danos morais, haja vista se tratar de situação vexatória o descaso e omissão da parte fornecedora, mesmo diante de um serviço essencial, bem como das incessantes diligências da parte consumidora para solucionar o problema em questão. Sendo assim, a majoração dos danos morais em parâmetros razoáveis é decisão que se impera ao caso presente, já que a verba arbitrada pelo juízo aquo foi ínfima, para concatenar toda a situação vivida pela parte, danos estes que não forma poucos. O valor da condenação por dano moral deve ser fixado com cautela e prudência. Assim, ante ao explanado, o valor a ser fixado é de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para atender melhor ao caso concreto, bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Ante o exposto, voto pelo conhecimento e provimento parcial do recurso inominado, majorando o valor por danos morais para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros mensais de 1 por cento e correção monetária, todos a partir deste arbitramento. É como voto.".

Processo: 0609053-78.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Cleucy Marinho de Oliveira Advogado: Carlos

Rossato da Silva Avila (OAB: 10309/MT) Recorrido: Banco Santander S.a. Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. COMPLEXIDADE DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ART. 3º DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA.. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo a sentença em todos os seus termos, em razão da incompetência dos Juizado Especiais para o processo e julgamento da ação por verter matéria complexa, conforme artigo 51, II da Lei 9.099/95 c/c art. 98, inc. I da Constituição Federal.".

Processo: 0609559-06.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Diógenes Rocha de Oliveira Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM) Recorrido: Banco Bonsucesso S/A Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTARECURSO INOMINADO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. NEGÓCIO VÁLIDO. CONTRATO COLACIONADO AOS AUTOS. CONDUTA AUSENTE DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Ação de Anulação de Contrato c/c Indenização por Danos Morais e Materiais decorrente de relação de mútuo firmada entre as partes mediante concessão de cartão de crédito consignado. A parte ré, ora recorrida, trouxe aos autos os documentos comprobatórios da formação da relação jurídica, perfazendo o negócio válido e transparente à luz do Código de Defesa do Consumidor. Assim, diante dos fatos posto à análise, verifica-se acertada os fundamentos da sentença que julgou improcedente os pedidos formulados na inicial. Jurisprudência nesse sentido: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PROVA DA CONTRATAÇÃO. VALOR DESCONTADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, COM BASE NA RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). LICITUDE. INOCORRÊNCIA DE DESCONTOS INDEVIDOS. RESTITUIÇÃO INCABÍVEL POR AUSÊNCIA DE AGIR ILÍCITO. PARTE RÉ QUE SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO DISPOSTO NO ARTIGO 373, II, DO CPC. NÃO DEMONSTRADA IRREGULARIDADE NOS DESCONTOS OU DEFEITO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 138 E SEGUINTES CC). DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO MANTIDA POR SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007290406, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 15/12/2017). 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários em razão da concessão da assistência judiciária. É como voto.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO ACOLHER os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0611438-48.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) Recorrido: Joao Magno de Noronha Advogado: Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença

a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias, entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 08 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0612147-20.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaú Bmg Consignado S.a. Advogado: José Almir da R. Mendes Júnior (OAB: 392A/RN) Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrido: Sidney Medeiros do Nascimento Advogado: Marcio Clebson da Silva Costa (OAB: 10116/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0612426-98.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Recorrido: Mirele Figueiredo Alves Barros Advogada: Eliana de Oliveira Rezende

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0613484-10.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogada: Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Recorrido: Francisco Almir de Menezes Nunes Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Manoel Marques de Oliveira (OAB: 5587/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias, entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 16 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0613714-18.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM) Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A Recorrida: Olga Moreira Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR.. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0613944-94.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Pan S/A Advogado: Antonio de Moraes

Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrido: Mario Sergio Viana Lago Advogado: Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB: 7298/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias, entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 12 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0614374-46.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Santander S.a. Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS) Advogado: Thiago Noronha Benito (OAB: 11127/MS) Recorrido: Agenor Correa Graca Junior Advogado: Agenor Correa Graca Junior (OAB: 10375/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. NEGATIVA DE RESTITUIÇÃO DE VALORES DEBITADOS INDEVIDAMENTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0614471-31.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) Recorrido: Andre Luiz Pontes Castro Advogado: Robson Carvalho Ferreira (OAB: 12268/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias, entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de

20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 08 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0616521-45.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos Advogado: Alcides Ney José Gomes (OAB: 8659/MS) Advogado: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS) Recorrido: Marlene da Silva Rodrigues Advogado: Bruno Anderson Mendes Amoedo Ferreira (OAB: 11025/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DESCONTOS INDEVIDOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais decorrente de falha na prestação do serviço bancário. Em análise ao caso em comento, entendo que caberia a parte Recorrente afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, com a produção da prova da inexistência do vício alegado pela consumidora ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC), entretanto, os documentos juntados não foram capazes de corroborar com suas alegações, pelo contrário, aludidos documentos só confirmaram as afirmações da Recorrida ficando demonstrada a ilicitude das práticas da parte Recorrente. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0616697-24.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Recorrido: Sebastião de Souza Lima Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias, entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 16 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0618267-45.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Thiago Xander Sass Advogado: Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB: 7607/AM) Recorrido: Apple Computer Brasil Ltda Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. VÍCIO NO PRODUTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE PÓS-VENDA. DANO MORAL CARACTERIZADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E

PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora. Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 09 de agosto de 2019.".

Processo: 0619681-78.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogada: Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB: 28490/PE) Advogado: Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB: 1185/AM) Recorrido: Emerson Felipe dos Santos, Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias, entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 16 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0622271-28.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Pan S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM) Recorrido: Renato Roberto do Amaral Teixeira Soc. Advogados: Simone Waughan Freitas de Souza (OAB: 11830/AM) Advogado: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM) Soc. Advogados: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM) Advogado: Simone Waughan Freitas de Souza (OAB: 11830/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO . INCLUSÃO INDEVIDA NOS ÓRGAOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO SERASA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo a sentença de Primeiro Grau por seus próprios fundamentos.".

Processo: 0623808-25.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT) Recorrida: Emilia Rosana de Oliveira Silva Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR.. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Responsabilidade Civil c/c Indenização por Danos Materiais e Morais decorrente da relação de mútuo entre as partes. O Recorrente não tendo se desincumbido de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora (Art. 333, inciso II, CPC), deve suportar os danos decorrentes da falha na prestação dos seus serviços que são postos à disposição dos consumidores, face à sua responsabilidade objetiva. Por assim dizer, restou demonstrado que a Recorrida suportou evento danoso, a fazer jus à reparação dos danos morais. Vejamos jurisprudência: 1...o fornecedor a devolução dos valores vertidos pelo consumidor a tal título. 6. Segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, o art. 39, I, do CDC, inclui no rol das práticas abusivas a popularmente denominada "venda casada", ao estabelecer que é vedado ao fornecedor "condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos. (TJ-DF - RI: 07112418520158070016, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 16/09/2015, TERCEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/09/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da

Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Condenação em custas processuais e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0624377-26.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A. Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Recorrido: Davi Antônio Araújo de Araújo Advogada: Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB: 10244/AM) Recorrida: Gislenne Freitas de Oliveira Advogada: Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB: 10244/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS INTERROMPIDOS DE FORMA INJUSTIFICADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Contratual c/c Indenização por Danos Morais decorrente de cobranças indevidas por falha na prestação do serviço. Em análise ao caso em comento, verifico que a parte recorrente não trouxe nenhum elemento de convicção a desestruturar os fatos afirmados na inicial, nada obstante ter sido invertido o ônus da prova, limitando-se a afirmar a regularidade de sua conduta, procedimento que não se coaduna com o encargo que lhe foi distribuído de suportar o ônus da prova de fato impeditvo ou modifcativo do direito autoral invocado. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Manaus, 21 de agosto de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 2ª Turma Recursal

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000013-80.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) Recorrido: LURDES NERIS DA SILVA BENJAMIN Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0000015-84.2015.8.04.4001 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Envira

Recorrente: BANCO DO BRASIL S/A Advogado: José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB: 79757/MG) Recorrido: A O LIMA COMERCIO - ME Advogado: Vanderley Oliveira de Araújo (OAB: 8983/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C COM DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. COBRANÇAS INDEVIDAS DE TARIFAS SEM ANUÊNCIA DO CLIENTE. TARIFA DE PACOTE DE SERVIÇOS. DÉBITO DE TARIFAS NA CONTA CORRENTE OCASIONANDO NÃO PAGAMENTO DAS PARCELAS DO EMPRÉSTIMO DEPOSITADAS. CLIENTE QUE FICOU COM A OPERAÇÃO EM ATRASO DEVIDO TAIS DÉBITOS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO CONCEDIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0000033-65.2016.8.04.7301 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: BANCO DO BRASIL S/A Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737A/AM) Recorrida: JOCIELE VIANA DE OLIVEIRA Advogado: Lindonor Ferreira de Melo Santos (OAB: 6710/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. BLOQUEIO DE CARTÃO/CONTA/SENHA. SEM PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS PARA DESBLOQUEIO.ATENDIMENTO BANCÁRIO. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0000119-81.2015.8.04.6101 - Recurso Inominado Cível, Vara Única Fórum de Nhamundá

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogado: Rubens

Gaspar Serra (OAB: 119859D/SP) Recorrido: ADONIAS RAMOS Advogado: Amauri Marinho Farias (OAB: 6515/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE E DANOS MORAIS. TRANSAÇÕES BANCÁRIAS POR FRAUDE. EMPRÉSTIMO E SAQUES NÃO AUTORIZADOS. FALTA DE QUALIDADE E SEGURANÇA. ABUSIVIDADE. CDC APLICADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0000136-20.2015.8.04.6101 - Recurso Inominado Cível, Vara Única Fórum de Nhamundá

Recorrente: Banco Panamericano S/A Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) Recorrido: ELDA SONIA REIS FEIJO Advogado: Luise Torres de Araujo Lima (OAB: 9946/PI) Advogado: Inácio de Araújo Navarro (OAB: 14479/PA)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE DESCONHECIMENTO. EM QUE PESE DEMONSTRAÇÃO DE CONTRATO ASSINADO HÁ VEROSSIMILHANÇA NAS ALEGAÇÕES DA PARTE AUTORA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0000147-16.2015.8.04.6500 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Presidente Figueiredo

Recorrente: BANCO DO BRASIL S/A Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM) Advogado: Jose Arnaldo Janssen Nogueira (OAB: 1047/AM) Recorrida: SELMA RODRIGUES CORTEZÃO Advogado: Adalberto Teixeira Bittar (OAB: 5275/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATENDIMENTO BANCÁRIO. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0000215-97.2017.8.04.2101 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Anori

Recorrente: BANCO BMG S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrido: SEBASTIÃO CARLOS DE SOUZA Advogado: Zenaide de Oliveira Brandão (OAB: 13164/AM) Advogado: Jose Felix de Oliveira Brandao (OAB: 11862/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0000253-98.2019.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) Recorrida: CLAIDE MARIA PAES ANDRADE Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0000404-62.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogada: Flavia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG) Recorrido: Fábio Batista de Andrade Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DO BANCO REQUERIDO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0000706-30.2018.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Recorrido: LUIZ CARLOS DOS SANTOS VIANA Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0000984-73.2018.8.04.7500 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: J. ARAUJO DE VASCONCELOS - ME - REPRESENTADA POR JOSE ARAUJO DE VASCONCELOS Advogado: Saul Max Pinheiro Vasconcelos (OAB: 3524/AM) Recorrido: URQUISON CASTRO AMORIM

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação de indenização por danos morais. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE Serviço. Falha na prestação dOS serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0001072-06.2018.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: BANCO DO BRASIL S/A Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1047A/AM) Advogado: José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB: 79757/MG) Recorrido: ADEMIR LUZERNO DE MENEZES Advogado: Raimundo Pereira Brito (OAB: 6679/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SEM PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM EFICIÊNCIA. MAL ATENDIMENTO BANCÁRIO. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0001211-55.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrida: MARIZA BELEM DA SILVA Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0001691-32.2013.8.04.4100 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Eirunepé

Recorrente: Sérgio Paulo Tomaz Filho Advogado: Walfran Siqueira Caldas (OAB: 8915/AM) Recorrida: Daniela Alves de Almeida Recorrida: Raimunda Daniela Alves de Almeida Recorrido: Maria José do Nascimento

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO C/C COBRANÇA. RESPONSABILIDADE CIVIL. RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA IMÓVEL. QUEBRA DA BOA FÉ OBJETIVA. QUEBRA DE EXPECTATIVA. POIS A SITUAÇÃO FÁTICA ULTRAPASSA O MERO DISSABOR, FRUSTRAÇÃO E TRANSTORNOS, INDUZINDO A LESÃO DE DIREITOS DE PERSONALIDADE, ENSEJANDO A RESPECTIVA REPARAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0002115-75.2018.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: BANCO BRADESCO S/A Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Recorrido: CLAUDEIIR MARTIINS DO VALE Advogado: Célio Eduardo Machado (OAB: 51506/MG) Advogado: Célliio Eduardo Machado (OAB: 848A/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATENDIMENTO BANCÁRIO. ESPERA DEMASIADA. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0002216-11.2013.8.04.7302 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: LUCIANO SANTOS SILVA COMERCIO - ME Advogada: Erciléia Marques Araújo (OAB: 2818/AM) Recorrido: NOVA PONTOCOM COMERCIO ELETRONICO S.A. Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 21714/PE)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CDC NÃO APLICADO NA ESPÉCIE. PARTE NÃO É CONSUMIDORA FINAL. MICROEMPREENDEDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0002393-76.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: BANCO DO BRASIL S/A Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737A/AM) Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Recorrido: José Ronildo Nobre Pessoa Advogada: Natalia Cristina de Moraes (OAB: 11186/AM) Advogado: Pedro de Oliveira Pantoja (OAB: 12060/AM) Recorrido: Serasa S.a Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 5546/RO)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRESA RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NÃO COMPROVADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0200916-56.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Advogado: Carlos Roberto

Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Recorrida: Ana Paula de Lima Pessoa

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO ESSENCIAL. RELAÇÃO DE CONSUMO. FATURAS EXORBITANTES. VALORES QUE EXTRAPOLAM A MÉDIA DE CONSUMO SEM A COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO EFETIVA DO SERVIÇO. DANO MATERIAL COMPROVADO. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. NECESSIDADE DE REVISÃO DEMONSTRADA. QUANTUM INDENIZATÓRIO ADEQUADO AO CASO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0201209-79.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: JONAS RODRIGUES PAIVA Defensor P: Gustavo Linhares Rodrigues (OAB: 31361/BA) Recorrido: DOMINGOS DA SILVA NOGUEIRA

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO C/C COBRANÇA. RESPONSABILIDADE CIVIL. RESCISÃO DE CONTRATO DE BENFEITURIAS IMÓVEL. QUEBRA DA BOA FÉ OBJETIVA. QUEBRA DE EXPECTATIVA. POIS A SITUAÇÃO FÁTICA ULTRAPASSA O MERO DISSABOR, FRUSTRAÇÃO E TRANSTORNOS, INDUZINDO A LESÃO DE DIREITOS DE PERSONALIDADE, ENSEJANDO A RESPECTIVA REPARAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0201512-71.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Manoel Rodrigues de Oliveira Defensor P: Everton Sarraff Nascimento (OAB: 6538/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0201632-05.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: MIRIAN OLIVEIRA DOS SANTOS Advogado: Jeberson Fernandes dos Santos (OAB: 12432/AM) Recorrido: C&a Modas Ltda (Amazonas Shopping) Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) Advogado: Patricia Gurgel Portela Mendes (OAB: 5424/RN) Recorrido: Casas Bahia.Com S/A Advogada: Ana Carolina Berlikowski (OAB: 8116/AM) Advogado: Edson Marques de Oliveira (OAB: 52161/DF) Advogado: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB: 56543/MG) Recorrido: Banco IBI S/A - Banco Multiplo Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) Advogada: Dinah Amazonas de Oliveira (OAB: 4667/AM) Advogada: Sigrid Lima Araújo (OAB: 4574/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. COMPRA POR FRAUDE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONTRATO EIVADO POR FRAUDE. CDC APLICADO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0202292-14.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) Advogado: Bruno Henrique Soré (OAB: 1010/AM) Recorrido: Linton Cezar Lopes de Vasconcelos Advogado: Antonio Azevedo de Lira (OAB: 5474/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação de indenização por danos morais. Serviço de fornecimento de energia. Falha na prestação de serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0204383-33.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: NAIZE GOMES DA SILVA Advogado: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM) Soc. Advogados: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM) Advogada: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM) Recorrido: Benchimol, Irmão & Cia. Ltda - BEMOL. Advogado: Amyr Mussa Dib (OAB: 6883/AM) Advogado: Leonardo Andrade Aragão (OAB: 7729/AM) Recorrido: Aig Seguros Brasil S/A Advogada: Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB: 12133/AM) Advogado: Marcia Cicarelli Barbosa de Oliveira (OAB: 146454/SP)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DEFEITO NO PRODUTO. COMERCIANTE E SEGURADORA. QUATRO MESES DA COMPRA. ILEGITIMIDADE DA COMERCIANTE. NÃO OCORRÊNCIA DE HIPÓTESE DE SINISTRO SEGURADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.A recorrente insurge-se em face da sentença de fls. 110/111, a qual reconheceu a ilegitimidade passiva da comerciante e a improcedência do pleito com relação à seguradora. As razões recursais cingem-se em afirmar que a garantia de um ano do produto foi dada pela comerciante. Contudo, como bem pontuado pela sentença de primeiro grau, a comerciante BENCHIMOL sequer possui legitimidade para responder na demanda, na medida em que o problema se deu após 4 meses da compra, como relatado pela própria autora, sendo certo que apenas a fabricante deve responder pelo vício indicado, a qual não foi indicada pela recorrente para figurar no pólo passivo da lide. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0205038-49.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) Recorrido: IGOR FELIPE OLIVEIRA BEZERRA Advogada: Tallita Lindoso Silva (OAB: 13266/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PROTESTO INDEVIDO. COBRANÇAS POSTERIORES AO ENCERRAMENTO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0205230-79.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Luiz Alberto Gonçalves Rodrigues Defensoria: Messi Elmer Vasconcelos Castro (OAB: 9910/AM) Recorrido: Jennifese da Silva Lopes

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONABILIDADE CIVIL. Ação DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE COMETIMENTO DE OFENSAS PESSOAIS À HONRA NÃO VERIFICADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0206854-37.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Simone dos Santos de Souza Recorrente: Emilia Maria Elias dos Santos Advogado: Andressa dos Santos Monteiro (OAB: 11955/AM) Recorrido: I B Transportes e Serviços de Envasamento Ltda. Me. Recorrido: LA BELLE ART SERVICOS DE CABELEIREIROS E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE INFORMAÇÃO CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se o recorrente em face da sentença prolatada às fls.52/55, a qual julgou improcedentes os pleitos contidos na inicial. Aduz a recorrente que é evidente o dano moral sofrido pela autora, eis que ao adquirir as passagens de excursão rumo a Margarita, não fora informada da necessidade de RG para os menores que a acompanhavam, mas apenas do passaporte, pugnando pela reforma do decisum. Contudo, como bem ponderou o juízo de primeiro grau, a requerida repassou a informação correta, qual seja, de que apenas o passaporte era necessário, considerando tratar-se a Venezuela de membro do MERCOSUL, sendo que, se houve a exigência de documento adicional, não se pode imputar à requerida tal excesso de rigor, de modo que inexiste a prática de qualquer conduta que justifique o dano pleiteado. Por essas razões, a sentença deve ser integralmente mantida, posto que bem apreciou o contexto fático apresentado.RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa por 5 anos, por ser o recorrente beneficiário da Justiça Gratuita. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600011-20.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Eliodoro Alho Barbosa Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM) Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM) Requerido: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600105-02.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrido: Cícero de Lima Ferreira Advogado: Marcos Fabio Oliveira de Lima (OAB: 11070/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600360-54.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Laurivalda Silva de Araujo Advogado: Regiane Araujo da Silva Melo (OAB: 10757/AM) Requerido: Banco Bonsucesso S/A Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a

Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600372-85.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Levy Monteiro Abreu Soc. Advogados: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM) Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM) Advogada: Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) Advogado: Andre de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. CONDICIONAMENTO PRODUTO/SERVIÇO A OUTRO. VENDA CASADA COMPROVADA. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CARTÃO NA MODALIDADE CRÉDITO NÃO DESBLOQUEADO NEM USADO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS - IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO DE FORMA RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado da parte autora-recorrente, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0600436-03.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaú Bmg Consignado S.a. Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrido: Edilson Natal S. Wanghan Advogado: Marcio Clebson da Silva Costa (OAB: 10116/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600808-30.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) Recorrido: Samuel Braga do Nascimento Advogado: Adonis Maciel Paes (OAB: 8865/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600815-51.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Recorrido: C P de Sousa Advogado: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM) Advogada: Tatiana Ferreira da Silva (OAB: 10168/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. COBRANÇAS DE TAXA DE ESGOTO SEM A DEVIDA PRESTAÇÃO E DISPOSIÇÃO DO SERVIÇO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0601049-33.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Recorrida: Raimunda Ribeiro de Matos Advogada: Camila Leal de Souza (OAB: 7498/AM) Advogado: Arnoudo Nogueira de Souza (OAB: 7497/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRESA QUE PROCEDEU À INSPEÇÃO INADEQUADA SOB SUPOSTA ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADES. DANO MORAL IN RE IPSA. FALHA AO DEVER DE INFORMAÇÃO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0601081-91.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Recorrido: Madson Oliveira da Cunha Advogado: Carlos Evaldo Souza Junior (OAB: 7548/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0601578-83.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Marcio de Oliveira Soares Advogado: Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB: 12051/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO

DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0601604-69.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Francisco Newton Serpa Lira Advogado: Adilce Pereira do Amaral (OAB: 6513/AM) Recorrido: Águas do Amazonas S.A. Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) Advogada: Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. ALEGAÇÃO DE RETIRADA DE HIDRÔMETRO. QUESTIONAMENTO DE VALORES COBRADOS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA IMPROCEDENTE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0601719-50.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Advogado: Thiago Oliveira Costa (OAB: 83060/PR) Recorrido: Manoel de Jesus Rodrigues de Oliviera Advogado: Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB: 2978/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS DO CONTRATO. EXTENSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DIREITO AO DEPÓSITO DO FGTS. ORIENTAÇÃO QUE PREVALECE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RAZÃO DE JULGAMENTO FINAL, COM REPERCUSSÃO GERAL, DO RE 596.478/RR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0601822-78.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 95502/RJ) Advogado: Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB: 7675A/TO) Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Recorrido: Samuel Alves Resende Advogado: Thiago Medeiros (OAB: 11250/AM) Recorrido: Francisco das C. C. de Souza Advogado: Thiago Medeiros (OAB: 11250/AM) Recorrido: Maripy Coelho de Souza Advogado: Thiago Medeiros (OAB: 11250/AM) Recorrida: Priscila Krys Morrow Coelho de Souza Advogado: Thiago Medeiros (OAB: 11250/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPANHIA AÉREA. ATRASO NO VOO. DESCASO DA EMPRESA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA. PRINCíPIO DA INFORMAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0602084-62.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM) Recorrida: Ronielle Almeida Gomes Advogado: Alysson George Gomes Cavalcante (OAB: 3710/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPANHIA AÉREA. OVERBOOKING. SERVIÇO DEFICIENTE.TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA. PRINCíPIO DA INFORMAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0602217-07.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM) Recorrida: Lorena Silva Dimas Advogado: Yuri Andrade Czovny

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPANHIA AÉREA. ATRASO NO VOO. TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA. PRINCíPIO DA INFORMAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONCEDIDOS NO PATAMAR RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0602324-82.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrido: JOSÉ LUIZ BARBOSA DE CASTRO Advogada: Roseane Rodrigues da Cunha (OAB: 7610/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0602376-95.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Mizael Leocadio Bejamim Advogada: Giulianne Lopes Cursino (OAB: 7922/AM) Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. COBRANÇAS E DESCONTOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602381-69.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Recorrida: Patricia Araujo de Azevedo Advogado: Earlen Guedes da Silva (OAB: 10720/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. OPERAÇÃO DE CRÉDITO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATO DEVIDAMENTE ASSINADO. PLENA CIÊNCIA DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO NÃO CONCEDIDA. DANOS MORAIS INEXISTENTES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0602387-27.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Isaías Castro dos Santos Advogado: Fabianno Martins Frazão (OAB: 7004/AM) Recorrido: SKY Brasil Serviços Ldta Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183/AM) Advogado: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183A/AM) Advogada: Lucélia Machado Dias (OAB: 11279/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONTRATO EIVADO POR FRAUDE. CDC APLICADO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602414-10.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria de Nazaré Silva Rodrigues Soc. Advogados: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM) Advogado: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM) Advogado: Simone Waughan Freitas de Souza (OAB: 11830/AM) Recorrido: Tim Celular S/A Advogado: Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB: 1185/AM) Advogada: Christianne Gomes da Rocha (OAB: 18305/PB) Advogado: Christianne Gomes da Rocha (OAB: 20335/PE)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS INDEVIDAS. FATURA EMITIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONTRATO EIVADO POR FRAUDE. CDC APLICADO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602501-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ana Lucia Queiroz de Souza Advogado: Augusto Costa Junior (OAB: 4337/AM) Advogado: Cristiane Aurélia Barbosa Lima (OAB: 4357/AM) Recorrido: Claro S/A Advogado: Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM) Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Advogada: Andreza Araújo Albuquerque (OAB: 10911/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇO DE TELEFONIA. COBRANÇAS INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO. EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA PRESTADORA DE SERVIÇOS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0602540-75.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM) Recorrido: Carlos Alberto Bentes Aires Advogado: Emmanuel Michel Harraquian Filho (OAB: 3342/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPANHIA AÉREA. OVERBOOKING. SERVIÇO DEFICIENTE.TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA. PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA NO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0602623-81.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Santana Magalhaes Rodrigues Advogado: Edinei Lourenço de Carvalho Recorrido: Águas do Amazonas S.A. Soc. Advogados: Ana Paula da Silva Bezerra (OAB: 5797/AM) Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Advogada: Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. COBRANÇA SUPERIOR À MÉDIA. HIDRÔMETRO TROCADO. MANUTENÇÃO DO INCONFORMISMO DA CONSUMIDORA. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA CONFIGURADA. COMPLEXIDADE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 95/96, ao argumento de que fora extra petita ao reconhecer a complexidade da causa, posto que tal preliminar sequer fora arguida em sede de contestação. Ora, tal argumento é totalmente descabido, eis que o juiz é o destinatário da prova e, expondo as razões pelas quais considera a causa complexa, não há qualquer necessidade de tal questão ser levantada por qualquer das partes, podendo ser intentada de ofício. Logo, considerando que a recorrente considera que as cobranças são indevidas, mesmo após a regular troca de hidrômetro, como bem ponderado pelo juiz de primeiro grau, resta configurada a necessidade de perícia técnica para constatação de eventual abusividade, o que resta incabível emsede de Juizados Especiais. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade resta suspensa por 5 anos, por ser o recorrente beneficiário da justiça gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0602737-49.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S/A Advogada: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM) Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Advogado: Rodrigo Dias de Almeida (OAB: 2518/AM) Recorrido: Jonivaldo Lopes Santos Advogado: Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM) Advogado: Alexandre Gomes Ribeiro

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DANO MATERIAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA DE TELEFONIA. LANÇAMENTOS DE FATURAS COM COBRANÇAS INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. EMPRESA QUE PROCEDEU INDEVIDAMENTE COM O CORTE DA LINHA TELEFÔNICA RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0602876-47.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Telefonica Brasil S/A - Vivo S/A Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Recorrido: Valdir Dias de Sena Advogado: Rosquild Azêdo Omena (OAB: A605/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ALTERAÇÃO DE PLANO DE FORMA UNILATERAL. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO SUFICIENTE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Tratam-se de dois Recursos Inominados, interpostos perante ambas as partes: A) Recurso Inominado de fls. 148/152, interposto por VALDIR DIAS DE SENA, aduzindo que o quantum indenizatório fixado em sentença deve ser majorado; B) Recurso Inominado de fls. 170/196, interposto por TELEFÔNICA BRASIL S/A aduz que não resta caracterizado qualquer dano moral, considerando a regular prestação de serviços. No que tange ao recurso de VALDIR DIAS, tenho que o cerne da questão versa sobre alteração unilateral de plano, com cobranças indevidas, não havenco nos autos a existência de qualquer desdobramento capaz de justificar a majoração do valor fixado em sentença, sendo o montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais) suficiente, considerando o contexto fático apresentado. Por outro lado, no que tange ao Recurso de TELEFÔNICA BRASIL, observo que o dano moral resta devidamente configurado, uma vez que a mesma não se desincumbiu de comprovar a regularidade da alteração unilateral do plano, tendo em vista a inversão do ônus da prova, de modo que resta imperioso o reconhecimento do mesmo. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO S CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencidos os recorrentes, cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. Suspensa a exigibilidade em face do recorrente VALDIR DIAS DE SENA, pelo prazo de 5 anos, por ser beneficiário da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0603183-52.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S/A Advogada: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM) Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Recorrido: Edmilson Gomes Dias Advogado: José Eduardo Silva de Sales (OAB: 7700/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA DE TELEFONIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LANÇAMENTO NA FATURA DE SERVIÇO NÃO SOLICITADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COBRANÇAS INDEVIDAS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0603303-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrido: Antonio Pedro de Sousa Cunha Advogado: Jorge de Sousa Oliviera Advogado: Geferson Batista Pinheiro (OAB: 11931/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA E PRESCRIÇÃO REJEITADAS. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0603566-76.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Santander S.a. Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS) Recorrido: james salim mussa Advogado: Risonaldo de Melo Lima Junior (OAB: 6997/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DECISÃO DE EMBARGOS à EXECUÇÃO IMPROCEDENTE. PAGAMENTO PARCIAL. Multa artigo Art. 523, § 1º do Ncpc - CÁLCULO CORRETO. SEM EXCESSOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0603592-43.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon

Recorrente: Confraria do Petisco Ltda - Me Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Recurso inominado. Consumidor. Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização moral. Serviço de fornecimento de energia. cobranças indevidas. Suposta falha na prestação de serviços. ausente no singelo procedimento da seara especial. Extinção do feito, de ofício, por incompetência da Justiça especial. DESSA FORMA, EM HAVENDO NECESSIDADE DE PERÍCIA COMPLEXA E FORMAL, IMPOSSÍVEL SUA REALIZAÇÃO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, A QUEM COMPETE APENAS CONHECER DAS CAUSAS DE MENOR COMPLEXIDADE. PORTANTO, CORRETA A DECISÃO EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, ANTE A INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CONFORME DISPOSTO NO ART. 3º E 51, INCISO II, DA LEI Nº 9.099/95. A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante. Exigir dO (A) autor (A), nessa circunstância, "contraprova", significaria forçá-lO a produzir suporte negativo, ou praticamente impossível. competia à demandada realizar, tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada. TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MORAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.".

Processo: 0603650-43.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Jussara Carla Michiles Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM) Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. PRETENSÃO DE REFORMA para acolhimento dos pedidos iniciais. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Cláusulas abusivas. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO DE FORMA PARCIAL. LESÃO PARCIAL AO CONSUMIDOR. QUITAÇÃO/INEXIGIBILIDADE DEVIDA. DANOS MATERIAIS E MORAIS INDEVIDOS. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PROVIDO EM PARTE. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO parcial ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0603733-96.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Condomínio Acquarelle Advogada: Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB: 6321/AM) Advogado: Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB: 8286/AM) Recorrida: Jacyara Cassia da Silva Cavalcante Advogada: Maria Felicia de Nazare Cardoso Paulain (OAB: 3939/AM) Advogado: Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB: 8713/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES. NOTIFICAÇÃO DE ANOTAÇÃO DE PROTESTO. CONTINUAÇÃO DAS COBRANÇAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0603740-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM) Recorrida: Olgarina Leda Matos Advogado: Ana Hellen Brandão Furtado (OAB: 8509/AM) Advogado: Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE

UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0603837-39.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Marcelo Jonh da Silva Bandeira Defensor P: Everton Sarraff Nascimento (OAB: 6538/AM) Recorrido: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda Advogada: Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB: 7024/AM) Advogado: Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB: 1528/RO) Advogado: Jose Crisitiano Pinheiro (OAB: 1529/RO)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DISTRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS PELA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL. AUTONOMIA. SEM LESÃO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0603890-77.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Procuradora: Debora Bandeira Koenow (OAB: 36823/GO) Procurador: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) Recorrida: Andreia Macia da Silva Soares Advogado: Eduardo Alvarenga Viana (OAB: 6032/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS DO CONTRATO. EXTENSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DIREITO AO DEPÓSITO DO FGTS. ORIENTAÇÃO QUE PREVALECE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RAZÃO DE JULGAMENTO FINAL, COM REPERCUSSÃO GERAL, DO RE 596.478/RR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Nome do juiz prolator da sentença Não informado".

Processo: 0604454-67.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: W. G. ELETRO S/A (CITY LAR) Advogado: Walter de Oliveira Monteiro (OAB: 1218A/AM) Advogada: Maria Eduarda Dutra de Oliveira Silva (OAB: 69780/RS) Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128431/SP) Recorrida: Adriane Ferreira de Jesus Advogada: Marly Gomes Capote (OAB: 7067/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. VENDA DE MOTOCICLETA 50 CC. NOTA FISCAL NÃO ENTREGUE. TENTATIVAS DIVERSAS DE RESOLUÇÃO AMIGÁVEL. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 164/166, trazendo em suas razões recursais o fato de o sistema de emissão da nota fiscal ter ficado inoperante no momento da compra, de modo que a nota só não foi entregue à recorrida por não ter retornado à loja. Contudo, como bem ponderou o juízo de primeiro grau, a consumidora procurou o estabelecimento comercial para obtenção da nota, sequer encontrando o gerente que lhe atendera, restando configurada a omissão dolosa na resolução do problema, ocasionando os danos morais vindicados e dando ensejo à obrigação de fazer com as astreintes respectivas .Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0604506-70.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Recorrido: Paulo Cesar Viana de Oliveira Advogado: Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB: 11908/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0604800-18.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: KETLEN COMERCIO DE ESTIVAS LTDA – ME Advogado: Jadismar Souza Lima (OAB: 3307/AM) Advogado: Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB: 7320/AM) Recorrido: ANDERSON JUNIO DA SILVA BRASIL Advogado: Fabianno Martins Frazão (OAB: 7004/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ABORDAGEM E ACUSAÇÃO DE FURTO LOGO APÓS SAÍDA DO ESTABELECIMENTO - PREPOSTOS. LESÃO AOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS. CONSTRANGIMENTO E VEXAME PROVADOS. ART. 5º, INCISOS V E X DA CF/1988 C/C ART. 186/927 DO CCB. DANOS MORAIS CONFIGURADOS IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0604907-09.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda Advogado: Caio Patrick Coelho Silva Andrade (OAB: 13408/AM) Soc. Advogados: Denilza Maria Bezerra Pessoa (OAB: 613/AM) Advogada: Elisa Gomes Valente Bulboo (OAB: 9767/AM) Advogado: Elaise Moss Portela (OAB: 7689/AM) Advogado: Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM) Advogado: Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM) Recorrido: Fernando Fernandes Carvalho Advogado: Patrick de Souza Cruz (OAB: 13259/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação de obrigação de fazer com indenização por danos morais e materiais. Contrato de serviços médicos. Falha na prestação de serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais e materiais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0604927-97.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) Recorrido: Ernesto Koji Nakazawa Advogado: Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB: 6164/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA. LOCATÁRIO QUE AO ENCERRAR O CONTRATO DE LOCAÇÃO SOLICITOU A TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE. SERVIÇO SOLICITADO EM 30.06.2015 COM INFORMAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE QUE SERIA EFETUADO ATÉ 10.07.2015 (fls. 18). TRANSFERÊNCIA NÃO EFETUADA. PROTESTO INDEVIDO DA DÍVIDA POR FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM VALOR ADEQUADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0604978-11.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Fábio Nogueira Corrêa (OAB: 5674/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 190060/RJ) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Recorrida: Lyssandra Hajamim da Silva Mello Advogado: Orandle Redman Ambrosio (OAB: 10646/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. NÃO HÁ INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0604996-17.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a. Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Recorrida: Creuza Vidinha de Alfaia Advogado: Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB: 46521/BA)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0605129-08.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: ONILSON ABREU DA SILVA Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605497-83.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaú S/A Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) Recorrido: Paulo Roberto Silva de Almeida Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) Advogado: Gersica Barbosa da Cunha (OAB: 14051/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação declaratória de inexigibilidade de débito com indenização por danos morais. Contrato de SERVIÇO DE CARTÃO DE CRÉDITO. Cobrança indevida. Falha na prestação de serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0605592-13.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Analícia Cristina Cunha Penalber Advogado: Gamal Swami de Abreu (OAB: 9106/AM) Advogado: Margide Amaro de Souza (OAB: 10380/AM) Advogado: Margide Amaro de Souza (OAB: 10380/AM) Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605597-38.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Clenilda da Cruz Lima Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM) Recorrido: Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A Advogada: Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB: 7109/AM) Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA. A parte autora aduz que, ao contratar mútuo junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativosDa análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, observo que o seguro consta como embutido no contrato de empréstimo, o qual foi totalmente preenchido pelo banco réu, o que deixa transparecer de forma clara e inequívoca a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada.Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos materiais do valor indevidamente desconto, devendo o mesmo ser devolvido de forma simples, bem como danos morais no valor de R$ 3.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sobre a indenização por danos materiais, os juros de mora são contados a partir da citação (Art. 405 do Código Civil) e a correção monetária desde o desembolso (Súmula n. 43 do STJ).Sem custas em face da lei. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.".

Processo: 0605618-77.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Recorrido: Carlos Alberto Rodrigues Advogado: Claudevan de Souza Pereira (OAB: 7800/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0605676-14.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Natalia de Melo Sampaio Advogada: Luduvina de Melo Sampaio (OAB: 2230/AM) Recorrida: Maria Gorete da Silva Calderaro Advogado: Sergio Paulo Mesquita Junior (OAB: 10823/AM) Advogada: Dayana de Menezes Azevedo Advogado: Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB: 12521/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPA DEMONSTRADA. DANO MATERIAL COMPROVADO. NECESSIDADE DE REPARAÇÃO. DANO MATERIAL CONCEDIDO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0605698-60.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE) Recorrida: Marta Souto da Costa Advogada: Janaína Lopes Cavalcante (OAB: 5872/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado – CONSUMIDOR – AÇÃO DE declaratória de inexigibilidade de débito C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – contrato de seguro – cobranças indevidas – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0605748-57.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: KIRK DOUGLAS BARROSO FELIX Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) Recorrido: Banco Votorantim - BV Financeira S/A Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. QUITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. DESCONTOS FEITOS DE FORMA REGULAR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NÃO CONFIGURADA. DEVER DE INDENIZAR AFASTADO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 136/137, que rejeitou os pleitos autorais ao argumento de que o recorrente não comprovou a quitação do contrato, como aduz na inicial. O recorrente aduz que só teve acesso ao contrato após o

ajuizamento da ação e, em consulta à Calculadora do Cidadão, não deveria dever o total de 58 parcelas, e sim número menor. Contudo, tenho que tal alegação por si só não é suficiente para desconstituir os válidos argumentos da sentença, bem como o contrato de fls. 105, o qual é claro e inequívoco ao afirmar que o contrato foi celebrado em 58 parcelas, e não em 52, como aduzido na inicial, de modo que, de fato, não houve comprovação da quitação a tornar irregulares os descontos reclamados. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa pelo prazo de 5 anos, por ser o recorrente beneficiário da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605830-20.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Tertuliano Cardoso da Silva Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Recorrido: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA.A parte autora aduz que, ao contratar mútuo junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativosDa análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, observo que o seguro consta como embutido no contrato de empréstimo, o qual foi totalmente preenchido pelo banco réu, o que deixa transparecer de forma clara e inequívoca a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos morais no valor de R$ 3.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sobre a indenização por danos materiais, os juros de mora são contados a partir da citação (Art. 405 do Código Civil) e a correção monetária desde o desembolso (Súmula n. 43 do STJ).Sem custas em face da lei. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.".

Processo: 0605855-67.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Alan da Silva Modesto Advogada: Kênia Bastos Andrade (OAB: 4037/AM) Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605981-54.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A Advogado: Daniel Coutinho da Silva (OAB: 9122/AM) Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ) Recorrido: Orlando Sousa Albarado Advogado: Mirna Cristina Geber da Silva (OAB: 9097/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. cobrança indevida. NEGATIVAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0606436-63.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S.a (Net Serviços de Comunicação S/A - Vivax S/a) Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Recorrida: Danielle Freitas da Silva Advogado: Rodolfo Machado Reis (OAB: 11036/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES. EMPRESA QUE CANCELOU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO POR INTEIRO DE FORMA UNILATERAL. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA PARA MINORAR O QUANTUM INDENIZATÓRIO. QUANTUM ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606480-48.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM) Advogado: Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB: 7675A/TO) Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Recorrida: Telmara Rodrigues Sobreira Advogado: Peterson Ricardo Oliveira Moura (OAB: 9705/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPANHIA AÉREA. SERVIÇO DEFICIENTE. TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. ALEGAÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO DA MALHA AÉREA. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA. PRINCíPIO DA INFORMAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606532-41.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Embratel Tvsat Telecomunicacoes Sa Advogado: Dayla Lima da Silva (OAB: 9316/AM) Advogado: Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB: 8766/AM) Advogada: Lilian Karen de Souza (OAB: 167344/MG) Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Recorrido: Eduardo Pinto da Silva Advogado: César Augusto do Nascimento Cardoso (OAB: 12109/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado – CONSUMIDOR – AÇÃO DE declaratória de inexigibilidade de débito C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – cobranças indevidas – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0606595-59.2016.8.04.0020 - Apelação Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: CILENE PINHEIRO CAMPOS Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606612-08.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: SKY Brasil Serviços Ldta Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183/AM) Advogado: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183A/AM) Recorrido: Francisco de Assis de A. Simas Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO C/C DANOS MORAIS. EMPRESA DE TV A CABO. SKY. COBRANÇA POR SERVIÇO DIVERGENTE DO SOLICITADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INCLUSÃO DE PONTO ADICIONAL SEM SOLICITAÇÃO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606717-87.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: MARIA GORETE GOMES DA SILVA Defensora: Suelen dos Santos Paes Menta (OAB: 181181/AM) Recorrido: WALBER GOMES DE SOUZA Advogada: Eliza Paes Araújo (OAB: 5162/AM) Advogada: Scheila M. A. do Carmo Ramos (OAB: 4776/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. OFENSA NO LOCAL DE TRABALHO DO RECORRIDO. DANO MORAL. ALEGADA FALTA DE PROVAS INEXISTENTE. QUANTUM ADEQUADO À SITUAÇÃO FÁTICA NARRADA. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 44/46, ao argumento de inexistirem provas de que teria ofendido o recorrido de "gayzinho" ou outro adjetivo de baixo calão, em seu local de trabalho. Contudo, tenho que a instrução realizada pelo juízo de primeiro grau bem apreciou e valorou a prova testemunhal, de modo que, incontestavelmente, resta caracterizado o dano moral. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. Friso que o juízo de primeiro grau denegou seguimento ao Recurso de fls. 50 e ss. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa por 5 anos, por ser a recorrente beneficiária da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606861-27.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Pan S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrido: PAULO GUSTAVO ROCHA DE BARROS Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COBRANÇA DE DÉBITO CUJA EXISTÊNCIA NÃO FOI COMPROVADA. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE CONCEDIDA. COBRANÇA DE DÉBITO LIQUIDADO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606921-34.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Oi Móvel S/A Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ) Advogada: Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM) Advogado: Daniel Coutinho da Silva (OAB: 9122/AM) Recorrido: MARCIO ANDRE PANTOJA PIRES Advogado: Carlos Pedro Castelo Barros (OAB: 1229/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES APÓS O CANCELAMENTO DO SERVIÇO. CONTINUAÇÃO DAS COBRANÇAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0607138-28.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Hsbc Finance (Brasil) S.a - Banco Losango S/A Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) Recorrido: Moisés Barbosa Rodrigues Advogado: Malber Souza Tavares (OAB: 6455/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: DANO MORAL. INSCRIÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM BANCO DE DADOS RESTRITIVO DE CRÉDITO. DÍVIDA QUITADA, E MANUTENÇÃO DE INSCRIÇÃO POSTERIOR À DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS. O dano moral é decorrência natural da negativação indevida, apresentando-se na modalidade in re ipsa. Precedentes stj. art. 14 do CDC. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO, POIS PROPORCIONAL AO DANO SOFRIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Ante a ausência de preliminares, passo ao julgamento do mérito.1. Pugna o Recorrente pela improcedência dos pedidos do Autor, ou minoração da indenização fixada em 1º Grau. No caso, foi julgado procedente o pedido de indenização por dano moral fundada em inclusão indevida de dados pessoais junto a órgão de proteção do mercado de consumo. 2. Com efeito, considerando que o contrato de financiamento estava quitado, inclusive com Declaração de Quitação Anual de Débitos correspondentes ao período de janeiro a dezembro de 2016 (fls. 17), ao cobrar parcela já paga, e promover a restrição pela dívida (fls. 18), conclui-se que o credor agiu em manifesto abuso de direito e, nessa condição, cometeu ato ilícito passível de reparação, estando demonstrado o fato desabonador, individualizado o seu causador e provada a relação de causa e efeito, ex vi dos arts. 186 e 927 do CC. Configura-se a responsabilidade objetiva da empresa, na forma do art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. 3. O dano moral dá-se in re ipsa, não havendo necessidade de maiores delongas a respeito da configuração do dano e do direito à reparação, conquanto tenham sido demonstrados o fato desabonador, o causador da ofensa e a relação de causa e efeito necessária à reparação. Além disso, a doutrina e a jurisprudência pátrias são uníssonas no sentido de que a mera inscrição indevida do nome do consumidor em cadastro de proteção ao crédito gera presunção de dano moral (danum in re ipsa): STJ - "a própria inclusão ou manutenção equivocada configura o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos" (Ag 1.379.761). 4. Aplicação, ao caso concreto, da Súmula 13 da Turma Recursal do Estado do Amazonas, publicada na Revista dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Ano V- N° 5 de 2003: "DANO MORAL - A inscrição do nome de consumidor em cadastro de inadimplentes, sem que esteja em débito, enseja responsabilização por dano moral, constituindo-se, por si só, causa suficiente à indenização moral." 5. Quanto ao valor arbitrado em Primeiro Grau deve ser mantido, pois na fixação do montante devido, o prudente arbítrio do julgador considerou os fins pedagógico e punitivo da reparação moral, sem embargo de sopesar as circunstâncias próprias do agravo causado ao consumidor. Logo, é quantia comedida e perfeitamente adequada à tarefa ressarcitória.VOTO: Assim, conheço do recurso e nego provimento, para manter a sentença monocrática em seus exatos termos (art. 46, Lei 9.099/95). Condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 20% sobre o valor da condenação.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus,XXXXXXXXXXXXXXXXXX.".

Processo: 0607188-66.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Telefonica Data S/A Advogado: Rodrigo Dias de Almeida (OAB: 2518/AM) Recorrente: Vivo S.a. Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Recorrida: Angelica Montanha Sadala Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. RELAÇÃO JURÍDICA NÃO RECONHECIDA. FALHA DO SERVIÇO. INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. NEGATIVA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. ATO ILÍCITO. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. VALOR ADEQUADO. SENTENÇA MANTIDA EM SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607222-70.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Elias Castro dos Santos Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM) Recorrido: Banco Pan S/A

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. NEGATIVAÇÃO DO NOME DO (A) AUTOR (A) JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA. O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DA COBRANÇA SUPOSTAMENTE INDEVIDA OCASIONADA.EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS AO AUTOR, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0607286-83.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Advogado: Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB: 8766/AM) Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) Recorrida: Edilaine Samara Aguir Ribeiro Advogado: Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB: 13076/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DANOS MORAIS. PORTABILIDADE NÃO REALIZADA. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE SINAL SERVIÇOS. CDC APLICADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPRÓVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0607360-37.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Cleunice Marinho Garcia Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM) Advogada: Drielle Carvalho de Arruda (OAB: 9121/AM) Recorrido: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Recurso inominado. Consumidor. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. SERVIÇO ESSENCIAL. COBRANÇA INDEVIDA ALÉM DAS CIRCUNSTÂNCIAS REAIS DO CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AUSÊNCIA DE PROVA DE EFETIVO CONSUMO PELA PARTE AUTORA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE. READEQUAÇÃO DO VALOR DEVIDO.A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante.Exigir do (A) autor (A), nessa circunstância, "contraprova", significaria forçá-lO (a) a produzir suporte negativo, ou praticamente impossível. competia à demandada realizar, tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA. DANOS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA COM RELAÇÃO A MAJORAÇÃO AO QUANTUM INDENIZATÓRIO IMPOSTO. RECURSO DA PARTE AUTORA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.".

Processo: 0607362-78.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Alfredo Hifumi Sato Advogado: Rodrigo Pollari Castelo Branco (OAB: 7993/AM) Recorrido: Rufino Comercio de Alimentos Ltda, Nome Fantasia: Baratão da Carne Advogado: Josias Ferreira Cavalcante (OAB: 3580/AM) Advogada: Edianave Mendonça Lima (OAB: 8469/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0607393-35.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrida: ANA LUCIA SOUZA DAS CHAGAS Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607482-87.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM) Recorrida: SILVANA DE MELO MONTEIRO Advogada: Bianca Alessandra Batista Lima (OAB: 7516/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. REJEITADAS AS PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA E PRESCRIÇÃO TRIENAL. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0607502-75.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Francisco Silva de Oliveira Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Recurso inominado. Consumidor. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. COBRANÇA INDEVIDA ALÉM DAS CIRCUNSTÂNCIAS REAIS DO CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AUSÊNCIA DE PROVA DE EFETIVO CONSUMO PELA PARTE AUTORA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE. READEQUAÇÃO DO VALOR DEVIDO.A relação de

consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante.Exigir do (A) autor (A), nessa circunstância, "contraprova", significaria forçá-lO (a) a produzir suporte negativo, ou praticamente impossível. competia à demandada realizar, tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANO CONFIGURADO NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA COM RELAÇÃO A MAJORAÇÃO AO QUANTUM INDENIZATÓRIO IMPOSTO. RECURSO DA PARTE AUTORA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.".

Processo: 0607660-21.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Liciane Lopes de Melo Advogado: Diego da Silva Soares Cruz (OAB: 21519/MT) Recorrido: Claro S/A Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. EMPRESA DE TELEFONIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. SERVIÇO CONTRATADO. PARTE AUTORA QUE UTILIZAVA DE FATO O SERVIÇO. UTILIZAÇÃO DEMONSTRADA. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0607668-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Safra S.A. Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO) Recorrido: Bruno D Adriny Vieira Costa Advogado: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação declaratória DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C indenização por danos morais. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. Falha na prestação dOS serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0607676-24.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Cartão Unik S.a Advogado: Gastão Meirelles Pereira (OAB: 130203/SP) Advogado: Fernando Campos Varnieri (OAB: 997A/AM) Recorrido: Sérgio Eduardo Santos da Costa Soc. Advogados: Simone Waughan Freitas de Souza (OAB: 11830/AM) Soc. Advogados: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM) Advogado: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. EMPRÉSTIMO EM CARTÃO DE CRÉDITO. NÃO RECONHECIDO. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 200, ao argumento de que o recorrido não trouxe aos autos qualquer elemento que demonstre suas alegações. Contudo, como bem ponderou a sentença de primeiro grau, caberia à recorrente demonstrar que o negócio feito junto ao cartão de crédito por ele administrado fora realizado pelo recorrido, o que não fez, sendo certo que o ônus da prova a ele incumbe. Ademais, o quantum indenizatório fixado se mostra razoável, considerando o contexto fático apresentado. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607756-48.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Santander S.a. Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS) Recorrido: Sudeni Ferreira Nunes Advogado: Thiago Teixeira da Costa (OAB: 12263/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. JUROS DIVERGENTES. "CALCULADORA DO CIDADÃO" É MEIO DE PROVA INIDÔNEO PARA CÁLCULOS COMPLEXOS. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS E DEVOLUÇÃO DE VALORES COBRADOS EM EXCESSO, ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA CALCULADORA DO CIDADÃO PARA ESTA FINALIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0607815-58.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Luzimar de Souza Lima Advogada: Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM) Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. COBRANÇA ACIMA DA MÉDIA. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DANO MORAL, PORÉM, NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de primeiro grau, aduzindo que a cobrança abusiva recebida pela recorrida faz configurar a ocorrência de danos morais, considerando o desgaste e indignação sofridos. Contudo,

tenho que o juízo de piso bem apreciou o contexto fático delineado, na medida em que não restou configurada qualquer situação que extrapole os limites do mero aborrecimento, de modo que a sentença deve ser mantida, in totum.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa por 5 anos, por ser a recorrente beneficiária da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607923-31.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A Advogada: Jessica Lobo Silva (OAB: 158014/MG) Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Advogado: Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB: 8766/AM) Recorrido: Dario Fernandes de Almeida Advogado: Fábio Leite Nobre (OAB: 11149/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇO DE telefonia móvel. Ausência de sinal. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Danos morais IN RE IPSA CONFIGURADOS. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE.A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante.Exigir do (A) autor (A), nessa circunstância, "contraprova", significaria forçá-lO (a) a produzir suporte negativo, ou praticamente impossível. competia à demandada realizar, tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MORAIS IN RE IPSA CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0608189-74.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Centro Educacional Imperial - Re Carneiro Epp - Me Advogado: Euler Barreto Carneiro (OAB: 4762/AM) Recorrido: Ruidembergue Ribeiro Guimarães

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. JUÍZO QUE NÃO RECONHECE A LIQUIDEZ. CONVERSÃO IMPLÍCITA EM AÇÃO DE CONHECIMENTO. JULGAMENTO DE MÉRITO DE PEDIDO INEXISTENTE. SENTENÇA QUE DEVE SER ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 39/41, a qual julgou improcedente o pedido autoral, ao argumento de que não consta dos autos qualquer documento que comprove a prestação do serviço educacional contratado. Contudo, é certo que a ação ajuizada não é de cobrança, e sim de execução de título extrajudicial, sendo que o juízo a quo, às fls. 31, limitou-se a afirmar que o contrato juntado não é título executivo, determinando que fosse pautada audiência, não havendo sequer conversão do rito, ou intimação da parte interessada para adequação do mesmo. Logo, tenho que a sentença é extra petita, versando sobre pedido totalmente diverso da inicial, devendo a mesma ser anulada, com o retorno dos autos ao juízo de origem para que o rito seja adequado, ou para que se proceda à sua respectiva extinção. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Sentença anulada, com o respectivo retorno dos autos ao juízo de origem para que o trâmite processual prossiga conforme os pedidos constantes da inicial, que versa sobre execução de título extrajudicial. Sem custas e honorários.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0608375-15.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrida: Solange de Oliveira Costa Advogado: Fernanda Prestes de Lima (OAB: 8776/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0608477-85.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Roberto Rodrigues dos Santos Filho Advogado: Rustene Rocha Monteiro (OAB: 11974/AM) Recorrido: Banco do Estado do Pará S/A Advogado: Alysson Lopes da Costa (OAB: 20552/PA)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRETENSÃO DE REFORMA DA SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE JUROS ABUSIVOS. Ausência de comprovação de fato constitutivo do direito dO autorA DOS JUROS ABUSIVOS. CONTRATO VÁLIDO. FINANCIAMENTO EM CURSO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0608576-55.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Francisca da Conceição Bezerra Advogado: Pedro Antonio de Oliveira (OAB: 9678/AM) Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. TENTATIVA DE SOLUÇÃO PELA VIA ADMINISTRATIVA. EMPRESA QUE NÃO CUMPRIU COM O ACORDADO NO SENTIDO DE ESTABELECER NOVA LIGAÇÃO. COBRANÇA DESPROPORCIONAL. FATURAS EXORBITANTES. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO PELO JUÍZO A QUO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe,

DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0608681-81.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogado: Isabelle dos Santos Perasa Ribeiro (OAB: 12079/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Recorrido: Manoel Castro de Lima Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/ INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0608860-49.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Loja Diva Pop Advogado: Felipe de Lucena Riccieri (OAB: 9937/AM) Recorrida: Denisi Cabral de Albuquerque Advogado: Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB: 1083/RR)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. dano moral. CARTÃO DE CRÉDITO. UTILIZAÇÃO POR TERCEIROS PARA REALIZAÇÃO DE COMPRAS. Defeito na prestação dos serviços da ADMINISTRADORA. FALHA NO DEVER DE SEGURANÇA. Risco inerente à atividade que desenvolve. CONSTRANGIMENTO CARACTERIZADO. Dano moral configurado. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. SENTENÇA MANTIDA. Relatório dispensado, nos moldes do Enunciado n.º 92 do FONAJE. Ante a ausência de preliminares, passo ao julgamento do mérito.1. Da análise dos autos, tanto em sua peça contestatória, como no recurso interposto, a Recorrente aduz que as cobranças lançadas na fatura de cartão de crédito seriam de responsabilidade única da administradora do cartão - CEF.2. Contudo, apresenta comprovante da compra, emitida por máquina do estabelecimento (fls. 53), demonstrando que esta ocorreu. Adiante, às fls. 57, reconhece que "simplesmente esquecer de exigir a identificação da pessoa que comprou R$ 178,00 com cartão de crédito mediante digitação de senha" foi uma falha sua. Logo, resta demonstrada a irregularidade das compras, por confissão quanto à matéria de fato (art. 374, II, do CPC).3. A responsabilidade da Ré é objetiva e solidária, nos termos do art. 25, §2º, do CPC, na condição de estabelecimento comercial, deve ter cuidado na verificação dos dados dos clientes, para evitar a ocorrência de fraudes desta natureza. 5. O dano moral, como dito, confirma-se não só como forma de reparação pela desconsideração com o consumidor, surpreendido com cobranças indevidas, mas também e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico que integra este tipo de reparação.6. Por fim, resta salientar que o pedido de redução do quantum indenizatório deve ser analisado, vez que excessivo e desproporcional ao prejuízo efetivamente experimentado, haja vista que a recorrida não suportou maiores seqüelas, como uma negativação indevida. Pelos danos morais sofridos, bem como pela conduta omissiva da Ré em solucionar o problema, e, por fim, os constrangimentos oriundos do fato, razoável e proporcional a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), considerando a realidade fática e a razoabilidade, vez que os danos causados não se mostraram graves. VOTO: Assim, conheço do recurso e dou-lhe provimento parcial, apenas para reduzir o valor da indenização por dano moral ao patamar de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Juros legais e correção monetária partir da fixação. Ficam mantidos todos os demais termos da sentença. Condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, na sua condição de vencido (Art. 55, Lei 9.099/95). É o voto.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Instância. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 08.08.2019".

Processo: 0608876-17.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Sebastião Nunes da Silva Advogada: Priscilla Lins Santiago (OAB: 12354/AM) Recorrido: Claro S/A Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. EMPRESA DE TELEFONIA E TV. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA CONCEDIDA NA SENTENÇA DE PISO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0608987-16.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 95502/RJ) Recorrida: Cleilce Silva de Souza Advogado: Alexandre Gomes Ribeiro Advogado: Marcos Paulo Coelho de Souza (OAB: 4395/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPANHIA AÉREA. ATRASO NO VOO. TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA. PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0609091-76.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon

Recorrente: Direcional Engenharia S/A Soc. Advogados: Ana Paula da Silva Bezerra (OAB: 5797/AM) Recorrida: SILVIA

CRISTINA COELHO DA SILVA Advogado: Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: Direito do consumidor. PRELIMINAR. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. TITULARIDADE DA COBRANÇA. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. CLÁUSULA CONTRATUAL DE TRANSFERÊNCIA DE OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE QUE DEPENDE DO RESPEITO AO DEVER DE INFORMAÇÃO. ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N.º 1.599.511/SP - STJ. AUSÊNCIA DE EXPRESSA REFERÊNCIA DO VALOR DA COMISSÃO, JUNTAMENTE COM O VALOR GLOBAL DO IMÓVEL. REPETIÇÃO DOBRADA, NOS TERMOS DO ART. 42, P. ÚNICO DO CDC. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. RECURSO DESPROVIDO. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. PRELIMINAR. INÉPCIA DA INICIAL.Rejeito a preliminar, atento ao fato de que a exordial obedece aos requisitos impostos pelo CPC; a Autora possui interesse na propositura da ação, eis que o acordo que teria sido celebrado junto ao PROCON/Am não fora cumprido pela Recorrente; e a Ré é parte legítima para responder à ação. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95). . DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 29.08.2019".

Processo: 0609130-47.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Advogado: Isabella Peres Russo (OAB: 3198/AM) Recorrido: Antonio Silva de Souza Advogado: Antonio Carlos Gama Alves (OAB: 16215/PA)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

E M E N T A:RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. MATRÍCULA E PARTICIPAÇÃO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTO - CAS. LEI 4.044/14, ART. 8º. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS OBJETIVOS DE PROMOÇÃO. EFETIVO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES, CAPAZ, AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA OU REFORMA POR INVALIDEZ. COMPORTAMENTO QUALIFICADO COMO "EXCEPCIONAL", E NÃO ATINGIMENTO DA IDADE LIMITE DE 54 ANOS. FORMAÇÃO ACADÊMICA ATENDIDA. INTERSTÍCIO E TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO DO SERVIÇO (19 ANOS, NO CASO, E ESTÁ NA CONDIÇÃO DE 3º SARGENTO DESDE 31/12/2013). CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE ATINGIDO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA MANTIDA, EM TODOS SEUS TERMOS. RECURSO DESPROVIDO. CONDENAÇÃO DO RECORRENTE AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, OS QUAIS ARBITRO EM 20%, SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 85, §3º, I, DO CPC.1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Forte nestes argumentos, voto por conhecer e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, para manter a sentença de 1º grau incólume, por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. Condenação do Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários de advogado, os quais arbitro em R$ 1.000,00, nos termos do art. 85, §2º, §3º, I, e §8º, todos do CPC.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus,".

Processo: 0609709-50.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Tim Celular S/A Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Advogado: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM) Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) Recorrida: Renilda Martins Batista Advogada: Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB: 5356/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE

FAZER C/C indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. cobrança indevida. NEGATIVAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0609775-30.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Valnei da Costa Alves Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM) Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA. A parte autora aduz que, ao contratar mútuo junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.Da análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, observo que o seguro consta como embutido no contrato de empréstimo, o qual foi totalmente preenchido pelo banco réu, o que deixa transparecer de forma clara e inequívoca a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos materiais para que seja devolvido de forma simples o valor indevidamente descontado, bem como danos morais no valor de R$ 3.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sobre a indenização por danos materiais, os juros de mora são contados a partir da citação (Art. 405 do Código Civil) e a correção monetária desde o desembolso (Súmula n. 43 do STJ).Sem custas em face da lei. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.".

Processo: 0609800-09.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM) Recorrido: Maria das Graças Moreira Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. DESCONTOS INDEVIDOS. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL L. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0609894-59.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco do Brasil SA Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 211648/SP) Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) Recorrente: ATIVOS SA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) Recorrido: CLEVESON DOS SANTOS Advogado: Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB: 5910/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COBRANÇA DE DÉBITO CUJA EXISTÊNCIA NÃO FOI COMPROVADA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE CONCEDIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0609991-25.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. Advogado: Márcio Vinicius Costa Pereira (OAB: 84367/RJ) Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM) Recorrido: Gustavo Pires Braga Advogada: Cárita Martins Borges Pedroso (OAB: 7310/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COMPANHIA AÉREA. ATRASO NO VOO. TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA. PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO

CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0610055-98.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Auto Ônibus Lider Ltda Advogada: Ana Paula Ivo Fernandes Marinho (OAB: 4288/AM) Recorrido: João Teles da Silva Advogada: Selma Mara Santana Mota (OAB: 5524/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TRANSPORTE COLETIVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS EM CONCRETO. QUANTUM MANTIDO. INICIALMENTE CABE RESSALTAR QUE A RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS É OBJETIVA, NOS TERMOS DO ART. 14 DO CDC.Relação de consumo que opera a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do CDC. Logo, cabia a parte ré comprovar a ocorrência de evento capaz de afastar, no caso concreto, a responsabilidade objetiva da requerida, consoante o art. 333, inciso II, do CPC, o que não se verifica nos autos. DANOS MORAIS IN RE IPSA CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0610254-23.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Fábio de Oliveira Huss Soc. Advogados: Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 154/AM) Advogado: Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB: 4315/AM) Recorrido: Institto Brasileiro de Educação Continuada - Inbec Advogada: Maria Imaculada Gordiano Oliveira Barbosa (OAB: 8667/CE) Soc. Advogados: Imaculada Gordiano Sociedade de Advogados (OAB: 173/CE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DEBITO C/C INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE SERVIÇO EDUCACIONAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA. O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE A FALHA DE SERVÇOS SUPOSTAMENTE OCASIONADA NÃO ACARRETAM A INDISPONIBILIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA AUTORA.EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO PRESTADOR DE SERVIÇOS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS AO AUTOR, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0611098-07.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rodobens Administradora de consórcios Ltda Advogado: Jeferson Alex Salviato (OAB: 236655/SP) Recorrente: Bradesco Seguros S/A Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados Recorrido: Antonio Alves da Costa Advogado: Wanderson de Sousa Lima (OAB: 10791/AM) Recorrido: Mario Kennedy Vieira da Costa Advogado: Wanderson de Sousa Lima (OAB: 10791/AM) Recorrida: Frances Kelly Vieira da Costa Advogado: Wanderson de Sousa Lima (OAB: 10791/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEGURO DE VIDA NÃO PAGO. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Trata-se de dois Recursos Inominados interpostos pelos requeridos. Às fls. 193/198 consta Recurso de BRADESCO VIDE E PREVIDÊNCIA, aduzindo que houve julgamento bis in idem, eis que além da quitação do cartão de crédito, a sentença determinou também ao pagamento de prêmio. Por soutro lado, consta às fls. 205/216 Recurso de RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA aduzindo que a parte recorrida quedou-se inerte no encaminhamento de documentação imprescindível à aprovação do seguro, de modo que não incorreu em qualquer ilícito.No que tange ao Recurso de BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA, resta inequívoco que o juízo de primeiro grau bem apreciou os elementos probatórios nos autos, não havendo o que se falar em julgamento bis in idem, posto que baseado nos termos contratuais do seguro encetado entre as partes. Por sua vez, o Recurso de RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS também não enseja reforma da sentença, posto que sequer comprova a solicitação de qualquer documentação pela recorrida, tendo esta se desincumbido de demonatrar a apresentação da documentação necessária. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0611362-58.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogada: Flavia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Advogada: Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Recorrida: Katia Maria Weil Correa Lima Advogado: Rodrigo Jose Rodrigues Alves Brasileiro (OAB: 13558/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO

NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0611404-73.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a. Advogado: Rodrigo Dias de Almeida (OAB: 2518/AM) Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Recorrido: Jose Vitor da Silva Mota Junior Advogada: Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB: 4376/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DE indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. Cobrança indevida. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0611584-55.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Erzila de Freitas Pimentel Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM) Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM) Recorrido: Vivo S/A Advogado: Naudal Rodrigues de Almeida (OAB: 4068/AM) Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRESA DE TELEFONIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. COBRANÇA DE VALORES DIVERGENTES DO CONTRATADO. SERVIÇOS NÃO SOLICITADOS PELO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO REVISÃO DE FATURAS CONCEDIDAS. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0612021-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco do Brasil S/A Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) Recorrido: Marcelo Ricardo Raposo da Câmara Advogada: Louise Caroline Miquiles Guimarães (OAB: 9251/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação declaratória DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C indenização por danos morais. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. Falha na prestação dOS serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0612236-09.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Oi Movel S.a. Advogado: Daniel Coutinho da Silva (OAB: 9122/AM) Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ) Recorrida: Tamires Silva Rocha Advogado: Lucivane Carla da Silva (OAB: 10109/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0612315-70.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Francisco Araujo dos Santos Advogado: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. DESAPARECIMENTO DE CONTA BANCÁRIA. INCORPORAÇÃO PELO RECORRIDO. FATO APONTADO COMO DANOSO OCORRIDO EM 2003. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 71/74, que reconheceu a prescrição da pretensão autoral. Aduz em suas razões recursais que o caso versa acerca de depósitos em conta bancária que foram perdidos, de modo que incide a prescrição de 25 anos, conforme Lei Federal 2313/54. Contudo, o prazo indicado no art. 2º da mencionada lei não é prescricional para fins de exercício do direito de ação, mas sim de recolhimento para créditos não reclamados, de sorte que a pretensão se encontra, como bem ponderou o juízo de primeiro grau, prescrita. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa pelo período de 5 anos, por ser o recorrente beneficiário da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0613206-77.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: BANCO BMG Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 7529A/AL) Recorrida: Elcilene Souza Ferreira Advogado: Naira Regina Ribeiro Lima (OAB: 9404/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0613383-36.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) Recorrido: Odair Alan Rodrigues de Melo Advogado: Odair Alan Rodrigues de Melo (OAB: 4715/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INSPEÇÃO EM MEDIDOR E IMPOSIÇÃO DE VALORES DE FORMA ARBITRÁRIA. COBRANÇA DE CONSUMO NÃO UTILIZADO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0613443-43.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrida: Maria Vanusa Farias Freitas Advogado: Flávia Caroline de Santana (OAB: 10641/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. VIOLAÇÃO AO DEVER DE TRANSPARÊNCIA. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES PRÉVIAS, ADEQUADAS E CLARAS ACERCA DAS CONDIÇÕES DO NEGÓCIO PACTUADO. INVALIDADE DO CONTRATO. SENTENÇA SILENTE QUANTO À RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. MATÉRIAS DECIDIDAS EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. VALOR INDENIZATÓRIO REDUZIDO À LUZ DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0613474-29.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 95502/RJ) Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM) Recorrido: Helio Ferreira da Silva Soc. Advogados: Lucas Anastasia Maciel (OAB: 104006/MG) Advogado: Lucas Anastasia Maciel (OAB: 104006/MG)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COMPANHIA AÉREA. ATRASO NO VOO. TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA. PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA NO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0613795-64.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: JORGE MARTINS DE SOUZA Soc. Advogados: Fred Figueiredo Cesar (OAB: 9508/AM) Advogado: Fred Figueiredo Cesar (OAB: 9508/AM) Advogado: Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola (OAB: 10044/AM) Advogado: Roger Marques Mendes (OAB: 9516/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO declaratória de revisão DANOS Materiais e mORAIS. Contrato de empréstimO. Descontos em contracheque do valor mínimo. Alegação de ausência de contrato. CÓPIAS NÃO ENTREGUES. REFINANCIAMENTO E RENOVAÇÃO. CARTÃO DE CRÉDITO UTILIZADO PARA DIVERSOS SAQUES. Dano moral não comprovado. Ausência de comprovação de fato constitutivo do direito do autor. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Sem honorários nos termos do art. 55 da lei 9.099/95 e ART. 12 da Lei 1060/50. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0613878-51.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Direcional Engenharia S/A Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG) Advogada: Luma Vieira Marquez (OAB: 10959/AM) Recorrido: Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG) Recorrida: TEREZA DE JESUS ALVES SIMPLÍCIO Advogado: Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

COMPRA E VENDA DE IMÓVEL NA PLANTA. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA. NÃO VERIFICAÇÃO. CAUSA EQUACIONADA PELO VALOR DO BEM ECONÔMICO PRETENDIDO. RETORNO DOS AUTOS PARA REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. SENTENÇA CASSADA.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 175/176, a qual reconheceu a incompetência absoluta do Juizado Especial para julgamento da causa considerando que o valor do contrato ultrapassa a alçada desse microssistema. De fato, como bem pontuado na peça recursal, o bem econômico pretendido na exordial não se refere ao valor do contrato, até porque o cerne da questão é a discussão voltada a juros de obra, cujo montante não desrespeita o valor de alçada dos Juizados Especiais. Inteligência do ENUNCIADO 39 FONAJE: "Em observância ao art. 2º da Lei 9.099/1995, o valor da causa corresponderá à pretensão econômica objeto do pedido". RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Sentença reformada no sentido de desconstituir a sentença, para reconhecer a competência dos Juizados Especiais para julgamento do feito, devendo os autos retornarem ao juízo de primeiro grau para regular processamento. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Sem custas e honorários.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0614025-09.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Marziles Marques dos Reis Advogada: Rebeca Ramos de Mesquita (OAB: 9471/AM) Recorrido: Ativos S.A. Seguritizadora de Creditos Financeiros Advogado: Rafael Furtado Ayres (OAB: 17380/DF) Recorrido: Banco do Brasil S/A Advogado: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG) Advogado: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE

SERVIÇOS BANCÁRIOS. COBRANÇAS SUPOSTAMENTE INDEVIDAS CONTA-CORRENTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: “Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.”.

Processo: 0614560-69.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogada: Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Recorrida: Mirian Castro Sales Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: “DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.”.

Processo: 0615296-87.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: João Marcio Ferreira Vieira Advogado: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM) Recorrido: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A Advogado: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM) Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: “Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.”.

Processo: 0615482-21.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Eversom Luiz Sluzarski da Silva Advogado: Luiz Felipe da Luz de Queiroz Advogada: Elcinete Cardoso de Almeida (OAB: 6946/AM) Recorrido: Governador do Estado do Amazonas Advogada: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SÚMULA DA SENTENÇA. COBRANÇA DE DIÁRIAS. PREENCHIMENTO, PELO AUTOR/RECORRIDO, DOS REQUISITOS LEGAIS PARA RECEBIMENTO DE DIÁRIAS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CARÁTER ESSENCIAL PARA A PMAM. LEI ESTADUAL 1.502/81. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Inicialmente, defiro ao Recorrente os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 99, do CPC/2015.2. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95. 3. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER). 4. In casu, pugna o Recorrente pela reforma da sentença para incluir as diárias referente ao período de 22/10 a 19/11/2013, para o trecho Manicoré/Novo Aripuanã. Contudo, como bem salientou a sentença a quo, não se verifica nos autos documentação comprovando o deslocamento para o período, porquanto o documento de fls. 18 refere-se a um trecho diferente, não se apresentando apto para comprovar que a referida diária foi realizada.VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95). Sem custas e honorários, em razão da concessão da justiça gratuita.. DECISÃO: “A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx”.

Processo: 0615828-95.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Civilcorp Empreendimentos Imobiliários Tarumã

Ltda Advogada: Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB: 6313/AM) Recorrido: Condomínio Vertentes do Tarumã Advogado: Roberto Marques da Costa (OAB: 4135/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS. ENTREGA ANTES DO PERÍODO VINDICADO. CONSTRUTORA MANIFESTAMENTE ILEGÍTIMA PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA LIDE. SENTENÇA REFORMADA. Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 90/91, que julgou procedente a ação de cobrança intentada pelo condomínio recorrido. Em suas razões recursais, a recorrente aduz ter efetuado a entrega do imóvel ao adquirente comprador em janeiro de 2014, sendo que o débito perseguido é de data posterior (dezembro de 2014), de modo que não possui legitimidade para responder pela cobrança. De fato, consta às fls. 85 o termo de recebimento da unidade, datado de 16/01/2014, de modo que a construtora não possui legitimidade para responder por taxas condominiais posteriores a tal data. Friso ainda que o pedido de desistência feito pelo condomínio às fls. 121 é realizado em momento processual inoportuno, não podendo esta Egrégia Turma Recursal manifestar-se acerca do mesmo. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Sentença reformada no sentido de reconhecer a ilegitimidade passiva da recorrente, julgando extinto o feito sem resolução do mérito, do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil Brasileiro. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Sem custas e honorários.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0615944-33.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) Advogado: Roberto Venesia (OAB: 103541/MG) Recorrido: Waldson Pinheiro da Costa Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM) Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação de DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIADE DE DÉBITO C/C indenização por danos morais. COBRANÇA INDEVIDA. Serviço de fornecimento de energia. Falha na prestação de serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0616083-82.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Net Serviços de Comunicação S/A Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Recorrida: Maria das Gracas Queiroz Pereira Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MATERIAL NÃO ACOLHIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0616363-24.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Construtora Aliança Ltda. Advogado: José Mario de Carvalho Neto (OAB: 4861/AM) Recorrido: Daniel Silva Chaves Amazonas de Menezes Advogado: Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB: 8771/AM) Recorrido: Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves Advogado: Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB: 8771/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DE PROPRIEDADE. CONDOMÍNIO. VAZAMENTO DO ANDAR SUPERIOR. PREJUÍZOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. PROPRIEDADE DA CONSTRUTORA RECORRENTE. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 126/130, a qual julgou procedentes os pleitos autorais. As razões recursais versam sobre ilegitimidade passiva da recorrente e complexidade, aduzindo no mérito não possuir responsabilidade pelo alegado. Rejeito as preliminares, pois a recorrente integra a cadeia de fornecedores que éproprietária do imóvel localizado acima do apartamento dos recorridos, bem como por inexistir qualquer elemento que torne imprescindível a realização de perícia técnica para o deslinde do caso. No mérito, tenho como inegável a responsabilidade da recorrente pelos prejuízos experimentados pelos recorridos, eis que o apartamento destes, localizado abaixo do que pertence à recorrente, foi totalmente inundado por vazamento advindo daquele, havendo prejuízos diversos que não foram reparados em sua integralidade, fazendo incidir danos morais e materiais, como bem ponderou a sentença de primeiro grau. No que tange ao pleito de fls. 175/177, referente à suspensão em decorrência de recuperação judicial, não deve ser acolhido, visto que o enunciado 51 do Fonaje prevê que os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria. (Nova Redação no XXI Encontro - Vitória/ES).RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0616395-92.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Tim Celular S/A Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Recorrida: Andreza de Oliveira Barbosa Advogado: Emmanuel Sousa Viana (OAB: 12409/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DE indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. Cobrança indevida. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0616927-03.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ianna Barroso de Oliveira Advogado: Maria Fátima Silva Oliveira (OAB: 6356/AM) Recorrido: Accesscredito - Socieade de Crédito Ao Microempreendedor e À Empresa de Pequeno Porte S.a Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) Advogado: Felipe Almeida Ferreira (OAB: 10271/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. NEGATIVAÇÃO. CONTRATO NÃO CELEBRADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. EXISTÊNCIA DE OUTRAS NEGATIVAÇÕES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 385 STJ. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 152/153, a qual julgou improcedente o pleito de danos morais, ao argumento de haverem outras negativações em nome do recorrente, Aduzem as razões recursais que apenas consta uma negativação, o que afastaria a incidência da Súmula 385 do STJ. Contudo, como se observa do extrato de fls. 43/44 que o recorrente possuía diversas outras inscrições, de modo que a o entendimento sumulado foi corretamente aplicado, devendo-se manter afastado o pleito indenizatório por danos morais e materiais. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade resta suspensa por 5 anos em decorrência do deferimento da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0617346-52.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Net Serviços de Comunicação S/A Advogada: Lilian Karen de Souza (OAB: 167344/MG) Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) Recorrido: Neemias Medeiros da Silva Advogado: Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (OAB: 9967/AM) Advogado: Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB: 13241/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NET. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0617380-61.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Padrão de Vida Corretora de Seguros e Representações Ltda Advogado: Gustavo Carvalho de Oliveira (OAB: 98206/RJ) Advogado: Andrea Caldeira do Couto (OAB: 3601/AM) Advogado: Máximo de Carvalho Júnior (OAB: 14887/CE) Advogado: GUSTAVO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB: 98206/CE) Recorrido: Edilson Batista de Albuquerque Advogado: Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB: 9777/AM) Advogado: Janderson Fernandes Ribeiro

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação declaratória de inexigibilidade de débito com indenização por danos morais. Contrato de empréstimo. Cobrança indevida. Falha na prestação de serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0617675-64.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Francisco Edvan Lima Silvino Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM) Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0618151-39.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Jose Luiz Maciel Neto Advogado: Marcelo Guedes de Mello e Silva (OAB: 9786/AM) Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NÃO CONFIGURADA. NÃO COMPROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE DOS DEBITOS. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 81/84, pois aduz que saiu do imóvel em que era locatário em dezembro de 2014, tendo sido protestado por débitos posteriores, sendo que a sentença considerou válidos os documentos juntados em contestação para demonstrar que o autor ainda permanecia no imóvel, o que nega. Contudo, como bem ponderado pelo juízo de primeiro grau, o recorrente comprovou apenas ter solicitado o desligamento do fornecimento, e não a transferência do débito, sendo certo que os documentos de inspeção juntados pela recorrida às fls. 70 e seguintes demonstram que o autor permaneceu no imóvel em período posterior ao alegado na exordial. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995., cuja exigibilidade deve ser suspensa por 5 anos, por ser o recorrente beneficiário da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0618397-98.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco do Brasil S/A Advogado: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM) Advogado: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG) Recorrida: EUCILENE MARIA DA CUNHA TEIXEIRA Advogada: Cintia Martins de Souza (OAB: 4399/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA SOMENTE QUANTO AO DANO MATERIAL.A parte autora aduz que, ao contratar mútuo junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativosDa análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado. No caso dos presentes autos, observo que o seguro consta como embutido no contrato de empréstimo, o qual foi totalmente preenchido pelo banco réu, o que deixa transparecer de forma clara e inequívoca a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada.Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos materiais, devendo ser restituido de forma simples o valor indevidamente descontado, mantida a condenação pelos danos morais no valor de R$ 5.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sobre a indenização por danos materiais, os juros de mora são contados a partir da citação (Art. 405 do Código Civil) e a correção monetária desde o desembolso (Súmula n. 43 do STJ).Sem custas em face da lei. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso somente relação a condenação pelos danos materiais.".

Processo: 0618710-04.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: José Pedro Soares de Lima Advogado: Margide Amaro de Souza (OAB: 10380/AM) Advogado: Gamal Swami Abreu Recorrido: Governador do Estado do Amazonas Advogada: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) Advogado: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SÚMULA DA SENTENÇA. AÇÃO DE COBRANÇA. CONCESSÃO DE AUXÍLIO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME. Vantagem pecuniária não prevista na LEI 3.725/2012 QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DO AMAZONAS. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER). 3. In casu, o recorrente pleiteia a concessão de verba pecuniária denominada de "auxílio para aquisição de uniforme", vantagem essa prevista em lei já revogada (Lei 1.502/81). Atualmente a remuneração dos Policiais Militares é composta por vencimentos, gratificação de tropa e indenizações taxativamente previstas na Lei n. 3.725/2012, que dispõe sobre a remuneração dos Policiais Militares e Bombeiros Militares, entre as quais não está prevista o auxílio para aquisição de uniformes.VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), porquanto o Magistrado prolator muito bem ponderou os fatos e aplicou com justiça o direito. Sem condenação em custas e honorários, em razão da justiça gratuita concedida. . DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, XXXXXXXXXXXXXXX".

Processo: 0618947-93.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Omini S/A, Financiamento e Investimento Advogado: Neildes Araujo Aguiar Di Gesu (OAB: 217897/SP) Recorrida: Yasmim Caroliny Gama de Souza Advogado: Marcos Paulo dos Santos Braga (OAB: 12624/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C indenização por danos MORAIS. cobrança indevida. NEGATIVAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO

AO CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N. 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0619324-09.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Leci de Souza Oliveira Advogado: Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM) Recorrente: Marcio Andre Araujo Pinho Advogado: Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM) Recorrente: Wilker de Souza Ferreira Advogado: Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM) Recorrente: Sergio Leitão Melo Advogado: Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM) Recorrente: Donato Pinheiro de Araujo Junior Advogado: Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM) Recorrido: Governador do Estado do Amazonas Procurador: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FAZENDA PÚBLICA. CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. CURSOS DE FORMAÇÃO NÃO EFETIVADOS. DIFERENÇA E REFLEXOS DE VALORES DO DIREITO DE PROMOÇÃO. EXISTÊNCIA DE VAGAS. PRESUNÇÃO RELATIVA. REQUISITOS DA PARTE PREENCHIDOS. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDOS. GRADUAÇÃO RESPECTIVA E DEVIDA. FALHA E DESCUMPRIMENTO DAS PROGRESSÕES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0619968-49.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Procuradora: Debora Bandeira Koenow (OAB: 36823/GO) Procurador: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) Recorrido: Francisco Almires da Silva Advogado: Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB: 2978/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. NULIDADE. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. VERBAS TRABALHISTAS FGTS DEVIDO. PRESCRIÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. PRAZO CINCO ANOS ANTERIORES À PROPOSITURA DA AÇÃO. PRECEDENTES STJ E STF. As sucessivas renovações do contrato de prestação de serviços da recorrida, realizadas pelo recorrente, de forma ininterrupta, comprovam de maneira muito clara a desvirtuação da característica essencial da temporariedade para atender causa transitória de interesse público excepcional, esculpido na legislação e consolidada jurisprudência.Em recente julgado o STJ expressa ser devido o FGTS quando seja o contrato de servidor temporário nulo quando do desrespeito ao caráter da transitoriedade/excepcionalidade: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL.VIOLAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. FGTS. DEPÓSITO OBRIGATÓRIO. 1. "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário" (Súmula 280/STF). 2. A Segunda Turma da Corte Superior de Justiça, alinhando-se ao entendimento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, firmou compreensão de que é devido o depósito de FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da CF/1988. 3. Essa orientação incide, inclusive, sobre o caso de contratação temporária nula assim considerada em decorrência da inobservância do seu caráter transitório e excepcional. Precedentes do STJ e do STF. 4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.(STJ. REsp 1658522/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017). O Supremo Tribunal Federal em repercussão geral sobre a matéria, por meio do julgamento do RE n. 596.478/RR, consolidou o entendimento de que o servidor público que possui contrato de trabalho, ainda que este seja considerado nulo, em razão da ausência de aprovação em concurso público (art. 37, §2°, da CF/88), tem direito aos depósitos pertinentes ao FGTS, conforme dispõe o art. 19-A da Lei n.° 8.036/90. Reconhecimento da prescrição quinquenal para a cobrança dos depósitos relativos ao FGTS, em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 20.910/32. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO. DIREITO AO FGTS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTENTE. RESP 1.110848/RN, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS - ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. RECONHECIMENTO DO DIREITO AO FGTS. OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. [...]V - O Decreto 20.910/32, por ser norma especial, prevalece sobre a lei geral. Desse modo, o prazo prescricional para a cobrança de débito relativo ao FGTS em face da Fazenda Pública é de cinco anos. [...] IX - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1588052/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 10/11/2017).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95). . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0620354-71.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogada: Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Recorrida: Raimunda Rodrigues de Freitas Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0620500-78.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco do Brasil S/A Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) Recorrido: Fabricio Filizola Souza Soc. Advogados: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM) Advogada: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM) Advogado: José Carlos Calil Mourão (OAB: 4035/AM) Advogada: Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (OAB: A358/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado – CONSUMIDOR – AÇÃO DE declaratória de inexigibilidade de débito C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – – serviços BANCÁRIOS – CARTÃO DE CRÉDITO – cobranças indevidas – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0620672-54.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Recorrido: Manoel Nazareno Teixeira Lucas Advogada: Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB: 4376/AM) Advogado: João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB: 8622/AM) Advogada: Camila Jatahy Araujo (OAB: 12602/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONTRATO APRESENTADO APÓS O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PRECLUSÃO. DADOS INSUFICIENTES. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE DO NEGÓCIO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REDUÇÃO À LUZ DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0621718-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) Recorrido: Renan Lima de Assis Sobral Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PROTESTO INDEVIDO. COBRANÇAS POSTERIORES AO ENCERRAMENTO DO SERVIÇO. INCLUSÃO DO NOME NO CADASTRO DE NEGATIVAÇÃO. RECONHECIMENTO DA INEXISTÊNCIA DO DÉBITO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0621825-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Recorrida: Samea Maria Almeida de Freitas Advogada: Camila Jatahy Araujo (OAB: 12602/AM) Advogado: João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB: 8622/AM) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Advogada: Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB: 4376/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PERMANÊNCIA INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO APÓS ADIMPLEMENTO DE FATURAS. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0622175-76.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) Recorrida: Marilza Nascimento da Silva Advogado: Fernanda Prestes de Lima (OAB: 8776/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INSCRIÇÃO INDEVIDA JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. COBRANÇA POR FATURA DEVIDAMENTE PAGA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VALOR ARBITRADO EM CONSONÂNCIA COM A RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0622538-63.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Francisca Freire Salgado Advogado: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) Advogado: Ana Carolina Souza Cei (OAB: 8348/AM) Advogado: Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) Recorrido: Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM) Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Advogada: Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB: 7109/AM) Advogada: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA. A parte autora aduz que, ao contratar mútuo junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento

de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.Da análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, observo que o seguro consta como embutido no contrato de empréstimo, o qual foi totalmente preenchido pelo banco réu, o que deixa transparecer de forma clara e inequívoca a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos materiais, devendo ser restituido de forma simples o valor indevidamente descontado, bem como danos morais no valor de R$ 3.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sobre a indenização por danos materiais, os juros de mora são contados a partir da citação (Art. 405 do Código Civil) e a correção monetária desde o desembolso (Súmula n. 43 do STJ).Sem custas em face da lei. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.".

Processo: 0622551-62.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Tim Celular S/A Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Recorrido: Lucas Marques Rabelo Advogado: Andrelino Nogueira Rabelo (OAB: 13032/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DE indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS. Cobrança indevida. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0623200-69.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Procurador: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB: 2538/AM) Procurador: Benedito Evaldo de Lima (OAB: 4821/AM) Recorrida: Maria Rosalia Cordeiro Reis Defensora: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL.LEGITIMIDADE PASSIVA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, GARANTIDORA DO ORÇAMENTO DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. LAUDOS MÉDICOS INDICATIVOS DA NECESSIDADE DE USO DO FÁRMACO. DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO. 1. É dever do Estado a preservação da saúde do cidadão, fornecendo medicamentos indispensáveis à sua sobrevivência ou à melhora do seu quadro clínico, nos termos dos arts. 1º, inc. III; 5º, caput e 196, ambos da Constituição Federal. Cabe ao médico a indicação terapêutica à saúde do paciente. 3. O tratamento médico adequado indica o uso do medicamento "citrato de tamoxifeno" 20 mg, prescrito por médico atuante no próprio sistema de sáude FCECON, unidade oncológica responsável pelo tratamento da Autora. A decisão judicial que visa à imediata observância de preceitos constitucionais não afronta o princípio da isonomia e da impessoalidade. 4. Assim, o Estado deve fornecer tratamento ao cidadão que não tenha condição de arcar com os custos de medicamentos prescritos por médico da rede integrada de saúde. 5. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995.VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95). . DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade,".

Processo: 0623358-27.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Jucineti Souza Albuquerque Advogada: Josemara Souza Diniz da Silva (OAB: 7161/AM) Recorrido: Governador do Estado do Amazonas Procurador: Alberto Bezerra de Melo (OAB: 2015/AM) Procurador: Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB: 1667/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. NULIDADE. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. VERBAS TRABALHISTAS. FGTS DEVIDO. PRESCRIÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. PRAZO CINCO ANOS ANTERIORES À PROPOSITURA DA AÇÃO. PRECEDENTES STJ E STF. As sucessivas renovações do contrato de prestação de serviços da recorrida, realizadas pelo recorrente, de forma ininterrupta, comprovam de maneira muito clara a desvirtuação da característica essencial da temporariedade para atender causa transitória de interesse público excepcional, esculpido na legislação e consolidada jurisprudência.Em recente julgado o STJ expressa ser devido o FGTS quando seja o contrato de servidor temporário nulo quando do desrespeito ao caráter da transitoriedade/excepcionalidade: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL.VIOLAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. FGTS. DEPÓSITO OBRIGATÓRIO. 1. "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário" (Súmula 280/STF). 2. A Segunda Turma da Corte Superior de Justiça, alinhando-se ao entendimento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, firmou compreensão de que é devido o depósito de FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da CF/1988. 3. Essa orientação incide, inclusive, sobre o caso de contratação temporária nula assim considerada em decorrência da inobservância do seu caráter transitório e excepcional. Precedentes do STJ e do STF. 4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.(STJ.

REsp 1658522/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017). O Supremo Tribunal Federal em repercussão geral sobre a matéria, por meio do julgamento do RE n. 596.478/RR, consolidou o entendimento de que o servidor público que possui contrato de trabalho, ainda que este seja considerado nulo, em razão da ausência de aprovação em concurso público (art. 37, §2°, da CF/88), tem direito aos depósitos pertinentes ao FGTS, conforme dispõe o art. 19-A da Lei n.° 8.036/90. Reconhecimento da prescrição quinquenal para a cobrança dos depósitos relativos ao FGTS, em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 20.910/32. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO. DIREITO AO FGTS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTENTE. RESP 1.110848/RN, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS - ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. RECONHECIMENTO DO DIREITO AO FGTS. OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. [...]V - O Decreto 20.910/32, por ser norma especial, prevalece sobre a lei geral. Desse modo, o prazo prescricional para a cobrança de débito relativo ao FGTS em face da Fazenda Pública é de cinco anos. [...] IX - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1588052/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 10/11/2017).. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0623737-23.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 95502/RJ) Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Recorrida: Mariana Silva Correa Advogado: Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB: 4682/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. COMPANHIA AÉREA. TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. ALEGAÇÃO DE NÃO PAGAMENTO DAS PASSAGENS. COBRANÇA DEVIDA. DEMONSTRAÇÃO DE ATO ILÍCITO PELA RECLAMADA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0623945-07.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Tim Celular S/A Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Recorrido: Edson de Jesus Cuervo Advogado: Italo Eduardo Pina Prado (OAB: 13261/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado – consumidor – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – protesto indevido – EMBARGOS À EXECUÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. REDUÇÃO DA ASTREINTE. MULTA EXCESSIVA. INCLUSÃO INDEVIDA DO VALOR DA MULTA EM VIRTUDE DO DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0624253-43.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Adriana Nunes Nascimento de Lucena Advogada: Rita de Cassia Ferreira de Lucena (OAB: 5107/AM) Advogado: Maria Angela Ferreira Reis (OAB: 5906/AM) Recorrido: BERTA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - O BOTICÁRIO Advogado: Henrique França Ribeiro (OAB: 7080/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E PRECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE EDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONTRATO DE SERVIÇO DE TELEFONIA. NEGATIVAÇÃO DO NOME DO (A) AUTOR (A) JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA. O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DA COBRANÇA SUPOSTAMENTE INDEVIDA OCASIONADA.EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS AO AUTOR, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0624720-22.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Recorrido: Adna de Lima Meneses Advogado: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE COMPLEXIDADE REJEITADA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C DANOS MORAIS E MATERIAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. TAXA DE ESGOTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. COBRANÇA INDEVIDA DEMONSTRADA NAS FATURAS. DANOS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO ADEQUADO AO CASO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0624805-08.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Manoel Andrade Rocha Advogada: Geyza Diany Lima das Chagas (OAB: 11855/AM) Recorrido: Sorria Clinica Odontologica S/s Ltda Advogado: Luiz Felipe Vilhena Rodrigues

(OAB: 10418/AM) Advogada: Hanna Tavares Cunha (OAB: 10417/AM) Advogada: Michelle Osner Machado Dias (OAB: 367780/SP)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO. PRÓTESE DENTÁRIA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR COMPLEXIDADE DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. MÉRITO ANALISADO COM BASE NO ART. 1.013, § 3º, I, DO CPC. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES da AUTORA. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS, UMA VEZ QUE NÃO HÁ PROVA DE QUE OS SERVIÇOS TENHAM SURTIDO RESULTADO. DANO MORAL EXCEPCIONALMENTE CONFIGURADO NO CASO CONCRETO. EVIDENTE DESÍDIA COM O CONSUMIDOR. SERVIÇO PRESTADO DE FORMA DEMORADA E DEFEITUOSA, O QUE CERTAMENTE CAUSA MAIS DO QUE MEROS DISSABORES. QUANTUM INDENIZATÓRIO ESTABELECIDO EM R$ 5.000,00. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. RECURSO PROVIDO EM PARTE. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso.".

Processo: 0625697-14.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) Advogado: Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB: 7675A/TO) Recorrida: ALINE JACOB GENTIL Advogado: Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB: 12521/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DANOS MORAIS C/C MATERIAIS. COMPANHIA AÉREA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CANCELAMENTO DE VOO. EXCESSIVA DEMORA NO RESSARCIMENTO DO VALOR PAGO PELA AQUISIÇÃO DA PASSAGEM. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0625878-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: ELEN ROSE DE OLIVEIRA PINTO MUNIZ Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM) Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0626536-39.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) Recorrido: José Maria Cotta Junior Advogado: Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB: 4364/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado – CONSUMIDOR – AÇÃO DE declaratória de inexigibilidade de débito C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – cobranças indevidas – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0626574-51.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Recorrido: Maria do Carmo de Souza Gomes Advogado: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM) Advogada: Tatiana Ferreira da Silva (OAB: 10168/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. COBRANÇAS DE TAXA DE ESGOTO SEM A DEVIDA PRESTAÇÃO E DISPOSIÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA NO QUANTUM INDENIZATÓRIO. QUANTUM ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL PARA O CASO CONCRETO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0627908-23.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco do Brasil S/A Advogado: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG) Advogado: Arnaldo Janssen Nogueira (OAB: 14501A/MA) Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 14009A/MA) Advogado: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM) Recorrido: Marlete de Jesus Cantanhede dos Santos Soc. Advogados: Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 154/AM) Advogado: Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB: 4315/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. CRÉDITO RURAL. AUTOR QUE RENEGOCIOU ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIR COM O PAGAMENTO PELO FATO DE QUE NÃO OBTEVE ÊXITO NA SUA PLANTAÇÃO. BANCO QUE PROCEDEU COM COBRANÇA DE PARCELA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DECLARAÇÃO CONCEDIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0627941-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Cleonice Lima da Costa Advogada: Mylla Christie Vasconcelos Saidt (OAB: 12691/AM) Recorrido: Claro S/A Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRESA DE TELEFONIA E TV. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUTORA QUE FOI VÍTIMA DE AÇÃO FRAUDULENTA POR E-MAIL. FALTA DE PRUDÊNCIA POR PARTE DA AUTORA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0628132-58.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 911A/SE) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Recorrida: Francisca de Assis Lima Maraes Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) Advogada: Bruna Carvalho dos Santos (OAB: 11179/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. NÃO HÁ INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0631109-65.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Advogado: Aldenor de Souza Rabelo (OAB: 8030/AM) Advogado: Alberto Bezerra de Melo (OAB: 2015/AM) Recorrida: Maria de Nazare da Silva Melo Advogado: Danilo José de Andrade (OAB: 6779/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS DO CONTRATO. EXTENSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DIREITO AO DEPÓSITO DO FGTS. ORIENTAÇÃO QUE PREVALECE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RAZÃO DE JULGAMENTO FINAL, COM REPERCUSSÃO GERAL, DO RE 596.478/RR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0631574-74.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Pedro José Laudelino Bader Advogada: Raquel da Costa Subirana Pena (OAB: 12304/AM) Recorrido: Governador do Estado do Amazonas Procurador: Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SÚMULA DA SENTENÇA. AÇÃO DE COBRANÇA. CONCESSÃO DE AUXÍLIO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME. Vantagem pecuniária não prevista na LEI 3.725/2012 QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DO AMAZONAS. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER). 3. In casu, o recorrente pleiteia a concessão de verba pecuniária denominada de "auxílio para aquisição de uniforme", vantagem essa prevista em lei já revogada (Lei 1.502/81). Atualmente a remuneração dos Policiais Militares é composta por vencimentos, gratificação de tropa e indenizações taxativamente previstas na Lei n. 3.725/2012, que dispõe sobre a remuneração dos Policiais Militares e Bombeiros Militares, entre as quais não está prevista o auxílio para aquisição de uniformes.VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), porquanto o Magistrado prolator muito bem ponderou os fatos e aplicou com justiça o direito. Sem condenação em custas e honorários, em razão da justiça gratuita concedida. . DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, XXXXXXXXXXXXXXX".

Processo: 0632749-06.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Advogada: Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM) Advogada: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM) Recorrido: Francisco Vasconcelos Araújo Júnior Advogada: Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB: 10233/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO EM

CARÁTER TEMPORÁRIO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS DO CONTRATO. EXTENSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DIREITO AO DEPÓSITO DO FGTS. ORIENTAÇÃO QUE PREVALECE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RAZÃO DE JULGAMENTO FINAL, COM REPERCUSSÃO GERAL, DO RE 596.478/RR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0633843-23.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev Procurador: Glícia Pereira Braga e Silva (OAB: 2269/AM) Recorrido: José Raimundo dos Santos Neto Advogado: Anneson Frank Paulino de Souza (OAB: 11981/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. Obrigação de fazer. PERDA DO OBJETO. Certidão de tempo de contribuição (Ctc0 e relação de remuneração de contribuição (rrc). RECEBIMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.1 . Trata-se obrigação de fazer objetivando a expedição da CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (CTC) e RELAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO (RRC) em nome do Autor,2. Conforme aponta o Recorrente às fls. 159/176 as certidões foram expedidas e se encontram à disposição do Autor.3. Considerando que o ato atacado perdeu seus efeitos, desaparecendo a causa matriz do RI, perdeu este seu objeto, e consequentemente, cessando o interesse recursal.VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de não conhecer do recurso, por perda do objeto, nos termos do art. 485, VI, do CPC. Sem custas e honorários.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NÃO CONHECER DO RECURSO PELA PERDA DO OBJETO, nos termos do voto do Relator, que integra a decisão.".

Processo: 0637831-18.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Requerente: Governador do Estado do Amazonas Procurador: Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB: 1667/AM) Procuradora: Neusa Dídia Brandão Soares Pinheiro (OAB: 2342/AM) Recorrido: Manoel Batista Filho Advogado: Fabio de Assunção Acosta (OAB: 8415/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS DO CONTRATO. EXTENSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DIREITO AO DEPÓSITO DO FGTS. ORIENTAÇÃO QUE PREVALECE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RAZÃO DE JULGAMENTO FINAL, COM REPERCUSSÃO GERAL, DO RE 596.478/RR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0639169-27.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Advogado: Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB: 3653/AM) Advogada: Gabriela Muniz de Moura (OAB: 14809/MA) Recorrida: Vanessa Gomes Borges Advogado: Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) Advogado: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) Advogado: Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) Recorrido: Willis Marinho Goncalves Advogado: Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) Advogado: Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) Advogado: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR aprovado em concurso público e classificado além das vagas previstas. Nomeação de mais candidatos aprovados, pela administração, além do número previsto. Desistência de candidatos nomeados. Nomeação que deve ter em consideração os aprovados, situação em que se encontra a autora/recorrida. transformação da mera expectativa de direito em direito subjetivo a nomeação. Precedentes stf - are 956521 aGr e stj rms 23.305/pr. 2. Relativamente à Autora Vanessa Gomes Borges, que ocupava a 21ª colocação no certame, extrai-se do caderno processual que das 18 vagas previstas no Edital para o Município de Tefé, 02 (duas) vagas não foram preenchidas em razão de desistência de candidatos e 02 (duas) não foram destinadas ao Município de Tefé. Logo, a Autora passaria a ocupar a 17ª colocação, ou seja, preencheu os requisitos para ocupar a vaga, de maneira que sua nomeação deixou de ser mera discricionariedade para se tornar um ato vinculado da administração. 3. Nesse sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER). VOTO: Forte nestes argumentos, voto por conhecer e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, para manter a sentença de 1º grau incólume, por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. Mantidos os demais termos da sentença. Sem condenação em custas e honorários (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, xxxxxxxxxxxxx.".

Processo: 0640251-93.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Procurador: Alberto Bezerra de Melo (OAB: 2015/AM) Procuradora: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM) Recorrida: Raimunda dos Santos Ramos Advogado: Fabio de Assunção Acosta (OAB: 8415/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do

processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS DO CONTRATO. EXTENSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DIREITO AO DEPÓSITO DO FGTS. ORIENTAÇÃO QUE PREVALECE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RAZÃO DE JULGAMENTO FINAL, COM REPERCUSSÃO GERAL, DO RE 596.478/RR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0640533-34.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Advogada: Ivânia Lucia Silva Costa (OAB: 7530/AM) Advogada: Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM) Recorrida: Graciete Ramos de Assunção Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS DO CONTRATO. EXTENSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DIREITO AO DEPÓSITO DO FGTS. ORIENTAÇÃO QUE PREVALECE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RAZÃO DE JULGAMENTO FINAL, COM REPERCUSSÃO GERAL, DO RE 596.478/RR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0640551-89.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Requerente: O Município de Manaus Procurador: Osni Amaral Santana (OAB: 1959/AM) Recorrida: Maria das Dores Toga da Silva Advogado: Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB: 6477/AM) Advogado: Bernardo Silva de Seixas (OAB: 7910/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR aprovado em concurso público e classificado além das vagas previstas. Nomeação de mais candidatos aprovados, pela administração, além do número previsto NO EDITAL. Desistência de candidatos nomeados E NOMEAÇÃO DE 06 (SEIS) SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO. CONTRATAÇÕES DE ASSISTENTES SOCIAIS ANTES DA DEFLAGRAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EM SETEMBRO/2017. INEQUÍVOCA DEMONSTRAÇÃO DE NECESSIDADE DE NOMEAÇÃO DO APROVADO DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. Nomeação que deve ter em consideração os aprovados, situação em que se encontra a autora/recorrida. transformação da mera expectativa de direito em direito subjetivo a nomeação. Precedentes stf - are 956521 aGr, stj rms 23.305/pr E re 837.3111/PI. reCURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCONTRA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, SOBRE O ASSUNTO TRATADO NO PROCESSO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Forte nestes argumentos, voto por conhecer e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, para manter a sentença de 1º grau incólume, por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95.condenando a recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários de advogado, os quais arbitro em 20%, sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §3º, I, do CPC.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, xxxxxxxxxxxxx.".

Processo: 0641330-10.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrida: Maria Edice Vieira da Silva Advogado: Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM) Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Procuradora: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM) Procurador: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS DO CONTRATO. EXTENSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DIREITO AO DEPÓSITO DO FGTS. ORIENTAÇÃO QUE PREVALECE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RAZÃO DE JULGAMENTO FINAL, COM REPERCUSSÃO GERAL, DO RE 596.478/RR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0642716-12.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Advogado: Thiago Oliveira Costa (OAB: 83060/PR) Recorrido: Jose Wanderley Venancio Vieira Advogado: Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB: 2978/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS DO CONTRATO. EXTENSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DIREITO AO DEPÓSITO DO FGTS. ORIENTAÇÃO QUE PREVALECE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RAZÃO DE JULGAMENTO FINAL, COM REPERCUSSÃO GERAL, DO RE 596.478/RR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0643369-77.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Roosevelt Simon Defensora: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Recorrido: Governador do Estado do Amazonas Advogado: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB: 2538/AM) Advogado: Virginia Nunes Bessa (OAB: 3591/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. INSUFICIÊNCAI RENAL CRÔNICA. NECESSIDADE DE HEMODIÁLISE. DIREITO À SAÚDE. DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO DE FORNECIMENTO DE TRATAMENTO MÉDICO. 1. É dever do Estado a preservação da saúde do cidadão, fornecendo medicamentos indispensáveis à sua sobrevivência ou à melhora do seu quadro clínico, nos termos dos arts. 1º, inc. III; 5º, caput e 196, ambos da Constituição Federal. Cabe ao médico a indicação terapêutica à saúde do paciente. 2. Assim, o Estado deve fornecer tratamento ao cidadão que não tenha condição de arcar com os custos de medicamentos prescritos por médico da rede integrada de saúde. 3. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995 DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.4. Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade,".

Processo: 0643742-45.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Fábio da Silva Oliveira Advogado: Kaio Klinger Viana do Nascimento (OAB: 12185/AM) Recorrido: Detran-am Advogado: Sergio Augusto G. Cavalcante (OAB: 4895/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SÚMULA DA SENTENÇA. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO. VEÍCULO APREENDIDO. LIBERAÇÃO PROVISÓRIA DO PARQUEAMENTO PARA REMARCAÇÃO DE CHASSI. MULTA DIÁRIA DE PARQUEAMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).3. In casu, o Recorrente obteve a liberação do parqueamento de forma provisória (fls. 24), deixando de reapresentar o bem no prazo assinalado pela autoridade administrativa do DETRAN/AM para proceder ao pagamento das diárias e demais despesas referentes à apreensão do veículo, tal como determina o §3º, do art. 271 do Código de Trânsito Brasileiro. Em que pese o Recorrente ter providenciado o pagamento de taxas de licenciamento anual, remarcação de chassi e multas de trânsito, as mesmas não se confundem com o período de guarda da moto que permanece em aberto.VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, XXXXXXXXXXXXXXX".

Processo: 0649077-11.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Maria Auxiliadora Tavares de Castro Advogado: Israel de Jesus Gonçalves (OAB: 3051/AM) Advogada: Sâmea Picanço Oliveira (OAB: 10852/AM) Recorrido: Governador do Estado do Amazonas Advogado: Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB: 1667/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. NULIDADE. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. FGTS DEVIDO. PRESCRIÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. PRAZO CINCO ANOS ANTERIORES À PROPOSITURA DA AÇÃO. PRECEDENTES STJ E STF. As sucessivas renovações do contrato de prestação de serviços da recorrida, realizadas pelo recorrente, de forma ininterrupta, comprovam de maneira muito clara a desvirtuação da característica essencial da temporariedade

para atender causa transitória de interesse público excepcional, esculpido na legislação e consolidada jurisprudência.Em recente julgado o STJ expressa ser devido o FGTS quando seja o contrato de servidor temporário nulo quando do desrespeito ao caráter da transitoriedade/excepcionalidade: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL.VIOLAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. FGTS. DEPÓSITO OBRIGATÓRIO. 1. "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário" (Súmula 280/STF). 2. A Segunda Turma da Corte Superior de Justiça, alinhando-se ao entendimento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, firmou compreensão de que é devido o depósito de FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da CF/1988. 3. Essa orientação incide, inclusive, sobre o caso de contratação temporária nula assim considerada em decorrência da inobservância do seu caráter transitório e excepcional. Precedentes do STJ e do STF. 4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.(STJ. REsp 1658522/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017). O Supremo Tribunal Federal em repercussão geral sobre a matéria, por meio do julgamento do RE n. 596.478/RR, consolidou o entendimento de que o servidor público que possui contrato de trabalho, ainda que este seja considerado nulo, em razão da ausência de aprovação em concurso público (art. 37, §2°, da CF/88), tem direito aos depósitos pertinentes ao FGTS, conforme dispõe o art. 19-A da Lei n.° 8.036/90. Reconhecimento da prescrição quinquenal para a cobrança dos depósitos relativos ao FGTS, em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 20.910/32. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO. DIREITO AO FGTS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTENTE. RESP 1.110848/RN, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS - ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. RECONHECIMENTO DO DIREITO AO FGTS. OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. [...]V - O Decreto 20.910/32, por ser norma especial, prevalece sobre a lei geral. Desse modo, o prazo prescricional para a cobrança de débito relativo ao FGTS em face da Fazenda Pública é de cinco anos. [...] IX - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1588052/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 10/11/2017).. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 4000086-17.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: MARIA NELY PINHEIRO REZENDE Advogado: Carlos Augusto de Souza Marques Junior (OAB: 9197/AM) Impetrada: Juízo de Direito da 13ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Mário Verçosa LitsPassiv: ESTADO DO AMAZONAS LitsPassiv: Banco Bradesco S.a. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. DETERMINAÇÃO DE CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DO EFEITO INTERRUPTIVO. INTEMPESTIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE. ART. 50 DA LEI 9.099/95. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO VERIFICADA. SEGURANÇA CONCEDIDA. RECONHECIMENTO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO INOMINADO. ADMISSÃO E REMESSA Á TURMA RECURSAL, COM SUSPENSÃO DOS ATOS EXECUTÓRIOS.1. Em síntese, o Impetrante sustenta que teve direito líquido e certo violado, pela negativa de seguimento de Recurso Inominado, em sede de decisão que rejeitou embargos de declaração e determinou a certificação do trânsito em julgado da sentença.2. No caso específico, contudo, o M. Juiz a quo negou seguimento ao recurso, sem atentar ao efeito interruptivo de prazo dos embargos de declaração (fls.70-71).3. Nos termos do art. 50 da lei 9.099/95: Art. 50. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso. (Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015).4. Por sua vez, o recurso inominado foi interposto dentro do prazo legal do art. 42 da Lei 9.099/95, sendo claramente tempestivo.6. Portanto, diante da violação de direito líquido e certo do Impetrante, de ter admitido seu recurso, para remessa às Turmas Recursais, com consequente suspensão dos aos executórios.7. No mesmo sentido: MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. PRAZOS. INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE INTERROMPEM A FLUÊNCIA DO PRAZO PARA O RECURSO INOMINADO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 50 DA LEI 9.099/95. CONTAGEM DO PRAZO QUE RECAI APENAS EM DIAS ÚTEIS. RECURSO TEMPESTIVO. DECISÃO QUE AFRONTA DIRETAMENTE DISPOSITIVO DE LEI. REGRA CLARA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA CONCEDIDA. (Mandado de Segurança nº 71007356025, 3ª Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais/RS, Rel. Fabio Vieira Heerdt. j. 29.11.2017, DJe 04.12.2017). VOTO: Voto, pois, no sentido de CONCEDER A SEGURANÇA PLEITEADA, nos termos do art.18 e ss, da Lei 12.016/2009, termos em que : 1) DECLARO tempestivo o Recurso Inominado interposto pela Impetrante, nos autos do processo n.º 0601084-27.2018.8.04.0015, razão pela qual revogo a determinação de certificação de trânsito em julgado, na decisão de fls. 311-312 daqueles autos, para fins de sua admissão, abertura de prazo para contrarrazões e remessa às Turmas Recursais, para julgamento; 2) DETERMINO seja oficiado o teor desta decisão à Autoridade Coatora, para conhecimento e adoção das providências cabíveis. Sem condenação ao pagamento de custas ou honorários (art. 25 da Lei 12.016/2009). . DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em CONHECER O WRIT E CONCEDER A SEGURANÇA. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 29 de agosto de 2019".

Processo: 4000087-02.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA Advogada: EDILAINE CONCEIÇÃO TRINDADE ALVES (OAB: 278739/SP) Impetrada: Juízo de Direito da 13ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Mário Verçosa LitsPassiv: Maria do Socorro Feitosa Correa Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) Advogado: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CABIMENTO DE IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS, EM SEDE DE JUIZADOS ESPECIAIS, COM A FINALIDADE DE SUCEDÂNEO RECURSAL, POR EXPRESSA AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECEBEU SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, CONTRA A QUAL CABERIA RECURSO INOMINADO.1. A Lei n. 9.099/95 pauta-se pela celeridade no processamento e julgamento de causas cíveis de menor complexidade, razão por que são irrecorríveis as decisões interlocutórias. 2. Não cabe, nesse sentido, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, sob a forma do agravo de instrumento, ou o uso do instituto do mandado de segurança. 3. Não existe ofensa ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, IV da CF), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado. SÚMULA 267 DO STF. Além disso, foi proferida sentença extinguindo a execução, contra a qual caberia Recurso Inominado, o qual não foi interposto.4. PRECEDENTES DO STF: STF - EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Juizados especiais. Decisão interlocutória. Mandado de segurança. Não cabimento do mandamus. Precedentes. 1. O Plenário desta Corte, no julgamento do RE nº 576.847/BA, Relator o Ministro Eros Grau, DJe de 6/8/09, firmou entendimento no sentido de não ser

cabível mandado de segurança contra decisões interlocutórias exaradas em processos da competência dos juizados especiais. 2. Agravo regimental não provido. (STF - RE: 650293 PB , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 17/04/2012, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-099 DIVULG 21-05-2012 PUBLIC 22-05-2012).5. STF - MANDADO DE SEGURANÇA – DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA NO JUIZADO ESPECIAL – NÃO CABIMENTO – REPERCUSSÃO GERAL – PRECEDENTE DO PLENO. O Pleno, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 576.847-3/BA, concluiu pelo não cabimento do mandado de segurança contra decisão interlocutória proferida pelo juizado especial. (STF - AI: 681037 BA , Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 20/09/2011, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-198 DIVULG 13-10-2011 PUBLIC 14-10-2011 EMENT VOL-02607-05 PP-00965, undefined).VOTO: Pelo exposto, voto no sentido de DENEGAR A SEGURANÇA PLEITEADA, nos termos do art. 6º, §5º, da Lei 12.016/2009 e Súmula 267 do STF. Custas pela impetrante. Deixo de condenar ao pagamento de honorários advocatícios, em razão do disposto nas Súmulas 512/STF e 105/STJ. . DECISÃO: "A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso. Manaus, 29 de agosto de 2019.".

Manaus, 21 de agosto de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 3ª Turma Recursal

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0243/2019

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0200787-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Patrícia Franca de Freitas - REQUERIDO: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.antecedentes. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: WALMIR RIBEIRO PEREIRA (OAB 6273/AM) - Processo 0204317-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: HOZANA RIBEIRO RODRIGUES - REQUERIDO: Claro S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls. antecedentes. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ARAÚJO & BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 524201/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0600051-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Renato Viana da Rocha - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: RAFAEL DA COSTA DIAS (OAB 357556/SP), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0600315-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Kelly Cristina Aguiar de Noronha - EXECUTADO: Marcelo Antunes Ananias de Santanna - Airbnb Serviços Digitais Ltda - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado na inicial. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0600493-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriana Ferreira do Nascimento - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ALAN AUGUSTO DE SOUZA SANTOS (OAB 14742/AM), ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM) - Processo 0600754-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Wandermin Neves Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: JOSÉ DE ANDRADE AZEDO NETTO (OAB 10394/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0600938-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Graciane de Souza Cunha - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida à restituir ao autor R$1.091,76, na forma do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 2)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento; 3) Confirmação da decisão de folhas 26/28 que se impõe. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0601023-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Antonio Barboza - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROGÉRIO DA SILVA RODRIGUES (OAB 9949/AM) - Processo 0601234-90.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rogério da Silva Rodrigues - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido

formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento de recuperação de energia de fls. 19/30 relativo à Unidade de Consumo nº 0388087-7; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia; e 3)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0601910-87.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Joana Amelia Lopes Andrade - RECLAMADO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma “em espécie”, para recebimento na boca do caixa.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0608681-13.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - REQUERIDA: Quézia da Cunha Feitosa - De ordem da Exma. Sra. Dra. Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento da Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, encaminhar os autos para as filas correspondentes aos atos de execução.

ADV: JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (OAB 12363/SP), ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM), ADV: LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES (OAB 237733/SP), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0609178-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Mirtes Valéria de Oliveira Bezerra - REQUERIDO: Consórcio Realiza - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que TORNO SEM EFEITO a decisão de fls. 61/63. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0609440-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Nascimento da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0609689-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ingria Pereira de Andrade - REQUERIDO: Mem Com. de Eletro Ltda-epp- Aple Irestore - Ante o exposto,JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a indenizar materialmente a autora no valor de R$1.398,00, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 2)CONDENOo réu a pagar R$6.000,00 à autora, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0610944-86.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raimundo Araújo de Lima - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem da Exm.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juíza de Direito respondendo por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0611036-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Ana Cintia da Silva Barbosa - REQUERIDO: Sul América Cia Nacional de Seguros, - Forte nesses argumentos, no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEIS os débitos impostos à parte autora nominados de “SULAMERICA SEGURO”, devendo o requerido adotar todas as providências necessárias a sua definitiva exclusão; 2) CONDENO o requerido à repetição dobrada dos valores descontados indevidamente sobre os vencimentos da parte autora, no montante de R$ 844,56 (R$ 422,28 x 2), sobre a qual deverão incidir juros mensais de 1% e correção monetária oficial na forma das súmulas 43 e 54 do STJ; 3) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 8.000,00 (oito mil reais), sobre a qual deverá incidir juros mensais de 1% e correção monetária oficial, desde a fixação; 4) CONFIRMO a decisão interlocutória de fls. 53/55. Extingo o feito com resolução do mérito, à luz do art. 487, I, CPC. P.R.I.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: SANDRO MARCELO SILVA DE SOUZA (OAB 10042/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0612728-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fabricio Valle Mateus - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Condomínio Manauara Shopping - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0612769-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0614038-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joelma da Silva Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, caso queira, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM),

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0614224-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eldany Andrade de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem da Exma Sra Dra Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0614801-43.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Claudio Rodrigues de Araújo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 52, IX, “d” da Lei n. 9.099/95, JULGO PROCEDENTES os EMBARGOS DO DEVEDOR opostos, termos em que determino a expedição de alvará em favor do banco executado, ficando este, após a publicação desta sentença, intimado para efetuar ao pagamento do valor devido, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% e consequente penhora on-line. Sem custas face ao resultado do julgamento. P.R.I.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: DAVID PEREIRA MEDEIROS (OAB 13618/AM) - Processo 0614863-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Avior Airlines Brasil C.a. - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0617150-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ivanira Teixeira Marinho - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0617445-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ane Caroline Silva Dias - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JOÃO PAULO MARTINS DE SOUZA BARBOZA (OAB 1304-A/RN) - Processo 0617715-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco dos Santos Gama - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0618542-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ivanize Claudio Ferreira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0618614-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Luzia Gomes Garcia - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXISTENTE o suposto contrato objeto da demanda; 2) DECLARO INEXIGÍVEL o débito imputado à autora, com base na ausência do documento na integralidade; 3) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$10.000,00 (dez mil reais), tudo consoante fundamentação supra. Juros e correção monetária, a partir da fixação da indenização (Súmula 362, STJ). Confirmação da decisão de folhas 33/35 que se impõe. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P.R.I.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0618696-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Felicio Filgueira do Nascimento - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0618938-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pulsos Excedentes - REQUERENTE: Laiza Maciel de Oliveira - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0622802-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francineide Bacrey Viana - REQUERIDO: Integração Transporte - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls. antecedentes. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0623204-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Celia Martins de Araujo - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado na inicial. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0623317-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jucelina Silva de Souza - REQUERIDO: Banco Ole Bonsucesso S.a - Ole Bonsuc. Cartão. - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a OLÉ BONSUC CARTÃO, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos

reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 10/02/2020 às 10:15h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0623819-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL) - Processo 0624245-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Redetrel Rede Transações Eletronicas Ltda - De ordem do Exmo(a). Dr(a). Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0625772-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rivaldo Andrade de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a quitação da fatura co vencimento em 26.09.2016, oportunidade em que determino a baixa da anotação restritiva de crédito; e 2)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM) - Processo 0625802-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ismael Marinho dos Santos Batista - REQUERIDO: Embratel TVSAT Telecomunicações S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a inexigibilidade de débitos junto ao réu e torno definitiva a decisão de fls. 18/20; e 2)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0625918-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0625925-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joao Soares da Silva - REQUERIDO: Concessionaria Manaus Ambiental - Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) ACOLHO o pedido de revisão da fatura, pelo que determino declaro a inexigibilidade da multa e lacres, no montante de R$355,04, impostos ao consumidor; 2) CONDENO a requerida a restituir ao autor o valor de R$710,08, a título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do pagamento (fl. 12); e 3) CONDENOo réu a pagar R$10.000,00, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANA PAULA ALVES DE SOUZA (OAB 320768/SP), ADV: MARCELO MAMMANA MADUREIRA (OAB 333834/SP), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0625993-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Etelvino Alves Fonseca - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Bamercio S/A - Previdencia Privada - Sedona Cobrança e Assessoria S.a - R.I. Participação e Empreendimentos Comerciais S.a - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado na inicial. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0629594-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jackson Silva de Almeida - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0629750-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tereza Maria Guimaraes da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) CONDENO o réu a pagar à demandante R$281,40 (R$140,70x2), na forma do art. 42, parágrafo único, do CDC, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 2) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$6.000,00, sobre a qual deverá incidir juros mensais de 1% e correção monetária INPC, desde a fixação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alan Augusto de Souza Santos (OAB 14742/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Paula Alves de Souza (OAB 320768/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Araújo & Barbosa Advogados Associados (OAB 524201/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Caroline Coutinho Frota (OAB 12379/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)

Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
David Pereira Medeiros (OAB 13618/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Paulo Martins de Souza Barboza (OAB 1304-A/RN)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José de Andrade Azedo Netto (OAB 10394/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB 12363/SP)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Andrade Coelho Rodrigues (OAB 237733/SP)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Mammana Madureira (OAB 333834/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Rafael da Costa Dias (OAB 357556/SP)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rogério da Silva Rodrigues (OAB 9949/AM)
Sandro Marcelo Silva de Souza (OAB 10042/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walmir Ribeiro Pereira (OAB 6273/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0603192-89.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 20 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0603224-94.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ffrancisca Gomes Sena - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 20 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO JAIME ARTUR SANTORO LOUREIRO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL AKÁSSIO SEBASTIÃO MEDEIROS CAVALCANTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: MARCIO MAGALHÃES DA SILVA (OAB 189406/SP),

ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM) - Processo 0200514-35.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA. - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC .

ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157404/SP) - Processo 0200658-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexistente/inexigível qualquer débito oriundos do pedido de protocolo nº 574882233, objeto da presente demanda; II) CONDENAR a Reclamada ao pagamento da quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de indenização por danos morais, com correção monetária pelo índice INPC a partir desta data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Mantenho a decisão interlocutória de fls. 23, tornando-a definitiva por seus próprios fundamentos. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquive-se os presentes autos. Manaus, 13 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0201478-62.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 10 de junho de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: PAULA TIEMI MIZOGUCHI (OAB 366602/SP), ADV: TACIANE OLIVEIRA SILVA (OAB 369984/SP) - Processo 0201581-21.2008.8.04.0092 (092.08.201581-5) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Insvestimento S/A - Certifico, para os devidos fins, em correção ao ato ordinatório de fl. 137, que o valor depositado à fl. 141, refere-se ao alvará de fl. 31 dos autos de cumprimento de sentença (0201581-21.2008.8.04.0092/01), concernente a devolução de valores ao requerido, vez que até a presente data, não houve o seu regular levantamento. De ordem, fica a parte Requerida AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (BANCO SANTANDER S/A), intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CNPJ), para recebimento dos valores.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0600142-55.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Z. F. Martins de Oliveira Epp - Indefiro os pedidos de fls. 38, vez que totalmente dissociado da realidade dos autos, sendo que não fora realizado nenhum bloqueio no sistema Bacenjud, posto que as partes firmaram acordo extrajudicial (fls. 33/34), devidamente homologado por este Juízo. Ademais, não existe pedido de execução de eventual descumprimento das obrigações acordadas. Intime-se. Após, arquivem-se definitivamente. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 15 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0600548-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eleonora Ferreira dos Santos - Eliane Ferreira de Matos - REQUERIDO: Cristiano Caetano da Silva - De ordem, intime-se o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM) - Processo 0600593-22.2014.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: FRANCISCO DE ASSIS REIS DA SILVA - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0601053-38.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: RAIMUNDO NUNES DE SENA - EXECUTADO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. /VIVO S.A. - Considerando o teor da certidão de fls. 199, observo que houve o pagamento voluntário da condenação (petição de fls. 166/167), bem como o bloqueio via BACENJUD (fls. 188/189). Ressalte-se que o bloqueio no BACENJUD fora efetivado por equívoco da Secretaria deste Juízo. Desta forma, considerando que o pagamento voluntário dá total quitação ao débito, conforme certidão e cálculo de fls. 198/199, expeça-se alvará judicial eletrônico referente a este valor, na conta judicial indicada à fl. 200. Em seguida, intime-se a parte requerida para fazer o levantamento do valor relativo ao bloqueio no sistema Bacenjud (fl. 195), indicado conta bancária para confecção de alvará eletrônico. Após, arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0601272-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Nilton Cezar Mamede Oliveira - RECLAMADO: Vivo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0601388-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Sidney Soares Grana - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pelo Recorrente. Intime-se o(s) Recorrido(s) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM) - Processo 0601922-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - RECLAMANTE: Zildo França de Lima - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. P. R. I. C. Manaus, 19 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM) - Processo 0602249-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leonardo Pinho Barbosa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602400-09.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Jarli de Souza Ferraz - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO opostos por Banco BMG/SA, nos termos da fundamentação. Expeça-se alvará em favor do Requerente, no valor de R$ 332,46

(trezentos e trinta e dois reais e quarenta e seis centavos). Intimem-se. Cumpra-se. P. R. I. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ANTONIO RICARDO PESSOA DOS SANTOS (OAB 14073/AM) - Processo 0602593-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Celene do Socorro F de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos etc. Determino a intimação do Requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação acerca dos documentos de fls. 155/163. Transcorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602613-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Carlisson Figueira Reis - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: BRENDA ARIANA CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 9959/AM), ADV: CAROLINA NEVES DO PATROCINIO NUNES (OAB 249937/SP), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0602619-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Eulene Cristiny Matos Jacauna - REQUERIDO: C & A Modas Ltda. - Banco Bradesco S/A - Visa do Brasil Empreendimentos Ltda (VISA) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0602624-39.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Ribeiro Barros - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM) - Processo 0602629-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Osmaelino Mota Castro - REQUERIDO: Claro S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0602715-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria da Conceição Lima da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0602726-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Teixeira Petracca - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602747-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sheila Silva da Rocha - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigíveis as faturas: R$26,64 (07/07/2014 a 06/08/2014), R$27,33 (06/08/2014 a 08/09/2014), R$27,28 (08/09/2014 a 07/10/2014), R$27,17 (07/10/2014 a 06/11/2014), R$26,64 (06/11/2014 a 04/12/2014), R$26,64 (04/12/2014 a 06/01/2015), R$28,36 (06/01/2015 a 05/02/2015), R$28,23 (05/02/2015 a 06/03/2015), R$28,25 (06/03/2015 a 07/04/2015), R$27,62 (07/04/2015 a 06/05/2015), R$27,62 (06/05/2015 a 06/06/2015) e R$31,31 (04/02/2016 a 07/03/2016), juntadas com a inicial, conforme acima exposto; II) CONDENAR a Requerida a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. P.R.I. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602834-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marivaldo Paulo da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Pelo exposto, sem maiores considerações, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o(a) Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide. Por fim, tendo em vista que no rito adotado pela Lei nº. 9.099/95, é desnecessária a prévia intimação pessoal da parte para a extinção do processo, consoante preceitua o §1º do art. 51 da Lei nº 9.099/95, ARQUIVEM-SE os autos com baixa no Sistema de Automação do Judiciário - SAJ. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: MAXIMILIANO CARLOS DA SILVA BARBOZA (OAB 8547/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0602840-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Andre Santos da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos

da fundamentação supra. Defiro o pedido de justiça gratuita nos termos da lei nº 1.060/50. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 16 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: ROMULO LOBO DE ALMEIDA (OAB 14364/AM) - Processo 0602898-03.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Geraldo Brígido de Almeida - EXECUTADO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Pelo exposto, com fulcro no Provimento n. 256/2015-CGJ/AM da Corregedoria Geral de Justiça, deixo de receber o recurso inominado de fls. 80/88, por ser deserto em sua interposição, uma vez que não houve o recolhimento integral das custas processuais. Certifique-se o trânsito em julgado e dê-se baixa no processo de conhecimento, aguardando-se manifestação do Requerente para que seja dado prosseguimento à execução na forma legal. Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0603020-16.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Allegro Residencial Clube Condomínio - Pelo exposto, em atenção ao princípio do contraditório e ampla defesa, chamo o processo a ordem, para determinar a renovação da citação ao Requerido, através de mandado a ser cumprido por oficial de justiça. Designo o dia 25/11/2019 às 11h, para a realização de audiência de conciliação. Cite-se, intime-se e cumpra-se. Manaus, 12 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito Expedientes emitidos, (M27286).

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0603060-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Clube - Pelo exposto, em atenção ao princípio do contraditório e ampla defesa, chamo o processo a ordem, para determinar a renovação da citação ao Requerido, através de mandado a ser cumprido por oficial de justiça. Designo o dia 25/11/2019 às 10:30h, para a realização de audiência de conciliação. Cite-se, intime-se e cumpra-se. Manaus, 12 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito Expedientes emitidos, (M27286).

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: LENIVALDO FERREIRA (OAB 13438/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603249-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Barata da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM) - Processo 0603281-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Moahna Glauce da Silva Vieira - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) DETERMINAR O CANCELAMENTO da cobrança a título de pacote “3 mens”, sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cada desconto, até o limite de R$ 1.000,00 (mil reais), sem prejuízo de majoração por descumprimento; B) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito de R$ 412,00 (quatrocentos e doze reais), o qual em dobro totaliza R$ 824,00 (oitocentos e vinte e quatro reais), acrescidos de correção e juros desde o efetivo prejuízo; Julgo improcedente os demais pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CHARLES BRITO PORTO (OAB 9468/AM) - Processo 0603283-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosenildo Correa da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. P. R. I. C. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0603286-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Afonso Portela Moita Neto - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) CONDENAR o Requerido à repetição em dobro do indébito de R$ 520,00 (quinhentos e vinte reais), referente à cobrança e pagamento indevido de seguro, totalizando R$ 1.040,00 (mil e quarenta e reais); II) CONDENAR o Requerido ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigidos a partir da publicação da sentença e com juros desde a citação. Julgo improcedentes os demais pedidos. P. R. I. C. Manaus, 19 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603304-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elinaldo de Souza e Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ex positis, pronuncio a prescrição da pretensão da Reclamante, por haver ultrapassado o prazo prescricional de 03 (três) anos, o que faço com fundamento no art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil. Sem custas ou honorários advocatícios. P.R.I. Manaus, 19 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0603322-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lindomar Silva de Almeida - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a Reclamação, nos termos da fundamentação supra. Defiro o pedido de justiça gratuita. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 19 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0603435-33.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Franklin Alvarado Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Revogo a tutela de urgência concedida às fls. 31. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) -

Processo 0604533-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0604668-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Waldira Lourenço do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR NULO o contrato objeto da lide, com a consequente suspensão dos descontos denominados "PAGTO COBRANÇA SUL AMERICA "; II) CONDENAR o Requerido ao pagamento de R$ 88,08 (oitenta e oito reais, oito centavos), o qual em dobro totaliza R$ 176,16 (cento e setenta e seis reais, dezesseis centavos), com juros e correção desde o prejuízo; III) CONDENAR o Requerido ao pagamento de R$ 1.000,00 (um mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigidos a partir da publicação da sentença e com juros desde a citação. Confirmo a liminar de fls. 122 P. R. I. C. Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/AM), ADV: ROBERTO AMARAL ARRUDA FILHO (OAB 10034/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604701-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabiolla Rego Alfaia - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para fins de: I) DETERMINAR que seja mantido o chip com o número de telefone celular citado nos autos; II) DETERMINAR que a Requerida se abstenha de efetuar cobranças à título de "GO READ; NBA; VIVO BEM; USO DE INTERNET; VIVO AVISA E OUTROS LANÇAMENTOS" nas faturas de consumo da Autora, sob pena de pagamento de multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por cobrança indevida, em caso de descumprimento; III) DETERMINAR a devolução em dobro da quantia de R$ 74,98 (setenta e quatro reais e noventa e oito centavos), o que resulta em R$ 149,96 (cento e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos), corrigido com juros de 1% ao mês e correção monetária, a partir do desembolso; IV) CONDENAR o Reclamado ao pagamento da quantia de R$ 1.000,00 (mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos e atualizados monetariamente pelo índice oficial do INPC, a partir desta data e acrescido de juros de 1% ao mês, a partir da citação. Defiro o pedido de gratuidade judiciária, Lei 1060/50. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se, registre-se e intimem-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0604793-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jose da Silva Fernandes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc.Relatório dispensado na forma da lei nº 9.099/95. O pedido da inicial já foi objeto dos autos nº 0604793-96.2019.8.04.0092, que tramitou perante a 4ª Vara do Juizado Especial Cível, sendo que fora objeto de acordo judicial homologado por este Juízo. Pelo exposto, com fundamento no art. 485, V (coisa julgada), do CPC, combinado com o art. 51, II, da Lei nº 9099/95, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito.P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Manaus, 19 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604864-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Kelly Cristina Souza Cardoso - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR a nulidade do débito gerado em nome da Autora no valor de R$ 111,02 (cento e onze reais e onze centavos), objeto da inicial; II) CONDENAR a Reclamada ao pagamento da quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de indenização por danos morais, com correção monetária pelo índice INPC a partir desta data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra". Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça Gratuita. Manaus, 19 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0604870-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aline Souza Noronha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DETERMINAR O CANCELAMENTO da cobrança a título de tarifa adiantamento depositante, sob a rubrica "adiant. Depositante", sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cada desconto; II) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito de R$ 117,40 (cento e dezessete reais e quarenta centavos), cujo montante perfaz R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), acrescidos de correção e juros desde o efetivo prejuízo; III) CONDENAR o Requerido ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção a partir da publicação da sentença e juros desde a citação. P. R. I. C. Manaus, 16 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0604874-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ellen Taiana da Silva Gomes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a Reclamação para: I) DETERMINAR a suspensão dos descontos na conta corrente da Autora, no valor de R$ 200,46, a titulo de "GASTO C CREDITO"; II) CONDENAR o Requerido ao pagamento referente à repetição em dobro do indébito no valor de R$ 200,46 (duzentos reais e quarenta e seis centavos), resultando em R$ 400,92 (quatrocentos reais e noventa e dois centavos) acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês desde os descontos; III) CONDENAR o Requerido ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir dessa data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra; Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0604876-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aline Souza Noronha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a Reclamação, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/

AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0604882-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aline Souza Noronha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DETERMINAR suspensão das cobranças a título de pacote de serviço (cesta básica/econômica e similares), sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cada novo desconto; II) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito de R$ 879,53 (oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e três reais), o qual em dobro totaliza R$ 1.759,06 (mil, setecentos e cinquenta e nove reais e seis centavos), acrescidos de correção e juros desde o efetivo prejuízo; Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Manaus, 16 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0604884-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aline Souza Noronha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487. I, do CPC, para: I) DECLARAR nula e inexigível a cobrança da rubrica SEG. MAIS PROT, objeto desta demanda, devendo o Requerido abster-se de realizar eventuais novos débitos que ora se discute, sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) a cada desconto indevido; II) CONDENAR a Requerida à repetição em dobro da quantia de R$ 54,34 (cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), o que resulta em R$ 108, 68 (cento e oito reais e sessenta e oito centavos), acrescida de correção monetária pelo índice INPC e juros de 1% ao mês a partir de cada desconto; III) CONDENAR o(a) Requerido(a) ao pagamento da quantia de R$ 1.000,00 (mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir dessa data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se os presentes autos. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0604889-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aline Souza Noronha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a Reclamação formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR nula a contratação do produto “SEGURO VIDA E PREVID”, sendo vedada a cobrança de quaisquer valores referentes a este. II) CONDENAR o Requerido à repetição em dobro do indébito de R$ 800,00 (oitocentos reais), totalizando a quantia de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% ao mês desde o desembolso; III) CONDENAR o Reclamado ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção pelo INPC a partir desta data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0604899-92.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Ermelinda Maria Menezes Cavalcante - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0605144-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jackson Rubens Ramos dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DETERMINAR a suspensão da cobrança a título de pacote de serviço (cesta básica/econômica e similares), sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cada desconto; II) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito de R$ 905,40 (novecentos e cinco reais e quarenta centavos), o qual em dobro totaliza R$ 1.810,80 (mil, oitocentos e dez reais e oitenta centavos), acrescidos de correção e juros desde o efetivo prejuízo, nos termos da fundamentação supra. Defiro o pedido de Justiça Gratuita. Julgo improcedente o pedidos de indenização por danos morais, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Manaus, 19 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0605183-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosete Rubem Chaves - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigíveis as faturas juntadas com a inicial, cujo vencimentos são: 22/02/2015; 22/04/2015; 22/07/2015; 22/08/2015; 22/10/2015; 22/11/2015; 22/12/2015; 22/01/2016; 22/02/2016; 22/04/2016; 22/05/2016; 22/06/2016; 22/07/2016; 22/12/2016; 22/02/2017; 22/04/2017; 22/05/2017; 22/06/2017; 22/08/2017; 22/09/2017; 22/10/2017 e 22/11/2017; II) CONDENAR a Requerida à repetição do indébito no valor de R$ 750,84 (setecentos e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos), que em dobro totaliza R$ 1.501,68 (mil quinhentos e um reais e sessenta e oito centavos), acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês desde cada pagamento; III) CONDENAR a Reclamada a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. P.R.I. Manaus, 19 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0605448-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Aldenis Lima da Costa - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ex positis, pronuncio a prescrição da pretensão da Reclamante, por haver ultrapassado o prazo prescricional de 03 (três) anos, o que faço com fundamento no art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil. Sem custas ou honorários advocatícios. P.R.I. Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FABRIZIA SENA CARVALHO (OAB 10170/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605469-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nildete Neves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante

fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Revogo a decisão de fls. 33. Condeno o Requerente ao pagamento de multa por litigância de má-fé, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 80, II, do CPC cujo valor arbitro em 2% do valor da causa, resultando em R$ 311,52 (trezentos e onze reais, cinquenta e dois centavos), (art. 81, caput, do CPC), que deverá ser destinado a parte contrária (art. 96, CPC). P. R. I. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0605642-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ademir de Oliveira Lemos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a Reclamação para: I) DECLARAR a inexistência de negócio jurídico entre as partes, devendo o Requerido se abster de realizar novos descontos na conta corrente do Autor a título de "TARIFA ADIANTAMENTO DE DEPOSITANTE", sob pena de pagamento de multa no valor de R$ 100,00 (cem reais) por cada desconto indevido; II) CONDENAR o Requerido ao pagamento referente à repetição em dobro do indébito no valor de R$ 284,50 (duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), resultando em R$ 569,00 (quinhentos e sessenta e nove reais) acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês desde os descontos; III) CONDENAR o Requerido ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir dessa data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra; Sem custas ou honorários advocatícios, salvo em caso de recurso. Publique-se, registre-se e intimem-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0605663-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Swamy Rogerio Regis de Araujo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na exordial, nos termos do artigo 487, I do CPC. Defiro o pedido de Justiça Gratuita. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ROMULO LOBO DE ALMEIDA (OAB 14364/AM) - Processo 0605672-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Romulo Lobo de Almeida - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I do CPC, para fins de condenar o Requerido ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos a partir desta data e juros a partir do evento danoso. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma do art. 54, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0605984-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Janaina dos Santos Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/09/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 19 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0606063-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Arleide Aleme da Cruz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pelo Recorrente. Intime-se o(s) Recorrido(s) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0606074-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Simonilde da Silva Rolim - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) CONDENAR o Requerido à repetição em dobro do indébito de R$ 60,52 (sessenta reais, cinquenta e dois centavos), totalizando R$ 121,04 (cento e vinte um reais, quatro centavos), acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% ao mês desde o desembolso; II) CONDENAR o Requerido ao pagamento de R$ 1.000,00 (um mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescido de correção pelo INPC a partir desta data e juros de 1% (um por cento) ao mês desde a citação. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/1950. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se os presentes autos. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB 44914/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606273-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Carmo Vieira de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc.Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. O pedido da inicial foi objeto dos autos nº 0606272-27.2019.8.04.0092, que tramitou perante este Juizado, sendo que já encontra-se setenciado. Pelo exposto, com fundamento no art. 485, V (coisa julgada), do CPC, combinado com o art. 51, II, da Lei

nº 9099/95, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito.P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB 44914/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606274-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Carmo Vieira de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc.Relatório dispensado na forma da lei nº 9.099/95. O pedido da inicial já foi objeto dos autos nº 0606272-27.2019.8.04.0092, que tramitou perante este Juizado, sendo que este encontra-se proferida a sentença. Pelo exposto, com fundamento no art. 485, V (coisa julgada), do CPC, combinado com o art. 51, II, da Lei nº 9099/95, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito.P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606674-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Célio Roberto Fernandes de Miranda, - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigíveis as faturas de vencimento em 04/08/2015 e 04/01/2019; II) CONDENAR a Requerida a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 1.000,00 (mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos materiais, conforme demonstrado. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. P.R.I. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0606880-59.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Diego de Arruda Castelo Branco - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DETERMINAR que o Requerido proceda à transferência da UF do veículo do Autor para o Estado do Amazonas, retornando-se ao status quo ante da situação do veículo quando no momento da apreensão, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais); II) CONDENAR o Requerido ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos a partir da publicação da sentença e juros desde a citação. Defiro o pedido de justiça gratuita ao Autor. P. R. I. C. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0606897-32.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Zenir da Costa Silva - REQUERIDO: Sb Comercio Ltda - Farmabem - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 15 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: SALIM DAVID GUIMARÃES FELIPE (OAB 13138/AM) - Processo 0608128-60.2018.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Antonio Lopes de Sousa - Vistos etc. Considerando as razões apresentadas pelo(a) Requerido, DEFIRO o pedido formulado às fls. 35/39. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10(dez) dias, apresente novo endereço para citação da parte requerida, sob pena de arquivamento. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608219-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Carina Braga Soares - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a Requerida abstenha-se de inserir o nome do(a) Requerente , CPF nº 028.916.722-16, em cadastros restritivos de crédito, referente somente a presente demanda, ou caso a medida já tenha sido efetuada, determino a retirada da parte autora de tais cadastros em 10 (dez) dias. Em caso do descumprimento destes preceitos, fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Indefiro os demais pedidos de tutela. Designo o dia 23/09/2019 às 11:15h para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus,

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0608227-93.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marlissson Muniz Lopes - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, o que faço com esteio no art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95. Publique-se, Registre-se. Cumpra-se. Após o efetivo cumprimento, arquivem-se os autos com a baixa na distribuição Manaus, 16 de agosto de 2019

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0608228-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adonias Ferreira de Oliveira - Assim, preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino a imediata retirada do nome de Adonias Ferreira de Oliveira, CPF nº 66325137272 do SPC/SERASA, o que deve ser providenciado pela parte requerida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 21/10/2019 às 10:30h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0608232-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcia Veloso Pereira da Silva - Vistos e examinados os autos do processo. Não há nos autos documentos que confirme ser o(a) Requerente morador(a) da área sujeita à competência territorial deste Juizado Especial, nos termos do art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - Tribunal Pleno, DJE da Seção IV, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Com efeito, limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência (água, luz, fatura e/ou telefone) emitido em seu nome ou de terceira pessoa, sem declaração indicando ser o suplicante domiciliado no referido local, referente à sua representação processual. Forte em tais razões, determino que intime-se o(a) Requerente na pessoa de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, para que apresente os documentos como: RG, CPF, comprovante de residência em seu nome ou na ausência deste, declaração simples subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, acompanhada de cópia de RG desta, demonstrando ser o(a) Requerente domiciliado(a) no imóvel, em petição eletrônica. Em seguida, apresentados os documentos solicitados, paute-se audiência de conciliação, e voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela, se houver. Em caso negativo, transcorrido o prazo assinalado, voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença extintiva. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro

Loureiro Juiz de Direito

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0608235-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Helio Acipar Flores - Vistos e examinados os autos do processo. Não há nos autos documentos que confirme ser o(a) Requerente morador(a) da área sujeita à competência territorial deste Juizado Especial, nos termos do art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - Tribunal Pleno, DJE da Seção IV, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Com efeito, limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência (água, luz, fatura e/ou telefone) emitido em seu nome ou de terceira pessoa, sem declaração indicando ser o suplicante domiciliado no referido local, referente à sua representação processual. Forte em tais razões, determino que intime-se o(a) Requerente na pessoa de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, para que apresente os documentos como: RG, CPF, comprovante de residência em seu nome ou na ausência deste, declaração simples subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, acompanhada de cópia de RG desta, demonstrando ser o(a) Requerente domiciliado(a) no imóvel, em petição eletrônica. Em seguida, apresentados os documentos solicitados, paute-se audiência de conciliação, e voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela, se houver. Em caso negativo, transcorrido o prazo assinalado, voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença extintiva. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608293-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Aparecida Rodrigues Ferreira - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Designo audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 10:00h. Cite-se e intime-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: RENATO DE OLIVEIRA GAMENHA (OAB 10292/AM) - Processo 0608320-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Samuel da Silva Araujo - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que o(a) Requerido(a) abstenha-se de inserir o nome do(a) Requerente , CPF nº , em cadastros restritivos de crédito, referente ao objeto da presente demanda, ou caso a medida já tenha sido efetuada, determino sua retirada em 10 (dez) dias. Em caso do descumprimento destes preceitos, fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Após, remetam-se os autos ao CEJUSCON-CÍVEL. Intime-se, cite-se e cumpra-se. , . Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0608364-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Edson Pereira Alves - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a Requerida abstenha-se de inserir o nome do(a) Requerente , CPF nº, em cadastros restritivos de crédito, referente somente a presente demanda, ou caso a medida já tenha sido efetuada, determino a retirada da parte autora de tais cadastros em 10 (dez) dias. Em caso do descumprimento destes preceitos, fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Indefiro os demais pedidos de tutela. Designo o dia 08/10/2019 às 10:15h para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus,

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0608370-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rozimar do Nascimento Gomes - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que o(a) Requerido(a) abstenha-se de inserir o nome do(a) Requerente Rozimar do Nascimento Gomes , CPF nº 41614666253, em cadastros restritivos de crédito, referente ao objeto da presente demanda, ou caso a medida já tenha sido efetuada, determino sua retirada em 10 (dez) dias. Em caso do descumprimento destes preceitos, fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Indefiro os demais pedidos de Tutela de Urgência. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Após, remetam-se os autos ao CEJUSCON-CÍVEL, para pautar audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus,

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0608378-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Adauto Olimpio da Silva - Vistos e examinados os autos do processo. Não há nos autos documentos que confirme ser o(a) Requerente morador(a) da área sujeita à competência territorial deste Juizado Especial, nos termos do art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - Tribunal Pleno, DJE da Seção IV, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Com efeito, limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência (água, luz, fatura e/ou telefone) emitido em seu nome ou de terceira pessoa, sem declaração indicando ser o suplicante domiciliado no referido local, referente à sua representação processual. Forte em tais razões, determino que intime-se o(a) Requerente na pessoa de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, para que apresente os documentos como: RG, CPF, comprovante de residência em seu nome ou na ausência deste, declaração simples subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, acompanhada de cópia de RG desta, demonstrando ser o(a) Requerente domiciliado(a) no imóvel, em petição eletrônica. Em seguida, apresentados os documentos solicitados, paute-se audiência de conciliação, e voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela, se houver. Em caso negativo, transcorrido o prazo assinalado, voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença extintiva. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0608484-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria de Fatima Silva de França - De ordem, fica designado o dia 18/09/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0608519-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francilene Silva dos Santos - Assim, preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino a imediata retirada do nome de Francilene Silva dos Santos, CPF nº 95673253249 do SPC/SERASA, o que deve ser providenciado pela parte requerida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 22/10/2019 às 09:00h, para realização da audiência de conciliação. Indefiro os demais pedidos de tutela. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: EMANUEL MARQUES DE MELO JÚNIOR (OAB 2621/AM) - Processo 0608552-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lívia Santos Barbosa - Vistos. Verifico que a discussão travada entre as partes da atual pendenga jurídica, é regulada pelo Código de Defesa do Consumidor. Determino a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Igualmente, concedo os benefícios da justiça gratuita conforme art. 98 do CPC. Designo o dia 07/10/2019 às 10:15h, para realização da audiência de conciliação. Manaus, 15 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0608581-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Valdir Freire

de Souza - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA (OAB 9705/AM) - Processo 0608640-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Kelly Cristina Gomes Rodrigues - Rozilene Souza Gomes - De ordem, fica designado o dia 24/09/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0608667-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Estela Moçambite Pinto - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Designo audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 09:30h. Cite-se e intime-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0608668-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Estela Moçambite Pinto - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Designo audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 11:00h. Cite-se e intime-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0608750-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Erica Elba Mendonça Barreto - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Designo audiência de conciliação para o dia 26/09/2019 às 09:45h. Cite-se e intime-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608803-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceima - Centro Educacional Integrado de Manaus Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608807-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceima - Centro Educacional Integrado de Manaus Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608814-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceima - Centro Educacional Integrado de Manaus Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0608858-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jose da Silva Trindade - Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0608860-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Geisiane da Silva e Silva - Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0608903-41.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Odilon Queiroz dos Santos - Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FRANCISMARA DA SILVA BASTOS (OAB 14381/AM) - Processo 0608942-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Giovanna da Sillva Vieira - Vistos etc. Relatório desnecessário, nos termos do artigo 38, caput, da Lei n. 9.099/95. Fundamento e decido. A ação proposta pela parte Requerente não observa a competência territorial estabelecida na Resolução nº 12/2017-TJAM, uma vez que o(a) Autor(a) não reside em nenhum dos bairros abrangidos por este Fórum, residindo no Bairro Novo Aleixo, conforme documento de fls. 19. Tendo em vista que, neste microssistema, conforme dispõe a Lei nº. 9.099/95, em havendo reconhecimento da incompetência territorial, há que se determinar a EXTINÇÃO do presente processo, sem apreciação do meritum causae, nos termos do inciso III, do artigo 51, da Lei Especial. Desnecessária inclusive a intimação da parte Autora, conforme dispõe o art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/95, "a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes". Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608995-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Elcilene Correa de Jesus - Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Antonio Ricardo Pessoa dos Santos (OAB 14073/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB 44914/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Brenda Ariana Corrêa de Araújo (OAB 9959/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Neves do Patrocinio Nunes (OAB 249937/SP)
Charles Brito Porto (OAB 9468/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Emanuel Marques de Melo Júnior (OAB 2621/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)

Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Fabrizia Sena Carvalho (OAB 10170/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francismara da Silva Bastos (OAB 14381/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157404/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lenivaldo Ferreira (OAB 13438/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcio Magalhães da Silva (OAB 189406/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maximiliano Carlos da Silva Barboza (OAB 8547/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Paula Tiemi Mizoguchi (OAB 366602/SP)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA (OAB 9705/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Renato de Oliveira Gamenha (OAB 10292/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Amaral Arruda Filho (OAB 10034/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Romulo Lobo de Almeida (OAB 14364/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Salim David Guimarães Felipe (OAB 13138/AM)
Taciane Oliveira Silva (OAB 369984/SP)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0146/2019

ADV: ANA AUGUSTA NACIFF NEVES DUARTE (OAB 16931/PA) - Processo 0600510-35.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Helena Nacif das Neves - Certifico o transcurso do prazo para os embargos à execução. De ordem, encaminho os autos à fila de expedição de alvará em favor do credor sobre o bloqueio único BACENJUD. Após, nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: JULIANA CYPRESTE FERRARI (OAB 25230/ES) - Processo 0615531-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Vitor Nascimento Lassala e outro - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÉDSON PEREIRA DE SOUZA (OAB 13128/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0615918-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joao Pereira Machado - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KELLY CRISTINA TEODÓSIO DA SILVA (OAB 13192/AM), ADV: ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB A1075/AM) - Processo 0615972-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Nalzira da Silva Castro - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0616068-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Renan Paulo dos Santos - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0616229-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodrigo Adolfo Olimpio Leite - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0616369-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cintia Almeida Lopes - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0616506-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucas Matheus da Silva de Paula Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RICARDO ALMEIDA (OAB 4884/AM) - Processo 0616535-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gerson Oliveira dos Santos - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM), ADV: BARBARA MONIQUE DE ALENCAR ALMEIDA RODRIGUES (OAB 13022/AM) - Processo 0616742-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Sidney Viana Benevides - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALESSANDRA VANESSA LIMA ARCANJO (OAB 13470/AM) - Processo 0616840-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elisângela Canavarro Ferreira - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVERTON GANDOLFI JARDIM (OAB 26943/SC) - Processo 0616879-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Turismo - REQUERENTE: Travel Corp Viagens e Turismo Ltda - Epp - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM) - Processo 0616961-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria da Conceicao S Lopes - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM), ADV: JAMILLE PRISCILA CONCEIÇÃO DA SILVA (OAB 13785/AM), ADV: GEORGE AUGUSTO RIBEIRO LAPA (OAB 13732/AM), ADV: LUIZ FERNANDO GENEROSO MAURA MOREIRA (OAB 13077/AM), ADV: MARÍLIA CARLA SOUZA LIMA (OAB 13734/AM) - Processo 0616980-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Herbert Mello Magalhães - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0617067-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Boa Vista - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0617221-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Boa Vista - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0617339-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Lf Inox Indústria e Comércio de Importação e Exportação Ltda - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0617436-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniel Teixeira Cavalcante - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCAS ALENCAR MARTINS (OAB 11746/AM), ADV: CINDHY MANOELA CATHARYNA DE FIGUEIREDO FARIA (OAB 11758/AM) - Processo 0617444-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thiago Solimoes da Costa - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0617488-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial The Club Residence - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0617490-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial The Club Residence - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0617640-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Paula Nogueira Pereira - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0618009-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Paulina Oliveira Pereira - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO DA SILVA PESSÔA JÚNIOR (OAB 13074/AM) - Processo 0618032-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Arleson Santos Lima - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PRISCILA SANTOS DE SOUZA (OAB 10605/AM) - Processo 0618040-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adrilene de Jesus Dias Vasconcelos - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0618186-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Family Morada do Sol - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0618200-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marina Francisca Xavier de Aguiar - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZA VENERANDA PEREIRA BATISTA (OAB 12983/AM), ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM) - Processo 0618386-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ricardo Pereira Barbosa - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0618424-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edna Albuquerque Gomes - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HENRIQUE LUÃ FURTADO GRANGEIRO (OAB 12024/AM) - Processo 0618441-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jeifson de Souza Duarte - De ordem, fica designado o dia 22/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAMILLY MARTINS BRASIL (OAB 11085/AM) - Processo 0618580-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiane Matos Carvalho - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM) - Processo 0618591-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Edificio Monte Carlo - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO MACHADO DE LIMA (OAB 12597/AM) -

Processo 0618662-66.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jorge Correa Pinto Neto - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0618876-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Moises Ramos de Carvalho - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0619732-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM), ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0619738-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GIOVANA DA SILVA ALMEIDA (OAB 12197/AM) - Processo 0621198-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Giovana da Silva Almeida - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0622160-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Delmira Ferreira Lima - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUQUESIA RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 412257/SP), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0628498-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosana Barros de Souza - REQUERIDO: LOJAS RENNER S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alessandra Vanessa Lima Arcanjo (OAB 13470/AM)
Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB A1075/AM)
Ana Augusta Naciff Neves Duarte (OAB 16931/PA)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Barbara Monique de Alencar Almeida Rodrigues (OAB 13022/AM)
Bruno Machado de Lima (OAB 12597/AM)
Camilly Martins Brasil (OAB 11085/AM)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
Cindhy Manoela Catharyna de Figueiredo Faria (OAB 11758/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Everton Gandolfi Jardim (OAB 26943/SC)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
George Augusto Ribeiro Lapa (OAB 13732/AM)
Giovana da Silva Almeida (OAB 12197/AM)
Henrique Luã Furtado Grangeiro (OAB 12024/AM)
Jamille Priscila Conceição da Silva (OAB 13785/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João da Silva Pessôa Júnior (OAB 13074/AM)
Juliana Cypreste Ferrari (OAB 25230/ES)
Kelly Cristina Teodósio da Silva (OAB 13192/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Lucas Alencar Martins (OAB 11746/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Fernando Generoso Maura Moreira (OAB 13077/AM)
LUIZA VENERANDA PEREIRA BATISTA (OAB 12983/AM)
Luquesia Rodrigues dos Santos (OAB 412257/SP)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marília Carla Souza Lima (OAB 13734/AM)
Médson Pereira de Souza (OAB 13128/AM)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Priscila Santos de Souza (OAB 10605/AM)
Ricardo Almeida (OAB 4884/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0197/2019

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: JOÃO ALBERTO RIBEIRO PONCE DE LEÃO JÚNIOR (OAB 5813/AM) - Processo 0200118-32.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rodrigo Otávio Almeida Martins - REQUERIDO: Paulo Bruno de Oliveira Conceição e outro - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Determino a expedição do alvará eletrônico, conforme dados de fl. 157, para a conta bancária do exequente. Constrições bancárias permanecerão inativas durante a execução do acordo homologado. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0201119-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos

do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201459-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em relação à manifestação de fl. 114, é necessário que o autor, caso deseje, impugne exatamente os meses e valores que pretenda incluir no objeto da lide. Intime-se-lhe para que, querendo, emende a inicial nesse sentido. Prazo de 15 dias. Sendo apresentada a manifestação, intime-se o réu para que tome conhecimento imediatamente. Não havendo manifestação, aguarde-se realização da audiência de conciliação de fl. 114. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0206012-86.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: JOHNNATAN DOS SANTOS PARA e outro - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: ALAN CARLOS VASCONCELOS AGUIAR (OAB 13538/AM), ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM) - Processo 0600046-43.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucivaldo Soares de Oliveira - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0600222-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Edmailson dos Santos Carvalho - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: ANDRÉA SANTOS DA SILVA (OAB 13093/AM) - Processo 0600757-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alex Lima Pedroso - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: FABRICIO DE ALMEIDA (OAB 157381/RJ), ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0600944-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Michele Noêmia Mendes Monteiro - REQUERIDO: Thapymar Administracao e Corretagem de Seguros Ltda - Hapvida Assistência Médica Ltda. - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM) - Processo 0601043-26.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Reserva das Flores - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: EUDA RIBEIRO GUEDES (OAB 14116/AM), ADV: ALEXSON BRITO DE SOUZA (OAB 10702/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: GRACILENE DA SILVA SOUZA SIERPINSKI (OAB 10693/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0601625-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cleber Coldmir Sierpinski - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Contudo, diante da justificativa apresentada, deixo de condenar a parte ausente em custas. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0601922-67.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: João Ricardo de Souza Dixo Júnior - RECLAMADO: Manaus Ambiental S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: EBERTE DA CRUZ MENEZES (OAB 20199/BA), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM) - Processo 0602012-41.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sanny Mary de Sena Rangel - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP) - Processo 0602300-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - REQUERIDO: Alphaville Urbanismo S.a e outro - À Secretaria para designar nova data para audiência de conciliação. Fls. 171 - Verifico que a carta de citação enviada ao endereço do réu Israelson retornou com a informação “não procurado”, razão pela qual determino sua citação por intermedio de oficial de justiça. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0602300-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - REQUERIDO: Alphaville Urbanismo S.a e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 22/11/2019 às 10:00h.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0602346-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Daniel Araújo Carvalho - REQUERIDO: Ativos S.a Securizadora de Créditos Financeiros - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602374-14.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriana

Pinheiro de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor de R$ 10.359,19 no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0602379-65.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Auxiliadora Maria Almeida Nasseralla - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor de R$ 1.010,00 no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0602400-12.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marlon Herculano Barbosa e outro - REQUERIDO: Farmabem - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES, ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0602658-22.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Milene da Costa Sarkis - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: PAULO RICARDO DAHROUGE ALECRIM (OAB 11868/AM), ADV: GIOVANA DA SILVA ALMEIDA (OAB 12197/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603746-66.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maristela Olazar Serejo Duarte Alecrim - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0604510-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Bianor da Silva Correa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: TATIANE CAROL NUNES DE SOUZA (OAB 11336/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605079-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Graças Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0605375-12.2014.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marco Antonio Nunes - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0605395-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERIDO: Claro S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: CÍNTIA HOSSOKAWA (OAB 7437/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0605616-49.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jucélia Viana Chicre - REQUERIDO: NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0605652-57.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Abrahim Jezini - REQUERIDO: Claro S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM) - Processo 0605681-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Plínio de Freitas Valente - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0606093-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aroldo Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Bradesco Promotora - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM) - Processo 0606484-85.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Energia Elétrica - REQUERENTE: Daniela Ward Sa - REQUERIDO: Eletrobrás Amazonas Energia - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA (OAB 6193/AM) - Processo 0606550-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Selma Maria Canto de Carvalho - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 20/12/2019 às 08:30h.

ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0606731-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo Nonato Pereira da Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos

Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM), ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0606906-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Vila Gaia - REQUERIDO: Alessandro Rios Monteiro do Carmo e outro - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: BRUNA JUCÁ SALVATIERRA DA COSTA (OAB 10587/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0606920-49.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Tatiane Salvatierra da Costa - REQUERIDO: Claro S/A - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM) - Processo 0606987-77.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elton Rocha Chaves Junior - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spebel - Intime-se o autor para que apresente manifestação acerca das alegações de fls. 124/132. Prazo de 15 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM), ADV: JESSICA LOBO SILVA (OAB 158014/MG), ADV: MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB 149111/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0607244-68.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0608344-97.2014.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: TAÍSA MACHADO ABRANTES - REQUERIDO: NET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor de R$ 1.200,00 no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM) - Processo 0608450-25.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio The Place Business - REQUERIDO: Patri Doze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Rosa Batista Correa - Defiro o pedido de fls. 278/279. À Secretaria para que apresente certidão da consulta junto ao sistema ERIDF. Após, vista ao exequente para manifestação em até 15 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0608637-28.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sm da S Alencar - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0609566-27.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação redesignada nos autos do processo em epígrafe para o dia 02/12/2019 às 10:00h.

ADV: FRANCISCO RICARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 12493/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0609654-36.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Veluria Barbara Souza de Menezes - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor de R$ 23.358,83 no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0610399-50.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adriana Gomes Fadul - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor de R$ 16.351,59 no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0610621-47.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josefa de Oliveira Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Telefônica Brasil S/A - Netflix Entretenimento Brasil Ltda. - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0610798-11.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cosma Candido da Silva - REQUERIDO: IMPORTADORA TV LAR LTDA - Whirlpool Eletrodimésticos AM S/A - Fl. 176/177 - Executado Whirlpool S.A. Afirma em petição inominada que não recebeu mandado de citação para a presente ação. Comprovante de sua citação consta à fl. 89/90, demonstrando que fora devidamente citada e intimada para a audiência do dia 27/08/2018 e demais atos processuais. Alegação absolutamente improcedente. Fl. 171 - Cálculos indicam total da execução: R$ 19.799,97. Note-se: condenação solidária, conforme fl. 98. Pagamento de fls. 204/205 foi, portanto, parcial. Novos cálculos à fl. 207. Esclareço que cálculos do executado que embasaram seu pagamento (fl. 200/201) quedaram-se omissos quanto aos honorários advocatícios. Ressalto que os honorários advocatícios são devidos exclusivamente pelo recorrente: Importadora TV LAR Ltda. Não são obrigação solidária. Além disso, o pagamento parcial atrai a multa do art. 526, § 2º, CPC (10%). Por estas razões, a execução aqui se bifurca: para o executado Whirlpool, caberá o valor solidário que remanesce (porque ele não foi intimado para pagamento voluntário) de R$ 8.069,61. Já para o executado TV LAR cabe R$ 12.506,56 (os R$ 11.369,60 de fl. 207 + 10% do art. 526, §2º,CPC), dos quais apenas R$ 8.069,61 são solidários. Em razão destas questões, o rito da execução tomara a seguinte feição: 1ª Momento: Intime-se ambas as partes executadas para que adimplam voluntariamente o valor de R$ 8.069,61, comprovando-o nestes autos, no prazo de 15 dias. Concomitantemente, bloqueie-se a quantia de R$ 4.436,95 (valor devido exclusivamente pelo executado TV LAR oriundo da subtração: R$ 12.506,56 - R$ 8.069,61) via BACENJUD.

ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB A1086/AM) - Processo 0611085-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Tapajós - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 02/12/2019 às 10:30h.

ADV: SICY RUSALKA GÓES DE MELO BARRETO (OAB 10373/AM) - Processo 0611674-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adele Schwartz Benzaken - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0611884-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação - REQUERENTE: Elielton Souza Core - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, condenando a parte ré a promover a restituição simples dos valores comprovadamente descontados do contracheque autoral a partir de 02/2012, ou seja, R$ 6.328,68, até o ajuizamento. Na conta de cumprimento da sentença, deverão serem acrescidos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, conforme arts. 323 e 493, ambos do CPC/2015. Deverão ser deduzidas as quantias depositadas em prol da parte autora, sob pena de enriquecimento ilícito Assim, autorizo compensação. CONDENO, ainda, a parte ré a PAGAR R$ 5.000,00, A TITULO DE DANOS MORAIS, eis que cobranças indevidas repetidas, em verbas alimentares, são aptas a causá-lo, além do desvio produtivo suportado pelo devedor para se desvencilhar dos descontos em seu contracheque. Como consectário lógico, CONDENO a parte ré a cancelar o cartão de crédito e se abster de efetuar cobranças a partir da competência seguinte à publicação no DJE, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por desconto em contracheque, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. O cancelamento do cartão se trata de medida que visa encerrar a lide definitivamente e o que reputo mais adequada ao caso, nos termos do art. 6 da L. 9.099/95. Decisão já adaptada aos parâmetros estabelecidos no IRDR nº 0000199-73.2018.8.04.9000. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei,atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM) - Processo 0611932-73.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Yuri Tuma Camilo - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0612412-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0612788-37.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Edmar Damasio Magno da Silva - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM) - Processo 0613233-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiane de Souza Anjos - REQUERIDO: Latam Airlines Group S.a - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0613269-63.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Ltda-me (Centro Educacional Excelente) - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0614249-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Francisco José de Albuquerque Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 24/09/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 20 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0614559-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DAYANA FREITAS DE ALBUQUERQUE BULCÃO (OAB 10001/AM) - Processo 0615225-85.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Nancy Souza da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0617357-81.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco das Chagas de S. Moreira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: MARIA AUXILIADORA DIAS CARVALHO (OAB 7279/AM), ADV: JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM) - Processo 0617385-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Cahina Rebouças Duarte Camacho e outro - REQUERIDA: Maria de Lourdes da Costa Soares Morais - Defiro o pedido de fls. 39/43. À Secretaria para designar nova data para realização da audiência conciliatória. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA DIAS CARVALHO (OAB 7279/AM) - Processo 0617385-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Cahina Rebouças Duarte Camacho e outro - REQUERIDA: Maria de Lourdes da Costa Soares Morais - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 06/12/2019 às 08:30h.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0617526-34.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0617544-55.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - Citação válida, eis que entregue no endereço do executado (Enunciado 5, Fonaje).

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0617727-26.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: M. L. Leite Me (Vip Formatura) - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0618157-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josiane das Graças de Souza Pantoja - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0618865-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aida Moreno de Melo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM) - Processo 0619030-12.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Gilson Antonio da Silva Sobral - REQUERIDO: D. A. Comércio de Móveis Ltda Ms Casa - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619249-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronildo Bento Façanha da Cunha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0619509-05.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Telefonia - REQUERENTE: Julio Antônio Tuma - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Intime-se o exequente para que apresente os cálculos referentes à execução no prazo de 15 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0619721-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lindinalva Maria das Graças Maunz - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: FABIOLA REIS DOS REIS (OAB 12103/AM) - Processo 0620545-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Raphael Fontinelle Zany - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Consta determinação para cessação de cobranças na sentença de fl. 107/108, participada às partes em 24/04/2019 (fl. 110). Exequente apresentou comprovação de que remanesce cobrança em seu nome datada de 27/06/2019 (fl.

115). Intimada, a executada apresentou documento unilateralmente produzido (fl. 119) e alegações genéricas de cumprimento da sentença sem fazer uma única menção ao documento que ensejara sua intimação para manifestação. Por esta razão, constata-se ter havido descumprimento dos termos da sentença. Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0620829-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Antonia Maria Pereira de Araujo - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a empresa ré se abstenha de cobrar indevidamente, de qualquer maneira, o valor colocado em litígio, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, bem como que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora em fl. 32, no valor de R$ 521,26 (quinhentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos) contrato nº 06795063921928609201 8, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 08 de novembro de 2019, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0620861-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Lucilene Ribeiro Sarges - Defiro o pedido de fls. 84. Redesigne-se a audiência de conciliação, observando-se o impedimento da parte autora. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM) - Processo 0620967-91.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rodrigo Guimarães Araújo - REQUERIDO: Gracom Escola de Treinamentos Avancados Ltda Me, - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0621189-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kanawati e Veiga Ltda - Em aditamento à decisão de fl. 42, DETERMINO a exclusão da empresa KANAWATI E VEIGA LTDA do polo ativo, tendo em vista que ela se encontra extinta. À Secretaria para que providencie as alterações pertinentes ao sistema SAJ. Ademais, prosseguimento regular do feito conforme decisão de fl. 42. P.C.I.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0621379-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anneson Frank Paulino de Souza - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 22 de janeiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0621402-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Elber Vieira Costa - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de realizar o corte do fornecimento do serviço declinado na petição inicial, bem como que se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no Cadastro de Inadimplentes dos Órgãos de Proteção de Crédito, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de janeiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0621799-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ramenson Lima Mendonça - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de dezembro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA (OAB 5465/AM) - Processo 0621999-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Joana Oliveira da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18 de dezembro de 2019, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. Em expediente apartado, notifique-se a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, assim providenciando a

Secretaria. P.C.I.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0622077-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Fiscal ou Fatura - REQUERENTE: Samuel T. Pereira - Me Na Pessoa de Samuel Toledano Pereira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de dezembro de 2019, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: THIAGO OLIVEIRA FARIAS (OAB 13285/AM) - Processo 0622128-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aroldo Grangeiro da Rocha - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 08 de novembro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0622280-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claudio Menezes Monteiro - Indefiro o pedido de abstenção de cobranças, eis que inexistente lastro probatório de que os lançamentos e cobranças tenham sido realizados no cartão, o que descaracteriza a verossimilhança das alegações; sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 22 de janeiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ÁLEFE JEMIMA MATOS MOZAMBITE (OAB 9584/AM), ADV: DEUSNÁGILA JANUÁRIO DE MOURA (OAB 15292/RN) - Processo 0622341-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Taan Silva Rodrigues - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de janeiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0622726-90.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Emilio Bezerra da Cruz - Intime-se a parte exequente para que postule o que entender de direito, relativamente a eventual prosseguimento da execução. Prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0622852-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Nérito José de Souza Carvalho - Reitero o despacho de fl. 18, eis que não foi cumprido em sua integralidade. Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83, eis que o documento apresentado em fl. 21, informa endereço diverso do indicado na inicial. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0622898-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Lucimar Medeiros Soares - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora em fl. 18, no valor de R$ 5.733,75 contrato nº 0185143-8, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de dezembro de 2019, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0622938-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Alessandra Maddy Figliuolo - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 04/11/2019 às 11:30h.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622975-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Robson Nunes de Albuquerque - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de dezembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0623067-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco de Assis Ferreira de Amorim - Processo sem os dados necessários para a continuação da demanda. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, art. 320 do CPC. Portanto, intime-se a parte autora para que junte aos autos os documentos necessários e preencha os requisitos da petição inicial previstos no art. 319 do CPC. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo

0623070-37.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francimar Carvalho da Silva - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0623175-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Auxiliadora Maria Almeida Nasseralla - Intime-se a parte autora para que junte aos autos documentos legíveis de identidade. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0623200-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Emerson Thiago Paula de Oliveira e outro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18 de dezembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Indefiro o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar inverossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: EDINILZA DA SILVA PORTELA (OAB 7823/AM) - Processo 0623219-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Espanha - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de dezembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623242-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria de Belém Cardoso de Andrade - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0623246-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Enildo Valente - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de dezembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0623263-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: C.A.D.C. - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de dezembro de 2019, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM) - Processo 0623275-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Madalena Freitas de Lima Brito - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0623301-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R Y L C Comércio de Eletrodomésticos e Equipamentos de Informática Ltda - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido b) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0623311-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Benedita Soares Maciel - Intime-se a parte autora para que junte aos autos documentos legíveis de identidade e comprovante de residência através de documento(s) recente(s) e idôneo(s), e em seu nome. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM) - Processo 0623313-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Carla Vladiane Alves Leite - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM) - Processo 0623323-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Caio Cesar Sena de Oliveira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de janeiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0623338-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flavia Lima de Araujo - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM) - Processo 0623350-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Flávia

Alessandra Araújo de Lima - Intime-se a parte autora para que emende o pedido b) da inicial, a fim de esclarecer com precisão o mês e valor cobrado impugnado e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LARISSA KETTLEN DA ROCHA LIMA (OAB 12542/AM) - Processo 0623361-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Lindemberg Feitoza de Souza - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de crédito, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 22 de janeiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: GLÊNA MARIA RAMALHO CORREIA (OAB 9837/RN) - Processo 0623373-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Glêna Maria Ramalho Correia - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de janeiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM) - Processo 0623380-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Helena Vieira da Costa - Intime-se a parte autora para que emende o pedido f) da inicial, a fim de esclarecer com precisão os meses e valores cobrados e impugnados e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve informar o valor pretendido a título de danos morais. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM), ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0623396-60.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Fechado Jardim dos Eucaliptos - Prazo de 15 dias para que a parte autora junte aos autos a ata da assembleia que elegeu seu atual representante. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0623540-68.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: M.h. de S. Costa Garcia Me e outro - Completo desrespeito do comando de fl. 85 à fl. 89/91. Petição a ser desconsiderada. Não houve intimação para pagamento voluntário, que depende de requerimento hígido por parte do exequente, e não houve requerimento hígido porque o valor pleiteado à fl. 84 incluiu indevidos honorários advocatícios (vedados pelo art. 55, L. 9.099). Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente somente o valor de R$ 11.414,87 (fl. 84, decotados os valores ilícitos) no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0623870-02.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laércio Mendes Cerqueira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0626483-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aldilene Pinheiro de Lima Yoshida - REQUERIDO: Shizem Veículos Ltda - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0626795-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Madalena do Perpetuo Socorro dos Santos Bezerra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0627692-62.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Glauco Rodrigues Messias - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0628754-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Madalena do Perpetuo Socorro dos Santos Bezerra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: EVANDRO DE AZEVEDO MARTINS FILHO (OAB 8290/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0628848-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Rodrigo Bezerra Viegas da Costa - Me - REQUERIDO: T W Comercio de Artigos Esportivos Eireli - Fl. 102 - Princípio algum é capaz de subverter a integralidade do rito processual disciplinado na L. 9.099 exclusivamente para comodidade da parte. Nada a reconsiderar. Intime-se. Cumpra-se.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Alan Carlos Vasconcelos Aguiar (OAB 13538/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)

Álefe Jemima Matos Mozambite (OAB 9584/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alexson Brito de Souza (OAB 10702/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Andréa Santos da Silva (OAB 13093/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Andreza Araújo Albuquerque (OAB 10911/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruna Jucá Salvatierra da Costa (OAB 10587/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carla Vladiane Alves Leite (OAB 6976/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Cíntia Hossokawa (OAB 7437/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Dayana Freitas de Albuquerque Bulcão (OAB 10001/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Deusnágila Januário de Moura (OAB 15292/RN)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Eberte da Cruz Menezes (OAB 20199/BA)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edinilza da Silva Portela (OAB 7823/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Euda Ribeiro Guedes (OAB 14116/AM)
Evandro de Azevedo Martins Filho (OAB 8290/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabiola Reis dos Reis (OAB 12103/AM)
Fabricio de Almeida (OAB 157381/RJ)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Ricardo dos Santos Assis (OAB 12493/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Giovana da Silva Almeida (OAB 12197/AM)
GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM)
Glêna Maria Ramalho Correia (OAB 9837/RN)
Gracilene da Silva Souza Sierpinski (OAB 10693/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Irenilda Carvalho Januario (OAB 13167/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jessica Lobo Silva (OAB 158014/MG)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Alberto Ribeiro Ponce de Leão Júnior (OAB 5813/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Kettlen da Rocha Lima (OAB 12542/AM)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB A1086/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Marcelo Carvalho da Silva (OAB 6193/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (OAB 149111/MG)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
MARIA AUXILIADORA DIAS CARVALHO (OAB 7279/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)

Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Paulo Adalto Costa de Almeida (OAB 5465/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Ricardo Dahrouge Alecrim (OAB 11868/AM)
Pedro da Silva Gonçalves (OAB 13144/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sicy Rusalka Góes de Melo Barreto (OAB 10373/AM)
Tatiane Carol Nunes de Souza (OAB 11336/AM)
Tatiane Salvatierra da Costa (OAB 5752/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Oliveira Farias (OAB 13285/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0196/2019

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0200573-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0201641-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: PELMEX DA AMAZÔNIA LTDA. (PROBEL) - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. DETERMINO a parte ré a efetuar a troca do colchão pelo de modelo equivalente, mas com expessura D33. Gastos com frete ficam a cargo da requerida. Obrigação de fazer a ser cumprida em até 30 dias após intimação via DJE, caso ainda não efetuada, sob pena de multa única de R$ 2.000,00, eis que eventual recurso somente será recebido no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95), no que toca àquela. Sugiro que as partes entrem em contato por meio dos telefones indicados às fls. 05, para maiores ajustes de dia e hora da realização da obrigação de fazer. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM) - Processo 0202593-05.2011.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outro - NTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento da multa determinada na Decisão de fls. 283, bem como para alternativamente, em igual prazo, comprovar o cumprimento da referida obrigação de fazer, sob as penas da lei.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: VANILDE DE JESUS DUARTE (OAB 10028/AM) - Processo 0206743-19.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Ação Consultoria de Vendas e Administração de Imoveis Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 19.522,13, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM) - Processo 0212890-32.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: EDSON LUIZ BUTZKY - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0600048-13.2019.8.04.0015 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Ocilandia Keli Almeida Machado - REQUERIDA: Marli dos Santos Pimentel - CONCEDO a isenção em custas e preparo à parte recorrente em virtude da comprovação de sua alegação de insuficiência de recursos, não encontrando inclusive elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais, tudo de acordo com os §§1º e 2º do art. 99 do CPC. Portanto, INTIME-SE a recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal, RECEBENDO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.09/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA

ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: CLÁUDIA FERREIRA BRANDIZZI (OAB 8036/AM) - Processo 0600263-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Cláudia Ferreira Brandizzi - REQUERIDO: Claro S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais; bem como para CONDENAR na restituição do valor de R$ 640,36, referente ao dobro do que foi cobrado indevidamente, a título indenização por danos materiais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600994-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Carlos Ferreira de Araújo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0601018-86.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: EDER ROGÉRIO DOS SANTOS SOUZA - O Banco Itaú Unibanco S/A veio nos autos e informou por meio do Ofício de fls. 162/163 que foi encontrado ativos ilíquidos constantes em Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários. O mesmo banco informa que fez o bloqueio judicial de valores e pode fazer a transferência para o novo titular dos ativos ilíquidos a fim de que este faça por meio de uma corretora a liquidação dos valores. Diante disto, ficam prejudicados os pedidos da parte autora, devendo ser feito sim a nomeação de um depositário fiel como titular dos ativos ilíquidos bloqueados pelo Banco para que os valores sejam liquidados e vendidos por meio de uma corretora, como informado pelo ofício referido. Contudo, como se trata de bloqueio de ativos à título de penhora, DETERMINO a INTIMAÇÃO da parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar manifestação contra os embargos à execução/impugnação ao cumprimento de sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: IGOR ALVES DA COSTA (OAB 9621/AM) - Processo 0601404-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisca Anne de Souza Resutto - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - JULGO PROCEDENTE o pedido da autora para DECLARAR inexistentes ou/e inexigíveis as cobranças objeto desta demanda atribuídas à requerente; bem como para CONDENAR a requerida na cifra de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em danos morais. Oficie-se ao cadastro de restrição de crédito para cancelamento. Caso já efetuada a exclusão, confirmo a tutela concedida antecipadamente. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: BRUNA MARIANA NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 10935/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0601476-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Sulamita Nascimento dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Conforme Ofício n.º 402/2018 - TRJE, nos autos do processo 0000511-49.2018.8.04.9000 (IRDR), ordenou-se a suspensão dos processos de conhecimento que versem sobre a cobrança da tarifa bancária de “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” e outras similares, por ausência expressa de manifestação de vontade do correntista. Assim, cumpra-se a decisão, baixando-se e suspendendo-se o feito até pronunciamento em sentido contrário. P.C.I. Prejudicada eventual audiência designada. Cancele-se, caso pautada.

ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM) - Processo 0601721-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Marilia Leite Figueira - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 12.120,10, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM) - Processo 0602355-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eden Silva Passos - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: ANDRÉ DE ALMEIDA (OAB 151551/RJ) - Processo 0602535-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kon Tsih Wang - REQUERIDO: Aerovias de Mexico S/A - Aeromexico - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 10.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se a partir da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m. desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e, se nenhum pedido de execução for requerido, deem-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: VERONICA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11335/AM) - Processo 0602680-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elton Garcia dos Reis - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Atendendo aos

requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0603036-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Spartacus Pereira da Silva Tuma - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0603344-53.2013.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: ROSA DENIZE CAVALCANTE PARDO - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0603401-61.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: JOSÉ RAIMUNDO DO BONFIM (OAB 6579/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0603433-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Telma Maria Lira Sanches - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: EDVAR DA SILVA NUNES JUNIOR (OAB 13068/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0603450-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Jessica Costa da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0603664-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jaime Luis Freitas Mota - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Por isso, declarando nulo o suposto empréstimo, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE DEMANDA, e faço nos seguintes termos: A) CONDENO a parte ré a restituir os valores excedentes comprovadamente descontados do contracheque parte autora, qual seja, R$ 3.846,40 , que em dobro perfaz o montante de R$ 7.692,80 , a título de repetição de indébito. Na conta de cumprimento da sentença, deverão ser acrescidos o dobro dos eventuais descontos subsequentes no decorrer do processo até a cessação ou pagamento dos mesmos, conforme arts. 323 e 493, ambos do CPC/2015; B) CONDENO, ainda, a parte ré a PAGAR R$ 8.000,00, a titulo de danos morais; C) Como consectário lógico, DETERMINO a parte ré a cancelar o cartão de crédito e se abster de efetuar cobranças a partir do mês subsequente à publicação no DJE, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por cada desconto em contracheque (limitados a 5 descontos), eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. O cancelamento do cartão se trata de medida que visa encerrar a lide definitivamente e o que reputo mais adequado ao caso, nos termos do art. 6º da L. 9.099/95. Caso persistam os descontos, oficie-se incontinenti ao Órgão Pagador para ciência desta decisão a fim de que ultime providência a garantir o cumprimento da mesma, procedendo-se com a cessação dos descontos, sem prejuízo da obrigação da parte ré. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0604021-92.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor do saldo remanescente indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM) - Processo 0604087-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sonia Darque do Nascimento Brandão - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Por isso, declarando quitado o suposto empréstimo, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE DEMANDA, e faço nos seguintes termos: A) CONDENO a parte ré a restituir os valores excedentes

comprovadamente descontados do contracheque parte autora, qual seja, R$ 5.607,42 , que em dobro perfaz o montante de R$ 11.214,84 , a título de repetição de indébito. Na conta de cumprimento da sentença, deverão ser acrescidos o dobro dos eventuais descontos subsequentes no decorrer do processo até a cessação ou pagamento dos mesmos, conforme arts. 323 e 493, ambos do CPC/2015; B) CONDENO, ainda, a parte ré a PAGAR R$ 8.000,00, a titulo de danos morais; C) Como consectário lógico, DETERMINO a parte ré a cancelar o cartão de crédito e se abster de efetuar cobranças a partir do mês subsequente à publicação no DJE, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por cada desconto em contracheque (limitados a 5 descontos), eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. O cancelamento do cartão se trata de medida que visa encerrar a lide definitivamente e o que reputo mais adequado ao caso, nos termos do art. 6º da L. 9.099/95. Caso persistam os descontos, oficie-se incontinenti ao Órgão Pagador para ciência desta decisão a fim de que ultime providência a garantir o cumprimento da mesma, procedendo-se com a cessação dos descontos, sem prejuízo da obrigação da parte ré. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DIEGO CID VIEIRA PRESTES (OAB 7805/AM) - Processo 0604443-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Gabriel Babilônia Brandão - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: MAYRA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA (OAB 7552/AM), ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM) - Processo 0604560-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mayra Cristina Almeida da Silva - REQUERIDO: La Vitta Centro de Reprodução Humana do Amazonas Ltda - HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0605404-57.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - OFICIE-SE incontinenti ao Órgão Pagador para ciência desta decisão a fim de que ultime providência a garantir o cumprimento da mesma, procedendo-se com a cessação dos descontos, sem prejuízo da obrigação da parte ré. INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM), ADV: KEILA NASCIMENTO SALDAÑA (OAB 11926/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELIANE LUCENA DO NASCIMENTO (OAB 12790/AM) - Processo 0605452-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rocio Edy Jacobe Ilizarbe - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - INDEFIRO o pleito de cumprimento de sentença e TORNO SEM EFEITO qualquer decisão em contrário já prolatada nos presentes autos. Ainda, EXPEÇA-SE certidão de dívida para o exequente e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0605689-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$5.055,05, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB 4380/RO) - Processo 0606054-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Silvia Pereira de Oliveira Ramalho (Loja Mercatto) - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$ 12.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: RICARDO RODRIGUES JERÔNIMO (OAB 9354/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0606346-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Thiago Ferreira Martins - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM) -

Processo 0606435-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Cleiciane de Oliveira Pinheiro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0606472-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0606863-26.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Isso posto, RESOLVO SEM ANÁLISE DO MÉRITO a presente demanda, ante o vício de representação, com fulcro no art. 485, IV e §3º do NCPC, bem como art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606883-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elissandro Ripardo de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - CONCEDO a isenção em custas e preparo à parte recorrente em virtude de ser presumida sua alegação de insuficiência de recursos, não encontrando inclusive elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais, tudo de acordo com os §§1º e 2º do art. 99 do CPC. Portanto, INTIME-SE a recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal, RECEBENDO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.09/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HILTON RIBEIRO BARROS (OAB 11848/AM) - Processo 0607304-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Hilton Ribeiro Barros - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$ 10.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais; bem como para CONDENAR na restituição do valor de 2.860,00 a título indenização por danos materiais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0607416-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Keyla Gomes de Lima - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: MICHEL FARAH SADALA SENA (OAB 9438/AM) - Processo 0607501-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Geane Mendes Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037/AM) - Processo 0607573-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Ruthe de Oliveira Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Por isso, declarando nulo o suposto empréstimo, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE DEMANDA, e faço nos seguintes termos: A) CONDENO a parte ré a restituir os valores excedentes comprovadamente descontados do contracheque parte autora, qual seja, R$ 5.874,76 , que em dobro perfaz o montante de R$ 11.749,52 , a título de repetição de indébito. Na conta de cumprimento da sentença, deverão ser acrescidos o dobro dos eventuais descontos subsequentes no decorrer do processo até a cessação ou pagamento dos mesmos, conforme arts. 323 e 493, ambos do CPC/2015; B) CONDENO, ainda, a parte ré a PAGAR R$ 8.000,00, a titulo de danos morais; C) Como consectário lógico, DETERMINO a parte ré a cancelar o cartão de crédito e se abster de efetuar cobranças a partir do mês subsequente à publicação no DJE, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por cada desconto em contracheque (limitados a 5 descontos), eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. O cancelamento do cartão se trata de medida que visa encerrar a lide definitivamente e o que reputo mais adequado ao caso, nos termos do art. 6º da L. 9.099/95. Confirmo em definitivo os efeitos da Decisão de fl. 60. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei

(art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607623-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rogério Barbosa da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0607955-39.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Transporte de Pessoas - REQUERENTE: Élida de Lima Reis Corrêa - REQUERIDO: American Airlines Brasil - HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC.

ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: ISAAC LUIZ MIRANDA ALMAS (OAB 12199/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM), ADV: ANA MARIA HOLANDA FARIAS SALES (OAB 4502/AM), ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: FRANCISCA HELENA DE SOUZA DA SILVA (OAB 12420/AM) - Processo 0608698-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Anibal Ângulo Cuelar - REQUERIDO: Carril e Rocha Ltda Me (Portal do Zacarias) - Portal Cm7.com - Portal do Holanda - Sociedade de Televisão Manauara Ltda - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: HARLEY AQUINO DA SILVA (OAB 13533/AM) - Processo 0608744-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cecília Aquino de Melo - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: VAHYZA MONIQUE DE ARAUJO DIAS (OAB 384673/SP) - Processo 0608781-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andrey Farache Barroso - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0609090-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernando Francisco Marques Pereira Cunha - RECLAMADO: Tim Celular S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$ 8.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais; bem como para CONDENAR na restituição do valor de 130,00 a título indenização por danos materiais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: VALDEMIR DA SILVA (OAB 3018/AM), ADV: KÉLIA SIMONE DE SOUSA RÊGO (OAB 5140/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0609403-47.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - EXEQUENTE: Jailson Ferreira Lima - EXECUTADA: Maria Waldecy de Azevedo F. Barbosa Serra - Diante do exposto, verificando que a parte embargante não cumpriu com o disposto, REJEITO OS EMBARGOS DE EXECUÇÃO, determinando a continuação da execução, nos termos da Decisão de fls. 13.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM), ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM) - Processo 0609411-24.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Herbert Silveira Eleutério - REQUERIDO: Fabrício Vieira da Costa - Diante do exposto, verificando que a parte embargante não cumpriu com o disposto, REJEITO OS EMBARGOS DE EXECUÇÃO, determinando a continuação da execução, nos termos da decisão de fls. 34.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0609439-89.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Edson Moraes Macedo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0609565-42.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: OZENE FARIAS DA SILVA (OAB 9335/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0609590-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ari Belo Guimarães e outro - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0609714-38.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0609726-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Talmir Ronnie Freitas e Silva - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0609915-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Regina Coeli Paes Benaion - REQUERIDO: Banco Toyota do Brasil S/a. - JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte autora. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95.

ADV: NATHASHA CRISTINA MELO DA ROCHA DE HOLANDA BESSA (OAB 11755/AM) - Processo 0609951-72.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: P. Lopes & Cia Ltda - Alarme & Cia - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0610494-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Olsemar Gomes Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, declarando como amostra grátis as transferências efetuadas em prol da parte autora e nulo o suposto empréstimo, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO a parte ré a restituir o dobro dos valores comprovadamente descontados do contracheque autoral, ou seja, R$ 11.071,36, a título de indenização por danos materiais. Na conta de cumprimento da sentença, deverão ser acrescidos o dobro dos eventuais descontos subsequentes no decorrer do processo até a cessação ou pagamento dos mesmos, conforme arts. 323 e 493, ambos do CPC/2015; CONDENO, ainda, a parte ré a PAGAR R$ 8.000,00, a título de indenização por danos morais, eis que cobranças indevidas repetidas, em verbas alimentares, são aptas a causá-lo, além do desvio produtivo suportado pelo devedor para se desvencilhar dos descontos em seu contracheque. Como consectário lógico, DETERMINO a parte ré a cancelar o cartão de crédito e se abster de efetuar cobranças a partir do mês subsequente à publicação no DJE, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por cada desconto em contracheque (limitados a 5 descontos), eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. O cancelamento do cartão se trata de medida que visa encerrar a lide definitivamente e o que reputo mais adequado ao caso, nos termos do art. 6º da L. 9.099/95. Caso persistam os descontos, oficie-se incontinenti ao Órgão Pagador para ciência desta decisão a fim de que ultime providência a garantir o cumprimento da mesma, procedendo-se com a cessação dos descontos, sem prejuízo da obrigação da parte ré. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0610675-13.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0610904-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: João Rodrigues Filho - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - JULGO PROCEDENTE o pedido da autora para DECLARAR inexistentes ou/e inexigíveis as cobranças objeto desta demanda atribuídas à requerente; bem como para CONDENAR a requerida na cifra de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em danos morais. Como consecutário lógico da sentença, oficie-se ao cadastro de restrição de crédito para cancelamento. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0611102-44.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Francisca Travessa do Vale - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira

Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DAVI MACÊDO PIMENTEL (OAB 14478/AM) - Processo 0611962-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ieda Drumond de Lima - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: TAYANA CECÍLIA DA SILVA FROTA (OAB 7064/AM) - Processo 0612196-56.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SA (OAB 33933/PR), ADV: ESTEFANI CAROLINI RIBEIRO DE SA (OAB 89287/PR) - Processo 0613318-41.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ek Formaturas Eireli - Epp - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0613608-22.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0613647-53.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ceproeducar Ltda - Me - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0613653-26.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: TATIANE CAROL NUNES DE SOUZA (OAB 11336/AM) - Processo 0614207-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Terezinha Maria de Jesus Batista Bezerra - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0614522-86.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0614681-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Caio Jose Macedo Ramalho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça acerca do mandado não cumprido.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0616169-24.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Edivanda Brito de Souza - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM), ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM) - Processo 0616377-08.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcela de Alencar Leite Rodrigues e outros - REQUERIDO: Mc Sarquis Me - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE IMPROCEDENTES os presentes Embargos de Terceiros apresentados para determinar somente a baixa da restrição no REANJUD do veículo HONDA/FIT EXL CVT, de Placa PHC5024. DETERMINO a continuidade da execução pelo CNPJ e CPF da parte executado de acordo os valores delimitados acima. Havendo interposição de recurso, obstem-se tais atos e voltem-me os autos conclusos.

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM) - Processo 0616908-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Raimundo Teixeira da Silva - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: HÉLIO YAZBEK (OAB 168204/SP) - Processo 0616922-73.2019.8.04.0015 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Não vislumbro nenhuma dessas hipóteses permitidas pela lei. Na verdade, a parte embargante pretende a rediscussão do mérito da sentença, o que somente é possível por meio de Recurso Inominado. Com relação à devolução das custas, indevidamente recolhidas, somente é possível a devolução mediante pedido administrativo para a presidência do TJAM, o que deve ser feito pela própria parte embargante, apresentando dos documentos de fls. 35/40, bem como a procuração apresentada e da presente decisão e da sentença de fl. 44. Dito isso, NÃO CONHEÇO DOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Determino o arquivamento dos autos, nada mais havendo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0617171-24.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - DEFIRO a execução forçada requerida pelo exequente do valor de R$ 920,32. De acordo com o art. 53 da Lei 9.099/95 e o art. 829, caput, do CPC, PROCEDA-SE com as providências da CITAÇÃO da parte executada para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do valor indicado pela parte Exequente, na forma do art. 829, CPC.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0618020-93.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - DEFIRO a execução forçada requerida pelo exequente do valor de R$ 1.101,15. De acordo com o art. 53 da Lei 9.099/95 e o art. 829, caput, do CPC, PROCEDA-SE com as providências da CITAÇÃO da parte executada para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do valor indicado pela parte Exequente, na forma do art. 829, CPC.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0618139-88.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - DECISÃO INDEFIRO o pleito da parte autora para que seja oficiado para órgãos pagadores de qualquer tipo de remuneração feita à parte ré, pois o seu pedido não é certo e nem determinado, não informando quem é o órgão pagador e sequer se há tal ou recebimento de benefício, pensão ou aposentadoria. Por conseguinte, considerando que restaram infrutíferas as tentativas de bloqueio eletrônico para efetivar a execução forçada, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95. Decorrido o prazo supra, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0618214-30.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0618535-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimunda Elen Amaral Rodrigues Bezerra - Isso posto, JULGO a presente demanda SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, em razão da ausência de interesse de agir, com fulcro no art. 485, VI, e §3º, ambos do NCPC. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: ZENEIDE BARBOSA DE MENESES GARCIA (OAB 11225/AM), ADV: MÔNICA THAYNAH MONTEIRO FIUZA (OAB 13742/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0618770-32.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernanda Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vieram-me os autos conclusos com pedido de prosseguimento da execução. Verifico que a parte exequente não instruiu seu pedido com qualquer documento comprobatório que corrobore seu pleito, razão pela qual INDEFIRO o pedido de cumprimento de fl. 117/118. Em nada mais requerendo as partes, determino desde já BAIXA e ARQUIVAMENTO dos presentes autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0618877-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Armando Garcia Queiroz Filho - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0619095-41.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - EXEQUENTE: M. de F. Gonçalo da Silva - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: LUIS GUILHERME DE JESUS HONORATO (OAB 14195/AM) - Processo 0619171-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Mailson Rafael dos Santos - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21/11/2019 às 10:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0619310-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rogério Barbosa da Silva - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral, à repetição de indébito ou à inexigibilidade e nulidade de cobranças excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: RICARDO ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA (OAB 1396-A/RN) - Processo 0619714-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Andriele Batista Moreira - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0619953-72.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0620544-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE:

Paula Almeida da Silva - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora. DETERMINO QUE SE OFICIE ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Após, INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21/11/2019 às 10:00h. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpra-se.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0620587-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Rennan Lessa Ferreira - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: RAFAEL FONDAZZI (OAB 58844/PR) - Processo 0620601-18.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: C G Neves Studio Fotográfico Ltda - Epp - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: ANA MARIA HOLANDA FARIAS SALES (OAB 4502/AM) - Processo 0621201-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Giselle Figueiredo Rodrigues dos Santos - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26/11/2019 às 08:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0621434-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Edcarlos de Encarnação Alves - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 21/11/2019 às 10:45h.

ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM) - Processo 0622216-09.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Centro Educacional Colibri - DEFIRO a execução forçada requerida pelo exequente do valor de R$ 1.319,70. De acordo com o art. 53 da Lei 9.099/95 e o art. 829, caput, do CPC, PROCEDA-SE com as providências da CITAÇÃO da parte executada para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do valor indicado pela parte Exequente, na forma do art. 829, CPC.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0622374-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ileanna da Silva Nina - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0622550-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lorene Camargo Silva - INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26/11/2019 às 08:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0622644-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Juarez Pinto Moreira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação, instrução e julgamento designada para do dia 02/10/2019 às 11:00h. Ficando cientes as partes de que, caso frustrada a tentativa de conciliação, a audiência será imediatamente convolada em instrução e julgamento, sendo produzidas todas as provas pertinentes, inclusive a testemunhal. Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0622719-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suelene Mesquita - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês, esclarecendo inclusive os seus respectivos valores em cada um do mês em referência, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. Pode, inclusive, a parte autora apresentar uma tabela com o mês e o valor que correspondam aos extratos destacados. Dessa forma, DETERMINO, ainda, à parte autora para proceder com a EMENDA À INICIAL para INFORMAR o valor dos débitos que pretende anular; ADEQUAR o valor do dano material, pois requereu com repetição de indébito, mas não indicou o valor dantes; ADEQUAR ainda o somatório de todos os pedidos cumulados para dentro do valor do teto dos Juizados. Além disso, DETERMINO à parte requerente a emenda da inicial para JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0622732-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Jamilly Gomçalves Zacarias - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 21/11/2019 às 11:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0622773-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tereza Cristina Bulbol Abrahão - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 22/11/2019 às 09:45h. ADVIRTO à parte ré

acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0622814-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Hariany Gama da Silva Ribas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 22/11/2019 às 10:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622821-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Diana Nascimento de - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622824-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Diana Nascimento de - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0622833-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carolina de Paula Lins - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 02/12/2019 às 11:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: UIRATAN DE OLIVEIRA (OAB 3431/AM) - Processo 0622839-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Wilson Marques Ramos Junior - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 21/11/2019 às 10:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM) - Processo 0623046-72.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Agerilda Almeida do Carmo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM) - Processo 0623057-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Reserva das Flores - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 21/11/2019 às 11:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623237-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Braga da Gama dos Santos - Isso posto, JULGO a presente demanda SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, em razão da ausência de interesse de agir, com fulcro no art. 485, VI, e §3º, ambos do NCPC. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623243-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Braga da Gama dos Santos - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26/11/2019 às 09:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623244-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Braga da Gama dos Santos - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26/11/2019 às 09:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623406-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Andrea Karla Moraes B. - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26/11/2019 às 09:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623423-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cladimir Farias de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de

acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623425-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cladimir Farias de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623429-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cladimir F. de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623432-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Andrea Karl. Moraes B. - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26/11/2019 às 09:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: JACKELINE BIANCA MORAES RIBEIRO (OAB 13062/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: SIDNEY OHANA TUFY (OAB 13254/AM) - Processo 0624231-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Sidney Ohana Tufy - REQUERIDO: Midea do Brasil S/A - Ar Condicionado S.a. - El Shaddai Importação e Comércio Ltda. - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR SOLIDARIAMENTE R$350,00, a título de danos materiais, bem como R$2.000,00, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0625271-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marineide do Vale Maia - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: GILBERTO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA (OAB 22772/BA), ADV: RENATA MALCON MARQUES (OAB 24805/BA), ADV: MARCELA QUENTAL (OAB 105107/SP), ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0625552-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Monique Figueiredo Teixeira - RECLAMADO: Submarino Viagens e Tur. Ltda. - Oceanair Linhas Aereas S/A (avianca) - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0625881-67.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0626257-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Andreia Silva Costa - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0626579-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Weekend Club Ponta Negra - PROCEDO com a REDESIGNAÇÃO da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 25/11/2019 às 09:15h.

ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM), ADV: GUSTAVO LORENZI DE CASTRO (OAB 129134/SP), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0626658-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciana Albertina Santos - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$6.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais; bem como para CONDENAR na restituição do valor de R$460,00 a título indenização por danos materiais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e

da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: ROSEANE TORRES LIMA (OAB 10525/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM) - Processo 0626693-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Viviane Araújo Lopes - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A e outros - Por isso e por tudo que dos autos consta, repelida a preliminar, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do art. 487, I, do CPC, e condeno a parte ré em pagar solidariamente a parte autora o valor de R$2.852,69, bem como valor de R$8.000,00 a titulo do dano moral (quatro mil em caráter punitivo e quatro mil em caráter conpensatório). Correção monetária pelo INPC desde a data do vencimento de cada cota condominial. Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas pretéritas. Sem honorários sucumbenciais. Preparo e custas na forma legal (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015 -CGJ/AM). Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: BRUNA PEREIRA DA COSTA (OAB 13043/AM) - Processo 0627557-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - RECLAMANTE: Juliana da Silva Reis - REQUERIDO: Vivo S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: MARIA KÁTIA BATISTA MARTINS (OAB 9581/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0627932-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Prover Consultoria Empresariasl Eireli - Me - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0628026-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Yuri Evanovick Leitão Furtado - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM), ADV: ANDRÉ JUNIO MENDES DE OLIVEIRA (OAB 7836/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM) - Processo 0628360-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: France Ney Andrade Lima - Reginaldo da Silva Costa - REQUERIDO: Posto 3002 Ltda - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0628396-75.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM) - Processo 0628408-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Eder Costa de Castro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Trata-se de recurso inominado em que não foram recolhidas as custas processuais nem o preparo recursal, apresentando pedido de justiça gratuita. Nos autos, a recorrente apenas requer a assistência gratuita, mas sequer junta declaração de hipossuficiência acompanhada de documentos que comprovem o alegado. Por isso, entendo que a parte autora não faz jus ao benefício da justiça gratuita. Com efeito, é imprescindível a aplicação dos princípios da equidade e razoabilidade quando da análise do aludido benefício, sob pena de inviabilizar a própria atuação do Poder Judiciário. Outrossim, não há qualquer óbice quanto a análise do caso concreto pelo Magistrado, que firma seu convencimento com base nas provas e afirmações constantes nos autos. Dito isto, verifico que a recorrente não logrou êxito em trazer elementos que constatem a condição de hipossuficiência, razão pela qual INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita em sede de recurso. INTIME-SE a Recorrente, para que no prazo de 48 horas comprovar o recolhimento do preparo recursal, em atendimento do disposto no enunciado 115 FONAJE, sob pena de deserção. Após, voltam-me concluso. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV:

ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0628419-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Fernanda Cordeiro de Souza - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: JOSE ALBERTO PEIXOTO DE OLIVEIRA (OAB 4654/AM) - Processo 0628619-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Maria das Graças Prais - INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da contestação apresentada após a audiência de conciliação.

ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM) - Processo 0628650-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Wanda de Oliveira Abreu - REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIAS DE VIAGENS S.A. e outro - JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da autora para DECLARAR inexistentes ou/e inexigíveis as cobranças objeto desta demanda atribuídas à requerente; bem como para CONDENAR a requerida na cifra de R$15.000,00 (quinze mil reais) em danos morais. IMPROCEDENTE demais pedidos. Oficie-se ao cadastro de restrição de crédito para cancelamento. Caso já efetuada a exclusão, confirmo a tutela concedida antecipadamente. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0628751-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: ALESSANDRA SERIACOPI VILA - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da autora para DECLARAR inexistentes ou/e inexigíveis as cobranças objeto desta demanda atribuídas à requerente; bem como para CONDENAR a requerida na cifra de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em danos morais. IMPROCEDENTE demais pedidos. Oficie-se ao cadastro de restrição de crédito para cancelamento. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação.

ADV: RACIUS SOLANO MOREIRA BARRETO (OAB 14413/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM) - Processo 0628764-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Waldelice Lima Barreto - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: IVAN FERREIRA VALENTE NETO (OAB 4469/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0628885-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ilka de Paula Pessoa dos Reis - REQUERIDO: Fiori Veicolo S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$ 10.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais; bem como para CONDENAR na restituição do valor de R$792,56 a título indenização por danos materiais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0629218-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jessica Nelson de Oliveira Mota - REQUERIDO: Ebazar.com.br Ltda (mercadolivre) - Por isso, reconhecendo a ilegitimidade passiva da parte apontada como ré, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte autora.

ADV: GERMANO JORGE RODRIGUES (OAB 30490/PR), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0629383-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - EXEQUENTE: Thiago Xander Sass - EXECUTADO: Copa Airlines - Compañia Panameña de Aviacion S.a. - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 8.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se a partir da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m. desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Maria Holanda Farias Sales (OAB 4502/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
André de Almeida (OAB 151551/RJ)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Junio Mendes de Oliveira (OAB 7836/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)

Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB 10935/AM)
Bruna Pereira da Costa (OAB 13043/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cláudia Ferreira Brandizzi (OAB 8036/AM)
Cristian Mendes da Silva (OAB 4380/RO)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Davi Macêdo Pimentel (OAB 14478/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diego Cid Vieira Prestes (OAB 7805/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Edvar da Silva Nunes Junior (OAB 13068/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Eliane Lucena do Nascimento (OAB 12790/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Estefani Carolini Ribeiro de Sa (OAB 89287/PR)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisca Helena de Souza da Silva (OAB 12420/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)
Germano Jorge Rodrigues (OAB 30490/PR)
Gilberto Badaró de Almeida Souza (OAB 22772/BA)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Lorenzi de Castro (OAB 129134/SP)
Gyorney Matos Nery (OAB 13151/AM)
Harley Aquino da Silva (OAB 13533/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hélio Yazbek (OAB 168204/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Igor Alves da Costa (OAB 9621/AM)
Isaac Luiz Miranda Almas (OAB 12199/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ivan Ferreira Valente Neto (OAB 4469/AM)
Jackeline Bianca Moraes Ribeiro (OAB 13062/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
JOSE ALBERTO PEIXOTO DE OLIVEIRA (OAB 4654/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Hilton Ribeiro Barros (OAB 11848/AM)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
José Raimundo do Bonfim (OAB 6579/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keila Nascimento Saldaña (OAB 11926/AM)
Kélia Simone de Sousa Rêgo (OAB 5140/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Guilherme de Jesus Honorato (OAB 14195/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcela Quental (OAB 105107/SP)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Kátia Batista Martins (OAB 9581/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Maria Sebastiana Ribeiro de Sa (OAB 33933/PR)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Mayra Cristina Almeida da Silva (OAB 7552/AM)
Michel Farah Sadala Sena (OAB 9438/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Mônica Thaynah Monteiro Fiuza (OAB 13742/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Nathasha Cristina Melo da Rocha de Holanda Bessa (OAB 11755/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Ozene Farias da Silva (OAB 9335/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Racius Solano Moreira Barreto (OAB 14413/AM)
Rafael Fondazzi (OAB 58844/PR)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
renata malcon marques (OAB 24805/BA)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)

Ricardo Alexandre Vieira da Costa (OAB 1396-A/RN)
Ricardo Rodrigues Jerônimo (OAB 9354/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Roseane Torres Lima (OAB 10525/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)
Sidney Ohana Tufy (OAB 13254/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Tatiane Carol Nunes de Souza (OAB 11336/AM)
Tayana Cecília da Silva Frota (OAB 7064/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Uiratan de Oliveira (OAB 3431/AM)
Vahyza Monique de Araujo Dias (OAB 384673/SP)
Valdemir da Silva (OAB 3018/AM)
Vanilde de Jesus Duarte (OAB 10028/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Veronica Barbosa de Oliveira (OAB 11335/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)
ZENEIDE BARBOSA DE MENESES GARCIA (OAB 11225/AM)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CELSO ANTUNES DA SILVEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEONARDO ANTÔNIO VARGAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0197/2019

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0201086-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0203773-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Ivanilda Costa Araujo - REQUERIDO: Mir Importação e Exportação Ltda. (Loja Ramsons) - Portanto, DEFIRO o pedido de execução parcialmente, devendo ser executado somente o valor de R$ 7.102,02 que representa o valor da condenação corrigido e com os juros estipulados pela sentença sem a multa de 10%. Por conseguinte, INTIME-SE a parte executada, na pessoa de seu advogado, na forma do art. 513, §2º, I, do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento voluntário do valor da condenação indicado acima, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA (OAB 110501/RJ), ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP) - Processo 0206616-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: CARDIF - Cardif do Brasil Seguros e Garantias S/A - LG ELETRONICS DO BRASIL LTDA. e outro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 2953/TO) - Processo 0602301-13.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERIDO: HOSPITAL ADVENTISTA DE MANAUS - INTIMO a parte INTERESSADA para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca de petição apresentada pela parte ADVERSA.

ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA RANGEL (OAB 2801/AM), ADV: PAULINE CHÍXARO VOSS (OAB 6648/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES DA SILVA MARTINEZ (OAB 45362/RS), ADV: SÉRGIO EDUARDO MARTINEZ (OAB 32803/RS) - Processo 0603110-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Paulo Roberto Rangel Barbosa - REQUERIDO: Forjas Taurus S.a - Diante do exposto, DENEGO seguimento, POR DESERÇÃO, ao recurso inominado, ante a ausência de recolhimento do preparo recursal. Aguarde-se pleito de cumprimento de sentença, sendo o caso, ou arquive-se, caso tenha sido sentença de improcedência ou não haja o requerimento de cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0604417-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Gonçalves MendeS - INTIME-SE a parte executada acerca da penhora online BACENJUD retro, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as devidas impugnações.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0604786-44.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Telefonia - REQUERENTE: Antonio Carlos Costa Ferreira - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0616628-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jessei Jones Barroso Lima Oliveira, - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: LARISSA KETTLEN DA ROCHA LIMA (OAB 12542/AM), ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM) - Processo 0617490-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Fernando Matos de Souza Neto - Erika Rita Kurschat Aguiar - INTIME-SE a parte executada acerca da penhora online BACENJUD retro, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as devidas impugnações.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622715-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes -

RECLAMANTE: Luiz Alves de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR documento de cadastro de pessoa física (CPF) aos autos, atendendo ao art. 319, II, do NCPC/15. INTIMO, ainda, para, no mesmo prazo, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: GABRIEL SERRAO GOMES (OAB 12487/AM), ADV: HELENA MARIA VITAL DE MELO (OAB 14031/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0625865-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raquel Rodrigues Barbosa - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Diante do exposto, DENEGO seguimento, POR DESERÇÃO, ao recurso inominado, ante a ausência de recolhimento integral do preparo recursal. Aguarde-se pleito de cumprimento de sentença, sendo o caso, ou arquive-se, caso tenha sido sentença de improcedência ou não haja o requerimento de cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0626601-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Diego Espinheira de Melo Baptista - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Qualicorp Administradora de Benefício S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0626907-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - RECLAMANTE: Estellayne Ribeiro Somoskovize - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 11.512,29, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0628061-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Fabrício Perrotta da Silva - INTIME-SE a parte executada acerca da penhora online BACENJUD retro, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as devidas impugnações.

ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM) - Processo 0703247-95.2012.8.04.0015/02 (apensado ao processo 0703247-95.2012.8.04.0015) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: FÁTIMA DE LOURDES DE OLIVEIRA - A parte autora faz inúmeros pedidos, mas não faz nenhuma prova de certidão ou qualquer outro documento idôneo que comprove a formação de grupo econômico ou sucessão de empresários, motivo pelo qual não acolho o seu pleito de prosseguimento de execução contra Brasil Book Shop Editora Ltda ME. Vale ressaltar que tal pleito já foi indeferido anteriormente, vide decisão de fl. 31. A parte autora deve colaborar (art. 6º, CPC) com o Juízo e não ficar pedidos sucessivos sem fundamento fático probatório. Indefiro pelo mesmo motivo o acesso a informações da Receita Fedeeral do referido empresário, estranho aos autos. Indefiro também nova consultas aos INFOJUD, BACENJUD ou RENAJUD, ou, como dito pela parte autora, novos bloqueios em nome da parte executada AS Editora de Livros ME, pois já foi provado nos autos o encerramento de suas atividades (fl. 142). DEFIRO o acesso ao Imposto de Renda dos sócios da parte executada AS Editora de Livros ME. Intimem-se. Cumpra-se.

Alessandra de Almeida Rangel (OAB 2801/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 2953/TO)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Gabriel Serrao Gomes (OAB 12487/AM)
Helena Maria Vital de Melo (OAB 14031/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Larissa Kettlen da Rocha Lima (OAB 12542/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Luciana Rodrigues da Silva Martinez (OAB 45362/RS)
Marcelo Neumann Moreiras Pessoa (OAB 110501/RJ)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Pauline Chíxaro Voss (OAB 6648/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Sérgio Eduardo Martinez (OAB 32803/RS)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0209/2019

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0200556-89.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 2.549,66(dois mil quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0600316-72.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: PROBEL CONFORT BY COLOR PARQUE 10 - Execute-se a multa determinada às fls. 82. Na oportunidade, intime-se a ré para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de 15. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM) - Processo 0600330-51.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO 4 VILLA JARDIM TORQUATO CONDOMÍNIO LIRIO - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0600910-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marta de Souza Lima - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600919-79.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM), ADV: SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM) - Processo 0601262-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Deborah Nunes da Costa - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: MÁRCIA MONTEIRO ALVES VAILANTE (OAB 10333/AM) - Processo 0604461-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: João Bernardo de Oliveira Neto - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0605078-29.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Marina Garcia de Morais - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: DANIEL PEIXOTO MEIRELLES (OAB 11073/AM) - Processo 0609723-34.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Arthur Almeida da Silva - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: REBECCA DE MOURA FERNANDES (OAB 10446/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0610177-77.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Flórence Graça Orr de Oliveira - EXECUTADO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, intime-se a parte requerente e requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do titular da conta, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0612275-35.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Paula Fernanda Cruz da Costa - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM) - Processo 0613868-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniel Bezerra dos Reis - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0614559-16.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Ltda-me (Centro Educacional Excelente) - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: SUELEN PAES DOS SANTOS MENTA (OAB 4381/AM) - Processo 0614984-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Antônio Loureiro de Abreu Filho - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0615356-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Belvedere Eireli - Me - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido formulado por Centro Educacional Belvedere Eireli - Me em face de Wildson Cumapa de Souza, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 1.029,28 (um mil e vinte e nove reais e vinte e oito centavos) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 19 de agosto de 2019

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0615450-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ozivan Bechara Barreto - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE SILVA RISÉRIO (OAB 123056/MG), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0616018-53.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: 123 Viagens e Turismo Ltda. - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 6.083,00 (Seis mil e oitenta e três reais), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 6.691,30 (Seis mil, seiscentos e noventa e um reais e trinta centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0616676-77.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0617588-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: David Rocha Silva - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: - O comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: THIAGO ASSIS DA SILVA MONTEIRO (OAB 12725/AM) - Processo 0621121-75.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Alessandra Silva dos Santos - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0621808-52.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0622678-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Terezinha Alves Ferreira Cazal - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0622986-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jadilson Pereira Figueira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: - O comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0623133-28.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) a cópia do documento de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0623194-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Kiriaki Kofopoulos Fernandes - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) a cópia do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, RG (x) o comprovante de residência em nome do Autor legivel, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623207-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rua Baniwa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0623283-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: João Ricardo de O. Melo - De ordem, fica designado o dia 30/09/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0623360-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Leoney Mustafa da Silva - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0623388-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rafael da Rocha Picanço - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0623400-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: J.L.L. - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0627947-20.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - EXECUTADO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0629599-72.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - EXEQUENTE: No Ar Eventos e Marketing Eireli - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 19 de agosto de 2019.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
DANIEL PEIXOTO MEIRELLES (OAB 11073/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Gustavo Henrique Silva Risério (OAB 123056/MG)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Márcia Monteiro Alves Vailante (OAB 10333/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Rebecca de Moura Fernandes (OAB 10446/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Suelen Paes dos Santos Menta (OAB 4381/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Thiago Assis da Silva Monteiro (OAB 12725/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0207/2019

ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP) - Processo 0612876-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Cooperativa Mista "jockey Club" Consórcio - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 108/117, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: SEILA MARIA PENNAFORT GARCIA (OAB 3611/AM) - Processo 0615549-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Renato da Silva Souza - O vídeo já encontra-se liberado juntamente com o termo de audiência. Intime-se. Cumpra-se

Nathalia Gonçalves de Macedo Carvalho (OAB 287894/SP)
Seila Maria Pennafort Garcia (OAB 3611/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0210/2019

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA, ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0201277-75.2016.8.04.0016 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Condomínio Bosque Residencial Kopenhagen - R. Hoje Intime-se o embargado para, querendo, apresentar contrarrazões aos embargos opostos no prazo de 5(cinco) dias, a contar da intimação. Cumpra-se. Manaus, 24 de julho de 2019.

ADV: FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS (OAB 1960/AM), ADV: ARON PEREIRA WHIBBE (OAB 2202/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0600012-70.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: LUCIELY NASCIMENTO CARNEIRO - Ante o exposto, DETERMINO que se expeça certidão de dívida e, após, arquivem-se os autos definitivamente.

ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM), ADV: SILVANA MARIA MARTINS DA COSTA (OAB 5644/AM) - Processo 0600797-98.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Maria Clarice Viana de Amorim e outro - Ante o exposto, declaro a extinção da execução, nos termos do supra citado artigo da Lei 9.099/95 ressalvando-se o direito de o exequente reabrir os autos, caso encontre bens penhoráveis em nome do devedor. Intimem-se.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0607215-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERIDO: Ime - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 173/183, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0610126-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Adelson Nascimento Pereira de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, declaro os embargos como protelatório e condeno o embargante ao pagamento de multa em favor do embargado no valor de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa em favor do embargado, na forma do art. 1.026, § 2º, CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0612422-61.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Helena Duarte Figueiredo - EXECUTADO: Faculdade Metropolitanas Unidas - Fmu - Ante exposto, REJEITO os embargos e determino o prosseguimento da execução. Cumpra-se. Manaus, 26 de julho de 2019

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0612712-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Meiryalva Alecrim de Lima - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 379/408, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0613578-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alyne Coelho Oliveira - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 128/137, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0615759-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alexandre Sobreira Rodrigues - Vistos e etc... Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO o RECURSO INOMINADO de fls. 181-199ss apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Contrarrazões do recorrido já apresentadas de forma regular. Remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0625247-71.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Italo de Brito Santana - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0625931-93.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Ante o exposto, declaro a extinção da execução, nos termos do supra citado artigo da Lei 9.099/95 ressalvando-se o direito de o exequente reabrir os autos, caso encontre bens penhoráveis em nome do devedor.

Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Aron Pereira Whibbe (OAB 2202/AM)
Auton Francisco Furtado Maia
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Madson da Cunha Veras (OAB 1960/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Silvana Maria Martins da Costa (OAB 5644/AM)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0163/2019

ADV: DIEGO RODRIGUEZ VIANNA (OAB 51750/RS), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: ERIC RAFAEL MACEDO DE CARVALHO (OAB 10485/AM) - Processo 0200868-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Simpala Lançadora e Administradora de Consorcios Ltda - LITSPASSIV: IDEAL CONSULTORIA FINANCEIRA - Forte nesses argumentos, reconheço a incompetência dos Juizados Especiais em virtude do valor da causa (art. 3º, I, da Lei n. 9.099/95) e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 51, II, da Lei n. 9.099/95. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: FERNANDO HARTEN DE MOURA (OAB 28624/PE), ADV: JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 42527/BA) - Processo 0201025-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Sendas Distribuidoras S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0201033-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0201158-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0201161-52.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0600189-85.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Zuleide Lopes de Arruda - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recurso é intempestivo. Com efeito, reza o art. 42, caput, da Lei 9.099/95, que “o recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença (...)”. Considerando que a sentença foi proferida em audiência, no dia 25/07/2019 com ciência das partes, o dia final para interposição do Recurso Inominado se daria em 12/08/2019 mas o recorrente apenas o protocolou na data de 13/08/2019, extemporaneamente. Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade (Enunciado 166 do Fonaje), denego seguimento ao recurso inominado, por intempestividade. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM) - Processo 0602597-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cleurivan Silva Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os beneficios da justiça gratuita, para o Recurso Inominado de fls. 156-164, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: REBECA AGUIAR LARRAT (OAB 9964/AM) - Processo 0603075-86.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0603342-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, na quantia de R$ 2.023,18 (dois mil e vinte e três reais e dezoito centavos), conforme cálculo processual de fl. 107, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência

do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Cumpra-se.

ADV: RYSANNDRETT ALVARENGA ROSAS (OAB 8939/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0603384-15.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Alvarenga Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, etc., Analisando a petição de fl. 157-160, juntamente com as faturas de fls. 161-171, observo que trata-se de faturas emitidas após a instalação do hidrômetro, não sendo objetos de discussão neste processo por se tratar de fato novo. Quanto às obrigações encartadas na sentença de fls. 79-81, vejo que a executada já as cumpriu, vez que efetuou o pagamento dos danos morais, danos materiais e efetuou a instalação do hidrômetro, além de pagar a multa pelo descumprimento da obrigação de fazer. Pelo exposto, determino que seja expedido alvará em favor da autora dos valores constantes nos extratos bancários de fls. 180, 181 e 182, de acordo com os dados bancários informados às fls. 160. Após expedição do alvará, arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0603401-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: J.A.G.S. - REQUERIDO: B. - Forte nesses argumentos, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente o pedido de repetição para condenar o réu a pagar ao autor o valor de R$ 256,98 (duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir de 08/03/2019. Condeno a parte ré a não efetuar descontos no benefício do autor a título de pagamento mínimo de fatura de cartão de crédito, sob pena de repetição em dobro de valores descontados após a intimação. Julgo improcedentes os demais pedidos. Isento a ré do pagamento de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0603631-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Cristian Perla Marques Marinho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0603685-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edinete Maria Cavalcante Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Forte nesses argumentos, julgo parcialmente procedente o pedido de repetição do indébito do valor referente ao seguro adquirido em venda casada, para condenar os requeridos, solidariamente, a pagar à requerente o valor de R$ 902,00 (novecentos e dois reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da citação. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95.

ADV: WILISVAN MOURA STREGE (OAB 11453/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: ALMIR DA CRUZ BARROS (OAB 3660/AM) - Processo 0603945-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Odenilson Souza da Rocha - ASSLITISC: Banco Itaucard S/A - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604209-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mac Key Matos dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da parte autora. Deixo de condenar as partes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 12443/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: FABIOLA REIS DOS REIS (OAB 12103/AM) - Processo 0604646-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda de Nazaré Vieira da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO AUGUSTO CORREIA C. FILHO (OAB 14503/CE), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ISABELLA MEMÓRIA AGUIAR (OAB 16523/CE), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0604771-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Paula Moreira Martins - REQUERIDO: Tribanco (Banco Triangulo S/a) - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARMANDO DA GLÓRIA BATISTA (OAB 41775/SP), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE), ADV: EDSON LEITE RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO (OAB 36003/PE), ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM) - Processo 0604848-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Nascimento da Silva - REQUERIDO: Itau Seguros S/A - LITSPASSIV: Consórcio Nacional Volkswagem Ltda. - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM),

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0605123-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristian Perla Marques Marinho - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: MARIO CESAR DE CARVALHO (OAB 12674/AM) - Processo 0605287-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Horanilson Souza Gonçalves - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG), ADV: THIAGO HENRIQUE ANDRADE MARQUES (OAB 14585/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM) - Processo 0605322-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Edilson Alves de Morais Me - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0605505-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ray Jonathan Freitas Lobo - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0605601-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jacson Simoes de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM) - Processo 0605629-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria das Graças Pereira de Sales - REQUERIDO: Claro S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0605635-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Rosires Gomes Mota dos Santos - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Em havendo provas a serem produzidas, paute-se audiência de instrução e intime-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0605635-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Rosires Gomes Mota dos Santos - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCÉLIA MACHADO DIAS (OAB 11279/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: JOSE DAS CHAGAS PINHEIRO (OAB 9686/AM) - Processo 0605660-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro da Costa Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605745-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neurilene Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0605751-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Edileuza Pacheco Pinheiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0605754-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria de Lourdes da Silva Arruda - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0605777-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Silvestre Martins Felix - RECLAMADO: Vivo S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0605787-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Abedias Fonseca Pereira - RECLAMADO: BradesCard S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0605790-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Benedito Luis da Costa - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605805-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Wilson Tomé Rodrigues - RECLAMADO: Vivo S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, II, do CPC, julgo extinto o processo com resolução do mérito por conta da prescrição da pretensão do autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605814-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Allan Monteiro Januario - RECLAMADO: Vivo S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da parte autora, por ter sido comprovada pela requerida a origem dos débitos que motivaram a negativação, e não haver comprovação dos seus respectivos pagamentos. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RONAN BATISTA MOREIRA (OAB 8849/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0605857-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: A M A DE LIMA FRIOS - ME - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 51, I, da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 141, do FONAJE, e consoante fundamentação supra. REVOGO A TUTELA CONCEDIDA às fls. 39-41. Em consequência, CONDENO a parte Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Prejudicado o pedido de fls. 56-57. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: JACKELINE FERREIRA DA SILVA (OAB 9460/AM) - Processo 0605947-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Barroso da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: I DECLARAR inexistente o contrato financeiro entre a Requerida Banco Bradesco S/A e a Requerente Raimundo Barroso da Silva que autorizou o desconto referente ao contrato 7914899. Por consectário lógico, MANTER a decisão interlocutória de fls.34 e seus efeitos. II - CONDENAR a Requerida Banco Bradesco S/A a pagar à Requerente Raimundo Barroso da Silva a quantia de R$257,25 (duzentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos), acrescido de correção monetária (INPC), a partir de cada desconto e juros legais a partir da citação. III - CONDENAR a Requerida Banco Bradesco S/A pagar à Requerente Raimundo Barroso da Silva a quantia de R$8.000,00 (oito mil reais), acrescido de correção monetária (INPC) e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada em caso de pedido para abertura de fase de execução. Defiro os benefícios da gratuidade da justiça. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intimados em audiência.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0606127-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Luzanira Rebouças Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos

permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DRYELY PICANÇO GOES (OAB 10246/AM) - Processo 0606387-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: João Junio Ferreira da Silva - Vistos, etc. Determinada a retificação da petição inicial, deixou a parte autora de promover a diligência que lhe competia, qual seja, a juntada de documento comprobatório de domicílio em seu nome. Com efeito, cumpre-nos destacar que embora estejamos sob a égide da lei dos Juizados Especiais, segundo a qual devem prevalecer os princípios da simplicidade e da informalidade, não se pode perder de vista o disposto na Resolução nº 12/2017 do Tribunal de Justiça do Amazonas, segundo a qual há de ser observada a competência territorial para processamento e julgamento das demandas. Outrossim, a Portaria 001/2012, também do TJ/AM, estabelece em seu art. 1º que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais devem acompanhar, desde logo, os documentos indispensáveis à propositura da demanda, estando entre eles o comprovante de residência. A referida portaria impõe ainda, em seu art. 1º, alínea b, que, "na hipótese do comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como cópia de identidade do declarante". Da leitura do mencionado dispositivo, observa-se que não há qualquer ressalva quanto ao atendimento da exigência em caso de eventual relação pessoal ou de parentesco entre a parte autora e o titular do documento. Sendo assim, resta claro que a parte requerente não cumpriu a diligência determinada, deixando de juntar comprovante de residência conforme art. 1º, da Portaria 001/2012 do Tribunal de Justiça do Amazonas e art. 320, do Código de Processo Civil. E, uma vez não cumprida a ordem para sanar a irregularidade, a petição inicial há de ser indeferida. Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/cVistos, etc. Determinada a retificação da petição inicial, deixou a parte autora de promover a diligência que lhe competia, qual seja, a juntada de documento comprobatório de domicílio em seu nome. Com efeito, cumpre-nos destacar que embora estejamos sob a égide da lei dos Juizados Especiais, segundo a qual devem prevalecer os princípios da simplicidade e da informalidade, não se pode perder de vista o disposto na Resolução nº 07/2015 do Tribunal de Justiça do Amazonas, segundo a qual há de ser observada a competência territorial para processamento e julgamento das demandas. Outrossim, a Portaria 001/2012, também do TJ/AM, estabelece em seu art. 1º que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais devem acompanhar, desde logo, os documentos indispensáveis à propositura da demanda, estando entre eles o comprovante de residência. A referida portaria impõe ainda, em seu art. 1º, alínea b, que, "na hipótese do comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como cópia de identidade do declarante". Da leitura do mencionado dispositivo, observa-se que não há qualquer ressalva quanto ao atendimento da exigência em caso de eventual relação pessoal ou de parentesco entre a parte autora e o titular do documento. Sendo assim, resta claro que a parte requerente não cumpriu a diligência determinada, deixando de juntar comprovante de residência conforme art. 1º, da Portaria 001/2012 do Tribunal de Justiça do Amazonas e art. 320, do Código de Processo Civil. E, uma vez não cumprida a ordem para sanar a irregularidade, a petição inicial há de ser indeferida. Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil Vistos, etc. Determinada a retificação da petição inicial, deixou a parte autora de promover a diligência que lhe competia, qual seja, a juntada de documento comprobatório de domicílio em seu nome. Com efeito, cumpre-nos destacar que embora estejamos sob a égide da lei dos Juizados Especiais, segundo a qual devem prevalecer os princípios da simplicidade e da informalidade, não se pode perder de vista o disposto na Resolução nº 07/2015 do Tribunal de Justiça do Amazonas, segundo a qual há de ser observada a competência territorial para processamento e julgamento das demandas. Outrossim, a Portaria 001/2012, também do TJ/AM, estabelece em seu art. 1º que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais devem acompanhar, desde logo, os documentos indispensáveis à propositura da demanda, estando entre eles o comprovante de residência. A referida portaria impõe ainda, em seu art. 1º, alínea b, que, "na hipótese do comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como cópia de identidade do declarante". Da leitura do mencionado dispositivo, observa-se que não há qualquer ressalva quanto ao atendimento da exigência em caso de eventual relação pessoal ou de parentesco entre a parte autora e o titular do documento. Sendo assim, resta claro que a parte requerente não cumpriu a diligência determinada, deixando de juntar comprovante de residência conforme art. 1º, da Portaria 001/2012 do Tribunal de Justiça do Amazonas e art. 320, do Código de Processo Civil. E, uma vez não cumprida a ordem para sanar a irregularidade, a petição inicial há de ser indeferida. Ex positis, INDEFIRO a petição INICIAL, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c artigo 14, da Lei 9.099/95. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON MATHEUS ROSSETTI (OAB 4063/AM), ADV: JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA (OAB 220A/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0606550-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - RECLAMANTE: Maria Iris Nascimento da Silva - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela

de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 30 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde Janeiro/2018, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 17 meses a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 19/09/2019, às 09:00h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0606556-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Emilly Endria Reis Correa - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso concreto, a Autora insurge-se contra cobranças direcionadas à si, alegando que nunca firmou qualquer contrato com a requerida. Pela análise dos autos, verifico que a discussão gira em torno da origem da dívida. Constato a impossibilidade de a parte autora produzir prova, não tendo como comprovar aquilo que afirma não ter ocorrido, no caso, a alegação de que as dívidas questionadas não foram contraídas pela requerente. Contudo, quanto à inscrição no SERASA, entendo demonstrada de forma suficiente a probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado à Autora a sustação dos efeitos deletérios da anotação restritiva de crédito, dada a sua importância no cotidiano da sociedade moderna. Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado à autora a suspensão das cobranças impugnadas nos autos. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às f. 15, para que em até 3 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a restrição anotada em nome da parte autora Emilly Endria Reis Correa, CPF Nº 037.817.662-50, referente ao CONTRATO Nº 0240912153; 0240914242 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC.

A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 19/09/2019 às 09:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0606672-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Joana Batista Pereira Martins - INTIME-SE a autora, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o conflito de informações entre a petição de fls. 1 e fls. 9, referente à residência da parte.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0606678-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ivanea da Silva Romano - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso concreto, o(a) Autor(a) insurge-se contra cobranças direcionadas à si, alegando que nunca firmou qualquer contrato com a requerida. Pela análise dos autos, verifico que a discussão gira em torno da origem da dívida. Constato a impossibilidade de a parte autora produzir prova, não tendo como comprovar aquilo que afirma não ter ocorrido, no caso, a alegação de que as dívidas questionadas não foram contraídas pela requerente. Contudo, quanto à inscrição no SERASA, entendo demonstrada de forma suficiente a probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado ao/à Autor(a) a sustação dos efeitos deletérios da anotação restritiva de crédito, dada a sua importância no cotidiano da sociedade moderna. Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado à autora a suspensão das cobranças impugnadas nos autos. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às f. 24, para que em até 3 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a restrição anotada em nome da parte autora Ivanea da Silva Romano, CPF Nº 007.867.182-50, referente ao CONTRATO Nº 0315627123 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019 às 08:15h, realizando à Semana Nacional da Conciliação na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0606682-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Arlecy Correa Nogueira - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0606697-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Francisco Alves Maia - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação

da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com “regra da gangorra”, é que quanto maior o “periculum” demonstrado, menos “fumus” se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa.” Um dos temas mais polêmicos, nesta sede, indaga se as concessionárias de serviços públicos podem cortar o fornecimento de luz, água ou telefone na hipótese de inadimplemento dos respectivos usuários. A obrigação de pagar as contas de luz, água ou telefone não é tributária, pois trata-se de serviços prestados sob o regime de Direito Privado, remunerados através dos preços públicos, ou seja, através das tarifas. Os financistas costumam surpreender, nessas hipóteses, verdadeiros contratos de Direito Público, pois o pagamento do preço é efetivado por unidades de serviços prestadas, ou seja, quilowatt de energia, metros cúbicos de água ou impulsos telefônicos. De todo modo, a interrupção no fornecimento do serviço público não pode ser efetiva ex abrupto, como instrumento de pressão contra o consumidor, para forçá-lo ao pagamento da conta em atraso. O fornecimento de luz elétrica é considerado serviço público de natureza essencial, daí porque sujeito aos princípios da continuidade e eficiência, o que impede a sua abrupta suspensão. A iterativa jurisprudência sobre o tema já sedimentou entendimento de que, em se tratando de serviço de natureza essencial, o concessionário deve valer-se dos meios ordinários para o recebimento dos valores inadimplidos, não podendo o consumidor ser submetido ao ridículo, na forma do art. 42 do CDC. Os fatos narrados na inicial e os documentos acostados aos autos, mostram-se coerentes e tem conotação de verossimilhança. O perigo de dano grave e de difícil reparação é evidente. Na era do crédito permaneceu com o nome negativado, traz para o cidadão sérios prejuízos. Com efeito, considerando as alegações do autor da ação, ora requerente, da ocorrência da suspensão dos serviços indevida, tenho que, após análise dos elementos de informação que formam o instrumento, há de ser deferido o pedido de restabelecimento dos serviços essenciais. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar o(a) Requerido(a) para, em quarenta e oito (48) horas, a contar do recebimento desta determinação, RESTABELEÇA o fornecimento de água, se já houver executado, na MT Nº 6290783-2, de titularidade do requerente, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 08:30h, realizando a Semana Nacional da Conciliação na sede desse Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0606709-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lidiane Moçambique Pantoja - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0606717-67.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdimento de Bens - REQUERENTE: J.d de Sousa - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) a declaração anual de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a

comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0606719-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Pedro Henrique Colares da Cruz - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

ADV: DEBORAH ROSENDO DE ALMEIDA AMORIM TAVARES (OAB 14410/AM) - Processo 0606727-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Gabriela de Melo Santa Cruz Cardoso - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro do art. 51, III da Lei 9.099/1995. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios., amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Sem custas. Publique-se. Registe-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0606729-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria José Macena dos Santos - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas LEGÍVEL.

ADV: ROSENIL MAXIMO DOS SANTOS (OAB 13970/AM) - Processo 0606955-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Abelardo Janio Farias da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) Manifestar-se sobre o conflito de endereço indicado às fls. 15, 21 e 22, vez que são endereço conflitantes; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO) e visivel, ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0606983-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ivana Pereira Soares - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal nos termos da RESOLUÇÃO 12/2017 - TJAM.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607056-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Eridelson de Melo Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nois temros da RESOLUÇÃO Nº 12/2017 - TJAM.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607183-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Denis Sousa e Sousa - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO 12/2017 - TJAM.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607184-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Denis Sousa e Sousa - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017 - TJAM.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607185-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Denis S. e Sousa - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel,

acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607186-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Denis Sousa e Sousa - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017 - TJAM.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607187-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Denis Sousa e Sousa - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607288-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Waldinei Rodrigues da Costa - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro do art. 51, III da Lei 9.099/1995. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios., amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0611121-35.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo José da Silva Lira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ RIBAMAR COSTA SOARES (OAB 1971/AM) - Processo 0638663-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Água e/ou Esgoto - REQUERENTE: José Reis Sousa Costa - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Almir da Cruz Barros (OAB 3660/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
DEBORAH ROSENDO DE ALMEIDA AMORIM TAVARES (OAB 14410/AM)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Diego Rodriguez Vianna (OAB 51750/RS)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Dryely Picanço Goes (OAB 10246/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edson Leite Rodrigues de Oliveira Neto (OAB 36003/PE)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Eric Rafael Macedo de Carvalho (OAB 10485/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fabiola Reis dos Reis (OAB 12103/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Augusto Correia C. Filho (OAB 14503/CE)
Fernando Harten de Moura (OAB 28624/PE)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabella Memória Aguiar (OAB 16523/CE)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jackeline Ferreira da Silva (OAB 9460/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
José Airton Mendes da Silva (OAB 220A/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Armando da Glória Batista (OAB 41775/SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
JOSE DAS CHAGAS PINHEIRO (OAB 9686/AM)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Guilherme Carneiro Queiroz (OAB 42527/BA)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Ribamar Costa Soares (OAB 1971/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Lucélia Machado Dias (OAB 11279/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manuela Motta Moura da Fonte (OAB 20397/PE)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)

Maria Rosimar dos Santos Rodrigues (OAB 12443/AM)
Mario Cesar de Carvalho (OAB 12674/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Nelson Matheus Rossetti (OAB 4063/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rebeca Aguiar Larrat (OAB 9964/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronan Batista Moreira (OAB 8849/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rosenil Maximo dos Santos (OAB 13970/AM)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Rysanndrett Alvarenga Rosas (OAB 8939/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thiago Henrique Andrade Marques (OAB 14585/AM)
Wilisvan Moura Strege (OAB 11453/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0244/2019

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0602860-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Bianca Rodrigues Calasso - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0603079-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Daniel da Silva Sansereth - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0243/2019

ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0200102-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: VANDERLI DE SOUSA MOURA - REQUERIDO: G. A GOMES ALIMENTOS (SUPERMERCADO VITÓRIA) - LITSPASSIV: Tricard Servicos de Intermediacao de Cartoes de Credito Ltda - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial para condenar a parte requerida ao pagamento de R$62,48 (sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo da autora (data do pagamento indevida). Improcedente o pedido de indenização por danos morais.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0201063-67.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alan Cesar Silva de Oliveira - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0600885-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Thatcher Cativo de Azevedo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro parcialmente o pedido de fls. 219-221. Considerando que a parte exequente comprovou que ocorreram descontos em sua conta bancária mediante a apresentação do extrato bancário de fls. 222-225, intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor de R$67,00 (sessenta e sete reais), referente à devolução dos valores descontados indevidamente, na forma simples. Intime-se ainda a parte executada para realizar o pagamento do valor de R$600,00 (seiscentos reais) referente à aplicação de 02 (duas) multas no valor de R$300,00 (trezentos) reais cada, devendo a parte executada proceder a suspensão dos descontos, sob pena de aplicação de novas multas no valor de R$500,00 (quinhentos) reais por desconto. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: DIEGO CASTRO AMARAL (OAB 11339/AM), ADV: LADSON PEREIRA DA SILVA (OAB 11039/AM) - Processo 0601836-52.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: WENCESLAU MARQUES PEREIRA FILHO - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desse modo, indefiro o pedido de execução formulado às fls. 235-237, e suprimo a multa por descumprimento da decisão e declarar extinta a execução.

ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0602344-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aurea Lourdes Figueiredo Bezerra - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM) - Processo 0602568-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Prisicila Barros dos Santos - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0602860-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Bianca Rodrigues Calasso - De ordem, intimo a

parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG) - Processo 0602994-11.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Altamira da Silva Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 307-310. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$14.013,89 (quatorze mil e treze reais e oitenta e nove centavos), conforme cálculos apresentados pelo exequente, sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0603069-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Fabriela Silva Marques - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei n. 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Sem custas, salvo recurso, na forma da lei de regência. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0603079-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Daniel da Silva Sansereth - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0603796-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dayan Leite e Leite - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0603863-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Messias Pereira Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em virtude da certidão de fl.74 , inadmito o recurso inominado de fls.63-65 , dada a sua deserção. Assim, encaminho os autos à Secretaria, para que, sendo o caso, seja certificado o trânsito em julgado e/ou se proceda ao arquivamento destes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0603865-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Messias Pereira Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fl. 86. Considerando o cálculo processual de fl. 87, intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$5.629,80 (cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP) - Processo 0603959-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivan Hilário Damasceno - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0603994-75.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - RECLAMANTE: Maria Regina da Silva Rodrigues - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 1291-A/RN) - Processo 0604294-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria de Nazare Moura - REQUERIDO: Banco Bgn S/A (cetelem) - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC: 1 - julgo procedente o pedido autoral para declarar inexigível o contrato questionado nesta demanda. 2 - julgo procedente o pedido de repetição de indébito, em dobro, para condenar o requerido a pagar à suplicante o valor de R$ 2.120,40 (dois mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo da autora (data do primeiro desconto indevido). 3 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o banco réu ao pagamento da importância de R$2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês, ambos a partir da prolação deste decisum. 4 - Improcedente os demais pedidos. Por força desta, torno definitivo os efeitos da decisão interlocutória de fls. 31-32. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM) - Processo 0604583-67.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ricardo Davi de Oliveira Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie recebo o recurso inominado de fls. 420-425 nos efeitos devolutivo e suspensivo, por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões,

remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0604640-85.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Michelle Ferreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0604796-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Iza Lúcia Souza Cavalcante - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA ÁVILA (OAB 1276A/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0605044-73.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Cloves da Silva Nunes - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - TERCEIRO I: Telefônica Brasil S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0605117-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rangel Oliveira da Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos, com fulcro no art. 487, inciso I, do Digesto de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos autorais para, determinar o cancelamento do serviço denominado "Seguro Aqui/Dev", condenando a parte ré ao pagamento do valor de R$ 257,80 (duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos), a título de repetição de indébito em dobro, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir da data do desconto, bem como ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0605272-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Eliane Coelho Nascimento - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605275-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Eliane Coelho Nascimento - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto, reconheço a ocorrência de litispendência entre a presente ação e a de n° 0605272-14.2019.8.04.0020, termos em que julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com esteio no art. 485, V do CPC, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários advocatícios, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0605311-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Wanderlea Lima dos Santos - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0605320-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Leandro Pereira de Sousa - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MIRTES RODRIGUES DA SILVA (OAB 13432/AM) - Processo 0605326-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Juliana Rodrigues Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605940-87.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Neila Rodrigues de Carvalho - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: ALMIR DA CRUZ BARROS (OAB 3660/AM) - Processo 0606152-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Contratual - EXEQUENTE: Ponta Negra Locação de Veículos Eirele - Me - EXECUTADO: Rv Construções Ltda - ASSLITISC: Abgail Batista Mendes - Assim, entendo que não existe razão à alegação arguida pela pessoa jurídica, por observar que a parte exequente encontra-se desempenhando as suas atividades, motivo pelo qual determino que a parte autora, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente o balanço financeiro que comprove a receita bruta anual, nos termos da Lei nº 9841/99, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0607194-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luiz Eduardo de Lima Nunes - Forte nesses argumentos, indefiro o pedido de liminar formulado na peça de ingresso. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0607194-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luiz Eduardo de Lima Nunes - Conciliação Data: 16/10/2019 Hora 09:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0607201-82.2019.8.04.0020

- Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Maria Barroso Torres - UNA - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 22/10/2019 Hora 11:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607221-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Wellington Osaias Santana Souza - Conciliação Data: 16/10/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0607223-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Luiziani Mendonça Freitas - Conciliação Data: 16/10/2019 Hora 08:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0607290-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Bárbara Montenegro Alfaia - REQUERIDO: Calcard Administradora de Cartões Ltda - Dessa forma, tendo em vista a incompetência territorial deste Juízo, bem como a de todos os existentes neste Fórum, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro e Enunciado FONAJE de n. 89.

ADV: RAGÉLIA SANTOS DE PAIVA KANAWATI (OAB 10998/AM) - Processo 0607291-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Joseane Alves Feitosa - REQUERIDO: Upray Tecnologia Em Pagamentos Ltda - Iara Santos Almeida - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM) - Processo 0607665-77.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Adriana Patricia Marques da Cruz - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, rejeito as preliminares levantadas em contestação, e no mérito, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, e assim o faço com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Sem custas, salvo recurso. P.R.I.C. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 26 de julho de 2019 .

ADV: SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 255201/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM) - Processo 0607781-83.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Guimarães Coêlho - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607841-56.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Nelio dos Santos Serrão - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607933-34.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Inalda Maria Gomes Alfaia - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fl. 70. Considerando o cálculo processual de fl. 71, intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$1.212,81 (Mil, duzentos e doze reais e oitenta e um centavos). Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0610563-63.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eliza Cruz da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM) - Processo 0613648-57.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria do Socorro S. Salerno - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 304-306. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$20.005,98 (Vinte mil, cinco reais e noventa e oito centavos), conforme cálculos apresentados pelo exequente, sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
Almir da Cruz Barros (OAB 3660/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Carlos Rossato da Silva Ávila (OAB 1276A/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Castro Amaral (OAB 11339/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)

Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Ladson Pereira da Silva (OAB 11039/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Maia Gomes (OAB 1291-A/RN)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
michael queiroz sociedade individual de advocacia (OAB 255201/AM)
Mirtes Rodrigues da Silva (OAB 13432/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ragélia Santos de Paiva Kanawati (OAB 10998/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0155/2019

ADV: EDUARDO TERÇO FALCÃO (OAB 3232/AM), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0200334-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Flavio Adauto de Souza - REQUERIDO: Danilo Issa Mitozo Veras - Em atenção a petição de fl. 45, verifico que a parte autora justificou a impossibilidade do seu comparecimento em audiência por motivo de doença, conforme atestado médico à fl. 46, razão pela qual defiro a redesignação para data posterior. Dito isso, fica a audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 03/10/2019 às 09:00h. Intimem-se.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: ALEX CARLOS CAPURA DE ARAUJO (OAB 296255/SP) - Processo 0200535-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Kinoplex - AMAZONAS SHOPPING CENTER - Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulados pela parte autora em face das partes rés. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM), ADV: LUCIANA AMAZONAS CABRAL (OAB 10218/AM) - Processo 0600240-77.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Mb3000 Segurança Eletrônica Ltda. - EXECUTADO: Carlos Alberto Melo de Souza - Em atenção a petição de fls. 73/120, verifico que a parte executada alegada nulidade de citação, contudo não vislumbro qualquer irregularidade, até porque, no AR de fl. 55 foi identificado o seu recebedor, e tratando-se da residência da parte executada, conforme indicada na referida petição, aplica-se o disposto no Enunciado n. 5 do FONAJE. Ademais, o agente dos correios possui fé pública, sendo portanto válida a citação entregue no condomínio da parte executada. Acrescento ainda, que a parte executada não realizou o pagamento voluntário da condenação no prazo legal, tampouco garantiu o Juízo para apresentação de embargos à execução, sendo indispensável para apresentação do referido recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Prossiga-se com a execução conforme determinado às fls. 58, incluindo a multa do art. 523, §1º, do CPC, em seguida proceda-se o BACENJUD. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: JEFFERSON DA SILVA GONCALVES (OAB 13276/AM) - Processo 0600856-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Batista de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos modificativos, INTIMO a parte embargada para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601856-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Nazareno - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM) - Processo 0602131-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Júlio da Costa Benarrós Neto - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Posto isso, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, II, da lei 9099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: AFONSO DAVID FROTA MACIEL (OAB 10422/AM), ADV: JÉSSICA NAYARA FONSECA PADILHA LOBATO (OAB 10842/AM) - Processo 0602174-36.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Raimundo Dourado Frota - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistemas BACENJUD e RENAJUD, conforme consultas acostadas aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo

pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 29/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0602917-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Emir Cavalcante Izel - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM) - Processo 0605656-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Janeyla Santos Suijkerbuijk - Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulados. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM) - Processo 0606436-29.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Perdas e Danos - REQUERIDA: Keynes Moreira da Costa - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 21/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM) - Processo 0606453-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jaco Cruz Barata - Em atenção a petição de fl. 40, e verificando que não houve êxito nas tentativas de citação via Correios, defiro o pedido de citação da parte ré Megatour Vias Aéreas e Turismo (Ermesom da Silva Pinheiro) por meio de mandado a ser cumprido por oficial de justiça. Nesse sentido, fica a audiência de conciliação designada para o dia 21/10/2019 às 09:45h. Intime-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0606942-05.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 924, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: GABRIEL AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 14123/AM) - Processo 0607026-06.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Escola Batista Arca de Noé - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 25/11/2019 às 12:00h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: ELIANE LUCENA DO NASCIMENTO (OAB 12790/AM), ADV: KEILA NASCIMENTO SALDAÑA (OAB 11926/AM) - Processo 0608116-49.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Eliane Lucena do Nascimento - Keila Nascimento Saldaña - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 96/97, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei 9.099/95 c/c art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Em caso de descumprimento, ficam autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0608425-70.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 11/11/2019 às 12:30h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se

ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM) - Processo 0608771-21.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Josemar Berçot Rodrigues Júnior - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 28/11/2019 às 12:00h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei

9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0608981-72.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços à Comunidade - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 19/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: BRUNO ROSAS HIDALGO (OAB 10732/AM) - Processo 0609124-61.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Delta Consultoria Tecnica Contabil Ltda - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 26/11/2019 às 12:00h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: GABRIEL AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 14123/AM) - Processo 0609201-70.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Escola Batista Arca de Noé - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 27/11/2019 às 12:00h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0609715-23.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 12/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0609752-50.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 12/11/2019 às 12:30h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM) - Processo 0609855-57.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amoud Centro Educacional - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 22/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: KAREN ROSENDO DE ALMEIDA LEITE (OAB 8599/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0609879-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: José Rattes de Oliveira Neto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 134/136, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Havendo cumprimento, expeça-se o alvará judicial em favor da parte autora. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM) - Processo 0610065-11.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Hermes Pontes Lima - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como

restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 25/11/2019 às 12:30h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0610338-87.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Itacir Rombaldi - Ante a informação do AR negativo de fl. 55, de que a parte executada é "desconhecida" no endereço indicado, INTIME-SE a parte exequente para que informe o endereço correto da parte executada, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como o valor atualizado do débito, em igual prazo, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 53, §4º, da lei 9099/95.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0610635-94.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 13/11/2019 às 12:00h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: CARLOS EDUARDO RAPOSO DA CÂMARA ALENCAR (OAB 4249/AM), ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: MARCELO GUEDES DE MELLO E SILVA (OAB 9786/AM) - Processo 0610671-44.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Bruno de Albuquerque Pinheiro - De ordem, INTIMO a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o valor depositado pela parte executada, devendo apresentar cálculo caso entenda existir saldo remanescente a ser executado, sob pena de extinção da execução pelo pagamento, nos termos do art. 924, inciso II, do CPC. Havendo concordância quanto ao valor depositado, deverá no mesmo prazo indicar os dados bancários para transferência do valor ou os dados da pessoa autorizada para levantamento do Alvará Judicial.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0610843-78.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0611166-83.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 13/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0611283-74.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 18/11/2019 às 12:00h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: CRISTIANO RIBEIRO VIANA (OAB 12740/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0611426-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silmara Navarro Pennini - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Posto isso, DECLARO INEXISTENTE a multa no valor de R$500,00(quinhentos reais), em nome da parte autora, referente a quebra de contato de fl.12/15, objeto da presente demanda. Julgo improcedente o pedido de dano moral. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0611776-51.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX

Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 19/11/2019 às 12:00h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0611778-21.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 21/11/2019 às 11:45h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0612216-81.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Educac - Centro de Educação Continuada e de Qualificação Profissional do Amazonas Ltda. Epp - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 22/11/2019 às 12:00h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: JOSÉ HILTON RIBEIRO BARROS (OAB 11848/AM) - Processo 0612263-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Melissa de Souza Cruz - REQUERIDO: Odontoprev Serviços Odontologicos Ltda - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM) - Processo 0612539-52.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Centro de Educação do Saber - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0612786-33.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. xxxx, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 11/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0613107-68.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 29/11/2019 às 12:00h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0613594-38.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 22/11/2019 às 11:45h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0613650-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ana Maria Santos da Rocha - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos modificativos, INTIMO a parte embargada para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM)

- Processo 0613889-75.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Ltda-me (Centro Educacional Excelente) - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 25/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0614497-73.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Ltda-me (Centro Educacional Excelente) - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0614520-19.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - EXEQUENTE: Centro Educacional Lema Ltda Me - EXECUTADO: Alecsandro Leal da Silva - Inicialmente, indefiro o pedido de fls. 38/41, por não ser cabível a condenação em honorários, até porque, houve pagamento voluntário do débito indicado na inicial. Desse modo, ante o pagamento voluntário realizado às fls. 34/37, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Após o trânsito em julgado, expeça-se o Alvará Judicial do valor depositado às fls. 36/37 em favor da parte exequente. P.R.I. Cumpridas as diligências, ARQUIVEM-SE.

ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM) - Processo 0615085-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Berto Lomeu Souza e Silva - REQUERIDO: Via Verde Transportes Coletivos da Ltda - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais, INTIMO a parte recorrida para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0615131-69.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM), ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0616149-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Pereira Franco - REQUERIDO: Condomínio Residencial Maison Liberté - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0616602-23.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM) - Processo 0616648-12.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - REQUERENTE: Maria Rosimeri Barbosa de Freitas - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0616803-20.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte de Pessoas - REQUERENTE: Sindhe Cristhina Reboucas Andrade da Silva - REQUERIDO: Transtol Transportes Ltda. - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais, INTIMO a parte recorrida para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ALEX VIEIRA DE SOUZA (OAB 14387/AM) - Processo 0617128-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Shirley Ferreira Pereira e outro - Em atenção a petição de fl. 65, e verificando que não houve êxito nas tentativas de citação via Correios, defiro o pedido de citação da parte ré Jhon Ammos da Silva Lima por meio de mandado a ser cumprido por oficial de justiça. Intime-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0617175-61.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0617176-46.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0617835-55.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 25/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM) - Processo 0617902-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Aldecio Fonseca Pinto - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 68/69, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Exclua-se de pauta a audiência de conciliação, ora aprazada. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: KATIANA MIRANDA GOMES (OAB 12699/AM) - Processo 0618349-08.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - EXEQUENTE: Gedeon Martins dos Santos - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA FRAZÃO (OAB 5701/AM) - Processo 0619061-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Igor Maranhão Tiago e outro - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VINICIUS NOGALLI CAMPOS (OAB 377770/SP) - Processo 0619238-59.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - EXEQUENTE: Camposfer Tools Comércio, Importação e Exportação de Ferramentas Ltda - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0619905-45.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andrezza da Silva Queiroz e outro - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0620538-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Boa Vista - Da análise aos autos, verifico que não há comprovação de que a parte ré indicada é a legítima proprietária do imóvel objeto das cotas inadimplidas. Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda na inicial apresentando o mencionado documento, sob pena de extinção.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0620948-17.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Klinger Ensino Vestibular Eireli - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 35/36, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei 9.099/95 c/c art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Em caso de descumprimento, ficam autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0620973-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Roberto de Lima Maciel e outro - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANA REGINA BATISTA VILACA (OAB 10787/AM), ADV: ADRIANA REGINA BATISTA VILAÇA (OAB 10787/AM) - Processo 0620983-74.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sandra Batista Costabile - Em atenção a petição de fl. 41, defiro o pedido de retificação do polo passivo, tendo em vista o equívoco no cadastramento dos dados da parte ré TELEMAR NORTE LESTE S/A. À Secretaria para que proceda com alteração do cadastro, conforme indicado pela parte autora, bem como exclusão da empresa CLARO S/A que não faz parte da presente lide. Mantenha-se a audiência de conciliação aprazada. Cite-se a parte ré TELEMAR. Intimem-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0621736-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alessandra Sebastiana Lavareda Anjos - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0621850-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, INTIMO a parte autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o valor depositado voluntariamente pela parte ré, requerendo o que entender de direito, e em igual prazo, caso queira, indicar os dados bancários para transferência do valor ou os dados da pessoa autorizada para levantamento do Alvará Judicial, sob pena arquivamento.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0621885-61.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cii Centro Internancional de Idiomas Ltda - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistemas BACENJUD e RENAJUD, conforme consultas acostadas aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 27/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622708-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcia Chota Chunia - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, adequando o seu documento em atendimento a Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0622709-83.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Aldo Conceição de Souza - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622888-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Fabiola Pereira da Silva - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, adequando o seu documento em atendimento a Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622890-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisca Oliveira de Souza - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0623031-06.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - Cite-se a parte executada para realizar o pagamento no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC. Após a citação, transcorrido o prazo assinalado e não havendo pagamento voluntário do débito, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica ciente a parte executada que na audiência de conciliação a ser designada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. Cite-se e Intime-se.

ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM) - Processo 0623050-12.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marcio Costa Oliveira - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado o referido documento em atendimento a mencionada Portaria, sob

pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: IKARO BASTOS PEDROSA (OAB 11465/AM) - Processo 0623074-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Eric Vinicius Pereira Soares - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: GLÉCIO BEZERRA DE SOUSA (OAB 13988/AM) - Processo 0623149-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Graciara Gonçalves da Silva - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0623169-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Joab Barbosa dos Santos - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, adequando o seu documento em atendimento a Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0623186-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Flávia Raquel Albuquerque Marinho, - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0623189-61.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Joelma Felipe dos Santos - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, adequando o seu documento em atendimento a Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: EDINILZA DA SILVA PORTELA (OAB 7823/AM) - Processo 0623217-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Espanha - Da análise aos autos, verifico que não há comprovação de que a parte ré indicada é a legítima proprietária do imóvel objeto das cotas inadimplidas. Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda na inicial apresentando o mencionado documento, sob pena de extinção.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623247-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Haroldo Alves Pimenta Filho - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0623254-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Caroline Façanha da Silva - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM), ADV: WELLINGTON MONTEMURRO FILHO (OAB 10992/AM) - Processo 0623257-45.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: J M Bar e Restaurante Ltda Epp - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 18/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: RAYSSA AYALA MENDES FERREIRA (OAB 19396/MT) - Processo 0623259-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Bruna Braga Francisco - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, adequando o seu documento em atendimento a Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: KETLEN MIKAELA BARBOSA DOS SANTOS (OAB 13358/AM) - Processo 0623321-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Raimundo Cidade Fonseca - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0623336-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Sabrina Macena de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0623352-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eliedem Ferreira Farias - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623372-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marli Souza da Silva - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0623392-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Neiry Janne Gama Matias - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, adequando o seu documento em atendimento a Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623457-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Ricardo Bezerra da Silva - Posto isso, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido

prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0625564-69.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gilvanei Ferreira Melo - Compulsando os autos, verifico que até a presente data não houve retorno da carta precatória de fl. 45, dando conta se houve ou não o cumprimento da mesma. Dito isso, oficie-se o Juízo deprecado para que no prazo de 30 (trinta) dias, informe se houve o cumprimento da referida Carta Precatória. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0628107-45.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: No Ar Eventos e Marketing Eireli - Cuida-se de execução de título extrajudicial, fundamentada no documento de fls. 13/14, assinado pelo devedor e duas testemunhas, conforme dispõe o art. 784, III, do CPC. Inicialmente, indefiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, por não vislumbrar neste momento os requisitos necessários para o deferimento da medida, isso porque, não foi demonstrado qualquer abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, consoante preconiza o art. 50 do Código Civil. Por conseguinte, indefiro o pedido penhora em relação a parte ANALU FILARDI RODRIGUES, suposta sócia da parte executada, por não constar no documento de fls. 13/14, devendo a execução recair em primeiro momento sobre os devedores apontados no referido título. Desta maneira, verificando que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistema BACENJUD, conforme consulta acostada aos autos, DETERMINO que seja pautada audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 26/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

ADV: FÁBIO PINHEIRO DE ARAÚJO (OAB 9576/AM), ADV: WILSON SANTANA VENTURIM (OAB 101141/RJ) - Processo 0629289-66.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Carlos José Cavalcante Martins - Da análise aos autos, verifico que não houve pagamento voluntário do débito, bem como restou frustrada a tentativa de penhora via sistemas BACENJUD e RENAJUD, conforme consultas acostadas aos autos. Desse modo, PAUTE-SE audiência de conciliação, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes, motivo pela qual suspendo por ora os atos expropriatórios determinados no despacho de fl. retro, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". Fica a audiência designada para o dia 28/11/2019 às 12:15h, oportunidade em que a parte executada poderá manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir ou complementar o Juízo para conhecimento do mesmo, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após audiência, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Adriana Regina Batista Vilaca (OAB 10787/AM)
Adriana Regina Batista Vilaça (OAB 10787/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
AFONSO DAVID FROTA MACIEL (OAB 10422/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
ALEX CARLOS CAPURA DE ARAUJO (OAB 296255/SP)
Alex Vieira de Souza (OAB 14387/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Rosas Hidalgo (OAB 10732/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Raposo da Câmara Alencar (OAB 4249/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cristiano Ribeiro Viana (OAB 12740/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Edinilza da Silva Portela (OAB 7823/AM)
Eduardo Terço Falcão (OAB 3232/AM)
Eliane Lucena do Nascimento (OAB 12790/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Fábio Pinheiro de Araújo (OAB 9576/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gabriel Amâncio da Silva Santos (OAB 14123/AM)
Glécio Bezerra de Sousa (OAB 13988/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Ikaro Bastos Pedrosa (OAB 11465/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Jefferson da Silva Goncalves (OAB 13276/AM)
Jéssica Nayara Fonseca Padilha Lobato (OAB 10842/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Hilton Ribeiro Barros (OAB 11848/AM)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Karen Rosendo de Almeida Leite (OAB 8599/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Katiana Miranda Gomes (OAB 12699/AM)
Keila Nascimento Saldaña (OAB 11926/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Ketlen Mikaela Barbosa dos Santos (OAB 13358/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Luciana Amazonas Cabral (OAB 10218/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marcelo Guedes de Mello e Silva (OAB 9786/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria da Conceição Teixeira Frazão (OAB 5701/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)

Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rayssa Ayala Mendes Ferreira (OAB 19396/MT)
Roberto da Mota Praia Júnior (OAB 6782/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Vinicius Nogalli Campos (OAB 377770/SP)
Wellington Montemurro Filho (OAB 10992/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)
Wilson Santana Venturim (OAB 101141/RJ)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0131/2019

ADV: KATIANA MIRANDA GOMES (OAB 12699/AM) - Processo 0605474-03.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Auxiliadora da Silva Oliveira - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Katiana Miranda Gomes (OAB 12699/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0178/2019

ADV: HENRIQUE KLOCH (OAB 9684/SC), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM) - Processo 0200574-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Liana Ferreira Magalhães - REQUERIDO: UNIASSELVI SOCIEDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO LTDA. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, reconheço a ausência de interesse processual quanto à obrigação de fazer e JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o referido pedido, proferindo sentença à luz do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil de 2015. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais nos seguintes termos: CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se juros de mora a contar da data da citação e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do arbitramento, à inteligência da Súmula 362, do STJ. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: CARLOS DA COSTA ROCHA (OAB 72035RJ), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP) - Processo 0603192-94.2016.8.04.0016 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: SERGIO DA SILVA FERNANDES - RITA DE CÁSSIA BRITO DE MEDEIROS FERNANDES - REQUERIDO: API SPE 10 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (PDG E ALIANÇA) - PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO PRESCRITA as pretensões do Autor, proferindo sentença com base no art. 487, II do CPC.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0605918-10.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ar Contabilidade Ltda-Me - REQUERIDO: Apple Computer Brasil Ltda - Ex positis, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM LHE ADENTRAR NO EXAME DE MÉRITO, reverberando a incompetência desse Juízo para o processo e julgamento deste feito por verter matéria complexa, conforme tratei anteriormente. Faço-o segundo o preceituado no artigo 51, II da Lei 9.099/1995.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0611752-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Karem Welen Ferreira da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: EDNYLZA DE SÁ BARBOSA MONTEIRO (OAB 14189/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0612367-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Maria Rocha Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os seguintes pedidos da inicial: a) DECLARAR inexistente o débito de fls. 48, tornando definitiva a Decisão de fls. 61; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0612398-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JUNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0612420-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Sérgio Sahdo Meireles Junior - REQUERIDO: Claro S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: MÁRCIO CÉSAR OLIVEIRA LEITE (OAB 9195/AM) - Processo 0612859-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: A.S.B. - REQUERIDO: H.S.L.S.S.A.M.E.P.S.H. - H.A.M. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, condenando os Réus, solidariamente, ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária

oficial a contar do arbitramento.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0612996-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ines Pinto Tomaz - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0613615-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Firmino da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) DECLARAR inexistente o débito de fls. 11, consequentemente, DETERMINO à Secretária o envio de ofício ao SCPC para baixa da referida restrição; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória por dano moral que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0613635-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Edicleide Barbosa Rozendo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALEMTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) DECLARAR inexistente o débito de fls. 11, consequentemente, DETERMINO à Secretária o envio de ofício ao SCPC para baixa da referida restrição; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar do evento danoso (06/02/15) e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0615305-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Orlando Patrício de Sousa - Aldeline Castro de Fegueiredo - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Svt Sistema de Viagem e Turismo - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0616040-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wilton dos Santos Natividade - REQUERIDO: Via Net - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos formulado na inicial, proferindo sentença com resolução de mérito à luz do artigo 487, inc. I, do Código de Processo Civil de 2015. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0616255-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Susi Janaína de Almeida Leite - REQUERIDO: Smiles Fidelidade S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da inicial e o fato nos seguintes termos: a) CONDENAR o réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), incidindo-se juros de mora a contar da data da citação e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do arbitramento, à inteligência da Súmula 362, do STJ; b) DECLARAR a quitação das passagens adquiridas pela autora e descritas na presente lide, conforme documentos de fls. 81/84; c) Torno definitiva a decisão interlocutória de fls. 76. Transitado em julgado, expeça-se alvará em favor do réu quanto ao depósito judicial de fls. 72. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0616364-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Eliene Sampaio Nunes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0617493-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Nascimento de Oliveira Junior - REQUERIDO: BradesCard S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0619671-34.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Singolare - REQUERIDA: Priscila Marcolino Coutinho - Agra Singolare Incorporadora Ltda - PDG - Poder de Garantir - Samia Cristina Meireles de Araújo - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE a presente demanda para: a) CONDENAR as construtoras Rés, solidariamente, ao pagamento de R$ 6.123,64 (seis mil, cento e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos), referente às taxas condominiais de 04/2016 a 08/2017, incindindo-se juros oficial 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da última atualização do débito (20/10/2017); b) CONDENAR a Ré Sâmia Cristina ao pagamento de R$ 7.150,57 (sete mil, cento e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do vencimento da obrigação (30/08/18), bem como encaros do acordo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento). DETERMINO a exclusão do polo passiva de Priscila Marcolino Coutinho.

ADV: TARCISO DA COSTA FREIRE (OAB 10297/AM) - Processo 0621016-35.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar - REQUERENTE: Ernani Mendes de Figueiredo - REQUERIDO: Bianor Xavier Esquerdo Junior - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO os pedidos de busca e apreensão e de restrição do veículo, proferindo sentença com base no art. 51, II da Lei 9.099/95. JULGO PROCEDENTE os demais pedidos para: a) CONDENAR o Réu ao pagamento de R$ 1.120,00

(mil cento e vinte reais), a título de aluguel, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do vencimento da obrigação (30/10/17); b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andreza Araújo Albuquerque (OAB 10911/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
CARLOS DA COSTA ROCHA (OAB 72035RJ)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Ednylza de Sá Barbosa Monteiro (OAB 14189/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Henrique Kloch (OAB 9684/SC)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Márcio César Oliveira Leite (OAB 9195/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB 13241/AM)
Tarciso da Costa Freire (OAB 10297/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA MENEZES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IVÂNIA PITTALUGA MORENO DA COSTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0175/2019

ADV: ANDREY KAWAMURA FELIPE (OAB 9685/AM) - Processo 0600358-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcos Said - REQUERIDO: Academia Life - De ordem, fica intimada a parte requerida acerca da petição de fls. 68, na qual o requerente indica data/horário para realização das obras.

ADV: ROSA MARIA CHAVES DA SILVA (OAB 8436/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0601185-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Eduardo Roberto Rebello da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM), ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM) - Processo 0602251-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Jcl Comercio e Servico de Moveis Ltda - REQUERIDO: S. F. Gestão de Instalações de Esportes Ltda - Vistos, etc. Iniciado o processo de execução, com as providências tendentes a satisfação do crédito do credor, verificou-se que o devedor não foi encontrado. Dispõe o § 4º do artigo 53 da Lei nº 9.099/95: Art. 53 (...) § 4º. Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Isto posto e sem maiores considerações a respeito, julgo extinto o presente processo. P.R.I Arquivem-se.

ADV: PAULO MATHEUS DE SOUZA HOLANDA (OAB 9732/AM), ADV: MILENA PINHEIRO DE LIMA (OAB 11678/AM), ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM) - Processo 0602671-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Beta - REQUERIDO: Vicente Fernandes Tino - Ante o exposto, nos termos do art. 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Expeça-se alvará em favor do Autor quanto ao valor depositado às fls. 178/179. Arquivem-se e dê-se baixa na distribuição. Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.009/95.

ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0603849-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claudionor Barbosa - REQUERIDO: Willian do Nascimento Teles - De ordem, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Instrução e Julgamento, 09/09/2019 às 10:00h, em decorrência das ferias da Excelentíssima Senhora Doutora Maria do Perpetuo Socorro da Silva Menezes e, ato contínuo, redesigno para o dia 24/09/2019 às 11:00h.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607744-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Geovane Souza Costa - REQUERIDO: Redetrel Rede Transações Eletronicas Ltda - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher as custas judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 79/92, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0611684-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Francemary de Pinheiro Pinheiro - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 112/113, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: PAULINE CHÍXARO VOSS (OAB 6648/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0611796-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cristina Abreu Belota - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM), ADV: THAISE ABREU DA SILVA (OAB 5734/AM), ADV:

LUIZ FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 101488/MG) - Processo 0611925-47.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Renice Batista da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0612066-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nelky Koide Nascimento - REQUERIDO: Ddtotal Gfi Arranjos de Pagamentos S.a - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre a petição juntada às fls. 134/138, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0612074-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ingrid Gomes Rios - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intime-se o patrono da Autora para que indique, no prazo de 05 dias, número de CPF para viabilizar a expedição do alvará eletrônico.

ADV: ALINE ANDRESA BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 14226/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM) - Processo 0612548-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Roberto Sena Silva - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM) - Processo 0615824-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem - REQUERENTE: Doze Negócios Imobiliários Ltda (Remax Baruch Imoveis) - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0616636-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria das Graças Souza Dutra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: OTONIEL QUEIROZ DE SOUZA NETO (OAB 8821/AM) - Processo 0616866-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Walax Souza Leite - REQUERIDO: Rosinei Oliveira Nascimento - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0616967-77.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Walmina Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 114/116, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM) - Processo 0617022-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDA: Alcilene Luana de Aquino Melo - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM) - Processo 0617223-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Odete Soares Farias - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM) - Processo 0620055-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Antonia Souza de Almeida - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 15, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora Maria Antonia Souza de Almeida, CPF nº 34277536204 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: MARCOS NACARATO BETTINI (OAB 314162/SP) - Processo 0620240-64.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Tb Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S.a. - REQUERIDO: Francisco Menezes de Oliveira - Lucivaldo da Silva Oliveira - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente processo, com arrimo no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas. Retire-se o presente processo da pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ELTON CARLOS DE ARRUDA SANTOS (OAB 12678/AM) - Processo 0620666-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raylani Vieira da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 27/09/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 10, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora Raylani Vieira da Silva, CPF nº 70245661247 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0621073-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alexsander Mucceda Leite - REQUERIDO: Movida Locação de Veículos S/A - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0621222-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Guilherme Scherakman Siqueira - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0621431-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jaceme Cunha de Menezes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida

em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0621468-45.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - REQUERIDA: Rayane Ferreira Cunha - Vistos, etc. Iniciado o processo de execução, com as providências tendentes a satisfação do crédito do credor, verificou-se que o devedor não foi encontrado. Dispõe o § 4º do artigo 53 da Lei nº 9.099/95: Art. 53 (...) § 4º. Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Isto posto e sem maiores considerações a respeito, julgo extinto o presente processo. P.R.I Arquivem-se.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0621512-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fagner Fontinele de Oliveira - REQUERIDO: ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - ESBAM - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0621726-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Milze Correia Montanha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: LEIRIMAR DA SILVA NAZARÉ (OAB 13794/AM) - Processo 0621828-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Frank Rozy Rodrigues do Nascimento - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 3900/AM) - Processo 0622023-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Mario Costa Pereira - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 18, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela. Em relação ao pedido da petição de fls. 19/20, relacionado à reconsideração da decisão proferida, indefiro o mesmo por não vislumbrar qualquer fundamento para reconsiderar o decisum, resistido por seus próprios fundamentos. Ressalto que não houve mudança no contexto fático, principalmente no que tange ao objeto principal desta lide. Ademais, não há provas novas capazes de ensejar a mudança do entendimento manifestado anteriormente. Dessa maneira, impõe-se a manutenção da decisão, por considerar válidos os atos já praticados, bem como que o deferimento do pedido antecipatório pleiteado acarretaria a necessidade de análise do mérito. Além disso, pela análise dos autos entendo ser relevante a manifestação da parte requerida quanto aos pedidos formulados na exordial. Prossigo aduzindo que as razões ora expostas pelo requerente não são aptas, pelo que vislumbro, a abalarem os fundamentos expostos na r. decisão combatida. Ante o exposto, mantenho a decisão de fls. 18 e, INDEFIRO o pedido de fls. 19/20.

ADV: RAYSSA CRISTINA DA SILVA VALENTIM (OAB 10784/AM) - Processo 0622256-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rayssa Cristina da Silva Valentim - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0622272-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Jessika Vaneska Manduca Figueiredo - Marcos Paulo do Carmo Oliveira - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0622284-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Jessica Fernanda Fonseca Barker - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0622295-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Oscar Othon de Lima Neto - REQUERIDO: XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622347-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Vanderlei Paiva da Si - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0622356-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Raimundo Silva de Abreu - REQUERIDO: Rufino Comercio de Alimentos Ltda. (Supermercado Baratão da Carne) - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM) - Processo 0622388-48.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Antônio Carlos de Castro Paiva Filho - REQUERIDO: Chi Wai Cheng - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622408-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Andreia Farias da Silva - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622410-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rayana Vasconcelos Siqueira - REQUERIDO: BradesCard S/A - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGENOR CORRÊA GRAÇA JÚNIOR (OAB 10375/AM) - Processo 0622455-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE:

Esther Goncalves do A Graca - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agênica de Viagens S/A - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM) - Processo 0622465-57.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Antônio Carlos de Castro Paiva Filho - REQUERIDA: Sara Kodato dos Santos - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0622482-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Nora Ney de Souza Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0622493-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Leia Menezes de Carvalho Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - BradesCard S/A - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622504-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Francisco Carlos Nunes de Olivei - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622535-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Andreza dos Santos Machado - REQUERIDO: Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Multisegmentos Npl Ipanema Vi - Não Padronizado - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0622576-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Residencial Juliana Iii, Etapa 2 - REQUERIDA: Juliana Benevides Benigno - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0622583-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Priscila Alves Abreu e Silva - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: MATHEUS LEVY LIMA DOS SANTOS (OAB 11977/AM) - Processo 0622592-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Juliana Freitas de Lyra Fonseca - RECLAMADO: Claro S/A - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que se abstenha de incluir o nome da parte autora Juliana Freitas de Lyra Fonseca, CPF nº 61610488253 nos Órgãos de restrição ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0622603-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Alzenete Mesquita de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM) - Processo 0622629-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo Ramos - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spebel - Valmir de Moura Nogueira - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÉRIKA PATRÍCIA DE LUCENA SILVA (OAB 5640/AM) - Processo 0622671-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ana Paula Oliveira dos Santos - REQUERIDA: Raimunda Nonata das Chagas Arantes - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0622691-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Isis Moraes de Matos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0622724-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Juciney Mendonça de Araújo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DE MEIRA (OAB 4269/AM) - Processo 0622727-07.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Adão Jose Gomes - REQUERIDO: Rei do Extintor Serviços e Segurança Ltda-me - Raimundo Barros dos Santos - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0622751-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andreza Pereira dos Santos - RECLAMADO: Supermercado Vitória - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0622808-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Thais Maia dos Santos - REQUERIDO: Cielo S/A - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM)

- Processo 0622817-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcelo Augusto Santos Silva - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 21, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora Marcelo Augusto Santos Silva, CPF nº 00480074208 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622835-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Nonato Pereira de Morais - REQUERIDO: Yoshiaki Ensino de Idiomas Ltda (Wizard Tiradentes) - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0622843-13.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sidney Ricardo Carvalho da Silva - REQUERIDO: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Empresa Grupo Canopus / Vega Motocenter Ltda - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622879-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Angela Alves Sandes - REQUERIDO: Atlântico Fundos de Investimento - Fidc - Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622891-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lenize de Oliveira Gomes - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM) - Processo 0622915-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Ivan Sócrates do Nascimento - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro os pedidos de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido ofício à parteré, para o fim de que restabeleça o serviço de abastecimento de água, na residência da parte autora Ivan Sócrates do Nascimento, matrícula n.1048325-0, no prazo de 2 (dois) dias, a contar do recebimento desta decisão, bem como se abstenha de incluir o nome da parte autora, CPF nº 927.786.828-72, nos Órgãos de restrição ao crédito sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM) - Processo 0622926-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Samuelly Aguiar de Noronha Silva - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0622965-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: S.D. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial para CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), incidindo-se juros e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do arbitramento, à inteligência da Súmula 362, do STJ. P.R.I.C.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0623064-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Waldir dos Santos Fontes Júnior - Telma Correa Fontes - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0623182-06.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Gláucio Nunes da Luz - EXECUTADO: Marcos Antonio Rodrigues Monteiro - Vistos, etc... Trata-se de execução de título extrajudicial, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito condenatório, inclusive aquela relativa à penhora de bens pelos sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud, bem como por Mandado de Penhora e Avaliação cumprido por Oficial de Justiça, restando todas infrutíferas. Ressalte-se que tais medidas foram efetivadas tanto em face da pessoa física quanto da pessoa jurídica do executado. Intimado o exequente para indicar bens, requereu Bacenjud na pessoa jurídica do executado, ao argumento de que este Juízo não o havia feito, o que não é verdade, consoante demonstra protocolamento de fls. 46, efetivado em 23/04/2019 no CNPJ nº 08.652.926/0001-73, o qual retornou negativo, com a informação de que o CPF/CNPJ não foi encaminhado às instituições financeiras, por inexistência de relacionamentos. Tenho, portanto, que há motivo bastante ao pronunciamento de extinção do processo executório e consequente arquivamento do feito, à inteligência do que reza o art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, devolvendo-se os documentos à autora-exequente. Em casos tais reverbera-se a possibilidade da Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Desta feita, se a Exequente assim atuar, certifique a Diretora de Secretaria e entregue a certidão de dívida à autora/exequente, que deverá agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM) - Processo 0623203-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristiano da Silva Nonato Junior - Thays Melo Angelim - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0623804-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luiz Felipe Lima de Oliveira - REQUERIDO: Apple Computer Brasil Ltda. - De ordem, fica intimada a parte ré/executada para se manifestar sobre a petição juntada às fls. 85, no prazo de 10 (dez) dias, querendo.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0625686-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Waldemar José dos Santos Filho - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões,

remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM) - Processo 0627474-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Odenilze de Souza Ramos - REQUERIDO: Fatesp - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

Agenor Corrêa Graça Júnior (OAB 10375/AM)
Aline Andresa Braga de Oliveira (OAB 14226/AM)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Andrey Kawamura Felipe (OAB 9685/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elton Carlos de Arruda Santos (OAB 12678/AM)
Érika Patrícia de Lucena Silva (OAB 5640/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Rebouças Demosthenes Marques (OAB 11945/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Leirimar da Silva Nazaré (OAB 13794/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luiz Felipe Procópio de Carvalho (OAB 101488/MG)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marcos Nacarato Bettini (OAB 314162/SP)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB 14236/AM)
Matheus Levy Lima dos Santos (OAB 11977/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Milena Pinheiro de Lima (OAB 11678/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Otoniel Queiroz de Souza Neto (OAB 8821/AM)
Pauline Chíxaro Voss (OAB 6648/AM)
Paulo Matheus de Souza Holanda (OAB 9732/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 3900/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rayssa Cristina da Silva Valentim (OAB 10784/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Rosa Maria Chaves da Silva (OAB 8436/AM)
Sérgio Paulo Mesquita Júnior (OAB 10823/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Thaise Abreu da Silva (OAB 5734/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vinícius Martins de Meira (OAB 4269/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0196/2019

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0608894-38.2018.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - EXEQUENTE: Lucas e Lucas Advogados Associados - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.

Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO ERIVAN DE OLIVEIRA SANTANA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILBERTO CARVALHO DE ALMEIDA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0044/2019

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0605231-62.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Injúria - VÍTIMAFATO: Maria Elielza Rodrigues Nunes - Samara Lopes Fortes - Fica V. Sa. intimada da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. S E N T E N Ç A Reconheço o instituto da decadência, de acordo com artigo 38 do CPP, julgando extinta a punibilidade em relação ao autor(a) do fato, nos termos do artigo 107, IV, 2A figura, do CPB, determinando, consequentemente, o arquivamento dos presentes autos, com a devida baixa na Distribuição.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0623356-78.2019.8.04.0015 - Petição Criminal - Supressão de documento - VÍTIMAFATO: Claudete Elizia de Souza Oliveira - AUTORFATO: Wiston Feitosa de Sousa - Fica V. Sa. intimada de que sua audiência Preliminar de Transação Penal, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 01/10/2019 às 09:15h, na sede deste Juízo.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRENO FERREIRA MORAIZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: MARCELLE OTÍLIA GONZAGA DO AMARAL (OAB 33767/GO), ADV: VANESSA OSEIA DA SILVA (OAB 33898/GO) - Processo 0606618-97.2019.8.04.0020 - Petição Criminal - Calúnia - AUTORA: Valdeci Oseia da Silva - Tip Top Comercio de Confecções Ltda- Me - Forte em tais argumentos e em harmonia com a manifestação ministerial, hei por bem declinar da competência deste órgão jurisdicional para processar e julgar o feito em favor de uma das Varas Criminais da Comarca de Manaus, devendo ser os autos remetidos à distribuição para as providências adequadas à espécie.

Marcelle Otília Gonzaga do Amaral (OAB 33767/GO)
Vanessa Oseia da Silva (OAB 33898/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRENO FERREIRA MORAIZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2019

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0601526-75.2018.8.04.0020 - Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito - AUTORFATO: Altair Rodrigues Chaves - Preliminar - Transação Civil Data: 18/09/2019 Hora 08:30 Local: Conciliação 4 Situacão: Pendente

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM), ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0601526-75.2018.8.04.0020 - Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito - AUTORFATO: Altair Rodrigues Chaves - Em cumprimento à determinação judicial de fl. 109 fica redesignada a audiência do dia 29/08/2019 para o dia 18/09/2019 às 08:30h. Audiência preliminar redesignada.

Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Ulysses Silva Falcão (OAB 3924/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIÁRIA 1
Decisões 1
Intimações 1
SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS 2
Intimações 2
SEÇÃO II 5
TRIBUNAL PLENO 5
Conclusão de Acórdãos 5
Intimações 6
Pauta de Julgamento Designado 6
SEÇÃO III 7
CÂMARAS REUNIDAS 7
Conclusão de Acórdãos 7
Intimação 13
Pauta de Julgamento Designado 14
SEÇÃO IV 14
CÂMARAS ISOLADAS 14
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 14
Conclusão de Acórdãos 14
Intimação 17
Julgamento Virtual 19
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 22
Conclusão de Acórdãos 22
Despachos 30
Intimações 33
Decisões 33
Pauta de Julgamento Virtual 34
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 36
Intimações 36
Pauta de Julgamento Virtual 36
Julgamento Virtual 36
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 37
Conclusão de Acórdãos 37
Despachos 50
Intimações 50
Decisões 50
Pauta de Julgamento Virtual 50
SEÇÃO V 51
CONSELHO DA MAGISTRATURA 51
Pauta de Julgamento Virtual 51
SEÇÃO VI 51
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 51
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 51
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 57
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 60
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 65
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 77
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 85
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 96
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 103
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 106
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 111
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 116
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 120
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 132
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 138
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 150
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 156
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 171
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 180
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 190
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 198
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 207
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 209
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 213
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 215
1ª VARA CRIMINAL 217
2ª VARA CRIMINAL 222
4ª VARA CRIMINAL 224
5ª VARA CRIMINAL 225
7ª VARA CRIMINAL 227
8ª VARA CRIMINAL 230
10ª VARA CRIMINAL 232
11ª VARA CRIMINAL 232
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 236
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 246
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 251
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 259
AUDITORIA MILITAR 261
5ª VARA DE FAMÍLIA 261
6ª VARA DE FAMÍLIA 263
7ª VARA DE FAMÍLIA 283
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 284
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 289
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 295
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de CRIANÇAS E ADOLESCENTES 295
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 296
SEÇÃO VII 299
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 299
1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 299
2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 299
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 300
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 302
SEÇÃO VIII 329
TURMA RECURSAL 329
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 411
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 411
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 415
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 425
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 427
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 438
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 454
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 458
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 468
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 472
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 481
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 481
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 488
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 488
19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 489